Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Marize Conceição de Jesus

O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985)

São Gonçalo
2023

Marize Conceição de Jesus

O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.ª Dra. Márcia de Almeida Gonçalves

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

J58 Jesus, Marize Conceição de.
TESE O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985) / Marize Conceição de Jesus. – 2023.
394f.: il.

Orientadora: Profª. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Ditadura – Brasil –Teses. 2. Serviço Nacional de Informação (Brasil) – Teses. 3. Negros – Brasil – Teses. 4. Relações raciais – Teses. I. Gonçalves, Márcia de Almeida. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 981"1964/1985"

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Marize Conceição de Jesus

O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Aprovada em 23 de agosto de 2023

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Márcia de Almeida Gonçalves

Faculdade de Formação de Professores – UERJ - (Orientadora)

_____

Prof.ª Dra. Verena Alberti

Faculdade de Educação – UERJ

_____

Prof. Dr. Álvaro Pereira Nascimento

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Amauri Mendes Pereira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Prof.ª Dra. Iamara da Silva Viana

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Faculdade de Educação – UERJ

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

A minha mãe, minha amiga e companheira que, com sua força e grandeza, sempre me incentivou a voar. A Teca, minha irmã, que apesar de não dominar as letras me ensina filosoficamente a vida “sem ciência”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, energia divina, que me deu saúde, que esteve comigo em todas as fases da lua – registradas da janela – na lua nova para cheia, nas noites estreladas, que me renovavam a certeza de que o ponto final seria "amanhã"; em todos os amanheceres ora ensolarados, ora nublados ou chuvosos e nos entardeceres que findavam os dias desses cinco verões que se passaram desde 2018, quando ingressei no programa de doutorado da UERJ. Agradeço à todas as boas energias do universo que me fortaleceram e ampararam durante todo esse tempo. Ah, o tempo!! O tempo... o meu e o de todas e todos que me cercam, em especial, dos meus amores, alicerces dessa vida.

Defender o doutorado aqui na Uerj é muito significativo para mim. Aqui acalentei, quando jovem o sonho de fazer a universidade. Na Uerj foi onde também assisti pela primeira vez, em 1990, um evento do movimento negro, foi onde apresentei meu primeiro trabalho acadêmico e tantos outros momentos significativos**.** Obrigada Uerj! Obrigada por existir e resistir.

Agradeço à FFP – Faculdade de Formação de Professores e ao Programa de Pós-Graduação em História Social-PPGHS/Uerj que tão bem me acolheram.

Aos coordenadores do Programa, a profa. Dra. Helenice Rocha e o prof. Dr. Gelsom Rozentino, a profa. Dra. Helenice pelo cuidado e sensibilidade com todos nós.

A todos os professores do PPGHS-FFP, pelos bons diálogos e trocas. Naquele ano fatídico de ataques à universidade, à educação, e a nossa humanidade, nossos encontros foram momentos de fortalecimento e de esperançar**.**

Um agradecimento especial a professora Joana Bahia, que em leitura atenta ao meu projeto, me indicou questões e outras possibilidades, além da riqueza das trocas possibilitadas pelos textos indicados e discussões em suas aulas. Aprendi muito!

A todos os funcionários da FFP e do PPGHS, em especial a Andreia Cabral sempre tão atenciosa e cuidadosa conosco.

Agradeço a todos os colegas da turma do mestrado/doutorado 2018.1 (Não vou nomeá-los para evitar esquecer alguém), pelos diálogos, pela troca de conhecimento, pelos momentos de leveza. Desses, em especial, Aline, Abbul, Gustavo e Leandro, que se fizeram mais próximos e solidários, mostrando que universidade é também espaço de se fazer amigos.

Como agradecer a minha orientadora Márcia Gonçalves, maravilhosa, que não arrancou os cabelos, se manteve plena, leve, bem-humorada e companheira nessa jornada que

por alguns momentos eu pensei que não conseguiria chegar. Esteve sempre atenta as minhas crises de insegurança e desânimo, muitas vezes acreditando mais em mim que eu mesma. Obrigada Márcia, pela confiança, por compartilhar seus conhecimentos de forma tão generosa, pelo cuidado e pela compreensão. Eu já sabia, mas de certo, não poderia ter feito melhor escolha. Que bom que me aceitou. Que bom que foi você!!

Agradeço imensamente ao prof. Dr. Álvaro Nascimento e a profa. Dra. Verena Alberti que estiveram na minha banca de qualificação e com leitura minuciosa apontaram possiblidades e caminhos, indicaram leituras me incentivando e contribuindo significativamente para a escrita da tese.

Ao Arquivo Nacional, aos seus funcionários que nas pesquisas presenciais sempre me atenderam com atenção e gentileza, ensinando o bom uso dos equipamentos do arquivo e na pandemia me orientaram como fazer a pesquisa on-line.

A Semog, meu amor, que pavimentou esse percurso acadêmico com carinho, paciência, debatendo ideias, contando histórias, relembrando fatos, fazendo críticas, comemorando os acertos, vibrando com as conquistas, me ensinando e aprendendo, rindo junto. Obrigada pelo companheirismo, pelas trocas, pelas leituras críticas, pelas exigências, pelos "Gostei"!! E principalmente ... por me esperar. Agora, *simbora* para Cartagena, Paris, Portugal, para as Áfricas, para Arraial e para o aconchego de nosso Su'vaquinho da Pedra, encaminhar projetos, escrever outros capítulos de nossa história. O tempo agora será todo nosso.

Mais uma vez a minha mãe, que segurou firme na saúde, na expectativa, na aceitação e na força de sempre. Por toda vida esteve comigo nas noites e madrugadas acompanhando meus estudos: formou-se professora, historiadora, mestre e agora doutora… meus diplomas e o resultado deles são todos seus. Obrigada por sempre acreditar em mim! Te amo infinito por toda a minha vida. A comemoração dos seus 90 anos vai ser em dose dupla. As minhas irmãs e as sobrinhas pelos momentos de descontração.

As amigas e amigos pelo incentivo e compreensão em função do meu necessário afastamento e pela contagem regressiva... Tô voltando! A Luiz Bruno, amigo querido, leitor crítico, por caminhar junto, sempre.

Ao Gestar e em especial ao grupo de leitura do Gestar que me possibilitou bons momentos de discussão e aprendizagem.

Para Drª Conceição, por tudo que me ensinou sobre militância, sobre ser mulher negra e pelo exemplo de perseverança na academia.

A APPH-Clio, cujos textos de historiografia oportunizados e lidos naquele tempo foram revisitados e de grande valia para a tese.

As amigas Carminha e Marize Oliveira, começamos juntas e seguimos o percurso acadêmico cada uma em seu tempo. Chegamos! A vocês minha amizade e carinho de sempre.

Aos amigos/as incentivadores Otair, Amauri, Jô, Marta, doutores na luta, na vida e na academia. Obrigada!!

A Darleia e nossa mãezinha D. Terezinha pelos dias de tese com sol, mar e aconchego.

Ao Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e o Pós Abolição - UFRRJ/IM, pelo incentivo, pela receptividade, pelas leituras, discussões e trocas. Em especial a Alessandra Tavares pelo carinho e escuta cuidadosa.

Um agradecimento muito especial a Astrogildo Esteves Filho, pelas informações e motivação, pelos "pingos nos is", pelos textos e indicações de leituras e vídeos, por partilhar das minhas inquietações e por vibrar comigo a cada novo documento ou a cada nova descoberta nas entrelinhas dos mesmos, por me ajudar a destrinchar os enganos das narrativas e por advertir sob a hora de parar.

E aos homens e mulheres negros e negras que formaram o movimento negro brasileiro, que me despertaram a consciência racial, cujas lutas semearam o caminho que venho percorrendo.

"Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão a glorificar o caçador".

Provérbio africano

Marize Conceição de Jesus

RESUMO

JESUS, Marize Conceição de. *O olhar do Serviço Nacional de Informações – SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985*). 2023. 394 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A tese apresenta as interseções entre movimento negro e a ditadura militar. Discorre sobre como o Serviço Nacional de Informações (SNI) vigiou este movimento social e suas lideranças, por meio da análise das narrativas das agências de vigilância registradas nos documentos produzidos pelo SNI. Mostra como e porque os militares adotaram a ideia de democracia racial como ideologia de Estado, reforçando a imagem do Brasil no exterior como um país de prestígio internacional e determinante para a definição do tratamento político que seria dispensado às ações do movimento negro. Dessa forma, o Ministério das Relações Exteriores desempenhou um papel crucial ao negar as denúncias de racismo no Brasil, de modo a reafirmar perante os organismos internacionais o país como uma democracia racial. Neste sentido, a análise sobre os mecanismos de vigilância é complementada por reflexões a respeito das relações raciais no Brasil durante a Ditadura Militar. São abordados os discursos governamentais que buscaram silenciar tanto as tensões raciais quanto as ações de ativistas afro-brasileiros que construíram mecanismos de luta contra o racismo à brasileira. Nosso marco temporal está inserido no contexto da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985), destacando a construção do seu aparato repressivo, e a análise do processo de abertura política de "desconstrução" dos órgãos de repressão e vigilância no final do governo militar no Brasil, momento em que ocorre a reativação dos movimentos sociais, particularmente o movimento negro. Além do diálogo com a historiografia sobre o regime militar, suas agências de repressão e o movimento negro, utilizamos os estudos das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e da Antropologia, precursoras nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil.

Palavras-chave: ditadura militar; Serviço Nacional de Informações (SNI); movimento negro; democracia racial; relações raciais; Ministério das Relações Exteriores.

RESÚMEN

JESUS, Marize Conceição de. *La mirada del Servicio Nacional de Información – SNI sobre el movimiento negro en Brasil (1964-1985)*. 2023. 394 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

La tesis presenta las intersecciones entre el movimiento negro y la dictadura militar. Se analiza cómo el Servicio Nacional de Información (SNI) vigiou el movimiento social y a sus líderes, por médio del análisis de las narrativas del organismos de la vigilancia registradas en los documentos producidos por el SNI. Muestra cómo y por qué los militares adoptaron la idea de democracia racial cómo ideología del Estado, reforzando la imagen del Brasil en el exterior cómo un país de prestigio internacional y determinante para la definicíon del tratamiento político que seria dispensado a las acciones del movimiento negro. De esta manera, el Ministerio de las Relaciones Exteriores desempenhou un papel crucial al negar las acusaciones del racismo en Brasil, con el fín de reafirmar diante de los organismos internacionales el país cómo una democracia racial. En este sentido, el análisis de los mecanismos de vigilancia es complementada por las reflexiones a lo respeto de las relaciones raciales em Brasil durante la Dictadura Militar. Sao abordados los discursos gubernamentales que buscaron silenciar tanto las tensiones raciales cuanto las acciones de los activistas afrobrasileños que construyeron mecanismos de lucha contra el racismo a brasileño. Nuestro marco temporal se inserta em el contexto de la Dictadura Militar em Brasil (1964-1985), destacando la construcción de su aparato repressivo, y el análisis del processo de apertura politica de “desconstrucción” de los orgaos de represión y vigilancia en el finale de lo gobierno militar em Brasil, momento en que ocurre la reactivación de los movimientos sociales, particularmente el movimiento negro. Además del diálogo con la historiografia sobre el regimen militar, sus agencias de represión y lo movimiento negro, utilizamos los estúdios de las Ciencias Sociales, especialmente de la Sociología y de la Antropología, precursoras en las investigaciones sobre las relaciones raciales en Brasil.

Palabras clave: dictadura militar; Servicio Nacional de Información (SNI); movimiento negro; democracia racial; relaciones raciales. Ministerio de Relaciones Exteriores.

RÉSUMÉ

JESUS, Marize Conceição de. *Le point de vue du Service National d'Information – SNI sur le mouvement noir au Brésil (1964-1985)*. 2023. 394 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

La thèse présent les intersections entre le mouvement noir et la dictadure militaire. Discutez de la façon dont le servisse Informations nationales (SNI) a surveillé ce mouvement social et ses dirigeants, à travers I'analyse des récits des agences de surveillance enregitrés dans les documents produits par le SNI. Montre comment et pourquoi les militaires a adopté l'idée de la démocratie raciale comme idéologie d'État, reforçant l'image du Brésil à l'étranger en tant que pays de prestige international et décisif dans la définition du traitement politique qui serait accordé aux actions du mouvement noir. De cette manière, le ministère des Affaires étrangères a joué um rôle crucial en niant les allégations de racisme au Brésil, afin de réaffirmer le pays comme une démocratie raciale devant les organisations internationales. Em ce sens, l'analyse des mécanismes de surveillance est complétée par des réflexions sur les relations raciales au Brésil pendant la dictadure militaire. Les discours du gouvernement qui cherchaient à faire taire à la fois les tensions raciales et les actions des militants afro-brésiliens qui ont construit des mécanismes de lutte contre le racisme à la manière brésilienne sont couverts. Notre temporalité s'insère dans le contexte de la dictature militaire au Brésil (1964-1985), em mettant em lumière la construction de son appareil répressif et l'analyse du processos d'ouverture politique de "déconstruccion" des organes de répression et de surveillance à la fin de l'année. Le gouvernement militaire au Brésil, un moment où se produit la réactivation des mouvements sociaux, em particulier le mouvement noir. Em plus du dialogue avec l'historiographie sur le régime militaire, ses agences répressives et le mouvement noir, nous utilisons des études de Science sociales, notamnent de sociologie et d'anthropologie, précurseurs dans la recherche sur les relations raciales au Brésil.

Mots-clés: dictadure militaire; Service National d'Information (SNI); mouvement noir; démocratie raciale; relations inter-raciales; Ministère des Affaires Étrangères.

ABSTRACT

JESUS, Marize Conceição de. *The perspective of the National Information Service – SNI on the black movement in Brazil (1964-1985).* 2023. 394 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

The dissertation examines the intersections between the Black Movement and the military dictatorship. It discusses how the National Information Service (SNI) monitored this social movement and its leaders, analyzing the narratives of surveillance agencies documented in SNI-produced records. It shows how and why the military adopted the concept of racial democracy as a state ideology, which strengthened Brazil's international prestige and influenced the political treatment of the black movement's actions abroad. Consequently, the Ministry of Foreign Affairs played a crucial role in denying allegations of racism in Brazil in order to affirm the country as a racial democracy before international organizations. The analysis of surveillance mechanisms is complemented by reflections on racial relations in Brazil during the military dictatorship. Government discourses that sought to silence both racial tensions and the actions of Afro-Brazilian activists against racism are addressed. The temporal framework is set in the context of the military dictatorship in Brazil (1964-1985), emphasizing the construction of its repressive apparatus and the analysis of the political opening process that "deconstructed" the repressive and surveillance apparatuses at the end of the military government in Brazil. This period saw the reactivation of social movements, especially the black movement. In addition to the historiography of the military regime, its repressive agencies, and the Black Movement, we draw on social science studies, particularly sociology and anthropology, pioneers in the study of race relations in Brazil.

Keywords: military dictatorship; National Information Service (SNI); black movement; racial democracy; racial relations; Ministry of Foreign Affair.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Leis de Segurança Nacional e a questão racial 102

Figura 1 – Informe Árvore das Palavras 214

Figura 2 – Jornal Árvore das palavras, nº 14 214

Figura 3 – Jornal Árvore das palavras, nº 15 214

Figura 4 – Jornal Árvore das palavras, nº 14/Cartas da Prisão 217

Figura 5 – Jornal Árvore das palavras, nº 15/Cartas da Prisão 217

Figura 6 – Capa do Jornal Abertura 223

Figura 7 – Informe Publicação Jornal Abertura 224

Figura 8 – Informe Publicação Jornal Abertura (Cont.) 224

Figura 9 – Ordem de busca. Publicação Jornal Jornegro 227

Figura 10 – Informe Publicação/Exemplares Jornal Jornegro 227

Figura 11 – Jornal Jornegro nº 2, maio de 78 227

Figura 12 – Revista Tição Ano 1, nº 1, março, 1978. Ano 2, nº 2, agosto de 1978 .. 230

Figura 13 – Reportagem Jornal Zero hora sobre o lançamento da revista Tição 231

Figura 14 – Informe publicação Jornal Abertura 233

Figura 15 – Informe publicação Jornal Abertura (Cont.) 233

Figura 16 – Encaminhamento Jornal Frente Negra RJ 234

Figura 17 – Jornal Frente Negra Ano I, nº 0, julho/agosto,1979 234

Figura 18 – Jornal do Conselho da Comunidade Negra Ano II, nº 5, abril, maio 1986 234

Figura 19 – Encarte O Negro e a Constituinte Ano II, nº 5, abril, maio 1986 235

Figura 20 – Encarte O Negro e a Constituinte 235

Figura 21 – Jornal Sinba, ano I, nº 1, RJ,1977. p.1 243

Figura 22 – Jornal SINBA /CISA 251
Figura 23 – Jornal SINBA/ SNI 251
Figura 24 – Jornal SINBA /LSN 1 252
Figura 25 – Jornal SINBA /LSN 2 cont 252
Figura 26 – Jornal SINBA /Lei Imprensa 1 252
Figura 27 – Jornal SINBA /Lei Imprensa 2 252
Figura 28 – Informação ACSNI 281
Figura 29 – Informação CS ALA 282
Figura 30 – Logotipos ALA 282
Figura 31 – Matéria do ALA Classe Operária Negra Versus 283
Figura 32 – PST Operário Negro 283
Figura 33 – Encaminhamento Notícia na imprensa de Portugal 340
Figura 34 – Telegrama Embaixada de Launde/Camarões 340
Figura 35 – Memorandun DSI-MRE para o Chefe do Departamento da Europa 341
Figura 36 – Telegrama MRE para Delbrasgen/Consulado em Genebra 341
Figura 37 – Telegrama para MRE da Brasemb/Embaixada do Brasil em Doha 342
Figura 38 – Pedido de busca DSI-MRE sobre Abdias Nascimento 342

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC	Agência Central
ACE	Arquivo Cronológico de Entrada
AERP/ARP	Assessoria Especial de Relações Públicas, Assessoria de Relações Públicas
AI	Ato Institucional
ALA	Afro-Latino-América
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APPH	Clio Associação de Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
APNS	Agentes das Pastorais Negras
ASI	Assessorias de Segurança e Informações
ASP	Agência São Paulo
BBC	Corporação Britânica de Radiodifusão
BH	Belo Horizonte
CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEBA	Centro de Estudos Brasil-África
CEBES	Comunidade Eclesiástica Bem-Estar Social
CECAN	Centro de Estudos de Cultura e Artes Negras
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CEDI	Centro de Documentação e Informação Ecumênica
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIDPF	Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CGC	Cadastro Geral de Contribuintes
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COOMCIMPRA	Cooperativa Mista de Comunicação e da Imprensa Alternativa
COSEG	Coordenação de Gestão de Segurança
CPDOC-FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CS	Convergência Socialista
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCDP/DPF	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DGIE	Departamento Geral de Investigações Especiais
DOI	Destacamento de Operações Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI/MJ	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
DPF	Departamento de Polícia Federal

DRDPF	Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMA	Estado-Maior da Armada
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
ESNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FEABESP	Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo
FEPASA	Ferrovia Paulista S/A
Gestar	Grupo de Estudos e Ação Racial
GMN	Grupo de Mulheres Negras
GRUCON	Grupo de União e Conscientização Negra
GTAR	Grupo de Trabalho André Rebouças
IA	Imprensa Alternativa
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
ISER	Instituto de Estudos da Religião
JCI	Junta Coordenadora de Informações
LDB	Levantamento de Dados Biográficos

LO	Liga Operária
LSN	Lei de Segurança Nacional
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MN	Movimento Negro
MNC	Movimento Negro Contemporâneo
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
OBAN	Operação Bandeirante
OCML/PC	Organização de Combate Marxista-Leninista/Política-Operária
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PPGHS	Programa de Pós-Graduação em História Social
PLCR	Programa Internacional de Luta Contra o Racismo
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PS	Partido Socialista
PST	Partido Socialista dos Trabalhadores
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro

SBPC	Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
SERE	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SG-CSN	Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
SINBA	Sociedade Intercâmbio Brasil-África
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNIAC	Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil
SP	São Paulo
TEN	Teatro Experimental do Negro
TID	Telefonista Internacional de Domingo
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNATE	União Nacional dos Trabalhadores em Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	21
1	**DITADURA MILITAR NO BRASIL: A NATUREZA DO EVENTO**	48
1.1	**A construção do SNI e a doutrina de Segurança Nacional**	54
1.2	**Sobre os órgãos que acompanham a rede de informações**	61
1.3	**Sobre a formação**	67
1.4	**Sobre os agentes de vigilância**	68
1.5	**Sobre os documentos gestados pela comunidade de informações**	70
1.6	**O SNI e o controle sobre os movimentos sociais**	74
2	**MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO: DA DITADURA MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO**	84
2.1	**Os estudos da UNESCO sobre a questão racial no Brasil**	92
2.2	**O SNI e o movimento negro**	100
2.2.1	Racismo Negro no Brasil	114
2.2.2	O problema do negro	123
2.2.3	Poder negro tropical	137
3	**O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS SOB VIGILÂNCIA E REPRESSÃO**	152
3.1	**Subversivas, Comunistas, infiltradas nas organizações negras**	153
3.2	**Mulheres negras em movimento, enegrecendo os movimentos sociais e mobilizando o SNI**	169
4	**A IMPRENSA NEGRA NAS RUAS: DEMARCANDO A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO**	183
4.1	**Imprensa negra: lugar de discussão político ideológico do movimento negro**	183
4.2	**A pauta do movimento negro na imprensa sob mira das agências de**	

repressão 193

4.3 **Jornais negros na ditadura militar: formando a consciência negra para a luta antirracista** 212

5 **SINBA E AFROLATINO AMÉRICA/VERSUS: ALVOS DA VIGILÂNCIA E DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL** 236

5.1 **O jornal Sinba: órgão de divulgação da Sociedade Intercâmbio Brasil – África** 237

5.2 **Versus e a seção Afro-Latino América** 253

5.3 **Afro-Latino América – uma seção permanente de Versus** 260

5.4 **Atraindo a atenção da comunidade de informações** 267

6 **O OLHAR BIFRONTE: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO MILITAR E A QUESTÃO RACIAL** 284

6.1 **O olhar bifronte do Ministério das Relações Exteriores** 287

6.2 **O racismo exposto: a ação do DSI do Ministério das Relações exteriores sobre as denúncias em relação ao racismo no Brasil** 298

6.3 **O racismo posto: a ação dos militares quanto às denúncias de casos de racismo no Brasil** 318

CONSIDERAÇÕES FINAIS 343

REFERÊNCIAS 349

INTRODUÇÃO

> "A resistência de um povo exige coragem para nos transformarmos em semente para criar uma nova plantação que dará então a felicidade desse povo, na liberdade. Esse é o risco, o chamado risco da resistência. Alguns ficam para trás, mas cada dia mais hão de crescer, outros que vão para a frente. E só podem ganhar uma resistência, aqueles que forem capazes de fazer a sua obra crescer cada dia mais. A luta de um povo, a resistência de um povo tem várias formas".
> Amílcar Cabral[1]

Essa tese foi escrita por uma mulher negra, de pele preta, nascida em Salvador, no auge da ditadura. Sou fruto de uma família matriarcal. Mulheres nordestinas, sertanejas, de Sergipe, com pouca ou nenhuma instrução escolar. Sou fruto de pai cafuzo e mãe mameluca. Tenho sangue e alma negra e indígena de ambos os lados. Filha de uma mulher forte, leve, que ama o mar e tem uma auréola linda, que veio sozinha para o Sudeste com suas filhas e filhos para trabalhar como empregada doméstica e subsistir. A mais nova de cinco irmãos e até aqui, da minha família nuclear, sigo a única com ensino superior (Salvo e com orgulho, das primas e primos de Salvador)[2]. Trajetória que ao olhar para trás ainda me causa indagações: como eu consegui ultrapassar a muralha? Totalmente desprovida de todo capital social, nos termos de Bourdieu, ter chegado ao doutorado faz parte de um processo de luta coletiva de longa duração e também de meu processo pessoal de teimosia, insistência/persistência ou como preferia Abdias, insurgência. Sim, sou uma mulher negra insurreta!

No olho do furacão: a tese em meio à pandemia

A tese foi escrita em um contexto de pandemia. Agravada absurdamente pela gestão de um presidente genocida, no sentido terrivelmente literal. Numa circunstância de adversidade, solitária pela ausência do lugar acadêmico de troca – universidade fechada, congressos acadêmicos adiados – ou, se ressignificando de forma online. O Arquivo Nacional, fundamental para a pesquisa, igualmente fechado. O Programa de Pós-graduação em História Social/UERJ, os colegas de turma, a orientadora e eu meio atônitos, para não dizer

---

[1] CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência.** Coleção de leste a oeste. Seara Nova, Lisboa, 1974.

[2] Boa parte das primas e primos de Salvador foram beneficiados pelas políticas de ações afirmativas como as cotas para negros nas universidades e o Prouni, instituído no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

completamente, tentando driblar o inesperado e seguir o processo acadêmico da melhor forma possível. A pandemia e o momento político que vivenciamos potencializaram as questões pessoais de cada um. Foi muito complicado encontrar um tom que nos desse o mínimo de direção para seguir. Foram tantos porquês.... Minha "torre de marfim" foi invadida por muitos contratempos. Foi necessário esticar e esticar o tempo. Tempo gasto em dedicação, em dispersão mediante à importância e significado de tantos retalhos; em dias em que a dor do outro me tomou inteira, excedendo minha própria dor. Foi preciso um tempo para voltar a olhar para dentro e cuidar da saúde, afinal, a possibilidade de um novo câncer nos assustou, no entanto, algumas cirurgias, cuidados, carinho e muito amor resolveram o problema. Já aprendi que cada cicatriz marca um tempo e conta muito da minha História. O tempo da tese foi marcado por dias de revolta e medo diante da realidade pandêmica e violenta que nos consumia.

Dias de medo da vida e medo da morte, imposta pela irresponsabilidade e sina sociopata de um governo mórbido (2019-2022); dias de chorar a separação pela perda irreversível dos entes queridos, diante da lógica genocida; dias em que a pesquisa e a escrita foram retardadas pela necessidade de gritar da janela ao som do bater de panelas, do grito na rua, pelas avenidas: "*Ele não! "* Dias de reafirmar que "*Marielle vive! "* E que por isso, "Somos *sementes! "* Dias em que a desistência, que parecia opção, logo se desfazia pela imposição da responsabilidade social que a academia me impõe. Aqui, escrever em primeira pessoa tem esse sentido. Dias alternados pela procrastinação. Em horas, de frente para a colcha inacabada, na busca por um alinhavo estrutural que desse sentido àqueles retalhos todos, me possibilitando a fórmula melhor para a feitura dos nós da escrita. Foi um grande desafio escrever esta tese. Acredito ter sido difícil para todos. Em especial para os negros e indígenas que iniciaram mestrado e doutorado no atípico ano de 2018 e nos quatro anos que seguimos estudando. Escrever o que chamamos História do Tempo Presente, exatamente tratando o contexto da história da Ditadura Militar, num momento em que os debates sobre a ditadura se fizeram tão calorosos, não foi fácil.

Como manter distância do objeto se o objeto se faz atualizado o tempo todo? O momento histórico expôs uma intensa fratura nos nossos currículos escolares, na nossa atuação pedagógica, enquanto professores de História e das Ciências Sociais. Fomos chamados pelos extremistas de direita e suas lideranças políticas, repetidamente, de "doutrinadores esquerdopatas". Acusados de doutrinar crianças e jovens na perspectiva do comunismo. Diante do que avalio, não fomos capazes de ensinar sobre o que foi a ditadura no

Brasil e no mundo, mas, sobretudo, da importância da democracia para as sociedades. O que vimos foi a demonização do pensamento de esquerda e de tudo aquilo que expressa humanidade e que os extremistas execram: diversidade, ciência, educação, cultura, amor, livros, intelectuais. Testemunhamos, perplexos, uma parcela da sociedade brasileira clamando pelo retorno da ditadura, atacando e classificando as universidades públicas como antro de comunistas, elegendo Paulo Freire como inimigo da pátria, atacando e incentivando a violência nas escolas públicas, e a ameaça de uma educação militarizada ou caseira - *home schooling* -, aliados à ideologia da Escola Sem Partido. A disputa pela memória da ditadura foi retomada com extrema força desde os atos de 2013. No entanto, fora as palavras de ordem, nós, historiadores, cientistas sociais, professores progressistas, não conseguimos, nessa disputa, informar a sociedade sobre o real sentido e consequências de uma ditadura. Fomos obrigados a nos posicionar no limiar da defesa/ataque. Aliás, os ataques foram tantos que mal conseguimos tomar fôlego para seguir em sala de aula com o mínimo de lucidez e saúde, uma vez que também éramos agredidos neste espaço.

Diante dos ataques que recebemos, cabe ressaltar que (Salvo minha opção pessoal), como sabemos, nem todo professor que discute política e questões sociais em sala de aula é aliado ao Partido dos Trabalhadores (PT); nem todo professor de esquerda é filiado ou simpatizante do PT e, por fim, o PT não representa sozinho a esquerda política como os extremistas de direita e fascistas quiseram fazer crer. Mas sim, acredito que a esquerda é o melhor caminho para a construção de uma sociedade com justiça social. O negacionismo, começando com a ditadura sendo exaltada e suas responsabilidades e efeitos nefastos sendo minimizados, demonizou a Ciência – defenestrou os conhecimentos científicos e favoreceu o retorno de doenças há muito controladas, além de potencializar as mortes na pandemia da Covid-19. Além de tudo ter sido muito pesado e adoecedor para nós brasileiros, foram tempos árduos para o Brasil e para o mundo.

Sim, começamos a adoecer antes mesmo da pandemia. Adoecemos com a violenta guinada do Brasil à direita... Ou melhor, à extrema direita, que teve início com o golpe que levou ao *impeachment* da primeira mulher eleita democraticamente para a Presidência do Brasil e todo o processo que culminou com a eleição do "capiroto" (de quem o nome não eternizarei em minha tese), cujo discurso de ódio atingiu em cheio negros, indígenas, juventude negra e pobre, a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres. Ainda mais, nós mulheres negras que além das maiores vítimas do feminicídio autorizado junto à liberação das armas, fomos também assassinadas, junto a nossos maridos, filhos, crianças e jovens negros.

Fomos atingidas pela fome e o desemprego, pelo negacionismo, pelo discurso de disseminação do ódio em todos os níveis. Fomos assassinadas junto com Marielle. Como já adiantava Lélia Gonzalez, fomos, sem dúvidas, as mais atingidas. Como professoras e professores progressistas, travamos uma discussão sem fim com o avanço das ideias sobre a Escola Sem Partido e com a reforma do Ensino Médio, que penaliza nossos jovens pobres e negros. Na Educação, a perseguição às universidades públicas e à Ciência trouxe a sombra do Fascismo. O espaço de construção do conhecimento científico virou lugar de "balbúrdia". A UERJ resistiu e continuará resistindo. Na cultura, sofremos com o desdém. Queimamos com o Museu Nacional, e todo seu acervo, a nossa história. Tivemos nossos sonhos de um país mais justo aprisionados junto com o presidente Lula. Daí foi ladeira abaixo. Fomos empurradas/os no elevador junto com o menino Miguel; fuziladas/os junto com o adolescente João Pedro; o músico Edvaldo Rosa; esfaqueadas/os com Mestre Moa; encontradas/os pelas balas perdidas nas ruas e nas escolas. Tivemos nossas vidas ceifadas pelo machismo, pela homofobia, pelo racismo e pelo poder bélico sempre direcionado aos corpos negros. Precisamos de muito tempo para o luto porque, nesses quatro anos, fomos atropelados por notícias diárias que violentaram nossos corpos, nossas almas. Ficou difícil respirar. Foi difícil sobreviver.

A pandemia veio para intensificar nossas perdas, nossas dores, nossos lutos individuais e coletivos. A fome do povo brasileiro doeu nos ossos. Terrível! Como me concentrar na escrita diante de tudo isso? Como cada um de nós, que tivemos nosso doutorado atravessado por tanta loucura, podemos nos dispor a escrever, a pesquisar? Passamos metade do nosso doutorado com a sombra da morte, isolados, feridos politicamente. E à perspectiva da eleição, a necessidade de estar na luta, de contribuir para trazer de volta a democracia, também ferida, vilipendiada. A alegria com a eleição do Lula, e todo esperançar que veio com ele, me ajudou a respirar e pensar que finalmente teria a paz necessária para me concentrar na escrita. Assim o fiz. Uma semana depois da posse do Presidente Lula, fomos de novo vilipendiados com o ataque virulento e predatório às instituições do Estado pela extrema direita, o que me levou embora a concentração. De novo o tempo.

Devorada por Chronos, clamei por *Iroko.* Foi preciso retomar. Diante de tudo isso, chegar até aqui é sim uma vitória. Não só minha, mas nossa. Porque para chegar até aqui, foi necessária a resistência coletiva, que se expressou numa rede de solidariedade difundida de muitas formas. Foi fundamental o isolamento imposto e posto, o amor expresso em cuidados com a saúde, leituras e descobertas compartilhadas, discussões calorosas, comidinha gostosa, carinho de irmã, cantiga de mãe, o aconchego, o cheiro do verde somado ao som das águas de

Secretário, em Petrópolis, e o vento do mar de Arraial do Cabo, fortalecendo elos de amizade. “Ninguém soltou a mão de ninguém”.

Dos hiatos à produção

Todo esse processo confirmou a certeza de que não é possível separar o pesquisador do seu tempo histórico e de seu lugar social, muito menos aparentar uma pseudoneutralidade diante do objeto de pesquisa. Como pensar a Ditadura Militar dissociada das diferentes formas de resistência travadas pelos movimentos sociais? Como pensar essa resistência, dissociada da luta do movimento negro, num período em que, com o retorno do espectro militar, sob a negação oficial do racismo no Brasil, retomam a exaltação da natimorta democracia racial com tanta força? Quando vimos o racismo e o preconceito racial tão explícitos? Vasconcelos nos chama a atenção para o fato de que “não existe, pois, uma História “neutra”, isenta de comprometimento político, especialmente quando se trata de movimentos sociais”.

Assim, caberia a nós historiadores, integrar em nossas narrativas, as nossas convicções políticas[3]. Se é nos tempos de crise que as tensões raciais são reascendidas, nesse momento, em que a mudança social estava em curso, o branco brasileiro independente da classe social se viu com a fratura exposta, revelando que o que estava em jogo era muito mais que uma disputa política ideológica. O que estava em jogo era a hegemonia da branquitude, que não permite dividir espaços que lhes garantiram privilégios sempre. A igualdade de fato nunca esteve no horizonte de grande parte da parcela branca, que compõe a sociedade brasileira. A outra parte que se busca antirracista, não teve força suficiente para erguer sua voz.

Por conseguinte, o racismo voltou à pauta diária nos debates que analisam a sociedade brasileira e a democracia racial, que foi desmascarada pelo movimento negro como mito. Voltou plena em sua farsa. A luta do movimento negro dos últimos 50 anos foi materializada nos discursos e percepções não só da chamada “elite negra”, mas proferida por cada brasileiro e brasileira agora que, diante uma “cultura de consciência negra”, sentiu na pele o efeito nefasto do racismo exposto, declarado todos os dias, em situações diversas, em contraponto ao discurso oficial daquele que se contradisse na medida em que não se furtou a medir cada negro e negra desse país por arroba, como gado. A historiadora Paulina Alberto (2014),

[3]VASCONCELOS, José Antônio. Edward P. Thompson: Ativismo político e produção historiográfica. In: LOKOI, Zilda Marcia Grícoli. **A escrita do historiador: cosmovisões em conflitos.** São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 58.

discorrendo sobre as diferentes formas que o movimento negro brasileiro usou para denunciar o racismo em todas as fases da República, assegura que:

> Também podemos vincular o momento revisionista dos anos 1970 a uma história mais longa de pensamento negro, reconhecendo a continuidade no desejo dos ativistas de imbuir as ideologias nacionais de harmonia racial de significado antirracista. Esse objetivo também demandou diferentes estratégias em momentos diversos. Quando os pensadores negros nos anos 1970 se voltaram contra a democracia racial, não o fizeram contra o ideal *per se* – de fato, os militantes negros dos anos 1970 e 1980 muitas vezes demandaram que o Brasil se tornasse uma "verdadeira" democracia racial. Ao declarar a democracia racial um mito, eles estavam rejeitando estrategicamente uma interpretação particular da democracia racial que nitidamente não era a sua, assim como as gerações anteriores de pensadores negros denunciaram interpretações de inclusão racial que produziam um efeito similar de desempoderamento. Que os ativistas negros tenham denunciado a democracia racial em tais termos extremos na década de 1970 deve ser visto não como tomada de consciência derradeira, mas como evidência de sua profunda dedicação a um projeto anterior – traído pela ditadura – de transformar a fraternidade e a democracia racial em mitos norteadores inclusivos. Reconhecer esses três momentos como parte de uma história mais longa de ideologias raciais brasileiras – e reconstruir a dignidade e a capacidade de inovação dos pensadores negros que os viveram – é crucial para resistir ao controle que as visões totalizadoras de "democracia racial" ainda exercem sobre os relatos do passado[4].

O tema desta tese lida com pensamento e conhecimento acadêmico, mas também com afeto, dada a minha prática militante e, creio eu, diferente do que sempre ouvi, esses lugares não são excludentes. Ao contrário, "podem se traduzir em uma conexão feliz"[5]. A pesquisadora, há muito, fora afetada pelo seu objeto de pesquisa, e o contexto em que foi produzida certamente impactou ainda mais meu olhar e comprometimento com a luta antirracista. Analisar a sociedade brasileira sob o viés da História do Tempo Presente se fez uma opção política, impondo um compromisso ainda maior, tanto com os movimentos sociais, em especial o movimento negro, quanto com o meu fazer pedagógico/historiográfico, que exige cada vez mais estudos e pesquisas que venham a reforçar os meus valores ético-políticos e fortalecer minha produção acadêmica. À vista desta inquietude busco respaldo em Chartier, que nos diz:

> O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas

[4]ALBERTO, Paulina L. A Mãe Preta entre sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: DOMINGUES, Petrônio. GOMES, Flávio (Orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 396.

[5]Essa foi a fala da minha orientadora diante da minha preocupação constante com a escrita. Foi uma fala tão importante para mim que buscou seu lugar na tese. Discussões sobre "ser afetado" durante a produção da pesquisa foram feitas diante da leitura dos textos da antropóloga Jeanne Favret-Saada, nas aulas da professora Joana Bahia, na disciplina: Tópicos Especiais em História Social do Território. Esses textos nos trouxeram importantes reflexões sobre o fazer do pesquisador.

> referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. Para os historiadores dos tempos consumados, o conhecimento histórico é sempre uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar-se sobre o modo de equivalência um afastamento irredutível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói[6].

Tauana Silva[7], tomando como referência Walter Mignolo, afirma que, para o movimento negro, "a produção intelectual e a militância foram aliados essenciais na intervenção política". Dessa forma, assumindo meu lugar de militante e pesquisadora, pretendo intervir politicamente, numa perspectiva interseccional, trazendo para o movimento negro e para a educação, elementos e subsídios que possam assinalar a presença e atuação de negros e negras, indígenas e demais segmentos populares nesse contexto da história republicana, compreendida pela Ditadura Militar e a redemocratização. Busco, assim, contribuir para o combate ao racismo e ao sexismo, reduzindo as lacunas de uma historiografia, que, ao impor a ausência de determinados sujeitos, como bem disse Nascimento[8], "leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial" e de gênero.

Para Emília Viotti[9], "a narrativa histórica vem sendo usada como instrumento de dominação e exclusão" e nós pouco refletimos sobre esse processo, de como essas representações consolidam os padrões de poder. Neste sentido, ratifico a fala do historiador Flavio Gomes[10], quando este diz que o silêncio em torno das questões de raça e classe, e acrescentamos gênero, é muito mais historiográfico que necessariamente histórico. Entendemos que as narrativas sobre a Ditadura Militar, momento da história recente do Brasil, vêm fazendo um "acerto de contas", a nosso ver, em especial, com aqueles que tiveram suas vidas ceifadas pelos órgãos de repressão, e, por aqueles sujeitos que, por não comporem *a priori* o "perfil" que fora estipulado por determinadas narrativas, ficaram de fora dessa historiografia. Para além deste perfil já consagrado, quais foram as demais vítimas ou

---

[6]CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. p. 215-218. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 215-218.

[7]SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985).** Tese de doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, p. 459.

[8]NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, setembro-dezembro de 2016.

[9]COSTA, Emília Viotti da. "Patriarcalismo e patronagem: mitos sobre a mulher no século XIX". In: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república.** São Paulo: Editora da Unesp (2007): p. 493-523.

[10]GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 27.

prejudicados pelas arbitrariedades do regime e seus agentes? Quem mais resistiu, quem mais lutou contra a Ditadura Militar e tudo o que ela representou? Quem foram os silenciados? Muitos dos que sofreram as medidas arbitrárias dão hoje seu testemunho sobre como foram atingidos e como vivenciaram o período. Não nos propomos aqui a uma biografia dos sujeitos a partir de seus testemunhos. Estes aparecem aqui, trazendo suas narrativas, por vezes para elucidar ou confrontar as narrativas dadas pelos agentes governamentais através dos documentos. Não se pode analisar a história ou delinear uma trajetória sem buscar os diversos caminhos possíveis que o objeto em estudo pode nos oferecer. No que diz respeito às ações do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980, existem registros feitos pelos órgãos de repressão política do governo militar cujas análises ainda precisam ser ampliadas. São documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), e seus correlatos, que trazem registros das ações e atividades do movimento negro por todo o Brasil.

A tese versa sobre como o Serviço Nacional de Informações vigiou o movimento negro e suas lideranças, e como a partir desse processo de vigilância explicitou o olhar dos agentes e das agências do SNI sobre as ações desse movimento social e, consequentemente, sobre as relações raciais no Brasil. Em contraponto, apesar do registro no SNI de tantas instituições e ativistas do movimento negro ligados aos movimentos de resistência das esquerdas políticas, essas organizações negras não sofreram maior repressão em função da negação da existência do racismo por parte dos militares, o que pode parecer, a princípio, paradoxal. O tema se coloca em torno das discussões que envolvem as relações raciais no Brasil, os discursos oficiais que buscaram silenciar as tensões raciais na sociedade brasileira e consequentemente as ações de ativistas afro-brasileiros que construíram ao longo da história diversos mecanismos de luta contra o *status quo* racista. Nos propomos a trabalhar com o campo da História Política, por meio da análise das narrativas dos militares sobre as questões raciais, registradas nos documentos produzidos pelas agências do SNI. Procuramos, por meio da análise dos documentos, entender como o SNI se portava diante das ações do movimento negro, que, num crescente, vinha denunciando para a sociedade os danos causados pelo racismo no Brasil. Buscamos compreender as práticas e formas de atuação dos órgãos de repressão que foram estabelecidas em termos de controle e vigilância sobre as ações do movimento negro durante a ditadura militar no Brasil, registradas nos documentos produzidos entre os anos de 1964 a 1985, pelos agentes de vigilância e controle social daqueles órgãos de monitoramento e repressão do SNI. Em vista disso, para a discussão em torno das relações raciais no Brasil e o movimento negro, buscamos apoio nos estudos das Ciências Sociais, em especial na Sociologia e Antropologia, precursoras nessa discussão. Afirmamos também o

diálogo com a historiografia que trata sobre o regime militar e suas agências de repressão, que, no decorrer de suas análises e pesquisas, silenciaram sobre a ação do movimento negro contemporâneo, que atuando em relação à questão racial, enquanto movimento social, somou na luta contra o regime militar e pela redemocratização do país. Tomamos aqui o conceito de movimento negro contemporâneo trazido pelo historiador Amílcar Pereira. Em suas palavras:

> Devo dizer que considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. **Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo** e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais, etc[11].

Para o historiador[12], o movimento negro contemporâneo surgiu a partir da década de 1970 se constituindo num processo de construção política em uma rede de organizações por todo o país, cujas características específicas têm como base: oposição ao mito da democracia racial, a construção de identidades políticos-culturais negras; a reivindicação de uma revisão historiográfica no que diz respeito ao papel do negro na História do Brasil e a ideia de transformação social com base nas relações étnico-raciais, articulando raça e classe. No decorrer da década de 1970, o movimento negro criou uma rede nacional de relacionamentos somando a luta de denúncia do racismo no Brasil com as históricas lutas sociais contra a ditadura militar.

O historiador reconhece que se considerarmos a multiplicidade de estratégias, ações e formas de organização, o uso do termo "movimentos negros" no plural, estaria correto. Lélia Gonzalez (1982), reitera que apesar de toda pluralidade, as lideranças e os militantes desse movimento social se reconhecem, se autodenominam e são denominados como "movimento negro" no singular, uma vez que buscam, em sua perspectiva política, alguma unidade dentro da pluralidade em que se constituiu o movimento[13]. Ao que nos cabe, em acordo com Lélia (1982) e Pereira (2013), reconhecemos a multiplicidade e a pluralidade das instituições e organizações negras que em seu conjunto compõe o movimento negro brasileiro. Nosso entendimento conflui com os demais referenciais que nos auxiliam na compreensão deste conceito e o utilizam no singular, como faremos no decorrer da tese[14].

---

[11]PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013. p. 40. Grifo nosso. p. 11.
[12]Id., p. 131, 133, 137.
[13]Id., p. 110-111.
[14]GONZALEZ, Lélia e Hasenbalg, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982; ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988.** Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998; HANCHARD, Michel Georg. **Orfeu e o poder:**

Não obstante, a perspectiva de Amílcar Pereira no que diz respeito à presença do negro enquanto ator político na historiografia brasileira, o historiador Clóvis Moura[15] aponta que os preconceitos e julgamentos de valor negativos impostos a esse grupo pela intelectualidade brasileira, por muito tempo, deixou de colocar o negro como sujeito histórico social dinâmico, seja como indivíduo, seja como grupo. Deste modo, pode-se afirmar que há um hiato na historiografia acerca das relações raciais e da presença e atuação dos afro-brasileiros na história do Brasil republicano. Compreendemos a relevância desta tese na medida em que se propõe a contribuir junto às produções acadêmicas que tratam da temática racial no âmbito da história da República, no sentido de revisão e reconhecimento da importância do papel dos afro-brasileiros na história política do Brasil, em especial, tratando-se de um período histórico onde estes são sub-representados ou silenciados pela historiografia.

Desta forma, essa tese visa também contribuir para os recentes e ainda incipientes estudos sobre a atuação dos afro-brasileiros durante o regime militar no Brasil, de forma a reduzir as lacunas historiográficas que apontam a ausência de homens e mulheres, negros e negras, como protagonistas e sujeitos desta História. Ao abordarmos esse tema, destacamos como principal objetivo investigar como as agências de vigilância do Serviço Nacional de Informações perceberam o movimento negro e o que esse olhar revela sobre esse movimento social, e o ser negro no Brasil naquele período. Buscamos analisar as narrativas dos militares relacionados às questões raciais, presentes nos documentos produzidos pelos agentes dos órgãos de vigilância e controle social, contidos no fundo do Serviço Nacional de Informações – SNI, existentes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A partir desses registros, procuramos destacar e compreender as práticas e formas de atuação dos órgãos de repressão em termos de controle e vigilância exercidos por essas agências sobre as ações, organizações e publicações do movimento negro, examinando como se processaram as relações raciais no Brasil durante a vigência de governo autoritário. Para tanto, comparamos as narrativas dos agentes de vigilância do SNI com as narrativas dos ativistas das organizações e da imprensa negra, destacando os jornais *Sinba* e o suplemento *Afro-Latino América* do jornal *Versus* como representativos das ideias do movimento negro. A Ditadura Militar foi um momento de ruptura nas lutas dos movimentos sociais. Com essa

---

o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001; DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, vol. 12, núm. 23, julho, 2007; PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2013; SILVA, Joselina. Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos de 1970. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina. (Orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 184- 205.

[15]MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira.** Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.

ruptura ocasionada pelo golpe, seguiu-se regime militar onde o uso do aparato das forças armadas e demais órgãos de repressão contra a população civil se traduziu numa realidade opressora de qualquer manifestação contrária ao regime. Tal fato acabou fazendo com que as organizações e lideranças negras – herdeiras diretas dos movimentos negros da década de 1930/40 – vivessem um hiato obrigatório em função da conjuntura de violência e opressão do Estado ditatorial.

Com a conjuntura política e socioeconômica que se construiu com o regime militar, as permanências do racismo seguiram se consolidando, tendo como suporte ao posicionamento dos militares que se colocaram oficialmente como negacionistas no que dizia respeito ao racismo na sociedade brasileira. No entanto, apesar do Estado negar o racismo, ele estava cada vez mais presente nas práticas sociais, impondo ao ativismo, parte da juventude negra daquele período que, a partir das "brechas" deixadas pelo sistema opressor foi reconstruir formas de organização para lutar contra as opressões impostas tanto pela estrutura racista da sociedade quanto pela direção estatal. Nesse sentido, a reorganização, a articulação e o surgimento de novas organizações do movimento negro ao longo dos anos de 1970 estão intimamente ligados às lutas pela redemocratização do país e do lento processo de abertura política iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974/1979).

Para os afro-brasileiros[16], ativistas do movimento negro contemporâneo, a resistência se dava por meio do engajamento nas lutas dos movimentos sociais contra a repressão e, principalmente, na denúncia do racismo operante na sociedade brasileira, oculto pelo discurso assumido pelos militares, segundo o qual havia uma comunidade nacional harmônica convivendo sob a égide de um modelo paradigmático de democracia racial. A ideia da excepcionalidade racial do Brasil, que o traduz como um país em perfeita harmonia racial, um verdadeiro paraíso onde brancos, não brancos e negros viveriam em paz, sem antagonismos raciais, data do século XIX configurando-se como um mito de longa duração na história do Brasil.

A ideologia da democracia racial construída pela elite intelectual brasileira vai ganhar corpo junto à sociedade e se constitui como um dos pilares da identidade nacional, internacionalizando-se a partir da década de 1920, junto aos estudos comparativos de intelectuais norte-americanos. No Brasil, o sociólogo Gilberto Freyre seria o responsável, a

[16]Trabalhamos com o conceito de afro-brasileiro utilizado pelo sociólogo Ahyas Siss (2003, p. 21): quer designar os cidadãos descendentes de africanos nascidos no Brasil e remete a um movimento de identificação étnica dos nascidos na diáspora africana em outros lugares. Deve ser compreendido, ainda, no sentido que lhe dá o movimento negro. Ver: SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

partir de sua obra Casa Grande & Senzala, publicada em 1933, por trazer luz às ideias de superioridade das relações raciais no Brasil com base na harmonia racial, gerando um fator de orgulho nacional[17]. A ideia de o Brasil como a maior democracia racial do mundo gerou muitas pesquisas, em especial a partir dos anos de 1950, com o projeto UNESCO. Andrews, tomando os estudos de Florestan Fernandes e Emília Viotti sobre as relações raciais no Brasil, faz uma tradução literal dessa ideologia:

> O conceito de democracia racial estabelece que o Brasil é uma terra inteiramente livre de impedimentos legais e institucionais para a igualdade racial, e em grande parte (Particularmente em comparação com países como os Estados Unidos) também isento de preconceito e discriminação raciais informais. A nação oferece a todos os seus cidadãos – negros, mulatos ou brancos – uma igualdade de oportunidade virtualmente completa em todas as áreas da vida pública: educação, política, empregos, moradia. Por isso, os afro brasileiros desfrutam de oportunidades para se aprimorar e da liberdade para competir com seus concidadãos na luta por bens públicos e privados, em um grau desconhecido em qualquer outra sociedade multirracial do mundo[18].

A UNESCO, tomando o Brasil como um "laboratório de civilização", patrocina junto a diversos intelectuais, pesquisas sobre as relações raciais no país. Florestan Fernandes e outros intelectuais, em suas pesquisas, ao contrário do esperado, apontam as desigualdades raciais no país consagrado como democracia racial. Pesquisando as bases da construção da ideia de democracia racial, Fernandes vai apontar que essa ideia se constituiu como uma distorção da realidade brasileira, sem nenhuma consistência na vida das "populações de cor", sendo uma reação da elite nacional contra uma efetiva ascensão social desta população[19]. Avançando ainda mais nessa perspectiva, o também sociólogo Carlos Hasenbalg, refletindo sobre as estruturas das desigualdades raciais no Brasil, afirmou que "o mito da 'democracia racial' brasileira, é, indubitavelmente, o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo".[20]

Ao pensarmos o mito como desmobilizador das lutas de negros e negras contra as desigualdades sociais e raciais, que estruturam as relações raciais no Brasil, justifica-se "a denúncia do 'mito da democracia racial' como um elemento fundamental para a constituição do movimento negro a partir da década de 1970", como afirmou Pereira (2013, p. 132)[21]. Ao tratarmos aqui sobre o fato de os militares, durante a ditadura, tomarem a democracia racial

---

[17]HANCHARD, op. cit., cap. 3.
[18]ANDREWS, op. cit., 203.
[19]FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
[20]HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 241.
[21]PEREIRA, op. cit., p. 132.

como base ideológica do Estado, tendo como princípio a ideia de uma unidade nacional, adotamos a explicação do sociólogo:

> Como construção ideológica, a "democracia racial" não é um sistema desconexo de representações; está profundamente entrosada numa matriz mais ampla de conservadorismo ideológico, em que a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais. (...). Assim, a imagem da harmonia étnica e racial como parte de uma concepção ideológica mais ampla da "natureza humana" brasileira é associada a um mecanismo de legitimação destinado a dissolver tensões, bem como a antecipar e controlar certas áreas de conflito social[22].

A ideologia da democracia racial durante a ditadura seguiu como um mecanismo de controle das tensões raciais visto que os militares se esforçavam para mostrar ao mundo o Brasil como um país organizado sob bases democráticas. O período que nos propomos a pesquisar diz respeito ao contexto histórico da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a partir da construção do seu aparelho opressor, ao processo de abertura política, demarcada pela reativação dos movimentos sociais, entre eles o movimento negro; estendendo-se ao processo de "desconstrução" dos órgãos de repressão e vigilância e o fim do governo militar no Brasil, com a campanha pelas eleições - movimento Diretas Já - para presidente, com ampla participação popular, e forte presença do movimento negro.

A campanha culminou na eleição do primeiro presidente civil, Tancredo Neves, após 21 anos de regime militar. Assim, tomamos como marco temporal a criação do Serviço Nacional de Informações-SNI, pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cabe destacar que o SNI foi criado para ser o órgão responsável pela produção de informações que viria orientar as ações do presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional. Seu aparato, integrado ao sistema repressivo da Ditadura Militar[23], chegou à década de 1980, "produzindo um arquivo de 250 mil fichas de brasileiros"[24], sendo parte desse arquivo tomado como fonte documental para a presente pesquisa.

Para o movimento negro, a década de 1980 marca o surgimento de novas estratégias de atuação política, onde as lideranças negras buscam "a construção de espaços de interlocução com os poderes públicos", sendo este um período de articulação e vinculação com os partidos políticos e o Estado, com vistas a inserir suas reivindicações como parte das políticas públicas. Esta década marca também o avanço do movimento de mulheres negras. Nascido no seio das discussões e lutas do movimento negro, que desde sua gênese contou

---

[22]HASENBALG, op. cit., p. 244-245.
[23]FICO, Carlos. **Como eles agiam; os subterrâneos da ditadura militar; espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
[24]LAGÔA. Ana. ***SNI: como* nasceu, *como* funciona.** Brasiliense, 1983.

com o protagonismo da mulher negra, como destacou Lélia Gonzalez (1982, p. 34) sobre o surgimento do movimento de mulheres no Rio de Janeiro em 1975: "chegou a um ponto que as mulheres passaram a se reunir separadamente, para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutia os problemas comuns". Apesar de as pesquisas sobre o movimento negro focarem prioritariamente nas lideranças masculinas, as mulheres negras atuaram intrinsicamente no movimento negro contemporâneo[25], especialmente como mediadoras no processo de articulação e construção de alianças políticas deste com o poder público, com observa a socióloga Flavia Mateus Rios:

> (...). Aliás, uma das alianças mais significativas desse contexto foi justamente aquela entre os movimentos feministas e de negros, mediados, sobretudo pelo emergente movimento de mulheres negras, que teve papel decisivo na articulação de pautas conjuntas e ampliação do discurso racial para o interior dos setores femininos mobilizados, ao mesmo tempo em que introduziu nos círculos negros ideias sobre a emancipação da mulher. A mobilização das ativistas negras se faz visível nesse período tanto por sua inserção na esfera dos conselhos, como nas suas formas organizativas na sociedade civil[26].

Na construção deste pensamento, a historiadora chama atenção para o fato de que por muito tempo as mulheres negras não tinham "voz nem vez nos espaços públicos". No entanto:

> Mulheres não eram raras nas organizações dos movimentos políticos negros, ao contrário, a presença feminina era flagrante na imprensa e nas associações. Contudo, a atuação delas era relegada ao segundo plano na hierarquia interna do movimento social (...). Se lideranças femininas tinham pouca visibilidade no movimento negro durante boa parte do século vinte, será no processo de reorganização da mobilização antirracista nos finais da década de 1970 e sob o impulso dos debates no movimento feminista, que as mulheres negras emergirão como protagonistas na cena pública[27].

A luta política que pautou o processo de organização, mobilização e articulação das mulheres negras chamou a atenção das agências de vigilância. Tal fato, assim como a vigilância sobre as demais manifestações do movimento negro neste período, apontam para as tensões em torno das relações raciais e estão registrados em diversos documentos nos arquivos do SNI. O que opunha o movimento negro à Ditadura Militar, para além da luta política, era principalmente a denúncia no Brasil, e especialmente no exterior, do racismo existente na sociedade brasileira. Esse foi o 'calcanhar de Aquiles' para os militares, uma vez que a luta política travada pela esquerda, onde boa parte dos ativistas negros se inseria, era

---

[25]Como vem apontando algumas pesquisas, historicamente as mulheres negras sempre atuaram nas organizações do movimento negro, inclusive, algumas delas formadas somente por mulheres. A esse respeito ver: DOMINGUES, 2007, p. 104. DOMINGUES, P. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil.** Cadernos Pagu, nº 28, p. 345–374, jan. 2007.

[26]RIOS, Flavia Mateus. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado.** (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo, 2014a, p. 144.

[27]Id., p. 29.

combatida pelos militares abertamente. No entanto, o movimento negro dizia o indizível, o interdito, e isso fez com que os militares usassem como estratégia às ações do movimento negro, a negação do racismo por meio do silenciamento daquelas insurgências.

Apesar de uma aparente inoperância dos militares em relação às ações do movimento negro, o SNI e os órgãos de repressão estiveram o tempo todo olhando para as questões raciais mundo a fora, sem deixar de registrar, observar e avaliar o que acontecia internamente. Simultaneamente, os militares se municiavam de informações sobre o que estava acontecendo no exterior relacionando ao que estava acontecendo no Brasil, sobre as relações raciais e os movimentos de contestação de base racial. Estavam postas as duas faces do SNI e de seus órgãos de vigilância em torno dos assuntos que estavam enquadrados como de segurança nacional. Vigiando tudo o que entrava e o que saia do/no Brasil, olhando para o interior e o exterior, cuidando para prever qualquer ação que fosse possível dentro do campo minado que era o Brasil onde, apesar da convicção ideológica em torno da propagada democracia racial, reconheciam no país uma certa fragilidade em torno das relações raciais que precisava ser cuidada.

Havia que se preparar a reação para uma possível "influência" daqueles movimentos internacionais no Brasil, daí o monitoramento das ações do movimento negro e suas lideranças e do que acontecia nos EUA, na África, e onde mais se colocasse essa questão. Negar e silenciar a existência do racismo e todas as ações que o colocassem em evidência e ao mesmo tempo exaltar o Brasil ao mundo, como a mais perfeita democracia racial, era feito exaustivamente pelo Ministério das Relações Exteriores, auxiliado por sua Divisão de Segurança e Informações, órgãos que compunham o SNI. A tese apresenta as interseções entre movimento negro e a Ditadura Militar. O tema surgiu com enfoque do SNI sobre o movimento negro, porém, foi ampliando a forma, na medida em que as referências sobre este movimento não destacavam a atuação das mulheres negras ou elas estavam subsumidas no interior do movimento negro, enquanto apareciam nos jornais negros e nos documentos do SNI. Assim, uma busca mais ostensiva aos documentos foi apontando para uma ação mais efetiva, reativa e proativa dos órgãos de vigilância do SNI, tanto no que diz respeito às ações do movimento negro e ao movimento de mulheres negras no Brasil, quanto às questões raciais e ações da militância no exterior.

Os documentos: viagem e pouso

Em 2011, num processo de fortalecimento da democracia no Brasil, por ato presidencial assinado pela presidenta Dilma Rousseff, instalou-se a Comissão Nacional da Verdade[28]. Integrada, por brasileiros "identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos",[29] visando fortalecer às instituições democráticas e beneficiar a sociedade brasileira, uma vez que se propunha promover a explanação pública das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos seus opositores. A CNV situou o Brasil no contexto dos países que também passaram por ditaduras e há muito já vinham buscando justiça e o direito à memória para as vítimas dos regimes autoritários. Como assinalou a escritora Beatriz Sarlo[30], "em condições subjetivas e políticas "normais", o passado sempre chega ao presente."

Assim, testemunhos e documentos ajudaram a Comissão da Verdade a elucidar fatos passados durante a ditadura no Brasil e às vítimas a serem reconhecidas e seus familiares a buscarem indenização do Estado. Parte dos nossos que enfrentaram a ditadura com a luta revolucionária, que foram presos, torturados e mortos, suas famílias receberam indenização do Estado[31]. No entanto, entendemos que a Comissão Nacional da Verdade, em especial no relatório Tomo II, não deu ao movimento negro na ditadura, a atenção que deu a outros segmentos sociais como no caso dos camponeses, indígenas, comunidade LGBT, setores da sociedade civil que sofreram violações de direitos humanos, deixando de fora documentos do período que testemunham a atuação do movimento negro. Quantos dos que foram afastados de suas funções, que foram impedidos de seguir carreira militar ou no serviço público, que sofreram sansões nas universidades, que foram presos e torturados como "presos comuns" - pois, para o sistema, prender, torturar e desaparecer com corpos negros sempre foi lugar comum – deixaram de receber indenização do Estado?

---

[28]Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm Acesso: 12 de junho de 2014.

[29]Comissão Nacional da Verdade – relatório – volume I – dezembro de 2014. *Op. cit*. p. 21.

[30]SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 10.

[31]Em 2009, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) destacou do livro-relatório "Direito à Memória e à Verdade" - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em torno de dez por cento do total das vítimas da ditadura, mortos e desaparecidos políticos descritos pela Comissão Nacional da Verdade, de homens e mulheres, negros e negras. Os perfis desses indivíduos foram descritos no catálogo "Direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar". Os casos do catálogo, foram objeto de processo da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e os familiares das vítimas indenizados pelo Estado brasileiro. Ver: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

Sobre os registros desse tempo vivido, pelos nossos, é possível que os dedos de uma mão deem conta de listar aqueles que escreveram suas memórias da ditadura. As memórias dessa fase da República seguiram à direita e à esquerda - apesar das disputas pela memória – única, de cunho branco, jovem, hétero, classe média letrada e sob as bênçãos do mito da democracia racial. Não aparece a luta dos indígenas, dos homossexuais, das mulheres, dos negros, das mulheres negras. Desta forma, criou-se um perfil, um estereótipo, como se esses não fossem sujeitos políticos, não tivessem vivenciado o regime militar, não tivessem lutado ou resistido de várias formas contra a opressão do Estado. Entendemos que o apagamento da presença e das lutas desses outros sujeitos torna a história desse período incompleta[32]. É nesse espaço de incompletude que buscamos nosso objeto. O historiador Carlos Fico[33], de quem tomamos nossas referências, nos alerta que "uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade".

Nesse sentido, cabe destacar que quanto aos documentos, não os tomamos como fonte indiscutível da verdade, visto que as narrativas dos agentes vêm carregadas de intencionalidades, de estereótipos e preconceitos arraigados na forma de pensar, ver e agir, em relação aos sujeitos negros. No entanto, acordamos com o historiador quando ele afirma:

> Os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio. Mas se nós entendermos "verdade" em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos fenômenos, então podemos afirmar que a "verdade" que os documentos da ditadura registram é mobilizadora[34].

De fato, a quantidade de documentos produzidos pelas agências do SNI sobre o movimento negro, e a forma como as agências se comunicavam através deles, um documento complementando o outro, ora se repetindo, ora acrescentando um detalhe ou reafirmando outros, e todas as agências vigiando os sujeitos/organizações alvo, emitindo relatórios, informações, informes, foi para nossa pesquisa um fato mobilizador na medida em que foi necessário escrutinar essa volumosa documentação. A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração. Muitas vezes, as narrativas dos agentes desintegram-se frente às narrativas dos militantes do movimento negro, destacadas

---

[32]ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
[33]FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro.** Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun 2012.
Disponível em: STONE Lawrence O Ressurgimento Da Narrativa | PDF | Marxismo | Economia (scribd.com). Acesso em: 14 de março de 2014.
[34]Id., p. 58.

dos depoimentos dados a Alberti e Pereira (2007)[35] fonte a qual recorreremos sempre que necessário para compreensão ou comprovação das narrativas dos agentes de vigilância, mediante aos fatos ocorridos no interior do movimento negro e ao real perfil das suas lideranças.

Uma vez que memória e história estão imbricadas na História do Tempo Presente, buscamos comparar a história narrada pelos documentos oficiais com as narrativas dos sujeitos, com base também na produção bibliográfica que trata tanto da ditadura militar quanto do movimento negro. Os relatos dos documentos somados às referências bibliográficas deram a dimensão do cenário por onde se movia o movimento negro. Os documentos, mais que provas, lançam luz sobre o pensamento e as análises das agências de informações sobre as ações daquelas organizações e seus sujeitos[36]. Os documentos confirmam o que nos foi relatado em entrevista, o que vimos relatado nas entrevistas efetivadas por Alberti e Pereira: sempre havia algum informante nos encontros do movimento negro. Às vezes era possível identificá-los.

Carlos Fico[37], chama a atenção para o fato de que o Brasil é detentor de um dos maiores acervos públicos de documentos outrora sigilosos produzidos por uma ditadura militar. Não à toa, são inúmeros os documentos, dossiês que tratam do movimento negro no fundo do SNI. Esses documentos apontam, no movimento negro, se não indivíduos atingidos pela tortura, pela violência explícita, algumas que foram prejudicadas diante dos mecanismos criados pela repressão - boa parte das vezes ocultos - para atingir os chamados inimigos internos. Nesse sentido, cabe aqui destacar a importância desses documentos para ampliação do conhecimento histórico sobre o período, em especial no que diz respeito a personagens antes ocultos dessa fase da República do Brasil, assim como o movimento negro, negros e negras que lutaram nas organizações de esquerda e na luta armada, indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, entre outros.

De acordo com Fico[38], o surgimento dessas fontes, vem acarretando uma fase de descobertas e revisões da historiografia do período da ditadura militar. E sobre esses documentos, o historiador reafirmou:

---

[35]ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC /** Org. Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. - Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007.
[36]STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História.** Past and Present, nº 85, novembro de 1979, p. 3-24.
[37]FICO, 2012, Op. cit., p. 56.
[38]FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 58.

> Seguramente, não podemos atribuir a tais papéis o poder de revelar a "verdade", numa descabida revivescência do fetiche historicista pelo documento. Porém, sua importância é evidente, e não apenas dos "documentos secretos", mas igualmente dos papéis administrativos rotineiros, que aos poucos também vão sendo revelados[39].

Le Goff (2003), contribui com essa discussão, ressaltando que, ainda que o documento resulte da escolha de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. Para ele, o documento não encerra em si a verdade, uma vez que ele é o resultado das escolhas e intenções daqueles que o elaborou, trazendo, portanto, uma visão parcial da história. Nesse sentido,

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa[40].

A pesquisadora Xenya de Aguiar Bucchioni nos adverte quanto à ambiguidade dos documentos produzidos pelas agências de vigilância, uma vez que estes respondem a regras, normas, obediência, diretrizes, códigos de conduta:

> (...) o material produzido pelas redes denominadas genericamente de "repressão" remete à hierarquia entre subordinados e superiores. E a uma longa cadeia de relações intra, inter e extrainstitucionais. Novamente, apresentam-se as versões. O que se lê ao ler esses documentos oficiais? Na camada primeira, um filtro, uma seleção, uma edição, uma transcrição. O documento endereçado a alguém com quem se mantém ou se estabelece um vínculo de trabalho[41].

Alberti e Pereira[42] reforçam essa discussão afirmando que "o trabalho com documentos é especialmente interessante, pois, em geral, eles respondem as perguntas que nós fazemos hoje, as quais eles não tinham, originalmente, intenção de responder. De fato, como frisa Alberti, "as fontes são nosso material empírico. Quando trabalhamos com elas, o passado fica mais concreto e palpável. Ao mesmo tempo em que percebemos como o conhecimento

---

[39]FICO, Carlos. **A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 67-78, jul/dez. 2008, p. 76. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/208331861/Carlos-Fico-Ditadura-Documentada# Acesso em: 10 de julho de 2020.

[40]Le GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 536.

[41]BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **CAMINHOS CRUZADOS: Versus (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura.** (Tese Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco-Centro de Artes e Comunicação. 2018, p. 232.

[42] ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa.** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.73-98, dez. 2008, p. 77. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28797/possibilidadesAlberti.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

histórico se constitui"[43]. François Hartog[44], adverte que "os documentos são vozes exigentes e portadoras de uma dívida a pagar". Por isso nos convoca, enquanto historiadores, a dirigir-nos aos arquivos e "mergulhar nas profundezas de uma época (...) transgredir deliberadamente a fronteira entre o passado e o presente. (...) na sequência, fazer ouvir essas vozes, o que não significa, de modo algum, desaparecer à frente delas". Iniciamos a pesquisa, consultando os arquivos do SNI no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro em 2018[45].

Com a pandemia, a pesquisa passou a ser feita online, no site do Arquivo, por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN[46], o que permitiu acesso aos documentos necessários à pesquisa, com base no Fundo documental do Serviço Nacional de Informações-SNI. O sistema nos apresentou uma enormidade de documentos do período. Acordamos com o historiador Enrique Serra Padrós[47], quando nos chama à atenção para o fato de que "uma das grandes dificuldades colocadas para o estudo da História do Tempo Presente é a abundância e a variedade de fontes primárias existentes, a ponto de o historiador não ter condições físicas e tempo disponível para trabalhá-las". Carlos Bacellar[48], ao discorrer sobre as fontes históricas - mais precisamente sobre o uso dos arquivos - conseguiu captar o misto de alegria, êxtase e alívio que acomete o historiador quando consegue encontrar nos arquivos os documentos que vão dar o aporte ao tema de sua pesquisa.

Sem dúvida, saber que os documentos estão lá a esperar que o historiador retorne é mobilizador! Em outra assertiva, Bacellar nos alerta que "a pesquisa em arquivo nos reserva surpresas". Efetivamente, a cada busca, uma riqueza de informações inesperadas fez com que outros sujeitos saltassem dos relatos solicitando seu lugar na História. Uns pudemos responder, outros foram anotados para posteriores análises. Ao acessar os documentos, foi possível, como afirmou Hartog[49], "captar as linhas de força de uma conjuntura histórica". Os documentos, mediante as narrativas dos agentes de informações, ora denotam um

---

[43]Oficinas de História. #10 de dezembro: o uso de documentos para ensinar ditadura militar. YouTube, 12 de setembro de 2022. Disponível em: (457) Oficinas de História - YouTube. Acesso em: 2 de julho de 2023.

[44]HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 224.

[45]Comecei a pesquisar sobre o movimento negro no período que compreende a ditadura militar no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em 2014 para dissertação de mestrado. A partir de 2018, direcionei a pesquisa ao fundo documental do SNI.

[46]Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN. É um instrumento de pesquisa online disponibilizado pelo Arquivo Nacional.

[47]PADRÓS, Enrique Serra. **Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente.** Anos 90, Porto Alegre, v. 11, nº 19/20, p. 199-223, jan/dez. 2004, p. 205. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6356/3807. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[48]BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes históricas /** Carla Bassanezi Pinsky, (Org.). — 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

[49]HARTOG, François. **[Entrevista].** Revista Brasileira de História. 35 (70) jul/dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005. Acesso em: 28 de junho de 2023.

posicionamento possivelmente ligado à linha dura, outra a linha mais moderada, ou ligado a esta ou aquela agência de informação[50]. Porém todas as narrativas selecionadas, e foram muitas, estavam ligadas ao princípio da valorização da mestiçagem e da ideia de um país com democracia racial. Para seleção dos documentos o primeiro critério foi o fundo do SNI, que traz documentos de todas as agências que compunham o sistema de informações, através do processo de difusão de documentos. Assim, selecionamos também, os documentos contidos na Divisão de Segurança Informações do Ministério das Relações Exteriores – DSI-MRE, relacionadas com o SNI, destacando aqueles que se inseriam no processo de constituição das organizações do movimento negro e suas atividades dentro e fora do país.

Para auxiliar-nos na compreensão do conteúdo dos documentos foi fundamental o uso de referências bibliográficas sobre Ditadura Militar no Brasil, sobre o Serviço Nacional de Informações, sobre os aspectos das relações internacionais do Brasil, e sobre o movimento negro, em especial, as organizações negras no período que corresponde a pesquisa. Para elucidação dos fatos, foi importante buscar as narrativas das lideranças do movimento negro. Nesse sentido, buscamos como subsídio as entrevistas extraídas do livro Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC, fruto da pesquisa "História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral", desenvolvida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), coordenado pela historiadora Verena Alberti e pelo historiador Amílcar Pereira[51]. Para esta tese, essas narrativas, carregadas de experiência na luta contra o racismo, como afirmou Alberti[52], "tornam-se privilegiadas quando se trata de tentar entender as relações raciais na sociedade brasileira". Corroborando com essa perspectiva, consideramos importante a contribuição das historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Lucília Delgado quando asseguram que:

> A história oral tem possibilitado o registro de inúmeras narrativas, que são importantes construções memoriais, individuais e coletivas. São diferentes sujeitos e testemunhas da história que, estimulados por historiadores e profissionais de áreas

[50]Os militares trazem em sua formação subjetividades e experiências, as quais compõe suas convicções políticas e, portanto, seu discurso e os agentes de informações militares ou não, estavam diretamente ligados a um comando, atendendo aos interesses deste. Por sua vez, expressavam as tendências políticas que estavam postam nas Forças Armadas. A esse respeito ver: FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro, Record, 2004. Op cit, p. 58, 109-113.

[51]ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007. Constitui-se de um banco de entrevistas com lideranças do movimento negro no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980.

[52]ALBERTI, Verena. **"Narrativas pregnantes" como "jogos de linguagem": possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein".** (2011). História Oral, v. 11, nº 1-2, p. 127-148, jan-dez. 2008, p. 130. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper Acesso em: 1 de julho de 2021.

> afins à história, relatam suas experiências de vida, as quais se convertem em documentos passíveis de crítica e análise. Em outras palavras, narrativas e testemunhos são identificados como registros relevantes – como documentos – que podem contribuir para um melhor embasamento da história do tempo presente. São vozes múltiplas, que muitas vezes registram de formas diferentes e até conflitantes a rememoração de acontecimentos e processos[53].

Diante da relevância dessas narrativas, Alberti e Pereira (2008)[54], ao discutirem as possibilidades das fontes orais para o fazer historiográfico, atestam que as narrativas das lideranças do movimento negro das quais nos apropriamos, nos permitem ampliar nosso conhecimento sobre o passado, sobre a história política do país, possibilitando conhecer como se construíram as articulações entre as organizações negras, entre essas e as esquerdas, quem participou e como esse processo esteve presente nas narrativas dos agentes de vigilância apontadas pelos documentos. Com efeito, como assinalou Sarlo[55] (2007, p. 24), "a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado". "Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração". Por meio dessas diferentes narrativas podemos reconstruir o passado de uma história institucionalizada" entendendo-a partir de sua lógica".

Voldman[56] avalia que "deve-se encorajar operações como a constituição dos *arquivos orais"*, de forma que o testemunho não seja utilizado somente por quem o recolheu, ao contrário, que possam ser reutilizados e interrogados para novos fins de pesquisa. Nesse sentido, Heymann e Alberti reclamam uso ínfimo dos acervos de história oral disponíveis, uma vez que ao explorar esses acervos, o historiador se coloca diante de outras possibilidades analíticas das entrevistas. Mediante a essas possibilidades:

> O uso de quaisquer entrevistas, seja em sua primeira utilização seja em um eventual reuso, demanda a ampliação do foco: do entrevistado e seu enunciado, para a entrevista e as condições de enunciação - não apenas o encontro entre entrevistado e entrevistador, mas todo o percurso de produção e conservação do depoimento[57].

---

[53]DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Marieta de M. **História do tempo presente e ensino de História.** Revista História Hoje, [S. l.], v. 2, nº 4, p. 19-34, 2014, p. 28.
Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90. Acesso em: 20 de junho de 2020.

[54]ALBERT, Verena; PEREIRA, Amílcar A. **Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa.** Anos 90, Porto Alegre, vol. 15, nº 28, p.73-98, dez. 2008. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28797/possibilidadesAlberti.pdf. Acesso em: 14 de fevereiro 2021.

[55]SARLO, op. cit., p. 24. 2007.

[56]VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 252.

[57]HEYMANN, Luciana Quillet; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações.** 1ª ed. – São Paulo: Letra & Voz, 2018, vol. 1, p. 18.

Tais colocações nos dão aval e conforto, uma vez que entendemos que ao reutilizarmos as entrevistas não estamos diante de "um patrimônio silencioso". Ao contrário, aqui essas narrativas dialogam com os documentos, nos possibilitam utilizá-las dentro do contexto da Ditadura Militar, nos trazendo o percurso do movimento negro, sua pluralidade de vozes construídas num passado muito presente e por isso mesmo, contemporâneas do nosso fazer historiográfico, do momento político que ora nos dedicamos a estudar. As narrativas das lideranças do movimento negro trouxeram o ambiente e as formas de locomoção daqueles sujeitos dentro daquele cenário político da repressão. Possibilitando, quando não contrapor as narrativas dos agentes de vigilância, ao menos compará-las, utilizando-as como testemunho importante para retomada daquele período histórico. Nas narrativas oficiais, encontram-se os discursos que buscavam invisibilizar as tensões raciais na sociedade brasileira e nas narrativas das lideranças negras, a construção de diversos mecanismos para denunciar essas tensões, embasadas pelo racismo, submetido à ideologia da democracia racial que sustentava as narrativas oficiais.

Nesse sentido, Sarlo[58] afirma que "o campo da memória é um campo de conflitos". É nesse campo de conflitos que, entendemos, como as agências de vigilância do SNI atuaram sobre o movimento negro, deixando como registro as suas narrativas. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade também foi base documental para a escrita dessa tese, a despeito da lacuna em relação a repressão sobre homens e mulheres negras e negros, sobre a vigilância acirrada em torno das organizações negras e demais agentes sociais, visto que dado aos limites de seu escopo, a Comissão Nacional da Verdade "não incorpora no rol das vítimas grande parcela da sociedade" pessoas comuns, que tiveram suas vidas direta ou indiretamente afetadas pela repressão[59]. Não obstante, o Relatório contribuiu para compreensão dos meandros e da atuação do SNI, em especial para compreensão das ações do Ministério das Relações Exteriores sobre lideranças negras que estiveram vigiadas, e sofreram retaliações a partir da vigilância sofrida pelos informantes da Central de Informações deste ministério. Assim, como o período de abertura política iniciada pelo presidente Geisel viu nascer diversas organizações do movimento negro, a imprensa negra contemporânea também ressurge no mesmo período, chamando a atenção das agências de informações do SNI.

---

[58]SARLO, op. cit., 2007.

[59]O historiador Carlos Fico, devido a sua atuação como pesquisador do período e experiência com os arquivos da ditadura militar, há muito vem chamando atenção para a existência de uma documentação, de dossiês que tratam das pessoas comuns que foram atingidas pela ditadura militar, em especial funcionários públicos, de empresa estatal, autarquias, fundação, entre outras. Ver: Arend, Silvia & Hagemeyer, Rafael & Lohn, Reinaldo. **Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico.** Revista Tempo e Argumento, 2013. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/2175180305102013. Acesso em: 14 de outubro 2022.

Como a imprensa escrita foi uma das maiores vítimas da censura, a imprensa negra não escapou da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - DSI/MJ, que aliado ao Departamento de Polícia Federal-DPF, faziam a censura e a vigilância aos meios de comunicação, encaminhando as informações ao SNI. Sendo a imprensa negra tão vigiada quanto às organizações do movimento negro, o material apreendido pelo SNI com anotações que revelam as narrativas construídas pelos agentes a partir da leitura dos conteúdos desses jornais, somam-se aos demais documentos que nos serviram de fontes para a pesquisa. Para subsidiar nossa análise utilizamos também os jornais da imprensa negra, Sinba e o suplemento Afro-Latino América do jornal *Versus* que constituem parte dos documentos produzidos.

A tese está organizada em seis capítulos somados a introdução e conclusão. Nosso objeto será analisado a partir do conceito de Ditadura Militar, visto que nos debruçaremos em torno da ação da repressão sobre o movimento negro. Para tanto, no primeiro capítulo "Ditadura militar no Brasil: a natureza do evento" pretendemos contextualizar o debate historiográfico acerca da análise dos historiadores em torno do regime político que se sucedeu ao golpe, evento ocorrido em 31 de março de 1964, que deu início a um dos períodos mais repressivos da história nacional, a Ditadura Militar. Apresentamos produções historiográficas relevantes que abordam este período, que, por sua vasta produção teórica e qualidade do debate atendem ao que nos propomos aqui. Buscamos outros sujeitos atingidos pela repressão e outras formas de resistência à ditadura, identificando novos perfis e colocando a questão racial como um dos temas centrais das discussões políticas nesse período, o que justifica a relevância de nossa pesquisa. Apresentaremos o contexto e o percurso de criação do Sistema Nacional de Informações e sua estrutura, mostrando como se dava seu aparato desde a composição das agências, passando pela formação dos agentes de vigilância e informações sobre as formas de produção dos documentos que alimentavam o SNI, fator importante para a compreensão dos documentos fontes da pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado "Movimento negro contemporâneo: da Ditadura Militar à redemocratização", faremos uma pequena digressão sobre o período de abertura política marcada pelo fim do Estado Novo em 1945. Esse período, caracterizado pela mobilização política do pós-guerra, marca também a mobilização em torno da Assembleia Nacional Constituinte que viria a ser promulgada em 1946. No contexto dessas mobilizações estão as organizações do movimento negro desse período, dentre elas o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, liderado por Abdias Nascimento, que se insere nas discussões onde as relações raciais no Brasil já figuravam como tema de grande importância para o mundo. O tema seria alvo das pesquisas financiadas pela Organização das Nações Unidas para

Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, no Brasil, naquele momento consagrado como exemplo de democracia racial. Essas pesquisas mudaram a compreensão das relações raciais no país e fizeram parte do arcabouço teórico que veio auxiliar as discussões do movimento negro dos anos de 1970. Buscamos compreender como e porque o governo militar ignorou os resultados das pesquisas desenvolvidas pela ONU no Brasil através dos estudos da UNESCO e reafirmaram a ideologia da democracia racial por meio de ações políticas que apresentavam um país harmônico, onde a convivência inter-racial era a base do que entendiam por democracia. E por fim, trataremos dos marcos de ruptura do movimento negro com o Estado e sua ideologia, a partir de seu engajamento como sujeito em diversos movimentos sociais na luta pela redemocratização. Nessa perspectiva, organizado politicamente contra a ordem vigente, esse movimento social esteve nas lutas contra a repressão imposta pela ditadura e, do mesmo modo, comprometido em combater o racismo no Brasil denunciando aquela ideia de democracia racial como mito. Ao refletirmos sobre a história do movimento negro, decidimos**,** no terceiro capítulo, sob o título: "Mulheres negras em movimento, enegrecendo os movimentos sociais e mobilizando o SNI", evidenciar a atuação das mulheres negras que foram um diferencial nas diversas fases da luta contra a repressão. Apresentamos as ações dessas mulheres no movimento negro e como pautaram as relações de gênero dentro de suas organizações. Apontamos como atuaram politicamente em diversas organizações de esquerda e movimentos sociais e construíram o movimento de mulheres negras, atuando em duas frentes de luta: no combate ao racismo e ao machismo, inaugurando as discussões em torno do feminismo negro no Brasil.

No capítulo quatro, intitulado "A Imprensa Negra nas ruas: demarcando a luta do movimento negro contemporâneo", deslocamos o foco para a imprensa negra que ressurge junto ao movimento negro contemporâneo. Apresentamos os jornais negros que surgiram entre os anos de 1970 e 1980, fase profícua da chamada imprensa alternativa, categoria em que vem sendo colocada a imprensa negra do período. Essa imprensa, seguindo os princípios da imprensa negra que a antecedeu, traz as demandas da comunidade negra, representando as posturas políticas ideológicas de suas organizações e demarcando suas pautas reivindicativas. Nascida junto à juventude negra universitária, essa imprensa busca a politização da comunidade negra. As páginas desses jornais balizam o pensamento dessa juventude que luta pela redemocratização do país e com uma escrita ácida denunciam o racismo e a discriminação racial cotidiana, desnudando o mito da democracia racial, exaltando uma identidade negra com base nos valores culturais africanos, divulgando e se solidarizando com as lutas pela libertação na África e pelos direitos civis nos Estados Unidos. A imprensa negra

vai apontar caminhos para o movimento negro, não passando despercebida pelas agências de vigilância do SNI, cujo monitoramento produziu os documentos com os quais apresentamos esses jornais. Vamos analisar a partir dos documentos do SNI como os agentes monitoravam a imprensa negra e seus colaboradores, e a impressão que tinham em relação aos jornais.

A partir dos aspectos apresentados sobre a imprensa negra, no quinto capítulo intitulado "*Sinba* e *Afro Latino América/ Versus*: alvos da vigilância e da Lei de Segurança Nacional" centramos nossa atenção nos jornais *Sinba*, da Sociedade Intercambio Brasil-África e nos Cadernos *Afro Latino América* do jornal *Versus*. A escolha desses jornais está pautada nas suas referências: o *SINBA*, porque nasce de uma das primeiras e mais representativas organizações do movimento negro no Rio de Janeiro, cujas lideranças, em articulação com demais lideranças e organizações negras de São Paulo, participaram da criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. O suplemento *Afro Latino América* representa a atuação das lideranças negras na Convergência Socialista cuja base Trotskista marcou o discurso marxista do MNU, posicionando a luta do movimento negro no binômio raça e classe. Destacamos os documentos e as análises dos agentes sobre isso nos jornais *Sinba* e *Afro-Latino América* em contraponto aos depoimentos de seus editores e colaboradores a partir das entrevistas do Banco de História Oral do CEPDOC-FGV e com elas analisaremos as narrativas desses sujeitos sobre a produção dos jornais, apontando como os militares dos órgãos de vigilância direta ou indiretamente tentaram interferir na publicação desses jornais. O sexto capítulo, sob o título "O olhar bifronte: a política do governo militar em relação à questão racial", buscamos entender a política do governo militar frente as relações raciais no Brasil. Durante a ditadura militar, se intensificaram acusações de preconceito racial presente nas relações interpessoais e de racismo institucional por todo país. Esse fato veio corroborar com a luta do movimento negro em denunciar interna e externamente o Brasil como um país racista. No entanto, o Estado brasileiro, ao reafirmar a ideologia da democracia racial, demarcou o projeto político ideológico dos militares, colocando-se contrário a luta antirracista impetrada pelo movimento negro. Analisaremos os documentos dos organismos de vigilância e repressão que sinalizaram junto ao Ministério das Relações Exteriores as ações do governo militar como medida para silenciar sobre o racismo no país. As narrativas deste ministério aliado à comunidade de informações, mediante os fatos, nos ajudaram na análise sobre a visão dos militares a respeito das relações raciais no Brasil.

A tese que ora apresento tem como base as narrativas dos documentos produzidos pelos SNI, cuja materialidade por si só, é testemunho da atuação política de jovens negras e

negros organizados na luta contra a opressão imposta historicamente pelo Estado, contra essa parcela da população que compõe significativamente a sociedade brasileira. Sujeitos históricos que, atuando no período da ditadura militar, têm direito a construção dessa memória e a verdade sobre como os órgãos da repressão agiram contra a comunidade negra e como as organizações e suas lideranças vivenciaram esse período sensível da História do Brasil. Diante dos testemunhos dos documentos e das entrevistas é possível "inscrever nossas experiências na memória coletiva nacional", por meio da escrita de uma História "onde nos vejamos contemplados".

1 **DITADURA MILITAR NO BRASIL: A NATUREZA DO EVENTO**

Em 31 de março de 1964, após vários episódios marcados por longos acordos e desacordos políticos e institucionais, os comandantes das Forças Armadas depuseram o então presidente eleito do Brasil, João Goulart, através de um Golpe Militar. Este "evento chave da história do Brasil recente" tem suscitado qualificados debates no campo da historiografia. Nesse campo de entendimento sobre a ação política que ocorrera neste dia, parcela significativa dos estudiosos do período[60] concordam que os militares tomaram o poder político utilizando-se do aparato das Forças Armadas com apoio de significativa parcela da sociedade civil. As questões postas por esses pesquisadores têm se colocado em torno do caráter do golpe e do regime político que se implantou após este evento: se um golpe e ditadura civil-militar[61], se ditadura empresarial-militar[62]. As adjetivações a ditadura que surgiram a partir das pesquisas sobre o período vão reforçar as convicções de que os militares não agiram apenas por conta própria. O golpe só foi possível mediante as articulações e apoios que se formaram antes da data fatídica. Fosse este apoio de determinados setores da sociedade civil dentre estes, parte do empresariado que garantiu o financiamento para a execução da tarefa militar, somados a associação dos militares com os interesses norte-americanos. Assim, parlamentares, lideranças religiosas e políticas, governadores dos Estados, empresários, classe média e mesmo o governo norte americano deram apoio ao intento dos militares. Nestes termos, sérios debates historiográficos foram se fortalecendo ao longo dos últimos anos, ampliando estudos e pesquisas deste evento que, em breve (Em 31 de março de 2024) completará seis décadas.

Importantes discussões em torno do debate teórico-historiográfico suscitado pelas diferentes análises sobre a história da historiografia da ditadura – em especial no que diz respeito à natureza do regime político –, vem sendo feitas[63], e dada a sua importância,

---

[60]Dreyfus, 1981; Fico, 2004, 2014,2017; Reis, 2014; Gorender, 2014; D'Araújo, 2014.

[61]REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004).** Bauru: Edusc, 2004.

[62]DREIFUSS, René. **1964 A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

[63]FICO, Carlos, **"Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar"**, Revista Brasileira de História, vol. 24, n° 47, São Paulo, julho de 2004.

_____. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, vol. 9, nº 20, p. 05-74. jan/abr. 2017. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005/6755. Acesso em: 27 de maio de 2020.

retomaremos sucintamente aqui, uma vez que ela nos permite justificar nossa decisão pelo uso do termo ditadura militar. Á vista disso, tomaremos como embasamento as análises do historiador Carlos Fico[64], que distingue a natureza do golpe, do regime político implantado logo após, ou seja, uma ditadura militar. O historiador, em acordo com Reis (2004), entende o golpe como civil-militar porque determinados setores da sociedade brasileira apoiaram os militares, admitindo uma intervenção violenta e autoritária na política nacional[65]. No entanto, para o pesquisador, "o regime subsequente foi eminentemente militar"[66]. Após o golpe, nas duas décadas que se seguiram, os militares continuaram no comando do país, governando por meio de atos institucionais, mecanismos que garantiram a construção e fortalecimento de um regime autoritário. Esses atos garantiram a 'legitimidade' da ditadura militar[67], mudando o curso do processo democrático que vinha se desenhando a partir da Constituição de 1946. Fico justifica afirmando que, o fato de os militares terem recebido diversos apoios de parte da sociedade civil para o golpe – o que possibilita chamá-lo de civil-militar –, no entanto, sem a ação direta dos militares o intento não teria acontecido. Além do que, o regime implantado a partir de então, traz na sua essência características de um Estado autoritário. À vista disso, o historiador explica que após o golpe,

> O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva ("Foi militar, mas também civil" ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversidade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares[68].

SILVA, Daniel Pinha. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. **Dossiê: Historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática.** Revista Transversos. Rio de Janeiro, nº 18, abr. 2020, p. 37-63. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos. 2020.50330.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura "civil-militar"? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural • Ano XIII • nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53.

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

[64]FICO, Carlos, **"Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar"**. Revista Brasileira de História, vol. 24, n°47, São Paulo, julho de 2004.

_____. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, nº 20, p. 05-74. jan/abr. 2017.

[65]FICO, op. cit., 2004, p. 120.

[66]No livro: "O Golpe militar: momentos decisivos", o historiador Carlos Fico, explica em detalhes as razões da sociedade civil ter apoiado o golpe militar e o que levou os militares a implantar uma ditadura sob a qual iriam governar o país por mais de duas décadas. FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos.** Rio de Janeiro; Editora FGV, 2014.

[67]Aqui, trataremos a ditadura militar também por seus sinônimos: regime militar, regime ditatorial, regime autoritário, Estado autoritário, regime de exceção.

[68]FICO, op. cit., 2017, p. 52.

Nessa mesma direção, Daniel Pinha Silva[69], analisando o debate acerca do apoio da sociedade civil aponta "a relevância e aceitação acadêmica dos topos "Ditadura Civil-Militar", argumentados por Daniel Aarão Reis, no entanto, está de acordo com Fico (2017), quanto a essência do regime político que se implantou após o golpe de 1964. O historiador ratificando a análise de Carlos Fico, caracteriza o regime político que aos poucos foi tomando forma e sucedeu ao golpe civil-militar:

> (...) a estrutura de regime de exceção, com todo o aparato institucional envolvido, segue claramente a prerrogativas da ideologia militar: autocompreensão das Forças Armadas como "poder moderador", "despolitizada" e "incorruptível", afastada das paixões políticas e, portanto, em melhores condições de gerir a crise; hierarquia militar ajustada à ordem republicana, levando em conta as condições de uma guerra de enfrentamento contra um inimigo interno; ordem como prerrogativa/condição para o progresso, ou seja, todos valores caros à lógica militarizada de atuação política na República – remanescente, inclusive, ao projeto republicano positivista de um século atrás. Em suma, o Golpe de 64 pode ser civil-militar, tendo em vista o protagonismo do Congresso, mas, para além do fato dos presidentes serem todos Generais, o aparato institucional e os valores orientadores da Ditadura são militares e o fato de serem apoiados por setores sociais não alteram essa estrutura militarizada[70].

Demian Bezerra de Melo (2012), também problematizando o uso do termo civil-militar, defendido por Aarão Reis para qualificar a ditadura, analisando as últimas produções do historiador, insere-as na perspectiva da historiografia revisionista em voga especialmente a partir das produções em torno do quadragésimo aniversário do golpe de 64. O historiador reconhece o "significativo apoio social conseguido pela ditadura ao longo do tempo", no entanto, contrário aos argumentos de Reis, afirma que esse fato não deve mistificar o entendimento acerca dos reais significados do regime político adotado pelos militares sob pena de "normalizar a ditadura"[71]. Em trabalho anterior[72], o pesquisador já havia levantado a discussão acerca do revisionismo, analisando as formulações de Aarão Reis sobre o caráter civil da ditadura em relação a de outros historiadores, contrapondo-as, em especial, as análises de Armand Dreifus. Melo faz a seguinte consideração:

---

[69]SILVA, Daniel Pinha. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. Dossiê: **Historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática.** Revista Transversos. Rio de Janeiro, nº 18, abr. 2020, p. 37- 63.

[70]Id., p. 55.

[71]MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 172.

[72]MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura "civil-militar"? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural • Ano XIII • nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 44, todas já citadas.

> O argumento "civil-militar" da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como "grande novidade", ao se distanciar do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura (MELO, 2012, p. 44).

Pensando a ditadura militar no contexto da luta de classes, Melo (2012), defende que os estudos historiográficos dentro do contexto atual deveriam "recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura", caracterizando a ditadura, nos termos da análise de Dreifus (1981), como uma ditadura empresarial-militar, entendendo que esta, define "com mais precisão a natureza daquele regime". No entanto, Carlos Fico (2017) entende que "setores significativos da sociedade apoiaram a derrubada de João Goulart", que culminou com o golpe civil militar. O historiador, retomando as premissas de Reis (2004) e Dreifuss (1981), pensando a estrutura do regime político que se seguiu ao golpe, sintetizou a questão afirmando que "se a preparação do golpe foi de fato 'civil-militar', no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares"[73]. Como apontou Melo[74], parte dessa discussão ocorreu em âmbito da audiência pública realizada pela Comissão Nacional da Verdade[75] na sede da OAB-RJ no dia 13 de agosto de 2012, ocasião em que o historiador Carlos Fico teria afirmado o caráter do regime como uma ditadura militar. A Comissão ao se pronunciar acerca do apoio civil ao regime militar, afirma: "na ditadura militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. O relatório aponta que

> as ações que resultaram em graves violações de direitos humanos estiveram sempre sob monitoramento e controle por parte dos dirigentes máximos do regime militar, que previram e estabeleceram mecanismos formais para o acompanhamento das ações repressivas levadas a efeito[76].

---

[73]FICO, op. cit., 2017, p. 52.
[74]MELO, op. cit., 2012, p. 41.
[75]A Comissão Nacional da Verdade foi instituída pela Lei nº 12.528/11 e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011. A Comissão foi instalada oficialmente pela presidenta em 16 de maio de 2012, com prazo para apresentar seu relatório final até o final de 2014. O objetivo da Comissão era apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que incluía a ditadura militar (1964-1985). O evento ocorreu em audiência pública realizada no Palácio do Planalto, onde a presidenta Dilma Rousseff deu posse aos sete integrantes que iriam coordenar a comissão. Disponível em:
A instalação da Comissão Nacional da Verdade - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br); L12528 (planalto.gov.br); Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br). Acesso em: março de 2015.
[76]BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / **Comissão Nacional da Verdade.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, p. 112/846.

Assim sendo, as análises expostas vêm corroborar com a perspectiva com a qual trabalhamos. Não há como negar que houve uma aliança de vários setores sociais que possibilitaram e apoiaram o golpe civil militar, como já descrito nas análises historiográficas acima. No entanto, nos detemos aqui no aparato repressivo que se seguiu ao golpe e que esteve sob a direção das Forças Armadas, uma vez que, como tem reafirmado o historiador Carlos Fico, após o golpe, os militares seguiram no poder criando mecanismos para a construção de um Estado autoritário. Institucionalizaram o regime de exceção que perduraria até 1985, após a eleição, ainda que indireta, a qual elegeu o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, mas que ainda estenderia seus resquícios até a promulgação da Constituição de 1988 a partir da qual se inauguraria o período democrático no Brasil. Cabe assinalar que, durante mais de duas décadas, a busca por uma estabilidade política com base na ordem foi exercida pelos militares. Foram também estes, que, por meio do Conselho de Segurança Nacional[77] – composto em especial pelos comandantes das Forças Armadas – orientavam as decisões em relação à política externa. Isto porque, "a Segurança Externa, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, é um problema permanente para o Estado e, predominantemente um problema político-militar, as principais decisões de Política Externa, de certa forma poderiam ser assim consideradas", como defendeu José Kalunsiewo Nkosi[78]. E ainda segundo o cientista social, "a ascensão dos militares no poder em 1964 e a consequente redução da autonomia do Itamaraty não só limitaram, mas também influenciaram as decisões e o comportamento da instituição naquela época"[79].

Tratamos como ditadura militar porque os mais importantes setores dos órgãos de repressão eram comandados pelos militares, sendo das forças armadas ou não, a exemplo da censura que era comandada pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) e

---

[77]O Conselho de Segurança Nacional teve como antecessores o Conselho de Defesa Nacional (1927-1934) e o Conselho Superior de Segurança Nacional (1934-1937). O papel do Conselho de Defesa Nacional foi reafirmado com a promulgação da Constituição, em julho de 1934. No trecho dedicado a segurança nacional (Título VI, artigo 159), o Conselho de Defesa Nacional tornou-se Conselho Superior de Segurança Nacional e os órgãos complementares foram classificados como órgãos especiais. A Constituição de 1937, no artigo 162, reafirmou a importância do Conselho no que tange à defesa nacional, referindo-se a ele não mais como Conselho Superior de Segurança Nacional, mas como Conselho de Segurança Nacional. No Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Art. 40 a 43), o Conselho de Segurança Nacional é um dos órgãos de assessoramento direto ao presidente da República, junto com o Serviço Nacional de Informações, o Estado-Maior das Forças Armadas, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, a Consultoria Geral da República e o Alto Comando das Forças Armadas. No Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispôs sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional (CSN), consta como sua finalidade assessorar o presidente da República na formulação e na condução da política de segurança nacional.
Disponível em: Conselho de Segurança Nacional (Brasil) - Dibrarq (arquivonacional.gov.br). Acesso em: 17 de março de 2022.

[78]NKOSI, José Kalunsiewo. **Angola independente: Guerra Fria e a Nova Diplomacia Brasileira.** Belo Horizonte: Malako Dikaia Publicações, 2017, p. 56-57.

[79]Id. p. 59.

ainda que contasse com censores da sociedade civil, as decisões sobre o quê ou o que deveria ser censurado era de responsabilidade dos militares. Sobre a censura na ditadura militar, Carlos Fico enfatiza:

> Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura de diversões públicas. A primeira era "revolucionária", ou seja, não regulamentada por normas ostensivas. Objetivava, sobretudo, os temas políticos stricto sensu. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam. A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (Os censores) e por eles defendida com orgulho. Amparava-se em longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira[80].

A repressão difusa aos meios de comunicação, que apesar da conivência dos grandes conglomerados como O Globo, O Estado de São Paulo, a revista Veja, outros sofreram vigilância, perseguição e coações através de auditorias fiscais, estrangulamento financeiro, além de jornalistas punidos com prisões, tortura e morte[81]. Assim, a repressão através da censura à imprensa, aos meios de comunicação, às manifestações artísticas, políticas, as intervenções nas universidades[82], tudo esteve a cargo dos militares, como mostraremos no capítulo três desta tese. Denominamos o período compreendido entre 1964 e 1985 como ditadura militar porque todas as sanções relativas as ações do movimento negro, do movimento indígena, do movimento de mulheres e dos demais movimentos sociais eram de competência e do foro militar. A preocupação com esses movimentos era constante e prevista pela Doutrina de Segurança Nacional e por extensão, pelo Serviço Nacional de Informações, também criado em 1964, como organismo de vigilância que nutria o governo com informações sobre a sociedade brasileira, os movimentos sociais e suas lideranças, como veremos adiante. Sobre a política de repressão e controle instaurada com a ditadura militar, a Comissão Nacional da Verdade é sucinta:

> Com Médici, o regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais

[80]FICO, op. cit., 2004, p. 38.
[81]FICO, Carlos. ***Como eles agiam.*** Rio de Janeiro: Record, 2001.
[82]Sobre as ações dos militares nas universidades ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária.** Rio de Janeiro, Zahar, 2014. Em especial, os capítulos 1, 4 e 5 que tratam da repressão política dentro das universidades.

> identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato[83].

Ainda que o movimento negro e parte dos demais movimentos sociais surgidos a partir do início dos anos de 1970 não tenham necessariamente sofrido com prisões, torturas e assassinatos[84] ações que marcaram a fase mais dura do regime militar –, não deixaram de sofrer vigilância e outras formas de repressão durante aquele período. Cabe ressaltar, que toda movimentação sobre o que se passava em termos de relações raciais no Brasil e no mundo, foi objeto de vigilância do SNI, desde a sua criação.

1.1 **A construção do SNI e a Doutrina de Segurança Nacional**

Após o golpe militar de 1964, as Forças Armadas acabaram por impor um Estado autoritário, mantendo-se no poder através da institucionalização de sistema repressor que vai nutrir o governo de informações sobre as instituições civis e demais setores sociais. Nesse sentido, logo após o golpe, em 13 de junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações – SNI, um órgão da Presidência da República, cujo chefe tinha "status" de ministro de Estado. O SNI foi criado através da Lei 4.341/64, com projeto do general Golbery do Couto e Silva, sob a consultoria dos EUA, para tratar de assuntos diretamente relacionados à Segurança Nacional. Seus objetivos principais, já expostos nos três primeiros artigos da Lei eram: superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessavam à segurança nacional; assessorar o

[83]A Comissão Nacional da Verdade (CRV), órgão temporário, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. A CNV tem por finalidade garantir o "direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional", a partir da apuração das graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, promovidas por Agentes do Estado brasileiro contra seus opositores políticos. A CNV contribuiu para a investigação dos casos de mortos e desaparecidos políticos durante a repressão, no Brasil e no exterior colaborando com os seus familiares na restauração da verdade sobre os fatos ocorridos e auxiliando na construção da memória desse período. A CRV encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seus resultados apresentados em Relatório Final. Disponível em:
Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br). Volume 1, p. 102. Acesso em: março de 2015.

[84]A CNV reconheceu e relatou que os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos. Dos casos estudados pela Comissão, foi possível estimar em torno de 8.350 indígenas mortos no período de investigação em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Quanto ao movimento camponês a CNV também reconheceu que agentes do Estado reprimiram, com violência os movimentos em prol do acesso à terra. Ver: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) 1_6_introducao_projeto_novo_v4.indd (memoriasreveladas.gov.br). Acesso em: março de 2015.

Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afeta aos ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais[85]. Pensado para ser um órgão de informações por excelência e assim o fora nos anos iniciais. No entanto, com a extensão da repressão por parte de setores militares, no intuito de combater a chamada "guerra revolucionária" e os antagonismos identificados nas ações do "inimigo interno", fora necessário ampliar as funções da Agência. A partir de então, "tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos".

Eram inimigos da chamada "revolução", todos aqueles que se colocassem contra o regime autoritário e contra esses "todas as armas deveriam ser usadas, inclusive as de efeito moral e psicológico"[86]. Em 1970, quando da implantação do Sistema Nacional de Informações SISNI, este se tornou o órgão de inteligência central deste sistema de repressão, um "complexo e poderoso sistema nacional de segurança e informações"[87]. Na análise do historiador:

> O SISNI não era, obviamente uma estrutura simplesmente voltada para o recolhimento de informações capazes de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Era, antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação que parte do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção. Para um membro da comunidade de informações, nunca era surpreendente encontrar indícios desabonadores quando se investigava alguém. Supunha-se que uma conspiração insidiosa estava em curso (Justamente a "escalada do movimento comunista internacional") e que ela era capaz de envolver incautos, considerados "inocentes úteis"[88].

Segundo a CNV, o SNI "foi o grande repositório das informações obtidas pelos demais instrumentos da repressão. Absorveu o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI)"[89]. O SNI, através de suas agências contava com uma rede capilar de agentes secretos, que se infiltravam nas organizações e

---

[85]Lei 4.341/64. Disponível em: L4341 (planalto.gov.br). Acesso em: 15 de abril de 2021.
[86]FICO, op. cit., 2001, p. 76.
[87]FICO, op. cit., 2001, p. 18.
[88]FICO, op. cit., 2001, p. 100.
[89]CNV, op. cit., 2001, p. 117. O Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) criado pelo Decreto nº 44.489, de 15 de setembro de 1958 e a Junta Coordenadora de Informações (JCI) subordinados ao Conselho de Segurança Nacional, organismos criados no final do governo de Juscelino Kubitschek, antecederam a criação do SNI. A esse respeito ver: Fico, 2001, p. 40, op cit., e QUADRAT, S. V. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).** Varia História, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan. 2012, p. 25-26.
Disponível em: A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) The training of information agents and the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985) - CORE. Acesso em: 13 de março de 2021.

instituições recolhendo delas todas as informações que as agências julgassem necessárias. Fico (2001) chama a atenção para o fato de que durante a ditadura militar, o SNI e demais órgãos que o compunham, "não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, torturas e assassinatos"[90]. O SNI foi idealizado em conformidade com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, construídos no interior da Escola Superior de Guerra - ESG[91]. Tais princípios conduziriam o aparato repressivo, justificando a ação dos militares sobre a sociedade, em especial sobre aqueles que foram considerados inimigos internos. A Escola Superior de Guerra, criada em 1949, como instituição responsável pela formação política dos oficiais militares, foi o órgão responsável pela ideologia que permeou as ações dos militares no poder. Idealizada, inicialmente, para preparar os militares da elite para as funções de Alto Comando, acabou por estender seus cursos para a elite civil (Empresários, magistrados, profissionais liberais, professores universitários, gestores públicos) preparando-os para assumir a direção e o planejamento da segurança nacional, incutindo através de seus cursos as bases ideológicas da ESG[92]. A ideologia da ESG estava contida na Doutrina de Segurança Nacional, inspirada na doutrina de segurança dos Estados Unidos, foi concebida nessa instituição, cujo escopo ideológico foi utilizado de forma sistemática na ditadura militar. De acordo com Fico (2001), a doutrina supunha que o Brasil se integrava ao contexto internacional da Guerra Fria, considerando:

> (a) sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população "despreparada" e políticos "corruptíveis"). Desse diagnóstico decorria que, (a) o Brasil tinha condições de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário precaver-se contra a "ameaça comunista"[93].

Diante da diversidade de pensamento entre os militares, o historiador observa que nas diferentes fases dos grupos que se sucederam no poder, alguns aspectos da doutrina se sobrepuseram a outros, no entanto, reforçando essa análise, Nilson de Borges aponta que, apesar das diferenças, as teses da ESG sistematizadas na Doutrina de Segurança Nacional,

[90]FICO, op. cit., 2001, p. 105.
[91]FICO, op. cit., 2001, p. 41.
[92]LAGÔA, op. cit., 1983.
[93]FICO, op. cit., 2001, p. 41-42.

"vão garantir a presença política dos militares no interior do aparelho do Estado"[94]. Nesta lógica, os militares atentavam para o binômio desenvolvimento e segurança como a única resposta para os problemas que o país apresentava. Borges[95] (2013, p. 38) explica que: "à medida que a Doutrina era difundida, cada governo militar articulava uma nova estrutura jurídica para o país, de acordo com o momento, que pudesse incorporar os seus princípios". De acordo com os estudos de Karin Kössling (2007, p. 23).

> A ESG pautou-se, principalmente, na geopolítica, desenvolvendo um conjunto de definições e formulações, como os Objetivos Nacionais Atuais Permanentes, o Poder Nacional e a Segurança Nacional, formulando uma Doutrina de Segurança Nacional, que visava reger as políticas interna e externa do Brasil[96].

Deste modo, a garantia dos objetivos nacionais se daria na medida em que se combatessem os antagonismos internos e externos. A esse respeito, Lagôa (1983) esclarece:

> A doutrina da ESG parte do princípio de que toda ação racional pressupõe dois elementos: fins a atingir e meios a empregar. Na ação política do Estado, os fins são objetivos próprios do grupo cultural que dirige – fins da Nação ou Objetivos Nacionais; e os meios são a capacidade e a vontade do grupo, ou seja, o Poder Nacional. É a "expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação para alcançar, manter interna e externamente, os Objetivos Nacionais. O Poder Nacional, por sua vez, se expressa política, econômica, psicossocialmente e militarmente[97].

Para a ESG a Segurança Nacional era dever do Estado, proporcionada à nação para a garantia, conquista e manutenção dos objetivos nacionais, entendidos como da elite nacional que dispunham dos meios para defender os interesses da nação. Na Doutrina de Segurança Nacional, a segurança interna configurava como um dos maiores objetivos a serem alcançados, para tanto era necessário ocupar-se dos antagonismos e pressões[98] que se manifestavam dentro das fronteiras nacionais para a sustentação da ordem. Segundo Borges, os formuladores desta ideologia, criaram a concepção de que o inimigo interno[99] estaria

---

[94]BORGES, Nilson de. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares". In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4, 2013, p. 36.
[95]Id., p. 38.
[96]KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983).** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
[97]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 13.
[98]Para Borges o conceito de antagonismo e pressão para a Doutrina de Segurança Nacional é demasiadamente amplo, em especial quando reconhece que não importam as suas naturezas e nem a forma como se apresentam. Op. cit. p. 37.
[99]Segundo o autor, inimigo interno era todo aquele que não se pronunciava a favor do regime e dos "ideais revolucionários", seduzidos por "ideologias estranhas" e apoiados por forças externas (Comunismo internacional), era um mal que deveria ser extirpado, pois colocava em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social. E o mais grave é o fato de que são os

infiltrado em toda a sociedade, agindo de forma organizada para tomar o poder e transformar o Brasil numa República Totalitária Comunista. Na concepção dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional:

> Se esses antagonismos e pressões de origem externa se situam no domínio das relações internacionais, o problema é de segurança externa; se, entretanto, independentemente de sua origem, podem manifestar-se ou produzir efeitos no país, entram no campo da segurança interna. (...) a segurança interna comporta ações que se desenvolvem em duas grandes áreas: a da defesa interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões vinculadas ao processo subversivo; e a da defesa pública, que está ligada ao setor de segurança pública, que integra o quadro de segurança interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões de toda espécie que não contenham conotações ideológicas. (...) o conceito de segurança interna, para a Escola Superior de Guerra, é dotar o Estado, mediante os seus aparelhos repressivos, de justificação para o controle da população e o exercício da violência física e simbólica para os opositores do regime[100].

A partir de 1967, a concepção ideológica da Doutrina de Segurança Nacional foi institucionalizada, pelo Decreto-Lei nº 314/67, passando também a configurar na Constituição de 1967 como "política de segurança nacional" ficando sob a responsabilidade da União "organizar as Forças Armadas, planejar e garantir a segurança nacional". Nesse contexto foi editado o Ato Institucional nº 5- AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que previa a supressão de diversos direitos e garantias − inclusive o habeas corpus para certos crimes. Em função do AI-5:

> Diversos setores sociais oponentes ao regime militar eram rotulados como inimigos, subversivos e terroristas. Em inúmeros documentos do período ditatorial essas expressões podem ser observadas como justificativa para a repressão e o uso da violência na busca de confissões, delações e informações[101].

No processo de institucionalização da ditadura através de atos institucionais, a Doutrina de Segurança Nacional foi também sendo formalizada por Decretos-Lei e Leis que se constituíram na Lei de Segurança Nacional – LSN (Decreto-Lei nº 314/1967**),** do regime ditatorial. Seus artigos definiam os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, atribuindo a competência para processamento e julgamento dos crimes dessa natureza

---

próprios aparelhos repressivos e os serviços de informação que determinavam e ainda determinam, em última instância, quem é o inimigo interno. Muito embora estejamos falando do regime militar que vigorou de 1964 a 1985, a figura do inimigo interno ainda permanece nos manuais da Escola Superior de Guerra. Op. cit. p. 37. Segundo a CNV Dentro da lógica da doutrina da segurança nacional e da defesa nacional que lhe era inerente, as expressões "terroristas", "inimigo interno", "subversivos" eram recorrentes. Esses termos justificavam a repressão e as torturas.

[100]BORGES, Nilson de. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares". In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4, p. 37.

[101]Comissão Nacional da Verdade, vol. 1, p. 337.

à Justiça Militar. Cabe ressaltar, que a LSN é fruto de um processo político que se iniciou no governo de Getúlio Vargas, atravessando toda a década de 1940-50. O historiador Luís Reznik, historicizando a construção da ideia de segurança nacional no Brasil, tomando os estudos do sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos, advertiu que "o termo segurança nacional surgiu no direito brasileiro em 1934", momento em que também foi criado o Conselho Superior de Segurança Nacional. À vista disto, explica:

> O título "da segurança nacional" seria inscrito nas Constituições de 1934 e 1937, como uma seção destinada a legislar sobre a organização, as atribuições e as competências das Forças Armadas. O art. 159, da primeira, criou o Conselho Superior de Segurança Nacional. (...), com atribuições que se relacionavam com a defesa e a segurança do país. Nesses atos legais, segurança nacional estava relacionada à defesa, especialmente à vigilância e à organização das atividades econômicas e da população nas fronteiras do país[102].

O historiador ainda assegura que a Constituição de 1937, "alargou o conceito de defesa/segurança", passando a se referir a "perturbações internas", plano ou conspiração" que ponham em xeque a segurança do Estado[103]. O fato é que a Constituição de 1934 trouxe inovações, como a definição dos crimes contra a ordem política e social. O tema emergiu a partir dos anos de 1930, justamente em função do crescimento dos movimentos de massa, em especial em torno da Ação Integralista Brasileira e do Partido Comunista, cujas associações estavam em ascensão naquele momento. Nesse sentido, a Lei de Segurança Nacional de 1935[104] já atentava a seu objetivo: fechou a Aliança Nacional Libertadora, cuja base ideológica instituída pelo Partido Comunista, buscou dar suporte às lutas populares que se desencadeavam. A partir de então, a LSN em seu processo de construção legal foi sofrendo alterações sempre que necessário conter as manifestações populares de forma a manter a ordem pré-estabelecida[105]. No regime ditatorial, seguindo essa premissa, a LSN foi usada pelos militares para enquadrar oponentes (Indivíduos ou movimentos sociais) que divergiam do regime autoritário, tratando as divergências políticas como crime contra a segurança nacional, podendo denunciar ou indiciar criminalmente os opositores da ditadura. As bases da

---

[102]REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 37.

[103]Id., p. 38-40.

[104]A primeira Lei nº 38, promulgada em 4 de abril de 1935 foi alterada no mesmo ano pela Lei nº 136, de 14 de dezembro, aumentando a penalização para os indiciados.

[105]Reznik em sua obra, mostra como os poderes constituídos a partir de 1930 foram legislando de forma a garantir a legalização da Lei de Segurança Nacional e a definição dos crimes contra a ordem política que independente dos termos que iriam definir os crimes, eles se colocam sempre em torno da manutenção da ordem social em favor do *status quo*. Segundo o historiador, os códigos penais do Império (1830) e da República (1890) já previam a necessidade de defesa e segurança nacional mediante a crimes políticos contemplando também as penalidades impostas a população. REZNIK, 2004, cap.1, p. 38,39.

LSN também passaram a configurar no texto da Constituição de 1967, promulgada pelo Congresso Nacional. Essas legislações embasaram as ações de repressão dos militares sob a sociedade, limitando os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Segundo Borges:

> A aplicação da Doutrina de Segurança Nacional contra o inimigo interno leva o Estado a adotar dois tipos de estruturas defensivas: o aparato repressivo, responsável pela coerção, e a rede de informações (Formal e informal), cuja principal atribuição responde pela identificação do inimigo interno, esteja ele situado no próprio aparelho de Estado ou na sociedade civil[106].

O aparato repressivo que sustentou as ações dos militares, implementado pelo SNI, atingiu a todos, impondo medo e silenciamento na tentativa de controle da sociedade civil, em especial na fase de maior perseguição e violência política (1968-1974) que se abateu sob o chamado "inimigo comum" personificado no partido comunista[107]. Os primeiros três anos de governo militar foram de desmantelamento político, de centralização do poder executivo, em detrimento do poder judiciário, determinados pelos Atos Institucionais [108]. A CNV afirma que "o conjunto dos dezessete atos institucionais revela um processo de fortalecimento do Poder Executivo, que gradualmente foi se sobrepondo aos demais poderes, especialmente ao Judiciário"[109]. Esse fato mostra que os governos militares submeteram a população ao autoritarismo com extensivas restrições dos direitos políticos, e de representação marcados pela eleição indireta e cassação de lideranças políticas de esquerda e daqueles contrários ao regime, e ainda pela promulgação da Constituição de 1967 que viria a respaldar constitucionalmente a ditadura. De acordo com Bechara & Rodrigues:

> A validade dos atos era uma decorrência do poderio militar, das forças armadas que se encontravam por trás da formulação e edição desses documentos, utilizados como um mecanismo de sustentação do regime, auferindo-lhe fundamentação jurídica, suportando a ditadura legalmente e, assim, combatendo manifestações populares[110].

---

[106]BORGES, op. cit., p. 31.

[107]Sobre o anticomunismo no Brasil, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

[108]Os Atos Institucionais são normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante a ditadura militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Ao todo foram 17 decretos-lei que embasavam e legitimavam o regime e toda violência, violações aos direitos humanos e repressão impostos pelos militares no período da ditadura. Sobre os Atos Institucionais e suas consequências sociais ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014, p. 936.
Disponível em: Atos Institucionais-Portal da Legislação (planalto.gov.br). Acesso em: 19 de novembro de 2022.

[109]CNV, 2014, p. 935.

[110]BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. **Ditadura Militar, Atos Institucionais e Poder Judiciário.** Revista Justiça do Direito, vol. 29, nº 3, p. 587-605, 10 out. 2015, p. 604.
Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/3826 . Acesso: 15 de dezembro 2022.

Se os primeiros passos foram para asfixiar as representações político partidárias, no segundo momento, a ofensiva do governo esteve voltada para as ações repressivas aos movimentos de contestação a ditadura, marcado pelo Ato Institucional nº5 (AI-5) que viria a respaldar o endurecimento do aparato repressivo militar sobre a sociedade, calando através da censura, da perseguição, da intervenção nos movimentos sociais. Esse momento (1968-1973) pautou também a política econômica do governo militar, com a expansão das atividades econômicas que vão se refletir no acúmulo do capital. O aparato repressivo encabeçado pelo SNI, embasado pela LSN, seguiu dando respaldo ao autoritarismo dos militares por todo período do regime militar. Mesmo na fase da abertura política (1974-1979), iniciada pelo Gal. Ernesto Geisel, não há rompimento com os órgãos de repressão que seguiram com a vigilância e repressão perseguindo os movimentos sociais e só iniciando seu processo de desmantelamento a partir de 1978, com a revogação do AI-5, quando a abertura política já estava em curso.

1.2 **Sobre os órgãos que compunham a rede de informações**

No que diz respeito ao aparato repressivo não nos cabe aqui fazer o histórico detalhado ou uma análise dos órgãos que compunham o Serviço Nacional de Informações, já presente em importantes pesquisas[111], nas quais nos embasamos. No entanto, destacamos as agências do SNI que faziam parte da comunidade de informações, uma vez que essas foram responsáveis pela vigilância sobre as organizações sociais, dentre elas o movimento negro. Como já dito, o SNI foi criado logo após o golpe, no entanto, o aumento da repressão gerou também uma demanda cada vez maior de produção de informações e de ações integradas para atender a "guerra revolucionária" contra os inimigos internos, que desse conta da Política de Segurança Nacional. Para suprir a demanda do estado autoritário, unificaram-se os órgãos militares e civis de informações e repressão, numa comunidade de informações, sob o controle e coordenação do SNI. Essa comunidade de informações viria a integrar o chamado Sistema Nacional de Informações – SisNI. O SisNI foi criado pelo Plano Nacional de

[111]LAGÔA, 1983; FICO, 2004, 2001.

Informações[112], a partir das demandas exigidas não só pelo executivo, ou seja, pelos militares que ocuparam a presidência, mas também para atender o Estado autoritário.

Era preciso buscar informações e produzi-las em detalhes sobre pessoas e organizações em especial aquelas consideradas subversivas, inimigas do regime militar e ir além, era estritamente necessário a contenção do comunismo, portanto, aperfeiçoar o SNI era imprescindível para que ele atendesse as demandas da Segurança Nacional. Esse aperfeiçoamento passava pela ampliação das atribuições das antigas seções de segurança que atendiam o SNI e suas atividades formavam um complexo quadro que estavam muito além do seu decreto de criação que previa a produção de informações para o uso do presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional. Com o passar do tempo, "o SNI estava envolvido em inúmeras atividades, além da mera centralização das informações"[113]. Inclusive, o SNI era acionado para a o controle da contratação de pessoas nos órgãos de administração direta ou indireta do governo, visto que suas fichas seriam submetidas ao crivo do sistema,

[112]De acordo com o decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Art. 40 a 43), o Conselho de Segurança Nacional é um dos órgãos de assessoramento direto ao presidente da República, junto com o Serviço Nacional de Informações, o Estado-Maior das Forças Armadas, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, a Consultoria Geral da República e o Alto Comando das Forças Armadas. Como órgãos complementares ao Conselho, a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras e as divisões de Segurança e Informações dos ministérios civis. Enquanto o Conselho subsidiava o presidente da República na formulação da política de segurança nacional, o Serviço Nacional de Informações (Art. 44) deveria superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo o território nacional, especialmente aquelas de interesse da segurança nacional. No decreto-lei n. 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispôs sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional (CSN), consta como sua finalidade assessorar o presidente da República na formulação e na condução da política de segurança nacional. Presidido pelo presidente da República, em sua composição constavam, como membros natos, o vice-presidente da República, todos os ministros de Estado, inclusive os extraordinários, os chefes dos gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o chefe do Serviço Nacional de Informações, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica. O decreto nº 63.282, de 25 de setembro de 1968, aprovou o regulamento da Secretaria Geral do CSN. A ela competia estudar, planejar e coordenar os assuntos que dissessem respeito, especialmente, à formulação e à conduta da política de segurança nacional, assim como indicar as áreas indispensáveis e de interesse da segurança nacional. No que se refere à conduta da política de segurança nacional, deveriam ser apreciados, sobretudo, os problemas relacionados à política interna e externa, segurança interna e externa, acordos e convênios com países e entidades estrangeiras, ideologia e subversão e opinião pública, dentre outros. A partir de então, o CSN teve suas competências aumentadas e com isso pode ampliar as atribuições do SNI e das Divisões de Segurança e Informações-DSI. Detalhes ver: FICO. Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: pilares básicos da repressão. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**, 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. O Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, que alterou alguns dos dispositivos do decreto-lei n. 200/1967, tornou o CSN o órgão de mais alto nível no assessoramento direto ao presidente da República para a formulação da política de segurança nacional. O CSN sofreu várias alterações através da instituição de decretos até que decreto nº 96.814, de 28 de setembro de 1988, transformou a Secretaria Geral do CSN em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN) da Presidência da República. Disponível em:
Conselho de Segurança Nacional (Brasil) - Dibrarq (arquivonacional.gov.br). Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

[113]O SNI produzia informações e acompanhava o desempenho de empresas públicas e privadas, acompanhou a execução do programa nuclear produzindo informações referentes a ele, produziu informações que favoreceram as ações do INCRA e da FUNAI, atuou na interceptação de correspondências da Empresa de Correios e Telégrafos- ECT. Ver LAGÔA, Ana. p. 29-33, 50-55.

que daria o parecer negativo ou positivo para a contratação, que poderia ou não ser acatada pelos ministros[114]. O órgão consultivo – executivo do SNI era a Agência Central – AC, que se dividia em diversas seções e cinco secretarias, sendo elas: a psicossocial, a econômica, a política, a subversiva e a administrativa[115]. Todos elas eram operadas por pessoas formadas pela Escola Nacional de Informações - ESNI. A Agência Central se ligava às Agências Regionais - AR, que eram as que trabalhavam com os arquivos setoriais e assessoravam os governos estaduais.

A Agência Central - AC estava ligada diretamente as Divisões de Segurança e Informações-DSI, relacionadas com os diversos ministérios civis e suas Assessorias de Segurança e Informações - ASI[116], compondo os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis e somando-se a estes os órgãos especializados, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares formados pelos órgãos da Marinha (CENIMAR), do Exército (CIE) e da Aeronáutica (CISA)[117] todos integrando o complexo Sistema Nacional de Informações - SISNI, criado em 1970, cujo órgão central era o SNI. No que diz respeito ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, bem como o Ministério da Justiça, estes "diferiam dos demais ministérios civis em função da existência de outros órgãos de informações, como o Centro de Informações do Exterior - CIEx, o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, tendo seu próprio corpo funcional[118]. A DSI do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), estava diretamente subordinada ao ministro de Estado das Relações Exteriores cujas obrigações ligavam-se intimamente com o SNI, com as segundas seções dos Estados-Maiores das forças singulares e com os serviços de segurança das Forças Armadas: o CIE, o CENIMAR e o CISA/CIA[119]. Os órgãos das Forças Armadas tinham autonomia para

---

[114]LAGÔA, op. cit., 22-27.

[115]Cada uma dessas secretarias tinha uma função especifica dentro da Agência Central: A secretaria psicossocial acompanhava as atividades dos sindicatos e da Igreja Católica, sendo capacitada a detectar lideranças em formação e os rumos dos diversos movimentos; a secretaria econômica controlava as empresas privadas, suas operações, compras de equipamentos no exterior, etc.; a secretaria política controlava os parlamentares, com equipes especializadas em acompanhar cada partido em todo território nacional; a secretaria subversiva, ou de subversão, se encarregava dos movimentos considerados subversivos, organizações clandestinas ou não. Ver LAGÔA, Ana. p. 21.

[116]Em cada órgão da administração pública existia uma Assessoria de Segurança e Informações – ASI/AESI. Assim em cada ministério civil havia uma DSI e várias ASI/AESI, responsáveis pela produção de informações. As universidades públicas sempre contavam com uma DSI. Fico, 2001, p. 84.

[117]Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares formados pelo CENIMAR, CIE e CISA, diferente do SNI e das DSI's, também patrocinavam "operações" prendendo e interrogando e até torturando presos políticos. FICO, 2001, p. 92.

[118]FICO, op. cit., 2001, p. 85-88.

[119]Essas agências foram reestruturadas pelas Forças Armadas para atender com maior eficácia no combate a "subversão", assumindo um perfil policial, realizando operações de segurança, ou seja, patrocinando operações para prender pessoas, além de interrogá-las e por vezes até responsáveis por torturas. Configurando-se como uma das siglas mais assustadoras daquele período. Fico, 2001, p. 89-92.

elaborar informes, produzir informações, planejar e coordenar ações dos seus escalões subordinados[120]. As relações com estes centros diziam respeito aos problemas atinentes à subversão interna com ligações ou ramificações no exterior. A DSI/MRE retransmitia as informações recebidas das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras no exterior ao serviço das Forças Armadas. A DSI/MRE segundo o Plano Setorial, tinha como tarefas:

> 1) influência nas atividades no exterior de brasileiros insatisfeitos com a ordem vigente no Brasil, sobretudo os cassados e asilados políticos;
> 2) antecedentes e atividades no Brasil, do pessoal das embaixadas, consulados e representações comerciais dos países socialistas;
> 3) organização e funcionamento das organizações internacionais de frentes comunistas;
> 4) atividades de organizações subversivas de âmbito continental;
> 5) subversão da ordem, concretizada ou potencial, no continente;
> 6) ameaças a nossa faixa de fronteira e à integridade territorial brasileira[121].

Segundo a CNV, no que dizia respeito as informações, a DSI/MRE cabia:

> uma função de coordenação e tratamento da informação em sua área de competência; além de encargos derivados, como a manutenção de extenso fichário de referência, permanentemente atualizado, para recuperação rápida das informações compiladas, notadamente no que respeitava a nomes de pessoas[122].

De acordo com a CNV, O MRE, por natureza, é um órgão de informação. Tem como uma de suas atividades precípuas a coleta e o processamento de informações procedentes do exterior, para seu próprio uso e para os demais setores da administração pública. Durante a ditadura funcionou como parte das engrenagens do aparato repressivo, compondo o SISNI, sob o nome de "Comunidade de Informações do Ministério das Relações Exteriores"- CI/MRE. Ainda que fosse um ministério civil, suas atribuições no que diz respeito à segurança nacional, eram semelhantes aos ministérios militares[123]. De estrutura complexa, esse ministério é composto de uma Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), com sede em Brasília, e uma rede de postos, no exterior, composta por missões diplomáticas e repartições consulares, cada uma com função própria. As embaixadas são voltadas à relação entre os Estados e os consulados responsáveis pela assistência e proteção dos brasileiros no exterior. No entanto, ambos têm como uma de suas principais atividades fornecer, ao governo

[120]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 71.
[121]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 43.
[122]CNV, op. cit., p. 117.
[123]Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. p. 178,179.

brasileiro, informações sobre o que acontece nos países em que estão sediadas. Quanto as informações:

> Essas informações são enviadas à Secretaria de Estado, que centraliza seu processamento. Inicialmente recebidas e tratadas pelas divisões (Organizadas por critérios geográficos ou temáticos), vão sendo depuradas, avaliadas e integradas ao longo de sucessivos exames pelas instâncias hierarquicamente superiores – departamentos, secretarias gerais adjuntas (Hoje, subsecretarias-gerais) – até chegarem à mais alta chefia: a secretaria geral, o gabinete do ministro de Estado e, eventualmente, a Presidência da República. São essas instâncias superiores de decisão que determinam diretrizes e políticas a serem adotadas em cada matéria – que, por sua vez, percorrem o caminho inverso, sob a forma de instruções[124].

O quadro funcional do MRE era composto de pessoal especializado na coleta de informações, que produzia informes diariamente a partir de uma extensa rede de repartições no exterior, além de internamente contar com um sistema de difusão[125] para os órgãos das Secretarias de Estado e externa, para outros órgãos da administração. Foi complexa atuação da Comunidade de Informações do Ministério das Relações Exteriores - CI/MRE[126], como parte do aparelho repressivo que se instalou no Brasil, o Itamaraty, não ficou alheio a repressão imposta pela ditadura militar. A nível externo tal qual os demais órgãos do SisNI, o MRE através de suas agências no exterior usou informantes para vigiar e reprimir brasileiros e brasileiras que se encontravam fora do país, estando estes exilados ou mesmo aqueles que saíram por se sentirem ameaçados por discordarem da ditadura imposta no país. Todos eram vistos como suspeitos. O MRE contribuiu diretamente com os órgãos da repressão vigiando e produzindo informações (Nomes, qualificações, atividades, comportamentos, deslocamentos, contatos, ocorrências) para o SNI e para a polícia política, podendo inclusive negar a emissão, a renovação ou suspendendo passaportes[127]. A vigilância constante e o envio de informações

---

[124]CNV v. 1, op. cit., p. 177.

[125]Segundo Reznik, na década de 1940, foi criada a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios do Interior – SSN-MJNI (Órgão auxiliar do Conselho de Segurança Nacional nos ministérios civis) e a partir de meados da década de 1940, o Ministério das Relações Exteriores enviava a este órgão abundante correspondência com informações sobre o movimento comunista internacional. Os documentos vindos do exterior via Itamarati eram remetidos para o Ministério da Justiça que os encaminhava para o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e para a Divisão de Polícia e Política Social (DPS) em busca de pareceres sobre as informações obtidas e deste para SSN. Este fato mostra que a difusão das informações entre os órgãos de segurança e vigilância era prática anterior a ditadura militar implantada nos pós-golpe de 1964. Ver: Reznik (2004, p. 40-48).

[126]A CNV traz intensos relatos tanto sobre a organização, quanto sobre as ações da Comunidade de Informações do Ministério das Relações Exteriores-CI/MRE, que dada a complexidade reproduzimos resumidamente aqui. O texto completo ver: A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. IN: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, vol. 1, p. 175-199.

[127]A DSI/MRE podia através de seus informantes recolher dados recentes de brasileiros/as quando esses solicitarem junto as embaixadas ou consulados, pedidos de renovação de passaportes. Estes deveriam ser induzidos a preencher fichas constando endereço e telefone recentes, onde pudessem ser encontrados/as, bem como solicitar cópias dos documentos e fotografias recentes. Podendo a embaixada, de posse desses documentos,

sobre a rotina dos brasileiros/as no exterior, favoreceram inclusive a prisão destes quando de volta ao Brasil. Documentos comprovam que muitos brasileiros/as vivenciaram essa situação, entre estes, constam os casos de militantes do movimento negro como Abdias Nascimento e a jornalista Teresa Santos, como veremos nos capítulos a seguir.

Toda a rede que compunha o sistema de informações, onde o SNI era o órgão principal, aponta a grande troca de documentos entre os diversos órgãos de segurança e informações, inclusive o MRE. Cabia ao SisNI "assegurar o perfeito funcionamento do sistema, determinando a execução de atividades de informações, normatizando, supervisionando e fiscalizando todos os órgãos participantes, a fim de que um fluxo constante de informações mantivesse o governo informado de tudo"[128]. Porém o sistema de repressão não se dava somente através dos órgãos de vigilância e informações que compunham o SisNI do qual o SNI era o principal centralizador. A ele foi incorporado os órgãos de segurança que formavam a polícia política, essa mais alinhada à chamada "linha dura": os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que compunham o Sistema de Segurança Interna – Sissegin, era o sistema Codi-DOI[129], aliados ao CIE, o CENIMAR e o CISA, as polícias militar e civil dos Estados, a polícia federal. Estes eram encarregados das investigações e prisões e estavam ligados diretamente a chamada "linha dura" dos militares[130].

---

se necessário, efetuar a apreensão do passaporte do solicitante, negar a emissão de um novo documento e encaminhar o passaporte e as demais informações para o SNI. "Onde serviam para a constituição e atualização da base de dados dos serviços de inteligência sobre a identidade e o paradeiro dos brasileiros no exterior". A negação de emissão de passaportes poderia inclusive ser extensiva aos familiares do solicitante. Dependendo da situação, o MRE poderia inclusive negar autorização para que brasileiros/as retornassem ao Brasil. A negação de passaporte, apesar de violar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil era signatário, foi usada durante a ditadura militar como política de Estado. Fonte: CNV, vol. 1, Op cit. p. 192-196.

[128]FICO, op. cit., 2001, p. 27, 80.

[129]O sistema CODI-DOI, compunham os órgãos de segurança, foi criado pela Operação Bandeirante – OBAN. Organização criada em 1969, financiada por empresários, integrou as Forças Armadas, as polícias estaduais militar e civil, a polícia federal e o Departamento de Ordem Política e Social- DOPS. Atuando inicialmente em São Paulo, com vistas a garantia da segurança nacional, através da investigação, controle das informações e desarticulação dos movimentos revolucionários que se opunham à ditadura, considerados subversivos e comunistas. A OBAN protagonizou prisões arbitrárias, torturas, mortes e desaparecimentos. A esse respeito ver: FICO, Carlos. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (P. 167 – 205). FICO**,** Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 115-131.

[130]A "linha dura" pode ser classificada como um grupo de militares radicais, extremistas de direita, arbitrários, com forte discurso anticomunista e anticorrupção, favoráveis a chamada "operação limpeza" reclamavam meios e modos extremos para a punição daqueles que se colocassem contrários ao regime militar. A linha dura teve origem entre os capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis, que influenciavam também oficiais-generais. Teve como principal representante o general Arthur da Costa e Silva. Estes militares radicais, extremistas de direita aderiram ao sistema de segurança, alguns contrários a redemocratização do país. Este grupo disputou o poder com os chamados moderados, ou grupo da *Sourbone*, comprometidos com as formalidades legais, adeptos da hierarquia militar, liberais nacionalistas, que entendiam que a ditadura deveria ser transitória. Cabe ressaltar que os militares das Forças Armadas formavam um grupo heterogêneo, de grande diversidade política, que não

1.3 **Sobre a formação**

Da sua criação a extinção, o SNI foi chefiado por seis militares do Exército, todos com honras de ministro de Estado, dentre eles, Golbery do Couto e Silva, seu criador. Todos estudaram na Escola Militar de Realengo e tiveram alguma passagem pela Escola de Estado-Maior do Exército e ou pela Escola Superior de Guerra, boa parte deles estava alinhada ideologicamente a chamada "linha dura" e alguns foram presidentes da República[131]. Já no que diz respeito a formação dos agentes, de acordo com a CNV:

> A instituição de maior destaque na transmissão de conhecimentos de informações foi a Escola Nacional de Informações (EsNI), do SNI. Montada em cooperação com os Estados Unidos, a EsNI foi criada a partir de um diagnóstico de que os agentes de informações precisavam ser mais profissionais. Por isso, a escola nasceu para ser o principal centro de treinamento de agentes de informação. O presidente Médici enviou o general Ênio dos Santos Pinheiro e o almirante Sérgio Douerty aos Estados Unidos, onde ficaram por seis meses, tendo aulas na CIA e no FBI. Além dos Estados Unidos, o SNI mandou oficiais para Alemanha, Israel, França e Inglaterra, para estudarem o funcionamento dos serviços de informações[132].

A partir da criação em 1972, da Escola Nacional de Informações-EsNI[133], a comunidade passou a buscar a formação de um quadro de profissionais de informações, não sujeitos a flutuações de serviço. Um grupo de técnicos (tanto militares quanto civis) formados aos moldes dos cursos ministrados no Centro de Treinamentos de Pessoal do Exército, a princípio em caráter de nível médio, logo depois a nível de pós-graduação[134]. Tendo no corpo docente oficiais das Forças Armadas, os civis eram selecionados pelos ministérios e para entrar era preciso fazer exame psicotécnico, psicológico e chegavam a ser maioria em alguns cursos da instituição, em cujos quadros eram formados dois tipos de profissionais: os

---

se pode avaliar apenas pelas diferenças citadas. Apesar das divergências, traziam em comum as ideias com base no anticomunismo e a preocupação com os grupos subversivos. Sobre o assunto: FICO**,** Carlos. ***Como eles agiam.*** **Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001; FICO, Carlos, **"Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar"**. Revista Brasileira de História, vol. 24, n° 47, São Paulo, julho de 2004; FICO, Carlos. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (P. 167-205).
LAGOA, 1993, Op cit. p. 81-83.

[131]Foram chefes do SNI: Golbery de Couto e Silva (1964-1967), Emílio Garrastazu Médici (1967-1969), Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974), João Batista Figueiredo (1974-1978), Otávio Aguiar de Medeiros (1978-1985), Ivan de Souza Mendes (1985 – 1990). Sendo que este último esteve no governo do general Figueiredo e no governo civil de José Sarney

[132]CNV, op. cit. p. 119.

[133]Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso: 16 de fevereiro de 2023.

[134]LAGÔA, op. cit., 64-65.

intelectuais e os técnicos, estes atuavam no campo operacional[135]. Lagôa explica que: "coragem, capacidade de análise e, sobretudo, discrição, eram características exigidas de um aspirante a oficial de informações" [136], e a capacidade de manter sigilo absoluto em torno de toda informação que tivesse acesso era imprescindível. Segundo Fabiana Andrade[137], o currículo do curso era dividido nas modalidades: A, B, C1 e C2, sendo o curso "A" a nível de pós-graduação, voltado para a formação de chefias; "B", era para a formação de Analistas de Informações, para oficiais das Forças Armadas que fossem detentores de postos de capitão e major, e civis com curso universitário completo; a categoria "C", objetivava a formação dos "agentes de rua" do SNI, considerada a atividade mais perigosa e delicada, pois a esses agentes caberia a responsabilidade pelo campo prático da atividade de informações e por isso os candidatos passavam por um processo de seleção mais rígido. A categoria C do curso, era dividida em C1 e C2, formavam pessoas para a coleta de informações e dados. O acesso para a modalidade C1 deveria ser de militares das Forças Armadas e, se civis, deveriam portar nível superior, já para a modalidade C2, os candidatos deveriam ser praças - especialmente suboficiais e sargentos das Forças Armadas e civis com o nível médio de escolaridade. Quanto ao currículo, no geral as disciplinas ministradas eram: sociologia, história[138], geografia e ciências políticas e psicologia, todas voltadas para os aspectos relacionados com a Segurança Nacional. Todos os cursos da EsNI eram ministrados em Brasília, onde a escola foi instalada.

1.4 **Sobre os agentes de vigilância**

Isso posto, aqueles que se prestavam ao serviço de agente, fosse civil ou militar, recebiam uma formação voltada para identificar "comunistas, subversivos" e garantir a segurança nacional, que entendiam estar constantemente ameaçada. Em função da formação, os agentes estavam organizados de acordo com a hierarquia, atuando em funções distintas e em graus hierárquicos diferentes, o mesmo ocorria com suas funções. Eles poderiam atuar

[135]CNV, op. cit., p. 120.
[136]LAGÔA, op. cit., p. 65.
[137]ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes secretos na Escola Nacional de Informações.** Revista Em Tempos de Histórias. PPGHIS/UnB, nº 24, Brasília, jan/jul 2014, p. 133. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14829/13150. Acesso em: 25 de fevereiro de 2023.
[138]No curso era ensinado a história do comunismo, desde o surgimento da doutrina, com Karl Marx, perpassando pela Revolução Russa, em 1917, e finalizando com a Revolução Cubana e seus efeitos na América Latina. Id., ANDRADE, p. 132.

individualmente ou em grupos com determinadas finalidades, mas sempre respeitando a hierarquia dos comandos. De acordo com Fico, "os agentes de informação desenvolveram técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados"[139]. O sentimento anticomunista era um dos fatores possíveis de gerar excessos nas abordagens ou interpretações dos agentes, em especial nos subalternos, levando a incriminações levianas, sem provas, a perseguições políticas, dentre outras atitudes consideradas pelos oficiais "trabalho sujo", porém necessário. Muitas vezes, uma acusação (Comunista, subversivo, esquerdista, terrorista, imoral, etc.) feita reiteradas vezes poderia ser usada como uma evidência agravante para desabonar a conduta ou desqualificar uma pessoa, podendo inclusive submeter a análises, gerar prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e até assassinatos. De acordo com a CNV:

> A doutrina, cada vez mais impregnada, era que os participantes dos órgãos de repressão tinham uma missão a cumprir. Para além de meros policiais e militares cumpridores de suas funções, os agentes da repressão política que compuseram os quadros dos DOI-CODI eram imbuídos de uma ideologia, difundida como espírito patriótico, que os colocava muitas vezes como soldados leais a seus comandantes, em uma guerra cujo objetivo principal era eliminar o inimigo interno, personificado em militantes comunistas e membros de grupos armados[140].

Lagôa chama a atenção para o fato de que em seus quadros, além dos agentes efetivos, o SNI contava em todo país "com uma rede incalculável de agentes voluntários", geralmente civis. Para enfrentar a "guerra contra o inimigo interno" o papel dos agentes de informações foi fundamental[141]. Segundo Lagoa[142], cada agente colhia informações e repassava para o escalão superior da agência a que servia: CISA, CENIMAR ou CIE. Os agentes dos DOIs passavam seus informes para o chefe do CODI e este para o CIE. Desses quatro canais saíam os informes a que eram submetidos a uma análise setorial no nível do gabinete do ministro e posteriormente eram centralizados no SNI. Seguindo a lógica da guerra interna, a segurança do país era posta em risco pela própria população que poderia ser tomada pela ideologia comunista, logo todo território nacional deveria ser monitorado, o que justificava a necessidade de uma intensa troca de informações entre os órgãos de vigilância e a necessidade da não identificação dos agentes que geralmente atuavam disfarçados. Foi comum o uso de

[139]FICO, op. cit., 2001, p. 100, 101.
[140]CNV, op. cit., p. 138.
[141]Sobre o sistema que foi montado ver Lagôa; A guerra. 1983, p. 71.
[142]LAGÔA, op. cit., p. 71.

agentes infiltrados[143], que eram treinados pelos serviços de informações para se inserir nos movimentos sociais. Os organismos de segurança mantinham um poderoso esquema de infiltrações em todos os escalões das organizações. A partir dos dados obtidos pelas "infiltrações" ou campanas", somados a interrogatórios de presos, as agências planejavam ações sucessivas[144]. Nessas ações residia a importância dos agentes para a desarticulação dos movimentos de oposição à ditadura.

1.5 **Sobre os documentos gestados pela comunidade de informações**

A matéria prima desta pesquisa são os documentos do SNI que mostram a vigilância deste órgão, e dos que o compunham, sobre os movimentos sociais, e no nosso caso, o movimento negro no Brasil. Esses documentos, produzidos por organismo militares e ou sob suas responsabilidades, são fundamentais para justificar nossa opção pela definição do regime político sob o qual se deu todo o processo de vigilância e repressão sobre o movimento negro e suas lideranças. De acordo com Fico, também são fundamentais

> para classificar os militares que participaram das comunidades de segurança e de informações como um "corpo de especialistas que, tendo constituído um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo, lograram situar-se como produtores especializados do discurso que sustentou tanto suas próprias ações (Espionagens, violências), quanto a conduta omissa dos moderados que os toleraram[145].

Vale ressaltar, que segundo o pesquisador, os documentos sigilosos produzidos pela comunidade de informações tinham um público específico e determinado, por onde circulava, ou seja, o próprio SisNI. Além de informar autoridades civis e militares mesmo que estes não estivessem ligados diretamente as agências, serviam para manter os diversos órgãos da comunidade em constante comunicação. "As informações contidas nesses documentos constituem "uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção (...)

[143]Segundo Quadrat, a infiltração constava de uma técnica onde "o infiltrado deveria adotar uma nova personalidade e criar uma história sobre suas atividades anteriores que fosse sensata e, na medida do possível, próxima à realidade do agente. A ideia era que o agente não fosse pego em contradições no decorrer da sua infiltração (...) outro fator que foi destacado era para que o agente não se mostrasse importante e nem próximo dos líderes, pois, segundo o manual, as lideranças se conhecem, convivem e o agente poderia ser facilmente desmentido". QUADRAT, S. V. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).** Varia História, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan, 2012.
[144]LAGÔA, op. cit., 72. Ver também: Fico, 2001.
[145]FICO, op. cit., 2001, p. 21.

e forneceu (Enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes das comunidades certos sentidos justificadores da repressão"[146]. Os arquivos que utilizamos se compõe de registros sigilosos elaborados por informantes e agentes dos órgãos de informações, sendo estes militares ou não, geralmente infiltrados nas organizações do movimento negro. Tais registros em sua maioria são compostos por dossiês, relatórios, informações, telegramas, ordens de busca e jornais tanto da grande imprensa quanto da imprensa negra anexados aos documentos como prova das ações de lideranças dessas organizações. Os documentos produzidos pela comunidade de informações, por meio de seus agentes, recebiam dentre outras normas, uma classificação em diferentes graus, na qual era indicado a sua natureza ou finalidade: ultrassecreto, secreto, confidencial ou reservado. Recebiam um carimbo com a indicação dessa classificação, além de uma marca diferente em cada cópia e em cada folha para que qualquer vazamento pudesse ser identificado. Logo, eram direcionados para os chefes das agências na certeza de sua confidencialidade.

Todos aqueles que tivessem acesso a documentos confidenciais eram obrigatoriamente responsáveis por seu sigilo. Todo processo de produção dos documentos é regido por normas legalizadas por meio de decretos-lei que regem o "Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos"[147]. Neste sentido, Fico (2001) sublinha que, "um documento produzido na esfera pública poderá ser sigiloso sempre que isso for indispensável à segurança da sociedade e do Estado" [148]. As informações que alimentavam o SNI eram classificadas pela "origem", ou seja, os órgãos que as produziu e pela "difusão", órgãos destinatários, o que "mostra a grande troca de papeis entre os diversos órgãos de segurança e informações". No geral eram produzidas pelas DSIs e ASIs, que as encaminhavam a Agência Central segundo a periodicidade estabelecida no Plano Nacional de Informações e as demais agências. "A difusão das informações denunciava cadeias informais e de afinidade temática", difundindo as informações de acordo com o objetivo de cada agência. Cada documento atende a um prazo de classificação, ou seja, o período durante o qual o documento ficará inacessível[149]. Dos

[146]FICO, op. cit., 2001, p. 21.

147Nesta pesquisa para maior compreensão dos termos acessamos o Decreto nº 60417, de 11 de março de 1967, que revogou o Decreto nº 27.583, de 14 de dezembro de 1949. E também o Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977 que só viria a ser revogado em 1997.

[148]FICO, op. cit., 2001, p. 25.

[149]Sobre o histórico das leis de disponibilização dos Arquivos da Repressão ver:

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro.** Revista Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun 2012.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.25-27. BAUER, Caroline Silveira e GERTZ René E. Arquivos de Regimes Repressivos, Fontes sensíveis da História recente p. 192-185/. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São

documentos que acessamos, alguns poucos, em especial os com origem no MRE e no CENIMAR receberam classificação do grau de sigilo como "secreto". A maior parte foi classificado como "confidencial" e poucos receberam o carimbo de "reservado"[150]. Quanto ao prazo de confidencialidade registrado nos documentos varia de 5 a 30 anos.

Ao analisarmos os registros a que tivemos acesso, os primeiros documentos do SNI trazem em seu cabeçalho dados completos: assunto, origem, a data, a classificação do documento com grau de confiança e veracidade e de sigilo, as agências de disseminação ou difusão, anexos e referências; quando documento do MRE, traz o país de origem e os carimbos das agências de origem e de recebimento do documento, bem como assinatura dos diretores das agências e órgãos recebedores, carimbos de protocolo com numeração e data. Esse era o "cabeçalho padrão dos documentos de todos os órgãos de informações ditado pela ESG"[151] e definidas pelo regulamento. A partir do final dos anos de 1970, os dados dos cabeçalhos rareiam e nos anos de 1980 os documentos já não trazem quase nenhum dado que possa identificar a origem do documento. Entre os documentos nos arquivos do SNI, tivemos acesso a encaminhamentos, informes, informações, pedidos de busca e telegramas. Por vezes, recortes e matérias de jornais, livros, fotografias, eram anexadas aos documentos das agências como prova[152].

A produção de informações que alimentava o SisNI passava por todo um processo na sua construção: tendo como matéria prima o informe[153], a DSN, com base no manual da ESG definiu os conceitos para cada documento dos órgãos de repressão, onde o informe consta como "qualquer dado (observação, fato, relato ou documento) que pudesse contribuir para o entendimento de determinado assunto, problema ou situação"[154]. O informe era a base para

---

Paulo: Contexto, 2022. p.173-193. Prazos de documentos estão descritos na Lei de Acesso à Informação. A esse respeito ver: Histórico da LAI — Acesso à Informação (www.gov.br). Acesso em: 28 de dezembro de 2020.

[150]Documentos produzidos por órgãos públicos podem ser sigilosos sempre que for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. Atualmente no Brasil, eles se classificam da seguinte forma: a) ultrassecretos (Os que requerem excepcionais medidas de segurança); b) secretos (Os que requerem rigorosas medidas de segurança); c) confidenciais (Aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); d) reservados (Os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral). A norma era que os documentos deveriam ser no mínimo classificados como "confidencial". Ver: Op cit. FICO, Carlos. 2001, p. 25,27.

[151]QUADRAT, S. V. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).** Varia História, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan. 2012, p. 30.

[152]Toda essa documentação compõe os chamados "arquivos da repressão". BAUER e GERTZ definem arquivos da repressão em sentido latu, como, conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos. Em sua maioria se compõe de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (Fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão, etc.). BAUER, Caroline Silveira e GERTZ René E., 2022, p. 177.

[153]O informe constava de notícias, dados brutos e esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pelo sistema de informações.

[154]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 14.

produzir a informação pois ela trazia tudo o que se conhecia até aquele momento sobre o fato. A informação, de acordo com a DSN é conceituada como "o conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios". Assim, os informes tratados e analisados pela inteligência transformavam-se nas informações que alimentaria o sistema[155]. A informação constituía "a razão de ser do SNI"[156], era o recurso que daria a sustentação para as ações da repressão. Na produção das informações, deveriam seguir etapas pré-estabelecidas: "orientação, produção, planejamento, coleta, busca, processamento, exame e análise, integração, interpretação e difusão". Além disso, era preciso seguir um critério de classificação que distinguia sua confiabilidade e a veracidade do seu conteúdo, visto que tratavam de assuntos de interesse nacional, tanto de ordem interna quanto externa, atentando para os critérios pré-estabelecidos pelo SNI[157]. Neste sentido,

> A produção das informações deveria seguir princípios básicos: objetividade, segurança, clareza, simplicidade, imparcialidade e outros. (...). Porém, na maioria das vezes, a informação constituía-se num texto bastante vazado no obscuro jargão da comunidade e inteiramente parcial[158].

Segundo Lagôa, era o SNI quem classificava as informações de acordo com suas características e peculiaridades[159]. Basicamente divididas em: informações para a área do desenvolvimento (Informações úteis ao desenvolvimento do país) e informações para a área da segurança nacional, sendo essas últimas que diretamente nos interessa. Para essas, não havia limitações para sua produção, sendo originadas tanto de fontes ostensivas, quanto de fontes sigilosas, sendo as mesmas sempre protegidas por sigilo que identificam os antagonismos sociais, as pressões e os fatores adversos que poderiam vir a gerar os conflitos. Inicialmente as informações tinham o objetivo de identificar as ameaças externas, no entanto, como afirma Quadrat, com o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria muda a configuração mundial e a preocupação dos países que adotaram a doutrina da segurança nacional passou a ser com a "ameaça comunista". As Forças Armadas passaram a ocupar-se

---

[155]Ver LAGÔA, 1983, p. 16; FICO, 2001, p. 95; REZNIK, 2004, p. 180.

156BAUER, Caroline Silveira e GERTZ René E. Arquivos de Regimes Repressivos, Fontes sensíveis da História recente /. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022, p. 175.

[157]Esses critérios, detalhados por Lagôa (1983) e pelos trabalhos dos historiadores Carlos Fico e Samantha Quadrat, nos auxiliaram na compreensão e análise dos termos encontrados nos documentos. Fico, 2001, p. 95-100. Quadrat, 2012, p. 30.

[158]FICO, op. cit., 2001, p. 97.

[159]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 17.

da defesa interna, atentando para as ameaças ligadas a subversão e ao terrorismo de esquerda. É preciso voltar a destacar a importância da difusão entre os órgãos de vigilância e repressão visto que "a disseminação era um fator primordial no processamento da informação, pois o item que estava faltando poderia estar em algum arquivo ou poderia já estar sendo investigado por outro grupo e/ou instituição"[160].

Como podemos perceber, a coleta e tratamento de informações patrocinada pelo SNI foi de grande importância para os militares uma vez que configurava um instrumento de conhecimento e controle da sociedade. No que dizia respeito aos indivíduos, as informações sobre qualquer pessoa que esteve vigiada pelo SNI eram registradas no Levantamento de Dados Biográficos – LDB[161], que era produzido por equipes especializadas[162]. Toda essa coleta e armazenamento de informações possibilitava aos militares, a tomada de decisões em relação a determinados temas, indivíduos ou grupos sociais, como veremos a seguir.

1.6 **O SNI e o controle sobre os movimentos sociais**

Conforme apresentado, para a Doutrina de Segurança Nacional, institucionalizada na Lei de Segurança Nacional, a garantia da segurança interna era fundamental para a concretização dos chamados interesses nacionais. Para essa finalidade era necessário a manutenção da ordem e da unidade nacional, que se daria a partir do controle dos antagonismos e das pressões sociais que se manifestavam nas ações daqueles identificados pelo regime como inimigo interno. Nesse sentido, atitudes e medidas deveriam ser tomadas para o combate ao que a doutrina referia como a guerra revolucionária. Para tanto, a DSN recomenda:

---

[160]QUADRAT, op. cit., p. 30. Esta era a orientação da ESG, contida na Doutrina de Segurança Nacional, no entanto, as rivalidades entre os diferentes órgãos que compunham o SisNI, faziam com que estes, muitas vezes não repassassem ao órgão central as informações consideradas mais importantes.

[161]Os Levantamento de Dados Biográficos-LDB, eram feitos a partir de prontuários existentes em órgãos de segurança federais e estaduais. Recebiam o parecer do SNI principalmente no que dizia respeito a posição ideológica dos indivíduos, traziam também a atitude destes em relação à "Revolução de 31 de março de 1964", as atividades subversivas, a probidade administrativa a eficiência funcional ou profissional e a conduta civil. A partir desses registros, o SNI dava seu parecer final, que poderia abonar ou desabonar o indivíduo para assumir cargos profissionais ou outras petições de seu interesse que acabava suscitando a busca pelo LDB. Ver Lagôa, 1983, op. cit., p. 22-24. Esse material certamente constitui importante fonte histórica que nesse momento, só faremos uma ou outra menção, não constituindo diretamente fonte para essa pesquisa, mas suscitando outras possibilidades de investigação histórica.

[162]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 22.

> Intervenção federal parcial ou total, em relação ao território nacional; decretação de estado de emergência ou de sítio; *medidas restritivas da liberdade de reunião, de associação e de opinião*, todas no plano político. No plano militar: *controle e eliminação de agitações populares*, quando insuficiente a capacidade dos meios compreendidos na expressão política do Poder Nacional; controle e destruição dos focos de guerrilhas, abarcando operações de variável envergadura, com características de ações militares[163].

O golpe civil-militar de 1964, que derrubou o presidente eleito João Goulart, se deu em meio a agitações políticas onde os movimentos sociais eram os protagonistas, liderados em especial pelo movimento sindical e estudantil, na luta pelas reformas de base. Quando do golpe, as reformas de base estavam no topo da pauta das discussões e reivindicações sociais, envolvendo civis e militares de baixa patente[164], num processo de busca por intervenções políticas que respondessem aos anseios das diversas propostas que se impunham naquele momento. Esses movimentos antagonistas, foram logo silenciados na medida em que os direitos civis[165] foram suprimidos e os que resistiram, sentiram o peso da repressão, uma vez que, como afirmou Carlos Fico[166], os militares praticaram a tortura contra os opositores desde os primeiros momentos após o golpe e não somente a partir de 1968, com o decreto do AI-5, visto que este ato, faria a ditadura atingir seu ápice repressivo com o aniquilamento dos militantes da esquerda revolucionária[167]. As medidas restritivas atacavam diretamente os movimentos sociais, visto que com os dispositivos legais, os atos institucionais[168], a LSN, e finalmente o AI-5, ficou explicito que "a política, condição fundamental da existência

[163]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 14 – Grifo nosso.

[164]Denis de Moraes (1989, p. 94-95) explica que naquele momento, "a politização da sociedade atingiu também o meio militar. (...) A mobilização dos setores subalternos nos quarteis por direitos democráticos que lhes eram vedados (...) fez com que os mais politizados não só frequentassem as associações profissionais que surgiram em todo país, como chegaram a formar grupos de estudos, nos quais discutiam, por exemplo, escritos de Marx e Lênin" e ainda autores nacionais de esquerda. Muitos desses militares frequentavam os cursos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros**-** ISEB, em que se discutiam as grandes questões nacionais sob uma ótica progressista. Sobre a ação do movimento dos militares de baixa patente e demais movimentos sociais ligados à esquerda que atuavam no período pré e pós golpe militar ver: MORAES, Dênis de. A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. 2ª edição. FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo/Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos. 2005; JACOB, Gorender. **Combate nas trevas.** São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. 5ª ed.

[165]Tomamos o conceito de José Murilo de Carvalho, quando afirma que "direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. (...). Sua pedra de toque é a liberdade individual. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 17ª ed. Para uma visão geral e resumida dos antecedentes imediatos ao golpe de 1964, ver: CNV, vol. 1, 2014. Capítulo 3: Capítulo 3 – Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988. p. 83-108. *Op cit*.

[166]FICO, op. cit., 2004, 33.

[167]Sobre a ação e concepção da esquerda revolucionária ver: GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 5ª ed., 2014.

[168]Os militares para garantir o regime de exceção, editaram entre 1964 e 1969 quatorze Atos Institucionais, sendo o primeiro decretado em 9 de abril de 1964.

humana, passa a ser algo com que a população não deveria se envolver."[169] A Segurança Nacional para os militares estava relacionada ao controle social e a prevenção contra os movimentos de massa. Pressuposto, a Lei de Segurança Nacional foi construída na perspectiva de defesa do país contra o comunismo e da repressão aos movimentos sociais que levantassem essa bandeira e o SNI, nessa perspectiva, era a agência reguladora da vida social.

Como observou Motta[170] historicamente, a ameaça comunista foi o argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (Ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda. Destarte, através das informações colhidas pelo SNI, o indivíduo ou organização poderiam ser enquadrados criminalmente na LSN por crime contra a segurança nacional. Neste caso, o indivíduo seria processado criminalmente e julgado pela Justiça Militar[171], com penas previstas na própria LSN. Como podemos observar no artigo 12 da referida lei:

> Art. 12. Formar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional:
> Pena - reclusão, de 1 a 5 anos[172].

Este artigo teve sua redação modificada pelo Decreto-Lei nº 510, de 1969, que alterou a pena aumentando o tempo de reclusão, responsabilizando não só as lideranças, mas a simples participação de indivíduos em qualquer organização política.

> Art. 12. Formar filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional:
> Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de 6 meses a 2 anos, para os demais.
> Parágrafo único. No caso de simples culpa, a pena será:
> Detenção: de 3 meses a 1 ano[173].

---

[169]JARDIM, Luís Eduardo Franção. **A ditadura militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros: um estudo de depoimentos.** 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2016, p. 42.

[170]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, p. 22.

[171]Para compreensão de como se dava a formação dos processos judiciais e as arbitrariedades ocorridas durante esses processos a critério da Justiça Militar, ver: Arquidiocese de São Paulo. (1985). **Brasil nunca mais: um relato para a história** (13ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. MONIZ, Edmundo. **A Lei de Segurança Nacional e a Justiça Militar.** Editora Codecri, Rio de Janeiro, 1984.

[172]Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.

[173]Decreto-Lei nº 510, de 1969.

Os militares, durante a fase da institucionalização do regime, protagonizaram um processo de radicalização da repressão - em especial com a instituição do Ato Institucional nº 5- AI-5, em 1968-no governo do general Arthur da Costa e Silva onde o "inimigo" fora personificado nos movimentos de esquerda, da luta armada, no movimento estudantil, nos militantes do PCB, nos setores da Igreja Católica, no movimento sindical e operário, no movimento camponês[174]. O AI-5 interferia diretamente na vida dos movimentos sociais e suas lideranças, uma vez que suas sanções eram todas de natureza política. Enquanto a LSN era o instrumento que criminalizava o indivíduo e toda e qualquer organização política identificada como subversiva ou antagônica a ordem imposta, e ao SNI "cabia identificar o inimigo interno, estivesse ele situado dentro do próprio aparelho do Estado ou na sociedade civil". Identificar e controlar o inimigo interno era fundamental para a manutenção da ordem, da unidade nacional e dos "interesses nacionais" conduzidos pelo regime de militar. O período de maior repressão se estenderia até meados de 1970, abrandando a partir do processo de abertura política iniciado no governo do presidente general Ernesto Geisel, que assumiu a presidência do governo militar entre 1974 e 1979. Nesse momento, os militares, mediante intensa repressão haviam contido os movimentos revolucionários de esquerda e o foco (Que já existia) se amplia para os demais movimentos sociais sob os quais a vigilância - para a garantia da segurança nacional - seria mantida, justificando a sustentação da comunidade de informações. Nesse sentido,

> Para dar prosseguimento ao seu projeto de abertura Geisel deveria exercer um controle maior sobre a comunidade de informações, devendo afastar os seus líderes públicos para conseguir o respaldo popular e ao mesmo tempo manter o aparato repressivo atuante para conter a oposição. Porém, mesmo buscando cercear o poder da *linha dura*, Geisel não abriu mão dos mecanismos de controle criados por ele, dentre os quais podemos destacar o AI5, extinto apenas em 01 de janeiro de 1979, e a Lei de Segurança Nacional. Geisel foi o presidente que mais cassou políticos durante o regime militar, em parte porque enfrentou uma oposição mais forte após a eleição de 1974 e também porque os limites da abertura não estavam bem definidos, o que incentivava as críticas e reivindicações pelo retorno do Estado de direito por parte da oposição. Desta maneira, a comunidade de informações deveria ser controlada, mas não desmontada porque era útil ao controle da oposição e do próprio processo de transição[175].

Concomitante, ainda num contexto de Guerra Fria, muitas mudanças vão oportunizar a chegada de novos movimentos sociais. Recessão econômica para uns, crescimento para outros, lutas pela independência das antigas colônias portuguesas, a dureza da guerra civil em

---

[174]REIS Filho, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo/ Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos. 2005, p. 173. Ver: MORAES, 1989; JACOB, 2014; REIS, 2005.
[175]QUADRAT, op. cit., 1990, p. 381.

Angola e Moçambique, movimentos pelo fim do regime do apartheid na África do Sul e as demais lutas pela libertação colonial na África, em especial na Rodésia e Namíbia. Nos EUA, a luta contra o racismo, pelos direitos civis naquele momento representada pelo movimento Black Power (1960-1970) e pelo partido dos Panteras Negras, fatos esses que seriam temas de discussão e fator de mobilização do movimento negro e sua imprensa. Diante da efervescência política e econômica que marcou o mundo durante a década de 1970-em muito, reflexo das lutas e movimentos dos anos de 1960 -, em especial de 1968, momento de novas percepções político-sociais. No Brasil, apesar do controle social exercido pelo regime militar, foi o momento de reorganização da sociedade civil. É nessa década que vão surgir os novos movimentos sociais[176], seja como complemento ou como alternativa aos movimentos de classe e partidos da esquerda tradicionais. Foi a reação da sociedade civil a repressão, a crise provocada pelo "milagre", pela retomada dos direitos civis e políticos, "expressa numa militância muito marcada pela dissidência e pela heterodoxia"[177].

No Brasil, o "milagre" na política econômica dos militares nada fora do comum, o formato do crescimento econômico patrocinado pelos governos, favoreceu o aumento da desigualdade na distribuição de renda, apesar da valorização das classes médias, alijou a maioria da população do acesso aos bens e consumos produzidos por trabalhadores cujo movimento reivindicativo estava silenciado pela repressão e pela censura à imprensa[178]. É nesse contexto, a partir do meado dos anos de 1970, apesar do indicativo de abertura política, onde a repressão ainda se impõe mediante as diferentes perspectivas na condução política do país, que aflui uma série de movimentos e manifestações contrárias ao regime militar que vão muito além das lutas universitárias ou sindicalistas, de acordo com a historiadora Maria Paula Araújo (1999), vão "disputar com o regime todos os espaços possíveis de ação política legal, da mídia às ruas". Esse confronto se deu:

> A partir das lutas políticas que pressionavam contra os limites da legalidade. Além disso, uma produção política e teórica confeccionada não apenas nas universidades, mas, também, nos movimentos organizados. Some-se a isso, uma influência de ideias e práticas políticas inovadoras que vinham do cenário internacional. Junto com elas movimentos de novo tipo se introduziram na política brasileira: os movimentos da diferença"[179].

[176]Ver Sader, 1988; Gohn, 2019; Montaño e Duriguetto, 2011; Araújo, 1999.
[177]ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, 1999. p. 155.
[178]SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar a redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990, 9ª ed. p. 351-384; MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011, 3ª ed. p. 268.
[179]ARAÚJO, op. cit., 1999, p. 153.

A década de 1970 chegou trazendo um novo olhar sobre a possibilidade de participação política. Foi um momento de reinvenção da política e da esquerda no Brasil e no mundo. Segundo Araújo, os acontecimentos ocorridos no mundo no ano de 1968[180], representaram marcos de ruptura com o conceito tradicional tanto de política quanto de esquerda. Destaca que a luta política dos movimentos sociais nos anos de 1970 organizou-se fundamentalmente sobre três eixos: "a crítica ao marxismo oficial, a incorporação de novas práticas sugeridas pelas lutas políticas do campo da esquerda internacional e pela conjugação do esforço de renovação aplicado à luta contra a ditadura militar mediante a autocrítica da luta armada"[181]. Para Araújo, os atores da chamada "esquerda alternativa", muitos dissidentes das antigas organizações da esquerda revolucionária, vão constituir os movimentos de mulheres, de negros, de homossexuais "um campo de atuação política muitas vezes desacreditado pelos representantes da política mais tradicional - até mesmo a de esquerda"[182].

Cabe ressaltar que para os militares, o enfrentamento da luta interna, identificada na ação dos movimentos antagônicos, sempre associados ao comunismo, impenderia atitudes e medidas a serem tomadas pelos órgãos de repressão decorrente do processo subversivo. Tais medidas estavam sempre relacionadas as informações que se obtinham dos indivíduos ou grupos, que eram encaminhadas pelo SNI. Eram os órgãos de informações que identificavam "as pressões e os fatores adversos com potencialidade de gerar antagonismos". Para controle dos movimentos sociais e da sociedade em geral o SNI contava com a secretaria psicossocial que acompanhava as atividades dos sindicatos e da Igreja[183], sendo esta capacitada para identificar lideranças em formação e os rumos dos diversos movimentos. Havia também a secretaria subversiva, ou de subversão, que se encarregava de vigiar os movimentos considerados subversivos, as organizações clandestinas ou não, onde eram identificadas as

[180]Os protestos estudantis em Paris em maio de 1968 que lutavam contra o capitalismo e contra as formas tradicionais de organização política, motivaram outros movimentos revolucionários pelo mundo; os protestos nos EUA e na Europa em função da ação dos EUA na Guerra do Vietnã; o assassinado de Martin Luther King que provocou inúmeras revoltas nos EUA, comoveu o mundo e ampliou a luta antirracista; a revolução cultural e dos costumes protagonizada pela juventude reivindicando liberdade sexual, feminismo e ecologia; a revolução cultural na China; a Primavera de Praga na Tchecoslováquia de contestação a burocracia do comunismo soviético; o protesto dos atletas negros protestam nas Olimpíadas (EUA/México) e a reverencia ao movimento Black Power, as lutas dos estudantes no Brasil, marcado pelo assassinato do estudante e pela Passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro contra repressão; a greve em Contagem – Minas Gerais que reacendeu o as lutas operarias sindicais; a edição do AI-5 sancionado pelo presidente Costa e Silva, que fechou o Congresso Nacional e radicalizou a repressão; entre outros.

[181]ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 1999, p. 155.

[182]ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Id., 1999, p. 155.

[183] Sobre a ação do SNI sobre a Igreja Católica ver: BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980).** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/ PPGHIS. Rio de Janeiro, 2010.

ações do movimento comunista internacional[184]. As ações do movimento comunista internacional eram identificadas pelo SNI em todos os setores de atividades e segundo este, o trabalho do comunismo naquele momento residia em arregimentar os descontentes com a Revolução e muitos eram considerados "inocentes úteis" a serviço do comunismo[185]. As mudanças ocorridas no mundo certamente atraiam a atenção e preocupação dos militares. A exemplo da ação do CENIMAR, junto ao SNI, em janeiro de 1970, que com o envio de um informe, apontou as consequências dos eventos de maio de 1968 em Paris[186] para a Europa e em especial para os países do Terceiro Mundo. Segundo o informe, o evento protagonizado pela juventude, fazia crítica social político-econômica contra os que exerciam o poder. A agência remete este a um problema geracional, de ruptura de gerações, sem cunho ideológico e sem maiores consequências, salvo pelo redimensionamento dado pelos "elementos marxistas" que segundo os informantes fora consentido ou negligenciado pelo que chamavam de "aparelho democrático". Conforme o documento, órgãos internacionais[187] transformaram o que era um conflito de gerações em luta de classes, emprestando-lhe um conteúdo político-ideológico de fundo marxista. A agência tomando como base o relatório final da UNESCO, em encontro ocorrido em *Holte*, na Dinamarca, informava:

> Parece que os distúrbios de Paris, ocorridos em 1968, deram novo alento ao movimento comunista europeu. A descrença numa revolução proletária na Europa é evidente, meia une outra variante da revolução social, a partir de luta entre "polos opostos", de pessoas no poder e jovens fora dele, os primeiros identificados com "a geração passada" e os últimos com a "juventude", parece ter trazido novas esperanças ao que se denominou de "a nova esquerda", 5. - A revolta de Paris ganhou um sentido planetário, na medida em que se seguiu de metástases mais ou menos duráveis e mais ou menos contundentes nos países da Europa, e de todo o Terceiro Mundo. Era uma nova dimensão do fenómeno de luta social. E, na França, quase que as Instituições sucumbem sob a pressão de desordeiros aparentemente sem programas e sem ideias. Contudo, os tentáculos que manobraram a revolta de Paris, saberiam o momento adequado de lhe emprestar o conteúdo próprio. A falta de ideias do movimento da rua, não correspondia idêntico vazio na elite do movimento. Os aspectos importantes do movimento era fazer-se crer "sem ideologia política", de modo o afastar de imediato certas preocupações, do, mesmo modo que a inteligência

[184]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 21.

[185]Esses termos constam em documentos do SNI sobre o comunismo internacional. Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_64095939_d0001de0001.pdf.

[186]Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70010452_d0002de0002.pdf.

[187]De acordo com o documento citado, os órgãos envolvidos naquele encontro foram: a UNESCO, o Conselho Mundial de Igrejas (Ambos dirigidos por brasileiros, mas, segundo o documento, sem nenhuma responsabilidade sobre o relatório, nem participação nas discussões que geraram o documento), a Associação Cristã de Moços, a Organização Mundial da Juventude (Pelo menos a Oficina Latino Americana) e a Cruz Vermelha Juvenil (Pelo menos o ramo Colombiano).
No mesmo documento, há uma nota do CENIMAR demonstrando a preocupação da agência com a divulgação dos trechos do relatório da UNESCO transcritos no texto do informe – pois segundo a agência poderia permitir aos elementos esquerdistas a identificação da fonte.

> comunista fez crer ao Ocidente, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, que a revolução chinesa era um movimento não comunista por reformas sociais e pela reforma agrária. Os documentos e relatórios mais recentes, oriundos dos órgãos internacionais, enfatizam a posição da juventude como elemento básico na promoção de mudança social[188].

A preocupação com a organização da juventude em torno de uma doutrina que viria a justificar o que consideravam "uma ação violenta da juventude", visto que poderia resultar um perigo para a estabilidade de sociedades carentes de esforço produtivo sério e de ordem social como o Brasil. Segundo o documento, o relatório orientava as táticas que se deveria adotar em defesa da juventude que "sofre injustiça e luta por justiça social". O relatório ainda acrescenta:

> "Em alguns países a formação de movimentos juvenis de caráter político deve ser encaminhada para a introdução de inovação na prática política. A formação deve facilitar a existência de opinião pública mediante campanhas, influir sobre as personalidades políticas mediante grupos de pressão e manifestações, e também mediante o emprego crescente da resistência passiva, "del enfrentamiento y de la accion directa"[189].

Preocupado, o CENIMAR orienta que com base naquelas declarações, o governo deveria avaliar para os próximos anos a importância da linha de ação das chamadas "nova esquerda". De fato, o que se veria nos anos seguintes foi a juventude se organizando em grupos de estudo e formação política, em atos e manifestações chamando a atenção da opinião pública para as mazelas sociais e desmandos dos militares, ações diretas contrárias a repressão, sem uso de violência, demarcando o que o documento chamou de "resistência passiva". Em 20 de novembro de 1973, a Agência Central do SNI, em documento do gabinete com carimbo de memorando nº 2098, dispõe sobre as "Linhas de Atuação do Movimento Comunista Internacional"[190]. Nesse documento, o SNI faz uma análise das principais linhas de atuação do Movimento Comunista Internacional (MCI), caracterizando o que chamaram das três linhas principais deste movimento: a linha soviética, a linha chinesa e a linha castrista, ou cubana. As duas últimas adotavam a luta armada como principal forma de luta

---

[188]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70010452_d0002de0002.pdf-Grifos no documento, p. 2-3. Nas citações, ao longo do texto, manteremos as formas de grafia dos documentos como eram escritas na época e como constam nos arquivos consultados.

[189]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70010452_d0002de0002.pdf – Grifos nosso, p. 4.

[190]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73064103_d0001de0001.pdf. AC/SNI. Memorando nº 2098. Assunto: Linhas de Atuação do Movimento Comunista Internacional. Protocolado em 3/12/73. Com assinatura do Coronel Chefe do gabinete do SNI. O documento traz diversas assinaturas e anotações para encaminhamento aos procedimentos cabíveis.

para a conquista do poder, enquanto a primeira, optava pela coexistência pacífica opondo-se à ação armada como principal forma de luta para a conquista do mesmo objetivo. Segundo o documento, os Órgãos de Segurança desde o golpe, tendo como base e maior preocupação com as chamadas organizações terroristas e a luta armada, empenharam-se no combate a estes sujeitos e organizações, resultando, na avaliação da agência, a uma relativa liberdade de atuação aos militantes do Partido Comunista Brasileiro, seguidor da linha soviética. Uma vez que ainda que seus movimentos tenham sido acompanhados, não foram realizadas por aqueles órgãos, ações destinadas à eliminação de suas atividades.

Ainda sobre o que chamavam de luta antissubverssiva, afirmam no documento que também havia uma dificuldade, diferente do que ocorria com os elementos integrantes de organizações armadas ou terroristas, para caracterizar o crime de subversão e com isso, alcançar condenações na justiça, face a legislação em vigor. Havia por parte dos agentes uma insistência em criminalizar os movimentos sociais na LSN, em especial com a preocupação destes com as ações e importância que o movimento comunista internacional dava aos movimentos de massa. Os militares acreditavam que, diante das evidencias, ações do partido nas universidades, no movimento operário e junto as massas, os militantes e ativistas do PCB eram os que revelavam maior convicção ideológica "como resultante da intensa e bem conduzida doutrinação de caráter marxista-leninista que lhes era proporcionada" e que seria através desse Partido que eram preparados ideologicamente os elementos que posteriormente seriam "recrutados para as organizações terroristas e de luta amada"[191]. Fica explicito em várias partes do documento a preocupação do SNI com a influência do comunismo internacional no Brasil, sob as ações do PCB ou PCdoB nos movimentos de massa. Nesse sentido, viam a infiltração comunista, "inclusive nos organismos internacionais, como a UNESCO e demais órgãos de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e do clero ligado à Igreja Progressista". Entendia que a ação desses órgãos causava efeitos nocivos a imagem do Brasil no exterior. Para tanto, a agência reafirma a importância de os órgãos de repressão combater o PCB e os demais partidos comunistas que militavam no Brasil, "pela periculosidade de seu trabalho de massas conjugado com a linha militarista", (p. 9).

Como se vê, o governo do general Ernesto Geisel que assume em 1974, na perspectiva da abertura política, teve como orientação da comunidade de segurança, a observância e necessária contenção dos movimentos sociais, ditos movimentos de massa. Foi também em função da emergência dos novos movimentos sociais e de oposição que o governo manteve o

[191]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73064103_d0001de0001.pdf. Doc. citado p. 4.

olhar sobre atividades e lideranças consideradas subversivas e supostamente ligadas ao MCI. É notório que apesar da propagada abertura, nos movimentos sociais mantinha-se o clima de muita cautela em função da ação ininterrupta dos órgãos de segurança e informações. Certamente por isso, em 1979[192], em plena abertura política, curiosamente, a DSI do Ministério dos Transportes, encaminha um informe de cinquenta páginas ao SNI em que trata da "Infiltração nos Diversos Setores de Atividades", apontando nomes de lideranças consideradas comunistas ou simpatizantes que atuavam em diversos setores de atividades, trazendo também seus respectivos sumários históricos. A lista consta de 227 nomes dentre eles, Fernando Henrique Cardoso naquele momento "Suplente de Senador MDB/SP, que desenvolve intensa campanha de esquerda que beneficia o MCI", Hamilton Bernardes Cardoso, descrito como "jornalista, simpatizante que mantém ligações com elementos comprometidos" e Neuza Maria Pereira, descrita como "jornalista, esquerdista infiltrada nos meios de comunicação". Destes, o primeiro era estudioso das relações raciais, ligado a Florestan Fernandes integrado ao projeto UNESCO e os dois últimos, já naquele momento reconhecidas lideranças do movimento negro e colaboradores do jornal *Versus*, escrevendo o suplemento *Afro Latino América*. O SNI e suas agências, seguiu por toda década de 1970 e 80 vigiando os movimentos sociais e suas lideranças, atento a todas as suas atividades, ações no Brasil e no exterior, bem como monitorando contatos com organizações e outras lideranças.

[192]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010247_d0001de0001.pdf. Informação nº575 SICI/DSI/MT/79. Data: 3/09/79. Caráter Confidencial. Difusão: SNI. Protocolado sob o nº 016786 em 17 de setembro de 1979. A Informação trazia no assunto: Infiltração nos Diversos Setores de Atividades. A lista citada consta de 227 nomes de homens e mulheres. São listados com os respectivos comentários, dentre eles o médico Adão Pereira Nunes, Barbosa Lima Sobrinho, entre outros jornalistas, médicos, advogados, cineastas, escritores, bancários, deputados, senadores, diplomatas, professores universitários, funcionários públicos, poetas, artistas, teatrólogos, padres, D. Helder Câmara - Arcebispo de Olinda e Recife e outros bispos e arcebispos, Evandro Lins e Silva - Ministro do STF aposentado-, Francisco Buarque de Holanda - Compositor. Apesar de jovem, sua atuação esquerdista é tão intensa, que pode se afirmar ser um dos artistas que mais dividendos vem conseguindo em prol do comunismo, Ulysses Guimarães - Deputado Federal e Presidente do MDB. Apesar de se dizer elemento não comprometido com as esquerdas', sua atuação e suas ligações o caracterizam como esquerdista; Ziraldo Alves Pinto - Jornalista e Cartunista, entre outros/as.

2 O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO: DA DITADURA MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO

Diante da geopolítica mundial pós-Segunda Guerra, num contexto de Guerra Fria, muitas mudanças ocorreram pelo mundo. Em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada e, em 1948, adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um princípio que nortearia a luta pelos direitos humanos e o direito à cidadania plena em diversos países. A luta contra o apartheid na África do Sul e o ideal panafricanista foram fatores que contribuíram para a internacionalização do movimento da negritude, o que influenciou as diversas lutas pela independência e superação do colonialismo. Nos Estados Unidos da América, nos anos 1950/60, os negros enfrentaram a luta pelos direitos civis. No Brasil, no mesmo período, um incipiente regime democrático que substituiu a ditadura de Vargas possibilitou a reorganização dos movimentos sociais e uma maior participação da sociedade na política nacional. A promulgação da nova Constituição de 1946, de cunho democrático, apesar dos resquícios conservadores, de acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, manteve as conquistas sociais do governo de Getúlio Vargas, e os direitos civis e políticos[193] como a liberdade de expressão e de imprensa, os direitos individuais, o direito e a garantia ao voto secreto, a igualdade de todos perante a lei, a liberdade de formação de associações, a liberdade de cultos religiosos e crenças, dentre outros.

É nesse contexto de intensa participação política que se insere a retomada do movimento negro no Brasil, que em momentos de graves crises políticas fora sempre obrigado a submergir, ganhar fôlego e retornar em momentos de abertura. Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, este movimento social ganha um impulso de projeção nacional, marcando a segunda fase do MN no Brasil[194]. Esse "segundo impulso"[195], é caracterizado por intensa movimentação cultural e política, com a criação de novas organizações negras que buscavam gerir a questão racial - através de ações, discussões e debates com a intelectualidade brasileira - procurando alcançar os mais diversos segmentos da sua comunidade e da elite nacional. Essas organizações negras buscavam intervir tanto na política

[193]Sobre o processo de construção da cidadania no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
[194]Ver Santos 1985; Domingues, 2007; Pereira, 2008
[195]Na análise do cientista Social Amauri Mendes Pereira, o primeiro impulso seria dado a partir dos anos de 1920, com a proliferação de uma forte presença da Imprensa Negra que expressaria o "desenvolvimento do nível de consciência no meio negro" e posteriormente, a criação da Frente Negra Brasileira, marco do desenvolvimento do Movimento Negro no Brasil. Ver PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

quanto no pensamento da sociedade brasileira, afinal, o mundo pós-guerra discutia as relações raciais. Desde a segunda metade do século XIX, as elites brasileiras e os intelectuais representantes dessa elite aumentaram suas preocupações com a questão racial no Brasil. Com o fim do trabalho de escravizados, trataram de pensar mecanismos de acentuação ou valorização do branqueamento por meio do estímulo a imigração de europeus, da mestiçagem e da marginalização dos negros, com a perspectiva de branqueamento e extinção da população negra e da população indígena. Os debates em torno da necessidade da construção de uma nacionalidade brasileira tiveram como base a discussão sobre as relações raciais no país[196] e os alicerces sobre os quais a nação foi pensada, fazendo do racismo um elemento estruturante das relações socioeconômicas e políticas.

Entretanto, a ideia de um Brasil como país isento de racismo, de preconceito, de discriminação ou de quaisquer conflitos raciais esteve presente nos discursos e estudos da intelectualidade brasileira, que apresentou o Brasil ao mundo como uma nação homogênea, apesar de constituída de diversos segmentos étnicos. Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa Grande e Senzala*, sistematizou essas ideias que, apropriadas pelas elites, possibilitaram o surgimento do "mito" da democracia racial, atribuindo a sociedade brasileira uma suposta harmonia de "igualdade racial" que veio a pautar os discursos da intelectualidade brasileira desde os anos de 1935. Pereira[197], em concordância com Silva[198], afirma que a partir de 1945, "a organização de espaços coletivos de troca de impressões e debates foi uma constante no MN". Desta forma, as organizações negras e suas lideranças, se envolveram intrinsecamente nas discussões sobre as relações raciais junto a intelectualidade brasileira. Nesse sentido, surgiram por todo país, diversas organizações negras, uma vez que naquele período, houve "uma grande movimentação no Brasil em torno da denúncia e desmantelamento do racismo e da discriminação racial, ao lado da amplitude – em termos geográficos – das iniciativas coletivas, organizadas pelos negros"[199]. Das organizações negras surgidas neste período[200],

---

[196]Sobre os debates acerca da construção da nacionalidade brasileira ver: SCHWARCZ. Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SEYFERTH, Giralda. "As ciências sociais no Brasil e a questão racial". In: **Cativeiro e Liberdade.** Rio de Janeiro, UERJ, 1989.

[197]PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008, p. 39

[198]SILVA, Joselina da. **"A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50"**, Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n º2, Rio de Janeiro, 2003, p. 221.

[199]Id. 2003, p. 223.

[200]Sobre as diferentes fases que compõe a história do Movimento negro no Brasil ver: ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988.** Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998; PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008; SANTOS, Joel Rufino dos. "O movimento negro e a crise brasileira". In: **Política e Administração**, vol. 2. Julho-setembro, 1985; DOMINGUES, Petrônio.

em especial no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, a nosso ver, o Teatro Experimental do Negro - TEN[201] e suas lideranças - com destaque para seu idealizador, Abdias Nascimento[202] - que sistematizaram, "diante daquela atmosfera de insurgência", os debates recorrentes sobre a ideia de democracia racial e do preconceito racial junto aos intelectuais negros e brancos naquele momento.

Assim como vão se constituindo diversas e importantes organizações negras, a partir de 1945, com a volta do regime democrático - "fase das grandes reivindicações políticas" e das discussões em torno da ideia de democracia racial - a imprensa negra também se revigora[203]. Até início dos anos de 1960, os jornais da imprensa negra vão participar dos

---

Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, vol. 12, 2007 12(23), p. 100–122, 2007. E ainda, sobre uma das mais importantes organizações negras surgidas na década de 1940 ver: SILVA, Joselina da. **União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo**, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UERJ, 2005; SILVA, Joselina da. **"A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50"**, Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n. 2, Rio de Janeiro, 2003.

[201]Sobre o Teatro Experimental do Negro ver: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Summus, 2003; NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In: **Estudos Avançados.** vol. 18. nº 50. São Paulo: 2004. p. 209-224; DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, vol. 12, 2007 12(23), p. 100–122, 2007. Disponível: Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos (redalyc.org). Acesso: 2009.

[202]Nascido em Franca, no interior de São Paulo, no dia 14 de março de 1914, militante político, foi uma das figuras mais proeminentes do movimento negro brasileiro. Idealizador e um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (TEN), a partir do qual ajudar a criar o Museu de Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro). Foi economista, teatrólogo, artista plástico, pesquisador, deputado, senador e referência internacional na luta contra o racismo e a discriminação racial. Foi o primeiro diplomado no histórico Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1957, e concluiu pós-graduação em Estudos do Mar pelo Instituto de Oceanografia em 1961 Sobre a biografia de Abdias Nascimento ver: SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. **Abdias Nascimento: O griot e as muralhas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2006; ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento.** São Paulo: Selo Negro, 2009.
Ver também: : Abdias Nascimento (museuafrobrasil.org.br).
Perfil - Abdias Nascimento (ipea.gov.br)
Abdias do Nascimento: conheça um dos maiores ativistas negros do Brasil - Revista Galileu | História (globo.com)
Abdias Nascimento | Enciclopédia Itaú Cultural (itaucultural.org.br) Acesso: março de 2014.

[203]Sobre a imprensa negra ver: BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo.** Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia, São Paulo, vol. CXXI, nº 2, p. 50-78, 1951; FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963).** São Paulo: FFLCH/USP, 1986. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo; DOMINGUES Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008; DOMINGUES, Petrônio. **"Movimento Negro brasileiro. Alguns apontamentos históricos".** Tempo 12/23, UFF/Niterói, 2007; MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro.** 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019. E ainda, sobre a imprensa negra no século XIX, ver: PINTO. Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado em História Social). Universidade Estadual De Campinas. Instituto De Filosofia e Ciências Humanas. Programa De Pós-Graduação Em História. Campinas, 2014; PINTO. **Pele Escura e Tinta Preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, 2006. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf. Acesso em: 24 de novembro de 2020. Os estudos dos autores citado tratam da imprensa negra, dos jornais surgidos já de meados do século XIX, até o século XX, os primeiros anos da década de 1960. Seus estudos mostram que esses jornais trazem registros da luta do movimento negro e de suas lideranças contra as desigualdades raciais, caracterizando-os a partir das diferentes fases, dentro do contexto político em que estiveram inseridos.

debates e reivindicações políticas em voga, expondo as ideias da comunidade negra, propondo soluções para os problemas comuns a este grupo racial e registrando nas suas páginas toda movimentação política das suas lideranças. Cabe-nos destacar o jornal *Quilombo*: *vida, problemas e aspirações do negro*, órgão de divulgação das ideias do TEN[204]. Referendando as ações e reflexões do TEN, o jornal editado entre 1948-50, destacou sua linha de atuação: "trabalhar pela valorização e valoração do negro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico". Nesse sentido, conforme explicou a pesquisadora Jeruse Romão[205], a educação do negro foi tema de diversas seções do jornal. "*O Quilombo* "além de educativo e informativo", denunciava práticas de racismo e discriminação contra o negro em seus mais diversos aspectos". Os articulistas do jornal passaram a denunciar o racismo materializado no cotidiano das relações raciais no Brasil, apontando atos discriminatórios nas relações institucionais e interpessoais. Essas denúncias publicadas no jornal repercutiram no legislativo, ampliando naquele momento, os debates em plenário, levando legisladores à exaltação e defesa da democracia racial. O *Quilombo*, em seu primeiro número, inaugurava no Brasil as referências à negritude francófona. Nele "foi divulgado todo o pensamento socialista e de união de todos os homens de cor do mundo, apregoado por Léopold Sédar Senghor"[206].

De acordo com Joselina da Silva, o periódico do TEN preocupava-se "em analisar as consequências do racismo sobre a população negra. O espírito organizativo em função da arte e da conscientização racial, mais que a mera inserção na sociedade, era constante no periódico"[207]. O *Quilombo* foi editado entre 9 de dezembro de 1948 e julho de 1950, somando 10 edições. Nesse período, o jornal do TEN representou o espírito combativo dessa organização, denunciando os casos de racismo no Brasil, apontando ao negro a necessária consciência de sua importância na sociedade brasileira e trazendo ao centro do debate a ideia de democracia racial. A interação entre intelectuais negros e brancos que escreviam no

[204]Disponível em: Jornal Quilombo (Volume 1) por IPEAFRO - Issuu. Acesso: 14 de outubro de 2021.
[205]ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 127.
[206]BARBOSA, M. S.; COSTA, T. G. dos S. DA. **Negritude e Pan-Africanismo no Pensamento Social Brasileiro: a trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987).** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. Rev. bras. Ci. Soc., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/JyDVmNgVPKF9g9f5yBRbwty/abstract/?lang=pt#ModalHowcite. Acesso em: Acesso em 25 de maio de 2022.
[207]SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, nº 2, 2003, p. 222 Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200002. Acesso em: 23 de maio de 2022. https://www.scielo.br/j/eaa/a/QSsCvKP5t6Q7gtTqrczkbjr/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 23 de maio de 2022.

jornal[208] e orbitavam entorno do TEN possibilitou sérias discussões sobre os diferentes sentidos da ideia de democracia racial no Brasil. Inclusive, o jornal dedicou em todas as suas edições uma coluna denominada "Democracia racial", em que intelectuais brancos e negros discutiam a ideia através de artigos publicados na coluna. Segundo Guimarães[209], "lidos em conjunto, esses textos demonstram a mais completa confusão entre mestiçagem, ausência de linha de cor, protestos por igualdade de direitos e de oportunidades entre brancos e negros". Em que pese as divergências de interpretação, o que vai prevalecer naquele momento histórico, mesmo entre lideranças como Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos é a ideia - ainda que cheia de contradições - de que o Brasil se constituíra sob uma doutrina de democracia racial. No que diz respeito às características intrínsecas do jornal, serão retomadas junto à imprensa negra dos anos de 1970, em especial no jornal da Sociedade Intercâmbio Brasil-África - *SINBA*, que retomou o pensamento de negritude e seus principais representantes: Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, Léon-Gontran Damas, expresso nas lutas de libertação das colônias africanas.

Os editores do *SINBA* também reivindicavam uma identidade cultural de origem africana para o negro no Brasil, traduzindo através de suas páginas a África real, com suas lutas por cidadania e afirmação identitária, além de denunciar a ideia da democracia racial como mito – interpretação que o movimento negro tomara dessa ideia, a partir dos anos de 1970 - como será abordado no capítulo 3. Segundo a pesquisadora Elisa Larkin Nascimento (2003, p. 252) o Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944, no Rio de Janeiro, "foi a primeira entidade do movimento afro-brasileiro a ligar, na teoria e na prática, a afirmação e o resgate da cultura brasileira de origem africana com a atuação política". Idealizado por Abdias Nascimento como um grupo de teatro protagonizado por negros e negras, o TEN ganhou respeitabilidade e projeção na medida em que discutia, através de representações teatrais, a situação existencial do negro no Brasil, trazendo ao centro das discussões o discurso do movimento da negritude e o engajamento político. Entre 1944 e 1963, período de existência e resistência do TEN, diante das mudanças nos rumos políticos no Brasil e no mundo, a comunidade negra vê perspectivas de integração social, buscando inclusive interferir na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, marcada por uma diversidade política ideológica

[208]Escreveram na coluna intitulada "Democracia racial": jornal Quilombo: Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Paul Vanorden Shaw – representante da Organização das Nações Unidas no Brasil –, o senador Hamilton Nogueira, o compositor Orestes Barbosa, Estanislau Fischlowitz, Ralph Bunche, Roger Bastide e o escritor Murilo Mendes, Abdias Nascimento. Ver também: GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **"A Democracia Racial Revisitada ".** Afro-Ásia, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/43553067/A_DEMOCRACIA_RACIAL_REVISITADA_1?auto=download&email_work_card=download-paper. Acesso em 3 de junho de 2023.

[209] Id., p. 37.

com as quais algumas lideranças negras interagiram. Nesse processo, Abdias Nascimento, Agnaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves criaram em 1945 o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que junto ao TEN organizaram a Convenção Nacional do Negro. Nesse mesmo contexto, O TEN fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro, organizou a Conferência Nacional do Negro (1949), o I Congresso do Negro Brasileiro em 1950[210]; a Semana do Negro (1955)[211].

Ao lado de Abdias Nascimento, somando na organização e direção do TEN, outras organizações negras e alguns renomados intelectuais negros, como o já citado sociólogo Alberto Guerreiro Ramos - e mais uma considerável intelectualidade negra e branca - davam a direção das discussões travadas nesses espaços. Reunidos, o tema em discussão eram as relações raciais no Brasil, a valorização do negro mediante os problemas que impediam sua ascensão e integração na sociedade brasileira, onde buscavam construir uma imagem do negro "diferente dos estereótipos herdados da escravidão". O TEN expunha, nesses espaços de debates calorosos, a realidade das desigualdades vividas pela população negra frente à ideia de igualdade constitucional. Era a forma democrática de se discutir ideias, propostas e ações que conscientizassem negros e brancos sobre as desigualdades e discriminações raciais que demarcavam as relações raciais no Brasil, e que impediam a mobilidade social dos negros e negras. Nesse sentido a proposta do TEN era garantir meios de ascensão social e a formação de uma elite negra no Brasil, daí a importância da escolarização da comunidade negra. Apesar de o TEN estar aliado ao grupo político naquele momento visto como progressista, de discurso conciliador e moderado, a sua ação social contundente, denunciando a discriminação racial no país, fez com que ao longo de sua jornada, a elite nacional o acusasse de incitar o "racismo às avessas", visto que sob a perspectiva dessa elite, apontava para um problema que não existia no Brasil[212]. Dentre os representantes dessa elite, estava a figura de Gilberto Freyre, mostrando que a ideia de democracia racial no país, dominava as discussões. Este fato, nos leva a retomar a Convenção Nacional do Negro Brasileiro.

A Convenção fora realizada em São Paulo em 1945 e no Rio de Janeiro em 1946, reunindo grande parte da intelectualidade negra. Após longo debate, tirou-se o "Manifesto à Nação Brasileira"[213]contendo as reivindicações e direitos da comunidade negra que deveriam

[210]Sobre o I Congresso do Negro Brasileiro, as organizações negras que estiveram presentes, os intelectuais que apresentaram trabalho e outros detalhes sobre o evento, ver: NASCIMENTO. Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Summus, 2003.
[211]Santos 1985; Nascimento, 2003; Pereira, 2008.
[212]DOMINGUES Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 87.
[213]NASCIMENTO, Elisa L. **O sortilégio da cor: identidades, raça e gênero no Brasil.** Selo Negro, 2003, p. 256-257.

ser pautados na Assembleia Nacional Constituinte e inseridos na nova Constituição Federal. O manifesto foi assinado por importantes instituições, partidos e autoridades políticas da época[214]. Segundo Larkin Nascimento[215], foi na Convenção Nacional do Negro que lideranças negras cogitaram a primeira medida constitucional e legislativa antirracista. A pesquisadora argumenta que "o senador Hamilton Nogueira, com base no Manifesto, propôs na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 uma medida[216] que, aprovada, teria integrado a proibição da discriminação racial na Constituição do país". Nascimento explica que, a medida apresentada foi rejeitada pelo Partido Comunista sob a alegação de que "a medida viria a restringir o sentido mais amplo da democracia constitucional". Esta proposta de medida antirracista fora a base para a criação da lei proposta pelo deputado Afonso Arinos de Melo Franco e promulgada pelo então presidente eleito, Getúlio Vargas, em 3 de julho de 1951. A referida Lei 1390/51, que proibia a discriminação racial no Brasil, ficou conhecida como Lei Afonso Arinos. Cabe ressaltar que após a Convenção, em 1946, mediante a negativa da medida antirracista, o jornal Quilombo e demais jornais da imprensa negra passaram a denunciar ainda com mais afinco diversos casos de discriminação racial vivida por negros e negras brasileiros. No entanto, a medida de proibição legal do racismo no Brasil, só foi retomada em 1951 após a grande mídia divulgar o caso ocorrido com uma dançarina norte-americana.

O preconceito racial vivido pela dançarina norte-americana Katherine Dunham expôs para o mundo a contradição da democracia racial no Brasil. A base da lei contra o racismo, apresentada pelo Manifesto das Organizações Negras e proposta pelo Senador Hamilton Nogueira em 1946, foi então apropriada pelo deputado Afonso Arinos, representante da elite tradicional, que segundo Elisa Larkin Nascimento (2003)[217], se opunha as organizações negras julgando-as racistas. Retomaremos a discussão entorno da Lei Afonso Arinos, de como tanto os militares quanto parte da comunidade negra procuraram se apropriar dela e as consequentes reações do movimento negro insurgente em relação a referida lei. Apresentaremos as questões que se sucederam após sua aprovação, adiante, no capítulo 4. Diante das controvérsias na sociedade brasileira no que dizia respeito às relações raciais,

---

[214]SANTOS. Sales Augusto do. "O negro no poder" no legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento brasileiro. In: PEREIRA. Amauri Mendes. SILVA, Joselina da (Orgs.). **Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 128.

[215]NASCIMENTO, op. cit., 2003, p. 258.

[216]O Senador Hamilton Nogueira, UDN, Rio de Janeiro em 1946, expõe o pensamento do partido sobre a questão racial no Brasil, apresenta e defende a Emenda 1089. Aditiva, ao art. 159 do antigo Projeto de Constituição, com o objetivo de acrescentar a expressão "Sem distinção de raça ou de cor", ao Caput: "Todos os brasileiros são iguais perante a lei". A partir daí estaria aberto o debate em que a emenda seria rejeitada. Disponível em: 1946-Preconceito de Cor-Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

[217]NASCIMENTO, op. cit., 2003, p. 259.

constantemente apresentadas pelo movimento negro e suas lideranças naquele momento da República no Brasil, Andrews observou:

> Os esforços dos afro-brasileiros em São Paulo e em outros estados para reorganizarem os movimentos raciais e participarem da democracia recém-estabelecida provocaram um considerável antagonismo entre os brancos. Os ataques as novas organizações dos negros apareceram na imprensa paulista em 1947 e no Rio de Janeiro durante as eleições de 1950[218].

Ficava explicita a preocupação com o associativismo negro, suas denúncias de discriminação racial e com as reivindicações destes em ocupar espaços públicos. Havia por parte dessa elite, mesmo daqueles que estavam muito próximos ao TEN, dentre eles Gilberto Freyre, uma ideia de que tais posicionamentos atacavam o conceito de democracia racial, que ganhara corpo nesse período[219]. No entanto, as organizações negras não se colocavam a esse serviço. Ao contrário, o que buscavam naquele momento era a materialização da ideia de igualdade racial, buscando uma "segunda abolição"[220], onde os direitos de cidadãos lhes fossem objetivamente assegurados. Existiam, portanto, nesse momento, diferentes interpretações da ideia de democracia racial. Guimarães (2001, p. 149), explica que "a expressão "democracia racial", além de mais recente, está envolta numa teia de significados muito específica". Avalia que "nos anos 1930, quando se organizava pela primeira vez um movimento político negro no Brasil - a Frente Negra Brasileira - essa utopia não seria posta em dúvida, pelo menos de imediato". No entanto, a partir da década de 1940, em especial a partir de 1945, para o movimento negro vanguardista surgido neste período, a ideia de democracia racial toma o sentido de mobilização política.

Na análise de Guimarães (p. 151), em que pesem as ambiguidades inerentes aos resquícios da cultura política em torno das relações raciais das décadas anteriores, em especial dos anos de 1930, as questões do movimento negro no período que se seguiu à Frente Negra Brasileira, a partir de meados dos anos de 1940, se darão em torno da "integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista", ou seja, a ideia de democracia racial estaria diretamente relacionada ao direito de reivindicar os direitos civis e sociais - o direito de igualdade constitucional - para garantia de uma integração que não se materializou desde a abolição, em função do preconceito racial. Em contrapartida, para a elite tanto conservadora

---

[218]ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988.** Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998, p. 285

[219]GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito.** Novos Estudos Cebrap, vol. 20, nº 61, 2001, p. 147-162. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/329814952/Democracia-Racial-o-Ideal-o-Pacto-e-o-Mito. Acesso em: 15 de junho de 2020.

[220]DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

quanto progressista e seus intelectuais, a democracia racial era fato frente à mestiçagem e a integração cultural, o que garantia a inexistência de desigualdades e preconceito racial na sociedade brasileira.

Cabe destacar, que na mesma proporção, a ideia de cultura negra fora colocada em discussão ante as divergências de compreensão acerca do lugar dessa cultura na sociedade brasileira e de como era apresentada pela elite. A diferença na compreensão acerca das relações raciais no Brasil entre as organizações negras e essa elite acabou por isolar politicamente naquele momento, o movimento negro (Domingues, 2007, p. 110). Gilberto Freyre sustentou o debate sobre democracia racial no Brasil, defendendo que o preconceito racial denunciado pelo TEN através do jornal Quilombo e por demais organizações e imprensa negras, era ação sem grandes consistências no Brasil. Neste período, a imagem de o Brasil como uma democracia racial já corria o mundo, tendo como uma das bases de sustentação as ideias do sociólogo[221].

2.1 **Os estudos da UNESCO sobre a questão racial no Brasil**

Um ano após a criação do TEN, no imediato pós-guerra, em outubro de 1945, os países recém-saídos do conflito mundial, em defesa da paz, se unem e fundam a Organização das Nações Unidas (ONU)**,** na cidade de São Francisco, nos EUA. No mesmo ano foi fundada a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO[222], como

[221]Antônio Sérgio Guimarães no artigo já citado "Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito" discorre sobre a origem do termo democracia racial e o papel dos estudos e atuação de Gilberto Freyre na disseminação da ideia fora do Brasil., bem como as diferentes interpretações e usos do termo.

[222]Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. É uma agência especializada que integra a ONU. Fundada em 1945, com sede em Paris/França, foi criada com o propósito de auxiliar na reconstrução do sistema educacional de países aliados na Segunda Guerra Mundial de forma a promover a paz mundial por meio de projetos de cooperação internacional nas áreas de educação, ciência e cultura. O Brasil foi um dos países signatários do Ato Constitutivo da Unesco, que entrou em vigor em 1946. A agência instalou escritório no Brasil em 1964 e começou a atuar efetivamente em 1972. No mundo, a agência rapidamente expandiu sua abrangência e objetivos. Hoje, conta com 193 membros e 11 associados, visando a cooperação internacional para garantir a paz e o desenvolvimento sustentável, atuando nas áreas da educação, da cultura, das Ciências, da Comunicação e Informação. Atualmente, diversos projetos são desenvolvidos no país em parcerias com entidades públicas governamentais, da sociedade civil e empresas privadas. As ações da Unesco se fundam na solidariedade moral e intelectual, prezando pelo diálogo e pela compreensão mútua. Isso porque, conforme explanado pela própria agência, somente arranjos econômicos e políticos não são suficientes para assegurar a paz e o apoio contínuo e genuíno aos indivíduos. Tem como função principal a elaboração de projetos e iniciativas em parceria com outras agências internacionais, Estados, governos de diversas esferas territoriais, organizações não governamentais e empresas. Auxilia na implementação de políticas públicas visando o amplo acesso à educação de qualidade, redução da pobreza e das desigualdades sociais e de gênero, desenvolvimento sustentável, aprimoramento e defesa da ciência, proteção do patrimônio cultural e promoção da cultura das mais

uma agência da ONU que através da colaboração entre os intelectuais das diversas nações, buscariam estudos que viessem a auxiliar na reconstrução do sistema educacional dos países aliados, com vistas no processo de modernização pelo qual o mundo passava, ajudando os países no enfrentamento dos problemas que desafiavam toda a sociedade. Dentro do contexto das emergências vivenciadas pelos países, estavam as questões suscitadas em torno da ideia de superioridade racial sustentada pelo nazifascismo que, entre outros, motivou a Grande Guerra. Assim posto, na 5ª sessão da Conferência Geral da ONU, em 1949, em Florença, a partir do programa de atividades de combate ao racismo no mundo, que constava de debates científicos, estudos sobre relações raciais nos mais diversos países, publicação de livros e artigos em revistas cientificas, além de programas educacionais utilizando os meios de comunicação de massa. O Brasil foi o país escolhido para sediar a partir de 1950, uma pesquisa sobre relações étnico-raciais.

Tendo o antropólogo Arthur Ramos como seu Diretor do Departamento de Ciências Sociais, a UNESCO financiaria uma pesquisa comparativa sobre as relações raciais, tendo o Brasil como modelo de país onde as diferentes raças viviam em harmonia, podendo ser exemplo para o mundo pós-guerra. Segundo Maio[223], o objetivo inicial desta agência internacional seria "oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de cooperação entre raças, na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais". Havia por parte da UNESCO uma preocupação humanitária em relação aos diversos povos e sociedades naquela nova configuração e emergências mundiais. Os anos de 1950 no Brasil foram marcados por crise política, renúncia e suicídio de Getúlio Vargas (1954) e da política modernizadora e desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. A sociedade brasileira era uma sociedade em transformação, tendo como marcos: as lutas populares pelos direitos sociais e políticos, a reorganização da luta operária, o desenvolvimento da industrialização, a formação de um mercado interno, o avanço das Ciências, e o acirramento da Guerra Fria. Nesse cenário, a luta antirracista empenhada pelo TEN e demais organizações negras também marcava a política e

---

diversas origens, e a garantia do compartilhamento de ideias e da liberdade de expressão, que é descrita pela Unesco como direito e condição fundamentais para a democracia e o desenvolvimento**.**
Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/unesco.htm
Sobre a UNESCO no Brasil.
ONU: conheça a estrutura e o funcionamento desta instituição paladina da paz - Jus.com.br | Jus Navigandi. Acesso: 21 de dezembro de 2022.

[223]MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o "credo racial brasileiro". Revista USP, São Paulo,** nº 46, p. 115-128, junho/agosto 2000, p. 115. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/64014. Acesso em: 7 de dezembro de 2022.

cultura do Brasil daquele período. Nesse contexto, Chor Maio (2000)[224] analisa que a UNESCO buscava um modelo de relações raciais harmônicas, para mostrar ao mundo que era possível uma convivência mundial pacífica. Os cientistas sociais no Brasil, muitos ligados ao TEN, há muito buscavam entender as desigualdades raciais e responder como incorporar o segmento negro na modernidade pela qual passava o país, logo, um projeto favoreceu ao outro.

A UNESCO financiaria a pesquisa cientifica no Brasil e os resultados dessa pesquisa apontariam os caminhos de construção de relações raciais democráticas para outros países. A ideologia da democracia racial embalou as discussões da intelectualidade e da elite política. O termo, de acordo com os estudos de Guimarães (2019), surgiu nos anos de 1940, a partir das pesquisas de Arthur Ramos e Roger Bastide. No entanto, o que circulou internacionalmente foram as ideias e os ideais expressos em Casa-Grande & Senzala. Gilberto Freyre foi o principal intelectual a propagar a imagem do Brasil como *lócus* de um sistema de relações raciais peculiar, marcado pela ausência de preconceitos raciais sistemáticos, ou seja, estribados em instituições sociais e jurídicas; pela ausência de uma linha de cor que impedisse a mobilidade social; por relações sociais fraternas entre brancos e negros; e pela miscigenação biológica e cultural intensa[225]. Na visão de Maio, o Projeto UNESCO "operou com padrões científicos, porém tendo em vista fins políticos"[226]. No Brasil, contribuiu para a institucionalização das Ciências Sociais que vinham avançando desde 1945, para a projeção internacional de alguns intelectuais que atuaram junto ao projeto, como no caso de Roger Bastide e Costa Pinto[227], além de possibilitar novos estudos sobre a sociedade brasileira. O processo de institucionalização das Ciências Sociais e o fortalecimento dos estudos sociológicos da USP tiveram como representante o sociólogo Florestan Fernandes[228], que foi

[224]Id., p. 117.
[225]Para uma maior compreensão sobre essa discussão ver: GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **"A democracia racial revisitada".** Afro-Ásia, 2019, p. 19.
[226]MAIO, op. cit., p. 118.
[227]MAIO, op. cit., p. 119-120.
[228]Em 1964, ano do golpe militar, Florestan Fernandes defendeu sua tese para professor titular da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo: A integração do negro na sociedade de classes. Florestan a partir de então, faria conferências e debates discutindo a ideologia da democracia racial, denunciando-a como mito. (Guimarães, p.13). A tese, posteriormente, publicada, se tornaria referência nos estudos das relações raciais no Brasil. De fato, o texto revolucionou a compreensão do racismo no Brasil, "transformando-se em manual de formação política de jovens intelectuais de esquerda, que ingressavam nas universidades e que iriam, nos anos 1970, revitalizar o movimento social negro e de redemocratização política. Segundo Guimaraes, a tese abriu caminho para a militância política de Florestan Fernandes, no entanto, fora também um dos motivos para os militares imporem a aposentadoria forçada ao sociólogo. Isto porque após a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), o governo militar aposentou Florestan Fernandes compulsoriamente. O sociólogo se exilou nos Estados Unidos e no Canadá, onde lecionou nas universidades de Yale, Columbia e Toronto. Voltou ao Brasil em 1972 e escolheu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para lecionar. Mesmo depois da ditadura, nunca quis se reintegrar à USP.

assistente de Roger Bastide nas pesquisas para o projeto UNESCO e posteriormente vai substituí-lo e assumir a direção da Faculdade de Sociologia da USP.

A UNESCO levou a cabo a pesquisa entre os anos de 1951-52, mediante ao que Maio[229] chamou de "conexão intelectual transatlântica", uma vez que diversos pesquisadores estrangeiros instalaram-se no Brasil, e em parceira com intelectuais brasileiros - tendo como pressuposto a ideia de democracia racial - desenvolveram as pesquisas que iriam mudar o foco de interpretação das relações raciais no país. Combinando aspectos históricos, antropológicos e sociológicos as pesquisas tiveram como *lócus* no Nordeste os Estados da Bahia (Especificamente na capital, Salvador) e Pernambuco, o primeiro sob a coordenação de Thales de Azevedo e o segundo sob a responsabilidade de René Ribeiro. No Sudeste, São Paulo sob a coordenação de Roger Bastide e Florestan Fernandes e no Rio de Janeiro a coordenação das pesquisas ficou a cargo de Luiz Aguiar da Costa Pinto. Cabe ressaltar que o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, um dos expoentes das discussões em torno da ideia de democracia racial no Brasil, foi um dos responsáveis pela inserção dessa discussão em torno do TEN e no jornal Quilombo. Guerreiro Ramos, único negro entre os intelectuais e o único que atuava de forma mais orgânica naquele espaço, se contrapôs as diretrizes acadêmicas do projeto UNESCO. Segundo Chor Maio:

> Guerreiro Ramos reconhece a importância da instituição no processo de "integração das minorias raciais nos vários países onde elas se encontram mais ou menos discriminadas". Todavia, pondera que a organização deveria centrar a luta contra o racismo em "sugestões práticas, evitando os estudos de ordem acadêmica ou meramente descritivos e que levam a uma consciência falsa do mesmo"[230].

Ainda de acordo com Maio, em 1950, quando do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, organizado pelo TEN, Guerreiro Ramos submeteu uma tese sob o tema "A UNESCO e as Relações de Raça"[231]. Guerreiro Ramos, dentre outras, buscava que a instituição inserisse a intelectualidade negra no debate internacional sobre o enfrentamento a discriminação racial. Nesse sentido, o sociólogo propôs que a agência "patrocinasse um

---

Disponível em: Florestan Fernandes - Memórias da ditadura (memoriasdaditadura.org.br) Acesso em: 18 de novembro de 2022.
Sobre o assunto ver: Antônio Sergio Alfredo Guimaraes, Prefácio do livro: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da "raça branca").** 5ª edição. São Paulo: Globo, 2008, p. 10.

[229]MAIO, op. cit., p. 117.

[230]MAIO, Marcos Chor. Guerreiro Ramos interpela a UNESCO: Ciências Sociais, militância e antirracismo. Caderno C R H, Salvador, vol. 28, nº 73, p. 77-89, jan/abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Kpf6qHxJpP8sGhQSMgZtgbq/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 15 de novembro de 2022.

[231]Id., p. 78.

Congresso Internacional de Relações de Raça com o objetivo de definir uma agenda politicamente orientada, de intervenção social, com base na experiência do TEN, ao invés de limitar a resolução da agência a investigações acadêmicas". O sociólogo, em acordo com Abdias Nascimento, preocupava-se que as pesquisas patrocinadas pela agência internacional se detivessem nos estudos culturalista que se baseavam nas "sobrevivências africanas", e acabavam por folclorizar a cultura negra e tratar o negro como objeto de pesquisa ou como "negro espetáculo" e não em como se processavam de fato as relações raciais no Brasil. O projeto de Ramos e do TEN se contrapunha aos estudos antropológicos e sociológicos "que estudavam a população negra de forma estática, como fenômeno pitoresco"[232].

As ideias de Ramos - contidas e aprovadas na Declaração de Princípios do Congresso do Negro - em imprimir uma orientação política ao intento da agência não teve o êxito que buscava, uma vez que a proposta da UNESCO era a realização de pesquisas científicas de base sociológicas que dessem conta de explicar "as relações raciais harmônicas" que se processaram no Brasil, cujos resultados seriam divulgados na Europa como um contraponto ao que ocorria nos EUA e África do Sul. Além disso, as propostas de Ramos se confrontaram com as defendidas pelo grupo representado por Gilberto Freyre, que não reconhecia as desigualdades raciais e "que reiterava o mito da democracia racial à brasileira", e que parte dele marcava presença junto à cúpula da UNESCO. Apesar de preterida, em função das intervenções[233] de Charles Wagley, Roger Bastide e Costa Pinto, parte do proposto por Guerreiro Ramos foi considerado ou apropriado no processo de elaboração do projeto de pesquisas da UNESCO (MAIO, 2015, p.85-86). Houve por parte dos sociólogos que também participaram do Congresso do TEN, um entendimento da importância da tese que Ramos defendia, como por exemplo o que dizia respeito a ampliação e diversificação do plano de estudos da agência, que inicialmente previa a pesquisa somente em Salvador e acabou estendendo-se para Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

É fato que o projeto UNESCO suscitou muitas controvérsias entre a intelectualidade brasileira, contrapondo as ideias sobre os estudos das relações raciais defendidas pelos

[232]NASCIMENTO, op. cit., p, 351.

[233]Roger Bastide enviou carta ao etnólogo Alfred Métraux, Chefe do Setor de Relações de Raça da Unesco, com ponderações acerca dos resultados do I Congresso do Negro Brasileiro, especificamente sobre a tese de Guerreiro Ramos. A direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. O antropólogo Charles Wagley também enviou correspondência a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, ponderando sobre a possibilidade de ampliação das pesquisas para São Paulo e Rio de Janeiro que dadas as suas especificidades indicariam diferenças entre Salvador. Costa Pinto também interfere usando de sua influência junto a cúpula da agência internacional apontando que a aprovação da tese de Guerreiro Ramos fortaleceria a ideia de que, em matéria de estudos raciais, "o Brasil é o campo indicado para tais investigações". Marcos Chor Maio, 2015, p. 85. (Obra já citada). Apesar do reconhecimento da contribuição dos estudos e propostas de Guerreiro Ramos para o projeto da UNESCO, o próprio não fora indicado para participar diretamente das pesquisas.

intelectuais negros que atuavam no TEN, com aquelas defendidas pelos intelectuais brancos ligados a academia, como Costa Pinto; somados àqueles que olhavam as relações raciais com base no patriarcalismo, como defendia Gilberto Freyre. Apesar da complexidade dessas discussões, o projeto seguiu[234]. Maio afirma que estes estudos, possibilitaram que intelectuais brasileiros a partir de um olhar sociológico, pudessem construir uma análise do Brasil com vistas a um processo de modernização "sem deixar de dialogar com o Brasil tradicional" e tendo como base desse diálogo a interpretação de como se processavam as relações raciais no país que há muito se configuravam, como afirmara Florestan Fernandes, num "problema nacional".

A partir dessa perspectiva, Chor Maio (2015) afirma que o Projeto UNESCO acabou por contrapor, nos estudos sobre relações raciais no Brasil, o paradigma cultural de Gilberto Freire, pelo sociológico de Florestan Fernandes. No entanto, com a ditadura militar instalada a partir de 1964, os militares vão ignorar as pesquisas da agência internacional, cujos resultados principais foram publicados entre 1955/57, que contrariando as perspectivas internacionais, apontou o Brasil como um país racista. Cabe ressaltar que apesar do resultado da pesquisa, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros acreditavam que no Brasil havia uma singularidade nas relações raciais que o diferenciava de outros países. Os militares, alinhados às ideias de Gilberto Freyre - que tinha posturas políticas da direita conservadora, logo, comungando com o pensamento de boa parte das Forças Armadas[235] passaram a identificar os sociólogos e pesquisadores da escola de sociologia paulista, bem como de outros estados como comunistas, tratando-os como subversivos, sobretudo onde se desenvolvessem estudos e pesquisas sobre as relações raciais[236]. A partir do projeto UNESCO, as pesquisas sobre o tema se ampliaram, tendo como base os estudos de Florestam Fernandes, que mesmo sobre repressão[237] acabou

[234]Sobre as discussões, articulações e controvérsias que envolveram os estudos da UNESCO, Eliza Larkin Nascimento traz uma minuciosa abordagem em NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Summus, 2003.

[235]Estudos apontam que Gilberto Freyre não só se identificou como foi conivente com os militares no período da ditadura no Brasil. A esse respeito ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **"A Democracia Racial Revisitada".** Afro-Ásia, 2019. CARDÃO, Marcos e CASTELO, Cláudia (Orgs.). Gilberto Freyre: **Novas Leituras do Outro Lado do Atlântico.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

[236]Ver: TRAPP, R. **A Sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977).** Revista de História, [S. l.], nº 180, p. 1-32, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/169268 . Acesso em: 15 de junho de 2023.

[237]Em 11 de abril de 1969, a Agência Central do Exército, em nome do Chefe do Estado Maior do II Exército Cel. Mario Antônio Machado de Castro Pinto, encaminha para o chefe do SNI/ASP, o ofício nº 87, a ficha de informações de Florestan Fernandes. O documento Secreto de 18 páginas, contém dados pessoais e o histórico resumido do catedrático entre os anos de 1945 a 1969, tendo como fonte de informações o DOPS/SP, informantes, o Exército, matérias de jornais e o próprio SNI. O documento fala da participação de Florestan no diretório da Coligação Democrática Radical (Considerado partido político no documento), em 1945, aponta que em 1964 era encarregado da cátedra de Sociologia, descrito como "Marxista violentíssimo e arquiconhecido". Diz que era líder inconteste do grupo e mentor de todas as atividades subversivas na Faculdade de Sociologia.

por influenciar novos estudos acadêmicos, a linguagem do cinema[238] e o olhar das ressurgidas organizações negras sobre o racismo no Brasil. Falando diretamente para a juventude universitária, o sociólogo foi um problema para os órgãos de repressão. Além da vigilância, da censura e repressão direta, mandados de prisão e exílio, as agências do SNI e também o Departamento de Ordem Pública e Social de São Paulo - DEOPS-SP, colecionaram imensos relatórios a seu respeito[239]. Além de Florestan Fernandes outros sociólogos ligados ao projeto UNESCO também foram alvo da ditadura militar[240]. Octavio Ianni foi aposentado pelo AI-5 e

---

Sobre seu caráter diz que "Possui ambição nem limites (Queria candidatar-se a direção da faculdade), desleal, despatriado, amoral, revoltado com sua baixa origem (Filho de uma lavadeira) ". O documento fala inclusive do pedido de prisão preventiva de Florestan, em 1965.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009038_d0001de0001. ACE 9038/81- ASP/SNI. Assunto: Ficha de informações Florestan Fernandes. Encontramos também outro documento que basicamente repete as informações do primeiro. O interessante é que os documentos apesar de trazer o histórico do sociólogo desde 1945, não fazem nenhuma referência a sua participação no Projeto da Unesco, nem fala de sua produção sobre as relações raciais no Brasil. Os documentos somente destacam sua atuação como "elemento ligado as esquerdas". Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011122_d0001de0001. Informação nº369/SNI / ARJ/67. Data: 13 de abril 1967. Assunto: Sociólogo Florestan Fernandes. Difusão: APA/SNI. Na Informação nº 113/AESI/USP/74, de 4 de abril de 1974 sob o assunto: Florestan Fernandes, com difusão para DSI/MEC-SNI/ASP- DSI-MEC, DPF/ASP-DEOPS/SP, EX, CISA, entre outros. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001pdf. Avisa que: "Não obstante tenha sido aposentado pelo Ato Institucional nº 5, de 15/12/68, continua o epigrafado a marcar a sua presença na USP, seja através de conferências, seja por meio das publicações". O documento traz várias participações do sociólogo em palestras, cursos e atividades estudantis na USP e lançamento do livro: Comunidade e Sociedade.
Sobre as relações raciais no Brasil, o Encaminhamento nº 5266/19/ASP/SNI/1975, datado de 05 de novembro de 1975. Assunto: Curso de Extensão Cultural Sobre o Negro Brasileiro no Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001. Tendo como referência uma informação anterior: Informação nº 5066/19/ASP/SNI/75 e Difusão: AC/SNI. O documento descreve o pronunciamento dos sociólogos: Fernando Henrique Cardosos, Oracy Nogueira, Clóvis Moura, Aristides Barbosa, Raul Joviano Amaral, Octavio Ianni, Eduardo de Oliveira e Florestan Fernandes. O curso patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas-IBEA, segundo os agentes, o discurso mais acalorado fora o do professor Florestan Fernandes que "e usou de proselitismo político tendencioso para concitar o negro a "unir-se aos problemas sociais e raciais para aproveitá-los em prol do socialismo". O mesmo documento traz recortes de jornais que mostram o veto dos militares a participação do sociólogo em atividades acadêmicas.

[238]Segundo Rafael Trapp, o filme Compasso de Espera. Dirigido pelo diretor branco Antunes Filho, narrava a vida de Jorge (Zózimo Bulbul), homem negro de classe média que vivia em São Paulo entremeado por preconceitos e dualidades sociais, foi censurado em 1969 pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Na ocasião Zózimo Bulbul ator principal, teria sido ameaçado ameaça de prisão, sob a alegação de que no Brasil não tinha preconceito racial. O filme só foi liberado pela censura, em 1975, no início da abertura política. Ver Rafael Trapp. Obra citada. p. 3.

[239]TRAPP, R. A Sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977). Revista de História, [S. l.], n. 180, p. 1-32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.169268. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/169268. Acesso em: 19 de março de 2023, p. 4.

[240]É possível encontrar vários documentos dos Arquivos do SNI que mostram todo o processo de perseguição política a esses intelectuais, sociólogos, muito professores da USP naquele período considerados subversivos e esquerdistas e muitos deles apesar de aposentados "marcavam a sua presença na USP, seja através de conferências, seja por meio das publicações.

proibido de dar aulas na USP; Fernando Henrique Cardoso foi cassado pelo AI-5, considerado elemento subversivo e contestador do regime militar e Oracy Nogueira que esteve sob vigilância, como é possível observar nos documentos do SNI[241].

Convém ressaltar que Guerreiro Ramos, assim como os já citados, foi também perseguido pela ditadura militar, tendo seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelo AI-1[242], retomando-os somente em 1974. Os documentos do SNI apontam que esses sociólogos seguiram em diálogo com o movimento negro em cursos, conferências e debates tendo as relações raciais como tema. No que diz respeito à vigilância, em 1970 alguns órgãos internacionais eram vigiados pelo SNI, dentre eles o Conselho Mundial de Igrejas, a Associação Cristã de Moços, a Cruz Vermelha Juvenil e a UNESCO. Em documento, foram acusados de atuar em nível internacional para redimensionar o "conflito de gerações" sob a ótica política ideológica de fundo Marxista, com vistas a criar um conflito entre grupos sociais "a semelhança da luta de classes".

Havia uma preocupação com o movimento "das novas esquerdas" do movimento comunista europeu, motivado pelos "distúrbios de Paris", ocorridos em 1968. Tal movimento teria se espalhado pela Europa e Terceiro Mundo, dando uma nova dimensão ao fenômeno de luta social. Neste ano, o CENIMAR envia para o SNI, um documento de um agente, datado de 5 /01/70, nº 0010[243], que avisa: "Há um esforço partindo dos órgãos internacionais para redimensionar o "conflito de gerações" emprestando-lhe um conteúdo político ideológico de fundo Marxista". O "novo movimento" que se anunciava preocupava os militares uma vez que desde 1968, pós AI-5, acirraram a repressão contra a esquerda e a luta armada, com vistas a aniquilação da contestação ao regime. Nos anos que antecederam o regime militar, o projeto da UNESCO patrocinou entre a intelectualidade brasileira "o debate sobre o estatuto científico do conceito de raça" incrementando carreiras, alçando alguns desses intelectuais ao

[241]Os nomes dos sociólogos aparecem em conjunto no Encaminhamento nº 5266/19/ASP/SNI/1975. Data: 05 de novembro de 1975. Assunto: Curso de Extensão Cultural sobre o negro brasileiro – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, com referência à Informação nº5066/19/ASP/SNI/75. Com difusão para a Agência Central do SNI. O documento encaminha um resumo dos pronunciamentos dos conferencistas: Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, Clóvis Moura, Aristides Barbosa, Florestan Fernandes, Raul Joviano Amaral, Octavio Ianni e Eduardo Oliveira.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001.

[242]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_71062834_d0001de0001. Encaminhamento nº 2922/71/ARJ/SNI. Assunto: Dados sobre cidadãos. Data: 17 de setembro de 1971. Difusão: AC/SNI.

[243]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70010452_d0001de0002. Data: 5/ 1/70. Nº 0010. Origem: Agente. Disseminação: M-20 – SNI/ARJ-CENIMAR. Avaliação: Confiança A Veracidade 2. Grau de sigilo: Confidencial.

reconhecimento internacional como foi o caso de Roger Bastide e Costa Pinto[244]. Favoreceu o fortalecimento das Ciências Sociais e os estudos sociológicos sobre o processo de modernização da sociedade brasileira, articulando a pesquisa e atuação política daquela intelectualidade. Para Chor Maio, o tema das relações raciais teria servido como,

> "pretexto" para diversas análises acerca da transição do arcaico para o moderno, do nosso sistema de estratificação social, de mobilidade vertical, dos impasses às transformações sociais, do papel dos intelectuais na vida pública e da incorporação de determinados estratos sociais na sociedade de classes (...) Afinal, cabia aproveitar o patrocínio internacional de uma instituição de prestígio, como era o caso da UNESCO, para decifrar sob novos parâmetros a realidade brasileira"[245].

Os estudos da Escola de Sociologia Paulista, ao romper com a perspectiva culturalista, base dos estudos de Gilberto Freyre, trouxeram a interseção raça e classe para a compreensão das relações raciais no Brasil. Essas pesquisas permitiram uma análise da condição social dos negros no país, e os entraves para a mobilidade destes no processo de modernização da sociedade brasileira. A compreensão de que as limitações para a ascensão social e econômica da população negra tinha como base o racismo, herdado da escravização, e que este era o marcador das desigualdades sociais, possibilitou ao movimento negro a partir dos anos de 1960, um outro olhar sobre a ideia já consagrada do Brasil como uma democracia racial. No início da década seguinte, ainda sob forte repressão política, a juventude negra de base universitária vai se apropriar das pesquisas da UNESCO, em seu processo de análise das relações raciais no Brasil. A percepção de que a crença da sociedade brasileira, inclusive entre os negros, que no Brasil as relações raciais eram harmônicas e que o país vivia sob a égide de uma democracia racial, contribuía para a perpetuação das desigualdades entre negros e brancos, fez com que o movimento negro ressurgente passasse a denunciar o Brasil como um país racista, contradizendo a narrativa dos militares que exaltavam as ideias de Gilberto Freyre e o Brasil como um país de relações raciais harmônicas.

2.2 **O SNI e o movimento negro**

> Os Jornais " Tribuna do Paraná" e "O Estado do Paraná" de propriedade do Governador do Estado, vem procurando **levantar clima de agitação**, **baseado em discriminação racial** (...). O assunto foi também objeto de publicação no Sindicato

[244]MAIO, op. cit., p. 119.
[245]MAIO, op. cit., p. 122.

> dos Empregados em Estabelecimentos Bancários através do "jornal dos bancários". Na Faculdade de Direito da UFP (...), advogado e Professor, agitador contumaz no meio sindical, vem explorando o assunto, já tendo mesmo, segundo informe, colado em alguns estudantes, notadamente do 3° ano, os quais se externaram contra **"tal discriminação**". (...) Ministro do Tribunal de Contas do Estado e Diretor dos dois noticiosos, interpelado sobre a intenção dos jornais era **criar clima de agitação com um problema que não existe**, baseado nas próprias leis, respondeu que **o caso era "verídico**", por ter sido confirmado pelo Delegado Regional do Trabalho, (...) o que não é verdade. **A questão em tela assume características bastante, serias, podendo ser considerada mais um degrau da escalada subversiva, vinculada às agitações estudantis que se vêm registrando nos últimos tempos[246].**

O texto acima consta de uma informação da Agência Central do SNI, datada de 1968, demarcando tanto a preocupação da agência com a agitação baseada em discriminação racial, quanto na negação da "tal discriminação" como um problema que não existe. No entanto, apesar de afirmar a inexistência do problema, a agência considera a seriedade da questão, atrelando-a ao comunismo internacional e ao PCB, ao movimento estudantil e a subversão. A preocupação do SNI é a mesma dos militares já anunciada no histórico da LSN. O Brasil teve diversas legislações em que constava a apreensão com as relações raciais[247]. No que diz respeito às Leis de Segurança Nacional, desde 1935, leis se sucederam e a inquietação com a questão racial estiveram previstas a partir da Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, quando a preocupação era com a segurança do Estado. Desde então, a LSN foi sofrendo alterações na sua redação de acordo com os momentos políticos pelos quais passava o país. Doravante, a questão racial constou de todas. Em seus artigos, proibiam a propaganda ou a incitação ao ódio e à discriminação racial. As penas, variavam de detenção a reclusão[248] de acordo com o momento político, agravando-se vertiginosamente na fase de intenso autoritarismo da ditadura

---

[246]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82003130_d0001de0001 discriminação racial atuação subversiv.pdf. Informação nº 420. Data: 24.05.68. /SNI/ ACT / 68. Assunto: Discriminação Racial - atuação Subversiva. Referência: Info no 69/ SC-3/ACT/68. Difusão: SNI/AC. Grifos nosso.

[247]No Brasil, as relações raciais sempre tiveram lugar no Direito Penal. Do código penal 1890 visto como instrumento de criminalização e de controle social dos negros ao longo da Primeira República a outros instrumentos legais que versaram sobre o tema. Sobre as legislações em que consta a preocupação com as relações raciais ver: PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos.** Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013. PRUDENTE, Wilson. **A verdadeira história do direito constitucional no Brasil:** desconstruindo **o direito do opressor,** construindo **um direito do oprimido.** vol. 1. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. SILVA Jr., Hédio. **Anti-racismo: coletâneas de leis brasileiras: federais, Estaduais e Municipais.** São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. BARAVIERA, Verônica de Carvalho Maia. **A questão racial na legislação brasileira.** Especialização em Direito Legislativo. Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Brasília, 2005.

[248]Vale notar que há variações jurídicas para as regras das penas de detenção e reclusão já constando no Código Penal - Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: Reclusão e detenção. Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).Disponível em: Reclusão x Detenção x Prisão Simples — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br). Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

militar[249]. Com a abertura política, - entre os anos de 1978 e 1983 -, a pena pelo crime de discriminação racial quase se iguala a pena inicial de 1953. Como mostra a tabela:

Tabela 1- Leis de Segurança Nacional e a questão racial

Lei	**Artigo/ texto**	**Pena**
Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953 Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências.	Art. 11. "Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; **b)** ***de ódio de raça***, de religião ou de classe, c) de guerra	**Reclusão** de 1 a 3 anos. Sendo agravada em um terço caso a propaganda fosse feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina.
Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 898, de 1969)	Art. 33. Incitar publicamente: VI - ao ódio ou a discriminação racial	Pena: **Detenção**, de 1 a 3 anos**.** Parágrafo único "Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos e de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena, será aumentada de metade.
Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969 Altera dispositivos do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências	Art. 33. Incitar: I - à guerra ou à subversão da ordem político-social; II - à desobediência coletiva às leis; VI - ao ódio ou à discriminação racial.	**Pena:** Detenção, de 1 a 3 anos. Parágrafo único. Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade.

[249]O Decreto Lei nº 898/69, 29 de setembro de 1969 foi assinado pela Segunda Junta Militar que governou o Brasil de 31 de agosto de 1969 até 30 de outubro de 1969, diante da impossibilidade por questões de saúde do então presidente Arthur Da Costa e Silva. A Junta foi composta pelos três ministros das Forças Armadas e do jurista que escreveu o AI-5. Compunham a junta: Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Ministro Almirante da Marinha), Aurélio de Lyra Tavares (General Ministro do Exército), Márcio de Souza e Mello (Brigadeiro Ministro da Aeronáutica) e Luís Antônio da Gama e Silva (Jurista, Ministro da Justiça). Esse triunvirato que assinou o decreto foi substituído em outubro do mesmo ano, logo, após a assinatura do decreto, pelo Gel. General Emílio Garrastazu Médici. Essa era a fase de maior repressão da ditadura militar.

Decreto Lei nº 898/69, 29 de setembro de 1969 Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.	Art. 39. Incitar: VI - Ao ódio ou à discriminação racial:	Pena: **reclusão**, de 10 a 20 anos. § 2º Ressalvados os crimes de que tratam os itens V e VI, se, do incitamento, decorrer morte: Pena: morte. § 3º Se a responsabilidade pela incitação couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena, privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente à época do delito.
Lei nº 6.620, 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. (Revogado pela Lei nº 7.170, de 1983)	Art. 36 - Incitar: VI - ao ódio ou à discriminação racial.	**Pena: reclusão**, de 2 a 12 anos. Parágrafo único - Se, do incitamento, decorrer lesão corporal grave ou morte. Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.
Lei nº 7.170/ 14/ 12/ 1983 Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. (Revogado pela Lei nº 14.197, de 2021)	Art. 22 - Fazer, em público, propaganda: II - de discriminação racial, de luta pela violência entre as classes sociais, de perseguição religiosa;	IV - de qualquer dos crimes previstos nesta Lei. **Pena: detenção**, de 1 a 4 anos. § 1º - A pena é aumentada de um terço quando a propaganda for feita em local de trabalho ou por meio de rádio ou televisão. § 2º - Sujeita-se à mesma pena quem distribui ou redistribui: a) fundos destinados a realizar a propaganda de que trata este artigo; b) ostensiva ou clandestinamente boletins ou panfletos contendo a mesma propaganda. § 3º - Não constitui propaganda criminosa a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da consulta às seguintes leis: Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969, Decreto Lei nº 898/69, 29 de setembro de 1969, Lei nº 6.620, 17 de dezembro de 1978, Lei nº 7.170/ 14/ 12/ 1983. Disponível em: L1802 (planalto.gov.br); L6620 (planalto.gov.br); Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br); L7170 (planalto.gov.br); L6620 (planalto.gov.br); Del0314 (planalto.gov.br) Acesso em: 15 de junho de 2022.

Como explica Lagôa[250], de acordo com a LSN, o governo deveria tomar determinadas atitudes para defesa da segurança interna. No processo subversivo, aquelas organizações ou indivíduos que causassem perturbação da ordem e atentassem para crime contra a unidade nacional, dependendo da gravidade, a atitude deveria ser preventiva ou repressiva, com a finalidade de evitar e ou impedir a ação. As medidas preventivas e repressivas atuariam sobre as causas, sobre os efeitos e os agentes. Se a luta interna fosse caracterizada como luta armada, as medidas seriam operativas, cuja finalidade seria eliminar os agentes da ação. As primeiras ações estariam direcionadas a expressão política e se necessário a expressão militar, enquanto a última diretamente a expressão militar. Aqui, cabe um importante adendo: dos 434 ativistas mortos e desaparecidos durante o regime militar, identificados pela CNV, algo em torno de 10% era de ativistas negro/as ligados a luta armada contra a ditadura[251]. No entanto, para além da resistência armada, para os negros em geral, o poder da ditadura se fez ainda mais presente, pelo uso cotidiano da força por parte das polícias civil e militar - que durante a ditadura passaram ao comando de oficiais do Exército - onde a criminalização da cor da pele foi um dos critérios para a repressão policial[252].

As vítimas negras da ditadura se somam ao quadro de horrores e desumanidade que atravessou os períodos da Colônia e do Império, chegando à República, sendo estes, historicamente as primeiras vítimas da tortura no país, e para o movimento negro, diante das inúmeras prisões arbitrárias, os primeiros presos políticos do Brasil. As orientações para as ações do governo, eram com base nas informações e orientações encaminhadas pelo SNI. As informações sobre o movimento negro, eram remetidas para a área de segurança por fontes ostensivas, protegidas por sigilo. Assim o SNI, como previsto na LSN, classificava o movimento negro como movimento social subversivo de oposição (Antagonista) ao regime podendo constituir-se em ameaça interna, dada a pressão que o problema racial poderia

[250]LAGÔA, op. cit., 1983, p. 15.

[251]A Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - Seppir, em 2010, publicou o catálogo Direito à Memória e a Verdade, do qual constam 40 negros e negras mortos ou desaparecidos políticos durante a ditadura. O material, foi extraído do livro-relatório "Direito à Memória e à Verdade - Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **"Catálogo: direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar".** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

[252]Sobre a criminalização da cor durante a ditadura militar ver: PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros /** - Brasília: Brado Negro, 2016. PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro /** Untouchable Structures: Racism and Dictatorship in Rio de Janeiro. Revista Direito e Práxis, [S.l.], vol. 9, nº 2, p. 1054-1079, maio 2018.

exercer sobre a sociedade. De acordo com as designações das secretarias que compunham a AC/SNI e operavam com o pessoal da ESNI, o movimento negro e as organizações de natureza político-cultural eram acompanhadas pela secretaria de subversão, enquanto as organizações do movimento negro ligadas a Igreja, os/as Agentes das Pastorais Negras - APNs[253], eram acompanhadas pela secretaria psicossocial, bem como cabia a essa secretaria monitorar o movimento indígena[254].

Considerando o movimento negro como um movimento social de formação complexa e plural que se constituiu em uma rede de organizações por todo país, Pereira[255] (2013) aponta a preocupação e cautela de seus militantes em relação a repressão, visto que discutiam a questão racial no Brasil em organizações negras e/ou através da imprensa negra que ressurgiu no mesmo período, e por meio de algumas oportunidades na grande imprensa. Sendo este um assunto proibido e censurado pelos militares, os militantes eram considerados subversivos e contrários ao regime, tornando-se importante a preocupação com a segurança comum da militância e das lideranças do movimento. Os militares negavam veementemente a existência de problemas e conflitos raciais no país, divulgando no exterior, e internamente, a ideia de um país sem confrontos dessa ordem, onde a unidade nacional se formalizara também na igualdade entre as raças. Após o golpe de 1964, a ideologia da democracia racial era propagada aos quatro ventos, inclusive pela grande mídia[256]. A ideia de que o Brasil não tinha problemas raciais estava na cabeça da elite, da qual boa parte do oficialato das forças armadas fazia parte, bem como introjetada na sociedade. A ideologia da democracia racial foi

[253]Sobre a ação do SNI em relação aos Agentes de Pastoral Negros - APNs ver: JESUS, Marize Conceição de. Os estreitos laços entre a Igreja Católica e o movimento negro em tempo de repressão e autoritarismo. **31º Simpósio Nacional de História, ANPUH-Brasil.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: 1628787913_ARQUIVO_b3f8d0a00492b5d0f8f12c14e59ab4ac.pdf (anpuh.org). Acesso em: 24 de maio de 2022.

[254]De acordo com Ana Lagôa (O*p cit,* 1983, p. 32,33) o SNI também se envolvia nos conflitos entre os indígenas e os fazendeiros, através da secretaria de assuntos psicossociais, que municiava o governo e a FUNAI de informações, dando a estes elementos para a ações deste órgão. Sobre a ação da repressão nas comunidades e movimento indígena ver também: VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. Editora Companhia das Letras, 2017.

[255]PEREIRA*,* Amílcar Araújo.2013.

[256]A Revista Manchete publicou em suas edições várias matérias tratando do racismo e exaltando a democracia racial. A exemplo da publicação na sessão "O leitor em Manchete", no ano de 1954, com seguinte texto: Pretos e brancos. O 'Clube 220', de São Paulo, que se considera 'a entidade máxima da família de cor do país', incluiu Manchete entre os órgãos de imprensa homenageados na festa que fez realizar a 22 de maio e que denominou 'Baile da Linha'. Entre os paraninfos da festa, figurou o nosso chefe de reportagem, Darwin Brandão, que, ainda há tempos, publicou aqui uma reportagem sobre 'A vitória do Negro'. Agradecemos sensibilizados, a homenagem do 'Clube 220', e renovamos os nossos votos para que o preconceito racial nunca lance raízes no Brasil. Um dos títulos de glória (E dos maiores) de nossa democracia social é exatamente a ausência de qualquer espécie de racismo, no Brasil. É preciso, pôr isso mesmo, estar alerta para impedir o desenvolvimento de toda e qualquer tendência para a discriminação racial. Nesse capítulo, somos por um Brasil onde não haja lugar nunca (Por não haver necessidade) de um órgão onde da 'família de cor' pois que todos somos uma só família, sem discriminações brancas ou pretas". Disponível em: Manchete (RJ) - 1952 a 2007 - DocReader Web (bn.br) . 1954, p. 66. Acesso em: 15 de junho de 2023.

retomada pelos militares contradizendo o quadro das desigualdades socioeconômicas presentes entre negros e brancos que ficara ainda mais exposta em decorrência da política econômica do regime militar. Para os militares, o MN era visto como objeto de manipulação por parte dos comunistas, que através dele, pretendiam "reavivar e agravar as tensões sociais", no caso, valendo-se da questão racial**.** Assim, "o racismo era tratado como tabu e revestido de contornos oficiais através do fomento à ideia de que o Brasil seria uma "democracia racial"[257]. Os militares identificavam-se com as reflexões dos antropólogos e sociólogos dos anos 20 e 30 e sintetizadas por Gilberto Freyre. Assim, a ideia de democracia racial é reforçada como o pilar da sociedade brasileira e como a marca da identidade nacional, a despeito dos estudos da UNESCO, que além de evidenciar o racismo no Brasil, a instituição foi considerada pelos militares como influenciada pelo comunismo.

Os estudos da UNESCO no Brasil, na década de 1950 e seguintes, vão se tornar parte do arcabouço teórico do movimento negro para a denúncia e combate ao racismo na sociedade brasileira, no entanto, os intelectuais, em especial da chamada Escola de Sociologia Paulista, cujos estudos e pesquisas foram por ela financiados, sofreram os rigores do regime, sendo alvo da repressão, todos enquadrados como comunistas, perseguidos, caçados, exilados, aposentados compulsoriamente. No entanto, segundo o sociólogo e cientista político Wallace da Silva Mello[258], Freyre via as Forças Armadas "como instrumento de garantia da estabilidade social, política e cultural no Brasil, estabilidade essa assentada no caráter da revolução "genuinamente brasileira", isto é, sem excessos, de radicalidades e que garantia a preservação da nacionalidade brasileira e de seus padrões de sociabilidade e vivência." De acordo com esse pensamento,

> O conservadorismo culturalista freyreano deixa uma fresta aberta para o intervencionismo militar, plenamente justificado na manutenção das tradições nacionais e na brasilidade plástica, mestiça, hierarquizada e pouco aberta ao dissenso e conflito. A democracia freyreana aparece como uma possibilidade, condicionada pelo respeito às estruturas sociais herdadas da colonização e da sociedade patriarcal e que tem no controle dos antagonismos um dos seus fundamentos mais centrais[259].

---

[257]TRAPP, R. **A Sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977).** Revista de História, [S. l.], nº 180, p. 1-32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.169268. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/169268. Acesso em: 19 mar. 2023, p. 3.

[258]MELLO, Wallace da Silva. Gilberto Freyre e o pensamento militar contemporâneo: em busca de uma Sociologia Política de um Projeto Nacional Culturalista Conservador. **XI Encontro Nacional (ENABED).** Anais eletrônico, 2021, p. 8. Disponível em: *1626478341_ARQUIVO_8b61304c72e8f7565abaf1865640037b.pdf (abedef.org). Acesso: 14 de janeiro de 2022. Ver também: Cardão, Marco e Castelo, Cláudia (Eds.). **Gilberto Freyre: Novas Leituras do Outro Lado do Atlântico.** São Paulo, Edusp, 2015.

[259]Id., p. 9.

Na perspectiva do cientista político, Freyre teria não só apoiado o golpe militar, como legitimado a intervenção das Forças Armadas no país, visto que para o sociólogo, o Exército era o "articulador dos antagonismos brasileiros", capaz de "impedir os excessos, controlar as facções particularistas e exprimir os valores nacionais fundamentais". O apoio de Freyre foi explicitado quatro dias após o golpe, num artigo escrito por ele, publicado dia 05 de abril de 1964 no Diário de Pernambuco:

> Diante de nova e saudável presença das Forças Armadas na vida pública brasileira, em momento excepcionalmente crítico para as instituições brasileiramente democráticas no nosso país – presença supra-partidária e supra-regional e desinteressada de vantagens do poder político por parte dos militares [...] Não são poucos [...] que estão desejando saber de brasileiros se há de fato uma "constante" – já sugerida por um sociólogo brasileiro – segundo a qual as Forças Armadas do Brasil vinham desempenhando na República função outrora desempenhada – neste ponto a sugestão é de Joaquim Nabuco – no nosso país pela Coroa. Isto é, a função de força suprapartidária cuja intervenção na vida política ocorreria apenas, de modo decisivo e superior, em momentos de agudo desajustamento internacional ou interpartidário e para sobrepor aos interesses facciosos em conflito ou em choque extremado, o interesse ou a conveniência autenticamente nacional. Com efeito, não foi outra atitude das Forças Armadas brasileiras em face da Revolução Republicana que elas [...] sobrepondo-se ao sectarismo doutrinário dos Positivistas e dos Republicanos chamados históricos, assimilaram a conveniência nacional. [...] Fato semelhante ocorreria em 1930: o elemento militar, ou de formação militar, responsável pelo movimento revolucionário que então ocorreu, inesperada e excepcionalmente no Brasil [...] destacou-se do civil, mais fervorosamente revolucionário, pelo modo porque procurou transformar um movimento de grupo contra grupo em amplo esforço de renovação nacional [...] **O mesmo papel que estão desempenhando agora, em benefício – é de se esperar – do que a democracia tem de mais substancial – e não em proveito de um partido ou de classe ou de um Estado ou de um grupo de Estado ou de industriais ou de um grupo de industriais** [...][260] (FREYRE, 1964, p. 4, apud: MELLO, 2021, p. 5, grifo nosso).

A ideia da harmonia racial, como base para a unidade nacional era defendida por Freyre e pelos militares, assim, inconcebível naquele Estado autoritário, qualquer manifestação que apontasse para a desigualdade racial ou para o preconceito racial no país. Assegurar a unidade nacional significava manter a harmonia racial, daí o cuidado com tema tão espinhoso quanto as relações raciais no Brasil. O país já era signatário de acordos internacionais que combatiam o racismo além de pautar também na LSN. Os militares censuravam qualquer ato que viesse a criar antagonismo racial no país e orientou a política externa para cuidar da imagem do Brasil como paraíso racial. Ao afirmar e reafirmar a democracia racial, os militares buscavam conter e neutralizar as tentativas do MN em expor o Estado brasileiro no exterior e a confrontá-lo junto à sociedade, como veremos no capítulo 4. A ideia de Brasil como uma nação onde a democracia racial é a base da sua unidade nacional

[260]FREYRE, 1964, p. 4, apud MELLO, 2021, p. 5. Grifo nosso.

está expressa desde 1949 nos discursos de abertura do governo brasileiro nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas – ONU[261]. Quando o Brasil é ouvido internacionalmente, a exaltação a "herança cultural africana", faz parte da "enunciação brasileira do mundo". Tomados em seu conjunto é possível observar a insistente declaração/afirmação dessa premissa nos discursos dos governos brasileiros ainda hoje.

No que diz respeito às relações raciais, a imagem que o Brasil vende na ONU busca disseminar na comunidade internacional a ideia de um país que se distingue pela ausência de racismo e preconceito racial, principal fator que lhe garante a conciliação e a unidade nacional e os valores democráticos. Em que pese suas ambiguidades e interesses político-econômicos e a realidade interna, a ideia da grande democracia racial e exemplo para o mundo foi uma constante nos discursos do governo, bem como as afirmações sobre "as afinidades e profundos laços culturais que nos ligam ao continente africano". Presente nos discursos anteriores ao período da ditadura militar, entre, 1964 e 1985, o tema ocupou a maioria dos discursos, fosse louvando a crença na democracia racial do Brasil, fosse para afirmar os interesses coloniais nos países nascentes da descolonização da África:

> Vossa excelência mencionou as vozes da África. Em meu país, este som é muito familiar. (...). É a prova da marca deixada pelo seu povo no sangue e na alma do nosso povo". (...) Não podemos deixar de sentir-nos ligados a tantos outros povos, na África, que tanto contribuiu para a formação do povo brasileiro (...)[262].

A exaltação do governo militar, por meio dos discursos do Itamaraty, à ideologia da democracia racial junto a ONU, foi descrita em diversas argumentações. Tendo sido o primeiro país a assinar na ONU a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Brasil ratificou o acordo em 27 de março de 1968 que o presente Emílio G. Médici promulgou por meio do Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Tal feito já havia sido exaltado em 22 de setembro de 1966 pelo ministro Juracy Magalhães, na XXI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e seria em muitas

[261]Desde a IV Assembleia Geral da ONU, o Brasil tem sido o primeiro país a ocupar a tribuna do Debate Geral. Pratica que se iniciou em 1949, em função do papel mediador que o país exerceu naquele momento de confrontação entre os EUA e a URSS. Para evitar a disputa pela fala entre os dois países, ou que fosse dada primazia a um ou outro, o Brasil fez o discurso de abertura. A partir de então, todos os anos, criou-se a tradição que o Brasil seja convidado a abrir os discursos na Assembleia. Sobre os 50 anos de discursos do Brasil nas Assembleias Gerais da ONU, ver: A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão - Brasília: FUNAG, 1995. Material importante para análise dos discursos dos governos brasileiros sob os aspectos: sociopolítico, econômico, cultural.

[262]Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha, na XIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 3 de dezembro de 1964. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 1995 *Op cit*. p. 185/187.

outras ocasiões durante as Assembleias, como a exemplo, nas palavras do então ministro Juracy Magalhães, representante do Brasil:

> No campo dos problemas sociais e das relações humanas, o Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro país a assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela última Sessão da Assembleia Geral. Dentro das fronteiras do Brasil, na realidade, tal documento não seria tão necessário, uma vez que o Brasil e há muito tempo um exemplo proeminente, eu diria até o primeiro, de uma verdadeira democracia racial, onde muitas raças vivem e trabalham e se mesclam livremente, sem medo ou favores, sem ódios ou discriminação. (...) todos possuem os mesmos direitos, e todos estão igualmente orgulhosos de serem parte de uma grande nação. Embora a nova Convenção seja, portanto, supérflua no que concerne ao Brasil, nós a recebemos com alegria para servir de exemplo a ser seguido por outros países que se encontram em circunstâncias menos favoráveis. (...) Que o exemplo do Brasil do Brasil e a moderação sem esforços, tolerância serena e respeito mútuo em nossas relações raciais sejam seguidas por todas as nações multirraciais[263].

Como denunciava o movimento negro, a ideologia da democracia racial no Brasil é um mito. E como afirmou o embaixador Luiz Felipe de Seixas Correia[264], "em política externa, frequentemente o discurso é ação e a ação é o discurso", a falácia do discurso brasileiro para o mundo se comprova na prática cotidiana que os militares e as elites tentavam negar. Imputando ao comunismo internacional e ao movimento subversivo a responsabilidade por "suscitar o problema da discriminação racial" no Brasil, acreditavam que as "notícias esparsas de casos de preconceitos raciais"(...) "não trariam repercussões profundas no meio social, acabando por se diluir no tempo". Apesar da aparente falta de atenção ao assunto, os militares vinham monitorando e censurando a entrada de tudo que dizia respeito à discriminação racial no Brasil, inclusive há muito monitoravam notícias nacionais e internacionais sobre esse tema. Consequentemente, em 1968, um documento sobre o assunto: Racismo nos Estados Unidos da América[265] trazia recortes de jornais e de revistas, em francês, inglês e espanhol, sobre o racismo nos Estados Unidos da América, com uma análise geral da "questão negra", incluindo ainda um artigo que tentava demonstrar a inexistência do racismo no Brasil, e a impossibilidade de vinculação ao "problema racial norte-americano", uma vez que essa comparação trazia um grande incômodo e preocupação ao governo

[263]Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores Juracy Montenegro Magalhães, na XXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 22 de setembro de 1966. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 1995. *Op cit*. p. 213.
[264]Luiz Felipe de Seixas Correia na introdução do livro: **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995).** Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Brasília, 1995. *Op cit.* p. 15.
[265] BR RJANRIO PH.0.TXT.8915.

brasileiro. Vários documentos, entre 1964 e 1972[266], mostram como o governo militar monitorava tudo o que dizia respeito às relações raciais no exterior e, mesmo tendo conhecimento que havia no Brasil manifestações a esse respeito, procuravam silenciar o tema e reforçar a imagem do mito.

Apesar da tentativa de silenciamento, tudo o que se tratava do tema raça, racismo, discriminação e preconceito racial, era monitorado pelos militares e creditado ao comunismo. Inclusive, na tentativa de apagamento da composição racial do Brasil, o governo retirou do censo de 1970 o item cor. Na sua justificativa ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas-CERD, a diplomacia brasileira afirmou que seria "impossível proporcionar dados estatísticos sobre a composição racial da população brasileira, uma vez que os últimos censos, inclusive o de 1970, não indagaram a respeito da raça do entrevistado, algo considerado inútil e sem sentido"[267]. A vigilância exercida pelos aparatos da repressão do SNI em relação ao movimento negro, resultava em relatórios, informes e informações descritos por agentes que infiltrados nos encontros e reuniões das diversas organizações e suas lideranças eram rotulados de subversivos ou "inocentes uteis"

[266]BR RJANRIO PH.0.TXT.8915 - recorte de jornal, recortes de revistas (5, 3 em francês, 1 em inglês, 1 em espanhol) e folheto (Inglês) sobre o racismo nos Estados Unidos da América com uma análise geral da \"questão negra\", inclui ainda um artigo que tenta demonstrar a inexistência do racismo no Brasil, e a impossibilidade de vinculação ao \" – Dossiê. Produção1968/ 1970. BR RJANRIO PH.0.TXT.6320 - recortes de jornais (10; sendo 3 em francês) e recortes de revistas (07) sobre o pastor Martin Luther King e a questão do racismo nos Estados Unidos. – Dossiê. Produção: 1969/ 1970. BR RJANRIO PH.0.TXT.5196 - recortes de jornais (2) sobre o apoio do Papa Paulo VI à luta dos países não alinhados contra o racismo e pelo direito de autodeterminação de todos os povos, inclui ainda o pedido do monsenhor Gene C. Baroni para que a Igreja Católica intensifique a ajuda e a proteção às minorias raciais brancas nos Estados Unidos. – Dossiê. Produção: 1970/ 1970. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8917 - recortes de jornais (26, 1 cópias) e recortes de revistas (4, 3 cópias, 1 inglês, 1 francês, 1 espanhol) sobre a militância e as organizações do movimento negro nos Estados Unidos da América e os choques violentos contra a polícia, ressaltando algumas organizações como os Panteras Negras, Comitê Nacional Estudantil não violento, - Dossiê. Produção: 1964/ 1972. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8911 - recortes de jornais (26, 1 cópias, 1 francês) sobre as ideias do reverendo Martin Luther King a respeito do racismo nos Estados Unidos da América, e sua luta pelos direitos civis dos negros. Incluindo artigo sobre seu assassinato em 1968 e as investigações. – Dossiê. Produção:1964/ 1971. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.5552 - recortes de jornais (36, 2 cópias, 4 vias), recortes de revistas (6, 3 cópias, 2 espanhóis, 1 francês, 1 inglês) sobre a denúncia de racismo em cuba; a prisão de pessoas que cobravam por seus lugares nas filas; a declaração de um especialista francês de que cuba vive sob um regime burocrático e militarista; o pedido cubano de mais apoio e subsídios da união soviética; a ameaça de Fidel Castro – Dossiê. Produção: 1968/ 1971. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8913 - recortes de jornais (4, 2 cópias) sobre a condição do soldado americano negro na guerra do Vietnã e o racismo no exército. – Dossiê. Produção: 1970/ 1970. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8912 - recortes de jornais (5, 1 cópias) e recorte de revista (cópia) sobre o racismo nos Estados Unidos da América, com relação a discriminação quando existe a possibilidade de um negro conseguir um emprego, e a segregação nas escolas e universidades americanas. – Dossiê. Produção: 1969/1971.

[267]SILVA, Silvio José Albuquerque e. **Combate ao racismo** / Silvio José Albuquerque e Silva. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p.72.

influenciados pelos comunistas e pelas ideias estrangeiras, que importavam a lógica do racismo para o Brasil. Diante da documentação, fica exposto que a questão racial, há muito já configurava como uma preocupação dos militares.

Em documento de 4 de fevereiro de 1969, a informação nº 056[268], proveniente do SNI, relatando uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, onde este distribuiu nota sobre a situação anterior a dezembro de 1968, dava conta que elementos subversivos e contrarrevolucionários que visando derrubar o governo, promoviam inquietação social e perturbação da ordem pública. Dentre diversas ações de caráter subversivo, o CSN aponta uma "campanha conduzida através da imprensa e da televisão, em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais, sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas". Anterior a este documento, outro com origem no CENIMAR, datado de 22 de março de 1968 - classificado como "ultrasecreto" e "confidencial" - com relação ao "Plano de Trabalho" elaborado e aprovado pela então Seção da Guanabara do PCB, para ser executado no período de março de 1968 a março de 1969, que segundo a agência, gerava muita preocupação, uma vez que poderia criar sérios embaraços ao sistema democrático do Governo. O relatório explicitava que para atender a seus objetivos, o PCB buscava a reconstrução do movimento de massas na Guanabara e para tal orientava:

> 1) rearticular e soerguer o movimento operário e sindical; 2) ampliar e fortalecer o movimento estudantil; 3) organizar e unificar as correntes do movimento cultural democrático; 4) reorganizar o movimento do funcionalismo; 5) fortalecer o movimento das favelas; 6) avançar no trabalho de frente única com as correntes, forças, personalidades e movimentos políticos progressistas, democráticos e da oposição. Na medida de nossas forças e em escala da importância logo após as procedentes, o partido deveria também tomar medidas para lançar as premissas seguras de um trabalho do massas feminino, juvenil e de bairros[269].

A mobilização das organizações sociais preconizadas pelo PCB visava diversos setores da sociedade civil. A mobilização da sociedade civil[270] deveria ser tanto contra a ditadura no Brasil, quanto as questões que mobilizavam o mundo, orientando a solidariedade aos povos vítimas do colonialismo português, aos dos povos africanos vítimas das ditaduras da África do

[268]Informação nº 056/SNI/ARJ/969.Data: 4 de fevereiro de 1969. Assunto: Quadro geral da evolução da Guerra Revolucionária no país. Difusão SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69068250_d0005de0008 guerra revolucionaria.pdf.

[269]Informação nº 0186. Data: 22 de março de 1968. Assunto: Plano de Trabalho a ser cumprido pelo Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara no período de março de 1968 a março de 1969. Origem: Ministério da Marinha Estado Maior da Armada Centro de Informações da Marinha. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_68011435_d0001de0001 PCB.pdf. p. 14-23.

[270]Dentre os setores da sociedade civil, o PCB listava também o movimento de favelas.

Sul e da Rodésia, bem como ativar e ampliar o movimento em defesa da paz mundial, a solidariedade ao povo vietnamita, então enfrentando a guerra contra os EUA. Nesta linha de atuação, dentre outras ações, constava "combater o colonialismo e a discriminação racial; mobilizar a solidariedade aos presos os perseguidos políticos, formando um amplo movimento em defesa dos direitos democráticos e pela anistia ampla e irrestrita". Apresentamos os relatos desses dois documentos pois os mesmos apontam o conhecimento e preocupação das agências do SNI com as ações do PCB e como se pode ver, a partir do início dos anos 1970, a ação dos órgãos de repressão, tão logo derrotada a "luta armada" foram atrás dos comunistas, dos movimentos de esquerdas não adeptos da violência, como já afirmado por Fico (2017, p. 48).

O movimento negro que ressurge nesse período, já chega sob vigilância dos órgãos de informação. Cabe afirmar que antes mesmo da criação do SNI, os órgãos de repressão há muito monitoravam o movimento negro no Brasil, como mostra a historiadora Karin Sant'Anna Kössiling[271], em trabalho pioneiro, no qual utiliza os arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social-DEOPS-SP[272]. De acordo com Kössiling, o DEOPS-SP, vigiava e reprimia os movimentos negros já na década de 1930, atuando de forma policialesca com ação repressiva do Estado às organizações negras, já preocupado com a possibilidade de "gerar conflitos raciais" e "desestabilizar a democracia brasileira"[273]. Sigamos então, com as narrativas do SNI sobre o movimento negro contemporâneo. Carlos Fico[274], afirma que "a história do Brasil entre 1964 e 1985 não se restringe à história da ditadura militar, acompanhando essa assertiva afirmamos que a história do movimento negro, bem como o racismo e as discussões em torno das relações raciais no Brasil não se iniciaram no período da ditadura[275]. De certo, que esse período foi responsável pela refração do movimento que vinha num crescente desde o início da República, com a criação de diversas organizações, com a

[271]KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP – 1964-1983.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007.

[272]O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 1924, numa época de agitações políticas e crise social, para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. Até ser extinto em 4 de março de 1983, o DEOPS cresceu de uma simples delegacia até se tornar um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo. Disponível em: APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo :: Acervo :: Acervos mais Consultados :: DEOPS :: (arquivoestado.sp.gov.br). Acesso em: 24 de março de 2021. Com a criação do SNI, o DEOPS-SP passou a integrar a comunidade de informações cujo órgão principal era o SNI. Cada Estado brasileiro tinha um DEOPS que de posse das informações, eram responsáveis pelas ações de combate e interrogatórios dos presos.

[273]KÖSSLING, Op cit., p .9.

[274]Versões e controvérsias, 2004*, Op cit.* p. 38.

[275]A historiadora Ynaê Lopes, em recente publicação, discorre sobre os atravessamentos do racismo nas relações raciais no Brasil e as ações políticas que atuaram na sua perpetuação. Ela aponta as mudanças e permanências do racismo construído historicamente enquanto sistema de poder e opressão. Ver: SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: Uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

intensa produção de uma imprensa negra e o fomento da discussão em torno da discriminação racial no país.

Em função disso, a breve digressão apresentada se fez necessária para, a princípio, pontuarmos esta questão e também para pontuar o que entendemos como as razões de a ideologia da democracia racial ter sido tão cara aos militares, ou como afirmou Guimarães "passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro"[276]. Inicialmente porque a construção da nação brasileira tendo como base as relações racializadas, estava pautada, como bem mostrou Guimarães, por "um amálgama de crioulos, cuja origem étnica racial foi "esquecida" pela nacionalidade brasileira. A nação permitiu que uma cúmplice penumbra escondesse ancestralidades desconfortáveis"[277]. Munanga explicita a questão:

> O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes[278].

Nesse sentido, para os militares, admitir um problema de ordem racial com base no racismo, seria "colocar em xeque a própria identidade nacional"[279], o que iria contra os interesses da nação e contrariava os objetivos nacionais expressos nos interesses da elite nacional, ao que Hasenbalg chamou de conservadorismo ideológico[280]. Logo, defendiam que não havia distinções raciais no Brasil e as desigualdades eram imputadas as diferenças de classes sociais. Há que se levar em alta consideração os interesses do Brasil na política externa. Um país sob a vigência de relações raciais harmônicas era um convite ao comércio com as nações estrangeiras, em especial num momento em que as Nações Unidas adotavam medidas contra a segregação racial, condenando as políticas racistas dos EUA e o apartheid da África do Sul. Esse seria o grande diferencial do país, o abre alas que tornaria o Brasil o

---

[276]GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil.** 3ª ed. (2ª Reimpressão – 2019). São Paulo: Editora 34, 2009, p. 66.
[277]GUIMARÃES, 2009, op. cit., p. 47.
[278]MUNANGA. Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus Identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 77.
[279]SILVA, Denise Ferreira da. Revisitando a "democracia racial": raça e identidade nacional no pensamento brasileiro. In*:* **Cadernos Estudos Afro-Asiáticos,** nº 16, Rio de Janeiro, 1989, p. 157-170.
[280]Nesse sentido, a preservação da unidade nacional e a paz social seriam as preocupações centrais do Estado. HASENBALG, Carlos. **Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988**. In*:* Estudos Afro-Asiáticos, nº 20, 1991.

destino preferencial para as nações recém libertas do julgo colonial e para as demais nações que buscavam o equilíbrio frente as ações contra o racismo e o apartheid recomendados pela ONU.

Grandes empresas nacionais tinham interesse no comércio com os países africanos e com países da América Latina, e o governo militar tinha como fim, os "interesses nacionais". E, ao negar o racismo no Brasil perante a ONU, o governo brasileiro abria o procedente de se eximir em relação as propostas do organismo internacional para o enfrentamento ao racismo[281]. Essa orientação da diplomacia brasileira para a política externa também justificava a vigilância ao movimento negro e a política defensiva do governo, buscando silenciar qualquer manifestação sobre o racismo no país. Dentro desse contexto os órgãos de segurança e informações do SNI monitoram bem de perto a retomada do movimento negro, a partir das ações das organizações negras e de suas lideranças que vão surgindo ou ampliando sua atuação ao longo dos anos de 1970.

2.2.1 Racismo Negro no Brasil

Em dezembro de 1970, deu entrada no SNI, agência Porto Alegre, a Informação com referência de abril de 1969[282], tratando de questão relacionada ao Centro Juventude de Cultura, de Porto Alegre-RS. A instituição, sob a direção do Padre Antônio Cechim[283], foi citada em função do material didático que publicava. Os Cadernos "Crescei" e "Viver", cujo produtor era o referido padre, era utilizado no ensino religioso das escolas confessionais e patrocinado pela Comunidade Latino-Americana da Fé - CLAF, organização internacional sob "observação" da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura-DSI-MEC. Esse material teve seu conteúdo analisado e considerado por essa DSI como "de

---

[281]SILVA, Silvio José Albuquerque e. **Combate ao racismo.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 68.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70024427_d0001de0002.pdf. Informação nº 264/SCI/APA/1970. Assunto: Movimento religioso. Origem APA. Difusão AC/SNI. Grau de sigilo: Confidencial.

[283]Antônio Cecchin foi considerado um dos pais das Comunidades Eclesiais de Base – CEB**s** no Rio Grande do Sul, autor das Fichas Catequéticas e também foi coordenador das Equipes de Catequese Libertadora do Regional Sul-3, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, secretário particular do Promotor Geral da Fé, no Vaticano e sempre atuou como militante das causas dos movimentos populares. Com sua vasta experiência em movimentos sociais escreveu o livro Empoderamento Popular. Uma pedagogia de libertação (Porto Alegre: Estef, 2010). Faleceu em 16 de novembro de 2016. Disponível em: Antônio Cecchin, irmão marista e profeta da ecologia, faleceu - Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

cunho subversivo, de inspiração marxista infiltrada no tema catequético". Durante a análise teve trechos selecionados como "marcantes" e que no desenvolvimento da catequese eram "inseridos nas fichas ideias e comentários destoantes e tendenciosos, trazendo e incitando ao protesto", o que provava que o material introduzia nos colégios de nível ginasial, conteúdos de cunho nitidamente subversivo. O material apreendido foi entregue a Delegacia de Polícia de Porto Alegre e encaminhado à Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal. Para além das questões que a intervenção suscitou entre as autoridades eclesiásticas, a DSI-MEC e demais autoridades civis[284], nos interessa nesse imbróglio, os campos demarcados pelos "avaliadores" no material didático-religioso que vem em anexo a Informação. Eram atividades didáticas que tratavam sobre racismo no Brasil e nos EUA, sobre Martim Luther King, sobre o genocídio indígena, sobre a guerra no Vietnã. Temas que buscavam a conscientização dos jovens e que desagradaram os órgãos de repressão. A década de 1970 chegara obrigando a comunidade de informações a ficar bem atenta no cuidado com o mito da democracia racial. Em 1971, pela análise dos órgãos de informações, concluía-se que o movimento subversivo provocava o tema da "discriminação racial no Brasil". Em suas conclusões afirmavam que

> indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, **estavam constantemente, difundindo boatos** e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com **incidentes** ocorridos no meio artístico (Na época, o caso de TONI TORNADO, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados em revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome[285].

[284]De acordo com a informação, religiosos e diversos educandários se negaram a obedecer às instruções da DSI-MEC, o que culminou com o necessário afastamento e viagem do padre para a Europa, naquela ocasião, sem notícias de seu regresso. Logo de início no Caderno Crescei, "a primeira proposta de atividades pedia que os estudantes fizessem uma entrevista sobre Martin Luther King e trazia uma fotografia dele "ocupando o espaço de uma folha". O, segundo o avaliador, o material "não fazia crítica aos países comunistas", trazia textos e questões sobre os negros nos EUA, questões sobre a escravidão de indígenas e negros e o racismo em relação aos mesmos no Brasil, argumentando: "o racismo extremado leva ao genocídio". "É preciso abrir os olhos, enxergar o erro para poder corrigi-lo e os jovens de hoje terão que fazer do mundo de amanhã um mundo mais humano", dizia a cartilha. Trazia um texto de matéria de jornal sobre o genocídio de povos indígenas no Estado de Mato Grosso e na Amazônia e "E ao nosso redor, quantas formas de racismo..." indagava a cartilha. Outras atividades discutia a luta pela libertação da Argélia, discorria sobre os crimes de guerra no Vietnã. Ao fim, a cartilha estava recheada de pedidos de interpretação das músicas de Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, a versão da música sobre o jovem que morria na guerra do Vietnã feita pelo grupo Os Incríveis e outros mais palatáveis ao gosto da censura.

[285]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001.pdf. Informação 437/74 DSI/ MJ. Data: 25 de setembro 1974. Assunto: Discriminação racial no Brasil. Origem: DSI/MJ. Difusão: SNI/AC – RECISA – CENIMAR – CIE. Grau de sigilo: Confidencial. Grifo nosso.

O documento, produzido na Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, encaminhado ao SNI, afirma ainda que no ano seguinte, 1972, os órgãos de informações voltavam a alertar sobre a divulgação do tema nos grandes meios de comunicação[286]: agora relacionando a discriminação racial nos EUA e em outros países. Apesar de o documento não trazer a difusão anterior, certamente, de acordo com o curso dos trabalhos das agências já deveria haver algum informe dando conta do assunto, visto que a informação é de 1974 e alegavam que já havia no Brasil "há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio de órgãos de comunicação social". Os agentes em suas avaliações a princípio afirmavam que os casos de preconceito racial eram raros no país e imputavam a responsabilidade pela divulgação do assunto ao comunismo internacional:

> O Comunismo Internacional (M.C.I.), dentro dos seus objetivos, procura promover campanhas de movimento de massas, visando ao incremento de atividades subversivo-terroristas, **utilizando, para tal fim, a tática de, em cada país, criar e agravar tensões sociais, sob pretextos justos e aceitáveis, para conseguir um clima propício, aos ativistas comunistas, de se encarregarem das clássicas provocações que lhes permitam: fazer desencadear a repressão policial, obter as necessárias vítimas para sensibilizar ao máximo a opinião pública e apresentar "slogans" e panfletos agressivos para aparentar um consenso de revolta** (Grifo nosso)[287].

Ainda na mesma Informação, de acordo com a análise do agente, o comunismo internacional criava condições para o agravamento das tensões, obrigando o Estado a agir para reprimir as manifestações, gerando com isso a exposição e comoção internacional. Essa exposição internacional dos conflitos raciais nos EUA, já vinha sendo monitorado pelo SNI, o que lhe dava sustentação a tal análise:

> Nos Estados Unidos da América do Norte a atuação dos grupos e movimentos conhecidos por "Panteras Negras", "Black Power" e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do MCI., em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais[288].

---

[286]O documento citado se remete a artigo publicado na Revista Manchete. Em rápida pesquisa na revista online, percebe-se que o tema preconceito racial aparece em diferentes matérias em um número considerável de vezes durante toda a década de 1970. Disponível em: Manchete (RJ) - 1952 a 2007 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 14 de abril de 2023.

[287]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001.pdf. Grifo nosso.

[288]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001.pdf. Grifos nosso.

O conhecimento do que ocorria no exterior, em especial nos EUA, capacitava o SNI na avaliação de como agir em relação ao "problema do negro" no Brasil e seguindo as premissas da DSN as agências deveriam seguir monitorando e sentindo o nível de pressão social que o tema suscitava. A avaliação naquele momento era que:

> Vez por outra, há notícias esparsas de casos de preconceitos raciais, mas que não trazem repercussões profundas no meio social, diluindo-se no tempo. A Nação brasileira destaca-se pela sua integração e assimilação de raças e costumes. Contudo, **o perigo situa-se na transposição do preconceito para o conflito racial**[289].

Para a garantia da segurança interna, caberia à comunidade de informações seguir monitorando o avanço do tema e no plano político, o governo garantia o controle social mantendo as medidas restritivas da liberdade de reunião, de associação e de opinião. Apesar do monitoramento, a partir do início dos anos 70, os órgãos de vigilância e repressão acompanharam o ressurgir do movimento negro brasileiro, buscando a construção de uma identidade negra através de novos referenciais. Esses referenciais viriam do exterior. A luta pelos direitos civis, o movimento Black Power, o movimento dos Panteras Negras nos EUA, para uns e as lutas pela libertação dos países africanos e suas lideranças – entre eles, Amílcar Cabral[290], o poeta Agostinho Neto - para outros. Influências externas cujo perigo já vinha sendo alertado pelos órgãos de vigilância ao governo. O tema da discriminação racial e os bailes Black[291], também chamados de bailes Soul, ou como chamaram os órgãos de vigilância: "movimento nacional dos Black's"[292], já repercutiam "de forma considerável "na

---

[289]Ibidem. Grifo nosso.

[290]Amílcar Cabral foi um dos maiores líderes que surgiu no continente africano: revolucionário guineense que idealizou e pavimentou caminhos para a independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em 1956 aconteceu a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde – PAIGC, Amílcar Cabral era o cofundador e principal liderança do partido, não era um entusiasta da luta armada. Ele acreditava que a educação era a arma adequada para a emancipação do povo. Disponível em: Amílcar Cabral: ideólogo e pedagogo da revolução (geledes.org.br). Acesso em: 01 de setembro de 2022.

[291]Sobre a história dos bailes Black ver: RIOS, Flavia. **Black and Red: o debate sobre raça e classe nas páginas do jornal socialista Versus (1975-1979). •** Lutas Sociais, São Paulo, vol. 19 nº 34, p. 114-125, jan/jun. 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25761. Acesso em: 4 de agosto de 2021; ALBERTO, Paulina L. Quando o Rio era black: Soul Music no Brasil dos Anos 70. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 41-89, jul/dez. 2015. Editora UFP. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46702/28020. Acesso em: 03 de outubro de 2022; LIMA, Carlos Eduardo. **Sou Negro e Tenho Orgulho! - Política, Identidade e Música Negra No Black Rio.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017; PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História, 2018.

[292]Boa parte dos documentos a que tivemos acesso, foram encaminhados do Ministério da Aeronáutica-CENIMAR para a Agência Central do SNI e demais órgãos dando conta do movimento black em outros Estados como Minas Geras e Bahia. Informação nº 444119/AC/77. Data: 5 de julho de 1977. Assunto: Racismo Negro no Brasil- Black -Bahia. Origem: CENIMAR (PRG 14775/77). Referência: INFAO N2 0410/19/AC/77. Difusão Ant.: CIE-CISA-Cl/DPF Difusão: CH/SNI - SG/CSN. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004-, p. 181.

imprensa e segundo os agentes buscavam "influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra"[293]. Para as agências era o comunismo internacional infiltrado na massa jovem.

Além da preocupação dos órgãos de informações de que as ideias racistas dos EUA fossem transplantadas para o Brasil, a direita conservadora e os defensores da democracia racial, mesmo aqueles ligados à esquerda política, debulharam-se em críticas aquele "movimento alienígena", cuja estética exaltava uma negritude que incomodou as agências de vigilância e repressão. Dançar, andar, cumprimentar e principalmente, ter orgulho de ser Black[294], era subversão. A busca por uma identidade negra positiva contrariava o princípio da miscigenação e da ideologia da democracia racial, onde o ideal de brancura reunia toda e qualquer possibilidade de virtude. O movimento político-cultural da juventude negra era visto como antagonismo social. De acordo com a historiadora Paulina L. Alberto[295] "o Black Rio, com suas referências raciais ao estilo norte-americano, foi um tônico para o mal-estar racial no Brasil".

Gilberto Freyre, como informou Hanchard (2001), se manifestou advertindo-os sobre o ataque a democracia racial e os perigos desse movimento para a identidade e segurança nacionais: "O Brasil precisa estar preparado para o trabalho que é feito contra ele, não apenas pelo imperialismo soviético (...), mas também pelos Estados Unidos"[296]. Freyre viria através da imprensa manifestar-se contrário ao movimento identitário daquela juventude negra. A democracia racial defendida pelo sociólogo e louvada pelos militares e pelas elites, fora contestada pelos sociólogos da escola paulista de sociologia da USP. Esses pesquisadores, perseguidos pelos militares e punidos pelo AI-5, e suas produções acadêmicas, foram "apagados" pelo governo militar. No entanto, suas pesquisas e produções serviram de fontes de estudo da militância negra, por questionarem a democracia racial e por trazerem dados estatísticos que comprovavam aquilo que cada um vivia nas suas práticas cotidianas. Os pesquisadores, em seu trabalho empírico, perceberam como afirmou Nascimento (2005) que,

---

[293]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001. Doc. citado.

[294]Referência a letra da música "Mandamentos Black", composta por Gerson King Combo. Disponível em: Como Gerson King Combo e seus bailes black tentaram implodir a democracia racial (geledes.org.br). Mandamentos Black - Gerson King Combo - VAGALUME. Acesso: em 13 de janeiro de 2023.

[295]ALBERTO, Paulina L. **Quando o Rio era black: Soul Music no Brasil dos Anos 70.** História: Questões & Debates, Curitiba, vol. 63, nº 2, p. 41-89, jul/dez 2015. Editora UFP, p. 46. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46702/28020. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

[296]HANCHARD, Michel Georg. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 159.

"as diferenças socioeconômicas estavam também ligadas as relações raciais". Era o período de maior repressão da ditadura militar, onde as mobilizações políticas eram proibidas e falar de racismo em público era crime previsto na LSN. O movimento Black contrastava a valorização da mestiçagem defendida pelos militares com a afirmação de uma identidade negra. Para o sociólogo Howard Winant:

> O Black Soul criou um conflito acerca do significado de raça. O fato de que seus aspectos bastante superficiais (Como penteado afro, vestuário e música de origem africana) se tornassem alvo de perseguição oficial indica que, ao menos na visão dos opositores, Black Soul representava um desafio ao isolamento dos afro-brasileiros frente ao aceno internacional da identidade negra[297].

Para Hanchard (2001), o movimento Black foi visto pelos militares como uma ameaça ao projeto nacional, por isso, os bailes, as lideranças, os artistas, jovens negros e negras que frequentavam os bailes, foram criminalizados e estiveram sob monitoramento e repressão. O movimento Black se tornou um movimento de pressão social na medida em que reunia uma multidão de jovens unidos em torno de um objetivo: a valorização da negritude. Como o movimento Black tinha inspiração na cultura negra norte americana e as lutas raciais dos EUA era ponto de pauta junto aos órgãos de vigilância e informação, os militares e o SNI receberam orientação - uma edição em português da Revista Military Review, publicação do Exército norte americano, editada entre 1940-1970, através da qual os militares e os órgãos de informações recebiam instruções. De acordo com Karin Kössling:

> **Na lógica de prevenção** desenvolvida pela polícia e pelos militares brasileiros, **o estudo dos movimentos negros norte-americanos se tornava de extrema importância na prevenção da atuação dos movimentos negros de brasileiros**. O material enviado pelo FBI ou os artigos da *Military Review*, tornavam-se matéria de estudo sobre a guerrilha urbana e seu combate, mas também, sobre os conceitos e tendências envolvidos nas lutas anti-racistas que circulavam entre os movimentos negros. Essas preocupações também foram expressas nos sumários de informações do SNI que traziam o debate do comunismo internacional, reproduzindo diversas fontes com notícias da luta antirracista nos EUA[298].

Como é possível perceber, a estratégia de repressão utilizada pelos militares no Brasil contra as lutas do movimento negro, tinha base na própria experiência norte americana, que há muito vinha travando uma luta interna contra os movimentos antirracistas no seu próprio território. E certamente havia por parte dos militares no Brasil, uma avaliação sobre as ações utilizadas pelos governos dos EUA em todo processo de enfrentamento ao movimento negro

---

[297]WINANT, Howard. **Repensar a raça no Brasil. Revista Sociedade e Estado**, vol. IX, nº 1-2, jan/dez. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília: Brasília,1994, p. 26.
[298]KÖSSLING, op. cit., p. 156. Grifo nosso.

norte americano. Com base na LSN se fazia necessário "ajustar os mecanismos de controle" da guerra interna, "utilizando os instrumentos burocráticos de conhecimento, fiscalização e vigilância do conjunto da população e do território nacional"[299]. Paulina Alberto, afirma que os bailes soul começaram a ser investigados em 1975, pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), era a chamada "Polícia secreta" ou "polícia política", que reconheceram "o Soul como uma potencial ameaça à ordem e segurança públicas". Para a historiadora, a Polícia secreta temia que os bailes pudessem ser o início de um movimento racial de massa com apoio organizado, dado a sua crescente popularidade entre os jovens e a visibilidade do movimento junto a grande mídia[300]. Quanto ao SNI, foram muitos os documentos produzidos pelos órgãos de vigilância sobre o movimento Black, todos trazendo as análises dos agentes sobre o movimento e deixando explícito os estereótipos sob os quais entendiam o movimento e a juventude negra. Os documentos mostram a vigilância sobre as lideranças - em especial o cantor Toni Tornado e o produtor Gerson Kim Combo -, sobre as equipes de som. Preocupava os militares o número de adeptos aos bailes. Tomemos alguns: No dia três de setembro de 1977, no Ginásio do Madureira E. C., na cidade do Rio de Janeiro durante a realização do 1º Encontro Nacional dos Black's, o documento detalha:

> Aproximadamente 15.000 jovens lotavam completamente o Ginásio, em sua quase totalidade negros, vestidos a moda "BLACK" - cabelos cheios, calças "boquinhas", camisas extravagantes, sapatos de solas, saltos altos e em cores berrantes, turbantes indianos - e, cumprimentando-se com os punhos cerrados, fazendo a saudação idêntica do negro norte-americano[301].

No 19º Festival de Música Black de São Paulo, realizado no dia dezesseis de julho do mesmo ano, no Ginásio do Clube Corinthians Paulista, em São Paulo, aproximadamente 10.000 jovens negras e negros e uns poucos brancos participaram do baile. A motivação política ocorria quando, segundo o agente:

---

[299]REZNIK, op. cit., p. 41.

[300]De acordo com Paulina Alberto a grande imprensa publicou inúmeras matérias tratando do fenômeno dos bailes Soul/Black, boa parte delas com severas críticas ao "divisionismo" trazido por aquele movimento e como atentavam a democracia racial, ou mesmo do que entendiam como a" inautenticidade do Soul". Sendo que a matéria considerada como divisor de águas para o movimento foi à matéria da jornalista Lena Frias. Todas as matérias publicadas na imprensa sobre os bailes Soul-Black foram anexadas aos documentos produzidos pelas agências de informação e encaminhadas ao SNI. Ver: FRIAS, Lena. **"Black Rio: O orgulho (Importado) de ser negro no Brasil".** Jornal do Brasil, Caderno B, 17 de julho de 1976. Além dessas outras matérias foram publicadas: DE LEVE, Ibraim. 'Black Power' no Brasil. O Globo, 1° de outubro de 1977; Racismo, O Globo, 26 de abril de 1977; BATISTA, Tarlis. Os Blacks no embalo do soul. Manchete, 11 de setembro de 1976; MOURA, Roberto M. Carta aberta ao Black-Rio; O Pasquim, 2 – 8 de setembro de 1977.

[301]Informação nº 314/D6/CISA-BR/77. Assunto: Movimento Nacional dos Black's – Black Rio e Black São Paulo. Origem: Ministério da Aeronáutica A2/III COMAR. Difusão: AC/SNI-CENIMAR-CIE. Anexo Jornal Última Hora- RJ edição 13 de setembro de 1977. Grau de sigilo: Confidencial.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004510_d0001de0001.pdf.

> Dentro de sua programação, as equipes de som inseriram uma projeção audiovisual, que fica colocada em duas grandes telas ao lado das caixas acústicas, projetando, enquanto as músicas são tocadas, flashes da guerra do VIETNÂ, da seca do Nordeste brasileiro, das favelas, da prostituição, e outros quadros semelhantes, com o intuito de "motivar" os jovens[302].

Também quando o cantor/ator negro, Toni Tornado[303], parava de cantar e dançar e discursava para a multidão de jovens: "os "Black' s" necessitam se situar nesse país, mas que para isso precisam estudar mais, procurando atingir uma situação superior a atual". O documento mostra a preocupação das lideranças com a vigilância dos órgãos militares, certa animosidade entre negros e brancos, sendo esses acusados de racistas pelos *"brothers*" ou *Black* - como se reconheciam os frequentadores dos bailes ou como foram reconhecidos. Lélia Gonzalez, explica que "aquela negrada jovem" que frequentava os bailes, era constituída de trabalhadores, também de estudantes secundaristas e universitários, principalmente das periferias[304]. Quanto aos agentes, estes se infiltravam e vigiavam os bailes, fazendo relatos minuciosos de tudo o que ocorria, dos artistas que frequentavam, das lideranças e dos discursos que faziam para a plateia. As lideranças do movimento político cultural estiveram sujeitas a serem indiciados na LSN, sobre eles foram expedidos pedidos de busca e acirrada vigilância[305]. Ficava explicito a imputação às lideranças do incentivo ao uso de drogas entre aquela juventude, a criminalização do "jeito de ser Black" ou a acusação primeira e recorrente sobre o interesse comercial financeiro das gravadoras em garantir o mercado brasileiro para a música "Soul", estrangeira. Sobre o movimento, avaliavam:

---

[302]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004510_d0001de0001.pdf. Doc citado, p. 4.

[303]Perseguido pela ditadura, Tony Tornado teve nove passagens pela polícia, discos apreendidos e o exílio. (P. 48) LIMA, Carlos Eduardo de Freitas. **Sou negro e tenho orgulho! Política, identidade e música negra no Black Rio (1960-1980).** (Dissertação) Mestrado e História, Universidade Federal Fluminense-UFF. Rio de Janeiro, 2017.

[304]GONZALEZ, HASENBALG. Op. cit. 1982, p. 33.

[305]ACE 06216. Pedido de busca nº: 200/19/AC/77. Data: 26 de outubro de 1977. Assunto: Racismo negro no Brasil-Black Rio e Black São Paulo. Origem: CISA (pgr24387/77). Difusão: ASP/SNI. Sobre o jovem negro Tadeu da Silva, foi identificado como proprietário de uma equipe de som soul e se apresentou durante o festival de música no Club Corinthians. No Rio de Janeiro, Carlos Alberto Medeiros foi alvo de pedidos de busca e muitos documentos do SNI apontando-o como liderança do movimento Black. O ativista foi alvo da CISA por ter sido ex-cadete expulso da Força em 1968, acusado de criar e liderar célula comunista na Escola de Cadetes da Aeronáutica. Por essa razão, em pesquisa feita anteriormente, averiguei ter sido ele um dos mais vigiados do movimento negro. Sobre a participação de Medeiros, a Informação da CISA: "Os movimentos "Black" de São Paulo, Minas Gerais e Rio, funcionam "núcleos de negros socialistas". Esses núcleos estudam Política Internacional e o Movimento Comunista Brasileiro" Medeiros e sua esposa Alba aparecem como dirigentes do núcleo negro socialista do Grande Rio. Informação: nº1103/CISA-RJ. Assunto: Carlos Alberto Medeiros-Atividades. Origem: DINFO. Difusão: Arquivo. Data: 8 de novembro de 1978. Grau de sigilo: Confidencial.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_124ª_0153. pdf.

> Aparentemente, o Movimento visava lucros financeiros imediatos, quando na verdade, seu objetivo mostra-se outro, devido a sua propagação entre os jovens negros, que para seguirem "a moda americana" usam jargões ultrapassados, mas que, consciente ou inconscientemente aceitam, jargões que **pregam o preconceito racial, a discórdia e o desentendimento nocivo à comunidade brasileira. Inclusive para os negros, o Movimento é perversivo** e segue, como já foi dito anteriormente, o padrão norte-americano, já conhecido em todo o mundo por sua perversidade e complexidade (Grifo nosso)[306].

Em outro documento, encaminhado pelo Ministério da Justiça/DPF-SR-RS, sobre as demais organizações negras e sobre o movimento Black, o agente já com vistas a uma atitude mais repressiva com a finalidade de impedir o movimento, orientava:

> Esses movimentos revelam o incremento das tentativas subversivas de exploração de antagonismos raciais em nosso país, merecendo uma observação acurada das infiltrações no Movimento "Black", tendo em vista que **se por ventura houver incitação de ódio ou racismo entre o povo, caberá a Lei de Segurança Nacional**[307].

O movimento Soul[308], surgido ainda no final dos anos de 1960, no Rio de Janeiro - tendo como um dos seus maiores protagonistas e uma das mais respeitadas lideranças do movimento negro Filó Filho, o Dom Filó[309]-, espalhou-se pelo Brasil, teve seu auge em meados da década de 1970, na fase mais dura da ditadura militar. Apesar da tentativa dos militares em silenciar o movimento, este apontou o caminho para a rearticulação das organizações e da intelectualidade negras nos anos de 1970, contribuiu para que a juventude atentasse para os acontecimentos de caráter internacional e no processo de construção do movimento negro contemporâneo pudesse reavaliar o "lugar de negro"[310] no Brasil.

---

[306]Idem Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_124ª_0153. pdf.

[307]Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal Superintendência Regional do Rio Grande do Sul. Informe nº 22-036/78/SI/SR/DOF/RS. Data: 22 de agosto de 1978. Assunto: Movimento Nacional dos Blacks. Origem: CI/DPF. Avaliação A-1, Difusão: APA/SNI - IIIº EX - Vº COMAR. Grifo nosso.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001%20(1) pdf.

[308]GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de negro**.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
DOMINGUES, Petrônio Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos Tempo, vol. 12, nº 23, julho, 2007, p. 100-122 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013398007 Acesso em: janeiro de 2013.

[309]Discorremos sobre o protagonismo de Asfilófio de Oliveira Filho - o Dom Filó- e sua importante atuação nos bailes black e a vigilância dos órgãos de informações na dissertação defendida em 2015.
JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Rio de Janeiro, 2015.
A importância política e o sentido das noites do Shaft que ocorriam nos bailes organizados por Dom Filó no Renascença Clube foram destacadas por Carlos Alberto Medeiros na entrevista concedida aos historiadores Verena Alberti e Amílcar Pereira, no CPDOC-FGV. Ver: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007. p. 70

[310]GONZALEZ, Leila. HASENBALG, Carlos. 1982. *Op cit*.

Afirmamos em outro trabalho que, o movimento Black foi como um catalisador da ideologia *Black Power* e do *Black is beautiful*, proporcionou uma revisão da estética negra junto ao movimento negro que retomava a sua atuação a partir dali[311].

No início dos anos de 1970, entra em curso a desconstrução do Treze de Maio - tão caro as elites nacionais e aos militares -, com os questionamentos trazidos pelo Grupo Palmares de Porto Alegre, e sua assertiva quanto à necessidade de reavaliação da história do negro no Brasil e de busca por seus heróis na luta pela liberdade, unificou no mesmo propósito as organizações negras. Novos grupos teatrais surgiram no caminho semeado pelo TEN - que lutou para sobreviver após o golpe -, silenciado levou sua maior liderança, Abdias Nascimento ao autoexílio, de onde seguiu sua luta antirracista denunciando o mito da democracia racial no exterior, sob intensa vigilância do SNI[312]. A imprensa negra contemporânea, semente plantada pela imprensa negra do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX espalhou-se entre os anos 1970-80, manifestando as ideias das organizações e de lideranças negras retomando a escrita negra, seguiu instrumento de denúncia do racismo e da desigualdade racial apontando-o como estruturante do Estado brasileiro. O movimento negro contemporâneo ganhou novo fôlego questionando as bases de uma ideologia que pregava a unidade nacional e cujo alicerce se construiu através da desigualdade e da inferioridade racial**.** Foi com essa avalanche negra que o SNI e seus órgãos de vigilância tiveram que lidar.

2.2.2 O problema do negro

Sob a vigência do Decreto-Lei 510/1969, artigo 33º, que proibia no inciso VI: "incitar o ódio e a discriminação racial" - criminalizando reuniões públicas e organizações políticas - o modo de ser Black também era alvo da repressão, especialmente o cabelo Black Power, que se constituiu elemento central da identidade negra e fator de violência racial por parte dos órgãos repressivos da força militar. O cumprimento Black[313] por todo mundo e no Brasil se

[311]JESUS, Marize Conceição de. 2015, p. 142.
[312]Durante a pesquisa no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, destacamos dezenas de documentos que apontam o monitoramento do SNI e demais agências sobre Abdias do Nascimento.
[313]Saudação Black Power instituída pelo Partido dos Panteras Negras, grupo que combatia o racismo nos EUA de meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1980. Constava do gesto do braço estendido com o punho erguido e fechado. Inicialmente usado somente entre os Panteras, o gesto ganhou mundo e a simpatia daqueles que se identificavam com os movimentos de esquerda, com a luta pelos direitos civis e contra a opressão. No

tornou alvo da atenção dos órgãos de vigilância e repressão. Assim, enquanto as agências de vigilância "davam o serviço" ao SNI, as forças de repressão agiam com o aparato militar sobre os frequentadores e lideranças dos bailes[314]. A interdição do tema raça, racismo, discriminação racial não impediu que para além dos tão perseguidos bailes soul/black, jovens negros em sua maioria universitários criassem organizações negras em busca de uma identidade negra e da identificação do racismo encoberto sob o manto da ideologia da democracia racial.

O governo em 1970, logo tentou invisibilizar o contingente negro da população, tirando do censo de 1970 o item cor, inviabilizando o reconhecimento da composição racial da população brasileira, a "indistinção censitária"[315] reforçando a ideia de um país miscigenado e, portanto, "algo considerado inútil e sem sentido" pelo governo militar[316]. Há que se ressaltar, que no Brasil, qualquer referência pública a origem racial dos indivíduos sempre foi repudiada socialmente. Enquanto isso, os órgãos de vigilância ocupavam-se de monitorar as ações das organizações negras e registravam:

> 1. Estão se proliferando, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, **Associações Culturais** que tem o objetivo de **propagar a cultura negra** no Brasil. 2 Algumas dessas Entidades tem sido apoiada pelas Missões Diplomáticas do Senegal e Nigéria. O interesse dessas Missões é **difundir a cultura**, a história do colonialismo na África, das etnias e o socialismo africano (p. 29).

Se o movimento Black/soul preocupou os órgãos de repressão, demais organizações negras que surgiram de ordem cultural - assim eram vistas e assim eram registradas em seus estatutos, com objetivo de "difundir a cultura negra" - seguiram monitoradas. Aquelas que registraram o estatuto, o mesmo era inspecionado e anexado nos informes e informações

---

Brasil, se tornou comum a alguns membros do movimento negro e entre alguns artistas, como o cantor compositor Erasmo Carlos, citado em documento do Ministério da Justiça (Informação nº1087/70-DR/SP. Encaminhamento nº 1091/70/CI/DPR), e nos anos de 1980, entre alguns jogadores de futebol. Disponível em: GESTO DO CANTOR ERASMO CARLOS FOI CONSIDERADO AFRONTA PELA DITADURA - Documentos Revelados; Sócrates: inteligência dentro e fora dos gramados – Esquerda Marxista (marxismo.org.br); Panteras Negras: A história em 27 fatos importantes (geledes.org.br). Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

[314]Depoimentos a respeito do uso da força policial sobre os frequentadores e organizadores dos bailes podem ser visto em: PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro.** RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

[315]SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. p. 77.

[316]Resposta do Itamaraty sobre o pedido específico relacionado à composição racial da população brasileira, formulado pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial-CERD, em suas observações relativas ao relatório inicial, o documento de 1972 afirmava ser impossível proporcionar dados estatísticos sobre a composição racial da população brasileira, "uma vez que os últimos censos, inclusive o de 1970, não indagaram a respeito da raça do entrevistado". Nos demais relatórios, durante o regime militar, o Estado brasileiro seguiu reafirmando essa premissa. A esse respeito ver: SILVA, Silvio José Albuquerque e., 2008. Op cit p.72.

produzidos pelas agências. No mesmo período acontece o despertar da imprensa negra anunciada pela Informação nº 437/74/DSI/MJ:

> Presentemente, no BRASIL, conforme notícia da imprensa, acaba de ser lançado o jornal "0 QUADRO", em 10 SET 74, na cidade de SAO PAULO, elaborado sob a responsabilidade e inspiração do jornalista ODAIR PIMENTEL, dedicado/ exclusivamente aos problemas do "negro" no Brasil. Forçando uma comparação, nota-se a analogia do nome QUADRO com quadro-negro, em inglês, BLACK BOARD, lembrando a expressão "BLACK POWER"[317].

Seguindo a preocupação com qualquer coisa que lembrasse o movimento Black Power a imprensa negra também já preocupava. Segundo o informe, o editor responsável objetivava com o Jornal O Quadro, denunciar a discriminação sofrida pelo negro no Brasil e os impedimentos para a ascensão social "o negro no Brasil encontra barreiras para ascender socialmente" (Grifo no documento). Essa afirmação vinha de Odair Pimentel, naquele momento, um reconhecido jornalista esportivo[318]. Segundo ele, o jornal também publicaria matérias sobre "as diversas situações que o negro enfrentava, não só no Brasil, mas em todo o mundo" (Grifo do documento). Apesar de afirmar que "faz questão de deixar claro que o jornal não será agressivo: "nem pensamos na possibilidade de atacar o governo". Mediante as informações, o agente avaliou que: "o assunto se presta a ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário a formação do brasileiro". **É explosivo e aglutinador**, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional"[319].

A matéria falando sobre o lançamento saiu no jornal Última Hora do dia 10 de setembro de 1974. Noticiando que o número zero do jornal seria lançado naquele dia em

---

[317]Informação nº 437/74/DSI/MJ. Data: 25 de setembro de 1974. Assunto: Discriminação racial no Brasil. Origem: DSI/MJ. Difusão: Ministro da Justiça-SNI/AC-RECISA-CENIMAR-CIE. Grau de sigilo: Confidencial. O documento contém, em anexo, um recorte do Jornal Última Hora com a matéria e uma página do jornal O QUADRO. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001.pdf. Grifos do documento.

[318]Odair Pimentel nasceu em 27 de março de 1940 em São Paulo, capital, filho de um oficial da cavalaria e uma empregada doméstica. Começou a carreira como office-boy do antigo jornal *Sport News*. Trabalhou em diversos veículos de comunicação entre eles Folha da Tarde, Popular da Tarde, Diário da Noite e O Globo, onde exercia, quando faleceu, o cargo de Editor de Esportes na sucursal São Paulo. Foi presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo. Faleceu em 2 de maio de 1991, com 51 anos. À época, ele era o presidente da ACEESP, Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo. Foi associado/ homenageado do Grêmio Recreativo, Esportivo e Cultural Coimbra em outubro de 1965, premiado em três edições com o Troféu Gandula na categoria de Editor Esportes, sendo a última em março de 1979. Trabalhou com Nelson Rodrigues, na equipe de esportes do Diário Da Noite. Posou e conviveu com ícones do esporte e do rádio e da TV, cobriu os jogos do Santos, acompanhou o time numa excursão a um país da África e as viagens de Pelé, sendo seu amigo pessoal.
Disponível em: Odair Pimentel (jornalistaodairpimentel.blogspot.com). Odair Pimentel - Que fim levou? - Terceiro Tempo (uol.com.br) Acesso em: 29 de junho de 2023.

[319]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001.pdf. p.4. Grifo nosso.

Santo Amaro - SP. Não encontramos outra referência ao jornal O Quadro, é possível que seu editor em função de sua figura pública e da repressão ao periódico só tenha conseguido publicar aquela edição. A imprensa negra foi retomada naquele período, seus editores e colaboradores seriam vigiados bem de perto pelas agências do SNI como veremos no capítulo 3. Identificadas as articulações internacionais das Associações Culturais, os agentes traçaram o perfil de como funcionavam essas organizações:

> As Associações Culturais desenvolvem, em primeiro plano, o trabalho de recrutar associados da raça negra, desenvolvem frequentemente ciclos de palestras sobre o desenvolvimento da cultura negra no Brasil. Nesta fase, os conferencistas preocupam-se em não falar ostensivamente em política, mas condicionam os ouvintes a aceitar a existência de um disfarçado racismo branco no Brasil. Durante as palestras, os orientadores das Associações identificam os ouvintes mais sensíveis às ideias do movimento. Estes, posteriormente, são convidados a participar de grupos de Estudos. As reuniões de tais grupos efetuam-se sempre em caráter reservado[320]

Naquele momento, os agentes ao identificarem o formato operacional das organizações negras e assistirem aos eventos, destacavam falas onde identificavam a evidência de propaganda racista e socialista. Já identificavam também as divergências de encaminhamentos entre as lideranças do movimento negro, classificando-os como adeptos e não adeptos a violência. Os não adeptos à violência chamados de moderados pois, até aquele momento: “estão evitando falar claramente em política e problemas sociais também tornar público o seu movimento”. Os adeptos a violência eram chamados de radicais e descritos da seguinte forma:

> "Os radicais" defendem a "libertação do negro" das Sociedades Capitalistas. Inspiram-se nos "Panteras Negras" dos EEUU e cultuam IDI AMIN DADA. Realizam reuniões em caráter bastante restrito para poder debater com mais franqueza, a realidade atual do negro no mundo. 8 - Os "radicais" desenvolvem o trabalho de recrutamento entre os frequentadores dos Clubes de Soul. Até o presente momento não foi possível configurar se os Conjuntos Musicais de Soul estão envolvidos. 9 - Os "radicais" são denominados "ALMAS NEGRAS" e possuem as seguintes características que os identificam: a - a saudação entre homens e mulheres é feita com um beijo na boca; b - o cumprimento entre homens é idêntico ao usado pelos Panteras Negras - vários toques de mão; c- em algumas reuniões, alguns negros fizeram saudação à moda comunista - braço levantado e mão fechada: d- usam alguns termos especiais e chamam o branco de "mucala”: - e vestem-se com roupas extravagantes, à moda africana. 10 - Os "radicais" têm o Socialismo como

[320]Informe nº 0204/CISA-RJ. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: CISA-RJ. Classificação: B-1/ Difusão: AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI/DPF-DSI/MRE. Classificação anterior: CISA-BR (P/reconhecimento). Grau de sigilo: Confidencial.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: RJBR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/76109622/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.pdf.

> base ideológica. Dizem que a forma imperialista não dará alcance para a evolução da raça negra no mundo[321].

Esse documento faz uma alusão as discussões em torno das organizações Sociedade Intercâmbio Brasil-África – a SINBA[322] e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras IPCN. Identificam as lideranças da SINBA como os radicais do movimento[323] e o IPCN como "os moderados". Era o ano de 1974 quando foi criada a Sociedade Intercâmbio Brasil-África – a SINBA e posteriormente, em 1975 o IPCN. Era a "dissidência", como registraram os agentes e como de fato o foi. A SINBA causou certa confusão nas análises dos agentes: considerada radical, "um movimento adepto da violência", com indicação errônea de ter surgido no final da década de 1960, quando seus fundadores Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira, Carlos Alberto Medeiros atestam o surgimento em 1974[324]. A percepção que os agentes tinham em relação a SINBA (Instituição) pode-se extrair da informação encaminhada pelos agentes que diz o seguinte:

> Em 1976, os órgãos de Informações tiveram suas atenções despertadas para a proliferação, nos Estados do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, de Associações Culturais destinadas à propagação da cultura negra no BRASIL. **Tais associações, embora inspiradas no "Movimento SINBA"**, **adepto de soluções violentas**, surgido na década de 60 e que desapareceu, em 1972, caracterizavam-se pela atuação pacífica; o que não impediu que elementos radicais se infiltrassem em seus quadros[325].

Quanto às cisões, os outros que também compuseram o IPCN eram considerados pelos da SINBA, negros de elite, ligados a Zona Sul carioca[326]. O grupo era composto de artistas negros já consagrados, como os atores Milton Gonçalves e Zózimo Bulbul, e alguns oriundos do TEN dentre estes a atriz Léa Garcia. Milton Goncalves, aliado a Benedito Sérgio, foram os fundadores do IPCN, ao lado de outros ativistas. Os da SINBA eram os revolucionários, e na

---

[321]Ibidem p. 30.

[322]Doravante trataremos a organização Sociedade Intercâmbio Brasil-África como "a" SINBA e o jornal homônimo criado pela mesma organização em 1977, de "o" *SINBA*. Sobre o *SINBA*, jornal que falaremos quando tratarmos da Imprensa negra nos capítulos 3 e 4. A SINBA e posteriormente o jornal SINBA foram fundados por Yedo Ferreira, Amauri Mendes Pereira e Carlos Alberto Medeiros. Ver: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.)., 2007. Op cit.

[323]Não nos foi possível mapear individualmente quais organizações foram consideradas radicais. Nos documentos que encontramos a princípio só a SINBA teve seus membros assim considerados. Posteriormente encontramos a organização de Goiás em função das ações políticas de seu diretor.

[324]Sobre o processo de fundação ver os depoimentos dos fundadores da SINBA em:
ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007. Op *cit.*

[325]Informação Nº 580/19/ACE/78 Agência Central p.1. Assunto: JORNAL "SINBA", Avaliação A-1. Difusão: SE-70, Para Fins de Registro.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.pdf. p. 14. Grifo nosso.

[326]Depoimento de Amauri Mendes para CPDOC-FGV, 2007. p. 115.

fala de Amauri Mendes "éramos os radicais". Entendemos que a radicalidade da SINBA estava nas estratégias de luta que defendiam: as lutas de libertação dos países africanos contra o colonialismo europeu, tendo como referência os revolucionários negros Samora Machel, Agostinho Neto, Amílcar Cabral. Sempre pautando as discussões, apresentavam um discurso político revolucionário nos encontros e reuniões, voltando sua atuação para os subúrbios e periferias buscando "ação do negro na rua". Certamente, os discursos e as ações territorializados era um diferencial, dentro daquele espaço cultural, como estava registrado e se declarava o IPCN. E era essa "radicalização" que balizava o olhar dos agentes sobre os que compunham a SINBA[327].

A SINBA, na definição da Cientista Social Joselina Silva[328], "baseava-se nos pensadores e teóricos africanos dos novos tempos, que subsidiavam a construção de uma identidade racial revolucionária, em busca por mudanças políticas, econômicas e cidadãs". Foi com esse espírito revolucionário, voltados para os valores africanos que os da SINBA buscavam a construção de uma identidade negra e em 1977 criaram o jornal *Sinba*, veículo de divulgação das ideias de suas lideranças e "cartilha de formação militante voltada para a população brasileira" (Joselina Silva, 2009, p. 198) que ganhou corpo confundindo-se com a própria organização. No capítulo 4 ao falarmos sobre a imprensa negra, discorreremos sobre a Sociedade Intercâmbio Brasil-África e seu jornal *Sinba*. E o IPCN se transformou no espaço coletivo de todas as organizações negras. Um espaço de convivência, de ponto de encontro de todas as tendências, como indica o Informe de 20 de outubro de 1976[329], com várias anotações de encontros, reuniões, palestras, atividades feitas no IPCN. Além da identificação de pessoas que creditavam possuir antecedentes subversivos, infiltrados no movimento negro: Ricardo de Carvalho Duarte, Carlos Alberto Vieira (Ambos ligados a VAR-Palmares), Olímpio Marques dos Santos (Do PCB), Carlos Alberto Medeiros (Já conhecido das agências por ter sido "desligado da Academia da Força Aérea, em 16/09/68")[330], Maria Beatriz

[327]Cabe ressaltar que Amauri Mendes integrou a direção do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), no início da década de 1980 e entre 1992 e 1996, quando foi eleito presidente da entidade. Ver: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). 2007.

[328]SILVA, Joselina. Jornal SINBA: A África na construção identitária brasileira dos anos de 1970. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina. (Orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 204.

[329]Informe nº 0244/CISA-RJ Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: CISA-RJ Classificação: B-1. Difusão: AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI-DPF-DSI/MRE-CISA/BR (p/conhecimento). Referência: Informe 204/CISA-RJ, de 20 de outubro de 1976. Neste informe, várias anotações de encontros, reuniões, palestras, atividades feitas no IPCN. Além da identificação de pessoas que possuem antecedentes subversivos, infiltrados no movimento negro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004%20(1).pdf.

[330]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_073_0148.pdf. E no AC_ACE_114362_78.pdf. Agência Central SNI-CISA. Informe nº

Nascimento (Pelo contundente discurso sobre a luta negra). Apesar disto, o IPCN era visto pelas agências como uma organização "apolítica"[331]. Reuniões, cursos, seminários e as ações do movimento negro eram discutidas na sede do IPCN, que em função disso foi o lugar de formação política e construção de quadros do movimento negro no Rio de Janeiro, lugar que reunia o que os agentes chamavam de "negros acima da média".

Primeira organização negra a ter uma sede financiada por organização internacional, os encontros no IPCN foram palco também de agentes infiltrados que fizeram longos informes e informações sobre a organização e todos que ali frequentavam em especial as lideranças que ali também despontaram, como Beatriz Nascimento[332], Carlos Alberto Medeiros, entre outros. O engenheiro Benedito Sérgio, seu fundador, devidamente vigiado teve seus dados registrados no Levantamento de Dados Biográficos. O IPCN tem todas as suas fases administrativas, estatuto, os encontros e atividades registradas no SNI. A organização nos relatos dos agentes era vista como cultural apesar das discussões políticas ali travadas, e os antecedentes desabonadores de alguns associados, além da presença nos registros dos "radicais". Essa percepção não impediu a investida dos órgãos de repressão policial, como o DOPS, que vigiavam a organização de forma sistemática, como possível ver na pesquisa de Thula Pires[333] para o relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

Apesar das diferenças apresentadas, SINBA e IPCN eram organizações coirmãs e nasceram de uma mesma base o Centro de Estudos Afro-Asiáticos-CEAA. Este centro foi o ponto de encontro e de estudos de boa parte das lideranças negras que se forjaram nas décadas de 1970-80. Como uma das estratégias de mobilização nesses anos eram as reuniões de estudo, de leitura e discussão, e os seminários e palestras, as primeiras frequentadas eram no CEAA, da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro[334]. Os encontros no CEAA, nas

---

0241/CISA-RJ. Assunto: "Núcleo negro Socialista" - Atividades de Carlos Alberto Medeiros. Data: 18 de setembro de 1978. Difusão: SNI/AC -CIE- CENIMAR- CI/DPF – SG/CSN.

[331]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004.pdf. p. 176. Informação nº 0399/19/AC/77. Data: 15 de junho de 1977. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: PRG 13083/77. Referência: INFÃO nº

[332]AMÍLCAR, Maria Beatriz. 361/19/AC/77 INFE nº 61/CISA/RJ/77 (Para o CIE-CENIMAR e CI/DPF). Difusão: CH/CSN-CIE-CISA-CENIMAR-CI/DPF. Grau de sigilo: Confidencial.do Nascimento (1941-1995), historiadora e professora formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), participou do processo de fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Candido Mendes e lecionou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi roteirista e narradora do documentário Ori: o processo da cultura afro-brasileira. Morreu assassinada na cidade do Rio de Janeiro ao tentar defender uma mulher. ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almícar Araújo (Orgs.). 2007. *Op cit*. p. 144.

[333]PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro.** RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

[334]PEREIRA, Amílcar. **"O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

palavras do cientista social Amauri Mendes Pereira[335], "favoreceram a articulação de pequenos grupos de negros conscientes que surgiam em vários bairros da cidade. (...) Os cursos e seminários eram bastante frequentados e sua biblioteca era um manancial". O CEAA e em especial seu diretor José Maria Nunes Pereira, eram visados pelos órgãos do SNI, que assim o definia:

> O CEAA, situado 'a Rua Joana Angélica 63, no bairro de Ipanema, objetiva o desenvolvimento do intercâmbio cultural com países da ÁFRICA e da ÁSIA. Nesse sentido, realiza cursos, palestras e conferências para estudantes universitários, professores e profissionais liberais, além de publicar a revista "Estudos Afro-Asiáticos". Por ser uma organização vinculada ao FCM, os estatutos, diretoria e fontes de renda são os mesmos da referida Faculdade. O CEAA recebe jornais, livros e revistas de países africanos, notadamente GUINÉ-BISSAU, ANGOLA e MOÇAMBIQUE, todos portadores de propaganda marxista[336].

Em 23 de junho de 1975, o SINBA, o IPCN e a CEAA foram registrados em documento assinado pelo chefe da SE-623[337], como "Organizações constituída no Brasil que mantém contatos e relacionamento com representantes diplomáticos africanos e com alguns dos movimentos da libertação das antigas colônias portuguesas da África. Importantes nomes da intelectualidade brasileira passaram pelo CEAA, fazendo palestras, conferências, na maior parte com temas alusivos à questão racial no Brasil e a África[338]. O CEAA era considerado e registrado pelos órgãos de informações como uma das "Entidades do movimento negro, atuantes no Rio de Janeiro"[339]. Além do CEAA, outros institutos voltados para os estudos de África e que também atraiam estudantes universitários e militantes negros foi o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, por onde também passaram importantes intelectuais e

---

[335]PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008, p. 55.

[336]Informação nº 069/320/ARJ/80. Data: 9 de setembro 1980. Assunto: José Maria Nunes Pereira Conceição - Centro de Estudos Afro Asiáticos. Difusão: AC/SNI. Grau de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003538_d0001de0001.pdf.

[337]ACE nº 84907-75 MF1. 23 de junho de 1975. Organizações que mantém relação com os movimentos africanos.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75084907_d0001de0001.

[338]Informação nº 0721 DI/DGIE- RJ. Data: 06/05/1982. Assunto: Ciclo de conferências sobre questão racial e conflitos do Terceiro Mundo. Origem: Departamento Geral de Investigações Especiais- DGIE. Difusão: ARJ/SNI. Referências: TELEX 267/119/ARJ/SNI. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82006192_d0001de0001.pdf.

[339]ACE nº 06740688. Agência: B1C. Data: 2 de setembro 1988. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88067406_d0001de0001.pdf.

estudiosos das questões raciais[340], como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni (Já conhecidos dos órgãos de informações), Clóvis Moura, Eduardo Oliveira, Aristides Barbosa, entre outros. Em conferência proferida entre 06 a 16 de outubro de 1975, no Auditório da União Brasileira de Escritores, sob o patrocínio do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, em São Paulo, conferências sobre o tema "Uma Visão Dinâmica do Negro no Brasil"[341].

> O DEOPS/SP elaborou os Relatórios (Anexo nº 2) os quais dão uma visão da investida programada pelos adeptos da esquerda sobre o homem de cjr, tentando atraí-los para o campo comunista, como o confessou o conferencista FLORESTAN FERNANDES, em sua palestra do dia 13 de outubro, discorrendo sobre "A SITUAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL - PERSPECTIVAS". O orador concitou os negros a participarem da vida política, na direção de SINDICATOS, CENTROS ACADÊMICOS e COMITÊS POLÍTICOS, afirmando que o MARXISMO é a única solução para o problema do negro e de seus descendentes. (...). As referidas conferências foram coordenadas e presididas pelos professores ARISTIDES.BARBOSA e CLÓVIS MOURA, constando da agenda de conferencistas, além dos professores já citados, os seguintes: FLORESTAN FERNANDES, OCTAVIO IANNI, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EDUARDO DE OLIVEIRA, RAUL JOVIANO DO AMARAL, JOSÉ CORREIA LEITE e ORACY NOGUEIRA (Grifos do documento).

Outro espaço de encontro para discussão sobre as relações raciais no Brasil eram as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC[342]. Onde se encontravam acadêmicos, estudantes e militantes para discutir o tema. Clóvis Moura, Maria Beatriz do Nascimento, Carlos A. Hasenbalg, Carlos Alberto Medeiros, Octávio Ianni, Eduardo de Oliveira e Oliveira. Cabe ressaltar, que os agentes que acompanhavam os encontros, conferências e palestras sobre o "problema do negro", estavam sempre atentos aos discursos, anotando e destacando falas "de sentido político" tendencioso que pudesse concitar o negro a "unir-se aos problemas sociais e raciais para aproveitá-los em prol do socialismo"

---

[340]Encaminhamento nº 5266/19/ASP/SNI/1975. Data: 5 de novembro de 1975. Assunto: Curso de Extensão Cultural sobre o Negro Brasileiro- Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Referência: Informação nº 5066/19/AP/SNI/75. Difusão: AC/SNI. Grua de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001.

[341]A preocupação dos agentes era com "o governo e a ordem estabelecida", nomeando os discursos de políticos do MDB e detalhando as atividades "de elementos punidos pela revolução". Informação nº: 325/76/DSI/MJ. Data: 29 de março de 1976. Assunto: Atuação dos grupos no campo político, contrários ao regime constituído. Origem: DSI/MJ. Referência: Plano Nacional de Informações- 1.5. Difusão: AC/SNI. Anexo: cópia da documentação. Grau de sigilo: Secreto. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/76092980/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76092980_d0001de0001.pdf.

[342]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004-.pdf. p. 202. Informação nº 02633. Data: 3/06/1977. Assunto: Movimento negro no Brasil – 29ª Reunião da SBPC. Disseminação: 1º DN – 2º DN – 3º DN – 4º DN – 5º DN - 6º DN – CNBr - SNI/AC - CIE - CISA - DSI/MJ - Cl/DPF – CENIMAR.

ou do comunismo, como era acusado Florestam Fernandes e os demais. Clóvis Moura, intelectual negro, também foi muito visado pelos órgãos de vigilância, com intensa ficha nos registros da ASP/SNI. Suas palestras, seus livros, suas viagens ao exterior, tudo documentado pelo SNI[343]. Assim como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, entre tantas acusações a de que "Pregou a união entre operários e estudantes para a subversão e explorou o racismo, instigando-os ao ódio e a luta de classes". Como é possível ver, organizações negras e suas lideranças, intelectuais negros e brancos que trataram a questão racial, organizações que trataram dos estudos sobre África e relações raciais no Brasil e no mundo, em todos os Estados do país foram vigiados. Era uma ação orquestrada pelo comunismo internacional, "a tática de, em cada país, criar e agravar tensões sociais". No Brasil, o governo militar não utilizaria da força contra o movimento negro apesar do sabido envolvimento com o comunismo internacional, tal qual era percebido e tal qual acreditavam. Foi considerado a princípio movimento de média pressão e que não encontrava solo fértil na sociedade brasileira, dada a natureza da nossa democracia racial. As influências externas não seriam suficientes para quebrar o encanto.

Entre informes e informações, encaminhamentos, apreciações, os órgãos de vigilância tinham identificado em São Paulo, treze organizações do movimento negro, dentre elas, o Centro de Estudos de Cultura e Artes Negras - CECAN e o Grupo Teatral Evolução de Campinas. No Rio de Janeiro, seis organizações: "Cultura Negra do Brasil, Grupo Apache, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) de Niterói/RJ, Gran Quilombo, e a Associação de Intercâmbio Brasil-África, que edita o jornal "SINBA"". O curioso é que o IPCN não aparece nessa relação. Em Porto Alegre, o Grupo Palmares[344]. Em Joinville/SC - Grupo Afro-

[343]Informação nº 400/16/AC/75. Data: 15 de dezembro de 1975. Assunto: Alberto Guerreiro Ramos. Referência: Mesmo 1931/SI-GAB. Set 75. Difusão: CH/SNI. Anexo: Cópia xerox do extrato de Prontuário do nominado. Grau de sigilo: Confidencial.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81015483_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79002095_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_82003129_d0001de0001.pdf.

[344]O Grupo Palmares, criado em 1971, em Porto Alegre, liderado por Oliveira Silveira e outros jovens negros universitários, foi responsável pela proposição do dia 20 de novembro, como Dia da Consciência Negra, em alternativa as comemorações oficiais do 13 de maio. O Grupo Palmares, a primeira organização negra da década de 1970, também foi um dos precursores do movimento negro contemporâneo. Caracterizou-se pela luta para construção de uma nova identidade negra referenciada em valores africanos, nas lutas históricas do povo negro pela liberdade e na valorização da cultura negra. Sobre o olhar do SNI ver Informação nº 0008 /19/AC/77. p. 47. Data: 4 de dezembro de 1976. Assunto: Racismo Negro no Brasil. Origem: PRG 30309/76. Difusão anterior: CH/SNI. Difusão: CH/SNI SG/CSN - CIE - CISA – CENIMAR. Grau de sigilo: Confidencial. Sobre o Grupo Palmares, enquanto movimento de contestação política à ditadura, ver: CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): Um Movimento Negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, agosto de 2006.

Brasileiro de Cultura, Educação e Saúde. Em Salvador, o Centro de Estudos Afro-Orientais da "Universidade Federal da Bahia (UFBA)" e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro. Aqui também não fala do bloco Ilê Aiyê[345]. O fato é que a década de 1970 foi o nascedouro de várias organizações negras por todo país[346] e muitas foram registradas pelas agências de vigilância. O documento chama atenção para "às publicações especificamente dedicadas ao movimento negro", eram os jornais da imprensa negra, das quais falaremos nos capítulos 3 e 4.

Essa Informação de 1978 descreve o monitoramento que o SNI vinha fazendo sobre o movimento negro. Trata-se de parte de um dossiê composto de quatro pastas de documentos sob o tema: "racismo negro no Brasil"[347], onde estão compilados informes e informações entre 1976 e 1978, um complementando ou repetindo o outro na medida em que todas as agências vigiam as organizações negras e encaminham (Difusão) umas para as outras o material recolhido que seria encaminhado ao SNI. Em anexo a esta informação, o documento parte da documentação produzida sobre o "racismo negro" no Brasil, a partir de 1976 e, contendo dados mais detalhados sobre o assunto. Esses documentos em anexo, são exemplares ou Xerox de jornais, livros, panfletos, estatuto das organizações, e demais materiais publicados pelas organizações do movimento negro. Chama-nos a atenção, a avaliação da agência, sobre o advento das organizações negras. Dada a importância das avaliações reproduziremos na íntegra:

> Fruto da "conscientização" promovida de forma acentuada, como já foi mencionado, a partir de 1976 e, certamente, **encorajados pelo clima de abertura política**, que tem permitido **a atuação ostensiva de diversos grupos de pressão**, **o autodenominado "Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial"**, apoiado por vários grupos (Grupo Afro-Latino-Americano de SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO, Grupo de Atletas Negros, Associação Cultural e Recreativa Brasil Jovem, Grupo de Artistas Negros, Associação Cristã Brasileira Beneficente e Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas-IBEA, de SÃO PAULO) **promoveu um ato público contra a discriminação racial.** Essa concentração, ocorrida, no dia 07 jul 78, na área fronteiriça ao Teatro Municipal, em SÃO PAULO/SP, **caracteriza publicamente, a existência do chamado "movimento negro"**. **O estágio desse movimento pede ser medido, não pelo número de pessoas presente**s - segundo a imprensa, entre... 3.000 a 5.000 - uma vez que foi realizado em área de passagem obrigatória de milhares de transeuntes, **mas pelo simples fato de terem sido**

[345]Sobre a constituição do bloco Ilê Aiyê em Salvador ver: ALMEIDA JUNIOR, Armando Ferreira de. **A contracultura e a política que o Ylê Aiyê inaugura: relações de poder na contemporaneidade.** (Tese Doutorado), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

[346]Amílcar Pereira mostra em seu trabalho toda a complexidade de um movimento negro contemporâneo que se constitui entre os anos de 1970/80 praticamente em todo o país, trazendo mudanças e permanências da luta histórica desse movimento no Brasil. PEREIRA, Amílcar. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. Ver também: DOMINGUES, Petrônio. 2007. *Op cit.* HANCHARD, Michel Georg. 2001. *Op cit.*

[347]Os termos dos subtítulos deste capítulo: "racismo negro no Brasil", "problema do negro" ou "poder negro tropical", fazem referência a forma e aos títulos dos assuntos como registrado nos documentos pesquisados nos arquivos do SNI e apresentados na tese.

> **criadas condições para a efetivação de uma manifestação dessa natureza**, **inspirada em dois casos claramente despidos de força de arregimentação**. De fato, a alegada discriminação racial contra quatro atletas negros no C.R. TIETE - que foi contestada pela diretoria do clube - e a morte de um homem de cor em uma Delegacia de Polícia de SÃO PAULO, em abril, **não justificariam uma tomada de posição desse porte.** Ademais, **arbitrariedades policiais ocorrem em todos os países do mundo e no BRASIL**, **eventualmente, ocorrem tendo brancos como vítimas**, havendo para esses casos possibilidades de solução dentro da lei. **As teses defendidas pelos seus líderes e a participação da Convergência Socialista, no "movimento negro" caracterizam a sua tendência ideológica de esquerda**, **mesclando, dessa forma, antagonismo racial com luta de classe**. 8. **Embora não se constitua, no momento, em um "movimento de massa", o nível alcançado lhe confere evidente importância, com possibilidades de evoluir em proporções prejudiciais à ordem política e social**. A grande bandeira, já identificada, qual seja, a de que o capitalismo impede a ascensão do negro (Político-social e econômica) na sociedade poderá aglutinar não só pessoas de cor descontentes como, também, grupos esquerdistas atuantes, interessados em obter vantagens políticas por intermédio do "movimento negro"[348].

De acordo com Pereira, a estratégia do movimento negro para a construção das identidades políticas-culturais negras se deu por meio da criação de organizações negras e dos encontros e trocas com militantes de outros Estados[349]. Acreditamos, tal estratégia contribuiu também para que o SNI pudesse ter a compreensão sobre o termômetro da pressão que essas organizações espalhadas pelo país poderiam exercer sobre a sociedade. O problema maior, que suscitou uma vigilância mais acirrada e atenção do governo, se deu quando da criação de uma organização coletiva a nível nacional como o MNU, aumentando a preocupação com uma possível radicalização nas ações desse movimento. A criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUCDR, ou o que se constituiria como o Movimento Negro Unificado-MNU, em 1978, vai ser para alguns autores, o marco da luta de combate ao racismo, da denúncia no Brasil e no exterior do mito da democracia racial. A "reivindicação da reavaliação do papel do negro na história do Brasil", ganha robustez, "vira carta de princípios da luta". Esse marco foi a chave para a virada da organização política do movimento negro no Brasil. E seria reconhecido não só pela militância e pelos estudiosos deste movimento social[350], que segundo Amauri Mendes:

> A energia que ligava a todos era a vibração indescritível de uma **juventude que ousava desconhecer os riscos daquela ação – ainda vigorava o regime militar**, manifestações políticas ainda eram expressamente proibidas e a polícia paulista estava a postos com forte aparato. Foi uma noite memorável, a de 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, frente à Praça Ramos, no centro de São

[348]Informação nº 580/19/AC/78. Assunto: Racismo Negro no Brasil. Origem: AC/SNI. Grau de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.pdf. Os grifos em maiúsculas estão no documento e os grifos em negrito são nossos pois retomaremos essas análises no decorrer do texto.
[349]PEREIRA, op. cit., 2013, p. 105.
[350]Gonzalez, 1982; Domingues, 2007; Pereira, 2010; Amílcar Pereira, 2013; Silva, 2009; entre outros.

> Paulo! **Aquela manifestação, fazendo história, desencadearia não apenas a criação do MNU, mas uma guinada de extrema importância no desenvolvimento do Movimento Negro**, na forma como ele passou a ser visto pelos meios de comunicação e pelas demais forças políticas na sociedade brasileira[351].

A guinada à esquerda do movimento negro organizado foi também um marco para o governo militar e suas agências de vigilância e repressão. Esse fato é possível de ser percebido pelo número de documentos produzidos pelo SNI a partir da organização de cunho estritamente político e de caráter nacional. Aumentou a vigilância em torno das organizações negras, em especial em torno do MNUCDR/MNU que nacionalizou a luta, com vistas à inserção política das reivindicações do movimento negro. Aquela organização era "explosiva e aglutinadora, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional". Cabe relembrar que a ideia da constituição de uma instituição de caráter nacional já permeava as entidades e associações negras desde a década de 1930, com a Frente Negra Brasileira, como afirma o historiador Flávio Gomes (GOMES, 2005, p. 80-81). A ideia da nacionalização do movimento negro foi o que motivou as primeiras instituições criadas no início dos anos de 1970 a se empenhar na construção do MNU, enquanto entidade unificadora das lutas. O ato unificado promovido pelas organizações do movimento negro contra a discriminação racial no Brasil, então o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial - MUCDR foi noticiado por toda imprensa e registrado pelas agências de vigilância do SNI - que guardara anexado as matérias publicadas nos jornais-, e acompanhado de perto pelos órgãos de repressão como o DEOPS. Após seu nascedouro em São Paulo, o movimento agora organizado com base nas organizações negras que intencionavam unificar suas bandeiras de luta, tornou-se Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial-MNUCDR e essa organização do MNUCDR[352], segundo a historiadora Karin Kössling, foi de interesse do DEOPS-SP, "que resumia toda a sua atuação, onde quer que ela ocorresse"[353].

Em relação aos fatos que provocaram o ato do dia 7 de julho, que os agentes entenderam não ser o suficiente para motivar tamanha mobilização, de certo, tem a ver com a naturalização com que a sociedade convivia (E ainda convive) quando se tratava da vida de jovens negros. Era o preconceito racial, sempre na conta de indivíduos e nunca como um problema social. No entanto, era o problema social que atingia a comunidade negra, era o racismo arraigado nas estruturas sociais que causava a mobilização daquela juventude.

---

[351]PEREIRA, op. cit., 2010, p. 61. Grifo nosso.

[352]Para uma explicação detalhada sobre as questões que ocorreram e geraram as mudanças no processo de criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial -MNUCDR, que viria a constituir o Movimento Negro Unificado – MNU, ver PEREIRA, Amílcar. 2013. *Op cit.* Capítulo 4, p. 247.

[353]KÖSSLING, op. cit., p. 63.

Decerto que os aparentes motivos "não eram de forma alguma excepcionais", assim como os militares entendiam a "normalidade" dos fatos, o movimento negro também sabia, que a questão por si só não era mobilizadora. O que mobilizou a manifestação pública - e que os militares não entenderam - como afirmou Amauri, "foi o pique dos jovens atletas (Que logo depois foram superados pelos acontecimentos) e a garra, daqueles militantes cuja impetuosidade já procurava, ansiosamente, um desaguadouro"[354], foi esse o fato que gerou aquela arregimentação. O ano era 1978 e denúncias de preconceito racial, especialmente no ambiente de trabalho - que muito impossibilitava o processo de mobilidade social[355] - já repercutia por todo país, enquanto os militares buscavam interna e externamente reforçar a imagem de um país racialmente harmônico.

O Ministério da Justiça, justificava aos órgãos internacionais que no Brasil, "os dispositivos legais aplicáveis à promoção da igualdade racial e o combate à discriminação já estavam presentes na Constituição Federal de 1967 (Artigo 153.1), retificados pela Emenda número 1 de 17/10/1969" e que somada à Lei 1.390, de 3 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos - que tipificava o preconceito de raça ou cor como contravenção penal -, davam conta dos eventuais casos de preconceito racial no país[356]. Não davam. As denúncias e processos que acionaram a referida Lei, vinha num crescente, mas no final não criminalizava o racismo, nem penalizava os acusados. Naquele momento, a força do mito da democracia racial, como nos diria o historiador Carlos Fico, "acabaram influenciando as atitudes das pessoas, mesmo quando desmentidas pelos fatos"[357], como veremos no capítulo 4.

---

[354]PEREIRA, op. cit., 2010, p. 60.

[355]As pesquisas do historiador Carlos Hasenbalg, trazia dados alarmantes de como o racismo atingia a mobilidade social dos negros no Brasil, na medida em que a desigualdade racial alimentava o capitalismo, base da política econômica do regime militar. Essas pesquisas auxiliaram o movimento negro em especial no final dos anos de 1970 e nos anos 1980, processo de reivindicação de políticas públicas de igualdade racial junto aos governos. Ver:
HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: graal, 1979; _____. "Raça, classe e mobilidade". In: GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982; _____ e SILVA. Carlos A. e Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais e Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1988.

[356]SILVA, Silvio José Albuquerque e. 2008, p. 71.

[357]FICO, op. cit., 2014, p. 57.

2.2.3 Poder negro tropical

O ato público, pedra fundamental da criação do MUCDR/MNU de fato, como afirmavam os órgãos do SNI, caracterizou publicamente a existência de um movimento negro organizado enquanto movimento nacional e de natureza política, instrumento de pressão social, como eram medidas as organizações do movimento pelos militares[358]. A criação do MNU demarcou a pluralidade do movimento negro. Para Pereira:

> Além de marcar essa nova dimensão da luta contra o racismo no Brasil, mais marcadamente política, de denúncia e enfrentamento, a criação do MNU também acabou significando contribuição fundamental no que diz respeito à própria formulação teórica, à visão da luta realizada a partir de então pelos ativistas negros brasileiros, que, segundo as principais lideranças do MNU, deveria associar os temas *raça e classe*. Essa conjugação raça e classe, ao mesmo tempo em que trazia a especificidade do movimento negro à baila também situava o movimento numa perspectiva mais à esquerda[359].

Naquele momento o movimento negro despontou publicamente como sujeito político: demarcando suas especificidades, buscando intervir na conjuntura nacional, chamando para si diversas frentes de luta. No processo de abertura política – tal como caracteriza os novos movimentos sociais daquele período – esteve intrinsicamente envolvido na luta pela democracia, visto que as organizações negras surgidas nos anos de 1970, ao questionarem a realidade social e política, mediante a crítica a ideia de democracia racial, com suas bandeiras de luta pela cidadania "lançaram uma nova luz sobre os temas raciais" (WINANT, 1994)[360]. A grande apreensão dos militares e das elites por eles representadas era de que o movimento negro acabasse por implodir a ordem social. Havia como sempre houvera uma preocupação com a reação coletiva dos negros em relação a opressão. A construção de uma identidade negra positiva ameaçava o poder hegemônico, por isso a ideia de que o "racismo negro" se voltaria contra os brancos, ainda mais se aliada as ideias da esquerda. Disso provém o "conselho" de um agente a Convergência Socialista, pois entende que a questão racial seria

---

[358]A edição 23 do jornal *Versus* publicou um editorial emblemático assinado por Marcos Faerman sobre o ato nas escadarias no Teatro Municipal. Àquela altura, ele acabava de retornar de uma viagem para o lançamento público da proposta de formação da Convergência Socialista no Rio Grande do Sul. Na avaliação daquele momento, lê-se um balanço bastante significativo sobre os "novos" tempos. Ver: BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **CAMINHOS CRUZADOS: Versus (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura.** (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco Centro de Artes e Comunicação Departamento de Comunicação Social Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Recife, 2018., p. 257.
[359]PEREIRA, op. cit., 2013, p. 251.
[360]WINANT, op. cit., 1994, p. 124.

um fator de perturbação inclusive dentro da própria Convergência. Discutiremos melhor essa questão no item 4.5 do capítulo 4 desta tese.

Sobre a ação trotskista no Brasil que viria se converter na Convergência Socialista, o Relatório Mensal de Informações da CISA[361], de 1978, informa que aquela agência já vinha monitorando, atenta as ramificações da IV Internacional no Brasil. Apontando um relatório de 1974, onde concluía que o trotskismo poderia vir a ser uma fonte de preocupação para os Órgãos de Segurança e Informações. O documento aponta a estrutura do Partido Socialista dos Trabalhadores- PST, tendo o movimento negro como uma das frentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assinala que a Secretaria de Administração e de Finanças administrava o jornal *Versus* "ao qual estava ligado o "Grupo Afro-Latino-América". Ambos considerados "legal". Afirmava que O "Grupo Afro-Latino-América" e o Movimento Convergência Socialista, atuavam através desses órgãos legais junto ao movimento negro. De acordo com Hanchard:

> A Convergência Socialista foi um campo de treinamento para vários intelectuais importantes do Movimento Negro Unificado, os quais, mais tarde, frustrados com as estratégias da Convergência, desligaram-se dela. Mas não sem terem desenvolvido habilidades valiosas de redação e de política que, mais tarde, foram empregadas no movimento. (...) A conjugação que faziam de raça e classe foi avidamente acolhida por militantes negros, que tinham sido historicamente alienados pelo positivismo materialista da esquerda branca[362].

Quanto ao *Afro Latino América*, constituiu-se a partir da produção de jovens jornalistas negros ligados a Convergência, como um suplemento do jornal *Versus.* Daí, ora referido como jornal, ora como grupo pelos agentes das comunidades de informações. E na descrição de Hanchard, "refletiu a diversidade do movimento negro emergente, apresentando textos sobre o socialismo africano, a violência policial, diálogos entre negros e índios brasileiros, a opressão em três camadas das mulheres negras, literatura e outros assuntos"[363]. Como veremos no capítulo quarto desta tese. Num levantamento, encaminhado em telegrama secreto, sobre a existência no Brasil de diversos grupos e associações de negras, o SNI encaminha junto para o MRE um documento orgânico do PST, de fins de 1977, intitulado "A questão da negritude". A agência destacou trechos que davam o enfoque dessa organização e

[361]Arquivo Nacional. Fundo: SNI. BR_ANBSB_Z4_SNA_DEP.22. Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA, p. 43. No documento consta página 15. Arquivo Nacional. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001-Dossiê.
[362]HANCHARD, op. cit., 2001, p. 146.
[363]Id., p. 147.

traçavam os eixos do "programa político" para o movimento negro que era o que preocupava o SNI.

> Uma pesquisa nos nomes que compõem a direção ou tem vinculação com esses grupos e associações indicam a existência de elementos esquerdistas e/ou comunistas. Como exemplo dessa afirmação citamos o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, onde, dos cinco elementos que integram a direção, quatro registram antecedentes político-ideológicos esquerdistas. O mais ativo na subversão, entretanto, e bastante citado no decorrer deste trabalho, é, sem dúvida, o GRUPO AFRO-LATINO-AMÉRICA., organização de frente do Partido Socialista dos Trabalhadores para atuação junto ao chamado "Movimento Negro, dispondo, para isso, de uma "Frente" específica em cada Regional do PST. Essa atuação, no entanto, não decorre de decisão isolada da direção do PST. É recorrente do programa político da "Tendência Bolchevique", organismo supranacional, ao qual se subordina o PST[364].

Essa guinada pública do movimento negro à esquerda faz com que a partir do final dos anos de 1970, o movimento negro ganhasse repercussão internacional, desvelando o mito da democracia racial para o mundo, impondo ao governo criar mecanismos para garantir “os interesses nacionais” tanto no Brasil quanto no exterior, como por exemplo a vigilância dos organismos internacionais que apoiavam as lutas e a suspensão de financiamentos desses às organizações do movimento negro no Brasil (PEREIRA, 2013, p. 201). O SNI intensificaria a vigilância ao movimento negro e suas lideranças tanto no Brasil quanto no exterior. Herdeiro das ideias político revolucionárias do exterior, que embasavam as organizações que lhe deram origem, o MNUCDR/MNU inspirou-se tanto nas lutas dos negros pelos direitos civis nos EUA, quanto nas lutas de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Ideias que possibilitaram a radicalização do discurso contra a discriminação racial, como afirmou Domingues (2007). E a virada a esquerda do MNU, se deu

> No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado[365].

---

[364]Secretaria de Estado das Relações Exteriores. *Memorandum* do Departamento da Ásia, África, Oceania. Telegrama/ *Memorandum*: Movimento negro no Brasil. Data: 10 de outubro de 1978. Grau de sigilo: Secreto. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001%20(1). pdf. Dossiê: 267, p. 30.

[365]DOMINGUES, op. cit., 2007, p. 112-113.

A Convergência Socialista, formada a partir da Liga Operária, era uma organização de caráter trotskista que arregimentou a seus quadros parte considerável das lideranças do MNU[366] e já há muito conhecida dos órgãos de repressão, uma vez que acompanharam todo seu processo de construção. Estava ligada às propostas do comunismo internacional e não faltaram relatórios de parte de todos os órgãos que compunham o SNI, atentos a todos os passos da organização e de seus membros ou simpatizantes. O Relatório Mensal de Informações nº 08 de 31 de agosto de 1978, encaminhado pelo CISA ao SNI[367], classificado como "secreto", descreve a proposta trotskista a partir da ação do Partido Socialista dos Trabalhadores-PST, do qual o movimento negro seria uma das frentes dos "Comitês regionais". O jornal *Versus* e o suplemento *Afro Latino América*, seriam administrados pela Secretaria de Organização e Finanças do PST, sendo ambos, somados a Convergência Socialista os órgãos legais do PST. Esta junção de órgãos legais, segundo o Relatório, estaria atuando no movimento negro:

> Buscando organizá-lo, a nível nacional, e a todos os demais setores de atividades, muito especialmente, o campo político, objetivando criar uma "Tendência Socialista" dentro do MDB, isto é, um grupo de candidatos a cargos eletivos que se manifestem pré-socialismo – no que vêm obtendo relativo sucesso – cujas candidaturas a organização propagandizar, e organizar, em bases legais, tornando fato consumado, um Partido Socialista, que nada mais será, como se verificará no decorrer desta análise, que tornar legal, de fato, a organização subversiva trotskista auto-intitulada "Partido Socialista dos Trabalhadores- PST", o que conforme previsto, deveria ocorrer antes do final do mês de agosto corrente[368].

Daí a preocupação expressa na Informação nº 580 de 1978, com o que chamavam de influência externa no movimento negro que lhe conferia "evidente importância, com possibilidades de evoluir em proporções prejudiciais à ordem política e social". A junção raça e classe e as críticas ao capitalismo era uma fórmula explosiva se bem usada pelo movimento negro, que para as agências de vigilância e repressão poderiam ser enquadrados na LSN na medida em que incitavam o ódio e a discriminação racial e a luta de classes no Brasil. A preocupação com os "inimigos internos" do regime foi se estendendo. Muitas lideranças negras vigiadas, negros "anônimos" que na esteira das pesquisas da UNESCO se propuseram

---

[366]Para conhecer a história do envolvimento dos militantes do MNU com de esquerda e as contradições em torno das questões raciais. Ver: SANTOS, Márcia Guena dos. **Afro-brasileños en lucha: historias de la resistencia negra a la dictadura militar en Brasil, (1964-1985).** (Tese de Doutorado). Universidad Complutense de Madrid Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia de América I. Madrid, 2014.

[367]Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA. Partido Socialista dos Trabalhadores – PST. O documento foi distribuído para 125 órgãos, traz em anexo uma compilação dos jornais que noticiaram o ato do MNCDR. Está contido num dossiê de112 páginas, com grau de sigilo: Secreto. Numerado de 1 a 54 páginas fora os anexos. No dossiê consta a partir da página 28. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_AN_BSB_Z4_SNA.DEP.

[368]Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA. Documento citado.

discutir a questão racial nas universidades[369], a produção acadêmica com temática racial[370] visada pelos órgãos de informações através das DSI-MEC. Dentro das universidades[371], lideranças negras que buscaram espaço profissional em estatais vivenciaram a "triagem ideológica", como o ocorrido com o sociólogo Eduardo Oliveira que cursando doutorado na Universidade de São Paulo e desenvolvendo diversos projetos acadêmicos na instituição, sofreu intervenção da ASI/USP com o corte de verba para suas pesquisas, após a delação de um professor da universidade que apontou para a agência os projetos desenvolvidos pelo sociólogo. Sem falar na criminalização da juventude nas periferias, seu encarceramento e extermínio nas mãos de grupos paramilitares como o Mão Branca[372]. Silenciosamente, a repressão os atingia.

No que diz respeito a militantes das organizações negras que buscaram espaço profissional em estatais e vivenciaram a "triagem ideológica", cabe-nos citar o caso de Lincoln Peixoto dos Santos, de acordo com o documento, em 1974 era membro do Conselho Deliberativo da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, um dos responsáveis pelo jornal *SINBA*. Segundo a Informação classificada como documento "secreto", Lincoln era cogitado para o cargo de Telefonista Internacional de Domingo (TID) da EMBRATEL. Passando a

[369]Ver o caso de "Eduardo Judas Barros, natural de Goa (Índia), que em 1977 veio ao Brasil – onde se radicaria – para fazer a pós-graduação em Ciências Sociais na USP sobre a classe média negra no país: Teve o projeto de doutorado censurado por diferentes instâncias dos governos federal e estadual (De São Paulo 1944-2008). Em síntese, no mês de março de 1977, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), via Ministério da Justiça (MJ) em Brasília, solicitou ao governador de São Paulo que intercedesse na ASI-USP para o cancelamento do trabalho, por tratar de assunto que supostamente ameaçava à segurança nacional – Seus estudos tinham como base em especial as produções de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Os referidos órgãos operaram rapidamente interferir na sua vida acadêmica na USP, cancelaram a bolsa da FAPESP e a recomendação para a suspensão da sua pesquisa, "inclusive por tratar de assunto polêmico, suscetível de criar tensões sociais indesejáveis e realmente inexistentes até então", a fim de resguardar, no limite, os "interesses nacionais". Sobre esse e outros casos, ver: TRAPP, R. **A Sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977).** Revista de História, [S. l.], nº 180, p. 1-32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.169268. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/169268. Acesso em: 19 de março de 2023.

[370]Ver: KÖSSLING, 2007. p. 98-99. *Op cit.*

[371]Segundo o historiador Rodrigo Motta, na segunda metade da década de 1970, a ASI/USP se interessou por pesquisas realizadas na universidade de São Paulo sobre a temática racial, criando obstáculos para quem desenvolvesse pesquisa nesse campo, inclusive com o corte de bolsas de estudos.
Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Em especial os capítulos 4 e 5, p. 148-241.

[372]Em 1980, no 1º Congresso da Mulher Fluminense, Lélia Gonzalez denunciava a ação do grupo paramilitar denominado Mão Branca cuja ação desde a década anterior atingia em especial jovens negros. INFORMAÇÃO nº 078 / II. /ARJ/ 80 Data: 24 de junho de 1980. Assunto: 1º Congresso da Mulher Fluminense. Referência: Tlx nº 439/119/ARJ/80, de 14 Mai 8º. Difusão: AC/SNI. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003026_d0001de0001. Ver também: ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2003.

integrar a "relação de servidores mantidos sob acompanhamento". Ao ter seu nome processado, a DSI/MC recebeu os seguintes dados:

> CISA - 'Registra 'LINCOLN PEIXOTO DOS SANTOS, sem dados de qualificação, em 1974 era membro do Conselho Deliberativo da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Em Jan/79 participou como representante do Rio de Janeiro da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial realizada em Jan/79, em Belo Horizonte/MG". DI/DGIE/RJ: "Registra LINCOLN PEIXOTO DOS SANTOS, SDQ, segundo PB nº 034/78 - SI/SR/RJ, datado de 23/01/78, era um dos responsáveis pelo jornal "SINBA", órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, de circulação mensal, com Caixa Postal 627 - Rio de Janeiro/RJ". Foi feito o PB nº 769/79/DSI/MC - Conf., de 03 Dez 79, remetendo os dados acima para essa AC. Através da MSG nº 5545/08/AC/80 - Conf., de 24/04/80 foi respondido que "existem restrições quanto ao aproveitamento de L.P. dos S". **O epigrafado foi liberado com restrição pela DSI/MC, solicitando que o mesmo fosse colocado sob acompanhamento, no entanto, LINCOLN P. DOS SANTOS não chegou a ser admitido na EMBRATEL**[373].

Nota-se que apesar dos cuidados, havia uma certa descrença que a energia jovem naqueles momentos de "vibração indescritível" suscitava. O que em parte fez com que eles "ousassem desconhecer os riscos daquela ação", como afirmou Amauri Mendes. Era o período de abertura política, no entanto, o presidente Geisel não arrefeceu os órgãos de repressão e nem a legislação que lhes davam legalidade. Apesar de todo cuidado da organização, " a polícia paulista colocou forte aparato repressivo para acompanhar a manifestação[374]. Não era **"**paranoia"! Havia de fato uma preocupação dos militares e das elites com um possível conflito racial no Brasil e da infiltração do tema nos diversos setores da sociedade. Esse temor consta tanto nas narrativas de militantes negros[375], dos documentos dos órgãos de vigilância e repressão, quanto da grande imprensa. Assim, matérias de jornais e revistas, livros, fotografias que eram anexadas aos documentos enviados pelas agências ao SNI constituíam provas para a elucidação dos fatos narrados, que comprometiam e criminalizavam os indivíduos[376]. Alguns daqueles militantes já eram servidores públicos,

---

[373]Informação nº 606/80/DSI/MC. Data: 30 de outubro de 1980. Assunto: Infiltração Comunista nos diversos setores de atividade 3.3. Referência: a) PNI (Período até 30/10/80) b) Inf. nº 237/80/DSI/MC – SEC., de 30/04/80 (Período anterior). Difusão atual: AC/SNI. Grau de sigilo: Secreto. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012997_d0001de0001%20(1). pdf. Grifo nosso.

[374]PEREIRA, Amauri Mendes. 2008, p. 61. Op cit.

[375]É possível encontrar relatos de militantes negros sobre o medo da repressão em ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007

[376]A informação traz anexado o livro de mesmo nome. De acordo com o agente: "O livro anexo está sendo vendido em atos públicos, no Rio de Janeiro, por membros do IPCN - Instituto de Pesquisas da Cultura Negra e por elementos engajados no "movimento negro". Seu autor, Leontino R.B. MASSOT, não registra antecedentes neste Centro. Relata fatos vinculados à independência do Brasil de forma distorcida e mentirosa, fazendo proselitismo do racismo negro". Informação nº. 0389/CISA. Origem: CISA-RJ/SNI-Grau de sigilo: Confidencial.

como no caso do Benedito Sérgio e do Yedo Ferreira[377] - que em trabalho anterior nos relataram suas preocupações com a repressão-, outros, uma vez formados na década de 1980, viriam a prestar concurso público, correndo o risco de mediante a "triagem ideológica", terem analisados nos prontuários, os seus dados biográficos.

Como bem informou Carlos Fico (2013, p. 478-480), durante a ditadura houve muitas situações de pessoas que foram prejudicadas e sequer tomaram conhecimento, uma vez que se criou a ideia de que as vítimas da ditadura se encontram exclusivamente entre os militantes de esquerda que foram presos e torturados. De acordo com o historiador, diante das especificidades da ditadura no Brasil, aqui, as vítimas podem ser encontradas em grande parcela da sociedade, cuja documentação está nos arquivos à espera de pesquisa. No caso do movimento negro, muitos militantes constam desses arquivos[378]. Apesar dos riscos, junto a juventude negra universitária e aos demais militantes, o movimento negro foi de fato "explosivo e aglutinador". De acordo com um agente:

> Hoje, o Movimento Negro está disseminado por todo o País, tendo que o considerar não possuidor, ainda, de uma estrutura consistente, nem, tampouco, de uma política unificada. Exceção a esta afirmativa é o Movimento Negro Unificado (MNU), organismo em atividade desde 1978, e, atualmente, estruturado em diversos Estados, com uma atuação efetiva e uma programação de eventos regulares[379].

Da "meia dúzia de gatos pingados", relatados no documento de 1987[380], documento de 32 páginas, historiciza e lista os organismos e lideranças do movimento negro constando em dezessete Estados do país, e complementando ainda uma relação das publicações de entidades negras no Brasil. Em outro documento datado de 1986, informa os grupos, entidades e

---

Assunto: A história da independência do Brasil contada pelos negros. Data: 9 de julho de 1980. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80008969 - Dossiê

[377]Afirmativa de Benedito Sérgio e Yedo Ferreira em entrevista feita em 2014 por essa pesquisadora para trabalho anterior.

[378]Durante nossas pesquisas no fundo SNI, encontramos registros de muitas lideranças do movimento negro. Pessoas como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Carlos Alberto Medeiros e Abdias do Nascimento somam uma grande quantidade de informações. Os arquivos do DOPS também registram militantes do movimento negro.

[379]ACE nº 0602234. Grau de sigilo: Confidencial. Data: 6 de janeiro de 1987. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.pdf.

[380]A partir dos anos de 1980, boa parte dos documentos já não trazem registro das agências de origem. ACE nº060234-87. Data: 6 de janeiro de 1978. Grau de sigilo Confidencial. O documento lista organizações negras nos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Amazonas e Rondônia. Lista junto as organizações, seus endereços, históricos e lideranças. Na maior parte dos Estados esta registra o MNU. Rio de Janeiro e São Paulo tem registrados o maior número de organizações: sessenta e sete por toda São Paulo e 26 no estado do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.pdf.

associações do Movimento Negro que atuavam na "área B7J", que compreendia os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Registrando os grupos "de nível de atuação muito reduzido", "de nível de atuação reduzido" e os "de nível de atuação mediano". Os agentes alegavam:

> Na área abrangida por este órgão - RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO - existe um elevado número de entidades e associações voltadas para o problema do negro na sociedade brasileira; para a manutenção e difusão das culturas, costumes e religiões negras e afro-brasileiras; e para a defesa dos direitos dos negros. Tais órgãos, são criados com finalidades culturais, com pequeno número de adeptos, sem estrutura, sede e estatutos[381].

Apesar das classificações, o documento registra vinte e sete grupos, sendo que parte deles com Estatuto registrado conforme consta em documentos anteriores. Entre essas instituições, as consideradas naquele momento de atuação mediana: o IPCN, o Grupo de União Conscientização Negra (GRUCON) e o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo (Gran Quilombo) fundado pelo compositor e cantor Antônio Candeia Filho[382]. Também estão registrados os "órgãos de comunicação que se ocupam em divulgar as atividades do Movimento Negro: *SINBA, JORNEGRO, TIÇÃO e EMANCIPADOR*, distribuídos na área do Rio de Janeiro pela Cooperativa Mista de Comunicação e da Imprensa Alternativa (COOMCIMPRA)"[383]. Sendo a imprensa um dos principais canais de formação/informação da opinião pública, havia por parte do SNI a preocupação com a imprensa negra e com o que era publicado sobre racismo/preconceito racial na grande imprensa. Dessa preocupação provém a censura sobre o tema nos meios de comunicação e a orientação dos agentes de proibir o tema também nos livros escolares, conforme orientava o Ministério da Aeronáutica, através do CISA:

> Este Centro julga oportuno proibir à imprensa de veicular quaisquer notícias, pesquisas, debates, etc., que tenham a ver com "racismo", "preconceito racial", "discriminação racial", etc. Medida paralela também deveria ser tomada quanto a pronunciamento desse assunto / por parte de autoridades, professores e religiosos, ou

[381]ACE nº 13532/86. Assunto: Movimento Negro Brasileiro. Grau de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_86013532_d0001de0001

[382]Na ressurgência da militância antirracista em meados da década de 1970, o compositor e cantor Antônio Candeia Filho, criou o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo. Sobre o processo de fundação e a importância do GRANQuilombo. Ver: GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos, 1982. *Op cit.* TREECE, D. Candeia. **O projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, *[S. l.]*, nº 70, p. 166-188, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i70p166-188. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/149938. Acesso em: 12 março de 2023.

[383]ACE nº13532/86. Data: 21 de agosto de 1986. Grau de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_86013532_d0001de0001.pdf. Os grifos do documento.

> a inclusão de temas raciais nos enredos de novelas radiofônicas ou audiovisuais, literatura para jovens, novelas em quadrinhos, etc[384].

Na perspectiva dos agentes, havia aí a incitação ao ódio e a discriminação racial, agravado o "crime" quando o assunto era divulgado na imprensa. Por isso a LSN era sempre acionada pelos agentes na perspectiva de criminalizar com base na lei os infratores. Os meios utilizados pelo movimento negro para a propagação de ideias subversivas e para a arregimentação das massas eram as reuniões, os encontros nos centros de luta do MNU, os debates, seminários, simpósios, as conferências, os congressos, as publicações na imprensa negra e sempre que possível, entrevistas dadas pelas lideranças à grande imprensa, que em grande parte assustava-se com o avanço do movimento, acusando-o de "racista às avessas" porque a direita e a esquerda a sociedade ainda evocava o mito. No teatro popular a denúncia do racismo no Brasil era protagonizada pelo Grupo Evolução, pelo Centro de Cultura e Artes Negras – CECAN e pelo grupo Rebu que figuraram fácil nas agências de vigilância e nos arquivos do SNI[385], e ainda no Departamento de Polícia Federal quando seus trabalhos e apresentações eram censurados pela Divisão de Censura de Diversões Públicas-DCDP/DPF. Aconteceram por todo país a Semana de Conscientização do Negro, os Encontros Estaduais de negros, os Encontros de Profissionais Liberais negros, os Encontros de Entidades Negras e Cultura Negra, os encontros para apresentar a História do Brasil contada pelos negros, os seminários para discutir o racismo e as relações raciais no Brasil, seminários sobre direitos humanos, ecológicos e o racismo, ciclos de palestras sobre a História da África. Encontros para debater a questão do menor abandonado, da mulher negra, Projeções de filmes sobre a questão racial.

Multiplicaram-se país afora os Centros de Cultura Negra e os Centros de Estudos Afro Brasileiros; os coletivos universitários, tendo como precursor, no Rio de Janeiro, o Grupo de Trabalho André Rebouças - GTAR, criado por Beatriz Nascimento; as celebrações alusivas ao 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A Igreja Católica também não ficou imune a emergência do movimento negro[386]. Com um papel de extrema importância na luta pela

---

[384]Informação nº 482/CISA. Ministério da Aeronáutica RRN- Gabinete Do Ministro — C IS A — 1 Data: 01 de setembro de 1973. Difusão: SNI/AC - CENIMAR - CIE - DSI/MJ; - ClSA-BR- Ministério da Aeronáutica Gabinete do Ministro. Arquivo Nacional, Fundo SNI. BR DFANBSB VAZ.0.0.31748.

[385]Informação nº 580/19/AC/78. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: AC/SNI. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: SNI BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.

[386]ROCHA, José Geraldo da. **Teologia & negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros.** Santa Maria- RS: Gráfica Editora Pallotti, 1998; PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008; RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia,

defesa dos direitos humanos, através dos Agentes de Pastorais Negros, os padres e as lideranças dos APNs, atuaram de forma incisiva na luta antirracista e por isso, também mereceram atenção por parte das agências do SNI[387]. O Catálogo de Entidades do Movimento Negro, produzido pelo Programa Religião e Negritude Brasileira, do ISER, em março de 1988, no ano do centenário da abolição listou 573 grupos, constando endereços e nomes dos responsáveis. Agora as organizações do movimento negro eram listadas como Entidades/Grupos atuando no Brasil no Combate ao Racismo, listadas suas vinculações e o campo de atuação de acordo com as informações dadas pelos próprios ativistas. Não mais como entidades que incitavam o racismo negro, tema comum nos dossiês do SNI e suas agências. Porém, essas seguiam assustadas.

> Evidenciou-se em cada dia **uma movimentação surda, lenta e gradual, mas firme** e decidida no sentido de mudar profundamente todo o lastro cultural brasileiro sobre o homem de cor. Essa mudança está sendo manipulada por um grupo de intelectuais, sociólogos e estudiosos do assunto. Acham que tem de haver uma alteração radical na cultura nacional, posto que, segundo dados da OINC, a população do BRASIL é composta, no seu todo, de mais de 50% de negros (...). Afirmam inclusive que o negro no BRASIL é simplesmente manipulado e relegado a segundo plano, formando-se grupos de cidadãos de segunda classe no contexto social da Nação; que o BRASIL é a maior nação africana fora da ÁFRICA; que o negro brasileiro construiu o País econômica e culturalmente; e que o negro precisa despertar como ser político, com reivindicações específicas, pois continua sem representatividade e sem voz. Enfim, tenta-se com tais movimentos e afirmações formar uma conscientização nacional de que o negro é diferente, provocando e criando no seio da sociedade brasileira um clima de separatismo entre irmãos, com o surgimento lento e gradual de forma sub-reptícia de um racismo deliberado e indesejável. **Não se deve permitir que surjam afirmações tais como a de que "um legítimo governo de maioria no BRASIL teria de contar essencialmente com a presença marcante do negro"**[388].

A partir de 1978, com maior politização e organização do movimento negro, adentrando pela década de 1980, o período foi tão profícuo para este movimento social quanto para o SNI que demandou muitos registros das organizações negras, em especial a partir da criação do MNU. A inserção política do movimento negro gerou maior mobilização e organização para atender as suas demandas, sendo possível a criação de secretarias, fóruns, conselhos, aliados aos seminários, congressos, enfim, muita coisa relacionada ao movimento

---

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi: 10.11606/D.8.2009.tde-29102009-170307. Acesso em: 14 de abril de 2019.

[387]JESUS, Marize Conceição. Os estreitos laços entre a Igreja Católica e o movimento negro em tempo de repressão e autoritarismo. In: **Anpuh- Brasil- 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro,** 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628787913 Acesso em: 15 de novembro de 2021.

[388]Informação 1031/119/ARE/78. I Encontro da Cultura Negra Brasileira - Natal/RN. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000177_d0001de0002.pdf. Grifo nosso.

negro pelo país afora. Em todo o seu processo, o movimento negro contou com o protagonismo da mulher negra. A ação de lideranças femininas como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Teresa Santos e outras mulheres que "chegaram junto", teve importância fundamental nesse processo de construção da luta do movimento negro. Como veremos, a atuação dessas mulheres não passou despercebida do SNI uma vez que foram também monitoradas pelos órgãos de vigilância e repressão tanto motivados por suas atuações como militantes da luta antirracista, quanto por somarem a essas, suas participações nas lutas revolucionarias de esquerda.

Com o fim da luta revolucionária das organizações da esquerda e com o processo de abertura política, houve uma busca de seus dissidentes por outros espaços de atuação política, procurando "construir uma viabilidade legal, pública, não clandestina de luta política; e orientada por políticas novas, distintas das que haviam animado a experiência armada"[389]. Muitos militantes da esquerda somaram suas experiências à luta antirracista, contribuindo para a ampliação da luta do movimento negro que se insere nos esforços pela redemocratização do país. Essa virada da esquerda, possibilitada pela criação do MNU, deu forma às divergências existentes no interior do movimento negro e demandou novas organizações negras. Com o crescimento dessas organizações, diversificaram-se também as estratégias de atuação[390]. Setores do movimento negro vão construir espaços de interlocução com o poder público, criando órgãos governamentais para tratar das bandeiras de luta do movimento quando algumas lideranças alcançam cargos públicos para implantação de políticas públicas para a comunidade negra.

De acordo com Pereira[391], com o fim do bipartidarismo cresce no seio de parte do movimento negro as perspectivas de avanço de suas bandeiras de luta via inserção de lideranças negras nos partidos políticos e demais movimentos sociais o que também foi problema para as agências de informações. As bandeiras defendidas pelo movimento negro, contempladas no programa mínimo do MNU, deram o tom da luta política partidária a partir dos anos de 1980. Amauri Mendes deu o tom do que ocorrera naquele momento:

> A incontrolável ofensiva dos anos anteriores disseminara a luta contra o racismo por todos os setores da sociedade, tornara-se voz corrente que colocava em xeque o mito da democracia racial. Num pique vertiginoso, haviam-se multiplicado grupos e entidades negras em todas as partes do país, com o objetivo declarado de lutar contra o racismo. Conseguiram desencadear entusiasmada propaganda contra a

[389]ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 20.
[390]Ver Pereira, 2010; Hanchard, 2001, Pereira, 2013.
[391]PEREIRA, op. cit., 2013.

> discriminação racial de uma forma inédita. Solenidades e eventos maiores em datas significativas eram realizados coletivamente e com sensível carga emocional. Criou-se um corpo de linguagens e procedimentos próprios a partir das matrizes africanas, com a contribuição também de referenciais históricos e o acúmulo de experiências "afro-brasileiras" - estes eram os conteúdos fundamentais da construção de uma nova "consciência negra", que, aos poucos, se irradiaria fortemente sobre toda a sociedade[392].

As ações do movimento negro e suas lideranças no processo de resistência à ditadura e nas lutas pela redemocratização do país foram seguidas de perto pelas agências de vigilância que encaminhavam inúmeros documentos ao SNI[393], onde a presença do movimento negro sempre denunciando o mito da democracia racial, se faz uma constante, seja nas lutas operárias, nos movimentos de bairro, pelo direito à moradia, nas lutas contra a carestia, pelo fim da censura, nos movimentos eclesiásticos, no movimento pela anistia política, participando do movimento pelas eleições diretas e no processo de elaboração da nova constituinte. Em todas as instâncias sempre pautando o racismo institucionalizado no Brasil, deixando antever que este, enquanto pilar ideológico que amparava o regime tinha que ser combatido pela sociedade brasileira, mostrando que redemocratizar o país significava a construção de uma democracia racial de fato. No que tange a esse momento, num longo registro sobre a história do movimento negro no Brasil, que chegou ao SNI, o agente discorre sobre essa inserção política do movimento negro[394].

> Hoje, o Movimento Negro está disseminado por todo o País, tendo que o considerar não possuidor, ainda, de uma estrutura consistente, nem, tampouco, de uma política unificada. Exceção a esta afirmativa é o Movimento Negro Unificado (MNU), organismo em atividade desde 1978, e, atualmente, estruturado em diversos Estados, com uma atuação efetiva e uma programação de eventos regulares. Outrossim, ao se constatar que o Movimento Negro, em termos estruturais, está em um estágio embrionário, deve-se ter em mente a contraposição expressa no número de entidades presentes no cenário nacional - que já somam algumas dezenas (Z7: "A") - apresentando, hoje, uma tendência de se aglutinarem, em razão da Assembleia Nacional Constituinte, a exemplo do ocorrido nas eleições de nov. 78, quando aprovaram o voto racial, como forma de eleger candidatos negros e comprometidos com a sua etnia. Confirmando o exposto acima, tem-se, recentemente, a realização de encontros, congressos estaduais e a convenção nacional das comunidades negras, que procuraram concentrar os debates em torno da Carta Magna e da conduta desejável para os representantes constituintes. De modo geral, nos encontros que antecederam a Convenção Nacional do Negro, realizada em BRASÍLIA/DF, nos dias

[392]PEREIRA, op. cit., 2010, p. 66.
[393]Informação nº 245/A-2/IV COMAR. Assunto: Movimento custo de vida. Data: 11 de setembro de 1978. Grau de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_VAZ_0_0_30135_d0001de0001.pdf.Informação nº 1072/S-102-A11-CIE. Assunto: Movimento de Anistia - MFPA e CBA. Data: 29 de agosto de 1978. Grau de sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114085_d0001de000. p. 47-48/ 50-51.
[394]ACE nº 0 6 0 2 3 4 87. Data: 6 de jan. 1987. Grau de sigilo Confidencial. Assunto: Movimento negro no Brasil Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.

> 26 e 27 ago 86, as propostas ocuparam um campo bem mais amplo, no sentido sócio-político, do que poderia se depreender, ao se considerar, exclusivamente, a motivação étnica. Assim, tem-se a apropriação de "bandeiras", tais como Reforma Agrária; demarcação de terras indígenas; educação gratuita para todos os níveis; apoio a todas as reivindicações do Movimento Operário Sindical; e eleições diretas para Presidente da República. (...). No entanto, o que vem chamando a atenção é a mobilização de organismos políticos e religiosos em torno da causa negra, como a maioria dos tradicionais partidos (PMDB, PTB, PCB e PC do B) e a Igreja Católica, através das Comissões Pastorais (CP), que buscam, naquela, uma argumentação e uma justificativa doutrinária para uma atuação com fins eleitorais e ideológicos. Estreitamente relacionado a este fato estão os segmentos políticos de orientação marxista-leninista que, em função da "bandeira" da discriminação racial, inserem o princípio da luta de classes, ou mesmo, a recente proibição, pelo Cardeal Dom EUGÊNIO DE ARAÚJO SALLE5, da realização do III Encontro Nacional de Religiosos e Padres Negros, no RIO DE JANEIRO/RJ, já objetivando minimizar a atuação da ala " progressista" da Igreja em um debate por si só polêmico. Ainda, dentro do âmbito político, nota-se que o Movimento Negro tem procurado orientar sua correspondente etnia a se aglutinar em torno de candidatos comprometidos com os anseios do segmento, conduzindo, à arena legislativa, lideranças, como o atual Dep. Fed. ABDIAS NASCIMENTO (PDT/RJ), que tem procurado defender, de todas as formas, a causa negra, e, principalmente, representá-la junto à Assembleia Nacional Constituinte[395].

No campo social, o movimento negro conseguiu inserir suas lutas nas lutas mais amplas dos movimentos sociais. No entanto, mesmo com as conquistas de parte significativa de suas bandeiras de luta, garantidas na Constituição de 1988, o Estado brasileiro alimentado pela força do mito, se manteve resistente frente as demandas desse movimento social, cuja conquista de direitos no campo legal, não significou a garantia de mudanças na práxis das relações institucionais, uma vez que "o mito da democracia racial foi oficialmente deslegitimado, porém permanece uma realidade no corpo institucional de todo o país"[396]. Isso

[395]ACE nº 0 6 0 2 3 4 87. Data: 6 de janeiro de 1987. (Grifos do documento). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.

[396]SANTOS, Márcio André de O. dos, Política Negra e Democracia no Brasil Contemporâneo: Reflexões Sobre os Movimentos Negros. In: **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil.** PAULA, Marilene de, HERINGER, Rosana (Orgs.). Fundação Heinrich Böll e ActionAid, Rio de Janeiro, 2009. p. 228. Vale lembrar que independente do contexto ideológico, a ideia da miscigenação, da democracia racial está, no correr da república entranhada nos discursos dos governantes, ainda que diferindo nas perspectivas de cada um em relação as iniciativas políticas que possam de fato construir relações raciais democráticas ou não. Como exemplos, é possível citar a fala do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), divulgada na grande mídia, sobre sua origem racial alegando "ter um pé na cozinha" ou sobre ser "um mulatinho"; Fonte: Folha de S. Paulo - FHC se diz mulato com 'um pé na cozinha' - 31/5/1994 (uol.com.br) . Acesso: 15 de fevereiro de 2022. O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em Copenhague-Dinamarca, 02 de outubro de 2009: "Somos um povo apaixonado pelo esporte, apaixonados pela vida. Olhando para os cinco aros do símbolo olímpico, vejo neles meu país. Um Brasil de homens e mulheres de todos os continentes: americanos, europeus, africanos, asiáticos, todos orgulhosos de suas origens e mais orgulhosos de se sentirem brasileiros. Não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado. É o que faz nossa identidade. Digo com toda franqueza: chegou nossa hora. Chegou"! Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Discursos_Presidente_Lula_2009_10.pdf. Acesso: 15 de fevereiro de 2022. E ainda o discurso do presidente da extrema direita (2018-2022) na reunião do G20, que durante seu governo o racismo aflorou de forma que as pessoas deixaram de "ter preconceito", como afirmara Florestam Fernandes no livro "O negro no mundo dos brancos", p. 23-25. Fonte: Bolsonaro diz que tensões entre

porque o Estado, mediante sua face conservadora, seguiu criando mecanismos para que não ocorresse a efetiva concretização dos direitos conquistados pelo movimento negro, pois como bem resumiu o escritor Éle Semog:

> O tempo para a implementação pelo governo da conquista obtida no campo da luta democrática, possibilita, por muitos meios, que a materialização dessa conquista vá sendo desgastada com a utilização de diversos recursos que os setores hegemônicos detêm, nos três níveis de poder do Estado[397].

A ditadura militar desviou o curso das lutas dos movimentos sociais no Brasil que vinham num crescente desde os anos de 1940/50. No entanto, em função do hiato forçado pelo golpe civil militar e pela ditadura militar que dele resultou, também os fortaleceu na medida em que a repressão obrigou a própria sociedade civil a se reorganizar e a criar estratégias de enfrentamento à ação imposta como ocorreu com os novos movimentos sociais, em especial aqui, o movimento negro contemporâneo e sua imprensa. Ao invés de intervir no MN diretamente, como sugeriram ou orientavam alguns dos agentes dos órgãos de vigilância - certamente mais alinhados à linha dura -, os militares optaram por vigiar e reprimir seus ativistas por meio da adequação das leis, de medidas judiciais ou jurídicas que garantissem o controle social deste grupo, usando como método, "soluções harmônicas e equilibradas"[398], uma ação racional como forma de garantir a segurança nacional, como orientava os princípios da DSN. De certo que o movimento negro, bem como os movimentos sociais daquele período e a sociedade em geral, viveu uma liberdade vigiada, tal qual imposto pelo AI-5 com base no Artigo 5º. Manter a sociedade sob vigilância era uma das principais medidas de segurança e da garantia da lei e da ordem.

Os impedimentos políticos, econômicos e ideológicos do governo militar, lhe impuseram a estratégia de não intervenção pública e direta de repressão ao movimento negro, mantendo-o sob liberdade vigiada. Foi sobre esse pano de fundo que o movimento negro cresceu por todo o país, contrariando o mito e afirmando politicamente sua identidade negra com base nas culturas africanas, exigindo o direito a igualdade na diferença e expondo a política ideológica do regime militar, a intensidade da luta obrigou os militares a reafirmar

---

raças no Brasil são importadas e alheias à nossa história | Jornal Nacional | G1 (globo.com) 21/11/2020. Acesso: 17 de novembro de 2020.

[397]SEMOG, Éle. **A galinha garnisé e outros Eusébios de Queirós: racismo na sociabilidade brasileira.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020, p. 96.

[398]Lagôa, 1983, p. 12. *Op cit.*

insistentemente a ideia de democracia racial que o movimento negro vai consolidar internacionalmente como um mito.

O processo de abertura onde se reconstruiu o movimento negro foi conduzido pelos governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, ambos com relações intrínsecas ao SNI uma vez que fizeram suas carreiras políticas dentro do órgão. Assim o período de abertura política de caráter lento, gradual e restrito, não significou o fim da repressão contra os movimentos sociais. Não à toa, as organizações negras e suas lideranças seriam vigiadas até o total desmantelamento do SNI que resistiria agonizante até 1992[399].

[399]O SNI foi dissolvido pela Medida Provisória n°. 150 de 15 de março 1990, assinada por Fernando Collor de Melo, pelo primeiro presidente eleito pós ditadura militar.

3 O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS SOB VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

> Através de organização de mobilização das massas femininas negras, adquirindo potencialmente a consciência de explorada, impondo nossos valores, fortalecendo os Movimentos Negros e Femininos e atuando em todos os Movimentos Sociais existentes, é que se dará a transformação, e a mulher negra emergirá lúcida, inteira. O efeito da anestesia está passando[400].

Como apresentado no início do capítulo, os anos finais da década de 1970 e toda década de 1980 foram muito profícuos tanto para o movimento negro quanto para o SNI, que demandou muitos registros sobre as organizações deste movimento social: criação de secretarias, fóruns, conselhos, cursos e seminários país afora. As ações de mulheres negras, lideranças deste movimento, como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, dentre outras, emergiram destas lutas e sua organização e mobilização, também não passaram despercebidas. O movimento de mulheres negras (MMN) e suas lideranças, em cada estado e cidades do país, foram registradas em informes e informações dos órgãos de vigilância e repressão do SNI. A vigilância se deu, em função do papel desempenhado por elas na construção das organizações do movimento negro, e a partir daí, na ampliação da luta antirracista com a construção de coletivos de mulheres negras feministas. Desse lugar, surgiu o feminismo negro que se ampliou e fortaleceu por todo o Brasil. A "anestesia" causada pela falsa democracia racial, injetada na sociedade brasileira causava seu último efeito, dando lugar ao avanço e ampliação da luta do movimento negro, demarcado pela ação política das mulheres negras. No caso das organizações dessas mulheres, como os registros são, em sua maioria, da década de 1980, muitos deles não vêm com as devidas especificações e anotações das agências, em função do momento político pelo qual o SNI vinha passando, por conta da abertura política no país.

A vigilância constante sobre essas mulheres, líderes nas suas organizações, demonstra que apesar da abertura política e das discussões que geraram a crise sobre o SNI, suas agências seguiam trabalhando. As organizações das mulheres negras eram criadas e na mesma medida, os órgãos do SNI seguiam registrando seus encontros e suas atividades, buscando informações sobre as que exerciam lideranças. Boa parte dessas mulheres, como era característica do movimento negro, eram jovens em processo de formação acadêmica. Muitas delas já com carreiras reconhecidas como era o caso de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Algumas tinham passagem em organizações de esquerda, ou no movimento estudantil, sendo já reconhecidas pelos órgãos de vigilância e por vezes pela polícia política. O que lhes

[400]Jornal *SINBA* - Ano III Rio de Janeiro, março de 1980 n° 4. p. 4.

conferia de antemão também, sob a ótica das agências, o título de comunistas, subversivas, infiltradas nas organizações negras.

3.1 **Subversivas, comunistas, infiltradas nas organizações negras**

"Lélia de Almeida Gonzalez é conhecida militante do movimento negro e do movimento de mulheres negras". É com essa singeleza que Lélia se apresenta no livro Lugar de Negro[401] e é assim que ela é descrita inicialmente pelos agentes de vigilância. Só que aos olhos das agências não há singeleza em Lélia. Sua formação acadêmica, toda sua participação em mesas, conferências, seminários, palestras, as falas contundentes da ativista são descritas nos documentos. O posicionamento político, bem como seu envolvimento com o Partido dos Trabalhadores e com Benedita da Silva, está devidamente registrado. A relação de Lélia com o movimento feminista, as entrevistas a grande imprensa e a imprensa alternativa, o trabalho incansável no movimento das mulheres negras, os eventos, tudo o que diz respeito à luta do movimento negro e das mulheres negras, consta registrado o nome de Lélia Gonzalez.

A presença forte e assídua de Lélia foi percebida pelos militares, em especial a partir da criação do MNU. Passou a ser liderança reconhecida, junto a Abdias Nascimento, nos dossiês sobre o movimento negro, construído pelas agências a partir de 1978, como já apontamos. A partir de então, a figura expressiva de Lélia vai constar nos documentos do SNI sempre que o assunto movimento negro estiver em pauta. Outra definição de Lélia foi enviada pela AC/SNI que solicitou, em 20 de março de 1979, uma Informação sob o título "Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) Lélia de Almeida Gonzalez". Os militares queriam registrado os antecedentes daquela liderança. A Informação enviada neste documento sobre Lélia já havia sido solicitada pouco antes. Assim, outro documento, datado de 13 de março, do referido ano, partido do Infão nº 018/119/ARJ/79, de 22 de fevereiro de 79, traz o registro sobre Lélia, motivado, quando na ocasião, ela havia indicado a professora Vera Mara Bragança Teixeira para lecionar Filosofia na Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica-SESAT, em Botafogo. Nos dois documentos as informações:

---

[401]GONZALEZ, Lélia e Hasenbalg, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

> 1. Lélia de Almeida Gonzalez, Professora de Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro, de grande influência, da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), entidade contestatária que se caracteriza pelas atividades que vem desenvolvendo para incentivar conflitos de racismo negro no BRASIL, seguirá para os ESTADOS UNIDOS, no próximo dia 31 Mar 79, onde durante o mês de Abr. 79, fará conferências nas Universidades de NEW YORK, PENSILVÂNIA e CALIFÓRNIA sobre os temas "A Mulher Negra na Força do Trabalho" e "As desigualdades Raciais no BRASIL". 2. Sobre a nominada, esta Agência Central possui mais os seguintes dados: a. Mantém ligações com o Centro Brasil Democrático (CEBRADE), organização de base do PCB, através de MARIA DO ESPÍRITO SANTO TAVARES SANTOS, funcionária da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Niterói/RJ. b. Professora da Escola de Artes Visuais do PARQUE LAGE, pertencente ao Governo do Estado do RIO DE JANEIRO. c. Está ligada às seguintes ativistas do MNUCDR: VERA MARA BRAGANÇA TEIXEIRA (Professora de Filosofia na Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT, localizada na Rua General Severiano n° 159, Botafogo - RIO DE JANEIRO/RJ) e MIRNA GRISE (Da TV Educativa de SÃO PAULO/SP). e. Pertence à Diretoria do Grêmio Recreativo de Artes Negras e Escola de Samba Quilombo. (GRANES QUILOMBO), rua Curipé nº 65, Coelho Neto - RIO DE JANEIRO/RJ[402].

Como já previsto no documento citado, a DSI/MRE não deixou de registrar qualquer possibilidade de viagens de brasileiros ao exterior. As viagens de Lélia também não passaram despercebidas. Ela conseguiu o visto para viajar aos EUA, e nas cidades grifadas no documento ela faria conferências sobre o tema: "Mulher Negra na Força do Trabalho" e "As desigualdades Raciais no Brasil"[403]. Ainda sobre o registro de suas viagens, o nome de Lélia aparece no documento sobre a viagem que alguns militantes negros fizeram ao Senegal para participar do Festival Pan-africano das Artes e Culturas Negras em abril e maio de 1987[404]. Além de Lélia Gonzalez, o documento citado traz os antecedentes de Regina Célia Lopes e Vera Mara Bragança Teixeira. Sobre Vera Mara, pode-se também verificar outro documento contendo informações sobre o ativismo da militante no MN e sua ficha de antecedentes[405]. Em geral, as mulheres que estavam envolvidas na organização de eventos e na fundação de instituições foram citadas em diversos documentos do SNI. Outras mulheres que estiveram sob a mira do SNI e atuaram no movimento de mulheres negras, consta na premiada pesquisa

[402]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001151_d0001de0001. Informação nº 0131/19/AC/79. Data 28 de março 79. Origem: PRG 4794/79 (ARJ/SNI). Difusão: CH/SNI. p. 1-9. Grifos do documento.

[403]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79000274/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79000274_d0001de0001. Informação nº 026 /119 /ARJ/79, de 13 de março de 79, p. 2-9.

[404]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87061420_d0001de0001. Informe nº 078/87- DSI/MRE, de 3 de abril de 87, sob o assunto: Festival Panafricano das Artes e Culturas. Seminário Preparatório. Participação de brasileiros. Origem Embaixada do BRASIL em DACAR. Difusão: SNI/AC, p. 1-9.

[405]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_80000864_d0001de0002. Informação nº 0408/01/79/ CI/DPF. Assunto: Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Origem: AC/SNI. Difusão Anterior: CIE 7CISA – CENIMAR, p. 63.

da historiadora Tauana Olívia Gomes Silva[406], dentre elas, referências como Neusa Maria Pereira, Edna Maria Roland e a Diva Moreira.

A historiadora focaliza as trajetórias da militância política de mulheres negras nos movimentos de esquerda que lutaram contra a ditadura militar e são pouco consideradas pela historiografia. Para ela, a presença ativa dessas mulheres nessas organizações estava relacionada ao fato de que se viam representadas na ideologia e propostas políticas dos movimentos de esquerda. Escolarizadas, boa parte delas universitárias, viam a luta nas organizações de esquerda como forma não só de enfrentamento a repressão imposta pós-golpe militar, mas como forma de mudança na estrutura da sociedade brasileira. Portanto, o propósito do movimento negro e do movimento de mulheres negras sempre esteve engajado nas outras tantas lutas coletivas contra a ditadura, uma das razões para esse movimento se tornar alvo do SNI. Decerto, que na construção do MN e do MMN, foi possível a troca de experiências a partir de suas atuações nos movimentos de esquerda, onde, ao se colocarem como protagonistas nos diversos movimentos sociais conseguiram também, uma vez na luta do movimento negro, contribuir para a interseção do movimento de mulheres negras com o movimento feminista. Isso porque "inúmeras negras que atuaram no processo de reabertura democrática, de fato, conheceram-se e se constituíram como militantes principalmente nas organizações de oposição ao governo autoritário instalado em 1964"[407].

O fato é que historicamente, as mulheres negras sempre atuaram como sujeito político[408] e com a abertura política, a retomada do MN teve em sua gênese como um de seus pilares, a forte atuação das mulheres negras. A presença dessas mulheres se fizera sentir na imprensa negra desde os jornais do início do século XX, "onde tiveram papel significativo, colaborando com sua produção intelectual"[409] o que se tornou ainda mais frutífero na imprensa negra contemporânea. Essa presença está marcada no jornal SINBA que ao "provocar" as mulheres negras no editorial "A omissão das mulheres negras"[410], viu emergir guerreiras como Suzete de Paiva, Denise Barbosa, Pedrina de Deus, Léa Garcia, que

---

[406]SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985).** (Tese de Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
[407]Silva, op. cit., 2019, p. 20.
[408]Sobre a atuação política de mulheres negras no princípio do século XX ver: DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil.** Cadernos Pagu, Campinas, vol. 28, 2007, p. 345-374.
AMORIM, Bianca. **As presenças de mulheres negras na Imprensa Negra Paulistana (1907-1929).** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação, Cultura e História da Educação. Faculdade de Educação-USP, 2022.
[409]AMORIM, 2022, p. 65.
[410]*Sinba*, Ano I, nº 1, 1977, p. 3.

empunharam a lança da palavra na defesa dos direitos das mulheres negras, escrevendo artigos consistentes para o jornal e atuando no MN.

Na imprensa negra, Neusa Maria Pereira[411], inaugurou no jornal *Versus* aquele que seria o espaço de divulgação das lutas negras e de discussão do MNU recém-constituído. Foi quem logo em seu artigo inaugural, denunciou a discriminação racial em relação às mulheres negras. A seção *Afro-Latino-América*[412], nascida deste jornal, contou com a coragem da jornalista que ao denunciar a situação da mulher negra na sociedade brasileira, iniciou "um projeto político de resistência ao regime militar e de denúncia do racismo, principalmente no âmbito da desmistificação da ideologia da democracia racial"[413]. O jornal Versus e a seção *ALA*, para Neusa Pereira foram mais que um espaço profissional, lugar de militância política. A atuação no jornal despertou em Neusa Pereira o interesse pela proposta socialista-trotskista, passando a atuar junto com seus companheiros do jornal *Versus* e do *ALA* na Convergência Socialista. Este foi o motivo pelo qual se viu envolvida na rede do SNI, diante do processo de vigilância e repressão sofrido pelo jornal *Versus* e seus companheiros de redação. Algumas mulheres negras atuaram no movimento estudantil, como foi o caso de Diva Moreira[414], que foi também militante do PCB. Em função dessa militância, por toda década de 1970, sofreu repressão e esteve sob vigilância constante. Tivemos acesso ao Informe, datado de 5 de

[411]Neusa Maria Pereira (São Paulo, 24 de agosto de 1948) é uma jornalista brasileira, fundadora e co-fundadora de movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), e um dos principais nomes do feminino negro do País. Como forma de reconhecimento, foi criado o prêmio Neusa Maria de Jornalismo, destinado a profissionais da mídia negros e/ou trans. Em 2021, foi escolhida para ser homenageada especial do Prêmio Vladimir Herzog. Ainda no mesmo ano, o Theatro Municipal de São Paulo reconheceu a importância do Ato Público de 1978 para sua história, convidando Neusa para seu aniversário de 110 anos. Junto com a sócia Cátia Rodrigues, fundou em 2010 a Editora Abayomi, responsável pela publicação do Jornal Escrita Feminina. O objetivo das publicações é atingir mulheres negras da periferia, que se encaixam nas classes B e C, tornando-se um jornal plural. Atualmente, as jornalistas estão repensando o modelo de projeto para o mundo digital. Disponível em: Neusa Maria Pereira - WikiAfro (uneafrobrasil.org). Acesso: 29 de dezembro de 2022.

[412]Doravante, a seção do Jornal Versus Afro-latino América, será descrita pela sigla *ALA*.

[413]SILVA, op. cit., 2019, p. 41.

[414]Diva Moreira nasceu na cidade de Bocaiuva (MG) em 8 de junho de 1946. Em 1950 mudou-se com a mãe para Belo Horizonte, onde foi criada. Formada em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1970, e mestre em ciência política pela mesma universidade, em 1973, fez um curso de especialização no Instituto de Política Social da Universidade Johns Hopkins, EUA, em 1993, e participou do Programa de Pós-doutorado sobre Raça, Direitos e Recursos nas Américas, no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas, entre 2001 e 2002. Foi técnica de pesquisa e planejamento da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, entre 1975 e 1988. Participou de vários movimentos sociais, alguns ligados à Igreja católica, desde a década de 1960 e foi integrante do Partido Comunista Brasileiro entre 1968 e 1987, quando fundou a Casa Dandara - Projeto de Cidadania do Povo Negro, uma entidade do movimento negro em Belo Horizonte. Foi presidente da Casa Dandara entre 1987 e 1995 e titular da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte, criada por lei em 1998 e extinta em 2000. Entre 2003 e 2006 foi oficial de programa e ponto focal em raça e gênero do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. É empreendedora social da Ashoka e consultora independente na área da diversidade racial e de gênero. Ver MOREIRA, Diva. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
Ver também Silva, 2019, p. 239-253.

janeiro de 1976 cujo assunto era Fritz Teixeira Sales[415]. O informe faz referência a militante e outras pessoas que tiveram contato com Sales. Em função disso, o documento descreve sua ficha individual, detalhando que naquele momento ela era aluna do Curso de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG- FAFICH. Em relação a seu ativismo político, Diva afirmou:

> Em 1967 eu estava com um pé na universidade, iniciando o curso de comunicação social na Universidade Federal de Minas Gerais, e, um pé na luta contra a ditadura, participando de manifestações, passeatas estudantis, correndo de polícia, correndo de bomba de gás lacrimogêneo... Eu tinha a minha inserção na faculdade, a minha inserção no movimento jovem da Igreja Católica, e era uma pessoa extremamente ativista[416].

Como militante do PCB, membro do Comitê Municipal de BH, o nome de Diva Moreira aparece na listagem da Estrutura do PCB em Minas Gerais, em documento levantado pelo DOI/1º Ex[417]. Esta agência vinha "acompanhando de perto as atividades do partido, desde 1974, através das operações chamadas Gafanhoto e Galocha. Em outro documento, na Informação nº 98 h/85, de 3 de dezembro de 1985, seu nome é listado na relação de brasileiros que desembarcaram, no dia 20 de setembro de 1985, procedentes de Havana, via Lima, e que participaram do "Encontro da Juventude da América Latina[418]". Apesar da repressão, Diva tem boas lembranças de sua militância no partido comunista:

> Foi também uma experiência extremamente rica. Eu tenho também uma gratidão muito grande por ter sido parte do Partido Comunista Brasileiro. Foi realmente um aprendizado extremamente valioso na minha vida. No sentido de ter um instrumento, um método de análise de interpretação da realidade brasileira. De entender toda essa dinâmica de classe. Os conflitos, as possibilidades de aliança. Até aonde a gente pode, digamos, ter uma interlocução com a chamada burguesia nacional (Riso) naquele período. Até aonde que não dá para compor, para ser aliado e tal. Então, foi lá que eu tive uma militância aí em movimento sindical...[419].

---

[415]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_82006409_d0001de0001. Informe, 012/ST/300/76, datado de 5 de janeiro no assunto: Fritz Teixeira Sales, com referência na PRG/5790/75, p. 16.

[416]MOREIRA Apud, SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**, 2019, p. 247.

[417]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_79000242_d0001de0002, p. 27 e 32. Informe: 991/SS 300/79, de 4 de maio de 1979. Documento de caráter reservado, sob o assunto: Comitês e organizações da base do PCB.

[418]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_85012429_d0002de0002. Informação nº 98 h/85., com Origem no III COMAR, e Difusão: CIE - ARJ/SNI – 1º DN, p. 4.

[419]MOREIRA Apud, Silva, 2019, p. 253.

Segundo Tauana Silva, Diva militou no PCB até 1987, quando já atuando no MMN fundou a Casa Dandara, uma entidade do movimento negro de Belo Horizonte. Já em 1988, Diva aparece na "Polêmica sobre a Apostila "Centenário da Abolição", elaborada pelo Governo do Estado de Minas Gerais". Neste documento ela consta como presidente da Casa Dandara[420]. Ao lado de seu nome, a letra B seguida por uma numeração, que pode ser tanto um registro de algum boletim do SNI, ou de agência da PF. Curioso é que no documento, só o nome dela e de Celso Sérgio Ferreira, listados no evento trazem o código. Ativista de primeira grandeza, no I Encontro Estadual da Mulher Negra, de BH, seu nome consta como um dos pronunciamentos mais relevantes. De novo, somente seu nome, ao lado de Efigênia Carlos Pimenta, traz ao lado o código numerado[421]. Outra militante que consta entre as "mulheres negras nos movimentos de esquerda" é Edna Maria Santos Roland[422]. Edna Roland, como é conhecida, tem importante papel no MN, em especial no MMN, onde consta entre as fundadoras de importantes organizações deste movimento. Roland se envolve com o MN a partir de 1978, quando com a abertura política, consegue sair da clandestinidade que vivia em São Paulo e retoma a vida acadêmica, fazendo mestrado em Psicologia Social na PUC-SP e a militância política. No entanto, para o SNI, Edna Roland já constava em suas listas como militante subversiva na área estudantil desde o início de 1970. Desses dias difíceis, encontramos uma Informação[423], datada de 26 de março de 1974, onde a estudante constava na relação de um mandado de prisão, baseado em depoimento de dois outros jovens que haviam sido presos pelo DOI/4º Bda Inf.

---

[420]SILVA, Tauana Olívia Gomes. *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)* p. 253.

[421]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_88013977_d0001de0001. ACE 13977/88. Assunto: Iº Encontro Estadual da Mulher Negra. Grau de sigilo: Confidencial, p. 5.

[422]Edna Roland nasceu na cidade de Codó (MA) em 12 de janeiro de 1951. Quando tinha sete anos mudou-se com a família para Fortaleza, onde viveu até os dez anos. A partir de então, viveu com a família em Goiânia, até iniciar o curso de psicologia na UFMG, em Belo Horizonte, em 1969. Participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984; foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1988, e uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, no mesmo ano. Em 1996 fundou a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, instituição da qual é presidente de honra. De fevereiro a junho de 1998 foi pesquisadora visitante do Harvard Center for Population and Development Studies, Cambridge, nos Estados Unidos. Foi eleita Relatora Geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, em 2001. Na época da entrevista era coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial para América Latina e Caribe, da Unesco no Brasil. Fonte: ROLAND, Edna. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA. Amílcar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

[423]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007039 - inquéritos policiais militares, IPMS. - Dossiê BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74067262_d0001de0001. Informação nº 058/ABH/SNI/74- ss-19. Data: 26 de março de 1974. Assunto: Atividades Subversivas na Área Estudantil.

Na operação coordenada pelo mesmo órgão, em 18 e 19 de março de 1974, "visando apurar atividades de elementos ligados à APML, do PC do B e do CCML/PC (Organização de Combate Marxista Leninista/Política-Operária)" e "levada a efeito por equipes do DOI, DOPS, PM-2' e COSEG", cujos mandados de prisão listava nome e filiação de cada um dos estudantes e o nome de Edna constava entre os procurados em "caráter de prioridade"[424]. Nesse processo houve estudantes presos, interrogatórios, alguns liberados, outros que não foram encontrados. Várias manifestações do DCE/UFMG[425] denunciando as arbitrariedades, violação de direitos e dos princípios legais, como a assistência de um advogado. Houve repercussão na Assembleia Legislativa, denúncia na grande mídia e silenciamento da mesma. Note-se que nos documentos anexados a essa Informação dão conta de que essas prisões teriam iniciado em 1973, tendo o maior número sendo feito no início de 1974. Em 1973 quando iniciaram as prisões, Edna e seu companheiro foram postos na clandestinidade. A esse respeito ela fez o seguinte relato:

> Em setembro de 73, a gente começou a ter notícias de pessoas que estavam sendo presas (...). Então de um lado teve essa questão e, de outro lado, a casa que nós morávamos, nós chegamos um dia, o barracão, como se falava em Belo Horizonte, (...) encontramos... Nossa casa funcionava como um arquivo da organização, a gente tinha uma mala inteira de documentos que ficavam guardados (...). Essa mala tinha sido revirada com os materiais e nada tinha sido roubado na casa. (...). Isso foi informado a direção da organização, parece que tinha havido algumas coisas estranhas semelhantes em relação a outros companheiros e com as notícias que vieram de pessoas da AP, a direção considerou que tinha sido um ato da repressão e determinou que nós saíssemos de casa. Então nós permanecemos algum tempo em Belo Horizonte, escondidos, e depois a organização determinou que não havia condições da nossa permanência na cidade. Ficamos aguardando uma decisão para onde a gente iria. Foi dessa forma que vim pra São Paulo. (...) Ruptura total com o passado para não ser atingido. Ruptura com a família, com a escola, trabalho, amigos[426].

A contragosto, a jovem atendeu ao comando da POLOP[427] e veio junto com o companheiro para São Paulo ainda em final de 1973. Nesse momento, Edna estava no quinto ano de Psicologia e já atuava como professora universitária, concursada na PUC-MG. No entanto, em março de 1974, quando do mandado de prisão a que a Informação acima se refere, Edna já estava vivendo clandestinamente em São Paulo. Sobre essa fase, Roland fez o seguinte relato:

---

[424]Idem Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74067262_d0001de0001. Informação nº 058/ABH/SNI/74-ss-19, p. 2-3.
[425]Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais.
[426]ROLAND. Apud, Silva, 2019, p. 433.
[427]Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária/Polop.

> (...). Durante o período da clandestinidade, eu sobrevivi como secretária executiva. (...). Antes eu fui vendedora (...) numa livraria de livros estrangeiros. [Posteriormente] (...) secretária executiva de diretoria de banco. (...). Permaneci nessa situação até 78, 79 (...). No meu caso eu não mudei de identidade, não utilizei documentos falsos. Era possível naquele momento estar relativamente na incógnita numa grande cidade como São Paulo, e apenas fazer um corte com o passado em relação à família, amigos, trabalho. Ninguém sabia onde eu estava e eu não tinha contato com ninguém. Isso era possível[428].

Foi exatamente a partir do final de 1979, especialmente nos anos seguintes, que Edna Roland - de acordo com os documentos que encontramos - voltou a ser vista pelo SNI. O fim da clandestinidade marca também o retorno de Edna a academia e sua atuação no MNU e no movimento de mulheres de mulheres negras[429]. De sua atuação na luta antirracista, encontramos um ACE[430] sobre o "Ato público promovido pela "Associação Cultural Agostinho Neto", na Praça da Sé, em São Paulo, em homenagem a Nelson Mandela". Era um ato em homenagem aos 70 anos de Mandela, que naquele momento cumpria prisão na África do Sul. Edna Roland está presente como representante do Conselho da Condição Feminina (p. 4). O documento registra as falas de todos que se manifestaram no evento, do MN além de Milton Barbosa, Clóvis Moura,

> "EDNA ROLAND incentivou a luta das mulheres negras em busca de seus direitos". Elogiou WINNIE MANDELA pela sua posição em lutar pelos direitos dos negros, lutar pela liberdade de MANDELA e enfrentar as imposições que o governo Sul-Africano faz até hoje quanto aos seus relacionamentos com a população negra[431].

Edna seguiu com seu trabalho no MMN, o que além de comprovado por suas produções acadêmicas e militância, constam também de documentos do SNI, mesmo pós abertura política. O exemplo em 1989, o nome de Edna Roland aparece falando sobre "A Mulher Negra e a Saúde", no 1º Encontro Mulheres Negras da Baixada Santista, em um Informe de 19 de julho de 1989[432]. Além de Edna Roland, das mulheres negras que estiveram envolvidas com o PCB e que tiveram suas trajetórias marcadas pelos órgãos de repressão, Thereza Santos, a ideóloga do CECAN tem muito a falar. Além dos depoimentos, das

---

[428]ROLAND. Apud, Silva, 2019, p. 435.
[429]Silva, 2019; Alberti e Pereira, 2007.
[430]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_88020675_d0001de0001. ACE nº 020675/88. Data: 20 de julho de 88. Órgão: RR1/01764/120/B8P/88. Confidencial.
[431]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019558_d0005de0006.pdf. ACE nº 19558/87. ASP, p. 37.
O documento é a cópia anexada da cartilha "Mulher e Constituinte", do Conselho Estadual da condição Feminina de São Paulo. I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação a Mulher. – Dossiê, p. 49.
[432]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_89022328_d0001de0001. Informe nº PM2-942/2.3.3/89, de 19 de julho de 1989. ACE Nº 02232S/89. Data: 24 de agosto de 1989.

entrevistas, da autobiografia, de importantes pesquisas historiográficas[433], os documentos do SNI e demais órgãos de repressão falam muito sobre Thereza. Jaci dos Santos ou Thereza Santos, teve seu nome registrado no CENIMAR, em documento com carimbo "Secreto", quando esse órgão tomou conhecimento do Informe nº 51/EMAER, de 3 de fevereiro de 1966[434]. O alvo era a jornalista Sonia Brandão de Brandão, militante do Partido Comunista Brasileiro-PCB, que em 1964 "transferiu sua residência para a Guanabara, em face do Movimento Revolucionário de 31 de março". Ainda segundo o documento, a jornalista promovia reuniões em sua residência, juntando desde importantes filiados do PCB, refugiados de outros estados, a militantes de menor responsabilidade. Dentre os militantes, Tereza Santos aparece em destaque:

> TEREZA SANTOS, conhecida por JACI DOS SANTOS, que vem exercendo atividades ao Setor Artístico do P., com infiltração principalmente nas Gafieiras Estudantina, Elite e a Escolas Samba, como o Mangueira, onde inclusive pretende organizar um Grupo Teatral formado pelos moradores do local, em obediência a diretivas do PCB, reside, reside com SÔNIA BRANDÃO[435].

A partir daí Thereza Santos se tornou alvo dos órgãos de repressão. Aliando sua atuação política no PCB e seu fazer artístico, enquanto militante comunista, Thereza desenvolveu projetos culturais, em especial voltados para a música e o teatro, e usou o espaço da escola de samba Mangueira para o mesmo fim". Em função desse trabalho na comunidade, foi perseguida pelos órgãos de repressão e em 1969 foi presa pela Polícia Política da Marinha – CENIMAR. Buscando driblar a repressão e almejando outras oportunidades profissionais, Thereza segue para São Paulo onde conhece Eduardo de Oliveira e Oliveira e outros militantes negros. Com Oliveira e Oliveira, em 1971, funda o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), que como vimos, seria alvo dos órgãos de repressão. Nessa ocasião Thereza hospedou militantes clandestinos do partido comunista, tornando-se novamente alvo dos militares. Pressuposto, em 1974, a atriz sem maiores alternativas opta pelo exilio e foge do Brasil para evitar ser presa. Passa a viver na Guiné-Bissau, posteriormente em Angola, nesses países vivência as dificuldades e a instabilidade política dos processos de independência dos países africanos.

---

[433]RIOS, 2014; Silva, 2019.
[434]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_VAZ_0_0_31248_d0001de0001. Informe nº 51/EMAER, de 3 de fevereiro de 1966. Assunto: Atividades de SÔNIA BRANDÃO DE BRANDÃO. Origem: Agente. Avaliação C-3. Difusão: ZONAER 3. Difusão Anterior: CSN-EME- CENIMAR.
[435]*Idem.*

Em início de 1978, Thereza/Jaci dos Santos[436] tenta retornar ao Brasil e solicita seu passaporte junto ao MRE. Quando ainda está em Luanda, seu nome consta do pedido de Busca nº DSI/610, de 17 de fevereiro deste mesmo ano. O documento com difusão ao SNI/AC, dando conhecimento a agência CIE, CISA, CENIMAR, CI/DPF. Trata da concessão e prorrogação de passaportes, solicitando eventuais registros existentes na Agência Central sobre os nominados e se seria conveniente ou não atender à solicitação dos mesmos e de que forma. Aquele pedido de busca objetivava: tanto "informar o órgão responsável do MRE sobre a conveniência, ou não, de ser atendida a solicitação e de que forma, quanto" manter o órgão informado sobre a presença e localização de brasileiros no exterior"[437]. Em 21 de fevereiro, a Embaixada do Brasil em Luanda, envia um telegrama ao MRE dando informações sobre "Brasileiros em Luanda", do qual consta os nomes dos brasileiros nesta capital "**além, naturalmente**[438], da senhora JACI DOS SANTOS, que está solicitando título de nacionalidade para sair deste país"[439]. Em resposta ao Pedido de Busca 0129/CISA-RJ sobre Jaci dos Santos, a mesma agência já no começo do mês de março responde ao MRE, solicitando foto atual da nominada, encaminhando as seguintes informações, defere o pedido, com o parecer da agência:

> JACI DOS SANTOS ("TERESA DOS SANTOS") foi uma das fundadoras, em Jan 1964, do "Comando dos Trabalhadores Intelectuais". 2. Segundo declarações de militante do PCB detido em São Paulo em Out 75, "TERESA SANTOS, de cor preta, artista de televisão, é ligada ao PCB, e participante de Festivais da Juventude no exterior". Ligada, em termos efetivos, a elementos pertencentes ao CC/PCB. 3. "TERESA SANTOS" viajou para a África, onde se encontra, financiada por militantes do PCB. 4. Pelo telex de "BRASEMB LUANDA" observa-se que a mesma está em Luanda há dois anos sem passaporte. 5. 0 CISA é de parecer que se lhe conceda um passaporte com limitação territorial e, na hipótese de regresso ao Brasil, um título de nacionalidade[440].

---

[436] "Thereza Santos é o nome artístico e político de Jaci dos Santos seu nome civil (De batismo). Nos documentos do SNI, o nome da ativista aparece com grafias diferentes: Tereza- Teresa, porém sempre identificados como Jaci dos Santos.

[437]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PTN_0364_d0001de0001. Busca nº DSI/610, de 17/02/1978. Assunto: CONCESSÃO/PRORROGAÇÃO DE PASSAPORTES. Referência: INFÃO/l79/l6/AC/75. Difusão: SNI/AC. Para conhecimento: CIE, CISA, CENIMAR, CI/DPF, p. 53.

[438]Grifo nosso.

[439]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PFI_0001_d0001de0001. Telegrama Confidencial. DSI/DAF-11. Anita Leocádia Prestes ABAD. Brasileiros em Luanda. p. 25. Este documento tratava do retorno de Anita Prestes ao Brasil, vinda de Luanda. Descreve as razões de sua saída da capital de Angola: "desencanto com a situação reinante em Angola, de corrupção desenfreada, insegurança pessoal, favoritismo, caos econômico, e na qual os estrangeiros, mesmo os esquerdistas ou marxistas, são discriminados e marginalizados pelos próprios camaradas angolanos". Esse mesmo motivo, segundo o documento, teria sido alegado por todos os brasileiros que solicitavam documentos junto a embaixada do Brasil em Angola (p. 25).

[440]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PTN_0437_d0001de0001. Ministério da Aeronáutica-CISA em 3 mar 1978.

Passada essa fase de solicitação de passaporte, Tereza Santos consegue voltar ao Brasil "descalça, sem documento, e fui recebida com toda pompa e circunstância pela Polícia Federal"[441]. Assim, a "convite" da PF, no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1978, Jaci dos Santos, foi prestar depoimento no DOPS/RJ[442]. Cabe ressaltar que quando o CISA concedeu a emissão do passaporte, Thereza estava presa em Angola, ficando nessa condição até 25 de junho, "quando me colocaram em um avião para Roma, depois Lisboa, e finalmente Rio de Janeiro"[443]. Diante do relato e "rapidez" no retorno pelas agências envolvidas, leva-nos a crer que Thereza fora deportada para o Brasil. O que justifica o fato de ter chegado ao aeroporto do Rio de Janeiro, sem passaporte e nas condições em que foi descrita. Seu retorno ao Brasil, chamou atenção da grande imprensa, o que fez com que, no dia seguinte, no Rio de Janeiro, Thereza concedesse uma entrevista ao jornalista do jornal O Globo, como nos informou a historiadora Flávia Rios:

> Seu retorno dramático despertou a curiosidade da imprensa. O título polêmico do jornal "Atriz Thereza Santos, expulsa de Angola, de volta ao Brasil" jogava mais lenha na fogueira. Com efeito, a chegada da carioca ao Rio de Janeiro trazia elementos que, aos olhos de hoje, pareceriam cinematográficos. Descalça, magra, com apenas a roupa do corpo e sem passaporte, Thereza Santos, tão logo aterrissou no aeroporto Galeão, às sete e meia da manhã do dia 28 de junho de 1978, foi detida e levada à Política Federal. Naquela segunda-feira, depois de permanecer retida por oito horas, ela saiu do inquérito em companhia de seus familiares (...). Segundo ela, os agentes policiais lhe teriam feito três perguntas: "Por que perdeu o passaporte?"; "Por que foi presa em Angola?"; e "Por que e quando tinha saído do Brasil?" [444].

O Termo de Declaração diz que Thereza "compareceu" ao DPF. Interrogada, respondeu quase que sucintamente as perguntas descritas e outras. Falou de sua passagem enquanto profissional das artes por Guiné Bissau e Angola, relatando o trabalho com teatro e educação que fez por esses países, reafirmando as "perspectivas profissionais" como motivação para sua saída do Brasil, como dissera em entrevistas. Afirmou não saber o motivo de sua prisão em Angola, sem fazer qualquer referência a luta armada ou às questões políticas desses países. Sobre sua saída do Brasil, ela só informou a data. A integra do depoimento

---

Assunto: CONCESSÃO/PRORROGAÇÃO DE PASSAPORTES. Origem: CISA-RJ. Difusão: DSI/MRE - AC/SNI (P/conh.). Referência: PB nº 610/DSI--MRE de 17 fev. 78/. p. 172.

[441]SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira.** EdUFISCar. São Carlos, 2008, p. 81.

[442]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113057_d0001de0001. Encaminhamento nº 00619/01/78/CI/DPF. Data: 03 ago. 78. Assunto: JACI DOS SANTOS. Origem: SR/DPF/RJ. Difusão: AC/SNI. Anexos: TERMO DE DECLARAÇÕES DA NOMINADA. (02 FLS.).

[443]SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira.** EdUFISCar. São Carlos, 2008, p. 80.

[444]RIOS, F. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. Plural, *[S. l.]*, vol. 21, nº 1, p. 73-96, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83619/86550. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

consta do Encaminhamento do DPF/CI, de 3 de agosto de 1978 e suscita análises que os limites da pesquisa não nos permitem.

Uma vez no Brasil, a 'malunga' Thereza Santos, para além da repressão, tem reconhecida pelo MN sua importância política na luta contra a ditadura e enquanto alguém que vivenciou as lutas por libertação em África. Nesse sentido, é solicitada e busca seus pares no MN e no MMN, quando seu nome passa a constar nos registros do SNI ao lado dos companheiros na luta antirracista. Cabe lembrar, como afirmaram Rios (2014) e Silva (2019) que Thereza retornou ao Brasil exatamente no momento de efervescência do MN, com a criação do MNUCDR/MNU tendo, não por acaso, o CECAN como uma das entidades organizadoras. Nessa perspectiva, Thereza é "descoberta" pelo militante e jornalista Astrogildo Esteves, colaborador do jornal Versus que faz uma elucidativa entrevista com a artista para a seção *ALA*, que foi publicada pelo jornal em 1979. Na entrevista, a ativista fala de suas experiências vividas em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, além da passagem por Portugal e Nigéria. Vejamos a "chamada" feita por Hamilton Cardoso na 17ª edição da seção *ALA*.:

> (...), mas quem é Tereza Santos hoje? Quem a conhece? A África está mudando. Está se libertando, e Tereza participou desse processo de transformações. A maioria dos negros da diáspora sonham com a mãe África (...) e é esta experiência de "volta às raízes", vivida por esta militante do povo negro que precisa ser contada (...)[445].

Já ativa no MN, em 1981, Thereza Santos participou como conferencista, da 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, na UFBA, em 13 de julho de 1981. Com a seguinte informação: "Uma experiência de Arte na África em Guerra". Conf. THEREZA SANTOS (JACI DOS SANTOS) (Dep. Nac. de Teatro da República Popular de Angola). Apres. ISMAEL IVO[446]. Este mesmo evento, teve registrada a participação de outras lideranças do movimento negro e do movimento de mulheres negras[447].

---

[445]Jornal Versus, 17ª edição seção Afro-Latino-América: **As raízes de Thereza Santos**, 1979, p. 83.

[446]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_81001898_d0011de0013.pdf. 33ª reunião anual da sociedade brasileira para o progresso da ciência SBPC. - Dossiê. Conferência Órgão de busca responsável: DPF/BA. p. 25-26. Grifos do documento.

[447]No dia seguinte à mesa de conferência de Thereza Santos, Joel Rufino, Paulo Roberto dos Santos e Juana Elbein dos Santos, davam o curso: "Instituições negras no Brasil", e os órgãos de busca que os acompanhavam eram: SSP/BA e DPF/BA. Hamilton Bernardes Cardoso, constando como representante do (Centro Afro-Asiático/RJ), estava na mesa de um simpósio sob o tema: "Modos de Comunicação de Movimentos Sociais Urbanos". O órgão de busca responsáveis foi: Exército, DPF/BA (p. 9). No evento, numa mesa redonda sobre o tema: "A mulher negra" – Movimento Negro unificado", coordenada por Lélia Gonzalez (MNUCDR), constavam da mesa: Helena Teodoro (Fundação Leopoldo Senghor), Tereza Cristina Nascimento Araújo Costa e Lúcia Elena Garcia de Oliveira (Instituto Cultural Brasil-África), sob vigilância dos órgãos SSP/BA DPF/BA (p.10). Essas e outras informações constam organizadas no Plano de Busca nº 001/02/ASV/81 Esse documento

Em 1987, Tereza Santos/Jaci dos Santos e outras companheiras e companheiros lideranças do MN e do MMN, constam na posse do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, ocorrida no dia 28 de agosto deste ano e registrada em documento Confidencial no ACE Nº 020068/88 datado de 4 de março de 1988[448]. Jaci dos Santos foi a representante da Secretaria de Cultura neste Conselho. Nesse momento, importantes lideranças e ativistas do MN e do MMN, já ocupavam cargos nas secretarias de governo, encaminhando a luta antirracista pelas vias institucionais. O retorno de Thereza Santos ao Brasil, bem como o período de sua estadia em Angola, acreditamos, ter criado alguma suspeição dos militares, tendo em vista a política externa com os países por onde ela passou, em especial por Angola e a forma de tratamento dado a ativista pelas agências. Acreditamos que os documentos que apresentamos aqui seguramente compõem uma parte importante da trajetória de Thereza Santos que somada aos trabalhos já existentes podem ajudar a compor novas análises.

Das mulheres negras que atuaram no movimento estudantil e nas organizações de esquerda, cabe-nos citar a professora Zélia Amador de Deus que também intensificou sua militância política no MN e como professora da Universidade do Pará, esteve junto a vários companheiros da universidade, sob a vigilância dos órgãos do SNI. Fosse participando de congressos da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES[449], seja em audiência no DPF/PA, em defesa de militantes do Alicerce Juventude Socialista (AJS)[450] enquadrados na LSN. Zélia, fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA, até então considerado pelas agências de vigilância como "única entidade do MN

---

encaminhado pelo SNI- agência Salvador, de 8 de julho de 1981 revela o passo a passo que as agências deveriam seguir durante todo o evento, p. 1-4. "Finalidade: Coordenar, no âmbito da Comunidade de Informações, a busca e coleta de informações necessárias à cobertura da 33ª Reunião Anual da SBPC, que se realizará em SALVADOR/BA, no período compreendido entre 08 e 15 de julho 81". "Objetivo de Informações Proporcionar um quadro sucinto e genérico das atividades da 33ª Reunião Anual da SBPC em suas implicações com a execução da Política do Governo Federal nos seguintes aspectos: Política Interna; subversão; Educação; Atividades Culturais; Sindicalismo; Grupos minoritários; Economia; Eventos não programados; Apoios a SBPC..." (p. 99, doc1). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_81001898_d0010de0013, p. 89.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_81001898_d0011de0013, p. 1-4.

[448]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_88020068_d0001de0001. Além de Thereza Santos, Neusa Maria Pereira Lima como representante da Secretaria de Ação Comunitária e Maria Aparecida Bento Teixeira como Representante da Secretaria de Relações do Trabalho, dentre outros.

[449]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83035649_d0001de0001. Informação nº 1395S/102-A4-CIE. Origem: CMA. Difusão: AC/SNI e CI/DPF, p. 4.

[450]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003977_d0001de0001. Informe nº 602/83-SI/SR/DPF/PA. Origem: SI/SR/DPF/PA. Difusão: CI/ DPF - ABE/SNI 8º RM - I COMAR IV DN.

no Pará"[451], foi descrita como coordenadora geral e ativista de esquerda. A AC/SNI registrou todos os dados pessoais da professora, acompanhando sua atuação na universidade e junto aos discentes. O CEDENPA a partir da atuação da professora Zélia aparece em vários documentos apontando a mobilização do MN dentro da universidade do Pará. Retomando a década de 1970, uma presença de fundamental importância para a constituição do MN no Rio de Janeiro, atuando na trincheira acadêmica, sob o olhar dos órgãos de vigilância, o nome de Beatriz Nascimento aparece na maioria dos documentos sobre o MN. Precursora da discussão racial em âmbito acadêmico, Beatriz em geral é retratada como a presença forte de uma grande intelectual. Os próprios agentes a definem, ao lado de Abdias Nascimento como "negros acima da média", ou que diante das ações do MN "pessoas de maior lastro cultural sentiram-se estimuladas a expor suas ideias sobre o problema. Dentre estas, destaca-se a historiadora e socióloga Maria Beatriz do Nascimento"[452].

Como explicamos anteriormente, para os agentes dos órgãos de repressão, negros intelectuais posicionados política e socialmente não era algo comum. Nessa perspectiva, as participações de Beatriz Nascimento em congressos, palestras, seminários, simpósios, no meio acadêmico, no movimento negro ou nos demais movimentos sociais, tinham sempre como tema os quilombos (Seu objeto de estudo), as favelas, e as lutas de resistência negra e assim eram registrados. Em alguns documentos ela aparece como sendo liderança do IPCN[453]. Sua atuação no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, bem como sua formação acadêmica está registrado em todos os documentos. As reportagens concedidas por ela a grande imprensa[454], sua participação no 30º Encontro Nacional da SBPC (1978), em São Paulo[455], também foi fonte de registro pelo CENIMAR. A jornalista Sandra Martins[456] argumenta que, enquanto o

---

[451]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87005994_d0001de0001. ACE nº 5994/87. NRS35/87. Confidencial. MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NO PARÁ.

[452]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.Informação nº 580/19/AC/78. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: AC/SNI. Referência: MEMO, Nº 908/02/CH/GAB/SNI/78, p. 15.

[453]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002671_d0001de0001, p. 12.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004, p. 23.

[454]Beatriz Nascimento publicou artigos em revistas acadêmicas, tais como: Revista de Cultura Vozes, Estudos Afro-Asiáticos e Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na grande mídia como na revista Isto é, Manchete, jornal Última Hora, entre outros.

[455]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114367_d0001de000. Encaminhamento nº 0690, datado de 29/09/78. Sob o assunto: "Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência - SBPC" 30ª Reunião Anual. Disseminação: SNI/A CIE - CISA - Cl/DPF - DSI/MJ – p. 9.

[456]SILVA, Sandra Martins da. **O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995).** Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MNC se reorganizava, Beatriz Nascimento, criava na Universidade Federal Fluminense o GTAR – O Grupo de Trabalhos André Rebouças, cujo propósitos se integravam ao conjunto de propostas defendidas pelo Movimento Negro. Assim como a SINBA e o IPCN, o GTAR foi fruto das calorosas discussões em torno da diáspora negra e da descolonização de países africanos. Participando dessas discussões, Beatriz Nascimento, a convite do professor José Maria Nunes Pereira[457] - então vice-diretor do Afro-asiático-, coordenou o grupo de estudos no CEAA sobre o negro no Brasil, de onde idealizou o grupo de estudos sobre o tema. Nesse sentido, Martins explicita que o GTAR, foi criado em 1975, a partir da "Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação da Sociedade Brasileira". Tendo entre seus propósitos "questionar o papel da Universidade quanto ao enfrentamento do problema racial na sociedade brasileira e, em particular, no espaço acadêmico"[458]. A criação do GTAR nesse ano foi a materialização de discussões que já vinham sendo concebidas por Beatriz Nascimento e alguns companheiros, desde 1973, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

Em tempos em que discutir questão de raça era proibido, Beatriz Nascimento, falando para o MN e para a academia, "propunha que a História do homem negro, fosse também escrita por negros (as), o que exigiria a inclusão no meio acadêmico de outros pontos de vista"[459]. E foi pensando nessa inclusão que a pesquisadora produziu junto a seu grupo na UFF, a primeira Semana de Estudos[460]. As palestras e conferências de Beatriz Nascimento, chegaram tanto nas agências do SNI quanto junto aos órgãos de cultura e educação de países a

---

[457]José Maria Nunes Pereira Conceição foi um dos fundadores, em 1973, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, uma instituição de referência para assuntos ligados à África e suas relações com o Brasil. Nascido em São Luís do Maranhão (1937), estudou em Portugal (1947-1962) e participou dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. Graduou-se em Ciências Sociais na UFF (1972), foi professor de História da África e editor da revista Estudos Afro-Asiáticos, do CEAA (1978-1986). Sobre a trajetória de José Maria Nunes Pereira ver entrevista concedida a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2563/80004. Acesso em: 13 de julho de 2023. Nos arquivos do SNI sobre o professor constam que "registra antecedentes como elemento subversivo" e sempre associado a Universidade Candido Mendes e ao CEAA. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/80003538/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003538_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/81005061/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005061_d0001de0002.pdf

[458]Id., p. 44.

[459]RATTS, Alex. **Eu sou Atlântida: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

[460]Segundo Martins (2018, p. 74-75) Essa produção foi toda planejada de forma a evitar "interferências" internas e externas a universidade por isso, a produção ocorreu de forma sigilosa, a divulgação foi feita "boca-a-boca", dois ou no máximo três dias antes" da data do evento. Porém, apesar de tudo feito tão discretamente, logo no primeiro dia o evento foi um sucesso, mas contou com agentes infiltrados na plateia. Tal fato, fez com que a diretora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF – ICHF - a professora Maria Maia de Oliveira Berriel -, fosse convidada a explicar-se junto à Reitoria e as forças de segurança pública instaladas na universidade. Explicações dadas, a Semana continuou, mas sob vigilância da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura. - DSI/MEC.

africanos, como a exemplo de Angola cujo Conselho Nacional de Cultura a convidara para ministrar palestras naquele país. Enquanto o governo militar fazia a política da boa vizinhança através de suas embaixadas no exterior, a DSI/ MRE, solicitava informações sobre a presença de brasileiros em Angola e nos diversos países africanos. Diante da dubiedade de sua política com esses países, era necessário o controle de quem vinha de lá para o Brasil e de quem solicitava viajar do Brasil com destino ao continente africano, em especial aos países com quem o Brasil buscava acordos financeiros, como veremos no capítulo IV. A exemplo do que foi dito, tomamos o Encaminhamento nº 205/80 DSI/MRE, datado de 1980, com difusão para: SNI/AC-FA-21- 2a.Sec.EME- 2a.Sec.EMA- 2a. Sec.EMAer, com origem da embaixada do Brasil em Paris. O documento mostra o tramite da solicitação para uma viagem de Beatriz Nascimento a Angola.

Esta solicitação estava relacionada ao fato de que em agosto de 1979, Beatriz Nascimento teve seu nome em um Pedido de Busca feito pela DSI/MRE, em função de um convite do governo angolano para palestra a convite do Conselho Nacional de Cultura daquele país. O pedido de busca teve difusão pelos órgãos: CIE- CENIMAR- CISA- Cl/DPF. Depois de todo o trâmite, em resposta ao Pedido de Busca nº 1432 de 10/08/79, da DSI/MRE, o Ministério da Marinha através do CENIMAR, envia um Encaminhamento[461] com o resumo do prontuário do Registro de Antecedentes de Maria Beatriz do Nascimento. Além dos dados pessoais, o prontuário informa sobre algumas palestras que Beatriz ministrou no IPCN, e que:

> É ativista do Instituto Cultural Brasil-Alemanha (Federal). (INFORME B-1). 1.4 - É um dos principais representantes do "Movimento Negro no Brasil", movimento de linha histórica e de linha americana ou de cultura "SOUL", segundo sua intenção social, explorando o antagonismo racial através da revisão da história do negro no Brasil. Utiliza temas históricos como o "Quilombo dos Palmares", "ZUMBI", "Chica da Silva", etc., e adota o uso de indumentários à "africana"[462].

A Ficha Individual de Beatriz traz os dados pessoais, informa que estudou no Pedro II, Colégio Estadual Paulo de Frontin, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e naquele momento frequentava o Curso de Pós-Graduação na UFF. Quanto às atividades profissionais constam que era pesquisadora no Arquivo Nacional, pesquisadora no Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil da Fundação

[461]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IPS_0019_d0001de0001. Encaminhamento nº 0490. Data: 6 de setembro de 1979. Pedido de Busca DSI/MRE nº 143219/SI-MRE, p. 44-47.
[462]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IPS_0019_d0001de0001. Encaminhamento nº 0490. Data: 6 de setembro de 1979. Pedido de Busca DSI/MRE nº 143219/SI-MRE, p. 45-46.

Getúlio Vargas, e pesquisadora-bolsista da Casa do Brasil da Fundação Leopold Senghor. Certamente que o percurso acadêmico daquela mulher negra, nos espaços de excelência de boa parte da elite intelectual branca, chamou a atenção das agências, uma vez feita a busca, a resposta ao pedido foi um telegrama da DSI-MRE, datado de 20 de agosto de 79, com o carimbo: NÃO REGISTRA ANTECEDENTES. E seguida da Informação:

> ESTE CENTRO INFORMA O SEGUINTE: 1- OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA INDICAM. 2- A NOMINADA APRESENTA TRABALHOS (CONFERÊNCIAS, ARTIGOS ESCRITOS) SOBRE O RACISMO NEGRO NO BRASIL SOB ENFOQUE SOCIOLOGICO NÃO SENDO POSSIVEL PELOS DADOS EXISTENTES COMPROVAR SE OS MESMOS VISAM ESTIMULAR REAÇÕES RACISTAS. 3- ESTEVE PRESENTE EM 1976 EM REUNIÃO CONTESTATÓRIA DO CENTRO DA MULHER BRASILEIRA[463] (Grifos do documento).

Como é possível perceber, o movimento de mulheres negras no Brasil, assim como o movimento negro, contou em sua formação, com mulheres que traziam experiências na militância e concepções político-ideológicas diversas. Algumas iniciaram sua militância dentro das universidades, no movimento estudantil ou diretamente nas organizações de esquerda, tendo sofrido com as ações de caça feita pelos órgãos de repressão, junto a essas organizações e por isso vigiadas. A posteriori, associaram suas lutas à luta antirracista, somando-se as outras mulheres negras, cujas militâncias se forjaram diretamente no interior do próprio MN. Não por acaso, também em função de aturem na luta antirracista no MMN, tiveram seus nomes registrados e seus passos vigiados pelos órgãos de repressão.

3.2 **Mulheres negras em movimento, enegrecendo os movimentos sociais e mobilizando o SNI**

Segundo Lélia Gonzalez, os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram no interior do MN, visto que era no MN que se encontrava "o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo, de suas práticas e articulações com a exploração de classe". Acrescentou que, no caso do RJ, o desempenho das mulheres negras na formação do MN foi da maior importância. Gonzalez assegura que fora a partir de 1972, por iniciativa de Beatriz Nascimento que se iniciaram os

[463]Documento citado. Telegrama nº 7625/ EDB/CI. Data 4 de setembro de 1979.

encontros de discussão e estudos sobre a questão racial na Universidade Cândido Mendes. "Era justamente a atuação das mulheres negras que, ao que parece antes mesmo da existência de organizações do movimento de mulheres, reuniam-se para discutir seu cotidiano marcado, por um lado, pela discriminação racial, e por outro, pelo machismo"[464]. Nas discussões do que chamou de "grupão", onde homens e mulheres se reuniam para as discussões em torno da luta de combate ao racismo e da exclusão social que este impunha, elas somavam suas questões a fim de que os homens também refletissem sobre as condições das mulheres negras e suas especificidades. A partir de 1975, em função das dissidências e divergências, o "grupão" se dividiu originando as diversas organizações do MN, onde as mulheres negras seguiram atuando. Por conseguinte, a partir do final da década de 1970, elas foram criando dentro do corpo das organizações negras, grupos de mulheres negras para que neles tivessem ainda mais espaço de discussão sobre suas demandas e influenciando nas discussões mais gerais do MN.

É necessário ressaltar, que o MMN, assim como o próprio MN, também foi marcado pela pluralidade, o que vai caracterizar os diversos grupos que surgiram já no final da década de 1970, e que se multiplicaram nos anos de 1980. Como já afirmamos, esses grupos e suas lideranças foram atravessados por influências e visões político-ideológicas diferentes. Essas diferenças vão determinar a cada ano, por todo país, a criação de grupos dissidentes[465], mas que apesar das divergências seguiram caminhando em direção a construção de uma agenda em defesa dos direitos das mulheres, em geral e especificamente das mulheres negras e ainda ampliando as lutas do próprio MN. A década de 1970, fora para as essas mulheres o momento de, junto as organizações negras, iniciarem o processo de construção da compreensão do racismo e de suas diversas faces. Nesse processo, o entendimento de que enquanto mulheres e negras, tornara-se necessário ampliar as discussões tendo em vista o que mais as afetavam, o que afetavam toda a comunidade negra e consequentemente a sociedade em que vivemos.

Com a abertura política em curso, na percepção de Joselina Silva (2014, p.17)[466], a presença das mulheres exiladas principalmente dos EUA e Europa "trouxe novas contribuições ao movimento no Rio de Janeiro, o que ajudou a diversificar ainda mais a múltiplas visões sobre o feminismo e as formas de implementar sua práxis"[467]. Dessa

---

[464]GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 38.

[465]Silva, 2014; Lemos 1997; Gonzalez 2008; Roland, 2000.

[466]SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes (Org.). **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça.** Belo Horizonte, Nandyala, 2014. p. 17.

[467]Dentre as mulheres oriundas de outros movimentos sociais que mereceram atenção especial das agências, cabe citar Sônia Maria Giacomini, mulher branca, cuja presença e produção acadêmica é reconhecida pelo MN. Giacomini, exilada na França, quando retorna ao Brasil, tem seu nome a partir da década de 1980,

diversidade, a partir de meados dos anos de 1970, seguindo pelos anos 80 em diante, emergiu no país, em especial nas capitais, grupos do MMN em defesa de seus direitos. É nessa perspectiva que

> Os anos oitenta significaram um momento de mudança para as mulheres negras organizadas em torno do desmantelamento do racismo, do sexismo - suas causas e consequências - além de outras agendas constantes das reivindicações por direitos e cidadania. O que torna extensa, a lista de matérias sobre a quais suas elaborações eram construídas[468].

Foi a partir dessas múltiplas agendas que no final dos anos de 1970, na perspectiva do MMN essas mulheres começaram a criar organizações e grupos em defesa de seus interesses. Oriundos do MN do Rio de Janeiro, Gonzalez (2008, p. 39) cita: Aqualtune (1979), Luíza Mahin (1980), Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro-GMN (1982), Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (1983). Roland[469] aponta grupos tanto de origem paulista quando de outros estados do país. Sendo eles: Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra (SP, 1986), Centro de Mulheres de Favela e Periferia (RJ, 1986), Grupo de Mulheres negras do Espírito Santo (ES, 1987), Maria Mulher (RS, 1987), Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte (MG, 1987), Geledés-Instituto da Mulher Negra (SP,1988). Seguindo esse movimento, Rios[470], refletindo sobre a mobilização das ativistas negras pelo Brasil, ampliou o leque, listando outros coletivos e organizações, além dos já citados: a Comissão de Mulheres Negras (Campinas-SP,1987), Coletivo de Mulheres Negras

---

constantemente relacionado a este movimento em diversos documentos do SNI, em especial ao movimento de mulheres negras. Sua presença está descrita em vários documentos, entre eles, no I Encontro Estadual de Mulheres Negras de Goiânia/Go, onde lançou o livro "Mulher e Escrava". Neste evento foi uma das mulheres que constituíram a mesa de abertura. Giacomini aparece também, na equipe de trabalho que criou a Coleção: Negros em Libertação/2 - Cartilha dos grupos de base dos Agentes de Pastoral Negros para a Campanha da Fraternidade de 1988. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/RRR/88012486/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0001de0002. ACE nº 012486/88. Data: 13 de dezembro de 88 NRS 1650/88. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/RRR/88012486/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0002de0002, p. 3.

[468]SILVA, Joselina da. O pensamento das mulheres negras expresso nos jornais do movimento negro dos anos oitenta. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 02. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

[469]ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 240-241.

[470]RÍOS, Flavia Mateus**. Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado.** (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo, 2014a.

(Salvador-BA,1989)[471]. Decerto que, para além dos grupos citados pelas pesquisadoras, outras organizações surgiram neste mesmo período por todo o país, grupos de mulheres negras ou grupos mistos, desenvolvendo programas e atividades para as mulheres negras. No que diz respeito ao MNU, que se constituiu por todo país, Roland e Gonzalez afirmam que, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, as mulheres e os homossexuais conquistaram espaço para discutir as suas especificidades. Com suas pautas discutidas nos encontros, seminários e congressos aprovadas, passaram a constar nos documentos e programas do MNU e defendidas institucionalmente, o mesmo ocorreu por todo país.

Diante do que foi apresentado, cumpre-nos demonstrar que o movimento de mulheres negras, organizado, foi objeto de um conjunto de documentos produzidos pelo SNI e suas agências visando mapear as ações, objetivos e lideranças do movimento insurgente, além do nível de infiltração das organizações de esquerda presentes nos mesmos. Dada a limitação do escopo da pesquisa, não nos concentraremos na origem desses grupos, nas diversas concepções político-ideológicas que originaram as divergências, culminando na criação de novas organizações que, a partir de então, compuseram este movimento. Felizmente, somando as referências que contribuem para este trabalho[472], vem despontando nos últimos anos inúmeras pesquisas sobre o tema[473], que vão dando conta das vicissitudes desse movimento. O que nos coube foi selecionarmos aqui momentos importantes na constituição e fortalecimento do MMN e sobres os quais encontramos registros no SNI. A década de 1970 que viu o renascer do MN contemporâneo, também viu surgir o movimento feminista no Brasil. Estes dois somados ao movimento indígena e homossexual compunham o que Araújo[474] chamou de "esquerda alternativa", caracterizada pela dissidência e heterodoxia.

Essa esquerda alternativa pensada como um fenômeno mundial, no Brasil, se constituiu no cenário da ditadura militar, o que implicou a construção de laços mais estreitos do que os observados em outros países, possibilitando uma proximidade nas lutas de resistência ao regime militar. Esses movimentos buscaram associar suas pautas especificas de luta, as pautas dos demais movimentos sociais, como os movimentos de bairros, o movimento estudantil, os movimentos eclesiásticos, o movimento sindical, seguimentos nos quais, em especial, negros e negras estavam inseridos. Nesse sentido, diante do lugar ocupado pelas mulheres negras, nesse binômio gênero e raça, pautadas pelas discussões de classe, elas se

[471]Ambas as pesquisadoras relacionam grupos e coletivos surgidos pós 1988, que não listamos aqui por exceder o recorte temporal da nossa pesquisa.
[472]Gonzalez, 1982, 2008; Lemos, 1997; Carneiro, 2003; Silva, 2014; 2017; Rios, 2014a; Silva, 2019; Roland, 2000.
[473]Fonte: Movimento de mulheres negras - Google Acadêmico. Acesso em:
[474]ARAÚJO*, Op. cit*. 1999, p. 154-155.

viram obrigadas a encarar simultaneamente duas frentes de lutas: o machismo do homem negro dentro do MN e o racismo das mulheres brancas dentro do Movimento feminista, visto que estas desconsideravam o recorte racial nas discussões feministas.

Assim, trouxeram a discussão raça e gênero tanto para o MN quanto para o movimento feminista majoritariamente branco. Mediante o reconhecimento de suas especificidades enquanto mulher e negra, as militantes do MN acabaram por intervir no movimento feminista, e demais movimentos sociais, inserindo nas lutas as pautas que defendiam. As contradições e ambiguidades do MMN e feminista[475], passaram a ser discutidos nos fóruns, encontros, congressos, que eram vigiados pelas SNI. Dessa forma, se nos anos de 1970, os órgãos de repressão tratavam o MN e movimento feministas dissociados, a partir dos anos de 1980, passou a ser comum, nos documentos, o assunto ser descrito como: "Movimento negro e feminista"[476]. Como explica Roland[477], uma vez organizadas, as mulheres negras criaram fóruns estaduais objetivando encaminhar suas propostas, frutos de longas discussões e debates. Desses fóruns foram organizados seminários regionais e estaduais que culminaram na construção dos Encontros Estaduais e Nacional. Soma-se a todo o processo de organização do MMN, a participação das mesmas nos encontros feministas, como discorremos acima. Vejamos o que falam os documentos.

---

[475]Sobre as contradições, ambiguidades e confrontos entre o movimento de mulheres negras e o movimento feminista, os trabalhos de Lélia Gonzalez, Rosália Lemos, Joselina Silva, Sueli Carneiro, são elucidativos não só dos fatos em si, mas principalmente dos sentidos e sentimentos vivenciados pelas mulheres negras nos fóruns de discussão junto as mulheres brancas. Os relatos dessas pesquisadoras que estiveram *in loco*, descritos sob os rigores acadêmicos, nos deu exata noção do que foram aqueles embates e a importância dos mesmos para os alicerces do feminismo negro no Brasil.

[476]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: R_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001841_d0001de0001. Informe nº 102/119/APA/80, datado de 4 de novembro de 1980, sob o Assunto: Atividades dos Movimentos Negros e Feministas no Estado do /RS, com Origem APA/SNI e difusão AC/SNI, Avaliação A-20 com carimbo Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_80000864_d0001de0002. Assunto: Movimentos negros e feministas. 25 de novembro de 1980. Referência: PB nº 035/19/AC/79 - TX nº 316/19/AC/80. Difusão: AC/SNI. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_80000864_d0001. Núcleo de Agência de Goiânia. Pedido de Busca nº 076/116/NAGO/SNI/80. Urgentíssimo. Data: 03 nov. 80. Assunto: Atividades Contestatórias Promovidas pelos "Movimentos Negros e Feministas". Difusão: 42º BIMTZ (S.2) - DPF/GO (SI) - SSP/GO (DCI) PMEGO (PM.2) p. 51-52. Diante dessa articulação do movimento negro com o movimento feminista, documentos mostram o interesse do movimento feminista nos discursos da estadunidense Ângela Davis. Ângela, ativista das causas antirracistas, foi membra dos Panteras Negras e teve sua trajetória acompanhada pelo SNI. Já na década de 1980, Davis passou a ser convidada pelos movimentos feministas para diversos eventos institucionais no Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019415_d0001de0001, I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação à Mulher, 1987, p. 3. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0045a_0043_d0003. Jornal O Mulherio, p. 3. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0003a_0031_d0001. Informe nº 01552/05/82-CI/DPF. 18 de agosto de 1982. 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes - Ruth Escobar e Fátima Ali - São Paulo/SP. Origem: CI/DPF. Difusão: AC/SNI - CIE - CISA - CENIMAR - DSI/MJ - SI/SRs.

[477]ROLAND, op. cit., 2000.

A década de 1980 foi profícua para o MMN, tanto que os documentos das agências do SNI informavam que neste período, "proliferou-se no Brasil os Encontro de Mulheres Negras nos vários estados e cidades do país". Os documentos, em acordo com a fala de Gonzalez e Roland, afirmam que o MNU, dado seu caráter nacional foi uma das organizações negras que promoveu na maioria dos estados brasileiros esses Encontros. Na mesma medida, Lélia Gonzalez viajando pelo país, participou de muitos deles, fazendo palestras, discutindo a formalização de instituições destinadas a defesa dos direitos das mulheres negras[478]. O avanço na organização da luta das mulheres negras foi pautado nos encontros, muitos deles sob o patrocínio do poder público. Nesse momento, os documentos comprovam a participação de secretarias estaduais e municipais, bem como partidos políticos "contrários ao governo" entrando com apoio financeiro nesses eventos, o que não descarta o autofinanciamento para manter as instituições, como era comum no MN.

Consideramos que, as mulheres negras no Rio de Janeiro, deram o pontapé inicial necessário para desencadear os encontros por todo país. Em 1983, os documentos do SNI já registravam o "I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ"[479]. Segundo o Informe do CIE, o Encontro realizou-se entre 4 e 6 de março de 1983, no Instituto Metodista Bennet, no Flamengo, tendo sido "promovido pelo GRUPO DE MULHERES NEGRAS (GMN) ". O Informe, sem avaliações do agente, discorre sobre o evento, anotando do tempo de duração, as decisões encaminhadas, listando todas as participantes e entre elas as que compuseram mesas, as que fizeram uso da palavra ou questionamentos. De acordo com o documento, o primeiro dia do evento contou com 150 pessoas, no segundo dia a plenária iniciada às 19h, contou com "aproximadamente 40 pessoas" e no último dia, "devido ao pequeno número de participantes (06) não foi formada a mesa coordenadora". No entanto, nos parece que após a primeira mesa, que iniciou as 9h de um domingo, as pessoas chegaram, pois, o encontro seguiu com outros debates com mesa iniciando as 15h e aprovação de propostas. Segundo Silva (2014), foi a partir do Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, que no mesmo ano, na cidade,

[478]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0001de0002. ACE nº 012486/88. Data: 13 de dezembro de 1988. NRS 1650/88. I ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS (Goiânia). Confidencial, p. 9. Segundo o documento, o referido encontro, ocorreu no período de 25 a 27 de novembro de 1988 e contou com a presença de Sonia Maria Giacomine, Iêda Leal de Souza, Silvanir Euclênio Silva, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Lélia Gonzalez entre outras lideranças do MMN. O evento foi financiado pela Secretaria da Condição Feminina do Estado de Goiás (SECOF/GO) e pela UCG, com a participação efetiva da Pastoral de Negros. Nesse encontro foram eleitas as delegadas para participar e representar o MMN de Goiás no Encontro Nacional de Mulheres Negras -Valença/RJ, que ocorreria de 1 a 4 de dezembro de 1988.

[479]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83032581_d0001de0001. ACE nº 032581/83. SNI/AC. Informe nº 714 s/102- A 11-CIE, de 13 de abril de 1983. I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ. Origem EX. Avaliação: A-1. Difusão: AC/SNI, Cl/DPF, CIM, CISA.

surgiram outros grupos como o Nzinga- Coletivo de Mulheres Negras, e o Centro de Mulheres de Favela e Periferia.

O relato do agente que vigiava o movimento aponta a presença e participação ativa de homens e mulheres negros e não negros de outros segmentos sociais, dentre eles membros do IPCN e da SINBA, políticos do PDT e do PT, Comunidade Eclesiástica Bem Estar Social (CEBES), representantes de associação de moradores, profissionais liberais, membro da OAB/RJ, militantes do PC do B, representante da União Nacional dos Trabalhadores em Educação - UNATE, profissionais da Educação, a atual senadora Benedita da Silva-PT/RJ, que naquele momento de abertura política havia sido eleita no ano anterior, vereadora da capital, entre outras. O Grupo de Mulheres Negras (GMN) do Rio de Janeiro, ganhou repercussão e o SNI seguiu em sua vigilância. No Informe sob o assunto: GRUPOS FEMINISTAS NO RI0 DE JANEIRO/RJ E ESPÍRITO SANTO/ES -, LIGAÇÕES NO PROCESSO SUBVERSIVO[480], o documento começa assim:

> No RIO DE JANEIRO/RJ, são várias as organizações feministas em atividade, embora, em sua maioria, não sejam registradas no CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS. A formação da opinião de tais grupos e sua atuação, no que respeita à formação publica, é considerada, pelos vários segmentos esquerdistas, como essencial para o combate ao regime político vigente. Assim, sob pretextos vários, as organizações feministas vêm adquirindo maior impulso e sendo, mais e mais, manipuladas política e ideologicamente. "No conjunto, são de ressaltar os seguintes aspectos: criação de departamentos femininos nos sindicatos e nos partidos políticos, notadamente de oposição"[481].

O documento aponta vinculações das entidades feministas com organizações subversivas. Nesse sentido, afirma que "Na área da ARJ, com maior ou menor atividade, foi detectada a existência dos seguintes grupos feministas...", dentre vários grupos listados como feministas, como o Mulherando, o Grupo Maria Sem-Vergonha, consta o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN/RJ). A princípio, o único grupo de mulheres negras daquela lista. Sobre o GMN/RJ o documento destaca que era liderado por "LÉLIA DE ALMEIDA GONZALEZ, militante do MOVIMENTO NEGRO (MN) é 1ª suplente de Deputado Federal

[480]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83007676_d0001de0003. Informe nº 07676/16/ARJ/83. Data: 25 de março. Avaliação A-1. DIFUSÃO AC/SNI - I EX/2º SEC - CISA/RJ - SR/DPF/RJ – SR/DPF/ES. Assunto: Grupos Feministas no Rio de Janeiro/RJ e Espírito Santo/ES -, Ligações no Processo Subversivo. (3.4) (Grifos do documento).

[481]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83007676_d0001de0003. Informe nº 07676/16/ARJ/83. Data: 25 de março. Avaliação A-1. DIFUSÃO AC/SNI - I EX/2º SEC - CISA/RJ - SR/DPF/RJ – SR/DPF/ES. Assunto: Grupos Feministas no Rio de Janeiro/RJ e Espírito Santo/ES -, Ligações no Processo Subversivo, p. 2. (Grifos do documento).

pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) ". O documento lista várias mulheres como "ativistas do GMN", dentre elas uma "de provável inspiração trotskista". Outras mulheres, ao lado de seus nomes, um código (SDQ), como ocorre no nome de Abigail Paschoa Alves de Souza e Adélia Azevedo dos Santos. Paschoa aparece como uma das organizadoras do I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. O Informe também detalha as atividades dos grupos feministas do Espírito Santo, que apesar de ser de "menor porte", também mobilizou vários grupos e lideranças femininas que foram relacionadas.

Dos encontros promovidos pelos grupos feministas, de acordo com o Informe, foram definidas as atividades em comemoração ao Dia Internacional da Mulher naquele ano (1983), onde cada entidade presente organizaria uma ação. Ao GMN, coube a organização para os dias 4,5 e 6 de março do I Encontro de Mulheres Negras, discutido acima. O Informe também mostra as articulações de Lélia Gonzalez com o movimento feminista, bem como as articulações entre o MMN e o movimento feminista por todo país. Os documentos mostram como Estados, representando as cinco regiões do país, participaram da passeata no dia 8 de março, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Ao final do Informe, a avaliação dos agentes que acompanharam os eventos e diante da informação, a solicitação:

> Esta AR apreciaria receber novos dados quanto a atuação das organizações feministas anteriormente referidas, particularmente aqueles que dissessem respeito aos seguintes tópicos: - orientação ideológica predominante em cada uma delas; - ativistas mais notarias, com dados de qualificação e posições políticas ligações com organizações internacionais feministas; outros dados julgados pertinentes"[482].

A resposta à solicitação vem nos documentos em anexo. No "QUADRO DAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS COM ATUAÇÃO NO RJ E ES", que consta como anexo do documento, estão listadas as "militantes mais conhecidas" das agências de vigilância e repressão, sua vinculação política e orientação ideológica provável. No que diz respeito ao Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN), consta como sendo de orientação trotskista[483]. Outros documentos dão conta de toda a articulação entre o MMN e o feminista e entre esses e os demais movimentos sociais, demonstrando a preocupação dos órgãos de

[482]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83007676_d0001de0003. Informe nº 07676/16/ARJ/83, p. 21.

[483]Das militantes mais conhecidas das agências de vigilância e repressão constam os nomes de: Vera Maria Bragança Teixeira, Regina Célia Maciel Lopes, Abigail Pascoa, Alves De Souza, Mery Isabel Pereira, Lália Catarina Rocha, Adélia Azevedo dos Santos, Tereza Cristina de Araújo Costa, Rosa Porcaro. Todas do Partido dos Trabalhadores e da Comissão de Mulheres do PT, consta o nome de Lélia de Almeida Gonzalez, como de orientação trotskysta. Documento citado, p. 25-28. Grifos do documento. As demais, aparecem pontualmente como organizadoras ou participantes dos eventos.

repressão[484]. O I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, ocorrido em 1987, de acordo com Silva, não deve ser confundido com o I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Apesar de o documento citado nomear este encontro de "I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ", segundo Silva[485], se diferenciou do que elas nomearam de I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ, visto que este último, teve como marco, o fato de "garantir, pela primeira vez no país, que apenas mulheres afrodescendentes pudessem participar. Os homens – negros ou brancos – e as mulheres brancas foram vetados de partilhar do evento. A pesquisadora e organizadora do evento, explica que:

> Embora recebendo aportes financeiros oriundos de entidades, parlamentares e organizações feministas brancas, aquela se constituía numa oportunidade de introspecção organizativa. Para as mulheres negras, se fazia necessário estar entre suas iguais. Entendia-se, naquela conjuntura, que as mulheres lutavam e deveriam ser visibilizadas como sujeitos políticos nos diversos movimentos sociais e na sociedade em geral. Esta, certamente, era uma atitude desafiadora à época. Tensões oriundas de alguns setores do movimento feminista acabaram repercutindo nas discussões internas do encontro[486].

A explicação da professora Joselina Silva, pontua as questões que discutimos acima no que diz respeito as discussões em torno das pautas do MMN, em especial, das dificuldades de compreensão por parte de outros seguimentos, das singularidades desse movimento. Sobre o I Encontro Estadual da Mulher Negra do Rio de Janeiro, o Informe:

> Realizou-se nos dias 06,07 e 08 nov. 87, no CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES, cm NOVA IGUAÇU/RJ, o I ENCONTRO ESTADUAL DA MULHER NEGRA. 0 evento teve por objetivo a troca de experiências e reflexões sobre temas

[484]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.68010446 - Dia Internacional da Mulher, preparativos e comemorações. 3.2 e 3.3. – Dossiê. Na integra, o texto inicial do documento: "As entidades ligadas ao movimento feminista preparam-se, com antecedência, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 1984". Foram realizadas reuniões preparatórias e no dia 08 mar 84, houve concentração na Cinelândia, Rio de Janeiro-RJ, quando foi lido um manifesto contra a situação dramática das mulheres do campo. A tônica dos pronunciamentos foi direito do voto das mulheres nas eleições diretas e imediatas para presidente. Muito embora sem a receptividade e o destaque dos eventos realizados em anos anteriores, as comemorações pela passagem do dia internacional da mulher vieram, mais uma vez, demonstrar a infiltração das organizações subversivas no movimento feminino.
Consta registrado o nome de Lélia Gonzalez, dentre o de diversas outras mulheres e entre as entidades que estão registradas constam: o grupo Nzinga ou Mulheres do Movimento Negro, Associação dos Moradores de Santa Teresa, Associação dos Moradores do Flamengo, Casa da Mulher, Centro da Mulher Brasileira-CMB, Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Coletivo pela Paz, Comitê Brasileiro pela Anistia-mCBA, Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ, Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas, Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB, Partido dos Trabalhadores- PT, dentre outros.
[485]SILVA, 2014, p. 18-19.
[486]SILVA, 2014, p. 19.

> específicos relacionados com a discriminação da mulher negra, desde seu espaço sócio-cultural até o mercado de trabalho, problemas econômicos e políticos[487].

De acordo com este documento, o evento contou entre 240 e 300 participantes, tirou como resolução a realização, em 1988, de Encontros de Mulheres Negras na Região Serrana, em abril - e no mês de março -, o Encontro das Mulheres Negras da Baixada Fluminense, cujo local seria a cidade de Duque de Caxias. Além dessa agenda, a criação de uma organização sociocultural e política que atuaria a níveis estadual e nacional, com o objetivo de defender os direitos da mulher negra, dentre outros. Nesta informação, o agente não deixou de imprimir sua avaliação tanto do evento quanto a respeito do MNU, cujas ativistas participaram ativamente do encontro. Benedita da Silva, naquele momento, já deputada federal, presidiu a mesa de abertura que contou com os membros da comissão organizadora, as quais tiveram seus nomes listados no informe. No documento também tem listado todas as entidades que apoiaram o evento, e que segundo o agente: "pautou pela organização"[488]. Como no início do Encontro, o agente não deixa de demarcar sua preocupação ou incomodo com o MNU. Sendo assim, após assistir todo o evento, ele avalia:

> A crescente onda de violência contra a mulher negra, a discriminação tanto racial como no trabalho ou por parte dos outros segmentos sociais são fatos que vem provocando grande preocupação para a comunidade. Assim, as mulheres negras mobilizadas durante o Encontro Estadual discutiram, entre outros assuntos, a criação de um organismo de âmbito estadual e nacional para a defesa dos seus direitos. "Desta forma, constata-se o crescimento da conscientização da comunidade negra, também no setor feminino, o que vem mais uma vez demonstrar o recrudescimento do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, na área do Estado do RIO DE JANEIRO"[489].

No que diz respeito a este I Encontro Estadual, que segundo a explicação da professora Joselina Silva, citado acima, teve como maior característica a presença só de mulheres afrodescendentes e tomando o documento produzido por "um agente" dos órgãos de vigilância, faz-se necessário refletirmos sobre essa figura oculta, num evento para mulheres negras e com a presença só de mulheres negras, "um informante". Esse fato evidencia que mesmo no momento de abertura política, a repressão ainda sobrevivia, visto que havia naquele espaço, alguma informante, que passando despercebida, por ser uma mulher

---

[487]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_87015414_d0001de0001.ACE nº 015414/87. 23 nov. 87. Confidencial. I Encontro Estadual da Mulher Negra. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88064705_d0001de0001. ACE nº 064705/88. 06 de janeiro de 1988. O corpo do documento vem com carimbo Confidencial, datado de 1 dez 87. Grifos no documento.

[488]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88064705_d0001de0001. ACE nº 064705/88, p. 6.

[489]Grifo do documento, p. 8.

afrodescendente, relatou todo o evento com riqueza de detalhes, aos órgãos de vigilância. Cabe ressaltar que de acordo com a organizadora, foi quase um ano de preparação e organização desse encontro, entre "reuniões, debates, festas, oficinas, mesas redondas e mini-cursos, em diferentes bairros da cidade e do Estado do Rio de janeiro"[490]. Como o evento ocorreu em 1987, onde parte da sociedade brasileira já discutia e pleiteava a desmobilização do SNI; os documentos já não deixam explicito as agências que solicitavam as informações, o que nos impediu de identificar ao menos, o órgão que originou o documento, visto que dificilmente chegaríamos à identidade da militante "infiltrada" no MMN.

Durante toda a década de 1980, multiplicaram-se os encontros, os grupos que foram fortalecendo a organização do MMN por todo Brasil. Em São Paulo, em 1984, o Coletivo de Mulheres Negras organizou o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, que segundo Roland[491] compareceram mais de 400 pessoas, sendo "mulheres negras paulistas, mulheres negras de outros estados e homens negros". Os encontros estaduais mobilizaram todo o MN e demais setores sociais e políticos. O SNI, apesar dos novos ventos seguia com sua atenção voltada ao MN e o MMN, vários documentos desse período mostram a vigilância, mesmo que fosse só para relatar os movimentos, listar as lideranças relembrando seus históricos nas organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura. Era preciso mostrar serviço. Destes outros encontros documentados, podemos destacar: I Encontro Estadual de Mulheres Negras de Goiânia, realizado ente 25 e 27 de novembro de 1988[492]; II Encontro de Mulheres Negras da Bahia, entre os dias 21 e 23 de outubro de 1988[493]; I Encontro Estadual da Mulher Negra de Belo Horizonte/MG, de 6 a 8 de maio de 88[494].

Em todos esses encontros a articulação e preparação para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceria em Valença, entre os dias 03 a 05 de dezembro, no Rio de Janeiro. Como podemos perceber, os encontros estaduais gestaram o I Encontro Nacional, e o Rio de Janeiro teve papel fundamental na organização desse encontro[495], Rosália Lemos, avalia que "a década de oitenta se encerrou com a realização do I Encontro Nacional de

---

[490]SILVA, 2014, p. 19.
[491]ROLAND,2000, p. 239.
[492]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0001de0002. ACE nº 012486/88. Data: 13 de dezembro de 1988.
[493]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PP.P_88010290_d0001de0001.ACE Nº 010290/88 de 8 de novembro de 1988. Confidencial. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89069077_d0001de0001. ACE nº 069077/89. Confidencial.
[494]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_88013977_d0001de0001. ACE nº 13977/88. Data: 23 de maio de 1988.
[495]LEMOS, p.1997; SILVA, 2017, p. 5.

Mulheres Negras, que congregou cerca de quatro centenas de mulheres afrodescendentes, na cidade de Valença (RJ), durante quatro dias, iniciando em quatro de dezembro de 1988". Na avaliação da ativista Lucia Maria Xavier de Castro, "o Encontro foi um marco decisivo para a visibilidade da mulher negra e para o impulsionamento das reflexões e ações para o combate ao racismo e ao sexismo. Desde aquela data, diferentes grupos vêm se inserindo através dos fóruns para a organização das mulheres"[496].

Como é possível perceber, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi um marco para o MMN e tão logo o SNI soube de sua organização solicitou as demais agências: "1) Acompanhar e enviar sinopse do evento em pauta; 2) identificar lideranças e organismos participantes, bem como vinculações ideológicas; e 3) Outros conhecimentos julgados úteis". Para a agência, o MNU seria o responsável pela promoção do evento a nível nacional[497]. Segundo o documento, o evento ocorrido no Hotel dos Engenheiros, em Valença/RJ, de 2 a 4 de dezembro de 1988, "teve por objetivo denunciar as desigualdades sociais, raciais e sexuais bem como analisar as perspectivas que as mulheres negras brasileiras possuem com relação ao futuro". Enquanto as pesquisadoras citadas que também foram organizadoras do evento, citam mais de quatrocentas mulheres, o documento registrou em média trezentas pessoas "entre convidados, políticos e membros delegados de vários estados brasileiros e do exterior"[498].

E no "apoio financeiro, organizações nacionais e internacionais. O processo de construção do evento também foi vigiado pelas agências, como a exemplo do Informe nº 742/31/88[499], de 10 de novembro daquele ano, quando a Brigada Militar/RS tratou sobre o assunto. Segundo o Informe, o grupo Maria Mulher do MNU de Porto Alegre, "realizou na Assembleia Legislativa uma reunião preparatória visando o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras a ser realizado no RIO DE JANEIRO". Além desta, o grupo fez uma reunião anterior, no mês de novembro, onde foram eleitas entre as entidades participantes, as delegadas para o evento. Esse documento, exemplifica de forma concisa, como as agências foram respondendo ao SNI. O Informativo Nzinga também divulgava a organização do

---

[496]CASTRO, Lucia Maria Xavier de. **A mulher negra: sua situação na sociedade.** Cadernos do CEAP, 1999, p. 32.

[497]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88017028_d0001de0001. ACE nº 017028/88. Data: 20/12/88. I ENCONTRO DA MULHER NEGRA. Confidencial, p. 5.

[498]Sobre a delegação estão listados: Alagoas, Mato Grosso do Sul, Brasília/DF, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraná, Bahia, Rio De Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande Do Sul, Paraíba, Sergipe, Pará, Maranhão, Canadá, Estados Unidos e Equador, p. 6.

[499]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_88016871_d0001de0001. Informe nº 742/31/88 de 10 de novembro de 1988. Assunto: 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras -Rio de Janeiro. Origem: PM2. Avaliação: 1. Difusão: APA/SNI - E2/CMS.

Encontro Nacional. Tendo sido "recolhido" pelos agentes foi anexado a um documento, sem maiores informações ou carimbos, somente a entrada na DI em 19 de setembro de 1988. O documento, diante do conteúdo do informativo, anuncia:

> Está circulando na área do RIO DE JANEIRO o exemplar nº 4, do INFORMATIVO NZINGA (Z7: "A") do grupo "NZINGA- COLETIVO DE MULHERES NEGRAS", relativo ao bimestre JUL/AGO 88. Em seu editorial o informativo destaca o fortalecimento do MOVIMETNO NEGRO UNIFICADO (MNU) após as comemorações do Centenário da Abolição. Destaca ainda, o avanço alcançado pelas mulheres negras que já se mobilizam para o 1 ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, programado para o dia 02 DEZ 88, no RIO DE JANEIRO/RJ[500].

Constata-se então que as mulheres negras tiveram papel fundamental na história e constituição do movimento negro e no movimento de mulheres negras. A atuação política dessas mulheres tenha se constituído nas organizações de esquerda, ou diretamente na luta antirracista imputadas por este movimento, somadas, foi de extrema importância na constituição política ideológica dos dois movimentos. As divergências que surgiram na constituição do MMN, malgrado as separações, entendemos que acabaram por contribuir com o crescimento e ampliar as bandeiras de luta do movimento. Nesse sentido, podemos inferir que o MMN se constituiu política-ideologicamente heterogêneo, o que faz dele um movimento social altamente diversificado como o próprio MN que lhe deu origem. A partir da força e articulação das mulheres negras, do MMN, que somado ao movimento feminista, foram assunto do SNI, cujos movimentos foram reconhecidos entre as agências como "entidades contestatórias", reconhecidas como atuantes por todo país, principalmente nas capitais.

Mesmo muitas naquele momento de ascensão do movimento feminista e do MMN não estarem atuando naquele momento, nos tradicionais movimentos de esquerda, ou mesmo algumas que nunca atuaram, foram acusadas e vistas por aqueles órgãos como de esquerda e comunista. Esses movimentos foram acusados de fazer "a oposição à política vigente" e de levantar bandeiras de cunho ideológico, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública, despertando antagonismos sociais que "se não combatidos" cresceriam. E assim o foi. A vigilância cerrada, não impediu a organização das mulheres, que apontavam para os órgãos de repressão um novo tipo de organização, cuja capilaridade se comprovou no quantitativo de

[500]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88016535_d0001de0001. ACE 16535/88. Deu entrada na DI (Divisão de Informações) em 19/09/88. Grifos no documento. O Informativo Nzinga apreendido é o de julho/agosto de 1988, nº 4, Ano III. A capa sob o título: As mulheres do NZINGA com a cara e a coragem, traz uma fotografia das mulheres membras do coletivo, p. 4.

documentos produzidos pelo SNI. Em muitos dos documentos do MMN produzidos, os agentes dos órgãos de vigilância não fizeram análises, nem adjetivos, para além dos já citados, a respeito da ação dessas mulheres, se contendo em descrever os passos das lideranças e das organizações. Entendemos que esta "contenção" teve muito a ver com as denúncias e críticas aos órgãos de repressão, feitas pela sociedade brasileira, possibilitadas pela conjuntura de ascensão do processo democrático.

Com base no número de documentos apresentados, é possível compreendemos a importância do movimento das mulheres negras tanto para a luta próprio MN quanto para a construção de um feminismo sob bases mais amplas de representação das mulheres no Brasil. E, como afirmaram duas grandes lideranças[501] "o movimento de mulheres negras esteve nos principais fóruns da sociedade civil, se posicionando, discutindo, colocando a nossa ótica". Este olhar estava embasado na vivência do preconceito racial e de gênero vivido cotidianamente pelas mulheres negras. E foi essa competência em "incorporar as dimensões do cotidiano" que entendemos, ampliou e fortaleceu as lutas do MMN por todo país. Esse crescimento e fortalecimento foram reconhecidos pelas agências e registrado nos documentos. Toda a movimentação da luta das mulheres negras em defesa de suas pautas especifica e das pautas do MN, esteve presente também na imprensa. Tanto a imprensa negra quanto a grande imprensa e a imprensa alternativa, publicaram matérias com lideranças do MMN, que a partir de entrevistas colocavam as pautas defendidas pelo movimento. Entre as mulheres negras, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez foram bem solicitadas pela grande imprensa[502], enquanto outras lideranças, a exemplo de Pedrina de Deus discutiam as pautas e reivindicações das mulheres negras através da imprensa negra, cujos exemplares seguiam como provas documentais nos anexos dos documentos produzidos pelas agências do SNI.

[501]Lúcia Xavier e Sueli Carneiro. Entrevista ao CPDOC-FGV, p. 354-362.
[502]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.

4 **A IMPRENSA NEGRA NAS RUAS: DEMARCANDO A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO**

Os estudos sobre a história da imprensa no Brasil estão consolidados dentro da historiografia. Todavia, no que diz respeito à imprensa negra, sobretudo a imprensa que ressurgiu junto com o movimento negro contemporâneo, a partir dos anos de 1970, tais estudos ainda carecem de espaço no campo historiográfico. Assim como os estudos sobre o movimento negro, as pesquisas sobre a imprensa negra estão mais demarcadas no campo das Ciências Sociais que na História, onde há muito tempo, a ausência do tema na historiografia foi situada por parte de alguns pesquisadores[503]. Não é nossa pretensão fazer aqui um histórico da imprensa negra, uma vez que trabalhos de relevância já foram feitos na área das Ciências Sociais[504] e no campo da historiografia[505]. No entanto, devido a esses estudos mostrarem que essa imprensa tem uma longa história, constituindo-se numa vasta fonte histórica, entendemos que muito ainda há o que ser pesquisado, tanto no que diz respeito à história do movimento negro, quanto à história da imprensa que o representa. Neste capítulo, buscamos trazer parte da história da imprensa negra, com base em documentos registrados na comunidade de informações (SNI), que atuou vigiando, controlando e reprimindo os movimentos sociais existentes na época, dentre eles o movimento negro.

4.1 **Imprensa negra: lugar de discussão político ideológica do movimento negro**

Os jornais escritos por negros para os negros foram definidos pelos estudiosos da imprensa negra como "órgão de representação da comunidade negra", "mecanismo de afirmação racial", "tentativa de construção de uma cidadania negra", "canal de integração do negro nacional", entre outras definições[506]. Clóvis Moura (2016), no prefácio da dissertação

[503]GOMES, 2005; MOURA, 2019.
[504]BASTIDE, 1951; FERRARA, 1986.
[505]GOMES, 2005; PINTO, 2006; DOMINGUES, 2008; MOURA, 2019.
[506]O historiador Petrônio Domingues, ao discorrer sobre as produções acadêmicas que trazem a imprensa negra como objeto, destacou como cada pesquisador definiu a imprensa negra em seus trabalhos. DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 21-27.

de mestrado em Sociologia da pesquisadora Miriam Nicolau Ferrara[507] afirmou que os "jornais negros expressaram as particularidades e diferenças culturais, sociais e psicológicas dos afro-brasileiros de São Paulo", e se pudemos acrescentar, do Brasil, visto que há registro de jornais negros em várias cidades do país. Nesse sentido, Moura avalia que a imprensa negra do início do século XX fora:

> "[...] esforço dos negros que através da sua imprensa – de negros para negros – reivindicavam a integração e a participação na sociedade abrangente, representou uma forma alternativa de auto definição étnica, de redescoberta do "eu" perdido ou quase perdido durante o longo período da escravidão colonial"[508].

No que se refere à constituição da imprensa negra do início a meados do século XX, Moura assegura:

> (...) se constituiu como "um parâmetro importantíssimo para se analisar como ela servia de veículo de solidariedade grupal, através da forma de abordar os seus problemas, sempre em face da existência de outra sociedade: a sociedade branca". Ela era "fruto e reflexo de uma posição de grupo específico que se auto identificava como tal"[509].

O advento da República, com seus marcos, sinaliza também a história da imprensa, que vem pautar o processo de modernização e transformações sociais do período, acompanhado de disputas políticas e da construção da identidade nacional. Neste sentido, historicamente, o nome dado aos jornais funcionava como "autoafirmação e construção identitária" para a formação da comunidade negra, a partir do olhar negro em relação àquela sociedade recém-nascida como República. É em função dessa afirmação da identidade negra, do falar por si e de si, que Moura (2019) nos chama a atenção:

> A imprensa negra reflete como os negros articulam esse conceito, em relação a si mesmos. Oprimidos socialmente e discriminados etnicamente, estigmatizados pela sua *marca*[510] étnica, os negros concentram nessa *marca* o potencial de sua revalorização simbólica, do reencontro com a sua personalidade. Daí porque se

---

[507]FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963).** São Paulo: FFLCH/USP, 1986. (Dissertação de Mestrado), apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). – São Paulo: 1982 (Mimiografada).

[508]MOURA, 2016, p. 2. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/moura/1986/mes/prefacio_imprensa_negra_paulista.pdf. Acesso em: 26 de novembro de 2020. Prefácio de Clóvis Moura / Imprensa Negra Paulista / Universidade de São Paulo. Prefácio feito para o livro de Miriam Nicolau Ferrara – A imprensa Negra Paulista (1915-1963). São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

[509]MOURA, 2016, p. 2. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/moura/1986/mes/prefacio_imprensa_negra_paulista.pdf. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

[510]Grifo do autor.

> referem a raça, a "nossa raça" sempre em nível de exaltação, pois tudo aquilo que para a sociedade discriminadora é negativo passa a ser positivo para o negro, e esse fenômeno se repete na sua imprensa. Não é por acaso que o seu mais significativo e polêmico jornal tem como título *A Voz da Raça.* A "raça" é, portanto, exaltada e quando o negro se refere a outro, fala que ele é "da raça". Isto está explicito nos jornais negros[511].

De acordo com o historiador Flávio Gomes (2005), a Imprensa Negra do final do século XIX e início do XX trouxe em suas páginas, temas de interesse da população negra, discutindo seu lugar na sociedade brasileira em face das questões políticas, econômicas e principalmente das relações raciais que se estabeleceram no pós-abolição e implantação da República; temas estes, segundo Gomes, silenciados pela grande imprensa do período. Para o historiador, produzir e reproduzir os valores culturais e morais da classe dos homens de cor[512] era uma das principais funções da IN, moldando os referenciais comportamentais dos negros organizados em torno dos clubes, da imprensa, dos pretos comuns. Gomes (2005)[513] afirma que ainda que a IN tenha surgido no mesmo período e contexto que a imprensa operária, contudo, a imprensa negra trouxe em si características próprias, em especial na construção de uma visão de mundo diferenciada. Esses jornais já no final do século XIX[514], princípio do XX, apresentaram a discussão em torno de classe e raça, questão já posta naquele início de República. Desde os primeiros jornais, a imprensa negra demarcou a luta dessa população por acesso a garantia de direitos constitucionais, seja nas páginas da imprensa do início ou de meados do século XX, seja nas páginas dessa imprensa no período ora estudado. No entanto, percebe-se que a cada período as lideranças negras trazem novas estratégias para as suas formas de luta, de acordo com a conjuntura sociopolítica e com sua visão, no momento de sua atuação.

Como já foi dito, os jornais "alternativos", se construíram como lugar profícuo de grupos étnicos ou políticos, porta-vozes daqueles cujos pensamentos, olhar sobre o mundo e a sociedade não eram matéria da grande imprensa ou da imprensa oficial (Autorizada pelo governo a emitir periódicos e outras publicações de divulgação de decisões e comunicados). Esta, sempre posicionada como formadora de opinião trouxe em suas páginas a visão do grupo social dominante a quem servia, na República, "assumindo um papel civilizador"; assim o fora desde sua criação. Aos outros, cabia buscar outras formas de comunicação entre suas comunidades, com o claro objetivo de interferir no *status quo* do contexto que estavam

---

[511]MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro.** 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019, p. 249-250.
[512]Título do primeiro jornal da imprensa negra surgido em 1833, criado por Francisco de Paula Brito.
[513]GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
[514]Sobre os jornais da imprensa negra no século XIX ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899).** Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

inseridos, como nos diz Correia Leite em seu depoimento, versando sobre a imprensa negra em São Paulo:

> A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte[515].

Constata-se que, pelos jornais da imprensa negra foi possível à "classe dos homens de cor" lutar pela desconstrução da imagem estereotipada, forjada desde o período imperial e fortalecida no pós-abolição. Seus elaboradores buscavam compreender o lugar do negro naquela sociedade, concebendo e projetando sua imagem a partir de si, buscando formas de inserção social. No que diz respeito à imagem dos negros na imprensa do pós-abolição, o historiador Petrônio Domingues[516]nos diz que os negros "em linhas gerais eram objeto de notícias sensacionalistas, sendo chamados de ladrões, assassinos, desordeiros, prostitutas, bêbados, vagabundos. Ademais, imperava o silêncio e a invisibilidade". Esse era o discurso da mídia em relação ao negro. De acordo com essa perspectiva, Sodré já havia enfatizado a relevância da imprensa negra:

> A importância da imprensa negra acentua-se quando se leva em consideração, a exemplo de van Dijk que os discursos sociais (...) programas de rádio difusão, textos jornalísticos, pronunciamentos parlamentares, etc.- desempenham um papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo. Desses discursos provêm os modelos cognitivos e as atitudes, relativos às minorias de qualquer natureza, especialmente os negros na sociedade "clara" do Ocidente[517].

A imprensa negra buscava defender os interesses da população negra - tal quais os jornais dos imigrantes ou os jornais corporativos, no início da República - bem como fortalecer sua identidade, inclusive no que diz respeito ao modo de se comportar individualmente, vestimentas e sociabilidade, numa luta constante contra os estereótipos construídos pela branquitude, contra a miserabilidade imposta, o preconceito e a

---

[515]LEITE, 1992, p. 33. Esse e demais depoimentos de Correia Leite, criador do jornal Clarim d'Alvorada, consta de uma produção riquíssima que traz em suas páginas a narrativa pessoal, em primeira pessoa, desse grande militante da imprensa negra e do movimento negro. As memórias de Correia Leite, recheadas de histórias e muitas delas documentadas nos jornais de imprensa negra, foram organizadas com maestria pelo escritor, poeta e dramaturgo Cuti (Luiz Silva), militante histórico do movimento negro, mestre e doutor em Literatura, pode ser buscado no livro: Leite, José Correia... E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos/ José Correia Leite: organização e textos Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

[516]DOMINGUES, Petrônio, 2008, p. 30.

[517]SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 242.

discriminação que os atingia no imediato pós-abolição. Em função disso, a identidade racial sempre esteve pautada na imprensa negra fosse no nome dos jornais apontando seu caráter afirmativo, fosse na construção de um conceito que definisse aquele grupo social. Neste sentido, Domingues aponta que o Clarim d'Alvorada definira em suas páginas[518]: "[...], é o negro toda gente de cor, preta, mulato, moreno, etc., descendente de Africano e do Indígena". Cabe salientar que segundo Domingues[519], a própria expressão "imprensa negra" que nós pesquisadores utilizamos para designar esses jornais, já era conhecida e utilizada pelo Clarim d'Alvorada.

Apesar da convergência entre os pesquisadores[520] de que a IN representava o olhar dos negros sobre si e para si, concordamos com Domingues quando, ao identificar o caráter de classe já posto nessa imprensa, ele afirma que "os jornais não expressavam o pensamento do conjunto plural e multifacetado da população negra, mas, fundamentalmente, o de um setor minoritário, conhecido como 'elite negra', podendo ser classificada como intelectualidade negra[521], visto que no início do século XX, aqueles que produziam a imprensa negra, negros que em sua maioria não estavam nos espaços acadêmicos. Apesar disso, eram homens letrados, com visão sociopolítica sobre a situação do negro na sociedade brasileira, que compreendiam esta conjuntura política e social em que estavam inseridos e, por isso, buscavam dar direção política ideológica a comunidade negra. De fato, a população negra é tão diversa quanto diversas são as organizações do movimento negro. No entanto, a imprensa negra trazia em seus conteúdos a possibilidade de os negros se perceberem como indivíduos, como sujeitos buscando ocupar outro lugar na sociedade brasileira, trazendo para si "os sentidos da democracia e da justiça social"[522], procurando através da escrita registrar seu modo de vida, seus valores, suas lutas e sua cultura de forma a assegurar seu direito à existência individual e coletiva, buscando sair de um processo de subcidadania imposta pela sociedade.

---

[518]O Clarim d'Alvorada, São Paulo, 13 maio 1927. Apud Petrônio Domingues (2008, p. 47).
[519]DOMINGUES, op. cit., 2008, p. 57.
[520]BASTIDE, 1951; FERRARA, 1986.
[521]Aqui, em acordo com Gramsci (1982), o intelectual não quer dizer uma formação acadêmica específica, mas uma formação a partir da ação social, de certo tipo de agente capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infraestrutura, independentemente de sua escolaridade específica, mas relacionada diretamente com o "lugar" que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social. Ao analisar a ação da militância do movimento negro, em especial, sua intelectualidade, percebe-se como que através de sua ação este foi o grupo que acabou por dar "direção" à luta pela consciência racial, bem como à luta de combate ao racismo, na sociedade brasileira. De certo, atentando para o fato de que não necessariamente o pensamento desta intelectualidade negra e das lideranças do movimento negro represente o pensamento de toda a população negra brasileira.
[522]PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. **O movimento negro brasileiro: escrito sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Nandyala, 2009.

A retomada da imprensa negra junto às organizações do movimento negro no Brasil, a partir dos anos de 1970, traz em si algumas características dos jornais negros que a antecedeu como órgãos de informação, formação e conscientização da comunidade negra. A imprensa negra, no regime militar, se tornou uma voz de denúncia da falsa democracia racial - sustentáculo ideológico do regime -, e consequentemente do racismo à brasileira que como vimos, não só restringia a ascensão social dos negros como propiciou o genocídio desta população. Essa imprensa ressurge em defesa da causa negra, aliada aos grupos de oposição, em especial das esquerdas, contra a ditadura e pela redemocratização do país, trazendo propostas de mudança social. A imprensa negra dos anos 70/80, diferenciando-se da imprensa negra do início do século XX – concomitante às organizações negras – como vimos, traziam lideranças politizadas, boa parte formada pelo pensamento das esquerdas políticas, atuando tanto nessas organizações quanto nas organizações negras, e nos diversos movimentos sociais ressurgidos nesse período, inclusive estimulando uma estética negra no que se refere aos penteados e vestimentas afro, às artes e às tradições religiosas de matriz africana.

Como já foi dito, a maioria era jovens estudantes universitários, com percurso acadêmico em boa parte nas universidades públicas do país. Sendo o espaço universitário para grande parte dessas lideranças o lugar de formação da consciência política e da consciência negra. Em pesquisa anterior[523], apontamos que a maioria dessas lideranças eram jovens que iniciaram e concluíram seus estudos entre o final da década de 1960 e os anos 1980; vivenciando a vida acadêmica nos anos 70/80[524] exatamente quando reorganizaram o Movimento Negro no Brasil. Com formação acadêmica variando entre as áreas de Humanas e Exatas, alguns formados em jornalismo, o que possibilitou certo *know-how* para a escrita jornalística característica do período.

Sobre essa imprensa, Amílcar Pereira (2008, p. 208) afirma que no que diz respeito as estratégias de luta do MN, uma das mais importantes foi a criação de uma imprensa negra através da qual podiam divulgar informações a partir de seus próprios objetivos. Essa imprensa trazia um olhar sobre as questões internas em torno do racismo, sem perder de vista

[523]JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

[524]Sobre a formação acadêmica das lideranças do MN por todo o país, ver: PEREIRA, Amílcar Araújo. **"O Mundo Negro": relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. Também em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf e ainda o banco de entrevistas com as lideranças do movimento negro feitas pelos historiadores Amílcar Araújo Pereira e Verena Alberti. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=movimento+negro&TipoUD=1&MacroTipoUD=3&nItens=30 . Acesso em: 10 de março de 2021.

o que ocorria no mundo, em especial em África e nos EUA. Segundo o historiador (p. 226), havia por parte do movimento negro, e consequentemente dos jornais negros, ao buscar referenciais das lutas negras nos movimentos dos negros norte-americanos e africanos, a intenção de "informar o próprio movimento e sensibilizar a sociedade brasileira sobre a questão racial no país"[525]. Foram vários os jornais da imprensa negra, surgidos junto ao movimento negro contemporâneo, trazendo em suas páginas denúncias do racismo no Brasil e as reivindicações deste movimento social[526], tendo se constituído como uma das vozes e estratégias do movimento negro contemporâneo na luta de combate ao racismo, como já exposto. "Os negros estão nas ruas", foi dessa forma que essa imprensa demarcou a luta das organizações negras por seus direitos e pela cidadania.

Uma voz cujo caráter ideológico esteve exposto em cada linha escrita naqueles jornais. Eram negros ampliando a consciência de si no Brasil e no mundo, informando e formando diretamente a comunidade negra. O movimento negro contemporâneo e sua imprensa negra falavam sobre si se posicionando como cidadãos do mundo, num contexto diaspórico de afirmação identitária reproduzido no nome dos jornais, tais como: *Árvore das Palavras*, *SINBA - Sociedade Intercâmbio Brasil-África*, *Cadernos Afro Latino América*, *Tição*, entre outros, que se anunciavam como uma "maioria falante"[527] contra o racismo e a todas as formas de opressão do Estado.

Quanto aos redatores desses jornais, eram indivíduos que foram construindo formas de se posicionarem como homens e mulheres negro/as num momento de opressão política que impunha a necessidade de outra consciência racial. A construção de uma *intelligentsia* afro-brasileira que os possibilitasse, enquanto sujeitos, ocupar outro lugar a partir da construção de uma sociedade que, tivesse de fato como base, a democracia racial, por meio da incorporação da questão racial à agenda política do estado. Segundo Medeiros, (...) essa intervenção política se deu entre outros fatores em função da nova *intelligentsia* afro brasileira que:

---

[525]PEREIRA, Amílcar Araújo. **Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no "Atlântico negro".** Ciênc. let. Porto Alegre, nº 44, p. 215-236, jul/dez. 2008. Disponível em: http://www.fapa.com.br/cienciaseletras. Acesso: 30 de agosto de 2022.

[526]DOMINGUES, 2007, FREITAS, 2009; ARAÚJO, 1999.

[527]O Maioria Falante é um jornal negro, idealizado e fundado em 1987, por Togo Yoruba, Éle Semog e Júlia Theodoro, militantes do movimento negro do Rio de Janeiro. Para conhecer sobre o jornal ver: CULTNE - Vc Sabia? Jornal Maioria Falante - Togo Yoruba https://www.youtube.com/watch?v=nGPcZ7wqFf8. Acesso em:15 de janeiro de 2021.http://negritos.com.br/2020/10/28/jornal-maioria-falante-edicao-06/. http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=Arq_Cultura&pagfis=11956&url=http://docvirt.com/docreader.net#. Neste site se encontra parte significativa das edições do jornal Maioria Falante. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

> Passam a falar em seu próprio nome, sem necessidade de tradutores, intérpretes ou outros intermediários, como Gilberto Freyre, Jorge Amado, Darcy Ribeiro e tantos outros que, a partir de um lugar racialmente privilegiado nesta sociedade, pretendiam conhecer e entender os mais profundos anseios e aspirações dos negros, dos quais costumavam apresentar-se como porta-vozes – por acaso, sempre minimizando o conflito e defendendo , explicitamente ou não, o status quo, em nome, obviamente, dos interesses do conjunto da população brasileira[528].

As organizações negras sempre trouxeram em si um caráter educador[529], e justamente por isso, sua imprensa constitui-se como um meio de educação e formação desta comunidade, pois se entendia que "o negro devia ir a campo para se conscientizar e combater com a mesma arma do branco: cultura e instrução (...)"[530]. Se pensarmos na tradicional periodização, a IN vai ser retomada com um hiato de pelo menos uma década durante a ditadura militar. Os primeiros jornais da imprensa negra contemporânea são criados a partir do início dos anos de 1970. Esses jornais ressurgem para - como os seus antecessores - atender e trazer a público as demandas do MN, o que nos leva a reafirmar o questionamento do historiador e sociólogo Clóvis Moura:

> (...) por que em um país que se diz uma *democracia racial*, há necessidade de uma imprensa alternativa capaz de refletir especificamente os anseios e reivindicações, mas, acima de tudo, o *ethos*[531] do universo dessa comunidade pela sua *marca* de cor que os setores deliberantes da sociedade achavam ser estigma e elemento inferiorizador para quem a portasse[532].

Referindo-se a IN de São Paulo, Clóvis Moura afirma que esses jornais, refletiam "um painel ideológico e existencial do universo negro". A imprensa negra, ressurgida durante a ditadura também buscava traduzir o pensamento do MN, inclusive, rompendo com a lógica dos jornais que o antecederam, pois, o MN das décadas de 1970/80 não mais buscava "igualar-se ao branco"[533]. Na realidade, a luta era buscar a libertação das amarras do racismo

---

[528]MEDEIROS, 2004, p. 166.

[529]Sobre a luta do movimento negro pela educação e do caráter educador do movimento negro ver: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, **Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação.** [On line]. 2000, nº 15, p. 134-158; GONÇALVES. Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.). **O pensamento negro em educação no Brasil.** São Carlos: Editora da UFSCar, 1997; SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporaneo.** Santos Jundiaí, Paco Editorial: 2014. GOMES, Nilma Lino. O **Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petropolis, RJ: Vozes, 2017; JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais**. (Dissertação de Mestrado) - PPGEDUC-UFRRJ, 2015; História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

[530]LEITE, José Correia. ***E disse o velho militante:*** **depoimentos e artigos.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 19.

[531]Grifos do autor.

[532]MOURA, op. cit., 2019, p. 241.

[533]Id., p. 241.

e da falsa democracia racial, pontuando as diferenças. Porém, reivindicando a igualdade nos direitos. Os jornais do movimento negro contemporâneo, mais que apontar regras de comportamento para a comunidade negra, buscavam politizar os negros brasileiros por meio da denúncia e do combate ao racismo, revelando para a sociedade a falsa democracia racial existente no Brasil, trazendo elementos para o fortalecimento e construção de uma identidade negra positiva associada às lutas pela redemocratização do país.

Cabe também pontuar que a IN trouxe em suas páginas notícias e editoriais, apontando ou discutindo a conjuntura política mundial, em especial no que diz respeito à luta dos negros nas ex-colônias africanas e nos EUA, demarcando um posicionamento político na condução da política externa levada a cabo pelos militares, em relação a esses países. Uma característica a ser ressaltada na imprensa negra é a questão geracional. A IN das primeiras décadas do século XX era pensada, produzida e escrita por negros descendentes diretos da escravidão - ou seja, jovens cujos pais, avós e bisavós foram escravizados, libertos ou livres -, que traziam em seus corpos e em sua memória as marcas e histórias deste período. Neste sentido, diante da exclusão a que foram submetidos no período imediato do pós-abolição, tirar os negros da subjugação e marginalização que lhes foram impostas, em função da cor da pele, era uma necessidade vital. Falamos de uma geração que se separava da escravidão por pouco mais de duas décadas.

A geração do movimento negro contemporâneo e sua imprensa já nasceram com um distanciamento maior do período da escravidão no Brasil. Trazendo, além do que lhes contavam na escola, poucas memórias e relatos daquilo que os pais e avós de seus pais contavam, visto que estes eram frutos, na sua maioria, da quarta ou quinta geração de descendentes de escravizados. Apesar desse distanciamento, essa geração experenciava do mesmo racismo estruturado na sociedade brasileira. Todavia, há sem dúvida, a necessidade de, como seus antecessores, reaver essas histórias a partir do olhar e da versão dos seus. Esta geração, como a que a antecedeu, representada pelo Teatro Experimental do Negro e seu jornal Quilombo, buscou recuperar as histórias de luta de personagens negros apagados da História do Brasil, procurando desmistificar aquilo que, na sociedade brasileira fora construído como um "defeito de cor"[534]. A geração da imprensa negra dos anos de 1970/80 buscava a construção de uma imprensa que refletisse a multiplicidade do pensamento e dos olhares da comunidade negra, e que desse conta não só de informar, como formar cidadãos

[534]O termo se refere ao decreto colonial que impedia aos não brancos de assumir cargos públicos, dentre outras objeções. Fato retratado no premiado romance de Ana Maria Gonçalves sob esse título. GONÇALVES, Ana Maria Gonçalves. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

negros. O marco diferencial (E o que as aproximava) das organizações negras e de sua imprensa no período da ditadura, foi a exposição do Estado brasileiro como um Estado racista, com a denúncia pública sobre as relações raciais no Brasil com base na discriminação e no preconceito racial.

É dentro desse contexto, já no início dos anos de 1970 em São Paulo, que Teresa Malatian[535] assinala que a imprensa negra "ressurge", uma vez que os jovens ativistas do movimento negro se apropriaram desta, para através dela reconstruir a memória dos jornalistas negros, pioneiros do início do século XX, como os jornalistas Correia Leite[536], Sebastião Gentil de Castro, Jayme de Aguiar[537] e Henrique Cunha. A ideia era que, a partir de suas memórias, fosse transmitida à nova geração a herança cultural de seus ancestrais e suas histórias de luta. De acordo com Teresa Malatian[538], os estudos sobre a Imprensa Negra adquiriram relevância acadêmica junto ao Projeto UNESCO. Na medida em que se buscava conhecer as relações raciais no Brasil, os pesquisadores encontraram sujeitos negros que através da imprensa, como já discorremos, falavam diretamente para sua comunidade[539].

O retorno a essas antigas lideranças trouxe perspectivas e fortaleceu a predisposição para a continuidade da luta travada por aquela vanguarda em seu tempo, trazendo para a geração dos anos de 1970, "o influxo necessário para sentirmos que não estávamos iniciando um trabalho de conscientização, mas continuando o esforço daqueles que nos tinham antecedido", como assinalou Cuti[540]. No contexto da busca pela memória dessa IN, iniciativas importantes contribuíram com esse intento, colocando em evidência esses jornais que remontam o início do século XX. É neste sentido que, de acordo com Malatian[541], na década de 1970 duas importantes exposições foram organizadas em São Paulo: uma na 1ª Semana Afro-Brasileira,[542] outra com jornais publicados entre 1918 e 1965, durante as comemorações em torno dos 90 anos da Abolição. A exposição foi organizada pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, uma das grandes lideranças do movimento negro.

---

[535]MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar In: **Revista Patrimônio e Memória,** São Paulo, Unesp, vol. 14, nº 1, p. 340-364, janeiro-junho, 2018, p. 355.
[536]Fundador e redator do jornal O *Clarim d'Alvorada.*
[537]Fundador e editor de *O Clarim d'Alvorada.*
[538]MALATIAN, op. cit., 2018, p. 344.
[539]Desde a década de 1950 pesquisas realizadas com a participação decisiva de Roger Bastide e Florestan Fernandes apontaram seu caráter de protesto contra a situação do negro no Brasil e ao mesmo tempo, seu papel organizador e integrativo e desde então o termo passou a englobar jornais escritos por negros, para negros e que abordavam temas de seu interesse específico.
[540]LEITE, op. cit., 1992, p. 11.
[541]MALATIAN, op. cit., 2018
[542]Organizada pela Associação Cultural do Negro, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Com a reestruturação do movimento social negro, os jornais negros, formaram no conjunto da imprensa alternativa, uma das vozes mais ativas nas lutas de oposição ao regime, tanto na denúncia do racismo estrutural do Estado brasileiro, em contraponto com a ideologia do Estado ditatorial, quanto nas discussões em torno das lutas dos negros no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos e nas colônias africanas contra o imperialismo e a colonização. Todos esses fatores fizeram com que a imprensa negra, assim como o movimento negro, fosse considerada subversivo e alvo da vigilância dos órgãos de repressão.

4.2 **A pauta do movimento negro na imprensa sob a mira das agências de repressão**

> (...) entrei na luta contra a ditadura. Fiquei lá no Rio de Janeiro. Fui para São Paulo, fui para Minas, porque nós ajudávamos na resistência contra a ditadura. E para mim era uma beleza, porque pensavam: "Esse não serve para nada". Eles não estavam nem preocupados com os negros. Então eu andava muito bem, não tinha problemas. Nós montamos em Niterói um jornal, eu levava os tipos em uma cesta com verduras por cima. A maior fiscalização em Niterói, revistando gente, e eu passava de barca e voltava. Era uma beleza. Eu tirei vantagem mesmo, nesse sentido, de as pessoas acharem que eu não representava... Não quero dizer de você, mas assim, você admitiria que eu tivesse vivido dois anos na Europa[543]?

O depoimento acima, de João Francisco dos Santos[544], militante histórico do Movimento Negro Contemporâneo traduz como as agências de repressão viam boa parte da militância do movimento negro, através dos relatos e informações de seus agentes. Como já citado anteriormente, nos anos de 1970 as organizações negras tinham na sua liderança, jovens, a maioria universitários, sendo que alguns desses se envolveram com organizações de esquerda, chegando até mesmo a fazer parte dos quadros dessas organizações. Assim, em muitas ocasiões, os agentes da repressão menosprezavam a atuação política das lideranças negras, subestimando seu ativismo e capacidade de interferir no cenário político do país. Na verdade, eram vistos como inaptos, como objetos da manipulação dos comunistas, que

[543]ALBERTI e PEREIRA, op. cit., 2007, p. 91.

[544]João Francisco dos Santos nasceu em São Luís do Maranhão em 2 de junho de 1936. Participou da fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, e foi fundador da Associação Cultural Akomabu, ambos em São Luís. Foi militante do Partido Comunista durante o regime militar, tendo passado dois anos na então União Soviética, entre 1964 e 1966. Foi uma das lideranças homenageadas no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em São Luís, em setembro de 2004. Fonte: Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC / (Orgs.). Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. - Rio de Janeiro: Pallas: CPDOC-FGV, 2007, p. 91-93. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/405655901/Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC (scribd.com). Acesso em: 10 de março de 2021.

buscavam criar tensões sociais no país. Sobre os agentes da repressão não verem negros como agentes políticos, a historiadora Tauana Olívia Gomes Silva, afirma:

> A ideologia da corporação militar geralmente julgava os negros como indivíduos isentos das características exigidas para se compreender os propósitos da luta, pensar as estratégias de ação e, por fim, intervir ativamente enquanto militantes políticos. Afinal, essa ideia foi bastante vulgarizada no imaginário social, e as forças de ordem eram legatárias de princípios "científicos" que admitiam a inferioridade organizacional e intelectual dos negros. "Ou seja, os agentes da repressão frequentemente aceitavam como verdadeiras as teorias racialistas oriundas da Europa desde o século XIX, as quais objetivavam explicar categoricamente as desigualdades sociais através dos fatores hereditários e raciais"[545].

As organizações de esquerda eram vistas pelos militares e agências do SNI como ameaça à segurança nacional. Com relação ao Movimento Negro, a ameaça se dava tanto pela exposição mundial da imagem sociopolítica do Brasil - baseada na ideologia da democracia racial - como um país racista, quanto pela preocupação com uma possível desagregação social em função da exposição do racismo à brasileira. Segundo a visão dos militares, esse antagonismo era incentivado pelas organizações comunistas. Contrariando a práxis dos órgãos da repressão, a juventude negra, no bojo das lutas sociais dos anos de 1970, se mobilizou e, mesmo com a censura, recriou uma imprensa herdeira direta da imprensa negra do século XIX e das primeiras décadas do XX. Como afirmaram os editores do jornal *Árvore das Palavras*.

> A comunidade negra sempre teve seus próprios meios de comunicação. A imprensa negra sempre foi e será um instrumento da luta na luta pela liberdade do negro no Brasil e no mundo. É por isso que seguindo a tradição de luta de jornais como: Clarim da Alvorada, Menelick e outros e afirmando nossas heranças africanas, estamos lutando arduamente no sentido de construir nosso próprio caminho e dirigirmos nossos destinos. Nesse sentido somos: contra a discriminação racial, contra a fome, contra o desemprego e contra todas as formas de opressão que atingem a comunidade afro-brasileira[546].

A pré-disposição dos editores de jornais como *Árvore das Palavras'*, assim como a de outras lideranças negras no país, ao contrário do que pensavam os militares, não deixou dúvida sobre a autonomia política que o Movimento Negro construiu ao longo da história. Entendemos que os que a escreveram preferiram silenciar sobre a participação desse e de outros segmentos sociais na história política do Brasil, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, pautada numa suposta superioridade cultural e racial daqueles que militaram

---

[545]SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres Negras nos Movimentos de Esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985).** (Tese de Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019, p. 381.
[546]Jornal Árvore das Palavras, edição de número 14, datado de agosto de 1976.

contra a ditadura. Há que se admitir que esses pressupostos não permitiram à historiografia do período ver a presença e atuação de outros sujeitos, negando-lhes protagonismo. A ideia de sujeição foi ou poderia ser diferente com os órgãos de repressão em função do grupo social que representavam. No entanto, ao lado daqueles com o 'perfil determinado' para a luta contra a ditadura, associando suas bandeiras àquelas de interesse geral, estiveram outros sujeitos, "outras cores, outros gêneros, outras condições sociais", cuja ausência, como afirmou Nascimento (2016)[547], precisa ser revista pela historiografia do período. Havia por parte dos militares uma grande preocupação com os meios de comunicação e seu poder de desagregação social, através da contestação do regime. Na perspectiva dessa agência (SNI), os comunistas infiltrados nos meios de comunicação utilizavam-se de temas sensíveis a sociedade para fragilizar o governo[548]. Não obstante, a imprensa sofreu forte vigilância e repressão, através das agências do SNI, especialmente na fase de maior recrudescimento do regime. Em vista disso, vigiaram e reprimiram qualquer manifestação do pensamento que lhes parecesse contrária à segurança nacional, fosse em escolas e universidades, através dos livros e, principalmente, propagado através dos meios de comunicação escrita e televisada.

Com o decreto do Ato Institucional 5 (AI-5), em 1968, a repressão visando ao silenciamento da oposição, das organizações de esquerda e das lideranças dos movimentos sociais, estendeu - se também aos meios de comunicação[549]. De acordo com Fico (2001) [550] "os militares atribuíam grande importância aos meios de comunicação social", por isso lhes era caro o controle dos veículos de informação: jornais, revistas, livros, filmes, peças de teatro, músicas..., todo e qualquer meio de comunicação que pudesse informar ao povo a realidade vivida pelo país naqueles anos. A esse respeito, o historiador salienta:

> A censura à imprensa foi tão sistemática que rotinizou-se e, em muitos casos, acabou sendo absorvida, pelos jornalistas, como etapa regular dos trabalhos diários da imprensa. A imprensa escrita foi uma das grandes vítimas da censura. Era o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) quem comandava essa atividade, orientado pelo ministro da Justiça, ambos atendendo a diretrizes gerais ou a pedidos específicos provenientes das instâncias de governo[551].

[547]NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.
[548]FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001. Nesta obra, o historiador Carlos Fico, faz uma minuciosa análise sobre a ação do SISNI a respeito dos meios de comunicação.
[549]De acordo com o inciso III do artigo 5º do Ato institucional, ficaram proibidas atividades ou manifestações sobre temas de natureza política.
[550]Para uma análise a respeito da Censura aos meios de comunicação ver: FICO, Carlos. 2001. Op cit.
[551]FICO, op. cit., 2001, p. 168.

Por conseguinte, foi comum à comunidade de informações, ao analisar os jornais com conteúdo considerados por eles como subversivos, orientar o enquadramento dos mesmos na Lei da Imprensa, que segundo o sociólogo e cientista político Gláucio Ary Dillon Soares "trouxe sérias limitações à atividade jornalística e à liberdade de informação"[552], uma vez que essa lei tinha por objetivo o cerceamento e regulação da liberdade de manifestação do pensamento e de informação. A grande preocupação com as questões da segurança nacional - com a ordem social estabelecida e com a influência comunista - fazia com que os censores, ao avaliar os meios de comunicação, demonstrassem uma atenção especial aos temas que pudessem causar contestações a esta ordem e consequentemente a qualquer tentativa de desestabilizar o poder[553]. Em função disso, a Lei de Imprensa contribui para o rígido controle das informações veiculadas pela imprensa nacional, prevendo punições aos meios de comunicação, jornalistas e seus colaboradores, que no mínimo poderiam ter suas fichas levantadas através da solicitação do SNI, como veremos adiante. No que diz respeito à repressão aos meios de comunicação, Greenhalgh resume:

> No regime militar também foram empregados outros métodos de coação e intimidação à imprensa, como a vigilância, prisão, perseguição judicial e tortura de jornalistas; auditorias fiscais, controle de publicidade governamental, de empréstimos vindos dos bancos públicos e de outros financiamentos, liberados de acordo com a colaboração e submissão do jornal ou revista ao governo. Também existiram ações de interferência na venda e distribuição de exemplares da mídia impressa, como os casos de apreensões de edições, prisões de vendedores e atentados em bancas de jornal[554].

Com relação à luta do movimento negro, bem como das questões indígenas, segundo o historiador Joel Rufino[555], o presidente Emilio Garrastazu Médici vetou a publicação de notícias sobre índios, esquadrão da morte, movimento negro e guerrilha[556]. Esse veto por

---

[552]SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A censura durante o regime autoritário.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4, nº 10, p. 21-43, 1989, p. 23.
[553]Id., 1989.
[554]GREENHALGH, Raphael Diego. **REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985).** Revista Observatório, Palmas, vol. 6, nº 4, p. 1-24, jul-set, 2020, p. 2.
[555]RUFINO, op. cit., 1994, p. 46.
[556]Essa informação aparece também no site da Fundação Palmares, onde consta que em 10 de novembro de 1969, "O governo Médici proíbe em toda a imprensa notícias sobre índios, esquadrão da morte, guerrilha, movimento negro e discriminação racial". Disponível em: Calendário internacional da cultura negra – Fundação Cultural Palmares, Acesso em: 19 de maio de 2023. O site Alma Preta também traz um artigo em que afirma: "em 10 de novembro de 1969, o então presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici, conhecido apenas como 'Médici', proibia veiculação de notícias sobre discriminação racial e feitos do movimento negro. A decisão também se estendeu à indígenas e articulações de guerrilha no país. Disponível em: Há 52 anos, o governo Médici proibia notícias sobre discriminação racial no país (almapreta.com). Acesso em: 15 de janeiro de 2022. No entanto, até onde pudemos ir com essa pesquisa não encontramos documentos que comprovassem tal afirmação. Porém, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) datado de 27 de outubro de 1965, traz menção direta a essa questão.

decreto ou por ofício, por uma recomendação, por um "bilhete"[557] que fosse - já pontuava a censura sobre a imprensa no que se relacionava à questão racial no país. Soares, em sua pesquisa sobre as formas de censura à imprensa, observou:

> Durante um amplo período, a censura caracterizou-se por uma série de ordens escritas, detalhadas e frequentes (...). Estas proibições foram muito numerosas durante a ditadura de Garrastazu Médici, mantiveram-se altas durante o primeiro ano de Geisel, declinando rapidamente a partir de 1975[558].

A censura à imprensa era exercida pelos militares através do Ministério da Justiça, com o objetivo de conter as ameaças à ideologia do Estado, visando à segurança nacional e ao que consideravam como a "necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do país"[559]. Cabe destacar que uma discussão ampla sobre a liberdade de expressão e as restrições da Lei de Imprensa foi feita no I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão, realizado nos dias 19 e 20 de maio de 1979, na sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI/RJ[560], como consta na informação nº 074 /119 /ARJ/ 79, produzida pela Agência Central do SNI. No relatório final, os delegados através de sua mesa diretora proclamam:

> Apesar da proposta de "abertura" acenada pelo Governo, a Liberdade de Imprensa, o direito da informação e de opinião continua atrelado ao tacão da Lei de Segurança Nacional, principalmente ao artigo 50 desta lei. Na realidade, o Governo militar, tendo em vista a institucionalização do arbítrio, mascara a face repressiva com uma nova tática, mediante a continuação da censura com medidas contábeis, fiscais e parajurídicas - agora voltadas contra órgãos da Imprensa de oposição que se convencionou chamar de imprensa alternativa. Nada garante, entretanto, que no futuro, concebido por outros meios, essas medidas de estrangulamento econômico não venham a se estender a toda a imprensa do país e a outras manifestações da cultura brasileira[561].

---

[557]O cientista político e sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares, no artigo "A censura durante o regime autoritário" (1989, p. 26-27), fala sobre como durante a censura prévia, a censura se caracterizou por uma série de ordens escritas, detalhadas e frequentes cujo conteúdo e frequência foram chamados de "bilhetinhos". Esses bilhetinhos variavam de intensidade de acordo com a própria intensidade da repressão. Numerosas no período de 1970 a 1974, durante o governo do general Emilio Garrastazu Médici, vindo num decrescente durante o governo do general Ernesto Geisel, no período de 1975 a 1978, fase da abertura política. O fato, é que muitos temas e assuntos foram censurados utilizando-se desse instrumento. SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A censura durante o regime autoritário.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 10, vol. 4, 1989, p. 21-43.

[558]SOARES, op. cit., 1989, p. 26.

[559]Preâmbulo do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966**.**

[560]No I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão participaram delegados das entidades representativas dos setores de Imprensa, Literatura, 'música, Teatro, Cinema, Artes Plásticas e Radio- Difusão, somando em torno de 18 organizações de classe. Na presidência da mesa estava Carlos Alberto de Oliveira (CAÓ), militante negro, deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda do PDT por dois mandatos, entre 1983 e 1991, autor da Lei nº 7.716/Lei Caó, de 5 de janeiro de 1989. Esta lei define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A Lei Caó, também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo. Caó, dividiu a presidência de mesa com Barbosa Lima Sobrinho e Tânia C. Pacheco da Silva.

[561]Informação nº 074 /119 /ARJ/ 79.

Além da imprensa, cinema, teatro e televisão estiveram sob a vigilância da censura. Muitas peças teatrais sofreram julgamentos subjetivos dos chamados "técnicos de censura" que recomendavam cortes e até suspensão dos trabalhos. O próprio movimento negro teve peças censuradas em função do conteúdo político no tratamento das relações raciais no Brasil. Como exemplo, em 1975, segundo a informação nº 0008 /19/AC/77[562], O Grupo de teatro Evolução, de Campinas, então liderado por Antônio Carlos dos Santos Silva e Carlos Wallace Siqueira (Conforme consta no informe), composto por mais 18 elementos[563] teve a peça "Sinfonia Negra", censurada pelo Departamento de Polícia Federal. Segundo o documento, durante suas apresentações o grupo distribuía panfletos contendo denúncia de racismo e reivindicações dos direitos dos negros. Já em 20 de outubro de 1976, o Ministério da Aeronáutica, através da CISA, encaminhou para outros órgãos do SNI, um informe onde o Grupo Evolução foi citado junto a outras organizações do movimento negro, tendo suas duas lideranças listadas. De acordo com o documento, no dia 10 de outubro do mesmo ano, o Grupo Evolução apresentou-se no Clube Fluminense de Natação e Regatas, no Rio de Janeiro. O informante anota que o show do grupo foi liberado pela Censura Federal. No entanto, na hora da apresentação, o grupo teria mudado o "*Script*" e "deturpando o texto original incluindo frases e cenas de protesto com ataques aos poderes constituídos e a sociedade branca que, segundo ele, atirou os negros à extinção pela fome e pela doença, pelo desemprego e pela miséria mais completa"[564]. O informe diz que o grupo contava a história do negro desde a sua chegada ao Brasil, relatando seu sofrimento e luta pela libertação, convocando os negros para a necessidade de libertar-se do imperialismo. A apresentação do grupo foi liberada pelo DPF depois de censurada, mas o conteúdo da apresentação, segundo o informante, era censurável.

Convém sublinhar que em 1975-76, o presidente Ernesto Geisel já iniciara o período da abertura política, buscando a saída dos militares do poder, de forma lenta e gradual. Nesse sentido, mesmo iniciando esse processo de abertura, Geisel não abriu mão deste instrumento de repressão, e para se opor ao sistema, jornalistas, intelectuais e os movimentos sociais

---

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001859_d0001de0001, p.7.

[562]*Idem.* p. 41.

[563]Essa foi a forma de tratamento dado pelos agentes aos artistas e ativistas do grupo Evolução.

[564]Informe nº 0204/CISA-RJ. Assunto: Racismo negro no Brasil. Classificação: B1. Difusão: AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI/DPF – DSI/MRE – Classificação anterior: CISA-BR (P/reconhecimento), p. 34. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.pdf.

buscaram formas de resistir à ditadura. Uma dessas formas foi a imprensa alternativa[565]. Em função da resistência à ditadura, a imprensa alternativa - por seu papel de oposição ao regime - foi alvo sistemático da censura[566]. Com isso, todos os órgãos da imprensa estavam submetidos à censura. Os militares buscaram atingir os jornais, além das formas já citadas, através da perseguição política ou por pressão econômica de forma a sufocá-los até não poderem mais seguir sendo publicados. Diante disso, os meios de comunicação ainda estariam sob a censura política até 1988, quando da promulgação da Constituição que no Artigo 5 garantiu a liberdade de expressão. Na esteira da vigilância e da censura, o documento[567] n° 0008 /19/AC/77 registrou que o Grupo Teatral Rebu, em 19 de outubro de 1975, apresentou uma peça teatral no Município de Capivari/SP, na sede da "Associação Esportiva Juventus, e no dia 22 de novembro, no salão do Rotary Clube de Capivari, nesta mesma cidade". O grupo apresentou uma peça teatral denominada Rebelião na Senzala e segundo o agente, a peça teria sido assistida somente por negros. Em função dos limites da pesquisa, não buscamos outros documentos sobre grupos negros de teatro que tiveram peças censuradas, porém, uma pesquisa direcionada sobre esse tema certamente encontraria documentação que respaldaria novos estudos sobre como os órgãos de repressão da ditadura, através da censura, atingiram também artistas negros que tratavam da questão racial no Brasil.

A fase mais dura da censura aos meios de comunicação coincidiu com a fase de recrudescimento do regime. O decreto do AI-5, em 1968, sob o governo do presidente Arthur da Costa e Silva, aumentou a repressão e, já no governo de Garrastazu Médici, a imprensa foi mais fortemente controlada pelos órgãos de censura, começando a distender a partir do governo do Ernesto Geisel - no processo de abertura política - entre 1974 e 1979 e com continuidade no governo do seu sucessor, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), o último presidente do período da ditadura militar. Nesse sentido, a censura à imprensa passou por fases distintas e a fase da abertura política marcou também o ressurgir da

---

[565]Sobre o conceito de imprensa alternativa ver: KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível também em:
http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa;http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/;
http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/i/imprensa-alternativa. Acesso em: 14 de janeiro de 2021. Na presente pesquisa trabalhamos o conceito na perspectiva trazida pela historiadora Maria Paula Nascimento Araújo no artigo intitulado Uma história do tempo presente: política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70. In: Luiz Flávio de Carvalho Costa, Roberto José Moreira e Regina Bruno (Org.). **Mundo Rural e Tempo Presente**, Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 352 p, (p. 158-59).

[566]FICO, op. cit., 2001, p. 168.

[567]INFORMAÇÃO N° 0008 /19/AC/77 que consta do dossiê Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004, p. 49-51.

imprensa negra contemporânea concomitante ao movimento negro. Em relação ao processo de abertura política, ainda que a censura à imprensa não tenha sido revogada de imediato pelo presidente Geisel[568], seguindo a premissa de liberdade lenta, gradual e restrita, a abertura ainda que vigiada, possibilitou o boom da imprensa alternativa. Esses jornais intensificaram a crítica ao regime militar, a partir das percepções das organizações de esquerda e dos movimentos sociais, denunciando os desmandos dos militares. Sobre essa questão, as entidades representativas dos meios de comunicação e cultura reunidos no I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão, também afirmaram:

> É imprescindível a nossa participação nas campanhas do povo brasileiro em defesa das liberdades democráticas e do respeito à pessoa humana. Somos, portanto, contra a censura proibitória, somos contra as restrições políticas dos cidadãos, contra as intervenções nos sindicatos, contra o terror imposto aos intelectuais, artistas e estudantes que levam, fatalmente, ao medo da criação e a autocensura[569].

Percebe-se que, apesar da abertura política, os órgãos do SNI seguiram com seu processo de vigilância, ampliando o olhar também aos jornais dos movimentos sociais. Nascida dentro desse contexto, a imprensa negra contemporânea é parte da fase profícua dessa imprensa alternativa[570], que entre os anos de 1970 e 1980, como afirma Araújo (1999), não só se opôs a repressão imposta pelo regime, como também trouxe a demanda de outros atores sociais. Essa imprensa, ao impor suas pautas reivindicativas naquele contexto político, acabou interferindo no jogo político que se seguiu à ditadura militar. Neste sentido, sobre as linhas de atuação da imprensa alternativa de circulação nacional, de acordo com documento do SNI:

> A imprensa chamada "Alternativa" ou "Nanica" geralmente adota uma linha de atuação de contestação sistemática ao Governo Federal, deixando bem evidente uma vinculação com a esquerda, seja ela moderada ou extremada. Nota-se também o apoio que esse tipo de imprensa empresta aos movimentos de minorias

---

[568]A censura só foi abolida de fato, legalmente pelos artigos 5 e 220 da Constituição de 1988.

[569]Informação nº 074 /119 /ARJ/ 79. Data: 29 maio 79. Assunto: I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão. Referência: P B ne 035/!9/AC/79/ de 13 Mar 79. Difusão: AC/SNI. Classificação de sigilo: Confidencial. Comissão Permanente de Luta Pela Liberdade de Expressão. Relatório Final I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão (Rio de Janeiro, 2l de maio de 1979.). Cabe ressaltar que Carlos Alberto de Oliveira (CAO) era um dos membros presidentes da Mesa Diretora do Encontro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001859_d0001de0001, p. 7.

[570]Sobre o conceito de imprensa alternativa ver: KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 e também: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa;http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/; http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/i/imprensa-alternativa. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

> "descriminadas" pela sociedade, como por exemplo, o movimento negro, o movimento "gay", os movimentos feministas, etc[571].

É nessa conjuntura que os jornais da INC são criados, como representantes das organizações negras ou representando o pensamento de lideranças negras que buscavam através de seus editoriais, noticiários, entrevistas e colunas, denunciar o racismo e suas variantes impostas à população negra. Somava-se às seções dos jornais a poesia e a escrita literária negra de combate ao racismo[572], que segundo Éle Semog[573] fora constituída pela primeira geração de escritores negros brasileiros que coletivamente escreviam "uma literatura de formação crítica e de enfrentamento ao racismo"[574]. Esta literatura esteve constantemente representada nos jornais da imprensa negra daquele período. No que diz respeito ao caráter identitário, essa imprensa foi para o movimento social negro dos anos de 1970, além de instrumento de valorização de suas identidades, um espaço de crítica à ditadura militar. Tal como outros jornais da imprensa alternativa, como os jornais do movimento de mulheres, do movimento gay, do movimento indígena[575], estes jornais apontavam além do perfil estipulado pela historiografia, a pluralidade de atores que se envolveram na luta de resistência à ditadura

---

[571]Informação nº 0013/116/ASV/80, datado de 08 de fevereiro de 1980. Sob o Assunto: Acompanhamento da Atuação da Imprensa – Origem: PRG nº 00230/ASV/80 - Pedido de Busca nº 010/19/AC/80, de 29 de janeiro. Documento do SNI-Agência Salvador. Grifos do documento. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_80000393_d0001de0001.pdf, p. 14.
Esse documento traz análise dos vários jornais da imprensa da Bahia e seus posicionamentos quanto a posição adotada por eles em relação ao Governo Federal: E ainda os jornais da imprensa alternativa que circulavam em Salvador: "Companheiro, Em Tempo, Hora do Povo, 0 Pasquim, Movimento, Tribuna Operária, Com o jornal e o Inimigo do Rei, sendo este último o único que é editado em SALVADOR/BA. Adotando uma linha contestadora ao Governo Federal com maior tendência para o anarquismo".

[572]Em 1978 foi lançada a série Cadernos Negros. E os jornais desse período publicavam em suas páginas poesias de poetas negros. Para saber sobre a literatura de combate ao racismo: SEMOG, Éle. **A galinha garnisé e outros Eusébios de Queirós: Racismo na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, Letra Capital, 2020. Também ver: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). Literatura e afro descendência no Brasil: antologia crítica. vol. 3 (Contemporaneidade) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011 e no site: www.letras.ufmg.br/literafro/ Acesso em: 19 de maio de 2019.

[573]SEMOG, op. cit., 2020, p. 64-65.

[574]Para o escritor e ativista Éle Semog, vários escritores negros como Luiz Gama (1830), Machado de Assis (1839), José do Patrocínio (1853), Cruz e Souza (1861), Lima Barreto (1881), Lino Guedes (1897), Solano Trindade (1908), Carolina Maria de Jesus (1914) e Abdias Nascimento (1914) trataram da questão racial, das condições adversas do negro e do racismo, porém não estavam articulados numa perspectiva política de combate ao racismo, como foram os movimentos da renascença negra dos escritores negros estadunidenses ou do movimento da negritude surgido na França liderado por Lèopold Sédar Senghor. Influenciados por esses movimentos surgem os escritores negros brasileiros em fins da década de 1970. Essa primeira geração se caracterizava por promover uma articulação nacional de escritores negros que realizaram o primeiro, segundo e terceiro Encontro de Poetas e Ficcionistas Negros, nos primeiros anos da década de 1980, antecedidos pelo Encontro Internacional de Literatura Negra promovido pela prefeitura de São Paulo e pela III Bienal Nestlé de Literatura Brasileira (1986), que dedicou programação específica a Literatura Negra. Depoimento dado em entrevista para a minha dissertação de mestrado em 2014.

[575]Os arquivos do SNI trazem considerável número de documentos sobre esses movimentos e sua imprensa, que a nosso ver carecem de estudos e pesquisas que tragam à participação desses sujeitos no processo de resistência à ditadura militar e na luta pela redemocratização do Brasil nos anos de 1970 e 1980.

militar. Confluindo na luta contra a opressão, a historiadora Maria Paula Araújo afirma que estes jornais estavam ligados a:

> Uma esquerda alternativa que procurou formular novos conceitos e novas práticas de política, tendo como pano de fundo a luta de "resistência" a ditadura militar, a crise política do socialismo e a crise teórica dos paradigmas marxistas (...) atores políticos que tentaram no interior das esquerdas, responder aos impasses e aos problemas de sua época[576].

A imprensa alternativa e a imprensa negra contemporânea, nascidas no espaço universitário ou do próprio movimento negro, de forma abrangente ou não, ganharam as ruas, somados a luta com outros movimentos sociais. No que diz respeito à importância política da imprensa negra contemporânea diante da diversidade da imprensa alternativa surgida nas décadas de 1970/80, a historiadora, ao estudar o tema, enfatiza:

> Esta imprensa representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes – mesmo a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob a influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presente na vida política do país, estes movimentos criavam seus próprios jornais. Jornais que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e de suas posições, mas que, na maioria das vezes, representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e visão de mundo[577].

A importância desta pluralidade de veículos da imprensa alternativa foi tamanha e incomodou de tal forma aos militares, que nos arquivos do SNI é possível encontramos exemplares desses jornais com os carimbos de "confidencial" ou "sigiloso". No caso da INC, esses jornais foram denominados pelos próprios agentes de vigilância, como "órgãos de comunicação" das organizações negras. Esses registros se fazem presente tanto nos documentos que tratam das organizações de esquerda, quanto do movimento negro e demais movimentos sociais. A presença da imprensa negra contemporânea junto à imprensa alternativa reforça a confluência da luta do movimento negro e de suas lideranças contra a repressão imposta à sociedade brasileira. As conjunturas políticas deste período, bem como a organização do MN contemporâneo estão retratadas nas páginas do jornal *Sinba* (1974/77-RJ) e do jornal Versus/Caderno Afro Latino-América (1975/77-SP), entre outros surgidos nesse período. Essa imprensa aponta as múltiplas vertentes de pensamento que marcaram a formação política do movimento negro contemporâneo. Esses jornais, financiados pelas lideranças, mimeografados ou datilografados, impressos e distribuídos com dificuldades,

[576]ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, 1999, p. 158.
[577]Idem p. 158-159.

foram mais um elemento do movimento negro responsável pela politização e construção da identidade negra de parte da população afro-brasileira. Não à toa, para a Comunidade de Informações, a chamada "imprensa nanica" ou imprensa alternativa, na qual se incluía os jornais negros[578] - e, mais particularmente, aqueles que a representavam-, "procuravam envenenar as mentes da juventude brasileira, através de ação coordenada de âmbito nacional, ao que se observa, impunemente" [579]. Não há verdade na impunidade afirmada pelo agente, pois somada a censura e a outras sanções dos militares, a vigilância e o medo marcaram esse período.

O que ocorreu com a imprensa negra foi sua retração em momentos de crise política e de restrição da liberdade de expressão, mas não significou necessariamente o seu total desaparecimento, e sim o oposto, como afirmou Sodré (1999, p. 242): "até o final de 1963, quando o golpe militar silencia, pela segunda vez[580] na História do país, a imprensa negra, esta jamais deixou de refletir os protestos e as esperanças dos descendentes de africanos". Na década de 1970 houve a retomada da imprensa negra após um período de interrupção motivada pela forte repressão aos movimentos sociais iniciada com o golpe militar. Inclusive, no início dos anos de 1970, Roger Bastide publicou pesquisa pioneira sobre a imprensa negra paulista, cuja periodização, demarca o período histórico profícuo da imprensa negra no Brasil.

O movimento negro ressurgido na década de 1970, ao retomar a história do negro no Brasil, retoma também a história de sua imprensa. Nesse sentido, foram várias as iniciativas que buscaram refazer o caminho, através da exposição de jornais publicados nas primeiras décadas do século XX, de entrevistas com jornalistas que trabalharam na publicação desses jornais, produção de pesquisas acadêmicas e publicação de livros[581]. O movimento negro e sua imprensa, em plena ditadura militar, retomaram junto à comunidade negra e à sociedade como um todo, o debate sobre as relações raciais no Brasil. Aqui nos concentraremos no jornal da Sociedade Intercambio Brasil- África, o *Sinba*, e na seção *Afro-Latino América* do *Versus*. No entanto, além de nossas opções, outros jornais da imprensa negra, nesse mesmo período, idealizados e escritos por ativistas negros, foram alvo do SNI. Sobre esses, dada a sua importância, faremos alguns apontamentos, ainda que de forma mais restrita. Porém, todos estiveram sob a mira da repressão. Alguns jornais foram registrados em fichas mais

[578]Os jornais da imprensa negra, imprensa feminista, da imprensa LGBT, jornais do movimento estudantil, jornais da causa indígena, também foram considerados **"alternativos sociais".** No site Memórias da Ditadura. Disponível em**:** CNV e Negros - Memórias da ditadura (memoriasdaditadura.org.br). Acesso em março de 2014.
[579]Informação nº 780/ S- 103.1 Origens: C I E.
[580]De acordo com Muniz Sodré, primeira vez em que a imprensa negra fora silenciada foi durante a ditadura de Getúlio Vargas.
[581]MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar. Revista Patrimônio e memória, São Paulo, UNESP, vol. 14, nº 1, p. 340-364, janeiro-junho, 2018.

extensas, outros sendo registrados somente a partir dos nomes e alguns referenciais e outros com seus editores tendo informações sobre suas atuações fichadas levantadas.

O preconceito racial, o racismo na sociedade brasileira, denunciado pelo movimento negro, em face da farsa da democracia racial, figurou como temas na grande imprensa, mesmo sendo proibidos pela censura, sob a vigilância e repressão dos órgãos do SNI, entendidos por esses órgãos como propagação de mensagem de caráter incitador. No percurso da pesquisa sobre os jornais da imprensa negra, percebemos que a partir de 1973, a grande imprensa passou a publicar matérias sobre o racismo no Brasil. A esse respeito, destacamos alguns documentos que mostram a preocupação dos agentes com o que chamavam de propagação de mensagem de caráter incitador e consequentemente a intensa vigilância aos meios de comunicação da grande imprensa, que "ousaram" publicar tema tão "espinhoso" para os militares. As bandeiras de luta do movimento negro expostas na grande imprensa corroboraram com o debate sobre as relações raciais no Brasil expondo o racismo que contradizia os discursos oficiais.

Na já citada[582] Informação nº 0361 /19/AC/77, ao escrever sobre a criação de uma imprensa negra e da divulgação de matérias na grande imprensa sobre o racismo no Brasil, diante do que chama o documento, de "o vírus da incitação", o agente adverte:

> A incitação caracteriza-se pela ostentação que se lhe empresta na adjetivação empregada no noticiário do fato de cunho racial. A insídia, através da divulgação da ocorrência de preconceito racial, poderá trazer propósitos indesejáveis, alcance definido, com a intenção de preparar o caldo de cultura propício ao desencadeamento de reações, tão ao gosto dos que delas se aproveitarão para dar-lhes a direção que têm em plano. A incitação se utiliza dos diversos meios de comunicação social pelos quais introduz, nas consciências a quem se destina, através dos moldes psicológicos do contágio, toda a sua subliminar intenção, como ocorre quando apresenta as atividades do PODER NEGRO e as lutas dele consequentes, nos ESTADOS UNIDOS, estabelecendo, em seguida, um paralelo analógico entre aquela situação e um suposto estado de inferioridade do negro no BRASIL. Esta é a dinâmica intelectiva da incitação, capaz de levar o nosso negro ao ódio racial[583] (Grifo do documento).

O desassossego acerca das matérias publicadas nos jornais da grande imprensa e com a crescente criação de jornais da imprensa negra esteve invariavelmente relacionada com a preocupação com uma eventual reação dos negros no Brasil, aos moldes do que ocorreu nos EUA. A preocupação era com o estabelecimento do ódio racial, a partir da crença incutida daquilo que para o agente seria uma hipotética inferioridade racial no Brasil. Essa possível

[582]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004.pdf.
[583]Documento citado, p. 96-97. Grifo do documento.

reação da população negra naquele momento era sem dúvida a maior apreensão dos agentes e por extensão, dos militares e da elite nacional. Essa possibilidade estava, sem dúvida, relacionada a uma interferência dos movimentos de esquerda que para o agente dava direcionamento ao movimento negro. Este, o empunhar suas bandeiras de luta, tendo como premissa desmascarar o racismo à brasileira, acabou por expor a realidade das relações raciais no Brasil.

Os debates do movimento negro chegam aos meios de comunicação, trazendo a discussão para setores da intelectualidade e público em geral, impondo uma sistemática vigilância ainda maior, dos órgãos de repressão e censura. Sobre essas publicações, na informação de caráter confidencial, nº 580/19/AC/78[584], o agente avisou que as reportagens foram motivadas pela matéria sobre os bailes Black ou "Movimento BLACK" que ocorriam no Rio de Janeiro e em São Paulo. De fato, a partir da matéria da jornalista Lena Frias[585], publicada em jornais de grande circulação nesses dois estados, abriu- se espaço para a discussão em torno dos bailes Black por todo Brasil: a influência da cultura norte americana, a discriminação racial, jovens negros que frequentavam os bailes que passaram a ser visados pela polícia, bem como cantores e seus organizadores[586].

Os agentes acreditavam que os jornais, ao publicar matérias falando do racismo no Brasil, estariam não só incentivando uma revolta social no país, como se aliando a elementos subversivos que teriam interesse na luta de caráter racial. Nesse mesmo documento é a vez da revista *ISTO É* publicar matéria abordando o problema racial, e na avaliação dos agentes, "estimulando a luta racial". Além das matérias veiculadas na grande imprensa, este período também foi de uma efervescência de publicações na imprensa internacional sobre as relações raciais no Brasil. Havia grande interesse de grupos de outros países em confrontar a autodeclarada democracia racial do país. O Brasil, como modelo de democracia racial já

[584]Essa informação vem cheia de carimbos e assinaturas com o envio de cópias para outros órgãos. Tomando em consideração que o MUCDR criado em 18 de junho de 1978 numa reunião de entidades negras e lançado publicamente no ato ocorrido no dia 7 de julho de 1978, o SNI foi rápido em historicizar o percurso do movimento negro a partir dos informes e informações das agências enviados anteriormente. O percurso protocolar do documento ocorreu entre 12 de julho, cinco dias após o ato em São Paulo, a 10 de agosto quando foi protocolado no Ministério da Justiça. O mesmo documento teria difusão por outros órgãos públicos. O que mostra a importância dada a criação do MNU e o acompanhamento sistemático as demais organizações do movimento negro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.

[585]"Black Rio: o orgulho (Importado) de ser negro no Brasil", Jornal do Brasil, 17 de julho de 1976 – Caderno B, p. 3-6.

[586]A historiadora Paulina Alberto discorreu sobre os efeitos da matéria feita pela jornalista Lena Frias, mostrando a visão da jornalista sobre os bailes blacks e as consequências da publicação para os organizadores e frequentadores dos bailes. Que passaram a conviver com as investidas dos órgãos de repressão. Ver: ALBERTO, Paulina L. **Quando o Rio Era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70.** História: Questões & Debates, Curitiba, vol. 63, nº 2, p. 41-89, jul/dez. 2015. Editora UFP.
Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46702/28020 . Acesso em: 03 de outubro de 2022.

estava desgastado em função da realidade que se impunha tanto internamente quanto na observação de qualquer estrangeiro que nos visitasse. Pressupostamente, correspondentes de veículos de comunicação seguiam solicitando entrevistas, escrevendo matérias sobre o racismo no país e confrontando a farsa da democracia racial que os militares seguiam enaltecendo mundo afora.

A princípio, a circulação de informações entre o Brasil e os EUA, e depois com outros países, despertando interesse do movimento negro e de parcela da sociedade brasileira, seria segundo Pereira[587], o demarcador "para a construção das lutas por melhores condições de vida para as populações negras pelo mundo a fora". A circulação de informações na perspectiva da chamada diáspora negra há muito já demarcava a comparação entre as relações raciais no Brasil e nos EUA. Em sua pesquisa, Pereira[588] trouxe análise interessante a esse respeito, apontando as diferentes fases do interesse dos negros norte-americanos a respeito da política racial no Brasil[589].

A crença no discurso do mito da democracia racial e o debate sobre sua real existência começou nos anos de 1950, com o Projeto UNESCO, nos EUA e em vários países. A dúvida sobre o Brasil ser o paraíso da democracia racial já se espalhava pelo mundo. O movimento negro nas décadas posteriores viria denunciar esse discurso como farsante. O fato é que posteriormente, nas décadas de 1970/80 não faltaram matérias veiculadas na imprensa internacional denunciando o racismo no Brasil, contrapondo a postura dos militares em negar o racismo e afirmar a ideia de o Brasil como democracia racial. Por enquanto, seguiremos com exemplos da vigilância a imprensa nacional, pois esta, ainda que viesse a afirmar o caráter mestiço do povo brasileiro, não se furtou a publicar os dissabores de uma sociedade embasada pelo racismo institucionalizado e imbricado nas relações interpessoais.

---

[587]PEREIRA, op. cit., 2010, p. 146.

[588]PEREIRA, op. cit., 2010.

[589]A esse respeito, o historiador Amílcar Pereira a partir de pesquisa nos jornais citados e das pesquisas do historiador David J. Hellwig mostra que a forma como os afro-americanos observava as relações raciais no Brasil foi mudando no correr do século XX. Utilizando-se como fonte dois jornais de grande circulação nos EUA, o The Baltimore Afro-American (1896) e o Chicago Defender (1905), e a imprensa negra brasileira de início do século XX. A partir das trocas de informações entre o Chicago Defender e o Clarim D'Alvorada (1924), o historiador analisa o olhar bifronte entre o movimento negro nos EUA e no Brasil, a partir da imprensa negra publicada nos dois países assinalando as experiências nas relações raciais nos dois países. A partir desses estudos, o pesquisador afirma que até o final dos anos de 1930, os negros norte-americanos acreditavam no discurso da democracia racial como característica peculiar da sociedade brasileira. A partir da década de 1940, vai ocorrendo uma mudança nessa perspectiva onde a imprensa negra dos EUA começa a questionar a ideia de o Brasil como o "paraíso racial" tão propagado pela elite brasileira e pelo regime militar. As experiências de negros norte-americanos que passaram pelo Brasil começaram a descortinar a farsa. Ver PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013, p. 149-167.

Sobre as matérias publicadas nos jornais do Rio e de São Paulo, o agente relata o seguinte: "Observou-se que no segundo semestre do corrente ano, alguns órgãos de imprensa do RIO DE JANEIRO e de SÃO PAULO, passaram a publicar com ênfase, matérias abordando o racismo no BRASIL[590]. O documento que informava sobre toda atuação do movimento negro no país, bem como os procedimentos dos meios de comunicação diante de um tema de segurança nacional, traz em anexo cópia de exemplares dos grandes meios de comunicação[591]. O quantitativo de reportagens anexadas neste documento, na maioria publicada no ano de 1976, certamente não representa o que vinha sendo publicado na imprensa país afora, porém, demonstra um avanço na luta das organizações negras já naquele momento. Esse avanço do movimento negro em denunciar o racismo no Brasil, observada pelo agente, embasou a justificativa para aquela preocupação expressa na seguinte avaliação:

> Os fatos acima expostos configuram uma campanha, embora ainda limitada, visando a despertar e/ou incentivar antagonismos raciais, procurando incutir no espírito negro a existência de uma estratificação social que o estaria colocando em situação de inferioridade ou marginalidade na sociedade brasileira. A intensificação dessa campanha poderá resultar em **perturbação da ordem política e social** do País, bem como na **manipulação da população de cor com fins ideológicos[592].**

As matérias publicadas nos jornais e revistas trazem entrevistas com expoentes do movimento negro como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzáles e o poeta Oliveira Silveira, entre outros. Os anexos são cópias pouco legíveis de jornais e revistas, mas no geral, no que foi possível compreender, o material, destacado como os mais importantes, tratam em sua maioria do movimento soul/ bailes Black[593], sobre preconceito racial e o

---

[590]Informação nº 0008 /19/AC/77. Documento da Agência Central com difusão para SG/CSN - CIE - CISA – CENIMAR, p. 41. Grifos do documento. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.

[591]Cópia das reportagens do Jornal do Brasil: "O orgulho (Importado) de ser negro no Brasil", publicada em 17 julho de 1976; "O Soul, do Grito Negro a Caderneta de Poupança", publicada em 03 de agosto de 1976; "Zumbi", em 23 de novembro do mesmo ano e ainda "Negro no Sul não quer mais abolição como data da raça", de 13 maio de 1973. Reportagens na revista Manchete: "O negro visto por ele mesmo", publicada em 21 de agosto de1976, "Os Black no embalo do Soul", de 11 setembro de 1976. No jornal Última Hora de São Paulo foi publicada: "O Racismo a Brasileira", em 20/21 de novembro de 1976. A revista Veja publicou em 24 novembro de 1976: "Black Rio. Na revista Fatos e Fotos foi publicada: "Leila Alexandra", em 26 de dezembro de 1976. No jornal Zero Hora a reportagem "Ser negro", de 23 novembro de 1974. E a reportagem "Salvador, a cidade negra" do semanário "Movimento", de 13 dezembro de 1976. O documento traz também, Xerox do exemplar do livro "Insurreições escravas" escrito pelo historiador Décio Freitas, publicado também em 1976. Documento citado, p. 55-56.

[592]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004, p. 54-55. Grifo nosso.

[593]Os bailes Black, nas reportagens são sempre referidos a partir das premissas: fator de aglutinação dos negros, influência norte americana, criar um clima de confrontação entre negros e brancos, exaltação do orgulho negro, da consciência negra. O movimento Soul do qual se originou os bailes Black, se multiplicaram nos bairros do subúrbio e periferias do Rio de Janeiro e passaram a constar na mídia depois da repercussão da reportagem de Lena Frias: Movimento Black Rio: o orgulho (Importado) de ser negro no Brasil (1976), se tornando um dos

racismo no Brasil, sobre a cultura negra e sobre Zumbi dos Palmares como grande referencial das lutas e da resistência negra. As primeiras discussões em torno da importância da data de 20 de novembro - dia da morte de ZUMBI, líder do Quilombo dos Palmares - como marcador das lutas de libertação do negro no Brasil, em detrimento das comemorações do Treze de maio - dia da Abolição da Escravatura - são registradas nos documentos do SNI. Essas discussões estão registradas na informação citada[594], traz a análise de um agente sobre a matéria do jornal Zero Hora de Porto Alegre/RS, intitulada "Ser negro". Na reportagem, de 1973, Oliveira Silveira, liderança do Grupo Palmares em Porto Alegre, propõe a mudança da data e a afirmação do dia nacional da raça negra.

Também discutindo a importância da resistência de Zumbi e dos quilombos, a historiadora Maria Beatriz do Nascimento, entrevistada sobre o tema, "Zumbi", em 23 de novembro de 1976, fala sobre a rebelião dos Palmares. A historiadora discorre sobre a importância do negro na consolidação da unidade territorial brasileira, exaltando as qualidades étnicas do negro, refletidas no líder do quilombo dos Palmares, Zumbi. Segundo o agente, a matéria tem enfoque racista. Para os agentes, as reportagens vinham "enfocando o problema racial sob uma ótica revanchista, causando reflexos negativos no seio da comunidade gaúcha". A informação nº 0361 /19/AC/77, se inicia enumerando elementos sobre o que os meios de comunicação da grande imprensa do país vinham publicando, trazendo as análises do agente diante do que chamou de material "volumoso" oriundo da imprensa:

> Grupos de negros têm tentado organizar-se em defesa de seus direitos, contra a discriminação racial e as barreiras da cor, criando clubes, montando programas e **publicando jornais e revistas** com a aparente finalidade de definir posições entre brancos e pretos, iniciando, assim, um movimento de desagregação racial. Restrições ou procedimentos discriminatórios impostos aos negros por brancos ou pelas entidades que dirigem, oferecem situações concretas a serem exploradas. 2. **Os meios de comunicação social abordam o tema, por vezes de forma propagandística, procurando despertar impulsos, desejos, dando motivos e criando tensões**[595]**.**

---

mais significativos espaços de entretenimento e divulgação da cultura negra entre os jovens a partir do início da década de 1970.

[594]Origem no CI/DPF e difusão para CH/SNI - CIE - CISA – CENIMAR. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004, p. 48.

[595]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004. Informação nº 0361/ 19/AC/77. Data: 1 de julho de 1977. Assunto: Racismo Negro no Brasil. Origem: CI/DPF (PRG 11506/77). Referência: INFÃO Nº 251/19/AC/77. Difusão: CH/SNI - CIE - CISA – CENIMAR, p. 93. Grifo nosso.

Esse documento traz matérias publicadas na imprensa no ano de 1974. Foram publicações da revista Veja (13/03/1974), do jornal Última Hora (10/09/1974) e do jornal Zero Hora (23/11/1974) de Porto Alegre. Destaca também o que chamou de "órgão de propaganda unificadora, com o título Novo Horizonte" que trouxe um artigo assinado por A. Camargo, cujo conteúdo para o agente, é "patente o vírus da incitação". Quanto à matéria publicada no jornal Zero Hora, sob o título: SER NEGRO, tratando do preconceito racial "entre brancos e negros", para o agente tinha nítidos reflexos negativos no campo psicossocial. Os órgãos de informações sempre viam a influência comunista infiltrada nos jornais, através dos quais segundo eles, os comunistas difundiam suas ideias, muitas vezes com vistas a uma guerra psicológica. Essa guerra poderia acontecer, neste caso, através do conflito racial.

É perceptível nas observações que, ao mesmo tempo em que negam, afirmam o problema racial, como na avaliação sobre a matéria com Oliveira Silveira, para o Jornal Zero Hora. Ao avaliarem a reportagem consideravam que a mesma vinha "enfocando o problema racial sob uma ótica revanchista, causando, reflexos negativos no seio da comunidade gaúcha". O problema aqui afirmado se dava não só em falar da questão racial, mas a tendência em buscar a revanche. Como o movimento negro poderia desforrar-se ou criar tensão sobre algo que, segundo eles, não aconteceu? No entanto, se havia essa possibilidade era porque havia também a incidência do fato.

Além das matérias retratando o racismo no Brasil, profissionais vinculados à imprensa nacional, acabavam por se corresponder também com a imprensa internacional. Essa conexão se dava através do encaminhando de matérias da grande imprensa que tratavam sobre as relações raciais no Brasil. Tomemos como exemplo, a informação confidencial 0008/19/AC/77[596], relatando que o repórter da BBC de Londres, Simon Brings, contatou em setembro de 1976 um repórter da revista Veja. O jornalista solicitou apoio para uma reportagem sobre a discriminação racial no Brasil, em que a base do conteúdo seria "o acesso de negros a posições de destaque nas Forças Armadas, grandes empresas e no clero". O repórter da revista Veja segundo o documento, aceitou o convite. No que diz respeito às matérias veiculadas nos meios de comunicação de diversos países, houve por parte do Ministério das Relações Exteriores um enorme cuidado em mapeá-las e encaminhá-las ao SNI para as devidas averiguações. Em função do grande número de documentos enviados pela DSI deste ministério, como veremos no próximo capítulo, não nos foi possível dentro dos limites da pesquisa encontrar tal reportagem, que certamente seria de grande valia para

[596]Informação 0008/19/AC/77. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004, p. 54.

sabermos como os militares, os empresários e o clero brasileiro responderam e se portaram diante de questão tão desconfortável tanto para os militares quanto para a elite brasileira.

A censura aos meios de comunicação, em especial à imprensa escrita, abrangeu temas caros ao movimento negro, aqueles que se tornaram bandeira de luta desse movimento social por todo país: o racismo, a falsa democracia racial e o extermínio da juventude negra - naquele momento sob as mãos do esquadrão da morte[597] - no entanto, como se pode averiguar na pesquisa nos documentos do SNI, ainda assim esses temas se fizeram presentes na grande imprensa e na imprensa negra entre os anos de 1970 e 1980, período da retomada, do crescimento e da institucionalização do movimento negro. Convém ressaltar que a imprensa alternativa também não se furtou a discutir a pauta do movimento negro, como foi, por exemplo, o jornal O Pasquim.

Aconteceu no ano de 1979, quando o jornal *O Pasquim* publicou uma nota que versava sobre a reprovação da censura federal em relação a uma entrevista cedida em 1973, pela antropóloga Ângela Gilliam, afro-estadunidense, professora da Universidade de Nova York e ativista da causa antirracista. A nota intitulada "O Problema do *Pasquim* por causa do problema dos negros (Por causa dessa linda mulata *O Pasquim* quase sifu)"[598]. Tratava se de uma declaração da redação do jornal anunciando ter sofrido dura repressão da censura após ter entrevistado a antropóloga. Ao sofrer o que classificou de grande truculência frente àquela publicação, os redatores do *Pasquim* qualificaram a experiência como: a perseguição da censura da maneira mais "bronca e violenta por parte da ditadura" desde a fundação do jornal (1969). Em sua análise, os redatores concluíram que Ângela Gilliam poderia ter sido presa, caso não tivessem tido o cuidado de publicar a matéria após sua saída do país. A antropóloga não foi presa, mas, a repressão deu um jeito de prender um jovem negro, que também esteve na redação naquele mesmo dia, dando seu depoimento sobre o preconceito de cor no Brasil. Esse jovem negro era José Augusto Gonçalves da Silva, o Neninho de Obaluaê, que pouco

[597]O Esquadrão da morte, foi uma organização paramilitar surgida no final dos anos 1960, seus quadros eram integrados por muitos políticos, policiais civis e militares, entre outros, cujo objetivo era perseguir e matar supostos marginais, pessoas tidas como perigosas para a sociedade e para o regime militar. Teve início no Rio de Janeiro, agindo especialmente na Baixada Fluminense e periferias, sob o comando do detetive Mariel Mariscot, um dos chamados "12 Homens de Ouro da Polícia Carioca, não tardou e se disseminou por todo o Brasil, impondo a violência e causando a morte de muitos jovens, prioritariamente jovens negros. Sobre a ação do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro, ver: ALVES, José Cláudio Souza. 2003, *Op cit*.

[598]Jornal O Pasquim, Ano XI, nº 533, 1979, p. 4-7. Disponível em: O Pasquim (RJ) - 1969 a 1991 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 27 de janeiro de 2023. A antropóloga Ângela Gilliam escreveu um artigo falando sobre a forma racista e machista com que o editor do jornal a recebeu na redação. Ver: GILLIAM, Ângela. GILLLIAM, Onik'A. **Negociando a subjetividade de mulata no Brasil.** Estudos feministas, ano 3, 1995, p. 525-543. Disponível em: Negociando a subjetividade de mulata no Brasil (wordpress.com). Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

depois veio a escrever a coluna Cartas da prisão, para o jornal *Árvore das Palavras*, como veremos mais adiante.

É possível que os anos de 1970 e 1980 tenham sido o período de maior destaque das ações do movimento negro na grande imprensa nacional. Fato parecido, só se deu no final do século, nos anos 2000, quando as políticas de ações afirmativas passaram a configurar como bandeira de luta do movimento negro, excepcionalmente no que diz respeito à política de cotas para acesso às universidades. Essa discussão dominou o debate político trazendo o problema em torno das relações raciais no Brasil de novo para a pauta da grande imprensa por todo país. A imprensa negra contemporânea não se furtou de usar da escrita de jornais e revistas para denunciar o racismo no Brasil e lutar pela redemocratização, mesmo sob a perspectiva da vigilância dos órgãos de repressão. A politização do racismo pelo movimento negro tornou o tema tão explícito que a imprensa nacional em maior ou menor grau, não pode omiti-lo de suas pautas.

Dessa forma, realizaram e publicaram entrevistas com lideranças negras, denúncias de atos racistas cotidianos e, sobretudo, editoriais que demarcavam o ponto de vista dos meios de comunicação sobre a democracia racial no Brasil, em conformidade com sua linha política ideológica, fossem para reforçá-la, ou eventualmente sob a perspectiva do movimento negro, denunciá-la como farsa. Cabe-nos afirmar que entre as décadas de 70/80 o fato de que a grande imprensa publicou de forma mais incisiva matérias cujo conteúdo era alusivo às lutas do movimento negro, não significa de forma alguma que essa mídia abraçou a causa, buscando de maneira mais efetiva uma historicidade sobre os fatos narrados e nem que sua narrativa fosse necessariamente de defesa das causas do movimento negro. Não se pode perder de vista que boa parte da grande mídia, representante da elite nacional, adepta da ideia de democracia racial, acabava por ratificar o pensamento dos militares através da comunidade de informações. Ao discutir sobre os mecanismos de preconceito na grande mídia, Muniz Sodré nos traz uma importante avaliação:

> (...) a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais (...) tendem a considerar "anacrônica" a questão racial, deixando de perceber as suas formas mutantes e assim contribuindo para a reprodução de fenômenos em bases mais extensas. (...). É frequente encontrarem-se profissionais competentes da mídia completamente ignorantes no que se diz respeito à História do negro no Brasil ou nas Américas. (...). Com referência ao negro, à mídia, a indústria cultural, constroem identidades virtuais a partir, não só da negação e do recalcamento, mas também de um saber do senso

> comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual nascem estereótipos e as folclorizações em torno de pele escura[599].

E finaliza: "nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia"[600].

4.3 **Jornais negros na ditadura militar: formando a consciência negra para a luta antirracista**

> Grupos de negros têm tentado organizar-se em defesa de seus direitos, contra a discriminação racial e as barreiras da cor, criando clubes, montando programas **e publicando jornais e revistas** com a aparente finalidade de definir posições entre brancos e pretos, iniciando, assim, um movimento de desagregação racial[601].

O relato acima, feito por um agente do SNI, registrado na Informação nº 0361 /19/AC/77, assegura ser volumoso o material existente originário da imprensa escrita acerca do tema racismo e desagregação social. Nessa mesma informação relata-se que em São Paulo surgiu um órgão de propaganda unificadora, com o título Novo Horizonte, que publicou artigo de "certo" A. Camargo "sob a epígrafe: NEGRO!!! VOCÊ É IMPORTANTE, onde o vírus da incitação é patente"[602]. No documento, o agente diz que em função da data da publicação (Julho de 1974) fica posto que a criação desses jornais ou que seja matérias sobre esse assunto, "já vem de longe", apontando para o que chama de 'o vírus da incitação". Como vimos, a imprensa retomada nas décadas de 1970/80 buscou refletir as ideias e bandeiras das lutas do movimento negro contemporâneo, expondo a pluralidade e os principais debates e conflitos deste movimento. As questões postas pelo MNC em sua imprensa eram vistas também pelas agências de vigilância cujos agentes não se furtavam de vigiar e descrever como meios subversivos de divulgação do racismo negro.

Jornais como *'Árvore das Palavras'* criado em 1974, conforme documento do SNI[603], "editado por um grupo de homens de cor", foi possivelmente um dos primeiros jornais da imprensa negra nascido naquele contexto de imprensa alternativa e da retomada do

---

[599]SODRÉ, Muniz. **Sobre Imprensa Negra.** Lumina - Facom/UFJF - vol. 1, nº 1, p. 23-32, jul/dez. 1998, p. 24.
[600]Id., 1998.
[601]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004.pdf. Grifo nosso.
[602]Doc citado p. 94. Grifo do documento.
[603]Informe nº 38B /75 de 28 de setembro de 1975, originado no DEOPS Campinas com difusão para o SNI. Assunto: Movimento racista. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf.

movimento negro contemporâneo. O jornal, criado em São Paulo por Milton Barbosa, Astrogildo Esteves Filho, José Carlos de Andrade *(Jamu Minka),* seu idealizador, jovens militantes, estudantes universitários, ligados ao Núcleo Negro Socialista. Conforme os agentes do SNI: 'No '*Árvore das Palavras'*, toda produção era feita utilizando a estrutura do movimento estudantil; através do jornal eram feitas "denúncias, informação política, enfrentamentos a grande mídia". Sem periodicidade definida, o jornal era distribuído nos locais de reunião e encontros da população negra em São Paulo, conduzindo os enfrentamentos do "nascente" movimento negro, buscando trazer a discussão racial para os setores da esquerda. O *Árvore das Palavras* foi "responsável pela inauguração de debates que geraram unidade no movimento negro no Brasil e que culminaram na criação do Movimento Negro Unificado, em 1978"[604].

Segundo Astrogildo Esteves, a pauta do jornal era uma construção coletiva.

> "Nas palavras de Milton Barbosa" – conta Astrogildo – Árvore das Palavras tinha por objetivo fazer circular, da maneira mais ampla possível a denúncia contra o racismo e a farsa da democracia racial, assim como as péssimas condições de vida em que a maioria da população negra vivia. Sua pauta tratava da luta internacional contra o apartheid e o apoio à luta de libertação dos povos africanos[605].

De acordo com o editorial do nº 14, de agosto de 1976, o *'Árvore das Palavras'* tinha como proposta: "conversar, discutir e encontrar soluções para os problemas do povo negro, reafirmar as heranças africanas e construir nosso próprio caminho e dirigirmos os nossos destinos". Somava-se a essa pauta, a denúncia da falsa democracia racial - apontando a existência do racismo no Brasil -, a marginalização do negro na sociedade brasileira, e a luta internacional contra o apartheid, afirmando apoio as lutas revolucionárias dos povos africanos. "Contra a discriminação racial, a fome, o desemprego, e todas as formas de opressão que atingem a comunidade afro-brasileira". O jornal teve seu nome inspirado no Baobá, árvore oriunda da África, que traria uma conexão com as origens ancestrais, onde as pessoas se reuniam para ouvir a fala e ensinamentos dos mais velhos. Seus editores buscaram nessa tradição a linguagem simples para alcançar a comunidade negra.

O jornal faria a ligação entre Brasil e África, seria o meio de comunicação entre a comunidade negra - trazendo suas demandas aos setores de esquerda - e o espaço universitário, local que lhe deu origem, visto que seus criadores, estudantes universitários,

---

[604]Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/memoria/48394/Árvore-das-palavras-um-jornal-negro-contra-a-ditadura . Acesso em: 4 de novembro de 2019.
[605]FREITAS, op. cit., 2009, p. 56. Grifo nosso.

emprestaram do movimento estudantil a estrutura e as ferramentas necessárias à sua produção[606]. As figuras a seguir denotam a estrutura do jornal.

Figura 1 - Informe Árvore das Palavras



Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf.

Figura 2 - Árvore das palavras, nº 14



Figura 3 - Árvore das palavras, nº 15



Fonte: Cópia dos jornais anexados ao documento do SNI. Doc. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004, p. 57 e 63.

[606] A esse respeito, ver no site do CPERS-Sindicato dos profissionais de Educação do Rio Grande do Sul Conheça a história do '*Árvore das Palavras*': um jornal negro contra a ditadura (cpers.com.br). Acesso em: 4 de novembro de 2019.

De acordo com Flávio Jorge Rodrigues da Silva[607], com texto ora escrito à mão, ora datilografado, o *Árvore das Palavras* era reproduzido no Centro Acadêmico da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo-USP[608]. Apesar dessa entrevista em que o editor fala que o jornal era reproduzido no centro acadêmico, no informe de 26 de setembro de 1975, sob o assunto: "movimento racista"[609], o agente diz constar que o jornal era impresso em São Carlos, em oficina tipográfica particular. Tal contradição indica que o agente nesse momento de produção do informe, não tinha dados mais objetivos e assertivos sobre o jornal. De acordo com o informante, foi impresso ao menos 3.000 exemplares, quantidade que havia sido roubada do almoxarifado da FEPASA[610] por um funcionário da empresa. Segundo o informe, os exemplares roubados seriam distribuídos em Campinas.

Se os exemplares roubados foram distribuídos ou não, é uma questão que poderia ser respondido em uma pesquisa sobre a história do *Árvore das Palavras*, o que fica posto é que havia uma articulação dos editores do jornal com trabalhadores da estatal para que os exemplares pudessem estar guardados ali. Ainda que não tivesse uma periodicidade definida, como era característica da imprensa negra, o *'Árvore das Palavras'* foi distribuído para além do espaço universitário, seu nascedouro. Foi distribuído em São Paulo, nas entidades do movimento negro, nos bailes Black, e ainda no Viaduto do Chá, na Praça da Liberdade, nos locais de grande concentração de negros.

No Rio de Janeiro era distribuído em Niterói, segundo relatos de Astrogildo Esteves e Milton Barbosa[611], e de acordo com o informe nº 90233/CISA-RJ de dezembro de 1976, fora distribuído também pelo Grupo 22, vinculado ao IPCN, que fazia trabalho de conscientização e assistência social nas favelas. Este grupo, segundo o informe, recebia o jornal para distribuição reservada às Associações negras[612]. Sobre essa distribuição no Rio de Janeiro, Astrogildo Esteves nos conta que:

> Ainda em 1976, acompanhado pelo Rafael Pinto viajamos para o Rio de Janeiro levando dezenas de exemplares do 'Árvore das Palavras', distribuído em envelopes, pronto para entrega (...). Fomos para Niterói no bairro de Alcântara encontrar os

[607]Entrevista concedida a Amílcar Araújo Pereira. Pereira, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013, p. 283.
[608]ACE 9779/81. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações.
[609]Informe nº 38B /75 de 28 de setembro de 1975, originado no DEOPS Campinas com difusão para o SNI. Assunto: Movimento racista. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf.
[610]Ferrovia Paulista S/A- FEPASA.
[611]Freitas, Jorge Roberto. **Imprensa negra: a trajetória visível.** Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
[612]Informe nº 9 0233 /CISA-RJ, de 1 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0272_d0001de0001.pdf, p. 98.

> ativistas do CEBA - Centro de Estudos Brasil África, que ficaram com a maior parte dos envelopes informando que iriam distribuir para outras entidades do MN. Voltamos para o Rio e deixamos o último envelope de exemplares na mão de um diretor do IPCN[613].

A vigilância dos órgãos do SNI esteve atenta ao jornal, que foi submetido a informes e avaliações por parte dos agentes, sendo anexada cópia de exemplares ao informe como prova de instrumento clandestino de subversão. Ao acessar esses exemplares, vimos que o jornal publicou na sua edição nº 14, uma carta que nos pareceu um pedido, um desabafo ou um comunicado de um detento sobre sua prisão após dar uma entrevista ao jornal alternativo O Pasquim. No que diz respeito ao apoio às lutas revolucionárias dos povos africanos, nas publicações a que tivemos acesso, como a edição nº 14 (1976), o jornal trazia matéria sobre a África do Sul sob o título: "Da 'próxima vez: FOGO", narrando os protestos na cidade de *Sanpherfile*. Também no exemplar de nº 15, no mesmo ano, uma matéria sobre "Guerra de libertação" tratando do apartheid na África do Sul e das lutas de libertação nos países africanos.

Edições anexadas ao dossiê que encontramos[614] há três documentos com edições do jornal *Árvore das Palavras* nos documentos pesquisados. Uma que nos parece o primeiro número e esses dois últimos aqui citados com os exemplares de nº 14 e 15. É possível que uma pesquisa estrita sobre o jornal traga outros documentos e cópias de edições anteriores. O preso não identificado relata sua situação na cadeia, pede notícias do movimento negro e fala de como vinha sendo feita a discussão em torno da negritude na prisão: "conscientizando alguns negros do que é ser negro". Essa sessão do jornal, chamada "Cartas da prisão"[615]

---

[613]Entrevista concedida a autora para este trabalho e enviada por e-mail em 24 de outubro de 2022, após conversa online.

[614]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0272_d0001de0001.pdf, p. 102-113.

[615]José Augusto Gonçalves da Silva, mais conhecido como Neninho de Obaluaê, nasceu em 1948, na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Sambista, intelectual, ligado as religiões de matrizes africanas, autor da obra "Beco Sem Saída: Eu Vivi no Carandiru", publicada em 1999, em São Paulo, pela editora Rosa dos Tempos, Neninho, foi preso após conceder entrevista no ano 1973 ao jornal O Pasquim. A partir dessa entrevista, passou a ser constantemente assediado por grupos "civis" e militares, sofrendo perseguições, torturas e acusações, chegando até ser detido e encapuzado algumas vezes. Numa dessas, na mesma semana que foi publicada a entrevista sobre o preconceito de cor cedida ao Pasquim, Neninho foi detido por alguns dias, sob a alegação de ter sido cúmplice de um assalto. O intelectual foi julgado e condenado a seis anos e quatro meses de reclusão, acabou ficando preso por um período de 14 anos, tempo em que esteve nas penitenciárias de segurança máxima, passando pelo Carandiru, pela Casa de Detenção de São Paulo, pela Penitenciária de Avaré (Onde concluiu o primeiro grau). Na prisão, ao reencontrar amigos de infância, em sua maioria artistas e músicos, formaram o "Centro de Lutas Netos de Zumbi", do qual foi eleito coordenador e, em nome deste se tornou correspondente do jornal "Árvore das Palavras", período que assinou a coluna "Vozes da Prisão" (1975). Ao se envolver com o jornal, se dedicou cada vez mais a leitura e a escrita, o que lhe custou um castigo por isolamento, num período de mais de um ano, saindo em liberdade condicional somente em 24 de dezembro de 1978. O Centro de Lutas Netos de Zumbi, por carta, participara da fundação do MNU. Neninho se tornou o único ex-presidiário da executiva do MNU. Alegou ser o primeiro a pronunciar a frase: "Todo preso preto é um preso político", que se tornara uma das palavras de ordem em âmbito nacional para MNU. Mais tarde, Neninho de Obaluaê, publicou o livro:

(Exemplos das figuras seguintes), demarca a atuação do movimento negro nos presídios. Segundo os pesquisadores Santos e Borges (2018, p. 306), a partir de 1980, o então colaborador do jornal, passa a fazer parte da executiva do MNU, buscando "defender, no congresso da entidade em 1980, a necessidade de estender a anistia a presos comuns, bem como à extinção da tortura".

Figura 4 – Jornal Árvore das Palavras nº 14 Cartas da Prisão



Figura 5 - Jornal Árvore das Palavras nº 15 Cartas da Prisão



Fonte figuras 3 e 4: Jornal *Árvore das Palavras* nº 14 e 15
Doc. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004, p. 60 e 64.

Freitas[616] relembrou que o *Árvore das Palavras*, no momento de seu lançamento, "era única publicação da época que informava sobre as lutas de libertação dos povos africanos, exigia o fim do apartheid, a libertação de Mandela e batia na democracia racial brasileira", e enfatiza:

OBALUAÊ, Neninho de. **Beco Sem Saída - Eu Vivi no Carandiru.** Editora: Rosa dos Tempos, 1999, São Paulo, onde relata os tempos de cárcere. Fonte: SANTOS, Fernanda Barros dos; BORGES, Caroline Amanda Lopes. **Neninho de Obaluaê – O Intelectual Insurgente do Subterrâneo Tropical e os Movimentos Sociais Negros.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.L], vol. 10, nº 25, p. 294-316, jun. 2018. ISSN 2177-2770.
Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/617>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
Neninho de Obaluaê — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br). Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
Em 1980, José Augusto Gonçalves da Silva, o Neninho, concede uma nova entrevista ao Pasquim, onde falou sobre o racismo no Brasil e comentou sobre o episódio ocorrido após a primeira entrevista. "Entrevista desaconselhável a racistas. Este negro é perigoso ele pensa". Jornal O Pasquim, ano XI, nº 588, p. 20-22.
Disponível em: O Pasquim (RJ) - 1969 a 1991 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 25 de janeiro de 2023.
[616]FREITAS, op. cit., 2009, p. 56.

> Em São Paulo, o ***'Árvore das Palavras'*** e depois ***'Versus Afro Latino América'*** foram expoentes de uma variedade enorme de iniciativas poderosas no âmbito da imprensa negra e dos movimentos políticos que defendiam a causa negra na perspectiva de revolução socialista"[617].

Ainda de acordo com Freitas,[618] as mulheres também colaboraram na produção do *Árvore das Palavras*: Neusa Poli, Leni Blue e Maria de Fátima Ferreira constam como colaboradoras, junto com Edmilson André e Neninho de Obaluaiê, além dos editores já citados. A poesia negra engajada na luta, também se fazia presente nas páginas do jornal. Os editores revisitaram o poeta Solano Trindade no ano de sua morte, nos dois números poesias de Solano Trindade falando de luta, liberdade e resistência. Ressaltando que a publicação de poesias era uma das características dos jornais negros da imprensa negra. O *Árvore das Palavras*, não trazia os nomes e nem a assinatura de seus editores ou colaboradores, nem o endereço de gráfica onde era impresso, como exigia a Lei de Imprensa e falava sobre o racismo, tema proibido pela ditadura. Esses fatores pesaram para sua semiclandestinidade, o suficiente para ser registrado como informe no DOPS, em 26 de setembro de 1975[619]. Esses motivadores justificavam o jornal não trazer identificação daqueles que o produziam. Os editores trataram com sarcasmo as tentativas "benevolentes" dos dirigentes brancos em conter as revoltas e apoiavam as lutas como exemplo para o Brasil.

Segundo a fala dos agentes, reorganizar a imprensa negra era um dos objetivos do MNC. A imprensa negra, porta voz das lutas do movimento negro, trazia em seus editais e em suas publicações a denúncia do racismo à brasileira, a farsa da democracia racial, a luta internacional contra o racismo, as más condições de vida da população negra impostas pela discriminação racial, o racismo que impedia o avanço de homens e mulheres negros na sociedade e toda discussão embalada pela visão política daqueles que colaboravam com o jornal. O primeiro registro deste a que tivemos acesso foi um Informe (38-B) que data de 26 de setembro de 1975. Foi encaminhado pela Secretaria de Polícia-SP, DEOPS, com difusão para o SNI, com classificação A1[620], sob o assunto Movimento Racista. O documento confidencial, sem grandes anotações, apresenta parte do jornal anexado, provavelmente o primeiro número. Já a Informação nº 5808 /19/AC/77, com início em 4 de dezembro de 1976,

---

[617]Id., 2009, p. 13. Grifos do autor.
[618]Id., 2009, p. 57.
[619]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/81009779/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf.
[620]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf.

com difusão do SNI para o SG/CSN - CIE - CISA – CENIMAR, aqui já citada, sob o assunto Racismo Negro no Brasil, anuncia:

> Observou-se que, no segundo semestre do corrente ano, alguns órgãos de imprensa, do RIO DE JANEIRO e de SÃO PAULO, passaram a publicar, com ênfase, matérias abordando o racismo no BRASIL[621].

Esse documento destaca as reportagens que eles achavam mais importantes, todas da grande imprensa: *Jornal do Brasil*, revista *Manchete*, revista *Veja*, revista *Fatos e Fotos – Gente*, jornal *Última Hora*, jornal *Zero Hora*, semanário *Movimento*[622], além de um exemplar do livro Insurreições Escravas do historiador Décio Freitas[623]. O documento após apontar organizações e lideranças do movimento negro, aponta para um anexo com as reportagens da referida imprensa e entre elas os exemplares 14 e 15 do que eles chamaram panfleto "*ÁRVORES DAS PALAVRAS*", cujas matérias citamos aqui. As reportagens publicadas na grande imprensa, anexadas nos documentos do SNI, datam de 1973,74 a 1976. Na análise do agente:

> Os fatos acima expostos configuram uma campanha, embora ainda limitada, visando a despertar e/ou incentivar antagonismos raciais, procurando incutir no espírito do

---

[621]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.pdf.

[622]ANEXOS

A) Cópia xerox da reportagem "O ORGULHO (IM PORTADO) DE SER NEGRO NO ERASIL", "JORNAL do BRASIL", de 17 de julho de 1976.

B) Cópia xerox da reportagem "O SOUL, DO GRITO NEGRO A CADERNETA DE POUPANÇA", "JORNAL DO BRASIL", de 03 de agosto de 1976.

C) Cópia xerox da reportagem "O NEGRO VISTO POR ELE MESMO", revista "MANCHETE", de 21 de agosto de 1976.

D) Cópia xerox da reportagem "OS BLACKS NO EMBALO DO SOUL", revista "MANCHETE", de 11 de setembro de 1976.

E) Cópia xerox da reportagem "O RACISMO A BRASILEIRA", jornal "ÚLTIMA HORA", de SÃO PAULO/SP, 20/21 de novembro de 1976.

F) Cópia xerox da reportagem "ZUMBI", "JORNAL DO BRASIL", de 23 de novembro de 1976.

G) Cópia xerox da reportagem "BLACK RIO", revista "VEJA", de 24 de novembro de 1976.

H) Cópia xerox da reportagem "LEILA ALEXANDRA", revista "FATOS E FOTOS", de 26 de dezembro de 1976.

I) Cópia xerox da reportagem "NEGRO NO SUL NÃO QUER MAIS ABOLIÇÃO COMO DATA DA RAÇA", "JORNAL DO BRASIL" de 13 de maio de 1973.

J) Cópia xerox da reportagem "SER NEGRO", jornal "*ZERO HORA*", de 23 de novembro de 1974.

L) Um exemplar do livro "INSURREIÇOES ESCRAVAS".

M) Cópia xerox da reportagem "SALVADOR, A CIDADE NEGRA" semanário "MOVIMENTO", de 13 de dezembro de 1976.

N) Dois exemplares do panfleto "*ÁRVORES DAS PALAVRAS*". Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004 pdf doc. Citado, p. 55-56.

[623]Neste livro, publicado em 1976, o historiador Décio Freitas procura reconstituir a história das insurreições escravas ocorridas em Salvador entre 1807 e 1835, apontando as lutas dos escravizados para se libertar da escravidão.

> negro a existência de uma estratificação social que o estaria colocando em situação de inferioridade ou marginalidade na sociedade brasileira. A intensificação dessa campanha poderá resultar em perturbação da ordem política e social do País, bem como na manipulação da população de cor com fins ideológicos[624].

Portanto, desde o início dos anos de 1970, os militares, através de seus órgãos de repressão, acompanhavam o avanço das organizações do movimento negro no Brasil e, ainda que avaliassem o movimento como limitado, de pouca expressão, já anunciavam uma possível "perturbação da ordem política e social do País", com a intensificação das ações desse movimento social. O posicionamento das lideranças do movimento negro - através da imprensa negra - e as denúncias do racismo no Brasil, feitas na grande imprensa, como já nos referimos, também preocupava os agentes. O ano de 1978 foi um ano frutífero para a imprensa negra e trabalhoso para as agências de vigilância e repressão, que seguia na diligência, vendo nascer novos jornais negros neste período. Um desses jornais foi o jornal Abertura.

O Informe Confidencial, com difusão direta do SNI, com data de 18 de agosto de 1978[625], fala sobre "Partido Socialista dos Trabalhadores - Lançamento de Publicações" e traz informações sobre a criação de novas ou outras publicações da Convergência Socialista, dentre elas, o lançamento em São Paulo, em julho do referido ano, do jornal Abertura. Segundo o documento do SNI, o jornal saia com tiragem mensal e teria sido lançado pelo grupo 'Afro-Latino América', tendo como diretor responsável Oswaldo Camargo[626], que segundo o relato, era um dos "iniciantes" do grupo ALA. O *Abertura* seria estruturado pelo PST, tratado como organização subversiva, cujo objetivo era "explorar a luta de classes através do racismo".

---

[624]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004.pdf, p. 54-55.

[625]Doc citado. Pedido de Busca nº 146/19/AC/78, de caráter confidencial.

[626]Poeta, ficcionista, crítico, historiador da literatura e um dos mais destacados escritores negros das últimas décadas. Foi colaborador no suplemento literário do *Correio Paulistano.* Em 1959, atuou como revisor de *O Estado de São Paulo,* ano em que estreou na literatura. (...). Sua presença no meio jornalístico e cultural da cidade aproxima-o do crítico Sérgio Milliet e de outros intelectuais como Clóvis Moura e Florestan Fernandes, este último, autor do prefácio a *15 poemas negros*, segundo livro de Camargo, que vem a público em 1961. Participa ativamente da Associação Cultural do Negro, órgão responsável pela realização de atividades musicais e literárias, lá exercendo a função de diretor do Departamento de Cultura. E colabora também com os jornais da imprensa negra, a saber: *Novo Horizonte*, *Níger* e *O Ébano*. Em 1978, Oswaldo de Camargo integra a histórica edição do primeiro número de *Cadernos Negros*. Juntamente com Paulo Colina e Abelardo Rodrigues, une-se aos jovens estudantes e intelectuais afro-brasileiros que buscavam se organizar naquele momento de resistência pacífica ao regime militar e de mobilização pela redemocratização do país. Camargo atua como mediador entre a nova geração e os remanescentes do Movimento Negro de décadas anteriores, propiciando desta forma o resgate de iniciativas históricas e da memória literária oriunda do passado recente.
Disponível em: https://www.portalafro.com.br/dados_seguranca/literatura/oswaldo/oswaldo.htm
http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/360-oswaldo-de-camargo. Acesso em: 2 de fevereiro de 2021.

Ao buscarmos referências sobre o jornal encontramos uma entrevista[627] com os idealizadores e produtores deste, o próprio Osvaldo de Camargo e o jornalista Ney Souza. Segundo essa entrevista, o jornal "se propunha a debater questões do movimento negro e também pautar a discussão da abertura para a democracia". Daí a justificativa para o seu nome, que teve somente uma edição, aquela registrada pelo SNI. A jornalista Diva Gonçalves, companheira de trabalho do jornalista Oswaldo Camargo no jornal *Folha da Tarde,* segundo a matéria citada, foi também uma das idealizadoras do *'Abertura'*. Vê-se que os jornalistas, idealizadores deste jornal, também atuavam na grande imprensa, e como os demais, não viam as questões dos negros sendo pautadas nas grandes redações. Em função disso, tentaram fazer um periódico escrito por negros que trouxesse as reivindicações da comunidade negra para aquele momento em que o jogo político se reconfigurava, em função da possibilidade de abertura política.

No documento, o SNI precedendo a data do lançamento para julho, enquanto seus produtores em entrevista avisavam que seria em setembro, como consta no próprio jornal[628]. O *'Abertura'* saiu com tiragem de 5.000 exemplares, e seu único exemplar foi impresso na gráfica do jornal O Estado de São Paulo, mas com todas as dificuldades características dos demais jornais negros. Além disso, segundo Oswaldo de Camargo, tão logo os órgãos legais souberam da edição do jornal, antes mesmo que este fosse para as ruas, os organizadores receberam a visita de fiscais, cobrando deles registro de funcionários, quantitativo de maquinários e outras questões legais. Exigências de uma estrutura que certamente os organizadores não tinham como cumprir. Assim, "a vontade de fazer", esbarrou além da falta de recursos, nas exigências legais, o que fez com que o 'Abertura' só tivesse uma edição. As exigências dos órgãos legais cobradas com agilidade junto ao jornal *Abertura* tem fundamento na Informação nº 0257/CISA-RJ. Datada de 1 de junho de 1977, confidencial, a informação apresenta uma controvérsia com a comunidade de segurança, no que diz respeito a legalidade dos registros de alguns periódicos. Como com o jornal Versus, há uma discordância na compreensão dos órgãos sobre se o DPF deveria conceder ou não o registro aos periódicos 'nanicos". Em função disso, os agentes do CISA fazem a seguinte sugestão:

> (...) em vista disso, este Centro permite-se sugerir que, antes de ser concedido ou indeferido registro e dispensada ou não de verificação prévia, o Cl/DPF adote como rotina expedir PB ao SNI/AC, CENIMAR, CIE, CISA e DSI/RJ, com o nome completo, filiação, data e local de nascimento, endereço e breve "curriculum" de

[627]Entrevista Completa Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/memoria/49355/jornal-abertura-uniao-da-luta-do-movimento-negro-com-o-combate-a-ditadura Acesso em: 04 de fevereiro de 21.
[628]Jornal *Abertura*, Ano I/ nº 1/ setembro/ 1978.

> todos os Diretores, Editores, Secretários, Colaboradores, etc., de Jornal ou Revista postulante a registro na DCDP do DPF. Acreditamos que com essa prática o DPF passa a contar com mais elementos de convicção para ajuizar sobre a conveniência de conceder ou deixar de conceder registros a publicações, muitas das quais como o jornal eco "VERSUS" e o tabloide "NÓS MULHERES", atingem a juventude desavisada e contestatória com incrível desfaçatez. Aliás, o "conceder" ou "deixar de conceder" registro a jornais e publicações periódicas parece ser assunto controvertido na área do DPF haja vista que em resposta as nossas consultas... (Vários departamentos) informou "que os jornais e publicações periódicos não estão sujeitos a registro na Divisão de Censura do DPF" (...) Este Centro não deseja estabelecer polêmica em torno de obrigatoriedade da concessão ou não de registro a publicações do tipo "VERSUS", "NÓS MULHERES" e tantas outras de igual nocividade, mas, tem somente, que se encontrem recursos formais ou informais para impedir a sua edição e circulação[629].

As controvérsias apontadas no documento tinham a ver com o processo de abertura e o alargamento da censura naquele momento. É sabido que esse período de abertura política, iniciada por Geisel, acirrou os confrontos entre os militares, e liberar a concessão de jornais considerados de "maior nocividade", notadamente criava desconforto entre as forças. Com esse propósito, o mecanismo de concessão de registro aos veículos de comunicação era uma forma de impedi-los de circular oficialmente, dando margens a possível repressão por parte do DPF. Note-se que um dos critérios para liberar a concessão pelo PPF eram os antecedentes dos proponentes dos jornais. Assunto tratado no documento, onde se vê a negativa do Atestado de Bons Antecedentes a alguns membros do jornal Versus que, segundo o documento, apesar de ser um jornal oficial com registro no DPF, era submetido à censura prévia. Segundo o DPF, dos 72 dirigentes e colaboradores, 45 registravam antecedentes naquele órgão, sendo dois terroristas, dois cursados na Universidade Patrice Lumumba e uma militante do PCB. O fato é que a resposta do CISA para o DPF era de que os jornais e publicações periódicas não estavam sujeitas a registro na divisão de censura do DPF e que, por conseguinte, o Versus estava regular e não era submetido à censura prévia[630].

Posto a controvérsia, o fato é que as exigências para o registro acabavam por estrangular os pequenos jornais garantindo seu aniquilamento no nascedouro, impelindo-os à clandestinidade ou decretando seu fechamento. Além das dificuldades em atender as exigências do DPF que implicavam em recursos, é possível que o critério de "bons antecedentes" tenha sido um dos fatores de impedimento do registro do jornal *'Abertura'* (Figuras 6, 7 e 8). Nesse sentido, em 25 de setembro de 1978, o *Abertura* volta a constar em outro informe, cujo assunto era Publicação – Jornal "*ABERTURA*" – São Paulo, SP. O informe

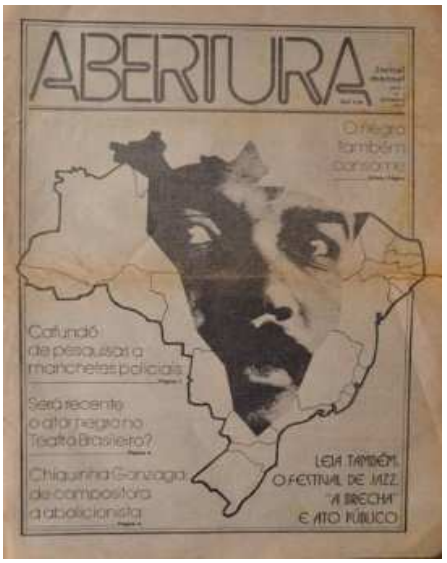
---

[629]Informação nº O 2 5 7/ CISA-RJ – 1977. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77103270_d0001de0001, p. 5- 9.

[630]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77103270_d0001de0001, p. 10.

vem em referência a um telex, com origem na ASP/SNI, de avaliação A-1, trazendo em anexo cópia do exemplar do jornal na íntegra. Além do registro dos dados administrativos e a relação de toda a equipe responsável pela elaboração do jornal - do diretor responsável a todos os colaboradores - dentre eles, no corpo feminino constando três mulheres, Diva Gonçalves dos Santos (Diretoria), Ana Maria da Silva e Nilcéia da Silva[631].

Figura 6 – Capa do jornal *Abertura*



Fonte: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/81006613/
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006613_d0001.

[631]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/81006613/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006613_d0001.
Informe nº 4894 / 119 /ASP 1978. Data: Assunto: Publicação – Jornal "ABERTURA" – São Paulo, SP. Referência: Telex ASP/SNI. Avaliação A-1. Grifo no documento, p. 2-3. O documento está pouco legível.

Figura 7 - Informe Publicação Jornal Abertura

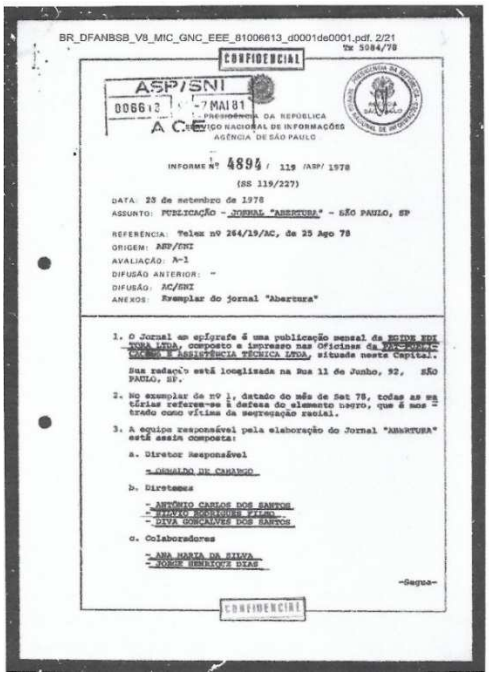
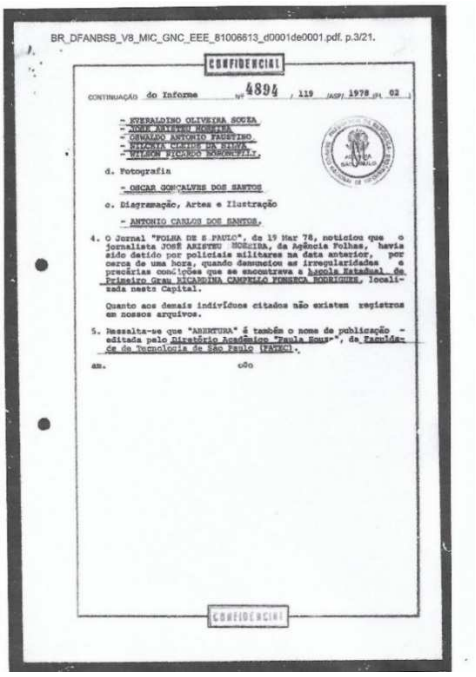


Figura 8 - Informe Publicação Jornal Abertura (cont.)



Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006613_d0001de0001.pdf, p. 2-3/21.

Dentre o grupo de colaboradores, José Aristeu Moreira, segundo uma publicação da Folha de São Paulo, "havia sido detido por policiais militares na data anterior, por cerca de uma hora, quando denunciou as irregularidades e precárias condições que se encontrava a Escola Estadual de Primeiro Grau RICARDINA CANPELLO FONSECA RODRIGUES"[632]. Os demais membros do 'Abertura', não possuíam antecedentes. O jornal, idealizado e editado por negros, trazia em seu próprio nome a palavra de ordem da resistência. Concebido como forma de expressão da comunidade negra, mas que buscava, segundo seus editores - e como o seu próprio nome indicava - que também "estivesse aberto à colaboração de outros segmentos, não só os negros; que tivesse também a colaboração do segmento branco da população", ainda que para a Comunidade de segurança, todas as matérias referiam-se à defesa do elemento negro, que é mostrado como vítima da segregação racial"[633]. No que diz respeito à matéria de capa, o periódico trouxe matérias que tratavam das relações raciais no Brasil e da presença e exclusão do negro na sociedade brasileira. Discutia o racismo, sem o

[632]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/81006613/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006613_d0001de0001.pdf, p. 3, grifo do documento.
[633]Documento citado, p. 2.

tom “radical”, característico do Afro Latino América e do *SINBA*, o que não impediu de ser visado e registrado, inviabilizando sua circulação.

Outro jornal deste período que compõe a INC foi o “*JORNEGRO*” (1978/SP), produzido como órgão de divulgação da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP), escrito por Luiz Silva (Cuti), José Carlos de Andrade (Jamu Minka), Francisco Carlos dos Santos (Tato), Francisco Marcos Dias, entre outros. Nascido em São Paulo, dentro daquela conjuntura em que “a ditadura pegava pesado”, fez críticas à ditadura, denunciando a violência policial, buscando o resgate da história e cultura negra. De acordo com a Ordem de Busca nº 5782/119/ASP/7d[634], enviada via Telex, o "*JORNEGRO*" era o “órgão de divulgação da "Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP)”. Segundo o documento, o jornal teria circulado pela primeira vez em março de 1978. O documento confidencial, emitido no dia 21 de novembro de 1978, pelo SNI, Agência SP, buscava informações sobre a publicação do jornal em questão. Conforme o comunicado divulgado pelo Versus, datado de 25 de outubro daquele ano, além do nome do jornal, que se referia como "órgão da imprensa negra", havia o endereço da Caixa Postal para quem quisesse contribuir para sua aquisição. Diante das escassas informações disponíveis, o SNI solicitou mais dados e ainda dois exemplares do jornal.

Até aquele momento, o SNI não conhecia a FEABESP, por isso solicitou a apuração de maiores informações sobre a entidade. O propósito era conhecer o significado da sigla, identificar seus objetivos, diretores e demais dados que pudesse informar sobre o jornal. A solicitação foi atendida. Pela informação de caráter urgente, datada de 06 de dezembro daquele ano[635], a qual encaminhou em anexo como solicitado, todos os exemplares do *Jornegro* publicados desde seu lançamento, além do significado da FEABESP. No que diz respeito a sua proposta de atuação, o informe alegou que a FEABESP se propunha a ser um centro cultural diversificado que, abrangeria setores culturais plurais, desde que tivesse a participação do negro. Em outro informe confidencial, datado de 15 de dezembro de 1978[636], trazendo anexado um exemplar das cinco primeiras edições do referido jornal, listava os redatores Francisco Carlos dos Santos (Tato) Francisco Marcos Dias, Jamu Minka e Leonardo Ferreira; os colaboradores Henrique Cunha, José Carlos Gomes dos Santos e Vera Lúcia de

[634]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf, p. 3.
[635]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf, p. 5. Informação nº J432 / 310 /ASI2 /78 - 06 Dez 78 Doc.
[636]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf / INFORME 6148/ 119 FASP/ 78, p. 1-8.

Oliveira. Além dos demais profissionais envolvidos. Afirma que o *Jornegro* era composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Segundo a comunidade de informações, o *Jornegro* seguia os propósitos da FEABESP, a saber:

> Se propõe a ser um centro cultural diversificado, isto é, abrangendo os mais variados setores de cultura que conte ou venha a contar com a participação do negro, o "JORNEGRO" se destina a comunidade negra, para esclarecer-lhe sobre a situação, as reivindicações, os valores e a história dos heróis negros, como também contra a discriminação que sobre ela pesa[637].

Solicitou-se a ficha de antecedentes do diretor responsável pelo jornal, o jornalista Odacir de Mattos, que, segundo a informação, não registrava antecedentes criminais. O mesmo documento continha o endereço da sede do jornal, incluindo a data de locação. De acordo com o exemplar anexado pela comunidade de informações, o jornal no seu segundo número, publicado em maio de 1978, trazia uma matéria sob o título: 'Apartheid: racismo e exploração', em que trata do tema e das lutas de resistência nos países africanos. O tema, aparece nos outros números do jornal. Os documentos foram arquivados em 19 de dezembro de 1978, após curto espaço de tempo de busca de informações. O *Jornegro* foi publicado na cidade de São Paulo até 1981. A historiadora Clarisse Mendes[638], citando Motta[639], aponta as dificuldades dos editores do *Jornegro* em registrar o jornal, acrescentando que "nunca ficou explícito que se tentasse impedir tal registro, tudo leva a crer que os departamentos competentes paulistas tentavam diminuir possíveis trabalhos futuros de censuras e apreensões". Nos documentos que encontramos, não há nenhuma menção a tentativa de inviabilizar o registro do jornal, nem mesmo, alguma solicitação de registro por parte dos editores. O SNI arquivou os documentos em dezembro de 1978. No entanto, uma pesquisa mais direcionada, poderia levantar tais informações. As figuras seguintes denotam a estrutura de publicação do jornal Jornegro.

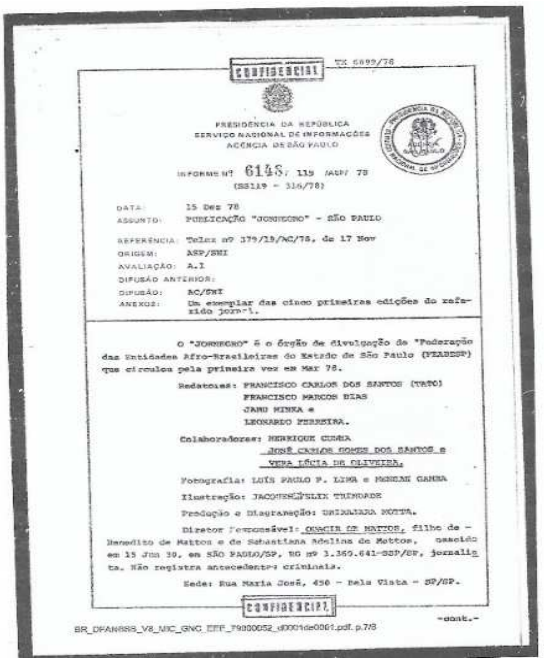
---

[637]Documento citado, p. 6-7.

[638]MENDES, Clarisse. PÁGINAS DO JORNEGRO: escritos de luta e de valorização da cultura afro-brasileira (1978 a 1981). XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-MG, 27-29 de julho 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mgeeh2022/1659968708_ARQUIVO_b7eb37fd2dbf07de05dce445ab28d282.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2023.

[639]MOTTA, op. cit., 1986, p. 124.

Figura 9 - Ordem de Busca. Publicação Jornegro



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

INFORME Nº 6148/ 119 /ASP/ 78
(ES119 - 316/78)

DATA: 15 Dez 78
ASSUNTO: PUBLICAÇÃO "JORNEGRO" - SÃO PAULO
REFERÊNCIA: Telex nº 379/19/AC/78, de 17 Nov
ORIGEM: ASP/SNI
AVALIAÇÃO: A.I
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: AC/SNI
ANEXOS: Um exemplar das cinco primeiras edições do referido jornal.

O "JORNEGRO" é o órgão de divulgação da "Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP) que circulou pela primeira vez em Mar 78.

Redatores: FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS (TATO)
FRANCISCO MARCOS DIAS
JANU MINKA e
LEONARDO FERREIRA.

Colaboradores: HENRIQUE CUNHA
JOSÉ CARLOS GOMES DOS SANTOS e
VERA LÚCIA DE OLIVEIRA.

Fotografia: LUÍS PAULO F. LIMA e HENRIQUE CUNHA

Ilustração: JACOMENÍSLIN TEMÓTEO

Produção e Diagramação: DAMIANA MOTTA.

Diretor Responsável: OSMAIR DE MATTOS, filho de - Benedito de Mattos e de Sebastiana Adelina de Mattos, nascido em 15 Jun 39, em SÃO PAULO/SP, RG nº 3.369.641-SSP/SP, jornalista. Não registra antecedentes criminais.

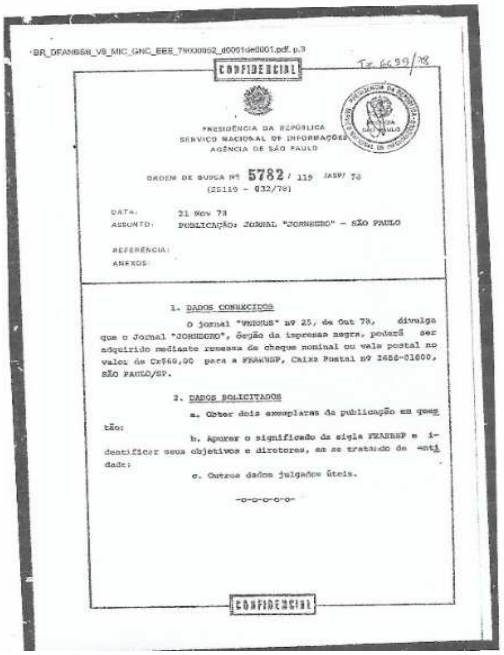
Sede: Rua Maria José, 450 - Bela Vista - SP/SP.

CONFIDENCIAL

-cont.-

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf, p.7/8

Figura 10 - Informe Publicação Exemplares Jornegro



BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf, p.3

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

ORDEM DE BUSCA Nº 5782 / 119 /ASP/ 78
(ES119 - 632/78)

DATA: 21 Nov 78
ASSUNTO: PUBLICAÇÃO: JORNAL "JORNEGRO" - SÃO PAULO
REFERÊNCIA:
ANEXOS:

1. DADOS CONHECIDOS

O jornal "NEGRUS" nº 25, de Out 78, divulga que o Jornal "JORNEGRO", órgão da imprensa negra, poderá ser adquirido mediante remessa de cheque nominal ou vale postal no valor de Cr$60,00 para a FEABESP, Caixa Postal nº 2686-01000, SÃO PAULO/SP.

2. DADOS SOLICITADOS

a. Obter dois exemplares da publicação em questão;

b. Apurar o significado da sigla FEABESP e identificar seus objetivos e diretores, ao se tratando de entidade;

c. Outros dados julgados úteis.

-o-o-o-o-o-

CONFIDENCIAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001. Pdf, p. 3 e 7-8.

Figura 11 - Jornal Jornegro nº 2, maio 78



MAIO 1978
S. PAULO

JORNEGRO

Cr$ 5,00

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DA FEABESP — Rua Maria José 450 — Bela Vista SP.

No último dia 20, tivemos um sábado movimentado para a maçada negra, paulista, pois estavam ocorrendo grandes bailes em diversos clubes da cidade.

Tivemos Cruzeiro Dadé e Corrente da Força no Palmeirinha, tocado pela Equipe Chic Show; Jorge Ben e a Banda do Zé Pretinho no Tucuruvi, pela Equipe Sideral e Toni Tornado no Esporte Clube da Vila Mariana pela Equipe Manequins.

Ao todo tivemos aproximadamente quinze mil pessoas, em sua maioria negras, participando nas diversas festas.

O Jornegro saiu também a ouvir essas pessoas entrevistando o pessoal, dando destaque a juventude negra, querendo saber o que ela sente e pensa sobre tudo que diz respeito à nossa Comunidade.

Estamos publicando algumas entrevistas na íntegra, para motivarmos um debate sobre o tema:

Como vive nossa juventude?

AGORA FALANDO,

SOUL

90 anos de abolição. Quem lucrou?

Samba, um pouco da nossa história

Mazzaropi boia pano quente no racismo

Fonte: Negritos. Acesso: novembro 2022. (As imagens do JORNEGRO foram extraídas da página Negritos pois as cópias dos jornais anexados ao documento do SNI estavam ilegíveis).

Outro exemplo dos jornais da INC vigiados pelos órgãos de repressão foi a revista *Tição*, editada em Porto Alegre (RS), em março de 1978, que circulou até 1982. Idealizado pela jornalista negra Vera Daisy Barcellos, reuniu militantes de esquerda e ativistas daquele estado, ligados ao Grupo Palmares, que tinha como grande referência o poeta e intelectual Oliveira Silveira. O lançamento da revista *Tição* em março de 1978, também aparece no mesmo documento[640], que falava sobre o jornal Abertura, sob o assunto *Movimento Nacional dos Black* e registra também o lançamento do jornal *Sinba*, como uma publicação da Editora Paralelo Ltda, de Porto Alegre/RS. A editora consta como registrada na Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Uma informação anterior a esta, datada de julho de 1978[641], afirma data e local do lançamento e traz as seguintes informações sobre seu editorial:

> (...) no editorial do seu primeiro número declara se propor a discutir a participação do negro na questão das reivindicações sociais e a sua história, "geralmente mal contada" e distorcida que tem "como exemplo mais típico o Quilombo de Palmares". A revista afirma ainda que, a educação no BRASIL prejudica o negro, mas esse aspecto é decorrente do sistema capitalista, onde o negro "não tem vez". Anuncia, também, o lançamento do livro de poemas de AGOSTINHO NETO, exaltando a figura do líder marxista angolano e o "Movimento Popular de Libertação de ANGOLA - MPLA", criticando, em contrapartida, os negros angolanos "mercenários" JONAS SAVIMBI e HOLDEN ROBERTO[642].

Em 22 de maio de 1978 a informação que trata do assunto "Racismo negro no Brasil"[643] relata ainda averiguações sobre os jornalistas e intelectuais negros responsáveis pela revista *Tição*. Vera Dayse Barcellos, Emílio Chagas, Jorge Freitas, Maria Nazaré Magalhães de Almeida, Eneida Serrano, Sílvio de Alencastro, Oliveira Ferreira da Silveira e Walter Carneiro tiveram seus dados pessoais e antecedentes políticos levantados. Segundo a mesma Informação, essa editora no ano anterior, 1977, publicou a revista *Paralelo,* que deixou de circular naquele mesmo ano, e que abordava temas sobre discriminação racial no Rio Grande do Sul. Sobre esta revista foi a única referência que encontramos, no entanto, segundo Freitas (2009, p. 47) a revista *Tição* foi publicada utilizando o registro da Editora Paralelo, cujo procedimento foi considerado ilegal – provavelmente pelo DPF – e por esse

---

[640]Informe Nº 318/01/78/CI/DPF, DE 14 DE AGOSTO DE 1978. Esse documento é um encaminhamento de informes para a Agência Central. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001.

[641]Informação 580/19/AC/78. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004%20(1).pdf p. 14.

[642]Op cit. p.19. Grifos do documento.

[643]Na Informação Nº 0416/19/AC/78. Origem: PRG 8368/78. Difusão: SG/CSN-DSI/MJ, encontra-se registro sobre a Revista *Tição* com cópia da revista/jornal em anexo. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76109622_d0003de0004.pdf, p. 87-99.

motivo o DOPS-SP ameaçou apreender a revista. No âmbito deste caso, a jornalista Vera Dayse Barcellos teve que prestar esclarecimentos ao DOPS. No entanto, Oliveira Silveira, em entrevista[644], dissera que haviam sido chamados na Polícia Federal para tirar a licença para publicação da revista no Departamento de Censura, tão logo saíra publicada a matéria no Jornal Folha da Tarde sobre o 20 de novembro.

O editorial da *Tição*, chamou atenção do agente pelo conteúdo relatado, e, após descrever todo o editorial da revista, o entendimento e orientação da comunidade de segurança foi que esses jornais (Os citados no documento junto com a revista) deveriam ser enquadrados como movimentos subversivos na Lei de Segurança Nacional. No que diz respeito ao registro da revista, o I Encontro Nacional Pela Liberdade de Expressão, como vimos ao tratarmos sobre a grande imprensa, discutiu questões relativas à censura aos meios de comunicação. Dividido em comissões, os participantes tiraram e aprovaram no plenário resoluções para o enfrentamento a ditadura, naquele momento de luta pela abertura política. Assim sendo, a Comissão 2, relatou o assunto da plenária que a discutiu e aprovou seguinte decisão em relação a revista:

> (1) Um grupo de jornalistas negros fundou em Porto Alegre, uma revista dedicada à discussão de problemas raciais, intitulada TIÇÃO, que publicou o seu primeiro número em março de 1978. Antes de editar o segundo número, a equipe solicitou registro da revista na Polícia Federal, e entregou toda a documentação que supunha ser necessária para este fim. O nº 2 de TIÇÃO está pronto para ser impresso desde dezembro de 1978, mas até agora a Polícia Federal vem adiando a concessão do registro à revista, sem dar nenhuma satisfação aos interessados. Este adiamento vem causando enormes prejuízos à publicação, ameaçando, inclusive, a sua sobrevivência. Assim sendo, o I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão resolve manifestar seu apoio e solidariedade â revista TIÇÃO, e empenhar-se por todos os meios ao seu alcance para que sejam superados os obstáculos que vem impedindo a continuidade das suas atividades. Sugere, ainda, que seja averiguado em que dispositivos legais estaria amparada a alegada necessidade de registro prévio da publicação na Polícia Federal, entendendo não ser cabível tal exigência no caso de uma revista como TIÇÃO[645].

Como podemos deduzir, a começar pelo nome da revista, o problema para a concessão do registro da *Tição*, mais do que o uso de um "registro guarda-chuva" era muito mais pelo seu conteúdo político, que na visão da comunidade de informações, atentava contra a doutrina de Segurança Nacional. Em relação à repressão ao Grupo Palmares, consta, segundo

---

[644]Entrevista concedida a Deivison Moacir Cezar de. Campos para dissertação de mestrado. Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): Um Movimento Negro De Subversão E Resistência Pela Construção De Um Novo Espaço Social E Simbólico.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUC-RS. Porto Alegre, 2006.

[645]Informação nº 074 /119 /ARJ/ 79 de 29 de maio de 1979, produzido pela Agência Central do SNI. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001859_d0001de0001, p. 15.

Campos,[646] Antônio Carlos Cortes em entrevista disse que mesmo o grupo atuando "dentro da esfera legal", seus integrantes já teriam sido convocados pela Polícia Federal para depor, visto que o delegado acreditava que eles teriam ligações com o conhecido grupo de luta armada a VAR-PALMARES[647]. No que diz respeito à representação feminina, a *Tição*, tendo Vera Dayse Barcellos como jornalista responsável, reunia um grupo de mulheres que atuavam em várias funções para a produção da revista. As figuras 12 e 13 demonstram exemplos de edições da revista Tição.

Figura 12 - Revista Tição Ano 1, nº 1, março,1978. Ano 2 nº 2, agosto1978



Fonte: Tição – imprensa negra e consciência em Porto Alegre nos anos de chumbo (geledes.org.br). Acesso:
janeiro 2022. (Não foi possível digitalizar os exemplares da revista nos documentos dada a qualidade da impressão. Optamos por buscar na internet imagens de acordo com as capas anexadas nos documentos citados).

[646]CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): Um Movimento Negro De Subversão E Resistência Pela Construção De Um Novo Espaço Social E Simbólico.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUC-RS. Porto Alegre, 2006, p. 91-92.
[647]Sobre o Grupo Palmares ver: CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): Um Movimento Negro De Subversão E Resistência Pela Construção De Um Novo Espaço Social E Simbólico.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUC-RS. Porto Alegre, 2006.

Figura 13 - Reportagem jornal Zero hora sobre o lançamento da revista Tição



Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004%20(1). pdf, p. 91/99.

Salvo os jornais apresentados, outros aparecem nos arquivos. Uns apenas citados como o Jornal do '*Conselho da Comunidade Negra'*, 'o panfleto', '*O Negro e a Constituinte'*[648] e outros com pedido de averiguação como vimos anteriormente. Além dos jornais negros ressurgidos na década de 1970, como dissemos anteriormente, esse foi um período profícuo tanto para as organizações negras quanto para a sua imprensa. Assim, a década de 1980 também viu surgir outros jornais da imprensa negra contemporânea. Segundo Freitas[649] (2009, p. 19), esses jornais traziam uma variação de ideologia ou de posicionamentos em face da sociedade global, se constituindo, como espaço de formação de grandes lideranças do movimento negro. A imprensa negra, como afirmou Freitas[650], desde o seu nascedouro constitui-se como "porta voz de verdades que não teriam jamais sido anunciadas por outro tipo de imprensa que não fosse a negra". Além dos já mencionados da década de 1970, os jornais da década de 1980 se constituíram de forma mais profissionalizada, porém com as

[648]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_86006569_d0001de0001. pdf, p. 6.
[649]FREITAS, op. cit., 2020, p. 19.
[650]Id., p. 20.

mesmas características estruturais dos jornais da década anterior. Seguiram os mesmos propósitos à luz das mudanças e demandas do contexto político nacional e internacional, porém sem perder de vista a consolidação das lutas contra o racismo, como analisa Sodré:

> A partir da década de 80, os pequenos jornais que começaram a aparecer um pouco por toda parte refletiam em geral as linhas ideológicas e emocionais do "Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MNU) ", que pretendia desmontar o mito da democracia racial brasileira e montar estratégias antirracistas. Esvanecem-se os discursos reivindicativos e pedagógicos, as preocupações com ordenamento familiar e formação profissional, dando lugar a enunciados de denúncia do preconceito de cor, análises da consciência discriminatória, a informações históricas sobre colonialismo e escravatura, a esparsos juízos afirmativos de identidade negra que procuram resgatar os valores políticos das lutas anticoloniais na África. Ao mesmo tempo, funda-se em universidades e fora delas centros de estudo em torno da categoria "cultura negra", que abrange os cultos, os costumes e os jogos afro-brasileiros[651].

É diante dessa efervescência que a comunidade de informações, mesmo na década de 1980, já numa fase de descrédito e desmonte político institucional, continua a vigiar o movimento negro, demonstrando preocupação com sua organização estrutural. Prova disso é o documento confidencial sobre o movimento negro no Brasil[652], citado no capítulo II, datado de 6 de janeiro a 17 de fevereiro de 1987[653]. O documento com característica de informação, apresenta a relação dos "Organismos e Lideranças do Movimento Negro no Brasil", trazendo também uma lista das "Publicações de Entidades Negras no Brasil", que relacionaremos aqui de acordo com a ordem que aparece no documento: a. *CHAMA NEGRA* (Micro jornal do PCB)[654]; b. Jornal do Conselho da Comunidade Negra. (Órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra)[655]; c. *SINBA* (Órgão de difusão da Sociedade Intercâmbio Brasil-África (SINBA); d. *JORNEGRO* (Sem as entidades); e. *TIÇÃO*. f. Emancipador. (Sem as entidades); g. *NÊGO*. (Tabloide publicado pelo Movimento Negro Unificado da Bahia/ MNU/BA); h. *AFRO BRASIL* (Órgão de difusão da Associação Nacional para Maior Participação dos Descendentes Africanos (AFROBRASIL); i. *AKOMABU* (Órgão de divulgação do Centro de Cultura Negra do Maranhão/CCN/MA) - publicação mensal; j.

---

[651]Obra já citada SODRÉ, M. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 242.

[652]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: MN/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.pdf.

[653]Este documento em função dos carimbos que recebeu foi revisto em 7 de novembro de 1986, como informa a capa do ACE: ACE/ 0 6 0 2 3 4/ 87. O documento só contém rubrica e um carimbo ASS-G2S nº 6489/11, datado de 10 de novembro de 1986 quando foi arquivado. Sem o nome do órgão de produção e nem o órgão de difusão.

[654]Há uma citação sobre o Jornal Chama Negra, segundo o documento foi editado em julho de 1986. Vem com o endereço da editora, tiragem e o nome do diretor responsável e o nome dos colaboradores do jornal.

[655]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_86006569_d0001de0001.pdf. O Jornal da Comunidade Negra aparece anexado também neste documento, p. 8 (8-28).

Revista do *MOAN* (Órgão de divulgação do Movimento Alma Negra lançado, a nível local, em 20 de novembro de 1980); 1. Voz de Palmares (Órgão de difusão do Grupo TEZ - Campo Grande/MS - lançado em l0 de setembro de 1986)[656].

Como já afirmado, o SNI monitorou e sempre que possível procurou intervir no movimento negro e seus órgãos de comunicação. Resgatamos esses jornais representativos do movimento negro contemporâneo para mais uma vez afirmar que os jornais da imprensa negra (Se não todos) estiveram sob a mira da repressão, assim como o ocorrido com a grande imprensa e a imprensa alternativa. Alguns documentos incluem análises mais detalhadas, outros poucos apontamentos, mas colocando-os sempre ali, sob sua mira. Não nos coube aprofundarmos nos estudos desses jornais, contudo, seus registros pelos órgãos de vigilância denotam boas possiblidades de pesquisas[657]. As figuras 14 a 20 seguintes apontam os tipos de informes veiculados nesses jornais da época. Nos deteremos a seguir, nos registros que encontramos nos arquivos referentes aos jornais *Sinba* e ao *Afro-Latino América*, suplemento negro do Jornal *Versus*. Esses jornais foram sistematicamente acompanhados pelas agências de vigilância, da sua produção à sua distribuição, tendo seus editores e colaboradores suas fichas levantadas, em informes a pedido de diversas agências.

Figura 14 - Informe publicação Jornal Abertura

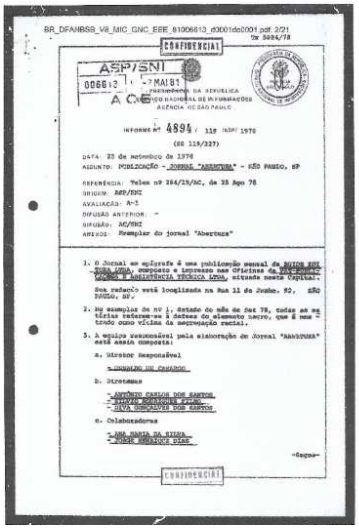
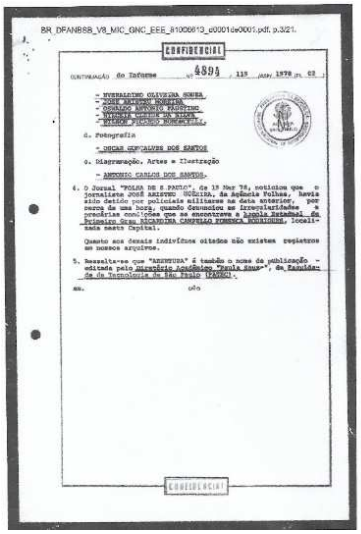


Figura 15 - Informe publicação Jornal Abertura (cont.)



Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006613_d0001de0001.pdf. p. 2-3/21.

[656]No AC_ACE_35899_83, há uma referência ao jornal Frente Negra- publicação do IPCN e no documento a seguir, há uma citação ao Jornal Chama Negra, segundo o qual, o jornal foi editado em julho de 1986. A informação contém o endereço da editora, tiragem, o nome do diretor responsável e o nome dos colaboradores do jornal. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBS_V8_MIC_GNC_EEE_86018393_d0001de0001.pdf, p. 3-11.

[657]Encontramos vários jornais da imprensa negra surgidos a partir de 1985, o que mostra que essa década foi profícua na produção desses jornais. Não os citamos aqui tendo em vista nosso recorte temporal, mas de certo que esse material possibilita excelente acervo documental para novas pesquisas.

Figura 16 - Jornal Frente Negra RJ


FRENTE NEGRA

Há negros no poder do Rio?

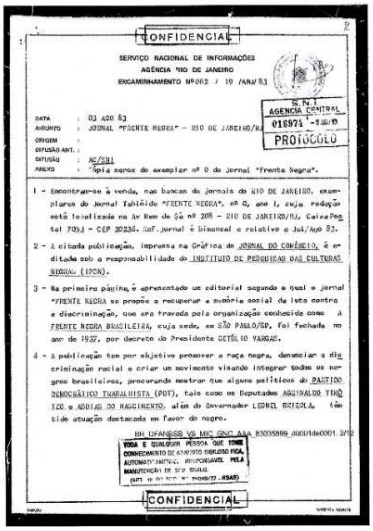
"O maior inimigo do Brasil é o petróleo, porque além de negro é caro" (pág.6)

Um painel do movimento negro no Brasil (pág. 3)

GRANDE MANIFESTAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO DO RJ. Em 11 de outubro de 1982.

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83035899_d0001de0001, p. 3-4/12. SANTANA, Marco Aurélio, op. cit.

Figura 17 - Jornal Frente Negra
Ano I, nº 0, julho/agosto,1979


CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

SNI
AGÊNCIA CENTRAL
018971 - 83/10
PROTOCOLO

DATA : 03 AGO 83
ASSUNTO : JORNAL "FRENTE NEGRA" - RIO DE JANEIRO/RJ.
ORIGEM :
DIFUSÃO ANT. :
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO : "Apia xerox do exemplar nº 0 do Jornal "Frente Negra".

1 - Encontra-se à venda, nas bancas de jornais do RIO DE JANEIRO, exemplares do Jornal Tablóide "FRENTE NEGRA", nº 0, ano I, cuja redação está localizada na Av Rem de Gê nº 205 - RIO DE JANEIRO/RJ, Caixa Postal 7053 - CEP 20236. Conf. jornal é bimensal e relativo a Jul/Ago 83.

2 - A citada publicação, impressa na Gráfica do JORNAL DO COMÉRCIO, é editada sob a responsabilidade do INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS (IPCN).

3 - Na primeira página, é apresentado um editorial segundo o qual o jornal "FRENTE NEGRA se propõe a recuperar a memória social de luta contra a discriminação, que era travada pela organização conhecida como A FRENTE NEGRA BRASILEIRA, cuja sede, em SÃO PAULO/SP, foi fechada no ano de 1937, por decreto do Presidente GETÚLIO VARGAS.

4 - A publicação tem por objetivo promover a raça negra, denunciar a discriminação racial e criar um movimento visando integrar todos os negros brasileiros, procurando mostrar que alguns políticos do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT), tais como os Deputados AGUINALDO TEIXEIRA e ADELAS DO NASCIMENTO, além do Governador LEONEL BRIZOLA, têm sido atuação destacada em favor do negro.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83035899_d0001de0001_3/12

CONFIDENCIAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83035899_d0001de0001, p. 3-4/12. SANTANA, Marco Aurélio, op. cit.

Figura 18 - Jornal do Conselho da Comunidade Negra. Ano II, nº 5, abril, maio 1986


Negros já possuem órgão de combate à discriminação racial no mercado de trabalho

JORNAL DO CONSELHO DA

comunidade negra

Milton Gonçalves

Congresso da CONCLAT discute a questão da trabalhadora negra

NESTA EDIÇÃO ENCARTE ESPECIAL SOBRE A CONSTITUINTE

QUATRO DIAS DE DELÍRIO E DESARAFO

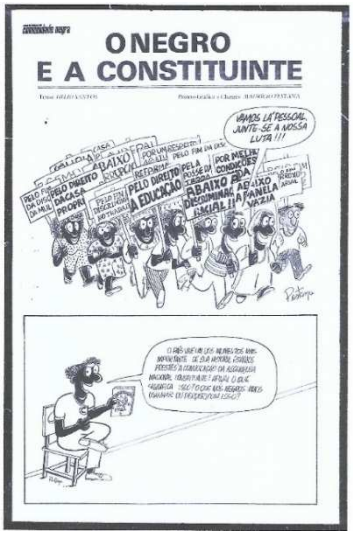
CARNAVAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_86006569_d0001de0001.pdf, p. 8/28.

Figura 19 - Encarte O Negro e a Constituinte



Figura 20 - Encarte O Negro e a Constituinte. Ano II, nº 5, abril, maio 1986



Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_86006569_d0001de0001.pdf, p. 24/28.
BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_86018350_d0001de0001, p. 15/46.

5 SINBA E AFRO LATINO AMÉRICA/VERSUS: ALVOS DA VIGILÂNCIA E DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Nos documentos pesquisados sobre a imprensa negra, foi comum encontrar nos mesmos arquivos informações sobre o jornal *Sinba* e o *ALA* e os demais jornais negros. O SNI identificou a reorganização do movimento negro a partir dos anos de 1970, primeiramente no eixo Rio - São Paulo[658], nas regiões metropolitanas dos Estados vizinhos, cada um com sua importância estratégica para os órgãos de repressão e entendemos, pela visibilidade nacional das ocorrências dos fatos disseminados nessas duas metrópoles. Associados diretamente as "organizações racistas", como "entidades de fachada" para o intenso trabalho da esquerda de doutrinação, organização e recrutamento das massas populares em torno "das soluções socialistas" o Grupo Afro-Latino-América e a Sociedade Intercambio Brasil-África, constaram entre outras organizações registrados pelo CIE[659], em 1980, como "subgrupos" do "Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR)", ligado ao PST[660]. O *Sinba*, junto com *a Revista "SACI* e alguns livros como "publicação". O Afro-Latino América não está relacionado, certamente, porque os agentes identificavam-no enquanto grupo que escrevia a coluna para o jornal *Versus*. Enquanto os mesmos, formavam o núcleo negro socialista que escreviam o suplemento *Afro Latino- América*, que era parte do jornal *Versus*.

Criados por jornalistas e militantes do movimento negro, o *Sinba*, no Rio de Janeiro e o *Afro-Latino América*, suplemento do jornal *Versus*, em São Paulo, por vezes, eram colocados na mesma concepção política pelos agentes dos órgãos de repressão. O fato é que, cada um com sua especificidade, ambos apresentavam um discurso político com vistas a formação crítica da comunidade negra. Não por acaso, os agentes da repressão associavam os dois grupos, visto que estiveram juntos na concepção e no ato de criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em julho de 1978.

---

[658]Eixo comandado pelo I e II Exércitos. Ver: Lagôa, p. 66-67.

[659]As considerações deste parágrafo constam na Informação nº 675/80/E2-E/4º DE. Assunto: Organizações de fachada no Brasi – 3.2.6.2 Data: 6 de nov 80. Origem: CIE. Difusão: 4ª Bda Inf. – AD/4 – DOI/4ª DE – SNI/ABH/ PM2-PEMG – COSEG/MG – DPF/MG – Arg. Grau de Sigilo: Confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_80002780_d0001de0001.pdf.

[660]São registrados também: o Grupo de Atletas Negros, a Associação Cultural Recreativa Brasil Jovem, o Grupo de Artistas Negros, a Associação Cristã Brasileira Beneficente, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas e o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN).

5.1 **O jornal *Sinba*: órgão de divulgação da Sociedade Intercâmbio Brasil – África – SINBA**

Como já foi apresentado numa primeira pesquisa a esse respeito[661], dentro do processo de reorganização do MN na década de 1970, no Rio de Janeiro, a primeira organização negra a se constituir como "um dos embriões" de retomada do MN, foi a Sociedade Intercâmbio Brasil - África – *SINBA*[662]. Criada em 25 de setembro de 1974[663], a partir daí atuando intensamente, em função de não verem representados o pensamento negro e as lutas negras contra a colonização em África na imprensa, bem como a constante afirmação da ideia de democracia racial no Brasil pela grande imprensa. Suas lideranças logo decidiram criar um instrumento de comunicação que traduzisse os interesses da comunidade negra, incentivando os debates sobre as questões raciais no Brasil e no mundo, introduzindo essa discussão junto à população, sobretudo a população negra. Tendo como idealizador Yedo Ferreira[664], após todo processo de sua construção, a SINBA constitui-se inicialmente de um pequeno grupo, em torno de dez pessoas, sem nenhum tipo de financiamento, com reuniões periódicas, e sem sede. Sua ação política incisiva fez dela uma das organizações mais respeitadas dentro do MN. Seus integrantes fizeram parte da constituição de diversas outras organizações negras. Suas principais lideranças, Yedo Ferreira e Amauri Mendes[665], atuaram intensamente na

---

[661]JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra *pós-64* para a *democratização* das *relações étnico-raciais*.** (Dissertação de Mestrado) - PPGEDUC-UFRRJ, 2015.

[662]Como já dito anteriormente, no decorrer do texto, vamos nos referir a ***SINBA*** quando tratarmos da organização **S**ociedade Intercâmbio Brasil – África e no masculino o **SINBA,** quando tratarmos do jornal homônimo da organização.

[663]Segundo Yedo Ferreira, outras tentativas de organizações antecederam a SINBA, porém com vida curtíssima, sem chegar a ter qualquer estrutura.

[664]Yedo Ferreira (Com **Y**, como ele gosta de afirmar), é o mais velho militante do MN nascido em 27 de agosto de 1933, em Santo Amaro da Purificação, no Estado da Bahia. Trabalhou na Empresa de Correios, foi filiado ao PCB, na ditadura em função de sua militância sofreu um Inquérito Policial Militar (IPM) nos Correios e a partir daí foi transferido várias vezes até ser afastado do serviço público; fez o curso de Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, aposentou-se como funcionário público do Ministério da Educação, iniciou sua militância no MN desde o início da década de 1970. Além de fundador do SINBA foi também fundador do MNU (Movimento Negro Unificado) e do IPCN, todos na década de 1970, além de ter fundado e atuado em diversas entidades do Movimento Negro durante toda sua trajetória de militante. Para conhecer toda a sua trajetória ver: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/yedo-ferreira Acesso em: 17 de março de 2014. FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (Depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 40min). http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf. Acesso em: 17 de março de 2014. Ver também a entrevista concedida pelo próprio para nossa dissertação de mestrado.

[665]Amauri Mendes Pereira, doutor em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) nascido no Rio de Janeiro, em 1951, formou-se em Educação Física pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ em 1974, no mesmo ano de criação da SINBA, contando então com vinte e três anos de idade. Amauri foi redator e dirigente do jornal SINBA entre os anos de 1977 e 1980, ou seja, durante todo período de existência do jornal. Junto com Yedo Ferreira, foi também fundador do MNU em 1978, em São Paulo, participando ativamente de todo o processo de discussão em torno da criação desta organização. Militou pelo IPCN, sendo eleito presidente dessa entidade por

criação do Movimento Negro Contra Discriminação Racial (MNCDR). Juntamente com o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), a Escola de Samba Quilombo, o Renascença Clube, o Núcleo Negro Socialista, o Olorum Baba Min, e outras organizações negras do Rio de Janeiro - estiveram presentes no ato de criação do MNU, em julho de 1978, como já posto no capítulo anterior.

Nascida das reuniões no Centro de Estudos Afra Asiática – CEAA, liderado pelo sociólogo José Maria Pereira Nunes - a partir das discussões em torno da história da África e das lutas de libertação das colônias africanas buscaram, "reunir, aglutinar, discutir e informar" os negros sobre o problema racial no Brasil e no mundo, tendo por objetivo organizar a comunidade negra e encaminhar a luta de combate ao racismo com base no pensamento de libertação da África. A *SINBA* foi buscar nas lutas revolucionarias pela libertação dos países africanos seus referenciais, estabelecendo conexões com a África, trazendo as narrativas das lideranças africanas para discussão e formação política da comunidade negra. De acordo com Amílcar Pereira:

> A memória que se buscava construir em relação à África, como importante elemento para a construção de identidades negras positivas, deveria se basear nas lutas protagonizadas por negros africanos, não só no passado longínquo, mas principalmente naquele momento histórico de descolonização, de luta por liberdade e pela conquista de melhores condições de vida[666].

Após três anos de longas reuniões e discussões, em 1977, criaram o jornal homônimo, cabendo a Yedo Ferreira e Amauri Mendes a manutenção e organização do jornal. Com as dificuldades físicas, organizacionais e de pessoal, o jornal e a organização se fundem passando a existir somente como jornal, numa curta existência de cinco publicações, como era comum na IN, desde o seu surgimento. A partir da última publicação e com o dinheiro da venda dessas publicações, seus organizadores vão se envolver na produção de um novo jornal, *o Coisa de Crioulo,* cuja existência se deu em uma única edição. De vida ainda mais efêmera, esse jornal assim como o *Sinba*, foi mais um a cumprir o círculo característico da IN: falta de financiamento ou autofinanciamento, pouca tiragem, saída irregular, dificuldade de

---

dois mandatos entre 1980 e 1996. Atualmente é Professor Adjunto do DTPE-IE-UFRRJ e do PPGEduc - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRRJ. Fonte: PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (Depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min). Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio Entre: SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS). 2020 e ainda disponibilizada no link: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4779901A1. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

[666]PEREIRA, op. cit., 2010, p. 189.

distribuição, esvaziamento e o fim. O *Sinba* era produzido no IPCN[667], vendido e distribuído diretamente por seus redatores e alguns poucos colaboradores entre os anos de 1978 e 1980, em atos e comícios que ocorriam em prol da abertura política, no centro do Rio de Janeiro. Sua maior tiragem foi a segunda edição, com três mil exemplares. Não tinha financiamento e a venda das publicações garantia a produção do próximo número. Apesar da curta existência e de todas as dificuldades para sua manutenção, esse periódico ganhou tamanha importância que seus organizadores - mesmo com o encerramento da publicação e da organização, e ainda se envolvendo com a criação de outras publicações - foram reconhecidos no meio negro como "o pessoal do *Sinba*"[668]. No que diz respeito a sua abordagem, segundo a pesquisadora Joselina da Silva:

> O jornal caracterizava-se por abordar a questão racial sob um prisma político-ideológico, ou seja, análises críticas que procuravam caracterizar o momento político do país com as questões raciais negras. Pela primeira vez, os racismos sofridos pelos negros brasileiros eram analisados comparativamente, estabelecendo-se um paralelismo com os países africanos[669].

A distribuição era feita naquele período de repressão, quando as notícias estavam por toda parte, falando em relação às perseguições, desaparecimentos, torturas e morte. Sobre a forma de distribuição do *Sinba,* o cientista social Amauri Mendes, então diretor e redator do jornal, em entrevista conta o seguinte:

> Era proibido. Era e não era. Tudo era meio assim: Pode e não pode. Dizia-se que era proibido, aí a gente saía com um monte de jornais e botava em um táxi, aí saltava em outro lugar e pegava outro táxi. Tudo paranoia..., mas alguém disse que viu alguém atrás. O cara da gráfica disse que tinham ido perguntar pelo jornal, porque eles iam sempre, nas gráficas pequenas eles realmente iam. Tinham um serviço regular do SNI, do CIEX, parece, que fazia visitas nas gráficas para ver as provas, e que estranharam aquilo. Aí, o Branquinho, que era nosso paginador, escondeu nosso material, falou para a gente: "Mas vocês levam isso daqui rápido, porque se o cara passar de novo aqui a gente está lascado. A gente tem que dizer para eles, e se isso aqui vai parar na mão deles vocês estão fritos e nós também". Tinha um negócio assim[670].

---

[667]Sobre o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN, tratamos no Capítulo II.

[668]PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min). Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio Entre o SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS), 2020.

[669]SILVA, op. cit., 2009, p. 194.

[670]Fonte: PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min). Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre o SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS).

Amauri Mendes classifica a *SINBA* naquele momento como uma organização de "novo tipo". Segundo ele, uma categoria criada pelo sociólogo Costa Pinto (1953) que eram novas organizações que "pretendiam construir um pensamento político", em contraponto as demais organizações voltadas para os aspectos da cultura negra. Eram organizações lideradas por uma elite intelectual negra, que buscava instruir e conscientizar a massa negra em torno das denúncias do racismo no Brasil, num contexto da polarização de raça e classe. Passando o olhar sobre a categoria das organizações do "novo tipo" criada por Costa Pinto (1953), além do caráter reivindicativo, ele as situa no contexto das mudanças de caráter urbano, industrial, em especial surgidas nas capitais como:

> Rio de Janeiro e S. Paulo, área onde se desenvolviam pioneiramente as mudanças de estrutura que estavam contribuindo para colocar o problema em novos termos, foram as sedes destas associações formadas pelo negro de novo tipo e, entre as do Rio de Janeiro, que em particular nos interessam, todas aquelas atualmente existentes foram fundadas de 1944 para cá, aproximadamente com o restabelecimento do regime representativo e do fim da segunda guerra mundial, em cujo painel ideológico a luta contra o racismo teve significação tão destacada[671].

A *SINBA* era uma organização de caráter reivindicativo, pensada a partir das lutas de resistência e libertação das colônias africanas e do pensamento das lideranças revolucionárias africanas como: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel, Eduardo Mondlane. Era em torno dos conceitos do pensamento revolucionário africano que essa intelectualidade negra se forjava e em função dessa construção ideológica, se construíram como os radicais do movimento negro, questionando aqueles que buscavam a integração do negro na sociedade, em especial àqueles que estavam no IPCN. Amauri Mendes classificava a posição da *SINBA*[672], orientava sua forma de ação e o olhar destes sobre a revolução negra da seguinte forma:

> Somos revolucionários "negros, nossa visão é revolucionária" (...) "O negro tem que ir para as favelas, para o samba mobilizar a massa, ajudar a fazer a revolução" (...).

---

[671]PINTO, Luiz. A. C**. O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, coleção Brasiliana, 1952, p. 275. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/47/1/276%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

[672]Além do idealizador Yedo Fereira e Amauri Mendes, outras lideranças participaram da construção da SINBA: Célio de Oliveira, Carlos Alberto da Silva (Carlão), José da paixão Silva, Denival Barbosa de Souza, Carlos Alberto Medeiros, Paulo Roberto dos Santos, Irani Maia Pereira, Vilma Léa Ferreira, Vera Mara Teixeira, Togo Yoruba/ Gerson Miranda Theodoro e Jorge Miranda Theodoro. Fonte: PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (Depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min). Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS). Fonte: FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 40min). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

> "Contribuir para a transformação das estruturas, da opressão". A gente daria o lado racial, o aspecto racial da revolução social, mostrando que era preciso olhar para a questão racial dentro do processo revolucionário. E a gente daria essa contribuição[673].

Dentro dessa perspectiva de se aproximar da massa negra, levando a discussão política e chamar a atenção para as questões do racismo no Brasil, buscava formas de levar seu discurso nos locais de concentração de negros como nos bailes Black, que por vezes abriam espaço para a fala dessas lideranças, sempre envoltos na suspeição e medo da repressão, uma vez que os discursos políticos eram vistos com desconfiança pela população e proibidos pelo sistema. Enfrentar essa conjuntura para dar seu recado demonstrava a "radicalidade" daquelas lideranças, e com esse discurso de politizar as massas negras, entravam nas favelas, nas escolas de samba, buscavam seu foco de atuação junto às massas negras. Seus membros se posicionavam como o grupo mais à esquerda do MN no Rio de Janeiro (Lembrando que boa parte das lideranças do MN estava ligada aos movimentos de esquerda, e muitos tinham como perspectiva a luta pelos direitos civis norte-americanos), e a luta revolucionária no continente africano deveria ser o espelho para a juventude negra brasileira. No que diz respeito ao posicionamento mais radical dos membros da *Sinba*, Joselina da Silva enfatiza:

> Os negros brasileiros, que se posicionavam mais à esquerda, iam buscar na África (E luta anti-colonial) a sua fonte de inspiração. Era necessário, no entanto, formar a opinião pública brasileira para entender e assim poder analisar e se aliar às lutas dos africanos, cuja busca por direitos e cidadania assemelhava-se às demandas dos ativistas negros brasileiros[674].

As atividades geralmente eram financiadas na base do convencimento, da intermediação, da ajuda, da cessão, da camaradagem. Era uma organização política e queria articular internacionalmente com os partidos africanos, escrever e publicar documentos chamando para a luta. Seus membros pensavam a revolução, buscavam uma intervenção social direta, que só poderia ser feito em contato com a população. Por isso iam para as ruas e calçadões dos subúrbios, Baixada Fluminense e das periferias em geral, munidos de cartazes, mapas megafone. Botavam banca, literalmente e vendiam os jornais, faziam a agitação, era o movimento negro na luta. No campo estrutural, utilizava o espaço institucional do IPCN - o que eles chamaram de "a casa dos negros" - pois como dito anteriormente, o IPCN foi se constituindo como o espaço que reunia todo o movimento negro do Rio de Janeiro. Segundo

[673]Fonte: PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (Depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min). Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre: SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS), p. 39-40.
[674]SILVA, op. cit., 2009, p. 193.

Joselina da Silva (2009), havia por parte da *Sinba* um olhar específico sobre a África, como terra natal, porém longe do olhar mítico sobre o continente africano. Um olhar sobre a África revolucionária, sobre as lutas de resistência negra, apontando para uma identidade negra positiva, para a possibilidade de luta do negro brasileiro em prol da sua cidadania, passando pela luta de combate ao racismo em todas as suas instâncias. A finalidade era informar para formar a consciência racial junto à população, trazendo para o centro da discussão o racismo presente na sociedade brasileira, bem como a construção de uma identidade racial referenciada, uma vez que segundo os organizadores, a população negra da década de 1970/80, "além de não se ver como afrodescendente, em muitos casos, não percebia a influência do racismo na sociedade e não o detectava nas suas lides cotidianas" [675].

Publicado no Rio de janeiro, entre os anos de 1977 e 1980, em cinco exemplares, em formato tabloide, cada edição com oito páginas. Foi criado para divulgar as ideias da organização Sociedade Intercambio Brasil África-SINBA. O jornal *Sinba* (Figura 21) se encaixou nas características comuns à IN já descritas anteriormente. Entretanto, no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos propostos, Silva (2009), afirma que não obstante as dificuldades enfrentadas, enquanto representativo do pensamento político ideológico da Sociedade Intercâmbio Brasil África, o jornal contribuiu no processo de ressignificação do conceito de diáspora e de negro no Brasil, cumprindo seus principais papéis, a saber:

> (...) um, de construir uma identidade racial brasileira; outro, de criar um sentimento de solidariedade com os negros africanos em luta contra o colonialismo e o Apartheid; e, por último, inserir no escopo da diáspora a luta contra o racismo, empreendida pelos negros brasileiros[676].

A primeira edição do jornal, (Ano I /Nº 1= RJ, julho de 1977), na matéria de capa, no meio da primeira página, bem centralizada entre a primeira matéria, está o logotipo do jornal: desenho dos contornos dos mapas do Brasil e da África em branco, com suas extremidades em preto, enquadrados num retângulo preto, com duas setas em branco e preto, onde o continente africano aponta para o Brasil e este para a África. Representando a troca, o intercâmbio entre o continente africano com todos os seus países e o Brasil. A logotipo demarca a apresentação do jornal:

[675]SILVA, op. cit., 2009, p. 198.
[676]SILVA, op. cit., 2009, p. 202.

Apresentando-se como um veículo de divulgação dos movimentos que lutam contra o racismo e o colonialismo, com especial atenção ao noticiário sobre a realidade dos povos africanos que lutam na Rodésia, Namíbia e África do Sul[677].

Figura 21 - Jornal Sinba, ano I, nº 1, RJ,1977. p. 1



SINBA

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DA SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA

ANO I — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1977 — Nº 1

Depoimento de um líder estudantil de Soweto

(NASHININI)

SOWETO — 16 DE JUNHO DE 1976 — MAIS DE 600 MORTOS

Segundo a UNESCO:

— "São poucos na história os exemplos de uma polícia que dispara sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pode nunca ser estabelecido."

— Mais uma continua a repressão cada vez mais brutal. E a luta vai continuar até que o racismo seja completamente vencido pelos negros na África do Sul.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

É a partir desta concepção que a primeira matéria de capa, em redor do logotipo, é o depoimento de um líder estudantil de Soweto. Com esse mesmo título, a matéria fala da manifestação dos estudantes de Soweto em junho de 1976. No final da página, em destaque, num retângulo, uma nota sobre o massacre de Soweto segundo a UNESCO[678]. A segunda página está dividida por duas matérias que falam sobre os movimentos de libertação da África Austral, trazendo o olhar crítico dos líderes nacionalistas sobre a Conferência Especial das Nações Unidas de apoio aos povos do Zimbábue e da Namíbia - Conferência de Maputo (Capital de Moçambique), nas suas lutas pela libertação. As matérias vêm intituladas: A Conferência de *Maputo* e *Mugabe* e *Nujoma* denunciam manobras racistas. Esta mesma página traz o expediente do jornal, com o nome do diretor responsável: Carlos A. da Silveira e

[677] *SINBA*, ano I, nº 1, 1977, p. 7.

[678] "Essa manifestação, ficou para a história como "O massacre de Soweto" ou Levante de Soweto". Sobre esse episódio vergonhoso da história da África do Sul e da colonização ver: Levante de Soweto: no dia 16 de junho de 1976, dez mil estudantes tomam as ruas (geledes.org.br). Acesso em: maio de 2019. O cinema também retratou esse episódio sangrento, que reprimiu e assassinou jovens estudantes durante o Apartheid em Soweto, na África do Sul através do filme: Sarafina, o som da liberdade. Filme de1992, estrelado por Whoopi Goldberg.

dos redatores: Amauri Mendes Pereira, Célio de Oliveira, Jorge M. Theodoro, José P. Silva, Thierno Gueye, Yedo Ferreira, além do endereço da caixa postal. Esse primeiro número, traz muitas matérias informativas, sem maiores explicações sobre o que é o jornal e seus objetivos. No entanto, as notícias - ainda que de caráter informativo-, deixam manifestos, por parte do jornal, as opiniões de apoio de seus redatores aos movimentos populares de libertação daqueles países contra os regimes coloniais.

A edição número 2 do jornal foi publicada em abril de 1979, às vésperas de completar dois anos do lançamento do primeiro número. Essa edição apresenta – se em formato mais estruturado, com as matérias organizadas em colunas definidas, mais organizadas. Há também uma mudança na imagem do logotipo, com os contornos dos mapas do Brasil e África com as setas indicativas no centro de um quadrado todo preto, destacando completamente o contorno dos dois mapas. Ao lado, o nome do jornal em nova fonte e sob ela o CGC[679] e a inscrição estadual. Tudo mais profissionalizado e mais organizado. O editorial, bem no meio da página, justifica a ausência de publicações nos dois anos que seguiram a primeira edição: "carência de recursos e falta de uma sede". O *Sinba* era crítico, com posicionamento político-ideológico muito bem definido. A questão racial era posta de acordo com a conjuntura nacional e internacional, sempre estabelecendo um paralelo com os países africanos. Buscava informar e formar o leitor, trazendo-lhe o universo dos revolucionários africanos seja em torno da poesia, da literatura, dos conceitos e discursos. Era o pensamento africano sendo popularizado nas colunas do jornal, trazendo outras discussões ao MN, bem como à população em geral, pois toda a discussão trazida pelo jornal era escrita em linguagem coloquial para alcançar a população negra e demais setores da sociedade brasileira. Apesar da ausência da publicação do jornal, o editorial aponta que a instituição seguiu com atividades e discussões a ponto de apresentar a elaboração de projetos concretos de publicação e debates, que posteriormente culminaria com a criação de uma cooperativa. Essa edição, em seu editorial sob o título "A volta", demarca a proposta do jornal e seus objetivos:

> A proposta do nosso jornal continua a mesma: ampliar os debates possibilitando uma maior participação, publicando as opiniões divergentes, e dando oportunidade a que um número muito maior de pessoas se manifeste quanto aos problemas do negro no Brasil[680].

[679]O CGC/Cadastro Geral de Contribuintes, cadastro de caráter obrigatório, criado pelo Ministério da Fazenda em 1964. É um registro de pessoas jurídicas que tenham empresas no Brasil – incluindo, também, empresas no exterior que tenham seus capitais aplicados no país. A evolução do CGC culminou em 1998, com a criação do CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Disponível em: O que é o CGC da empresa? (fluxodeinformacao.com) Acesso em: 14 de abril de 2021.
[680]*SINBA*, Ano 2, nº 2, 1979, p. 1.

A partir da edição nº 2, o *Sinba* passa a contar com as seguintes colunas: África, Movimento negro, Opinião e debates, Editorial, Notas e notícias, Momento, Poesia/outros. O expediente traz também um número maior de colaboradores, grande parte deles com formação política a partir do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, que como vimos, foi um importante espaço de formação dos ativistas negros nas décadas de 1970/80[681]. O número de colaboradores no expediente, a realocação dos mesmos, além dos registros da inscrição estadual e CGC, apontam para a legalização e profissionalização do jornal (O que não significa que seus colaboradores eram todos jornalistas). Nesse sentido, o jornal traz também em seu expediente, além do mesmo número da caixa postal, o endereço da redação (Sede do IPCN) e o endereço da gráfica onde este foi impresso. Chama a atenção que essa segunda edição, que marca a volta da publicação, vem com um carimbo acima do nome do jornal com o valor da ajuda de custo. Essa informação será publicada nas demais edições.

Quanto às matérias, a partir da edição nº 2, demarcam ainda mais o conteúdo crítico do jornal, sendo chamado o movimento negro à reflexão e a sociedade ao debate, "onde todos devem e podem participar", defendendo a diversidade de opiniões e a liberdade de expressão. A coluna 'África', traz bem demarcadas matérias sobre o Apartheid na África do Sul, sobre as lutas pela libertação nos países africanos e a importância dos líderes revolucionários como Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel. Além das críticas à postura do governo brasileiro, dos meios de comunicação e da grande imprensa, no que diz respeito ao trato das questões em torno dessas lutas, artigos relacionando o Brasil com os países africanos e a postura do governo diante desses países e de suas lutas políticas. Desde o primeiro número, o jornal deixa manifesto as opiniões de apoio aos movimentos populares de libertação dos países africanos contra os regimes coloniais. Em todas as suas edições, o jornal buscava informar e formar os leitores, publicando notícias sobre a África, tentando desmistificar a imagem continente, trabalhada pela grande mídia, ao mesmo tempo em que buscava informar sobre a política externa dos militares em relação aos países africanos, em especial a África do Sul e as colônias portuguesas na África. Aos membros do *Sinba*, interessava através de seus artigos de linguagem simples e objetiva, apresentar uma África real, em luta pela sua emancipação política. O jornal fazia constantemente um chamado para os movimentos em

[681]Nesse número, como redatores só aparecem os nomes de Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira. No entanto, aparece uma Secretaria de Redação, assinada por Celio de Oliveira e Suzete Paiva dos Santos; o nome do diagramador: Orlando Fernandes; dos ilustradores: Jorge Miranda Theodoro e Togo Ioruba; o revisor: Olympio Marques dos Santos; o nome dos colaboradores: José Ricardo D'Almeida, Olympio Marques dos Santos, Tierno Gueye; e Carlos Alberto da Silveira como distribuidor do jornal.

apoio as lutas de emancipação e contra o apartheid na África do Sul. O que não passava despercebido dos órgãos de vigilância. Como observou a historiadora Paulina Alberto:

> O ativismo construído em torno da redefinição da África na vida pública brasileira (A base de grupos como SINBA e IPCN) foi uma das preocupações dominantes dos funcionários da Polícia secreta que espionaram organizações negras no final de setenta. Embora a Polícia tivesse, em última instância, descartado o soul, manteve intenso interesse nas campanhas de solidariedade dos ativistas com os movimentos anti-apartheid ou marxistas pró-independência da África no início dos anos 1980[682].

A coluna Movimento Negro, mostra as reflexões em torno das questões raciais no Brasil, da denúncia do racismo nas mais diversas situações vivencias pelos negros e seus posicionamentos em relação ao movimento negro, suas pautas e estratégias de luta naquele momento. Em seu segundo número, no editorial, os redatores saúdam os jornais negros que surgiram durante os anos de ausência do *Sinba*. Na mesma página, publica uma nota sobre a censura em torno do registro da revista *TIÇÃO* de Porto Alegre. A matéria de capa daquela edição vem com artigos sobre o genocídio do negro brasileiro, e outros sobre a Black Rio, o Movimento negro e consciência. Todas tratando das questões em torno do movimento negro no Brasil. A coluna Opinião e debates corresponde ao que foi anunciado no editorial da segunda edição do jornal, como proposta e objetivos: "A proposta do nosso jornal continua a mesma: ampliar os debates possibilitando uma maior participação, publicando as opiniões divergentes, e dando oportunidade a que um número muito maior de pessoas se manifeste quanto aos problemas do negro no Brasil"[683]. Nessa mesma coluna, não deixou de denunciar o racismo da sociedade brasileira em relação aos bailes Black, tratando sobre a criminalização e a violência imposta pela polícia aos bailes, a pressão dos meios de comunicação desvalorizando a cultura e a estética negra exaltada pelos bailes.

Aqui, é importante também destacar a presença das mulheres no jornal. Ausentes na primeira edição, em 1977, é a partir do segundo número, em 1979, que o nome da Suzete Paiva dos Santos aparece na Secretaria de Redação. Seguem-se a ela, Denise Barbosa de Souza, Pedrina de Deus e Léa Garcia. No que diz respeito a presença das mulheres nas matérias do jornal, nos números 1 e 2 nenhum artigo fora escrito por uma mulher negra, apesar de que o tema foi discutido em editorial na primeira edição sob o título "A omissão da mulher negra", pois segundo os editores, as mulheres se omitiam das discussões políticas do

---

[682]ALBERTO, P. L. **Quando o Rio era black: Soul music no Brasil dos anos 70.** História: Questões & Debates, Curitiba, vol. 63, nº 2, p. 41-89, jul/dez, 2015. Editora UFPR., p. 88.
[683]*SINBA*, ano 2, nº 2,1979, p. 1.

movimento negro, se atendo as atividades culturais e recreativas[684]. A partir da terceira edição (08/79), dentro da coluna Opinião e debates, as mulheres editam a coluna "Mulher negra". Daí por diante, o jornal passa a publicar matérias tratando as questões da mulher negra no Brasil, sob o título "Escreve uma mulher"[685]. Na quarta edição (03/80) publicou dois artigos: "As mulheres se organizam e debatem"; e "A mulher negra no movimento feminista"[686]. Na sua quinta e última edição (09/80), o jornal publica mais dois artigos na coluna "Mulher negra", o "Controle de natalidade é uma violação aos direitos humanos" e "Uma visão racista da mulher negra na sociedade brasileira"[687]. A ascensão do número de mulheres negras escrevendo no *Sinba*, acreditamos, tem a ver com a insurgência do movimento feminista negro, da participação cada vez maior e mais determinante das mulheres negras dentro do MN. Na análise de Joselina Silva[688], na década de 1980, "as mulheres eram conclamadas e reconhecidas como referências participantes daquela década de insurgência - eram constantes na mídia negra da época. Davam conta da visível interferência das mulheres na construção do pensamento afro brasileiro".

Sobre o artigo "A omissão da mulher negra"[689], escrito pelos homens que assinavam aquela edição, a resposta viria na edição Ano II, nº 3, p. 4, com a chamada de capa "Escreve uma mulher" e o artigo sob o mesmo título: "A omissão da mulher negra", escrito na terceira pessoa "nós mulheres negras", onde a autora - que não assina o artigo -, se coloca como mulher negra, no MN, respondendo à questão colocada[690]. Como já dito, a partir do número 2, o jornal contava com duas mulheres em sua redação: Suzete Paiva dos Santos e Denise Barbosa de Souza, ambas assinando como colaboradoras e na secretaria. A primeira, ainda atuando na distribuição do jornal e a única mulher assinando na secretaria de redação do nº 2 do jornal, em abril de 1979. O fato, é que o pequeno artigo em que apontava a mulher negra

---

[684]O editorial A omissão da mulher negra, consta em SINBA ANO I, nº1, p. 3. Uma análise sobre esse artigo, apontando o machismo na IN pode ser lida em: SANTOS, Jacielle da Silva. SANTOS, Janete da Silva dos. ASSIS, Lúcia Maria de. Militância Da Mulher Negra No Brasil E A Ideologia de Gênero: Há Machismo No Movimento Negro. Revista Philologus, Ano 27, nº 81 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, set/dez. 2021, p. 1674-1688. Disponível em: www.revistaphilologus.org.br Acesso 2 de julho 2022.

[685]*SINBA*, ano 2, nº 3,1979, p. 4.

[686]Ambos publicados em *SINBA*, ano 3, nº 4, 1980, p. 4.

[687]*SINBA*, ano 4, nº 5, 1980, p. 4.

[688]SILVA, Joselina da. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis,2017, p. 3.
Fonte:*1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf (dype.com.br). Acesso: 14 de agosto de 2022.

[689]Sinba, ano 1, nº 1, p. 3, 1977.

[690]*SINBA* ano I, nº1, 1977, p. 3 / Uma análise sobre esse artigo, apontando o machismo na IN pode ser lida em: SANTOS, Jacielle da Silva. SANTOS, Janete da Silva dos. ASSIS, Lúcia Maria de. **Militância Da Mulher Negra No Brasil e A Ideologia de Gênero: Há Machismo no Movimento Negro.** Revista Philologus, Ano 27, nº 81 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, set/dez. 2021, p. 1674-1688. Disponível em: www.revistaphilologus.org.br. Acesso em: 2 de julho de 2022.

como omissa no MN, não ficou sem resposta. Tanto no jornal quanto na prática, as mulheres negras se mobilizaram para refletir e responder a essa questão. Além da resposta dada na edição nº 3, a edição 4 também tocou no incomodo das mulheres negras a respeito daquele artigo mostrando que foram organizados seminários e debates sobre o tema[691] onde as mulheres puderam se colocar, fortalecendo sua organização dentro do MN e gerando espaço de discussão dentro do jornal. A importância para o *Sinba* que as opiniões e divergências do movimento negro fossem colocadas, através de sua imprensa, ficou registrada em seu primeiro editorial.

> É preciso lembrar que a imprensa negra é o melhor canal, onde todas as posições devem se confrontar às claras, para o conhecimento e participação de todos. Por isso saudamos o aparecimento de outros jornais e revistas negras, neste período em que estivemos ausentes (...) reafirmamos a nossa certeza de que o reforço constante da Imprensa negra é um fator fundamental para a eficácia da nossa luta contra o racismo, e para a superação da situação secular da submissão do negro no Brasil[692].

A coluna Momento aborda a atualidade, o que ocorria no calor do momento. As matérias publicadas nessa coluna, reafirmam o posicionamento do jornal em relação à ideia de democracia racial, denunciando atitudes racistas cotidianas e em âmbito do próprio regime militar, discutindo as relações de poder estabelecidas a partir dessa ideia, afinal, como afirmavam "o autoritarismo no Brasil sempre navegou ao sabor dos seus interesses do momento"[693]. O jornal não se furta em discutir através de uma crítica-sarcástica, as relações que os militares vinham estabelecendo com países africanos, aos moldes do "faz o que eu mando, não faz o que eu faço"[694]. Definição de termos, uma pequena coluna inaugurada já no primeiro número, para "definir certos termos", conceitos discutidos pelo movimento negro, cujo desconhecimento para os membros configurava como um dos maiores erros do movimento. Foram definidos pelo jornal conceitos como: discriminação racial, preconceito racial, racismo, burocracia, negro, movimento negro, multiculturalismo, entre outros. Notas e notícias, como o nome diz, a coluna que noticiava fatos sobre relações raciais, eventos que tratavam da questão do preconceito racial, anúncios de comércio, lançamento de livros e atividades culturais e demais serviços da comunidade negra. E sempre na última página, o jornal publicava poesia negra, a literatura negra de combate ao racismo, como era

[691]O Jornal SINBA de Ano III, nº 4, de 1980, publica um artigo assinado pela atriz Lea Garcia, discutindo a questão da "omissão" da mulher negra, apontando a reação das mesmas em resposta ao artigo que motivou o debate entre elas.
[692]SINBA, ano II, p. 1.
[693]A Lei dos estrangeiros. *SINBA*, ano IV, nº 5, p. 7.
[694]SINBA de Ano III, nº4 título do artigo sobre as falas do presidente Figueiredo quando no discurso de recepção do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda em 1979.

característica das publicações negras do período. Em relação às matérias publicadas, as chamadas de capa apresentam artigos diversos em torno da questão indígena, da mulher, sobre o controle de natalidade, sobre violência racial, sobre o movimento negro no Brasil, sem deixar de publicar já na segunda página matérias sobre as lutas de libertação dos países africanos. Apresentando o avanço das lutas de libertação como a chegada de novos tempos para o continente africano.

O editorial expunha o olhar dos editores do jornal sobre diversos temas, como foi o caso da crítica as mulheres negras, as organizações negras, sobre a importância da unidade no movimento negro, sobre a prática racista do esquadrão da morte, sobre a esterilização em massa, sobre o elitismo no futebol, análises sobre a política dos militares em relação à questão indígena, entre outros. Como exemplo, o editorial da quarta edição, sob o título "O movimento negro e a reformulação partidária", onde os editores fazem uma análise dos partidos políticos em disputa naquela conjuntura de abertura política e renascimento dos partidos. Tal análise, sob a ótica da questão racial no Brasil, que uma vez posta de forma contundente pelo movimento negro já não podia ser escamoteada pelos setores políticos convencionais. Céticos diante da forma superficial que os partidos políticos queriam inserir a discussão em torno da questão racial, o editorial volta a afirmar de forma incisiva o posicionamento do *Sinba* em relação à estratégia de luta para o movimento negro no Brasil:

> "Parece que, enfim, os políticos convencionais compreenderam que a questão racial é um problema social de enorme dimensão no Brasil". (...). Ainda vão, porém, levar algum tempo – e a ação dos negros será determinante – para compreenderem que ela não pode ser encaminhada nos moldes políticos convencionais. Da nossa parte estamos convictos da correção da prioridade que estabelecemos, que é a mobilização da grande maioria dos negros. Compreendemos que é inevitável, a partir da nossa ação, e da realidade social que conhecemos, a transformação do MOVIMENTO NEGRO de hoje, num movimento social de amplas proporções. Estamos certos de que como disse um velho amigo, POLÍTICA MESMO SÓ ACONTECE QUANDO AS MASSAS ENTRAM NA HISTÓRIA[695].

A quinta e última edição do jornal *Sinba* é datada de setembro de 1980[696]. A partir desse número, a distribuição do jornal aparece feita por uma cooperativa: Cooperativa Mista de Comunicação e Imprensa Alternativa – COOMCIMPRA[697]. Quanto às matérias

[695]SINBA, 1980, p. 1, ano III, nº 4. Grifo do documento.

[696]Essa edição foi impressa na mesma gráfica que o número anterior, cujo endereço e nome nesse número já veio impresso. Amauri Mendes e Yedo Ferreira seguem sendo os redatores responsáveis. Na secretaria seguiam Suzete e Célio na revisão Estela C. Monteiro, a ilustração ficam agora com Togo Yoruba e José Paixão da Silva; como colaboradores deste número, aparecem: Pedrina de Deus, o historiador Joel Rufino dos Santos, Darcy Policarpo, a atriz Léa Garcia e Plinio Menezes Lopes. Na revisão, Estela C. Monteiro.

[697]De acordo com o Jornal SINBA (S. nº 4, p. 8), a COOMCIMPRA foi criada no Encontro da imprensa Negra organizada pelo *SINBA*. Nesse encontro reuniram-se representantes dos jornais *TIÇÃO*, *JORNEGRO, GANA, EMANCIPADOR*, além do *SINBA*. Foi discutido as dificuldades da imprensa negra e a necessidade de

apresentadas nesse número, a primeira página anuncia diversos artigos: sobre o censo de 1980 e o racismo; a Lei dos Estrangeiros; as homenagens a Solano Trindade, morto em 1972; sobre o racismo a partir da ótica de alguns artistas; a intensificação da luta final contra o colonialismo; matéria pontuando o movimento negro como um movimento social; denúncia sobre preconceito racial; a criação do "Comitê antiapartheid no Brasil". O editorial desta edição, fala sobre as dificuldades que a imprensa alternativa estava passando naquele momento, em função do que chamaram de "ação terrorista" que buscava calar essa imprensa. Entre as dificuldades apontadas, os editores do *Sinba* apontam como a principal, a dificuldade de distribuição dos jornais "progressistas". A crítica é que para eles, a imprensa progressista não se organizou até aquele momento "de acordo com as exigências das suas características de veículo daqueles que lutam por transformações sociais no Brasil". Nesse sentido, como esses jornais não buscavam formas de distribuição também alternativas, acabaram ficando à mercê de grupos de distribuidores que sucumbiam as exigências "dos terroristas", o que dificultava a distribuição desses jornais. Defendiam a liberdade para a imprensa alternativa.

O interessante nesse editorial é que pontuado nas entrelinhas, chamado de "ações terroristas", "pressões oficiais", em nenhum momento os editores se referiam ao governo como aquele que tomou diversas medidas para calar a imprensa alternativa. Isso ao mesmo tempo em que demonstra certo cuidado dos editores com a censura ainda em voga, com a repressão, ao mesmo tempo em que fazem o enfrentamento tanto com o conteúdo do jornal quanto ao tocar na repressão à imprensa alternativa, assunto sensível ainda naquele momento. E no que diz respeito à mulher negra, a chamada se refere: ao controle de natalidade e a visão racista da mulher negra na sociedade brasileira. De qualquer forma, o jornal passava também por aquelas dificuldades que apontavam a imprensa alternativa. Somada a essas, outras inerentes a imprensa negra. Assim, aquele editorial fora o último. O *Sinba* deixou de ser publicado em setembro de 1980. Naquele momento, contando então com cinco edições, circulando de forma irregular entre 1977 a 1980, com uma longa pausa entre a primeira edição e a segunda em 1979. Sobre as dificuldades financeiras para a publicação do jornal Amauri Mendes relatou em depoimento ao CPEDOC-FGV o que com o grupo: "Tem que vender o jornal. Esse jornal já está pago, a gente pagou do nosso bolso, a gente dá o jornal se tiver que ser. Tem que vender o jornal, esse jornal precisa ser lido. Não basta agitar. E para ter

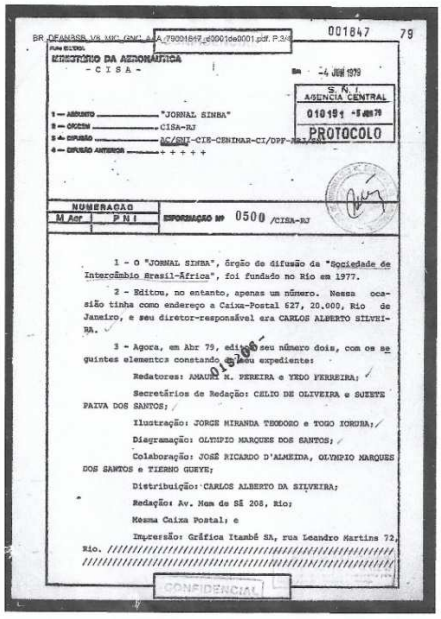
---

organização coletiva da mesma. Porém, em 2009, analisando a ideia de cooperativismo na imprensa negra, Togo Yoruba, diz que a cooperativa "foi uma experiência frustrada dos integrantes do *SINBA* em meados da década de 70, pois, não conseguiram incorporar o conceito de cooperativismo, incorrendo então na prática popularmente denominada de vaquinha, ou seja, alguns dos ativistas se encarregavam de apoiar financeiramente o jornal *SINBA*. FREITAS. Jorge Roberto. A imprensa negra: A trajetória invisível. Rio de Janeiro, CEAP, 2009, p. 37.

esse jornal, a gente precisa ter uma infraestrutura. Nós não podemos nos aguentar muito tempo assim"[698].

Quanto ao local da impressão, essa informação só começa a aparecer a partir do nº 2. As matérias não eram assinadas, porém desde o primeiro número, os nomes dos redatores vinham impressos no jornal, com algumas variações, sendo que o nome de Amauri Mendes e Yedo Ferreira consta em todas as edições. O jornal era distribuído em bancas, nas ruas e nas organizações do MN. O financiamento para os custos com a publicação do jornal vinha de recursos dos próprios militantes. Sobre as dificuldades com a publicação, quando retornou com sua segunda edição, o *SINBA* informou que "os dois anos de ausência do Jornal *SINBA* se deve em parte, a fatores alheios a nossa vontade, como a carência de recursos financeiros para a publicação regular do jornal e também uma sede, onde pudéssemos fixar nossas atividades"[699]. Apesar de manifestarem críticas contundentes às organizações do MN, e militância, os do *Sinba* (Figuras 22 a 27) pregavam a unidade como necessária ao avanço e sucesso das lutas desse movimento. As críticas se davam em função da percepção de um caráter elitista e classista da militância do movimento negro e por consequência o afastamento das bases populares, onde apontavam ser o lugar da maioria negra, e, portanto, lugar o movimento deveria pautar suas lutas.

Figura 22 - Jornal SINBA /CISA



001847 79

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
- C I S A -

SNI
AGÊNCIA CENTRAL
010191 5 JUN 79
PROTOCOLO

1 — ASSUNTO — "JORNAL SINBA"
2 — ORIGEM — CISA-RJ
3 — DIFUSÃO — AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI/DPF-RJ-EMFA
4 — DIFUSÃO ANTERIOR — + + + + +

NUMERAÇÃO
M Aer | P N I
EXPEDIÇÃO Nº 0500 /CISA-RJ

1 - O "JORNAL SINBA", órgão de difusão da "Sociedade de Intercâmbio Brasil-África", foi fundado no Rio em 1977.

2 - Editou, no entanto, apenas um número. Nessa ocasião tinha como endereço a Caixa-Postal 627, 20.000, Rio de Janeiro, e seu diretor-responsável era CARLOS ALBERTO SILVEIRA.

3 - Agora, em Abr 79, edita o seu número dois, com os seguintes elementos constando de seu expediente:

Redatores: AMAURI M. PEREIRA e YEDO FERREIRA;

Secretários de Redação: CELIO DE OLIVEIRA e SUEYTE PAIVA DOS SANTOS;

Ilustração: JORGE MIRANDA TEODORO e TOGO JORUBA;

Diagramação: OLYMPIO MARQUES DOS SANTOS;

Colaboração: JOSÉ RICARDO D'ALMEIDA, OLYMPIO MARQUES DOS SANTOS e TIERNO GUEYE;

Distribuição: CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA;

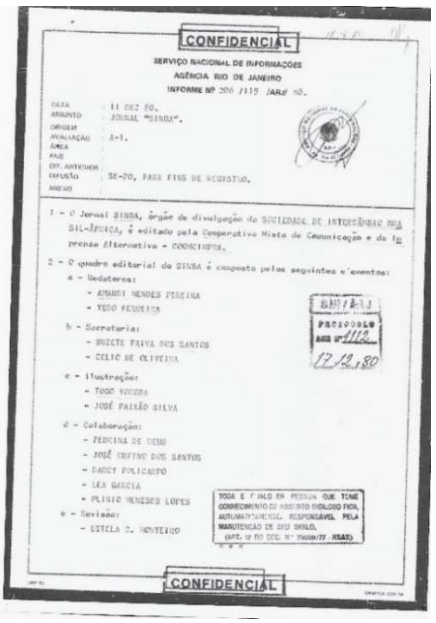
Redação: Av. Nsm de Sé 208, Rio;

Mesma Caixa Postal; e

Impressão: Gráfica Itambé SA, rua Leandro Martins 72, Rio.

CONFIDENCIAL

Figura 23 - Jornal SINBA/ SNI



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
INFORME Nº 208 /119 /ARJ/ 80.

DATA: 11 DEZ 80.
ASSUNTO: JORNAL "SINBA".
ORIGEM:
AVALIAÇÃO: A-1.
ÁREA:
FOLHA:
DOC. ANTERIOR:
DIFUSÃO: SE-20, PARA FINS DE REGISTRO.
ANEXO:

1 - O Jornal SINBA, órgão de divulgação da SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA, é editado pela Cooperativa Mista de Comunicação e da Imprensa Alternativa - COMCIMPA.

2 - O quadro editorial do SINBA é composto pelos seguintes elementos:

a - Redatores:
- AMAURI MENDES PEREIRA
- YEDO FERREIRA

b - Secretaria:
- SUEYTE PAIVA DOS SANTOS
- CELIO DE OLIVEIRA

c - Ilustração:
- TOGO YORUBA
- JOSÉ PAIXÃO SILVA

d - Colaboração:
- PEDRINA DE DEUS
- JOSÉ CRISPIM DOS SANTOS
- DARCY POLICARPO
- LEA GARCIA
- PLINIO MENESES LOPES

e - Revisão:
- ESTELA D. MONTEIRO

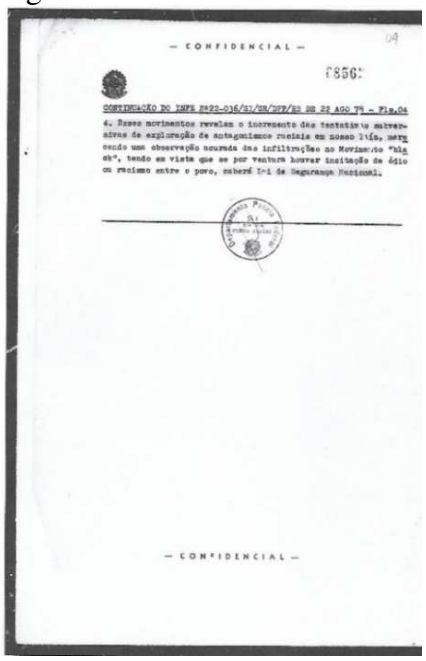
TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.
(ART. 13 DO DEC. Nº 79009/77 - RSAS)

CONFIDENCIAL

Figura 22 - Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001847_d0001de0001.pdf, p. 3-4.
Figura 23 - Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80004112_d0001de0001.pdf, p. 2-3.

[698]Depoimento Amauri Mendes Pereira ao CEPEDOC-FGV, p. 89.
[699]SINBA, ano II, p. 1.

Figura 24 - Jornal SINBA/LSN 1



— CONFIDENCIAL —

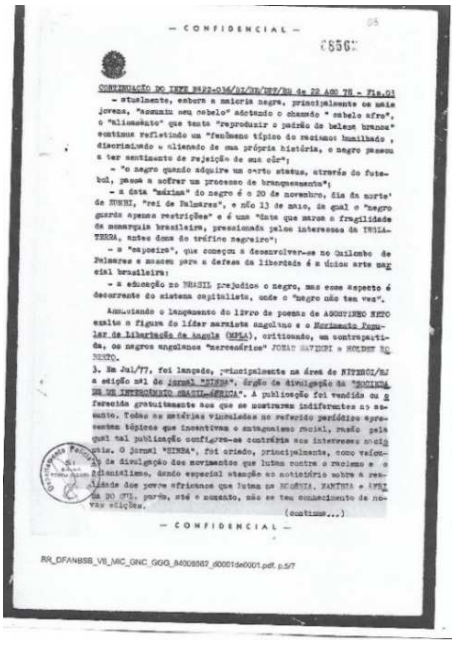
8856

CONTINUAÇÃO DO INFE 8492-016/81/ZB/SFP/BS DE 22 AGO 77 - Fls.04

4. Esses movimentos revelam o incremento das tentativas subversivas de exploração de antagonismos raciais em nosso País, merecendo uma observação acurada das infiltrações no Movimento "Black", tendo em vista que se por ventura houver instigação de ódio ou racismo entre o povo, caberá à Lei de Segurança Nacional.

— CONFIDENCIAL —

Figura 25 - Jornal SINBA/LSN 2



— CONFIDENCIAL —

8856

CONTINUAÇÃO DO INFE 8492-016/81/ZB/SFP/BS de 22 AGO 77 - Fls.01

– atualmente, cabem a maioria negra, principalmente os mais jovens, "assumir seu cabelo" adotando o chamado " cabelo afro", o "alisamento" que tenta "reproduzir o padrão de beleza branco" continua refletindo um "fenômeno típico do racismo humilhado, discriminado e alienado de sua própria história, o negro passou a ter sentimento de rejeição de sua côr";

– "o negro quando adquire um certo status, através do futebol, passa a sofrer um processo de branqueamento";

– a data "máxima" do negro é o 20 de novembro, dia da morte de ZUMBI, "rei de Palmares", e não 13 de maio, da qual o "negro guarda apenas restrições" e é um "dado que marca a fragilidade da consciência brasileira, pressionada pelos interesses da TRISTE-TERRA, antes dono do tráfico negreiro";

– a "capoeira", que começou a desenvolver-se no Quilombo de Palmares e assume para a defesa da liberdade é a única arte social brasileira;

– a educação no BRASIL preconiza o negro, mas esse aspecto é decorrente do sistema capitalista, onde o "negro não tem vez".

Anunciando o lançamento do livro de poemas de AGOSTINHO NETO exalta a figura do líder marxista angolano e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), criticando, em contrapartida, os negros angolanos "mercenários" JONAS SAVIMBI e HOLDEN ROBERTO.

3. Em Jul/77, foi lançado, principalmente na área de NITERÓI/RJ a edição nº1 do jornal "SINBA", órgão de divulgação da "SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA". A publicação foi vendida ou oferecida gratuitamente aos que se mostraram indiferentes ao assunto. Todos os matérias veiculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo racial, razão pela qual tal publicação configura-se contrária aos interesses nacionais. O jornal "SINBA", foi criado, principalmente, como veículo de divulgação dos movimentos que lutam contra o racismo e o colonialismo, dando especial atenção ao noticiário sobre a realidade dos povos africanos que lutam na RODÉSIA, NAMÍBIA e ÁFRICA DO SUL, porém, até o momento, não se tem conhecimento de novas edições.

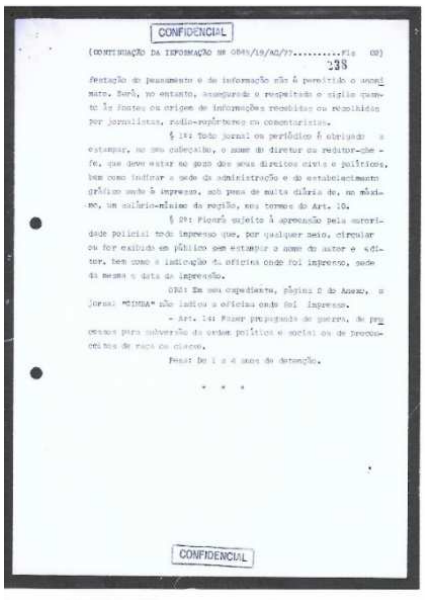
(continua...)

— CONFIDENCIAL —

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001.pdf, p.5/7

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004.pdf, p. 68-69/99.

Figura 26 - Jornal SINBA /Lei Imprensa 1



CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 0845/19/AC/77.....Fls 02)

238

fentação do pensamento e da informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado o respeito e o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radio-repórteres ou comentaristas.

§ 1º: Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, na sua colocação, o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do Art. 10.

§ 2º: Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

ORDI Em sua expediente, página 2 do Anexo, o jornal "SINBA" não indica a oficina onde foi impresso.

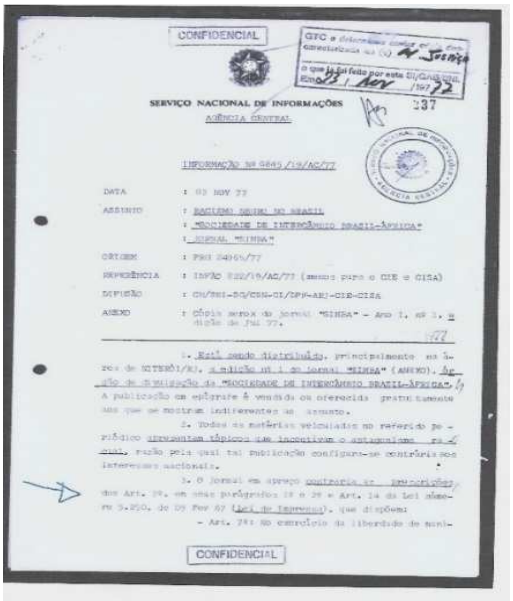
– Art. 14: Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

Pena: De 1 a 4 anos de detenção.

* * *

CONFIDENCIAL

Figura 27 - Jornal SINBA /Lei Imprensa 2



CONFIDENCIAL

GTC

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

237

INFORMAÇÃO Nº 0845/19/AC/77

DATA : 03 NOV 77

ASSUNTO : RACISMO NOCIVO NO BRASIL

: "SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA"

: JORNAL "SINBA"

ORIGEM : PRO 2486/77

REFERÊNCIA : INFO 8492/19/AC/77 (ASSUNTO PARA O CIE e CISA)

DIFUSÃO : CH/SNI-SG/CSN-DI/DPF-AEI-CIE-CISA

ANEXO : Cópia xerox do jornal "SINBA" - Ano 1, nº 1, 1ª edição de Jul 77.

1977

1. Foi sendo distribuído, principalmente na área de NITERÓI/RJ, a edição nº 1 do jornal "SINBA" (ANEXO). Órgão de divulgação da "SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA". A publicação em epígrafe é vendida ou oferecida gratuitamente aos que se mostram indiferentes ao assunto.

2. Todos os matérias veiculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo racial, razão pela qual tal publicação configura-se contrária aos interesses nacionais.

3. O jornal em apreço contraria os prescritos dos Art. 9º, em seus parágrafos 1º e 2º e Art. 14 da Lei número 5.250, de 09 Fev 67 (Lei de Imprensa), que dispõem:

– Art. 9º: No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado o respeito e o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radio-repórteres ou comentaristas.

§ 1º: Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, na sua colocação, o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do Art. 10.

§ 2º: Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

CONFIDENCIAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001.pdf, 5-6/7.

5.2 **Versus e a seção Afro-Latino América**

Lançado em outubro de 1975, o jornal *Versus***,** nasce em São Paulo do ponto de vista da imprensa alternativa, apresentavam como perspectiva a construção de uma identidade continental para o Brasil. O *Versus* trouxe a América Latina, suas lutas e poesia, através da divulgação da produção de intelectuais e artistas latino-americanos, aproximando acadêmicos e estudantes, artistas e militantes, com seus artigos e reportagens de filósofos, sociólogos, autores conhecidos e desconhecidos do público brasileiro. Publicava falas, mensagens e denúncias sobre todos os tipos de repressão, em especial sobre a ditadura que assolava o continente, falando das torturas aos presos políticos, da opressão sofrida pelas mulheres, indígenas, negros e demais "minorias" no Brasil e na América Latina. Trouxe as questões políticas que envolviam àquela porção do continente americano, numa tentativa de aproximar o Brasil com seus vizinhos continentais, buscando contribuir com a aproximação e a formação de uma identidade latino-americana para o Brasil. O *Versus*, circulou de 1975 a 1979, e segundo o jornalista gaúcho Marcos Faerman[700]:

> Propunha a cultura como forma de ação política e foi inovador no uso de metáforas culturais e históricas para, além das grandes reportagens factuais, oferecer textos sobre as lutas populares e as injustiças sociais de seu tempo. Falava de resistência por meio de narrativas míticas de heróis grandes e pequenos que, com suas histórias, reencenavam o drama de séculos de opressão na América Latina - dos invasores e conquistadores europeus às ditaduras, mais ou menos simultâneas, que ocorriam em vários de seus países em meados dos anos 1970. (...) O jornal utilizava diferentes linguagens (...) criavam narrativas voltadas para o sofrimento e a resistência dos despossuídos e o extermínio em diferentes níveis (geográfico, físico, moral, espiritual) de povos e culturas inteira[701].

Faerman[702] idealizou o jornal e o dirigiu entre os anos de 1975 a 1978. Segundo ele, faziam parte do *Versus* intelectuais, jovens jornalistas, militantes do movimento negro, do movimento feminista, entre outros grupos sociais. No que diz respeito ao alcance do jornal, como era característica da IA, o *Versus*, de publicação bimestral e circulação nacional, a princípio era distribuído diretamente (De mão em mão) por seus colaboradores, e pelos próprios jornalistas. Com tiragem inicial de 12 mil exemplares. No entanto, nas primeiras vinte e quatro publicações, o jornal teria vendido em torno de 35 mil exemplares. Entre julho

[700]Marcos Faerman esteve à frente do jornal Versus entre os anos de 1975 e 1978. Para conhecer a biografia e o trabalho do jornalista ver: http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/biografia.html. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.
[701]https://casperlibero.edu.br/noticias/saiba-quem-foi-marcos-faerman/. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.
[702]http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/versus.html. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

e novembro de 1977, começou a ser distribuído em algumas bancas em São Paulo, circulando não apenas, mas principalmente entre a classe média branca intelectual. Nasceu inicialmente com a proposta jornalística de ser um instrumento de divulgação cultural, política e apartidária, tendo a "cultura como uma ação política". Araújo descreve a primeira fase do *Versus*:

> Nos seus dois primeiros anos de existência, *Versus* era um jornal vanguardista, entrosado com as novas correntes internacionais, voltado para o debate intelectual, estético e, essencialmente, pluralista. Buscando inovar tanto na forma como no conteúdo – afirmando, inclusive que, em muitos casos, a forma era o próprio conteúdo[703].

Ao longo de sua trajetória, se viu diante da dicotomia cultura/política, visto que em pouco tempo sua redação antes frequentada por jornalistas, artistas e literatos, acadêmicos, passa a receber também militantes políticos que aguçaram o tom politizado do jornal, que passou a se tornar porta-voz das plataformas da organização da esquerda *Trostskista*, a Convergência Socialista, se tornando um "espaço de aglutinação dos setores de oposição à ditadura militar"[704]. Se colocou primeiramente como "um jornal de reportagens, ideias e cultura"[705]. Nessa perspectiva, entre um aceno e outro, se viu como "um jornal de aventuras, ideias, reportagens e cultura". Com as mudanças na conjuntura política e no próprio jornal, passa a se denominar "um jornal de política, cultura e ideias". As mudanças em sua apresentação vão apontando também para as mudanças na concepção e direção políticas que lhe são dadas, fato por vezes comum tanto na IA quanto na IN, pois fatores conjunturais e políticos ideológicos serão sempre construtores e divisores, não só da imprensa como também dos movimentos sociais. Evidente que a história do *Versus* é importante para a historiografia da imprensa alternativa[706] e as mudanças no perfil editorial do jornal certamente tem várias causas e implicações, que, no entanto, não cabe aqui nos alongarmos, exceto no que se relaciona a seção '*Afro-Latino América'* do *Versus* e suas implicações com os órgãos de repressão.

---

[703]ARAÚJO, op. cit., 1999, p. 164.

[704]Bucchioni, Xenya de Aguiar; Ogassawara, Juliana Sayuri. *Versus*: A busca por uma identidade cultural latino-americana – Versus, um jornal de aventuras, ideias, reportagens e cultura. Revista Académica De La Federación Latinoamericana De Facultades De Comunicación Social. Diálogos De La Comunicación, n°79, Enero - Julio 2009. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3718996. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

[705]http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcos-faerman/. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

[706]Para conhecer a história do Jornal Versus e sua importância no contexto da imprensa alternativa, ver: https://documentosrevelados.com.br/versus-a-imprensa-alternativa-inovadora-e-militante-um-jornal-instrumento-de-luta-politica/; http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-historia-deixada-por-versus/ ; http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcos-faerman/. Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

No que diz respeito à relação do *Versus* com a IN, segundo Gilmar Santiago, em entrevista para Márcia Guena dos Santos[707], os periódicos das organizações da esquerda, nos anos de 1970/80 não mencionavam notícias sobre as discussões do MN, nem sobre as questões raciais, com exceção do Jornal *Versus* que *"era una de las excepciones dentro de la llamada prensa Alternativa, ya que dedicó un espacio para la discusión racial en la columna "Afro latino América", firmada por los fundadores del MNU, como Hamilton Cardoso, Milton Barbosa y Rafael Pinto*". Os periódicos da esquerda tratavam a luta de classes no Brasil com base na revolução russa, chinesa, cubana. Segundo o entrevistado de Guena dos Santos, as discussões e a luta pelos direitos civis nos EUA não tinham lugar nas discussões da esquerda. Como explicitado anteriormente, para as lideranças negras do MNU e do movimento negro, o racismo estruturado da sociedade é o mesmo com que se deparavam nas organizações de esquerda[708], inclusive e principalmente, no que diz respeito a ocupar cargos de destaque dentro das instituições, como gestores, por exemplo.

Entendemos que a esquerda branca tinha muita dificuldade de perceber essas questões porque mesmo que se dissessem não racistas, a prática antirracista ainda era e é um processo em construção. Foi a partir de 1977, que o jornal *Versus,* já direcionado politicamente, tomando como orientação as diretrizes da Convergência Socialista[709], trouxe a público questões ignoradas pela grande imprensa ou proibidos pela censura, como os debates das correntes de esquerda, as denúncias sobre a tortura, a censura aos meios de comunicação e a arte em geral, a questão indígena, o feminismo, o racismo, entre outros. No entanto, o interesse de Marcos Faerman pelas questões que envolviam a história da África e as questões raciais no Brasil já estava posto desde a concepção do jornal, como aponta a fala do idealizador do *Versus* em entrevista:

> Este será o universo e a proposta de Versus que, ao contrário de sua irmã mais velha, Crisis, terá outra preocupação: a África, terra de onde vieram nossos antepassados

[707]SANTOS, Márcia Guena dos. 2014, p. 362.
[708]Na minha dissertação de mestrado, discuti a relação entre a esquerda e o movimento negro, com base nas entrevistas de lideranças do movimento negro do Rio de Janeiro.
[709]CONVERGÊNCIA SOCIALISTA - Organização política de orientação socialista criada em 28 de janeiro de 1978, em São Paulo. Uma das correntes atuantes dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação deste em 1980 até sua expulsão do partido em 1992, deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). No que diz respeito às origens, A Convergência Socialista teve origem em um pequeno grupo de militantes trotskistas que em 1974 fundou a Liga Operária, organização clandestina alinhada internacionalmente à facção liderada por Nahuel Moreno no secretariado unificado da IV Internacional Trotskista. Esse grupo, após rompimento definitivo com o secretariado unificado, deu origem à Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). No Brasil, a Liga Operária apresentou-se também com a denominação Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista. Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

> negros, que agora começam a construir finalmente uma vida livre. Se há uma coisa que caracteriza a grande imprensa é a sua falta de sentido da História. E, quando a História é esquecida, tudo é permitido: o assassino torna-se vítima e o oprimido, opressor. Os negros de Angola nas páginas da grande imprensa passam à condição de algozes, e aqueles que até poucos anos atrás mantinham a escravidão, tornam-se as vítimas. Tudo isso seria engraçado, se não fosse apenas triste[710].

Neste sentindo, no seu 12º volume, o *Versus* passou a veicular o suplemento *Afro-Latino-América- ALA*[711], assinalando a discussão que faltava para a imprensa alternativa. Pautou e ampliou as discussões do MN que em oposição ao regime ditatorial denunciava o mito da democracia racial no Brasil, trazendo matérias densas sobre os movimentos revolucionários de libertação na África, bem como o pensamento revolucionário das lideranças africanas. O *ALA* pontua de vez o direcionamento político ideológico do *Versus.* A este respeito, *Bernardo Kucinski* diz:

> (...) a política real penetra em VERSUS através de um caderno dedicado à questão negra, Afro-latino-América, que se torna um espaço de aglutinação de militantes do movimento negro, o primeiro jornal negro dentro de um outro jornal. Eram quatro páginas feitas por poetas e intelectuais negros, entre os quais o jornalista Hamilton Cardoso. Ali se formou uma geração de ativistas do movimento negro e o Movimento Negro Unificado[712].

Para Kucisnk, é "sob o controle da Convergência", que o *Versus* assume o discurso político". Foi através do *Afro-Latino-América* – "o primeiro jornal negro dentro de um jornal branco"[713] – que as discussões em torno da internacionalização das questões raciais, da intrínseca relação com os movimentos de esquerda, tendo como pauta principal os debates sobre raça e classe presentes no meio acadêmico, passaram a ser discutidas com a esquerda *Trotskista* representada na Convergência Socialista. Não por acaso, a Convergência se colocou como uma das principais influências político-ideológicas do movimento negro, em especial, do movimento negro renascido em São Paulo, cuja maior representação organizacional é o MNU. Segundo a jornalista Neusa Maria Pereira (2015), autora do primeiro artigo sobre a questão racial publicado no *Versus*[714], a redação do jornal era uma agitação de jornalistas, artistas, escritores, intelectuais e foi nesse contexto, entre uma discussão de pauta e outra, que

---

[710]Informação nº 1479 /119/ASP/77. Data: 18 de março de 1977. Assunto: JORNAL "VERSUS". Referência: Telex nº 014/19/AC/77 Origem: ASP/SNI. Difusão: AC/SNI. Entrevista do jornalista Marcus Faerman ao Jornal Unidade, em setembro de 1975. Recorte de jornal anexado na informação. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76102043_d0001de0001.pdf, p. 37/48.

[711]A partir deste ponto, trataremos o suplemento *Afro-Latino-América* sob a sigla *ALA*.

[712]KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 135.

[713]O complemento e grifo é nosso, visto que acreditamos que Kucinsk pode não ter conseguido complementar a frase.

[714]Jornal Versus nº 11, junho de 1977, SP, págs. 22 e 23.

os editores Marcos Faerman e Omar de Barros Filho, a partir da força de seu artigo sobre a mulher negra e o racismo no mercado de trabalho, propuseram que ela trouxesse outros jornalistas negros.

Quanto à força que seu artigo exerceu nos redatores do Versus, Neusa afirmou: "meu desejo era denunciar os danos sofridos pelas mulheres negras, vítimas de estereótipos oriundos da escravidão, formadores de barreira quase intransponível em direção à cidadania plena"[715]. Como mencionamos anteriormente, Marcos Faerman e Omar de Barros Filho estavam interessados em - a partir de uma ideia do próprio Faerman - trazer para o jornal as questões raciais, dedicando a essa discussão as últimas páginas do jornal. A forte presença de Neusa Pereira e o impacto proporcionado por seu artigo foram fundamentais para a inclusão no *Versus* de um suplemento que fizesse a conjunção África-Brasil. Em seu relato, Neusa descreve a emoção de poder, como jornalista jovem e mulher negra, reviver a IN de São Paulo:

> Estava criada a seção Afro-Latino-América que reviveu a imprensa negra em São Paulo e mudou minha maneira de pensar e fazer jornalismo para sempre. A partir daí, tomei o jornalismo como função social, cultural, política e de militância de esquerda. Para relatar nossa história, libertamos o texto da objetividade castradora da liberdade de pensamento, da emoção, que afasta o interesse do leitor. Priorizamos uma escrita carregada de denúncias da verdadeira condição do negro no Brasil e no mundo, utilizando uma narrativa ácida, incômoda, audaciosa. Passamos a enaltecer nossa beleza de nariz chato, cabelos carapinhos, altivez natural, fator importante na construção de uma nova identidade. Com certeza, esta narrativa ajudou a inspirar a literatura brasileira de periferia[716].

Segundo Neusa Pereira[717], a construção do suplemento *Afro-Latino-América*, suscitou a necessidade de buscar maior conhecimento sobre questões em torno do socialismo, das lutas pelos direitos civis nos EUA e dos pensadores revolucionários africanos que transmitiam os ideais pan-africanistas. Sua estada na redação do *Versus* fora período de maior formação política e intelectual que vivera. Aquela jovem jornalista negra, que despertava a consciência política e racial e que ousara apresentar um artigo sobre o preconceito racial em torno da mulher negra numa redação de homens brancos, seria uma das grandes dentro do *Versus* e nas

[715]O Afro Latino América que vive em mim. Disponível em: http://marcosfaerman.com.br/8_NeusaPereira_TX.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2021. Neusa Maria Pereira é jornalista, educadora social e proprietária da editora Abayomi Comunicação Ltda e uma das fundadoras do MNU/SP.

[716]Pereira, Neusa Maria. O Afro Latino América que vive em mim (2015). Fonte: http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/8_NeusaPereira.html. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

[717]PEREIRA, Neusa Maria. **O Afro Latino América que vive em mim.** Depoimento, 2015. Disponível em: MARCOS FAERMAN < http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira_TX.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

lutas da esquerda e do MN. Seu artigo definia o pensamento feminista sob o eixo que estrutura nossa sociedade, e que veio a ser o lugar de discussão política determinante para o movimento feminista negro. Em seu artigo/denúncia, Neusa mostrou a face perversa do racismo sobre a vida das mulheres negras. O ALA foi publicado entre os anos de 1977 e 1979, compondo 20 edições encartadas no jornal *Versus,* do número 12 ao 31, como veremos a seguir. A partir deste suplemento, alguns temas seriam a espinha dorsal do editorial do *Afro-Latino-América* em consonância com o posicionamento político-ideológico dos editores do jornal *Versus*[718].

As discussões em torno do colonialismo em África e das lutas revolucionárias pela libertação no continente africano em relação com a América Latina, as tensões em torno das relações raciais nos EUA, a arte e cultura negra, as questões em torno da intercessão raça e classe, enfim, temas que formavam e informavam não só ao público do jornal como também seus editores e colaboradores e a todos que circulavam no espaço da redação. Guena dos Santos[719], em sua análise afirma que o jornal *Versus* será o lugar onde parte da militância e lideranças do MN vai aprofundar sua atuação política. Cabe lembrar que desde o início da década de 1960 as obras publicadas (Livros, revistas) desempenharam um importante papel no processo de conscientização das questões políticas e culturais daquele período, como analisou Ênio Silveira[720], em entrevista para Dênis de Moraes[721]. O mesmo aconteceu na década de 1970, onde obras muitas vezes proibidas pelo regime militar foram responsáveis pela formação política da juventude negra, conforme já detalhamos em trabalho anterior.

É nesse contexto que emerge nessa imprensa uma juventude negra, com formação acadêmica, e/ou nos movimentos sociais e políticos, muitas vezes voltada para a literatura, com uma escrita forte, potente e poética, engajada na luta contra a ditadura e comprometida no combate ao racismo. Insurgentes lideranças que vão se apropriando da imprensa negra alternativa. Esse tipo de narrativa descrito pela jornalista se fez e ainda se faz presente nas produções de escritores negros, que engajados na luta contra o racismo, em especial naquele período, fizeram com que a literatura negra se tornasse uma das mais potentes ferramentas do movimento negro no processo de recodificação do negro enquanto sujeito. No *Afro-Latino-América* os jornalistas negros, apesar da censura, exercitavam a liberdade de expressão

[718]A análise sobre as profundas relações entre o Jornal Versus e seu suplemento Cadernos Afro-Latino América, encontra-se em: Rocha, onde o historiador faz análise em torno do perfil político-ideológico do jornal, a partir das reportagens publicadas. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27112019-185711/publico/2019_BrunoEvertonBezerraDaRocha_VOrig.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.
[719]SANTOS, Márcia Guena dos. 2014, p. 336.
[720]Militante do PCB, jornalista, diretor da editora Civilização Brasileira.
[721]MORAES, 1989, p. 27.

(Assim como os demais jornalistas do *Versus*), suscitando junto aos leitores a discussão em torno da raça e classe, do socialismo, das lutas pela libertação na África e, principalmente, as denúncias em torno do racismo operante na sociedade brasileira, implicando na discussão, inclusive, a "elite branca de esquerda que se reunia no Versus". Segundo o jornalista Astrogildo Esteves[722], antes do *ALA*, o *Versus* já tinha três editores negros: eram jovens jornalistas colaboradores, atuando no único jornal da IA que se dedicava a publicar outras narrativas, sob a perspectiva dos discriminados até mesmo pelos jornais da IA da esquerda. No *Versus,* todos tinham espaço: gays, mulheres, negros e quem mais o buscasse. Segundo Esteves o Versus abriu espaço para as manifestações de todos os "malditos".

Durante sua existência, o *ALA* contou com a presença e colaboração de jovens jornalistas, escritores e militantes negros[723] que se constituiriam como grandes lideranças do nascente MNU e reconhecidos por todo o MN no Brasil: Wanderlei José Maria, José Adão Oliveira, Marcos Vinícius, Hamilton Cardoso, além de obviamente a própria Neusa Maria Pereira. No que concerne à escrita, dentre essas lideranças, dos que pensavam e escreviam neste suplemento, não podemos deixar de lembrar a potência de Hamilton Cardoso[724], um dos principais responsáveis pela elaboração da seção *Afro-Latino-América,* citado e respeitado por todos do MN e da IA que o conheceram. Hamilton, com toda sua sensibilidade, foi, segundo seus companheiros, um dos que mais pautaram as diferentes faces do racismo brasileiro. A presença e atuação de Hamilton Cardoso - conhecido também como Zulu Nguxi, seu nome africano - marcou àqueles que frequentavam a redação do jornal, "intelectuais brancos, pouco familiarizados com a presença de um jornalista negro na redação (...) sempre com uma

[722]Jornalista, militante do movimento estudantil, membro da Convergência Socialista, um dos fundadores do MNU, foi colaborador do jornal *Versus*, um dos idealizadores e editor do jornal *Árvore das Palavras*. Foi um dos entrevistados para minha pesquisa de mestrado.

[723]Infelizmente, não nos foi possível, em função dos limites da pesquisa, trazer a biografia (ainda que de forma reduzida) das lideranças apontadas, o que não faz menos respeitável a trajetória e importância de cada um para o suplemento *Afro-Latino-América* e para o conjunto do movimento negro, especialmente em São Paulo.

[724]Hamilton Bernardes Cardoso, nascido em 1953, jornalista e escritor, atuante em jornais de grande e médio porte, correspondente da BBC de Londres, foi um dos principais intelectuais, articuladores e fundador do MNU em 1978. Dedicou-se integralmente a luta contra o racismo no Brasil. Grande articulador, um dos primeiros negros a atuar no *Versus*, foi também consultor de Comunicações da OAB e do Instituto da Mulher Negra, Geledés e co-fundador da revista Lua Nova/Cedec. Atuou em várias frentes de luta contra a ditadura, engajando-se na campanha pela anistia, na articulação do movimento pelas *Diretas Já*, participou ativamente da reorganização do movimento sindical, do processo histórico pela elaboração da Constituição de 1988, foi fundador do PT, além de Representar o Brasil em vários encontros de organizações e partidos políticos da África, Caribe, Europa e EUA, e Inglaterra onde palestrante em vários eventos. Disponível em: http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/hamilton-cardoso-e-seu-tempo. Acesso: em 8 de agosto de 2020;
https://www.geledes.org.br/hamiltoncardoso/?gclid=Cj0KCQiAjKqABhDLARIsABbJrGlJibsznf_ZvklVh4torfP7BtOqDUgHLQ6HI2Z_bntW1waNIWsDawgaAqy1EALw_wcB: Acesso em: 14 de junho de 2020.
https://nossaciencia.com.br/colunas/tributo-ao-jornalista-e-intelectual-hamilton-cardoso/. Acesso em: 21 de janeiro de 2021. Um relato forte e intimista feito pelo jornalista Oswaldo Faustino sobre Hamilton Cardoso pode ser visto em: https://www.youtube.com/watch?v=lq0soh6y0Cs. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

palavra crítica para cada deslize daquela parcela da "elite branca" de esquerda que se reunia em Versus (...)"[725]. A presença do jornalismo negro junto a IA que combateu à ditadura reforça a confluência da luta do movimento negro e de suas lideranças contra a repressão imposta à sociedade brasileira. A conjuntura política deste período, bem como a organização do MN contemporâneo, está retratada nas páginas do *Sinba* (1974/77-RJ) e do *Versos*/seção *Afro Latino América* (1977/79-SP), entre outros surgidos nesse período, apontando as vertentes de pensamento que marcaram a formação política do MN como já expusemos.

O jornal *Versus* era um jornal legalizado, porém, em função de seu conteúdo, era muito visado pelos órgãos de repressão. Tornou-se sem dúvidas, no espaço da IA, um dos maiores e mais importantes espaços de luta política naquela época. De acordo com Araújo, "por outro lado, representava também, a difícil convivência entre o legal e o ilegal, o público e o clandestino"[726]. O ano de 1977 foi a chave da virada do jornal *Versus*, que se partidarizou com a chegada à redação dos militantes da Convergência Socialista e nesse contexto, a criação da seção *Afro-Latino-América*.

5.3 **Afro-Latino-América – "uma seção permanente de Versus"**

A seção *Afro-Latino-América*, como já foi dito, teve início a partir do nº12 do jornal *Versus* Ano 2 em 12 junho 1977. Neste momento sob a direção de Marcos Faerman, o expediente do jornal indicava que o Versus foi publicado pela Editora Versus Ltda, naquele momento a sede da administração e redação era situada a Rua Capote Valente, 376, Pinheiros São Paulo SP[727]. O jornal era composto e impresso na Empresa Jornalística AFA até setembro de 1978, quando da publicação do número 24, que marca a saída de Marcos Faerman da direção do jornal. A administração e redação da Editora Versus Ltda, estava situada à Rua Oscar Freire, 2271 Pinheiros, SP Capital. Sendo ainda composto e impresso nas oficinas da Editora Jornalística AFA. Trouxemos esses dados, que são importantes porque corroboram com as informações do documento do SNI sobre alterações de endereço da editora. Com a saída de Marcos Faerman, a seção *Afro-Latino-América* seguiu com a nova direção até o nº 31

[725]Um tributo a Zulu Nguxi, o Pantera Negra Hamilton Cardoso, por Omar L. de Barros Filho, jornalista, companheiro de Hamilton Cardoso no *Versus,* p. 9-12, edição fac-símile.
[726]ARAÚJO, op. cit., 1999, 160.
[727]Todas as informações do expediente do jornal, foram retiradas dos exemplares. Fonte: Afro-Latino-América – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Edição fac-similar 2014. **Afro-Latino América**: Versus**.** Fac**-**símile, 105 Páginas. Editora: Fundação Perseu Abramo e Soweto, 2014.

do Versus, publicado em abril de 1979. O jornal *Versus* tinha em torno de 40 páginas, sendo que a seção *ALA*, desde a primeira edição ocupava quase no final do jornal uma média de 3 páginas[728], geralmente a partir da página 30. Quanto a tiragem, apesar das dificuldades a publicação chegou a vender 35 mil exemplares por edição, entre julho e novembro de 1977.

O *Versus* era organizado em seções que variaram muito desde o lançamento. No entanto, percebemos que boa parte das edições era organizada através das seguintes seções: nacional, internacional, comportamento e tendência, fatos e homens, leituras, artes, livros e ideias; *Afro-Latino-América*; A última palavra é do leitor. Dessas seções a única que se manteve com o mesmo nome foi a *ALA*. Pela redação do Versus passaram naquela época, diversos militantes de esquerda, jovens jornalistas vindos de outros estados e até de outros países. Eram artistas gráficos, militantes do movimento negro; feministas, fotógrafos, entre outros. A redação do jornal, segundo consta, acolheu o jornal feminista *Nós Mulheres*, além de reuniões do MNU. Quanto ao interesse dos editores do jornal em relacionar América Latina, África e Brasil, cabe ressaltar, que antes mesmo da criação da seção do *ALA*, o Versus desde a edição nº 3, já publicava matérias sobre a África. Neste número publicou 'Angola - uma história em quadrinhos' de Luís Gê. A partir daí, outras edições contemplaram o tema[729]. Quanto aos recursos para publicação, o jornalista Omar L. de Barros Filho, declarou:

> Versus era um mutante que se arrastava em permanente penúria financeira e exigia fervor religioso na sua sustentação. A cada número impresso era preciso buscar os recursos da próxima edição, que raramente cumpria a data para ir às bancas, podia ser em 30,60 ou até 80 dias. **Nosso crédito era limitadíssimo junto às gráficas e fornecedores de papel**, que ainda sofriam pressão e ameaças por parte do regime militar para que deixassem de aceitar o Versus entre seus clientes[730].

---

[728]Edições e respectivas páginas: 30 a 33, Versus nº 12, julho-agosto 1977; 31 a 34, Versus nº 13, agosto-setembro 1977; 25 a 28, Versus nº 14, setembro 1977; 34 a 41, Versus nº 15, outubro 1977; 38 a 41, Versus nº 16, novembro 1977; 38 a 41, Versus nº 17, dezembro/1977 e janeiro/1978; 37 a 41, Versus nº 18, fevereiro 1978;.39 a 42, Versus nº 19, março-abril 1978; 39 a 42, Versus nº 20, abril-maio 1978; 39 a 42, Versus nº 21, maio-junho 1978; 38 a 42, Versus nº 22, junho-julho 1978; 32 a 35, Versus nº 23, julho-agosto 1978; 38 a 42, Versus nº 24, setembro 1978. Podemos ver a seção, observando-lhe as páginas até a edição em que Marcos Faerman esteve na direção do Versos, conferindo com a edição fac-símile. As demais páginas temos como fonte unicamente essa edição especial: pág. 40 a 44, Versus nº 25, outubro 1978; pág. 39 a 43, Versus nº 26, novembro 1978; pág. 40 a 44, Versus nº 27, dezembro de 1978; pág. 42 a 48, Versus nº 28, janeiro 1979; pág. 38 a 43 Versus nº 29, fevereiro 1979; pág. 37 a 43, Versus nº 30, março 1979; pág. 38 a 42, Versus nº 31, abril de 1979. O nº 23 traz uma controvérsia entre a edição fac-símile, as páginas do jornal e o índice do próprio jornal.

[729]A história em quadrinhos a edição nº 3, consta no índice do jornal nas páginas 25 a 28. A edição nº 5 publicou na página 42: África do Sul -Esta é a crônica da África do Sul de algum tempo atrás por Vitor Vieira. Na edição nº 6: Poetas Malditos - Poetas negros na África do Sul. A antologia de uma opressão. Poemas negros da África branca Ensaio de *Florence Vaillant*, p. 24 a 26. Na edição seguinte, nº 7: A Guerra da Guiné-Por dois repórteres da *Versu*s na África: Licínio Azevedo e Maria da Paz. Páginas 3 a 6. Na 8ª edição: "África, África. A juventude dos homens da Nova África". Por Licínio Azevedo. p. 40.

[730]Grifos nossos. Edição fac-similar, p. 9.

Manter a infraestrutura do jornal era algo custoso, pois ao se olhar o crédito publicado em cada edição percebe-se que a redação contava com uma rede significativa de profissionais e colaboradores. Eram editores, ilustradores, revisores, departamento administrativo e jurídico. O Versus tinha representação comercial em vários Estados e até mesmo fora do país: Espanha, Paris, México, Equador e Portugal[731]. Era necessário "correr atrás" de recursos por que

> Ali, para quem encarasse a empreitada de se envolver ativamente com *Versus*, a premissa básica era fazer um pouco de tudo. Ou, ainda, um muito de tudo. Nem sempre com a possibilidade de receber, pois os recursos eram escassos – fundamentalmente, vinham da venda em banca, venda de livros e de uma ou outra, publicidade emplacada. Quem topava o desafio, vendia e carregava edições nas costas, no carro, no ônibus, ficava na gráfica até tarde, colava cartazes de divulgação, corria atrás do que fazer[732].

Segundo Aguiar, mesmo quando contou com o trabalho de distribuidoras, o Versus foi vendido de mão em mão[733]. Os custos eram altos e os gastos também, assim, os colaboradores formavam duas categorias: aqueles "totalmente envolvidas com a publicação e aquelas que colaboravam de longe", entregando seus textos na redação ou enviando por correio[734]. Apesar das dificuldades financeiras, o jornal tinha uma presença visual muito forte: fotografias, quadrinhos e ilustrações faziam o diferencial do Versus. A distribuição e venda do jornal se davam em uma imensa rede presente em lançamentos de livros, peças teatrais, bares, faculdades, diretórios e centros acadêmicos, sindicatos, assembleias, portas de fábrica, nos arredores da Praça da República, no centro antigo da cidade de São Paulo, nas proximidades da Universidade de São Paulo, no bairro do Butantã. Os interessados poderiam também adquirir edições do jornal próximo a USP, no Café Paris. O público do *Versus* era majoritariamente intelectual, artistas e estudantes. O jornal poderia ser vendido também pelo sistema de assinatura. De acordo com Aguiar[735], nas outras capitais do país, o esquema de vendas se dava da mesma forma. A inserção da seção *ALA* no *Versus*, foi tão contundente que mudou não só as relações políticas no jornal como foram sendo traduzida nas suas capas. No ciclo de produção do jornal é possível observar alterações no subtítulo das mesmas, anunciando a mudança de perspectiva de seus redatores.

---

[731]Disponível em: MARCOS FAERMAN marcosfaerman.jor.br/versus.htm. Acesso em: 2 de janeiro de 2022.
[732]AGUIAR, 2018, p. 160.
[733]AGUIAR, 2018.
[734]BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **Caminhos cruzados: Versus (1975-1979) e a América Latina – Aproximação, presença e (re)leitura.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.
[735]AGUIAR, op. cit., 2018, p. 212.

Dessa forma, em cada fase os redatores foram incorporando novos subtítulos ao nome do jornal: América-Latina, Afro-América-Latina e quando o Versus lança a seção *ALA*, em julho de 1977, também é incorporado o subtítulo "Afro-América-Latina, na capa da edição nº 12[736]. Quando da saída de Marcos Faerman, em função da consolidação do domínio político da Convergência Socialista sobre o *Versus*, o subtítulo demarca essa mudança, incorporando de vez o nome da seção ao do jornal: *Versus/Afro-Latino-América*. Outra capa que demarca a luta negra é a da 3ª edição, de novembro de 1977, anunciando a situação do negro no mundo e na América Latina. Em julho de 1978, lançou a histórica capa do ato do MNCDR, na escadaria do Teatro Municipal em São Paulo, com a célebre frase: "Os negros estão na rua". A matéria trouxe a cobertura do ato primeiro ato público do movimento negro dentro da ditadura. No que diz respeito à formação política ideológica dos que escreviam no ALA, embasava-se nos teóricos e revolucionários socialistas e pan-africanistas Frantz Fanon, Samora Machel, Angela Davis, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Richard Wright, Martin Luther King, Malcolm X, Panteras Negras. Somando a estes, a leitura dos teóricos brancos citados pelos *Versus* a exemplo de Jean-Paul Sartre. Sobre a importância das leituras para a formação do grupo, Neusa Maria Pereira afirmou:

> A articulação entre estudantes e jornalistas negros renovaria as discussões no interior de *Versus*. Se havia muito a falar, foram tempos, sobretudo, de contar e aprender. Frantz Fanon, Samora Machel, Ângela Davis, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Richard Wright, Martin Luther King, Malcolm X – nomes da base de leitura que, aos poucos, ia sendo incorporada pelo grupo até se tornar pública, na forma de matérias e reportagens, nas quatro páginas dedicadas à discussão racial[737].

Para os integrantes do *ALA* estava bem demarcada a busca pela ancestralidade africana e no campo político, em sua maioria ligada às ideias *Trotskista*, traduzidas pela Convergência Socialista. Foi Hamilton Cardoso, grande liderança intelectual negra, que junto com os demais colaboradores do *ALA,* ligados a Liga Operária/Convergência Socialista, que deu o tom mais radical tanto ao movimento negro, quanto ao *Versus*. A seção do *Versus*, sob o viés raça e classe, pautou como temas a construção da identidade e da consciência negra em todo contexto sócio- político nacional e internacional, as lutas contra o colonialismo, o autoritarismo na África e nas Américas - bandeiras caras ao *Versus* - as lutas pela libertação dos países africanos e contra o racismo, escrevendo para e sobre as periferias - lugar de

[736]CAMINHOS CRUZADOS: Versus (1975-1979) e a América Latina.
[737]BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **CAMINHOS CRUZADOS: Versus (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018, p. 253.

maioria negra -, sobre as questões que envolvem mulheres e crianças negras, violência policial e, sem perder de vista, a denúncia do racismo que estrutura o Estado, contradizendo o discurso oficial, implicando na discussão, inclusive, da "elite branca de esquerda que se reunia no Versus". A seção *Afro-Latino-América* representava a fala de africanos nascidos nesse continente. Os redatores do *ALA* eram Neusa Maria pereira, Zulu Nguxi, os irmãos Prudente, Wanderlei José Maria, José Adão de Oliveira, Maria Dulce Pinheiro, entre outros. Hamilton Cardoso participava do Conselho de redação representando o *ALA* e foi quem escreveu a matéria de capa mais célebre da Versus 'Os negros estão na rua', assinada por Zulu Nguxi, seu pseudônimo africano. O *ALA* foi produzido seguindo a estrutura do jornal, com matérias assinadas por seus redatores, bem diagramado, com muitas reportagens, ilustrações e fotografias.

Na edição nº 1º a matéria título já disse a que veio: "*Afro-Latino-América* – a partir desse número, uma seção permanente no versus", contendo explicações sobre o tema e sobre o jornal. Todos os números apresentavam muita poesia negra engajada na luta, convocando: "América negra levante e grite"[738], com dicas e resenhas de livros publicados. A coluna vem assinada por Oswaldo de Camargo. Outro tema que aparece em todos os números vem intitulado "Nossos dias, Nossa História" – apresentando calendário com datas importantes da história negra. "*Afro-Latino-América*, esse jornal é meu revólver e meu sorriso", essa frase compõe a logo da segunda e terceira edição. Expressava exatamente o sentido que o jornal tinha para aquele grupo e principalmente, as mudanças que logo se processariam. O tema imprensa negra foi recorrente em todos os números, do histórico à divulgação de cada novo jornal negro que surgia pelo Brasil. Os editores, reconhecendo sua importância, referenciaram o jornal do Rio de Janeiro: "A presença do *Sinba* deve ser pensada como uma voz soando numa sala há muito vazia. *Sinba* tem o mérito de começar, afinal, a falar".

A política externa dos militares não ficou de fora em nenhum número do *ALA*, como na matéria "Brasil negro não vai à Colômbia", uma crítica contundente sobre o veto do Itamarati a ida da delegação brasileira ao I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, Colômbia de 24 a 28 de agosto de 1977. O questionamento era em torno das comemorações do 13 de maio, presente no artigo, questionando a data e, em contrapartida, contando a história do processo da abolição. As questões postas sobre o tema foram pautadas em entrevista onde se discutiu a Lei do Ventre Livre e o dia da Mãe Preta. A valorização da cultura negra foi tema de todos os números, como a exemplo do artigo 'Pastores da noite' que

[738]Poesia do grupo Evolução.

fala do candomblé como resistência negra e de sua importância para a cultura brasileira. O artigo faz crítica ao filme de mesmo nome, baseado no livro de Jorge Amado, que apresenta personagens "caricatos e desrespeitosos ao homem negro". A denúncia da farsa da democracia racial era pauta constante, assim como a presença de matérias com Abdias do Nascimento. "Democracia", a tese de Abdias apresentada no II Festival Mundial de Artes e Culturas negro Africanas - FESTAC sob o tema: Democracia racial: mito ou realidade? foi publicada na edição nº 5[739].

As questões da mulher negra, pautadas no primordial artigo de Neusa Maria Pereira[740] anunciou a chegada do *ALA* somando com o escritor Oswaldo de Camargo e convocando outros companheiros e companheiras para contribuir com as discussões daquela importante seção do *Versus*. As mulheres, junto com Neusa Pereira trataram de temas fundamentais como "A quem interessam as mulatas"[741], discutindo a democracia racial, racismo, consciência racial e o papel da mulher na sociedade brasileira. A edição nº 9 vem com o artigo de página inteira assinada por Neusa Maria Pereira, sob o título "Onde estão os Panteras", analisando as questões políticas em torno da dissolução do movimento. Outros artigos sobre a mulher negra estão pautados no *ALA:* 'Mulher 1', de Neusa Maria Pereira sobre show de Zezé Motta, nas comemorações dos 90 anos da abolição. A jornalista descreve o orgulho racial despertado pela artista diante de seu trabalho e de sua figura de mulher negra. 'Mulher 2'[742], falando sobre as mulheres do Zimbábue, com crítica sobre a intenção do governo de travar a participação das mulheres na luta pela emancipação do país.

O próprio Marcos Faerman publicou nas páginas da seção o artigo "África: A legião da morte", sobre as lutas das forças populares no Congo, fazendo crítica ao governo brasileiro pelas relações amizade/comerciais com África. As seções nº 18 e 19 apresentam duas entrevistas analisando a situação africana sob dois ângulos: Ernest Harsch, jornalista socialista norte americano e com Theresa Santos, a partir de suas experiências como brasileira em país africano[743]. A entrevista continuou na seção nº 20 com Theresa Santos: 'Descaminhos de uma revolução' – sobre a revolução angolana[744]. As entrevistas, assinadas por Astrogildo Esteves,

---

[739]*Versus* nº 16, nov. 1977, nº 16, p. 25-38 a 41/ *ALA,* nº 5, p. 28.
[740]Pereira, Neusa Maria. O Afro Latino América que vive em mim. Depoimento, 2015. Disponível em: MARCOS FAERMAN < http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira_TX.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021. Sobre o artigo de Neusa Maria Pereira ver: marcosfaerman.jor.br/Versus11.html?vis=facsimile. Sobre a presença de Neusa Maria Pereira no Versus ver: FREITAS, 2009. p. 60-62.
[741]*Versu*s nº 19, março-abril 1978, p. 39 a 42/ *ALA,* nº 8, p. 40.
[742]Versus nº 22, junho-julho 1978, p. 51-56/ *ALA,* nº 16, p. 51-52.
[743]Versus nº 30, março 1979, p. 93-99/*ALA*, nº 18, p. 91-92; nº 19, p. 97-98.
[744]Nº 20, p. 101-102. Para conhecer a trajetória de Thereza Santos, ver sua autobiografia: SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira.** São Carlos: EDUFISCar, 2008.

foram importantes no retorno da ativista ao Brasil. As reflexões em torno dos caminhos do movimento negro e as pautas do MNU foram assunto constante nas matérias do *ALA*. O artigo de Hamilton Cardoso: "E agora? " Narra e avalia o ato de criação do MNCDR/MNU e propõe saídas para o movimento negro. A foto histórica que ilustra o artigo é de Abdias e Lélia Gonzalez no ato de criação do MNU.

Nesse mesmo número, o artigo sob o título "O 7 de julho", por Neusa Maria Pereira, exalta o movimento, chama os negros para se organizarem: "na próxima, triplicaremos nosso número, sabemos que só unidos teremos força para construir uma sociedade mais justa"[745]. Cabe ressaltar que foi a partir da criação do MUCDR, registrada na edição nº 18, de 1978, que o *ALA* vivencia uma grande virada, onde a interferência política da Convergência Socialista na redação do *Versus*, impôs novos rumos ao jornal - demarcando ainda mais a forte presença de Hamilton Cardoso, somada aos demais membros da organização Trotskista -, e a luta do movimento negro no Brasil, que se fortaleceria a partir daí. No que diz respeito às mudanças ocorridas na seção negra do *Versus*, Oliveira e Rios (2014) destacam:

> (...) a segunda, do número dezenove em diante, em que a presença da Liga Operária (Agora Movimento Convergência Socialista) era mais forte, com o esvaziamento da seção, que na fase final foi basicamente escrita por militantes da organização socialista (Hamilton Cardoso, Wanderlei José Maria, Neusa Maria Pereira, Maria Dulce Pinheiro Pinto, José Adão de Oliveira e Rafael Pinto, dentre outros). Em outros termos, houve a passagem de uma "esquerda negra democrática" para uma "esquerda negra revolucionária". Nessa última vertente, Hamilton Cardoso é seguramente a figura mais central para entender a trajetória desse grupo e suas relações com a esquerda socialista, bem como com as organizações negras do período[746].

A relação do Versus, cada vez mais imbricada com a Convergência Socialista, tornando-se órgão divulgador de suas ideias, contribuiu para que o jornal se tornasse ainda mais visado pelos órgãos de repressão e pela censura até seu fechamento. O *Sinba*, o *Versus/Afro-Latino América*, e os demais jornais citados da IN, foram de extrema importância para a constituição e formação do movimento negro contemporâneo, tanto quanto os jornais da IN do final do século XIX e do início do século XX. A importância desses jornais está tanto no que retratam de registro das lutas do movimento negro quanto do que se apresenta nos registros dos arquivos do SNI como veremos a seguir.

---

[745]Versus nº 23, jul-ago, 1978, nº 12, p. 56 e 59.

[746]OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flavia. **Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999).** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, vol. 4, nº 2, jul-dez. 2014b, p. 511.

5.4 **Atraindo a atenção da comunidade de informações**

Os registros realizados pelos agentes da repressão descrevem as relações políticas das organizações negras e dos jornais negros com os movimentos de enfrentamento à ditadura. Estes materiais foram apreendidos pelos órgãos do SNI e as anotações revelam as análises e representações construídas pelos agentes a partir da leitura dos conteúdos presentes nos jornais. Totalmente engajadas, as organizações negras pensavam a redemocratização a partir da construção de uma democracia de direito e de fato, que atendesse a todos os segmentos sociais. Daí a inserção das lideranças negras em todo o processo de luta, conforme consta registrado na documentação do SNI e já nos referimos nos capítulos anteriores. A Convergência Socialista, assim como outras organizações de esquerda, foi altamente vigiada e combatida pelos órgãos de repressão que acompanharam de perto seu processo de construção, suas lideranças, adeptos, simpatizantes e parte de seus quadros perseguidos ou presos. São muitos os documentos que tratam do surgimento da Convergência, boa parte deles partindo diretamente da agência central do SNI. O Serviço, que monitorando o que teria sido a primeira reunião ocorrida em São Paulo, no dia 19 de março de 1978, com vistas para o lançamento da organização destacou em telegrama que naquele momento

> A denominação "CONVERGÊNCIA" não foi ainda definida ideologicamente. Da análise das correntes esquerdistas que apoiam este movimento, pode-se concluir que "Convergência" é a ação de colocar sob a égide do partido socialista todos os movimentos esquerdistas da nação[747].

De acordo com o relato do telegrama, a Convergência tinha como proposta a criação do Partido Socialista e deveria encampar todas as lutas do movimento estudantil e as demais lutas pela redemocratização do país. O documento destaca que Júlio Tavares, do jornal *Versus*, era um dos membros que compunha a mesa diretora daquela reunião. A Informação[748], datada de 28 de junho de 1978, sob o assunto: "Pregação do racismo – Convergência Socialista – Grupo *Afro-Latino-América*", chama atenção para o fato de que em 14 de maio de

[747]Informação nº 0252/19/AC/78, sem data. Assunto: Lançamento Nacional da "Convergência Socialista". Origem: AC/SNI. Difusão: CIE, CISA, CENIMAR, CI/DPF, ABH, ABE, ACG, ACT, AFZ, AMA, APA, ARE, ARJ, ASV/SNI. Grifo do documento. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78109887_d0001de0001.pdf.

[748]Informação nº 400/16/AC/78. Data: 28 jun. 1978. Assunto: Pregação de Racismo - Convergência Socialista - Grupo Afro-Latino-América. Origem: PRG 12633/78 Referência: Infão nº 610/16/AC/77. Difusão: CH/SNI. Anexo: A- Panfleto do Núcleo Negro da Convergência Socialista. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0004de0004.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_761096.

1978, no Rio de Janeiro, surgiu dentro da Convergência, uma ala autodenomina "Núcleo Negro Pró-PS ". Este núcleo teria distribuído um panfleto que explicava as razões e objetivos daquele grupo aderir a Convergência Socialista. As finalidades do grupo descritas no panfleto foram demarcadas pelos agentes como:

> **a.** Garantir a participação do negro na formação do futuro Partido socialista. **b**. Lutar pelo fim do subemprego que leva o negro a condição permanente de biscateiros e domésticos, **c**. Reorganização de entidades negras a nível nacional, **d.** reorganização da imprensa negra, "duramente reprimida pelo sistema", **e**. Colocação na História do real sentido do papel do negro na sociedade**, f**. Integração do negro na "lista dos setores oprimidos da população", **g**. "Desenvolver a tendência negra socialista, combinando a luta geral dos trabalhadores com a luta do negro", **h**. Mobilizar, integrar e organizar a luta negra nas favelas, bairros operários e conjuntos residenciais"[749].

Diante da constatação que os agentes chamaram de criação do Núcleo Negro Socialista dentro da Convergência, o agente fez a seguinte avaliação:

> "A evolução de tais procedimentos, se não contida de forma hábil e enérgica poderá tornar-se, dentro da própria Convergência Socialista, fator de perturbação e provocação, quando a intervenção do Estado for encarada como cerceamento das liberdades democráticas e de livre manifestação do pensamento, quando na verdade o que se pretende é impedir a proliferação no BRASIL da odiosa e inumana segregação racial, incompatível com a nossa formação sócio-política e histórica, palco da mais profunda e completa integração entre homens de todas as origens"[750].

No material apreendido, está posta uma leitura minuciosa do documento por parte dos agentes, sublinhando sempre aquilo que provavelmente mais lhes chamava a atenção. No referido documento, uma declaração/manifesto do Núcleo Negro Socialista (NNS) falando de sua adesão a proposta de criação do Partido Socialista (PS), numa plenária da Convergência Socialista (CS), onde está demarcado o tipo de adesão, assinalando as necessidades estruturais da população negra: moradia, saneamento básico, saúde, emprego, sistema prisional, criação de organizações e entidades negras a nível nacional, o papel do negro na sociedade e a imprensa negra. No documento, o agente chama a atenção para a necessidade de conter de forma "hábil e enérgica" o grupo de negros, para que aquela discussão que expunham não se tornasse "fator de perturbação e provocação" inclusive dentro da própria Convergência. Caso contrário, o Estado seria obrigado a intervir para impedir a ameaça latente de se discutir relações raciais no Brasil sob aquele prisma. Nesse sentido, aquelas narrativas seriam um problema se convergissem com as ideias socialistas, propostas daquela organização.

[749]Informação nº 400/16/AC/78. Documento citado, p. 52. Grifo do próprio documento.
[750]Informação nº 400/16/AC/78. Documento citado, p. 53 Grifo do documento.

Entendemos que a análise do agente é também um "aviso" à Convergência Socialista: a repressão sobre essa organização teria também como agravante a pregação do racismo.

Em outra Informação[751], que consta direto da Agência Central do SNI, cujo assunto trata da "Pregação de Racismo - Entidades Legais e Ilegais - Meios de Comunicação", o SNI aborda o que chamam de "entidades subversivo-terroristas adeptas da linha do PC do B" que estavam tentando provocar tensões sociais no país. Fala dos meios de comunicação legais, no caso a Rede Globo como imprensa legal e o jornal Independência Operária[752] como publicação clandestina, que, segundo a agência, por complacência ou inadvertência dos órgãos competentes publicavam matérias sobre a questão racial. Para a comunidade de informações, a questão racial era "um campo altamente propício e fácil de ser inflamado", logo, não deveria ser divulgado na imprensa, muito menos na grande imprensa, como era o caso. A partir dessa acepção, afirmam:

> Num país essencialmente liberal e aberto a miscigenação e convivência inter-racial, como o nosso; com raríssimos casos comprovados de segregação, é altamente odioso e anti-natural, que uma minoria pertencente a raça negra seja contaminada por ideias alienígenas, procedentes quer seja dos bairros do HARLEM ou WESTSIDE, bem como da subterrânea propaganda comunista, que vislumbrou, através da livre manifestação do pensamento, essência da democracia, mais uma oportunidade para golpear as instituições e fomentar a tensão interna[753].

Observa-se que a comunidade de informações criticava o que entendiam como uma exportação de ideias norte americana, a separação entre negros e brancos tanto nos lugares de pobres de maioria negra quanto de região rica, exportadora do pensamento comunista, como a da faculdade de Los Angeles de onde a ativista Ângela Davis - que já havia sido registra e procurada pelo FBI - se projeta no mundo, inclusive no Brasil. De acordo com a Informação de 1973:

> Em outubro de 1972 a comunista norte-americana, Ângela Davis, estabeleceu contato com elementos brasileiros da "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES" (FBI), teriam chegado a um acordo no sentido de que Ângela Davis desencadeasse uma campanha anti-brasileira nos ESTADOS UNIDOS[754].

---

[751]Informação nº 610/16/AC/77. Data: 13 de setembro 1977. Assunto: Pregação de racismo – entidades legais e ilegais – meios de comunicação. Origem: AC/SNI. Difusão: CH/SNI. Anexo: Cópia da página de "Independência Operária". Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0004de0004.

[752]Jornal Independência Operária nº 28.

[753]Informação nº 610/16/AC/77. Documento citado acima p. 57.

[754]Informação nº 17/E2. Ministério do Exército IV EX. – 6º RM 2º Secção. Data: Salvador- BA, 13 de março de 1973. Assunto: Asilados brasileiros – "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES" e outros. Referência: Info nº 143-B-E/2, de 15 de fevereiro de 1973, do IV EX. Difusão: 2º DN -CONCOS – ASV/SNI- SSP/BA – PM/BA.

Cabe ressaltar que no período entre 1973 e 1977, data do documento, Davis já constava com cinco registros nas agências do SNI. Num total de doze até 1989[755]. Essa era a preocupação da comunidade de informações com as reportagens veiculadas nos meios de comunicação. Por isso estava atenta ao que entendia como uma excessiva preocupação da TV em mostrar as virtudes dos negros norte-americanos, visto que isso reforçaria o que chamaram de transplante de ideias divisionistas, pois, propunha no país a criação de organizações defensoras da cultura afro-brasileira que aqui seriam, segundo a comunidade, "focos do movimento Black Power norte americano"[756]. Afirmavam que o preconceito propagado com a proposição dessas entidades partiria exatamente dos negros "que por ser minoria" seriam as maiores vítimas desta segregação. Afirmam que essas entidades, bem como essas ações dos meios de comunicação, procuram criar um "sentimento generalizado antibranco, por parte da população negra do BRASIL".

Interessante é que com essa avaliação acabavam por reconhecer que as ações das organizações negras se dão a nível nacional. Por fim, avaliavam que se essas ações não fossem contidas "de forma hábil e enérgica, poderá transformar-se em foco de constante atrito e exploração por parte dos revanchistas e interessados no caos do País". O questionamento que nos fica é: por que os agentes orientavam habilidade para o trato com as questões do movimento negro? E o que seria diante da necessidade do uso de habilidade, uma atitude enérgica? Que tipo de atitude prática, os militares diante dessa orientação poderiam ter?

Na Informação[757], de caráter confidencial, que trata do II Encontro de Jornalismo de Londrina/PR, diz que o evento era para discutir questões referentes ao jornalismo no Brasil. O tema da palestra principal ou de abertura (Não está evidenciado no documento) proferida pelo

---

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73061420_d0001de0001.pdf.

[755]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019415_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010846_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83007934_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_DNF_0181_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77104179_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89072487_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82003737_d0001de0001.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80011211_d0001de0001.pdf.
BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88065309
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88065309_d0001de0002.pdf.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75087874_d0001de0002.pdf.

[756]Informação nº 610/16/AC/77.
Documento citado BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0004de0004 p. 56.

[757]Nº 647/16/AcT/78 / Difusão: AC/SNI -ARJ/SNI. Datado de 22 de maio de 1978, documento de 13 páginas que traz em anexo recortes de jornal. Evento ocorrido na Universidade Estadual de Londrina, cujo assunto título do documento é "*Movimento Convergência Socialista*".

jornalista conservador Carlos Chagas[758], foi "Jornalismo Político". No documento, os agentes descrevem o percurso político dos participantes, em sua maioria, militantes de organizações de esquerda, muitos já haviam sido presos e enquadrados como esquerdistas ou como "elementos possuidores de registros negativos na ACT/SNI". Neste encontro, a plenária fez várias perguntas ao palestrante sobre a Convergência Socialista. De acordo com o relato, boa parte da plateia era de apoiadores da Convergência. Para além disso, os agentes também relataram várias manifestações contrárias ao regime. No entanto, foi sobre a Convergência Socialista e o jornal Versus que os agentes focaram seus relatos, anexando edição do jornal e informando os locais de distribuição em Curitiba e nas cidades do interior do Estado do Paraná. No jornal *Versus* apreendido e anexado, a informação dada pelos agentes diz que os negros do *Afro-Latino América* se posicionavam em torno da formação da nação brasileira, além de discutirem questões em torno da luta negra contra a ditadura e pela frente socialista. A relação do *ALA* com a Convergência Socialista estava posta tanto nos registros dos órgãos de repressão, quanto no próprio suplemento do jornal *Versus,* descrito na matéria "Nós na Convergência" e anexada ao documento[759].

Todas as ações da Convergência Socialista foram vigiadas, bem como o *Versus*, com registro de todas as reuniões e lideranças, seguida da ficha de cada um deles. Na II Reunião Nacional da Convergência Socialista que ocorreu em São Paulo, no dia 19 março de 1978, segundo o relato, compareceram em torno de 600 pessoas e nela estavam na mesa os dois únicos negros: Hamilton Bernardes Cardoso e Neusa Maria Pereira. "Ela "indicada pela plenária" - como representante das mulheres e jornalista, participante do grupo Afro-Latino América" e ele descrito como editor do Jornal Versus como bancário e representante do "Grupo negro Afro-Latino-América". Estava em discussão o programa de lutas da CS, constava no item dos direitos dos setores super explorados da sociedade, a luta pelos direitos das mulheres, dos indígenas e dos negros, os quais eram "pela democracia racial, pleno direito de autodeterminação dos negros, pela igualdade dos direitos da mulher no trabalho e na sociedade, pelo fim do genocídio aos índios, pela autodeterminação dos índios". Consta, ainda, em outra Informação[760], com origem no SNI, também confidencial e urgente, sobre a

[758]O jornalista Carlos Chagas, foi secretário de imprensa do ex-presidente o Costa e Silva.

[759]Informação nº 0477 /116/ACT/78. Data: 22 de maio de 1978. Assunto: Movimento Convergência Socialista. Origem: SNI Agência Curitiba. Difusão: AC/SNI -ARJ/SNI. Em anexo vem cópia de recortes do jornal *Versus.* Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001615_d0001de0001.pdf, p. 2/52.

[760]Informação nº566/16/AC/78, de 30 de agosto de 1978. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113911_d0001de0001. A orientação de capa neste documento é para: Registrar, Conhecer, Acompanhar.

"Convergência Socialista - Finalidades, Atividades e Evolução", o lançamento desta organização em 28 de janeiro de 1978 na PUC/SP. Relata que o evento teve representação de vários estados brasileiros, dos segmentos dos estudantes, professores, bancários, oposição sindical.

Segundo este documento, o encontro de lançamento da Convergência Socialista, fora patrocinado por várias organizações, entre elas o jornal *Versus* e grupo Afro-Latino-América, este, apontado como organismo de frente legal para atuação junto ao chamado "MOVIMENTO NEGRO"[761]. Havia um entendimento truncado das agências, uma vez que nesta informação, os agentes tratavam o *Versus* como jornal e o *ALA* como grupo. Esse mesmo documento apresenta o registro de toda movimentação da Convergência Socialista no sentido de formulação de núcleos e com vistas à construção do Partido Socialista, bem como a declaração de apoio dos socialistas naquele momento de eleição ao MDB, até então único partido legal de oposição. Esse documento vem com a orientação para "registrar, conhecer e acompanhar" o andamento da organização.

No que diz respeito ao *ALA*, outro documento[762] descreve que em 7 de julho de 1978, "o grupo "AFRO-LATINO-AMÉRICA", auxiliado pelo "Núcleo Negro Socialista", realizou uma manifestação contra o racismo em São Paulo/SP, destacando-se a presença do agitador negro, naturalizado norte-americano, Abdias do Nascimento. O relato faz referência a presença do Abdias no ato público do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial. Em referência ao Programa de Ação do futuro Partido Socialista - PS, tirado na primeira Convenção Nacional da Convergência. A pauta referente ao segmento negro constava de propostas que demonstravam a forte atuação das lideranças negras tanto na construção da Convergência quanto na luta pela redemocratização do país. A Convergência Socialista expunha em todo o seu programa de ação demandas do movimento negro, como consta no texto do documento:

> Pela democracia racial, pelos direitos dos trabalhadores negros:
> a. contra a discriminação racial e efetivas igualdades de oportunidades entre brancos e negros;
> b. para trabalho igual, salário igual;
> c. pelo ensino obrigatório nas escolas da história e cultura negras;
> d. pelo direito de livre organização e manifestação política, cultural, religiosa e social dos negros[763].

[761]No próprio documento consta a escrita com letras maiúsculas entre aspas, chamando atenção para as organizações.
[762]Informe nº 4105/31/ AC/ 78.
[763]Informe nº 4105/31/ AC/ 78.

Consta ainda neste documento, o relato sobre uma vistoria feita em 22 de julho de 1978, pela polícia na residência funcional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT, que também era sede do jornal *Versus* em Brasília. De acordo com o documento, tal ação foi em função de investigações "sobre tráfico de entorpecentes". Esse documento do SNI, como os outros demonstram a imbricação do jornal Versus com a Convergência e suas propostas de ação, e também os mecanismos de pressão dos militares sobre a Convergência e o *Versus*, na medida em que fomentam criminalizar seus representantes ou ativistas. O documento também registra a Convenção Nacional da Convergência Socialista realizada em 20 de agosto de 1978 em São Paulo. Conforme já dissemos, registra a presença de Hamilton Cardoso como membro da mesa, apontando-o como "Edmilson ou Hamilton", e que ele falou em nome do "Núcleo Negro de São Paulo". Segundo o relato, durante a I Convenção da CS, ocorreu a prisão de várias lideranças internacionais que estavam presentes na Convenção, dentre essas inclusive, da argentina Rita Luiták Estrasberg, que havia chegado há 10 dias para acompanhar as atividades do jornal *Versus*. Na descrição, há a preocupação dos agentes com a organização das "forças" de esquerda, coadunadas com o Comunismo Internacional para a formação de um partido político, que seria dominado pelas alas mais radicais da esquerda brasileira.

No que concerne as prisões efetuadas, o documento[764] de 8 de setembro de 1978 que trata dos Depoimentos de Militantes da Convergência Socialista, os colaboradores do Versus são induzidos a falar de suas atividades junto ao jornal. Nestes depoimentos, em que muitas vezes são dados os nomes dos responsáveis pela redação do Versus, fala-se do núcleo da CS, que atua no jornal. Em um dos depoimentos, a depoente cita a existência de vários núcleos da CS. Entre os citados, o núcleo negro que certamente seria o *ALA*. Há também nomes listados pela agência de pessoas ligadas a CS e as organizações a que pertencem, dentre eles o nome de Neusa Maria Pereira, pertencente "ao grupo Afro-Latino América". Uma das detidas, em depoimento ao DOPs/SP, sendo interrogada sobre as ações e membros da CS, relata que:

> o grupo Afro-Latino-América é uma editora do jornal "VERSUS", criada por Marcos Faerman mais ou menos em agosto ou setembro de 1977, com a finalidade de discutir a posição atual do negro no Brasil; que, este grupo, como um todo, não participa da CS[765].

[764]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114132_d0001de0001. Informe nº 4262/31/AC/78, de 8 de setembro de 1978, p. 3.
[765]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114132_d0001de0001, p. 53.

Neste mesmo depoimento, são revelados os nomes e as organizações a que representam os membros da CS, dentre os participantes aparecem os nomes de Hamilton Bernardes Cardoso, indicado como sendo do Versus, e Neusa Maria Pereira, do Afro-Latino América. Na medida em que essa é uma lista dada por um depoente com nome e organização, dá a entender que *Versus* e *ALA* são organizações independentes entre si. Em outro depoimento, um rapaz, sobre o *ALA*, alega que "tem conhecimento a respeito da Seção do negro Socialista, cujo coordenador é Hamilton Bernardes Cardoso". A partir da leitura dos depoimentos de cada colaborador do Versus preso no DOPs/SP, entendemos que para cada resposta dos depoentes há perguntas feitas pela instância de detenção. Nessa perspectiva, havia por parte dos inquiridores interesse em saber da atuação dos militantes do Afro-Latino América e do Núcleo Negro Socialista atuando no Versus. No que diz respeito à participação das lideranças negras, no Pedido de Busca nº 169/19/AC/78, sobre o Núcleo Negro Socialista, datado de 13 de setembro de 1978[766], informa que este núcleo, era composto por: Jornalistas, trabalhadores e colaboradores do jornal "*VERSUS*" e formado pelo "Centro de Luta Afro-Latino América"; e pelo "Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial". A agência pede ainda os dados de qualificação e antecedentes, bem como verificar as suas posições em face da legislação para saber se eram legais ou ilegais.

Em resposta ao referido Pedido de Busca, na informação, datada de 06 novembro de 1978[767], sob o assunto "Antecedentes dos Integrantes do Jornal "Versus"" – SP", estão listados os integrantes do Jornal Versus; os que passaram pelo jornal, seja ilustrador, jornalista, auxiliar de serviços gerais...todos. Suas funções no jornal, seus antecedentes criminais, relações familiares, de amizade e políticas...tudo. A referida informação apresenta uma lista com os sócios do jornal *Versus*, todos listados com seus "antecedentes". Na listagem aparece o nome de Neusa Maria Pereira como jornalista do "Diário de Comércio e Indústria" e o nome de Hamilton[768] Bernardes, da TV Cultura. Até aqui, não encontramos nenhum documento que ateste essa sociedade, mas a efetiva colaboração dessas lideranças na construção e edição do *ALA*. Fica posto que muitos daqueles que de alguma forma estavam envolvidos na produção do jornal já haviam sido presos pelos órgãos de repressão - inclusive Marcos Faerman - ou tinha envolvimento com organizações de esquerda combatidas pelos

[766]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001%20(1). pdf, p. 16.
[767]Informação nº 5603/119 /ASP/ 78 de 6 de novembro de 1978. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
DOC: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001 (1), p. 2-3.
[768]No documento o nome de Hamilton Bernardes Cardoso está assim, grafado sem H. O documento não diz se ele era integrante ou representante da TV Cultura.

militares. Esse olhar sobre as denúncias do MN em torno da falsa democracia racial existente no Brasil, publicados nos jornais da imprensa negra, denunciam também o sentido e sentimento dos agentes dos órgãos de repressão sobre a questão racial e como esse sentimento é exposto nas suas ações e atuações, no seu fazer dentro das agências que representam. Na matéria, do *Jornal de Brasília*, de 20 de junho de 1976, jornalistas, entre eles Marcus Faerman, discutem as questões que envolvem a censura à imprensa, em especial a imprensa nanica ou alternativa. Sobre a questão do racismo, os jornalistas fazem o seguinte relato:

> A Censura tem estórias engraçadas. Os jornalistas contaram algumas delas: os censores parecem não gostar de determinadas palavras e demonstram especial aversão a temas e matérias que denunciam a existência de problemas raciais (Racismo) no Brasil. Numa matéria da coluna especializada 'em xadrez do Opinião, riscaram uma frase que dizia: "As pretas em inferioridade". Noutra ocasião, um título do Movimento "A revolução na psicanálise" teve a palavra "revolução" cortada. São cortadas sistematicamente palavras corno "camponês" e "operário" (Recorte do Jornal de Brasília, 20 de junho de 76, manchete: "Ao ar livre, imprensa "nanica" abre o debate"[769].

O relato dos jornalistas deixa explicita a censura dos órgãos de repressão sobre a questão racial no Brasil. O interdito garantia o incontestável: negar o racismo no Brasil era necessário para afirmar a democracia racial. Havia uma aversão a qualquer coisa que remetesse a questão racial no Brasil, tanto institucionalmente quanto socialmente. Para os militares, ignorar o problema racial no Brasil era a garantia de sua inexistência. Enquanto o movimento negro entendia que o silencio do Estado brasileiro em relação ao racismo, era a garantia da sua manutenção. A censura sobre o racismo no Brasil era para os militares também uma forma de evitar a exposição do país no contexto internacional. A preocupação das agências do SNI com as relações externas do MN está expressa, em documento[770] que mostra uma entrevista de um correspondente do *ALA*, sobre a luta revolucionária dos negros na África do Sul, matéria intitulada "A Classe Operária Negra Carrega o Peso da História". Essa entrevista foi transcrita da revista *"Perspectiva Mundial"*[771], uma publicação socialista dos

---

[769]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099324_d0001de0001.pdf. Informação nº 984/s-103.1/ Brasília, 7 de julho de 1976. Assunto: MESA REDONDA DA "IMPRENSA INDEPENDENTE"/ Origem: C I E / ANEXO: Recorte do "Jornal de Brasília", de 20 junho de 1976.

[770]Informação de nº 0761/CISA-RJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003595_d0001de0001.

[771]A revista socialista Perspectiva Mundial foi publicada de janeiro de 1977 a junho de 2005, quando foi fundida com o semanário Militante e alguns meses depois foi rebatizada de Militant. A revista traz matérias sobre todos os movimentos de esquerda no mundo, inclusive no Brasil. Descrita sob o título*: Perspectiva Mundial: uma revista socialista destinada a defender os direitos do povo trabalhador*. A revista está toda digitalizada, e seus exemplares na integra podem ser baixados e lidos em inglês ou espanhol pelo site: https://www.themilitant.com/PM/pm_archivo.html . Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

Estados Unidos, publicada em inglês e espanhol, sob a responsabilidade da Organização Trotskista filiada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, *"Socialist Workers Party - SWP"* (Partido Socialista dos Trabalhadores). Diante do histórico da revista, os agentes chegam à conclusão de que este seria "um fato a mais para comprovar a ideologia e a filiação internacionalista do PST brasileiro e para colocar essa sua publicação - VERSUS - a margem da lei".

Como vimos, a referência ao *ALA* e suas lideranças são mencionadas nos relatos das agências de vigilância através de seus agentes e nos depoimentos de membros ou simpatizantes da CS, quando interrogados pelas agências da Polícia Federal[772]. Ainda que com relatos ou entendimentos controversos, as informações estão postas, bem como o reconhecimento dos órgãos de repressão da atuação do núcleo de negros dentro da Convergência. O posicionamento do núcleo negro diante da formação de uma frente socialista, através da ação política da Convergência é mais um indício da presença negra, impondo sua atuação e percepção política no contexto da luta das esquerdas e contra a repressão, muito longe da tutela indicada pelas agências. Quanto ao *Sinba*, também há documentos do Arquivo Nacional que confirmam a vigilância dos órgãos de repressão ao jornal homônimo representativo da organização Sociedade Intercâmbio Brasil África. A vigilância em torno do jornal se manteve através do acompanhamento e observação, como apontam os registros.

A primeira edição do jornal consta de julho de 1977. Em 3 de novembro deste mesmo ano, foi protocolada na Agência Central a Informação nº 0845 /19/AC/77, sob o assunto: Racismo Negro no Brasil: "Sociedade De Intercâmbio Brasil-África": Jornal *"SINBA"*[773]. Essa informação foi distribuída para vários órgãos entre eles o Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro – *DPF/RJ,* o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (*CISA*), o Centro de Informações do Exército – CIE, com um exemplar do jornal anexado. Parece-nos que o primeiro contato dos agentes com o jornal foi mediante a distribuição ou venda do mesmo em Niterói.

O exemplar do jornal foi avaliado minuciosamente e segundo os agentes: "Todas as matérias veiculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo

---

[772]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114132_d0001de0001.

[773]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004.
INFORMAÇÃO nº 2 0845 /19/AC/77. Data: 03 nov. 77. Origem: PRG 249 6 5/77. Referência: INFÃ0. 822/19/AC/77 (Menos para o CIE e CISA). Difusão: CH/SNI-SG/CSN-Cl/DPF-ARJ-CIE-CISA. Anexo: Cópia xerox do jornal "SIMBA" - Ano I, nº 2, I, edição de Jul 77. p. 68-76.

racial razão pela qual tal publicação configura-se contrária aos interesses nacionais". Os agentes em sua avaliação alegam que o jornal não elencava os nomes dos diretores e redatores e nem o endereço da gráfica onde havia sido impresso, por isso a orientação era para que fosse enquadrado na Lei de Imprensa, visto que segundo eles: O jornal em apreço contraria as prescrições dos Art. 72, em seus parágrafos 12 e 22 e Art. 14, da Lei número 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. O que daria aos responsáveis pelo jornal pena de 1 a 4 anos de detenção.

No entanto, na segunda página do jornal, encontra-se impresso o expediente constando o nome completo tanto do diretor responsável e dos redatores, quanto um endereço da Caixa postal para correspondência. Esse fato comprova que as cautelas descritas por Amauri Mendes, indicadas anteriormente, então redator do jornal, não eram em vão, ainda que seu depoimento traga a tranquilidade do distanciamento histórico. Cabe destacar que a matéria de capa do jornal: "Depoimento de um líder estudantil de Soweto", expôs uma reportagem sobre os protestos dos negros do bairro de Soweto, contra a política racista do governo e do regime oficial do Apartheid na África do Sul. A política do Apartheid se iniciara em 1948 e em 1976, ano da reportagem, ocorreu o massacre de Soweto, com repercussão mundial. O jornal publicou também matérias que tratavam das lutas de libertação na África, além das discussões em torno do racismo, críticas sobre o próprio movimento negro e poesias de escritores africanos.

O *Sinba* se descrevia como sendo criado para ser "um "lugar de debates" onde todos podem e devem participar". Se colocava também como um veículo de divulgação dos movimentos que lutavam contra o racismo e a colonização com especial interesse no noticiário sobre a realidade dos negros africanos que lutavam na Rodésia, Namíbia e África do Sul. O surgimento do *Sinba* está também registrado em documento do Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal[774]. Esse informe menciona relatos sobre o movimento Black, porém sua descrição está mais voltada para as organizações e publicações negras em Porto Alegre. No entanto, destaca-se no final do documento, o relato sobre o jornal:

> Em julho de 1977, foi lançado, principalmente na área **de** NITERÓI/RJ a edição nº 1 do Jornal "SINBA", órgão **de** divulgação da **"SOCIEDADE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA". A** publicação foi vendida ou **o**ferecida gratuitamente aos que **se** mostraram indiferentes aquele assunto.
> Todas as matérias vinculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo racial, razão pela qual tal publicação configura-se contrária aos interesses nacionais. O jornal "SINBA" **-** foi criado, principalmente,

[774]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001. Superintendência Regional no Rio Grande Do Sul. Datado em Porto Alegre, 22 de agosto de 1978, sob o assunto: Movimento Nacional dos Blacks. Informe: Nº22-036/78/SI/SRT/DPF/RS. Origem: CEI/DPF / Avaliação: A-I / Difusão: APA/SNI/ IIIº EX. Vº COMAR.

> como veículo de divulgação dos movimentos que lutam contra o racismo e o colonialismo, dando especial atenção ao noticiário sobre a realidade dos povos africanos que lutam na Rodésia, Namíbia e África do Sul, porém, até o momento, não se tem conhecimento de novas edições (p. 5)[775].

Chama-nos a atenção o fato de que esse documento com origem e carimbo do Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Sul, com difusão para o SNI e o III Exército, consta informes sobre os eventos e ações do MN em Porto Alegre. O informe discorre sobre o movimento Black, seus bailes e a cultura Black, que naquele ano com certeza já se espalhara pelo Brasil inteiro, pois como o próprio documento diz, o "movimento Black penetrou em todos os países com população negra jovem como era o caso do BRASIL"[776]. É sabido que o "soul" movimentou os bailes negros por quase todo país e pelo registro, não foi diferente naquela capital e estado que ainda hoje é considerado o "território branco" do Brasil. Assim, os agentes que escreveram esse documento fizeram também a sua análise dos movimentos descritos: movimento Black, revistas e jornais negros:

> Esses movimentos revelam o incremento das tentativas subversivas de exploração de antagonismos raciais em nosso país, merecendo *uma* observação acurada das infiltrações no Movimento "black', tendo em vista que se porventura houver incitação de ódio ou racismo entre o povo, caberá a Lei de Segurança Nacional[777].

O jornal teve seu nascimento também registrado em documento protocolado na Agência Central do SNI da seguinte forma:

> 1- O "JORNAL SINBA", órgão de difusão da "Sociedade de Intercâmbio Brasil-África", foi fundado no Rio em 1977.
> 2 - Editou, no entanto, apenas um número. Nessa ocasião tinha como endereço a Caixa-Postal 627, 20.000, Rio de Janeiro, e seu diretor-responsável era CARLOS ALBERTO SILVEIRA.
> 3 - Agora, em abril 79, editou seu número dois, com os seguintes elementos constando de seu expediente:
> Redatores; AMAURI MENDES PEREIRA e YEDO FERREIRA; /
> Secretários de Redação: CÉLIO DE OLIVEIRA e SUZETE PAIVA DOS SANTOS; /

---

[775]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001. Superintendência Regional no Rio Grande Do Sul. Datado em Porto Alegre, 22 de agosto de 1978, sob o assunto: Movimento Nacional dos Blacks. Informe: nº 22-036/78/SI/SRT/DPF/RS. Origem: CEI/DPF / Avaliação: A-I/ Difusão: APA/SNI/ IIIº EX. Vº COMAR. Os grifos e destaques são do próprio documento.

[776]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001.Superintendência Regional no Rio Grande Do Sul. Datado em Porto Alegre, 22 de agosto de 1978, sob o assunto: Movimento Nacional dos Blacks. Informe: nº 22-036/78/SI/SRT/DPF/RS. Origem: CEI/DPF / Avaliação: A-I/. Difusão: APA/SNI/ IIIº EX. Vº COMAR.

[777]Esse mesmo texto aparece no Informe Nº 318/01/78/CI/DPF, DE 14 DE AGOSTO DE 1978. Esse documento é um encaminhamento de informes para a Agência Central, p. 6. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001 0 (P. 26).

> Ilustração: JORGE MIRANDA TEODORO e TOGO IORUBA
> Diagramação: OLYIIPIO MARQUES DOS SANTOS; /
> Colaboração; JOSÉ RICARDO D'ALMEIDA, OLYMPIO MARQUES DOS SANTOS e TIERNO GUEYE;
> Distribuição: CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA;
> Redação: Av. Mem de Sã 208, Rio; Mesma Caixa Postal; e Impressão: Gráfica Itambé SA, rua Leandro Martins 72, Rio[778].

Cabe observar que o documento é um informe, uma descrição simples, de uma página, sem nenhuma avaliação ou comentário, nem mesmo na capa do documento. No entanto, no ano seguinte, a agência central do SNI apresenta novo informe[779], datado de 11 de dezembro de 1980[780], cujo fim era o de registro na agência. Observa-se que este documento encaminhado um ano e meio depois do anterior, mostra poucas alterações em seu registro, somente na composição dos colaboradores, neste aparecem como tal: Pedrina de Deus, José Rufino dos Santos (Com certeza, Joel Rufino – o historiador), Darcy Policarpo, Léa Garcia, Plínio Meneses Lopes e agora com revisão de Estela C. Monteiro. Assim sendo, percebemos que até esse momento da pesquisa, os documentos citados sobre o jornal *Sinba* a que tivemos acesso, mostram um jornal vigiado, tendo os envolvidos em sua produção devidamente nomeados. Porém, esses documentos aparecem com espaçamento em média de um ano entre eles, mas com registro sempre retroativo ao surgimento do jornal.

Entretanto, quando observamos os relatos dos agentes em torno da instituição "Sociedade de Intercâmbio Brasil-África", organização representada por este periódico, os relatos se referem aos integrantes do *Sinba* como “os radicais”, como já descrito anteriormente. Vale lembrar que este jornal consta registrado pelas agências do SNI tanto enquanto organização, quanto como publicação do MN, da seguinte forma: “Associação de Intercâmbio Brasil-África, que edita o jornal ‘*SINBA*’”. Explicitando que os agentes entendiam a natureza do jornal como órgão divulgador das ideias da instituição; enquanto no caso do *ALA*, é possível que os agentes tenham criado uma ideia de uma instituição para justificar o jornal.

Para além do *Sinba* e do *ALA*, outros jornais foram vigiados e registrados pelo SNI e seus órgãos de vigilância, como ocorreu no Informe Confidencial de 18 de agosto de 1978[781],

---

[778]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001847_d0001de0001. Origem: CISA-RJ Tipo: INFÃO nº 500. DATA; 04.06.79. Classificação: Confidencial Assunto: "JORNAL SINBA". Grifos do documento.
[779]Documento citado, Informe Nº 206/119/ARJ/ 80.
[780]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80004112_d0001de0001 (1).
[781]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113352_d0001de0001. Pedido de Busca nº 146/19/AC/78, de caráter confidencial.

que trata sobre: “Partido Socialista dos Trabalhadores - Lançamento de Publicações”. O documento com difusão direta do SNI revela informações sobre a criação de novas ou outras publicações da Convergência, dentre elas, o já citado jornal *Abertura e Versus* e as também citadas revistas *Tição e Paralelo.* Diante dos documentos presentes nos arquivos do SNI, que apresentam registros de publicações de jornais negros, em várias regiões do país, os aqui registrados e alguns outros, entendemos que a década de 1970 foi o novo marco do ressurgimento da IN, concebida na categoria de imprensa alternativa.

Diversos jornais foram publicados, trazendo como pauta as questões raciais no Brasil e a luta pela redemocratização. Independente de representarem ou não organizações, da efemeridade de cada publicação, o fato é que durante a ditadura o movimento negro foi profícuo na produção de uma imprensa combativa, com jornais que foram registrados nos órgãos de repressão e seus produtores e idealizadores vigiados. No que diz respeito à periodização da imprensa negra, caberá novas pesquisas que tracem o registro do surgimento de jornais para além do circuito de São Paulo, em especial a partir da década de 1960 por todo Brasil, como sugeriu Joselina da Silva[782] “antecipar o marco da terceira fase” ou com um pouco mais de fôlego, reafirmar ou não a periodização estabelecida, apresentando um novo marco (Ou fase) em que os jornais nascidos na década de 1970 e os posteriores da década de 1980, estejam inseridos na historiografia da Imprensa negra.

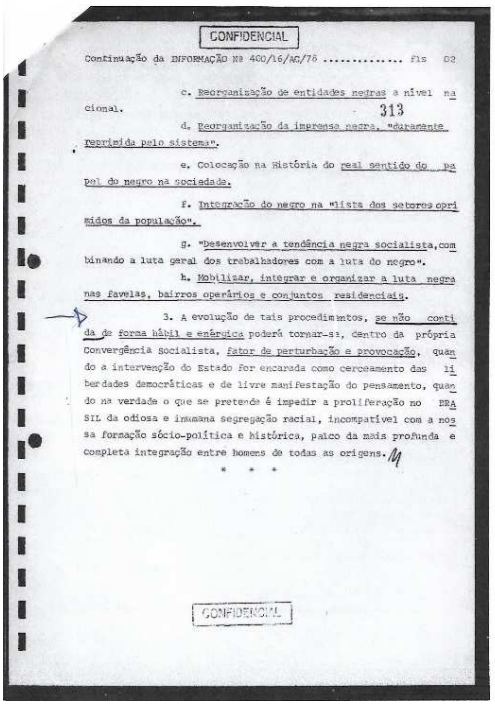
Tendo em vista os aspectos observados nos jornais pesquisados e de acordo com os documentos analisados, ambos nascem no mesmo ano, em 1977, no mesmo contexto político e na mesma luta em especial, no que diz respeito e o *ALA*, que contava com a infraestrutura do Versus. Esse suporte, ainda que mesmo para este a estrutura não fosse a ideal, o *Versus* contava com uma rede de colaboradores, alguns financiadores o que lhe permitia uma tiragem e distribuição maior. Tinha também um raio de alcance entre vários setores sociais por ser um jornal da imprensa alternativa, no contexto da imprensa branca escrita, produzida e consumida principalmente por setores da classe média e da intelectualidade. Esse diferencial colocava o suplemento negro *ALA*, ao nosso ver, numa posição mais favorável tanto no que diz respeito a tiragem, quanto no que diz respeito ao alcance de suas discussões na sociedade, sobretudo entre a classe média branca, demarcando a questão racial entre setores que o *Sinba* não tinha acesso.

O jornal *Sinba*, numa característica da imprensa negra, não contava com meios financeiros para publicação. Sua maior tiragem, três mil exemplares nem de longe se

[782]SILVA, op. cit., 2009, 204.

comparava com a tiragem inicial do *Afro-Latino América/Versus* de doze mil exemplares[783]. No entanto, apesar dessas diferenças em muito convergia as duas publicações, por serem jornais da imprensa negra. A luta antirracista era a principal bandeira, somada à luta contra a repressão e pela redemocratização do país. Outro ponto de afluência eram as matérias sobre as lutas revolucionárias na África, a partir da visão de seu próprio povo, na tentativa de popularizar e tornar acessível às falas e discursos de poetas, escritores e lideranças, que lutavam no continente contra a colonização e pela libertação dos povos africanos, também no formato de distribuição *tête-à-tête*, para além, é obvio, da vigilância e perseguição dos órgãos de repressão. Percebemos que nos documentos há diferenças entre os relatos dos diversos agentes que registram as ações do movimento negro e da imprensa negra, alguns agentes com percepções mais analíticas outras mais passionais, como era comum entre os agentes. No que diz respeito à questão racial, porém, é ponto em comum taxar o movimento negro e a imprensa negra como subversivos infiltrados por comunistas, propagadores do racismo com objetivo de fomentar tensões internas num país essencialmente aberto a miscigenação e a boa convivência inter-racial. A seguir, as figuras dos jornais da época que retratavam e representavam essas questões.

Figura 28 – Informação ACSNI



CONFIDENCIAL

Continuação da INFORMAÇÃO Nº 400/16/AC/78 ..... fls 52

c. Reorganização de entidades negras a nível nacional.

313

d. Reorganização da imprensa negra, "duramente reprimida pelo sistema".

e. Colocação na História do real sentido do papel do negro na sociedade.

f. Integração do negro na "lista dos setores oprimidos da população".

g. "Desenvolver a tendência negra socialista, combinando a luta geral dos trabalhadores com a luta do negro".

h. Mobilizar, integrar e organizar a luta negra nas favelas, bairros operários e conjuntos residenciais.

3. A evolução de tais procedimentos, se não contida de forma hábil e enérgica poderá tornar-se, dentro da própria Convergência Socialista, fator de perturbação e provocação, quando a intervenção do Estado for encarada como cerceamento das liberdades democráticas e de livre manifestação do pensamento, quando na verdade o que se pretende é impedir a proliferação no BRASIL da odiosa e insana segregação racial, incompatível com a nossa formação sócio-política e histórica, palco da mais profunda e completa integração entre homens de todas as origens.

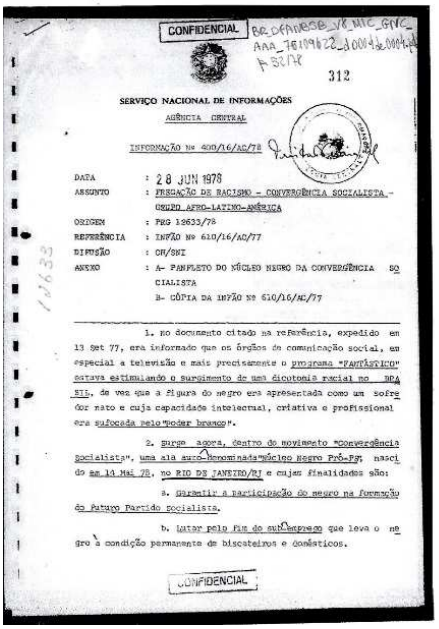
* * *

CONFIDENCIAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d00014de0004. Pdf, p. 52/78.

[783]*Afro-Latino-América*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 11.

Figura 29 – Informação CS ALA



CONFIDENCIAL

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d00014de0004

312

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 400/16/AC/78

DATA : 28 JUN 1978

ASSUNTO : FRUSTRAÇÃO DE RACISMO - CONVERGÊNCIA SOCIALISTA - GRUPO AFRO-LATINO-AMÉRICA

ORIGEM : FRG 12633/78

REFERÊNCIA : INFÃO Nº 610/16/AC/77

DIFUSÃO : CH/SNI

ANEXO : A- PANFLETO DO NÚCLEO NEGRO DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

B- CÓPIA DA INFÃO Nº 610/16/AC/77

1. No documento citado na referência, expedido em 13 Set 77, era informado que os órgãos de comunicação social, em especial a televisão e mais precisamente o programa "FANTÁSTICO" estava estimulando o surgimento de uma dicotomia racial no BRASIL, de vez que a figura do negro era apresentada como um sofredor nato e cuja capacidade intelectual, criativa e profissional era sufocada pelo "poder branco".

2. Surge agora, dentro do movimento "Convergência Socialista", uma ala autodenominada "Núcleo Negro Pró-PT" nascido em 14 Mai 78, no RIO DE JANEIRO/RJ e cujas finalidades são:

a. Objetivar a participação do negro na formação do futuro Partido Socialista.

b. Lutar pelo fim do preconceito que leva o negro à condição permanente de biscateiros e domésticos.

CONFIDENCIAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d00014de 0004. Pdf, p. 52/78.

Figura 30 – Logotipos ALA



1ª Seção Afro-Latino-América

AFRO-LATINO-AMÉRICA

A partir deste número, uma seção permanente de Versus

Afro-Latino-América, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas - prova de vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo - vêm sendo avaliadas com maior exatidão e reunita da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana. Uma das fontes de inspiração de Afro-Latino-América é a imprensa negra, que por seis décadas viveu na sociedade brasileira (imprensa que foi lembrada este ano, com a exposição realizada dentro da Quinzena do Negro, que marcou o ano 80 da Abolição).

Desde 1961, ano em que circularam os últimos periódicos negros, até recentemente, houve um intervalo em que a criação cultural de expressão negra entrou em recesso. Agora que a questão racial ressurge como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define novos padrões de convivência racial em todo o mundo.

afro latino américa

Este jornal é meu revólver e meu sorriso

3ª Seção Afro-Latino-América

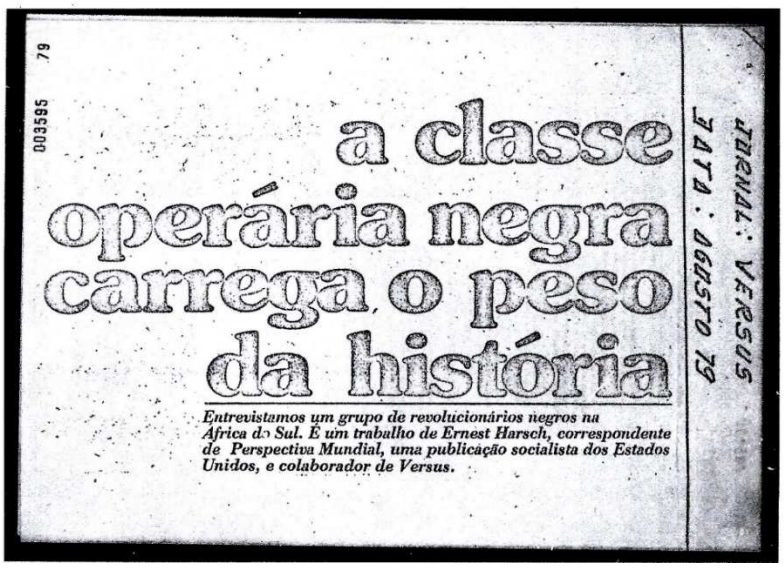
Afro Latino América volta em seu terceiro número. Ainda não estamos satisfeitos, afinal as dificuldades sempre existiem, isto porém, não diminui a força de nossa vontade. E preciso elucidar a mais pessoas o que acontecem ao negro, porque os nossos problemas afetam todos brasileiros.

Neste número, começamos a esboçar os primeiros passos a caminho do objetivo final: a discussão do negro no mundo e na América. Traremos em nossas páginas buscaremos uma discussão da nossa realidade histórica, o processo de abolição da escravatura, (Lei do Ventre Livre à Abolição), 89 anos de «Democracia Racial» e os esforços feitos no Brasil e no mundo à procura da liberação do negro, na África e Diáspora, e os empecilhos colocados em nossos caminhos.

américa negra

Fonte: 1ª Seção Afro-Latino América/Versus nº 12, julho-agosto 1977 / 3ª Seção Afro-Latino América/Versus nº 14, setembro 1977.

Figura 31 – Matéria do ALA Classe Operária Negra *Versus*



003595 79

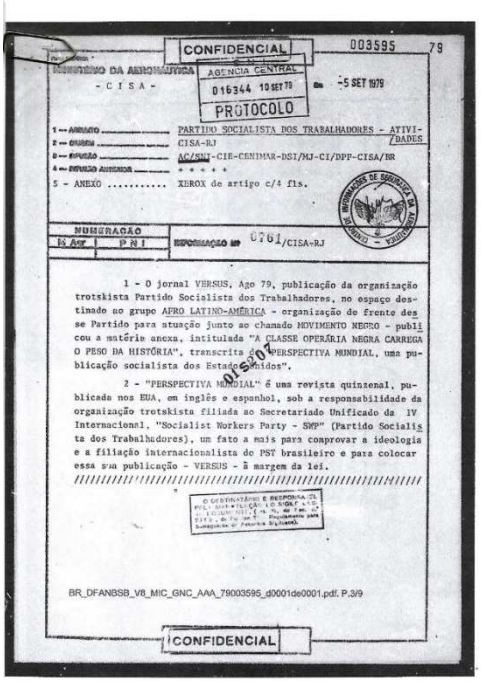
a classe operária negra carrega o peso da história

Entrevistamos um grupo de revolucionários negros na Africa do Sul. É um trabalho de Ernest Harsch, correspondente de Perspectiva Mundial, uma publicação socialista dos Estados Unidos, e colaborador de Versus.

JORNAL: VERSUS
DATA: AGOSTO 79

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003595_d0001de0001. Pdf, p. 3,4/9.

Figura 32 - PST Operário Negro



CONFIDENCIAL
003595 79
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
- C I S A -
AGÊNCIA CENTRAL
016344 19SET79
PROTOCOLO
5 SET 1979

1 - ASSUNTO: PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES - ATIVIDADES
2 - ORIGEM: CISA-RJ
3 - DESTINO: AC/SNI-CIE-CENIMAR-DSI/MJ-CI/DPF-CISA/BR
4 - NÚMERO ANEXOS: + + + +
5 - ANEXO: XEROX de artigo c/4 fls.

NUMERAÇÃO: N Ass: P N I
INFORMAÇÃO Nº 0761/CISA-RJ

1 - O jornal VERSUS, Ago 79, publicação da organização trotskista Partido Socialista dos Trabalhadores, no espaço destinado ao grupo AFRO LATINO-AMÉRICA - organização de frente deste Partido para atuação junto ao chamado MOVIMENTO NEGRO - publicou a matéria anexa, intitulada "A CLASSE OPERÁRIA NEGRA CARREGA O PESO DA HISTÓRIA", transcrita da "PERSPECTIVA MUNDIAL, uma publicação socialista dos Estados Unidos".

2 - "PERSPECTIVA MUNDIAL" é uma revista quinzenal, publicada nos EUA, em inglês e espanhol, sob a responsabilidade da organização trotskista filiada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, "Socialist Workers Party - SWP" (Partido Socialista dos Trabalhadores), um fato a mais para comprovar a ideologia e a filiação internacionalista do PST brasileiro e para colocar essa sua publicação - VERSUS - à margem da lei.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003595_d0001de0001.pdf, P.3/9

CONFIDENCIAL

Fonte: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d00014de0004. Pdf, p. 52/78.

6 O OLHAR BIFRONTE: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO MILITAR E A QUESTÃO RACIAL

A construção do Brasil ufanista tem início com a história do IHGB (1838) ainda no século XIX. Parte da elite que o compunha, encarregou-se da elaboração de uma trajetória nacional, construindo marcos históricos para o recém emancipado país, priorizando os grandes acontecimentos, que deveriam privilegiar e enaltecer os feitos das elites que marcadas por diferenças ideológicas e interesses político regionais vão discutir uma identidade para o Brasil com vistas a compor a história nacional[784]. De acordo com Fico[785], o objetivo era integrar o país ao mundo ocidental e a sua tradição. O ponto pacífico seria enaltecer as belezas e riquezas naturais, o tamanho do território, o clima ameno, a ausência de desastres naturais e a "harmonia racial", fatores que comporiam as razões pelas quais os brasileiros deveriam se orgulhar do Brasil. Fico[786] cita o livro "Brasil país do futuro", de Stefan Zweig, traduzido em diversas línguas, como responsável pela disseminação do que comporia as chamadas positividades brasileiras, que traduziriam a singularidade e a positividade da nação. Esse conjunto de positividades posteriormente "configuraria um imaginário muito difícil de ser abalado". Para Fico[787], citando Skidmore, avaliza que "o golpe de 64 viera para atuar em duas frentes: a restauração da ordem interna e do prestígio internacional do Brasil, como explicitamente declarava o ato institucional emitido pelos três ministros em 9 de abril de 1964". De acordo com o historiador, o governo militar retomou os valores nacionais do Estado Novo, em especial a ideia da miscigenação, do convívio harmonioso das raças representado pela ideia de democracia racial.

Em relação à imagem do Brasil, a missão dos militares seria reforçar os "valores brasileiros" tendo em vista as características do povo: "pacífico" e "bom"; e do Brasil como terra sem conflitos raciais, cuja história incruenta garantiu-lhe a estabilidade necessária para o crescimento. Essa leitura otimista do Brasil era constantemente reforçada pelos militares, como no discurso do presidente Gal. Geisel, onde se encaminhou o início do processo de abertura política – e dos militares em geral – em especial no que dizia respeito à imagem do Brasil no exterior, quando relacionada à composição racial do povo brasileiro,

[784]Para compreensão do contexto político social da criação do IHGB e as discussões em torno das teorias raciais que direcionaram a ideia de nacionalidade brasileira ver: Schwarcz, Lilia Moritz. **Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
[785]FICO, op. cit., 1997, p. 16/38.
[786]Id., p. 30.
[787]Id., p. 48.

paradoxalmente, o calcanhar de Aquiles dos militares e da elite nacional. Se por um lado a composição racial com base na mestiçagem se constituiu como afirmou Munanga[788] na "peça central da ideologia racial brasileira", por outro lado, foi também uma das maiores preocupações da elite para a construção da identidade nacional. A identidade racial do Brasil, historicamente, configurou - se como a principal razão da leitura pessimista do país, tendo como base as dubiedades e contradições presente na formação da nação. No entanto, ela será a principal razão de orgulho apresentada pelos militares e sua grande preocupação no que diz respeito a imagem externa do Brasil.

Para Fico[789], sempre houve comoção em torno de notícias negativas sobre o Brasil vindas do exterior, neste sentido, as elites estavam convictas de que havia um desconhecimento sobre o país e por isso orquestravam-se campanhas difamatórias para manchar a imagem do Brasil. O historiador aponta que o próprio Geisel retomava essa discussão se referindo as "áreas problemas e zonas marginalizadas que continuavam a desafiar a capacidade dos governantes e a macular a consciência nacional e a imagem do país no exterior". Os militares e representantes do governo se sentiam constrangidos com a repercussão no exterior das restrições impostas no país pela ditadura, quando se tocava na violação dos direitos humanos, nas torturas e nas manifestações pela redemocratização do país e, certamente, naquilo que dizia respeito às relações raciais. Quaisquer dessas questões eram classificadas como "campanhas difamatórias" da imagem do Brasil no exterior. Havia um entendimento de que essas campanhas tinham o intuito de prejudicar os interesses políticos e econômicos do país, em especial em função do principal objetivo dos militares em relação à política externa que era torná-lo uma grande potência mundial.

Fico[790] assinala que a preocupação com a imagem externa do Brasil foi um dos fatores que contribuíram para a criação de órgãos de imprensa como a Assessoria Especial de Relações Públicas, ou a Assessoria de Relações Públicas (Aerp/ARP) da Presidência da República, ou a Assessoria Especial de Imprensa. Por meio da propaganda, essas agências buscaram construir para o país uma imagem sob a ótica valorizadora e grandiosa[791], porém ocultando o caráter ditatorial do governo. Para as agências de propaganda, alcançar os objetivos do governo não foi tarefa das mais fáceis, uma vez que não davam conta de

[788]MUNANGA, op. cit., 2008.
[789]FICO, op. cit., 1997, p. 46-49.
[790]Id., 1997.
[791]Durante seu governo, Getúlio Vargas, em 1939 criou o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, com estatuto de ministério. O DIP tinha como um dos objetivos propagar as ações do governo e a ideologia do regime por intermédio da propaganda política, publicações de livros, sendo também o órgão responsável por realizar o controle e a censura aos meios de comunicação, as manifestações artísticas. A esse respeito ver: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 9ª ed., 1990.

trabalhar a imagem do Brasil no exterior, em função das muitas dificuldades para atingir o público externo. De acordo com Fico[792], para enfrentar essa questão, os militares acabaram por financiar o trabalho de jornalistas correspondentes estrangeiros que, subsidiados pelo governo, deveriam divulgar nos grandes meios de comunicação no exterior, transmitindo-lhes o que seria a "verdadeira imagem do país"[793], através de matérias e informações.

Como foi tratado no capítulo 1, durante o regime militar, o foco da política era com a defesa do Estado, expressa na LSN. Neste sentido, estava demarcada a preocupação dos militares e das forças de repressão e vigilância, aqui caracterizadas pelo SNI, com a política interna e externa. Desse modo o MRE buscava consonância entre as ações que garantissem os interesses econômicos do país - fator determinante das ações deste ministério - e a defesa da soberania nacional. Nkosi, analisando o que chamou de variáveis internas e externas da política externa do Brasil, observou que ambos os fatores influenciam no processo de tomada de decisões, afirmando que essas variáveis são interdependentes. Nesse sentido, o pesquisador afiança que "a política de um Estado não pode atuar isoladamente quer no campo nacional ou internacional sem necessariamente usar, por sua vez, os fatores externos e internos para alcançar seus fins"[794]. Como variáveis externas, o pesquisador aponta os fatores da relação centro-periferia, tais como as questões econômicas e as configurações da conjuntura da política internacional, como a Guerra Fria. Nas variáveis internas aponta a percepção da diplomacia brasileira das variáveis externas, o processo decisório de abrir novos mercados visando o crescimento econômico - como estabelecer e restabelecer novas relações diplomáticas - e as mudanças na política interna, sem perder de vista a garantia da soberania nacional. À vista disso, o Pragmatismo Responsável que caracterizou a política externa no governo do general Ernesto Geisel, relacionou-se no plano interno com o processo de abertura lenta e gradual da política. Neste sentido, "à ampliação do diálogo, a busca do consenso alcançou tanto a política interna como a externa"[795].

[792]FICO, op. cit., 1997, p. 51.
[793]Grifo nosso.
[794]NKOSI, op. cit., 2017, p. 23.
[795]Id., p. 43.

6.1 **O olhar bifronte do MRE**

Segundo Adesky[796], o tema da multiplicidade de etnias e da diversidade cultural como valores republicanos também pode ser observado no plano internacional. A imagem do Brasil com toda essa pluralidade étnica já se observava desde a década de 1930, quando a mestiçagem ganhava um lugar positivo na construção da identidade racial. Nesse sentido, conforme já afirmamos em trabalho anterior[797], a ideologia da democracia racial embasou a política externa brasileira durante o governo militar e "marcou também o pensamento diplomático brasileiro". O Ministério das Relações Exteriores-MRE, a despeito da realidade das relações raciais no Brasil, cada vez mais nítidas tanto interna quanto externamente - em especial depois dos resultados obtidos com os estudos da UNESCO - seguia afirmando a unidade do povo brasileiro em função da convivência harmônica conquistada ao longo de sua história. Para os militares, essa convivência harmônica entre as diversas raças permitiu ao país se furtar das divisões e conflitos raciais, comum a outros países. Deste modo, exaltar o orgulho de um país que sob o olhar dos militares e da elite, se firmou sob uma democracia racial, era função primeira de todos os representantes do Brasil no exterior sob o comando daquele ministério.

Internacionalmente, o Brasil se colocava contrário às manifestações de racismo que ocorriam naquele momento em diversas partes do mundo. O governo brasileiro, com intenção de mostrar ao mundo que o país era um exemplo de democracia racial, ratificou junto a ONU, em 1969, o documento da Convenção Internacional sobre a Eliminação do Racismo e de Todas as Formas de Discriminação Racial. Segundo Góis e Silva:

> A convenção foi considerada como o mais amplo instrumento de combate à discriminação racial, reafirma a necessidade de os Estados partes promoverem o entendimento entre todas as raças e desenvolverem política de eliminação da discriminação racial. Os Estados partes se comprometem a garantir a todos igualdades de condições para o exercício dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, sem qualquer distinção, e a combater a discriminação racial em seus territórios[798].

---

[796]d'ADESKY, Jaques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.** Pallas, Rio de Janeiro, 2001.

[797]JESUS, Marize Conceição de. **O *legado* da *militância negra pós-64* para a *democratização* das *relações étnico-raciais*.** (Dissertação de Mestrado) - PPGEDUC-UFRRJ. 2015, p. 71-72.

[798]GOES, Fernanda Lira. SILVA e Tatiana Dias (Org.). Texto para discussão: **O Regime Internacional de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial /** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990, p. 15. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2007/1/TD_1882.pdf. E

Como já mencionado, a crença na harmonia racial sempre foram motivo de orgulho dos governos e da elite brasileira[799]. Neste sentido, a ideologia da democracia racial, base ideológica do governo militar, foi uma constante nos discursos pronunciados, tanto no campo interno quanto no campo externo onde, a todo o momento, ela terá que ser reafirmada. Os militares buscavam convencer aos demais países que a harmonia nas relações raciais do Brasil, era um dos "facilitadores" da ordem social. O posicionamento do MRE em relação ao lugar do país como exemplo de uma democracia racial - tendo esta como doutrina da diplomacia brasileira - foi exposto no discurso de Juracy Magalhães, então ministro das Relações Exteriores durante a XXI sessão ordinária de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 22 de setembro de 1966:

> No campo dos problemas sociais e das relações humanas, o Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro país a assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela última sessão da Assembleia Geral. **Dentro das fronteiras do Brasil, na realidade, tal documento não seria tão necessário, uma vez que o Brasil é há muito tempo um exemplo proeminente, e eu diria até o primeiro, de uma verdadeira democracia racial, onde muitas raças vivem e trabalham juntas e se mesclam livremente, sem medo ou favores, sem ódio ou discriminação**. Nossa terra hospitaleira há muito tem estado aberta aos homens de todas as raças e religiões; ninguém questiona qual possa ter sido o lugar de nascimento de um homem, ou de seus antepassados, e nem se preocupa com isso; todos possuem os mesmos direitos, e todos estão igualmente orgulhosos de serem parte de uma grande nação. **Embora a nova Convenção seja, portanto, supérflua no que concerne ao Brasil, nós a recebemos com alegria para servir de exemplo a ser seguido por outros países que se encontram em circunstâncias menos favoráveis**. E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para **sugerir que a tolerância racial fosse exercitada** em todas as raças em relação a outras raças: **ter sido vítima de uma agressão não é motivo válido para se agredir outros. Que o exemplo do Brasil**, e a moderação sem esforços, tolerância

---

https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201966.pdf. Acesso em: 10 de março de 2021.

[799]Como já apresentamos, o elogio a mestiçagem sempre fez parte do discurso dos governos para divulgar a imagem do Brasil no exterior. Vale lembrar que independente do contexto ideológico, a ideia da miscigenação, da democracia racial está entranhada nos discursos dos governantes, diferindo nas perspectivas de cada um em relação as iniciativas políticas que possam de fato construir relações raciais democráticas. Como exemplos, é possível citar a fala do presidente Fernando Henrique Cardoso, divulgada na grande mídia, sobre sua origem racial alegando "ter um pé na cozinha" ou sobre ser "um mulatinho"; o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em Copenhague-Dinamarca, 02 de outubro de 2009: Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) Copenhague-Dinamarca, 02 de outubro de 2009 "Somos um povo apaixonado pelo esporte, apaixonados pela vida. Olhando para os cinco aros do símbolo olímpico, vejo neles meu país. Um Brasil de homens e mulheres de todos os continentes: americanos, europeus, africanos, asiáticos, todos orgulhosos de suas origens e mais orgulhosos de se sentirem brasileiros. Não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado. É o que faz nossa identidade. Digo com toda franqueza: chegou nossa hora. Chegou! " Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Discursos_Presidente_Lula_2009_10.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

> serena e respeito mútuo **em nossas relações raciais sejam seguidos por todas as nações multirraciais**[800]**.**

Toda formulação da política externa brasileira e suas relações diplomáticas com os organismos internacionais teriam como pressuposto um país sem conflitos raciais. Consequentemente, a questão racial tornou-se motivo de atenção especial dos militares, pois estavam preocupados com o olhar das nações estrangeiras sobre as questões internas, o que, inclusive, fez com que o governo retirasse dos formulários no censo demográfico de 1970 do IBGE o item sobre a raça[801]. No que diz respeito a reafirmação do Brasil como uma democracia racial por este ministério, segundo Luciana Jaccoud:

> A democracia racial passou de mito a dogma no período dos governos militares. Em 1970, o Ministro das Relações Exteriores declara que "não há discriminação racial no Brasil, não há necessidade de tomar quaisquer medidas esporádicas de natureza legislativa, judicial ou administrativa para assegurar a igualdade de raças no Brasil"[802].

Devido a essa necessidade de reafirmar o sustentáculo ideológico do governo militar, em 1977 o presidente Geisel enviou ao secretário geral da ONU, uma mensagem que foi lida em sessão solene em razão das comemorações pelo dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. A carta condenava todas as nações onde persistiam os problemas raciais, e internamente, seu texto na íntegra foi publicada no jornal O Estado de São Paulo, em matéria sob o título "Geisel: quem discrimina raça viola direitos", publicada em 22 de março de 1977[803]:

> "Compartilham os brasileiros da convicção de que os direitos da pessoa humana são desrespeitados nas sociedades onde conotações de ordem racial determinam o grau de respeito com que devem ser observadas as liberdades e garantias individuais" Esse é um trecho da mensagem dirigida pelo presidente Geisel ao secretário geral da ONU, Kurt Waldheim, por ocasião da passagem do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, e lida ontem mesmo em sessão solene realizada nas Nações Unidas.

---

[800]MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão e Ministério das Relações Exteriores, 1995, pp. 212-213. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/86-A_Palavra_do_Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-1995.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021. Grifo nosso.

[801]Sobre as discussões em torno do censo demográfico nesse período, ver: NASCIMENTO: Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

[802]THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008. p. 58.

[803]Tratamos esse tema em pesquisa anterior, sendo que aqui transcrevemos o discurso do presidente Geisel publicado no jornal O Estado de São Paulo, edição de terça-feira, 22 de março de 1977.

Fontes do Itamaraty afirmaram que a mensagem não contém qualquer elemento que pudesse ser interpretado como "recado indireto" as nações onde persistem problemas raciais. É a seguinte a íntegra da mensagem:

> Senhor secretário-geral,
> Por ocasião da passagem do Dia Internacional para a eliminação da Discriminação Racial, desejo associar-me, em nome do governo e do povo brasileiro, às manifestações universais de repúdio as práticas do apartheid e da discriminação racial e de apoio às Nações Unidas na nobre tarefa de procurar banir do convívio humano toda discriminação baseada em raça, cor, sexo, língua ou religião.
> Compartilham os brasileiros da convicção de que os direitos da pessoa humana são desrespeitados nas sociedades onde conotações de ordem racial determinam o grau de respeito com que devem ser observadas as liberdades e garantias individuais.
> Oferecemos contra esse quadro, que infelizmente perdura, o exemplo de uma sociedade formada pela espontânea e harmoniosa integração de muitas raças, integração que é a própria essência da nacionalidade brasileira. Queira aceitar, senhor secretário-geral, os protestos de minha mais alta consideração. Ernesto Geisel[804].

Documentos do Ministério das Relações Exteriores enviados ao SNI[805] apontam que os militares tinham conhecimento e controle de tudo o que ocorria no exterior no que dizia respeito à questão racial: das lutas pelos direitos civis dos negros estadunidenses, o movimento *Black Power*, as questões envolvendo Rosa Parks e Ângela Davis; as questões relativas às lutas pela libertação dos países africanos, as questões em relação a esses países, seus governos, posicionamentos políticos; os assuntos envolvendo a Revolução dos Cravos em Portugal, a independência das ex-colônias portuguesas em África, tudo monitorado desde a década de 1960. O SNI trazia tudo registrado, inclusive com cópias anexadas de matérias de jornais nacionais e internacionais e outros documentos. Exemplo podemos encontrar no dossiê com informes sobre matérias publicadas no Brasil a respeito da ativista dos direitos civis norte-americana Ângela Davis. Anexada ao documento uma matéria do jornal O Correio da Manhã e vários outros recortes de jornais publicados no Brasil e no exterior referentes a militante[806].

A agência solicitava do Ministério das Relações Exteriores informações sobre ativistas e ações do MN em diversos países onde houvesse discussões em torno do tema racismo e que de alguma forma o Brasil fosse citado e, principalmente, como estava sendo citado. Eram trocados telegramas entre as embaixadas com diversos pedidos de esclarecimentos sobre

---

[804]Id.
[805]Parte dos documentos que encontramos nos arquivos do SNI mostrando a troca de informações deste com o MRE estão sendo apresentados nesse capítulo.
[806]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.3892 Ano**:** 1970.

eventos, agências financiadoras, assuntos discutidos nesses eventos, os convidados e as falas de cada um, tudo sempre devidamente registrado[807] e, de acordo com o interesse das agências de informação, era solicitado relatórios sobre os envolvidos ou citados nos informes. Em outro documento cujo assunto é: "Racismo nos Estados Unidos da América", produzido entre 1968 e 1970, vemos uma análise geral da chamada "questão negra", incluindo um artigo que tenta demonstrar a inexistência do racismo no Brasil. No documento vêm anexados cinco recortes de jornais e revistas, sendo três delas em francês, um em inglês e outra em espanhol. Todos versando sobre o racismo nos Estados Unidos. No artigo citado, os agentes veem impossibilidade de vinculação no Brasil ao problema racial norte-americano[808].

Havia a convicção de que o Brasil não poderia ser comparado aos EUA, no que dizia respeito às relações raciais, visto que se entendia o racismo como algo legalizado, como ocorria nesse país e na África do Sul. Como aqui não havia leis segregacionistas, ficava posto o orgulho que de um país com suposta democracia racial. Vale sublinhar que durante o Pragmatismo Responsável, por vezes fora importante para o Brasil distinguir-se dos EUA e a ideia da democracia racial constituía-se numa das maiores diferenças. Apesar da censura aos meios de comunicação, o governo militar registrava tudo o que era publicado, guardando inclusive exemplares de jornais, periódicos, revistas com as matérias. Como diziam: de "interesse da Segurança Nacional".

A orientação dos agentes do SNI era de que o governo "neutralizasse" qualquer ação do movimento negro que incentivasse o "antagonismo racial" no Brasil e em especial no que dizia respeito a "Campanha antibrasileira no exterior". A preocupação dos militares era que essas questões, "importadas" para o Brasil, sob pena de "acarretar perturbações de ordem política e social" pudessem causar possíveis "enfrentamentos raciais", que "fogem completamente da índole do povo brasileiro". Segundo a historiadora Márcia Guena dos Santos[809] (2014, p. 424) *"(...)la dictadura ocultaba el tema de las relaciones étnico-raciales por razones geopolíticas, en función de la defensa de una nacionalidad inventada."*

A defesa da nacionalidade impunha aos militares uma grande preocupação com o que chamavam de "propaganda negativa externa", em especial no que viesse a "travar" as relações comerciais ou mesmo aquilo que "manchasse" a imagem do país, por ser diferente do que era

---

[807]Encontramos dossiês que trazem documentos com informações dessa natureza, como por exemplo: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002959 - documentos da federação mundial da juventude democrática. - Dossiê.

[808]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8915 - Dossiê. AC/SNI.

[809]GUENA, op. cit., 2014, p. 424.

vendido lá fora. O que intitulavam de "campanhas de difamação contra o Brasil" presumiam, poderiam criar uma imagem negativa do país, ao contrário da imagem que era vendida pelo governo militar. Como apontamos acima, Jaques d'Adesky[810], ao apresentar elementos da pluralidade étnica e a política externa no Brasil, dialogando com o historiador Amado Luiz Cervo, nos chamou atenção para o fato de que a ideia da multiplicidade étnica e diversidade cultural que permearam as discussões em torno da formação da identidade nacional durante a República, também esteve posta no plano internacional. Neste sentido, afirmam que:

> Desde os anos 30 a diplomacia vem espelhando em seu discurso a ideologia da pluralidade étnica e cultural. Essa identidade plural era exibida como forma de dialogar com povos e Estados estrangeiros e,─em função de circunstâncias e interesses nacionais, invocava-se um elemento dessa pluralidade para dinamizar e ampliar as relações econômicas internacionais[811].

O pesquisador ainda adverte que somente após a abertura política – ocorrida no governo do presidente general Figueiredo – que em função das mudanças de perspectivas da diplomacia brasileira, o discurso diplomático vai substituir os termos até então utilizados como "lusitanismo, pan-africanismo e as nossas raízes africanas por termos mais generalistas como ecumenismo, universalismo e pluralismo"[812]. Nesses termos, o Brasil moldou suas políticas externas de acordo com as demandas internacionais. Porém, sempre se colocando diplomaticamente na defesa da imagem de um país onde as diferenças são absorvidas e respeitadas num contexto de inclusão. Assumindo uma postura comparativa às demais nações onde as relações raciais estavam postas como questões a serem tratadas pelas resoluções da ONU, o Brasil, historicamente busca se distinguir daquelas em que havia conflitos raciais. Em especial como nação diferenciada dos EUA, onde o racismo estava posto e institucionalizado, bem como em relação à África do Sul. O Brasil criou formas próprias de tratar a questão racial. Historicamente, foi se apresentando ao mundo a partir da promoção de uma imagem onde a pluralidade étnica e cultural com base numa ideia de democracia racial era o grande diferencial da sociedade brasileira. O país, como já afirmamos, em especial durante o governo militar, sempre foi apresentado como uma nação multirracial e que por isso sem conflitos raciais.

Carecia que seus representantes, principalmente através do Itamaraty, buscassem o tempo inteiro reafirmar essa ideia. A ideia de um país sem conflitos raciais era uma das

---

[810]d'ADESKY, Jaques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.** Pallas, Rio de Janeiro, 2001, p. 188-189.
[811]d'ADESKY, 2001, p. 188.
[812]d'ADESKY, op. cit., 2001, p. 189.

normas que direcionavam as ações do MRE, sua DSI e demais agências como nos mostram os documentos. Se no discurso formal, no Brasil vigorava uma perfeita harmonia racial, a realidade social se impunha, no entanto, como contrapondo ao discurso oficial. Como afirmou a socióloga Maria Alice de Aguiar Medeiros[813], grande defasagem entre a retórica oficial e a práxis racista no decorrer do tempo, segregou e manteve a comunidade negra nas mais inferiores posições da hierarquia social. Esse fato vinha sendo denunciado tanto pelo movimento negro - em especial pela imprensa negra - quanto por representantes dos diversos Estados com que o Brasil buscava naquele momento relações diplomáticas.

A denegação do racismo no discurso oficial e no discurso corrente, como analisou Vannuchi[814], imputava a dúvida quanto à realidade da violência de gestos e falas cotidianas que reafirmavam a estratificação social visível na sociedade brasileira, apesar do não dito no discurso oficial. Neste sentido, entendemos que o não dito estava atestado na realidade social vivida por negros e negras e denunciados na imprensa negra, pelas lideranças do movimento negro em suas articulações com o exterior e por vezes quando não se cabiam, vazados pela grande imprensa. O interdito estava "atuado nas ruas, nas portarias dos prédios, nos lugares restritos aos brancos, pela exclusão social, podendo levar a desrealização", como afirmou a psicanalista em sua análise sobre os efeitos do racismo à brasileira[815].

A democracia racial extensivamente difundida pelos militares e pelas elites no exterior, apesar de seu caráter eufemista, marcado por propagandas e discursos, deixava antever aqueles que visitavam o Brasil, a face que o governo tentava ocultar. Fosse encobrindo os casos de preconceito racial - constantemente denunciados por negros e negras que, na tentativa de acesso ao mercado de trabalhado vivenciavam esta barreira - fosse censurando e criminalizando o tema racismo, através da LSN. As diretrizes políticas de o governo militar obviamente se estendiam através do MRE, que se apresentava com duas faces, olhando em direções opostas. O olhar bifronte do deus Janus[816], de um lado exaltava o Brasil no exterior como exemplo de uma sociedade multirracial - erguida sob uma democracia racial e por isso livre do racismo - de outro, descaracterizava os negros de qualquer possibilidade de atuação política, deixando constatar aos olhares externos a dualidade do discurso do governo.

---

[813]MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. **O elogio da dominação (Relendo Casa Grande & Senzala).** Achiamé, Rio de Janeiro, 1984.
[814]VANNUCHI, Maria Beatriz Costa Carvalho. A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva; 2017. p. 59-70.
[815]Id., p. 67-68.
[816]Sobre o deus romano Janus e suas faces bifrontes ver: Jano – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) e Jano, quem é? Origem e história do deus romano das transições (r7.com). Acesso: 14 de outubro de 2022.

Como denunciado por Abdias Nascimento, o ideal apresentado ao mundo: "a imagem racial internacionalmente projetada pelo Brasil oficial" e o real exposto no contexto da sociedade brasileira refletido na prática do próprio Itamaraty, como vivenciada pelo próprio professor Nascimento no II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas - Festac-1977. Nascimento, em suas análises sobre a atuação do MRE, apresentou-o como um dos setores tradicionalmente mais racistas do contexto político do Brasil. Diante desse fato, analisando a política externa do país nos anos de 1970, assegurou:

> Não temos embaixadores de cor negra e nem qualquer negro na função de representante diplomático, enquanto até os Estados Unidos, país notoriamente racista, delega a algumas dezenas de negros a chefia de suas missões diplomáticas em diversos países do mundo[817].

Cabe relembrar que Abdias Nascimento foi uma das lideranças do movimento negro mais visadas pelos militares, uma das mais vigiadas pelos órgãos de repressão da ditadura e um dos negros brasileiros exilados no exterior mais vigiados e registrados pelo próprio MRE através de sua DSI, como veremos no decorrer do capítulo. Retomando o olhar do MRE sobre as relações raciais no Brasil, a contradição posta entre a imagem projetada para o exterior e o real exposto no contexto da sociedade brasileira causou, não raro, a desconfiança de países africanos com os quais o Brasil buscava acordos comerciais. Numa postura de coirmãos em função da histórica relação Brasil-África, o discurso de país multirracial, e, portanto, sem conflitos raciais, uma sociedade onde negros e brancos viviam sob uma democracia com base na harmonia racial, pouco se sustentava quando o Brasil era visto sob lupa.

Assim, segundo Wayne A. Selcher[818], ao discorrer sobre os dilemas políticos nas relações Brasil-África, no início da década de 1980, chama atenção para o cuidado que o Brasil deveria ter com as afirmações sobre cultura e raça, temas caros na visão de mundo africana. Isto porque o MRE já na década de 1970, ao buscar firmar acordos comerciais com países africanos, utilizava-se do discurso em torno das similaridades culturais do Brasil com aquele continente, despertando cada vez mais o interesse dos países africanos em conhecer o Brasil. A questão estava na contradição entre o discurso proferido pelos militares através do MRE e a realidade imposta aos negros no país. Nesse sentido:

---

[817]NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo, Perspectivas, 2016, p. 105.

[818]SELCHER, Wayne A. Dilemas políticos nas relações Brasil- África: comentário sobre alguns obstáculos nas relações Sul-Sul. In: **Cadernos Estudos Afro-Asiáticos**, nº 10, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984, p. 55-72.

> A falta de familiaridade da África com o Brasil, no início dos anos 70 e anteriormente, fez com que muitos logo aceitassem as afirmações oficiais brasileiras relativas ao prestígio gozado pelo elemento africano na cultura do país e a inexistência de um problema racial. A disparidade entre o que foram levados a crer e o que viram e experimentaram em suas estadas no Brasil causou crítica, por parte de numerosos diplomatas e empresários africanos, à inspirada visão branca de raça e cultura de Gilberto Freyre. A princípio discretamente e depois mais abertamente, começaram a reclamar contra a falta de negros em altos cargos e sua escassez nas relações com a África. Logo, diversos intelectuais brasileiro-africanos tocaram nessa sensível questão, chegando a um ponto de mútuas dificuldades, em que até os brasileiros mais liberais se sentem numa situação de desconforto. Os africanos encontraram não só forte discriminação racial no Brasil, mas também acham que os brancos pouco prestigiam as raízes africanas no país[819].

Ao olhar para frente, o Brasil se via como aspirante a potência em ascensão, cujas iniciativas diplomáticas buscavam para o país um lugar entre os grandes. Assim era na década de 1970-80 a postura do Brasil para o exterior. Naquele momento, o embaixador Araújo Castro[820], citado por Fragoso[821], defendia a tese de que a política externa do Brasil seria facilitada, entre outros fatores, por ser o país "uma sociedade multirracial e multicultural". Naquele momento, na visão do embaixador:

> O Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos: por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, **por sua composição étnica**[822], pelo seu ordenamento social-econômico, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento[823].

Note-se que a composição étnica, a imagem de um país diferenciado em função de sua mistura racial esteve sempre posta como cartão de visitas do país no exterior, e por isso era fundamental que essa imagem não fosse exposta por pessoas "mal-intencionadas". A questão era que o Brasil na sua corrida pelo desenvolvimento econômico, com base em acordos comerciais tropeçava no contraditório e este se fazia principalmente nas negociações firmadas pelo Itamaraty junto aos países africanos, em relação aos tratados que assinava em apoio ao colonialismo português. A dualidade da política externa não passou ao largo da imprensa.

---

[819]Id., p. 61.

[820]João Augusto de Araújo Castro foi um Diplomata brasileiro, ministro das Relações Exteriores durante o governo de João Goulart. Em 1968, foi nomeado embaixador do Brasil na ONU, deixando este cargo para assumir a embaixada do Brasil nos Estados Unidos em maio de 1971. Em Washington, buscou contornar as restrições impostas às importações de produtos brasileiros, e manteve contatos com parlamentares visando a recuperar a imagem do governo brasileiro dos desgastes sofridos com as denúncias de violências contra presos políticos. A política externa defendida por Castro foi discutida por Abdias Nascimento. Disponível em: João Augusto de Araújo Castro – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso em: 27 de novembro de 2022.

[821]FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Notas sobre a política externa brasileira nos anos de 1950-70. In: **Cadernos Estudos Afro-Asiáticos**, nº 10, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984, p. 11.

[822]Grifo nosso.

[823]FRAGOSO, op. cit., 1984.

Tanto a imprensa nacional quanto a internacional indicavam notícias sobre uma política externa brasileira ambígua para o continente africano, deixando explícito a dubiedade da diplomacia em relação ao apartheid na África do Sul. Isso porque mesmo condenando essa política racista, naquele momento, o governo brasileiro não criou instrumentos que restringissem os investimentos do país em solo sul africano.

Diante desse *modus operandi*, o jornal *Sinba* não deixou de demarcar sua crítica em relação ao posicionamento do Brasil. Afinal, o jornal não deixava de denunciar questões em relação à política do apartheid na África do Sul e o trato do Itamaraty em relação à questão. Assim, em seu segundo número, o jornal publica a seguinte nota:

> Comércio Brasil-África do Sul
> O JB[824] publicou extensa nota revelando que o Brasil, ao invés de reduzir suas relações comerciais com a África do Sul, de acordo com a recomendação da ONU, resolveu intensificar suas importações, em flagrante contradição com a posição pública do governo, que nos organismos internacionais constantemente condena o "apartheid" naquele país.
> As empresas estatais são as maiores compradoras neste comércio do trabalho escravo. O Departamento Econômico do Itamaraty, defendendo essa absurda política, afirmou que "o Brasil não faz discriminações em suas relações econômicas e comerciais" (Sic). Melhor justificativa do que esta, a este comercio, não teria apresentado o governo do Brasil há cem anos, em relação ao comercio de escravos[825].

O que não faltou ao jornal *Sinba* em seus poucos números, foi matérias denunciando a política racista do governo militar traduzida pelo Itamaraty: "A conveniência do embaixador genético", "Faz o que eu mando? Não faz o que eu faço"; "África-Brasil. Uma relação diplomática-étnica", "As raízes". Sem contar as tantas matérias, naquele momento, sobre a situação do apartheid na África do Sul, no Zimbabwe, Angola, Moçambique. Além das discussões sobre a criação do Comitê Anti-*Apartheid* no Brasil – iniciativa do movimento negro –, e ainda, denúncias de africanos vítimas de racismo no Brasil[826]. E, obviamente, as matérias apresentando as discussões em torno das lideranças negras revolucionárias das lutas de libertação na África. A seção *Afro-Latino-América* também trouxe em suas páginas matérias sobre as relações diplomáticas entre o Brasil e África. Em "Redescoberta da África", os redatores falaram sobre as relações comerciais com os países africanos, chamando atenção

---

[824]O *Jornal do Brasil – JB* é um tradicional da grande imprensa editado na cidade do Rio de Janeiro. Exerceu forte atuação durante a ditadura, se colocando de forma dúbia durante o regime militar. Ora apoiou o golpe, ora se posicionava contra a censura.
825*Sinba,* ano II, nº 2, 1979, p. 2.
[826]As matérias citadas são do jornal *Sinba,* respectivamente: (*Sinba*, ano II, nº 3, 1979, p. 6), (*Sinba*, ano III, nº 4, 1980, p. 7), (*Sinba*, ano III, nº 4, 1980, p. 7), (*Sinba*, ano IV, nº 5, 1980, p. 8).

para o "cartão de visitas" que representava os valores que a imagem da empresa brasileira queria transmitir. A matéria começa assim:

> "Redescoberta da África"
> As tempestades econômicas (Calmarias) do mundo chamado "desenvolvido" desviaram as rotas da caravela brasileira. De repente, o vendaval levou-a rumo às costas africanas. / Mesmo antes disto, já haviam os visionários que alertavam a classe dominante da opção africana. Mostrando nossa grande população negra, a africanidade (Redes cobertas) brasileira, nossa tradição cultural africana e nossa experiência tropical, indicavam as rotas para as Áfricas. E hoje, todos começam a navegar (...)[827].

Ademais, outras matérias e entrevistas que discutiam as lutas de libertação, a importância dos valores revolucionários para os países africanos e para as lutas do movimento negro no Brasil: "A legião da morte", "Negro liberdade", "Dura Angola livre", "África, Atenção! Um ano de intensas lutas no continente", "*Good bless you, MR King*" e a série de entrevistas feitas por Astrogildo Esteves Filho com a militante Teresa Santos[828], sobre sua estada na África e as lutas políticas empreendidas nos países por quais passou e lutou. Diante da exposição do pais internacionalmente, o MRE, feito Janus, ao olhar para o exterior e olhando para o Brasil, ao mesmo tempo que usava suas chaves para abrir as portas ao primeiro, usava as que dispunha como instrumentos para fechar portas do país, e a vara para afastar "intrusos" que tentassem expô-lo, dentre estes, o movimento negro, que não se furtou a denunciar a farsa da democracia racial, exaltada pelos militares e seus órgãos de repressão, dentre estes, o MRE, sob o auspicio da sua DSI. Esse olhar bifronte demarcou a atuação do MRE durante o período do governo militar, como veremos a seguir.

Cabe ressaltar que os militares e o movimento negro construíram narrativas diferenciadas tanto sobre o racismo no Brasil - o primeiro negava, assegurando como incontestável a ideologia da democracia racial e o segundo afirmava o racismo como institucionalizado no Estado e entranhado nas práticas sociais - quanto em relação aos países africanos e suas lutas de libertação. Neste embate, o movimento negro buscava nas raízes africanas, representadas por Angola, Moçambique, Zimbábue, Namíbia, África do Sul, e nos discursos das lideranças revolucionarias desse continente, suas raízes enquanto negros brasileiros, e o combustível e exemplo para as lutas que o MN brasileiro deveria enfrentar. Os

---

[827] *ALA,* nº 10, p. 50.
[828] As matérias citadas são da seção *Afro-Latino-América*, publicadas no jornal *Versus* respectivamente: *Versus* nº 22, junho-julho 1978; *Versus* nº 27, dezembro de 1978; *Versus* nº 28, Janeiro 1979; *Versus* nº 30, Março 1979; Versus nº 31, Abril de 1979. E as entrevistas com Teresa Santos contidas nas páginas de *Versus/ Afro-Latini-América,* respectivamente: *Versus* nº 30, Março 1979; *Versus* nº 31, Abril de 1979. Essa paginação foi retirada da publicação *fac-símile* da seção Afro-*Latino*-América, publicada em 2014.

militares, com sua política externa, objetivavam aos moldes dos países ultramarinos, junto a esses países, tão somente relações e vantagens comerciais. Para tanto, utilizando-se de suas raízes socioculturais como base para garantia de seus interesses, porém distanciando-se dos mesmos, apresentando-se como sociedade mestiça, multicultural, com destaque para a herança branca em detrimento da herança negra.

6.2 **O racismo exposto: a ação da DSI do Ministério das Relações exteriores sobre as denúncias em relação ao racismo no Brasil**

Em janeiro de 1983, a Embaixada de Yaundé (Camarões), encaminha um telegrama de caráter secreto pra MRE, onde o embaixador fez um relato do que ele chamou de racismo:

> Durante o jantar ontem, dia 18, oferecido na pronunciatura apostólica pelo cardeal Ângelo Rossi para homenagear o ministro dos negócios estrangeiros Paul Dontsop, este inopinadamente disse em voz alta, que no Brasil, "país de sessenta milhões de negros, não há negros em posição importantes" (Sic). O cardeal e eu naturalmente refutamos a crítica. Mas, indiferente ao mal-estar causado por sua atitude num encontro até então cordial e ameno, o ministro Dontsop acrescentou, ainda, que "são exceções" os negros que no Brasil ocupam cargos de chefia na administração pública, forças armadas, universidades, empresas privadas. Aduziu que jamais vira negros nas delegações brasileiras nas reuniões da OIT (O chanceler Camaronês foi presidente do conselho de administração do aludido organismo internacional no período 1979-1980)[829].

O jantar citado, além da homenagem ao ministro Dontsop, era um jantar de negócios, onde se discutira o estabelecimento da embaixada do Brasil em Camarões e a posição do Brasil com relação a Angola. No relato do embaixador, após o "mal-estar" as discussões fluíram, visto que segundo ele, a provocação não recebeu qualquer apoio dos demais convidados (Ministros, governadores e prefeitos daquele país). Note-se que para o embaixador, tratar a realidade dos negros no Brasil era constrangedor, causava mal-estar, pois se tratava de uma crítica que ressaltava as evidências das relações raciais no Brasil. Como o evento seria basicamente um jantar de negócios, ele não se preparara para aquele assunto trazido de forma imprevista, porém ainda assim conseguiu refutar, negar aquela fala. O incomodo do embaixador com a crítica as relações do MRE e do governo brasileiro em

[829] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001, p. 39-41. O telegrama tem como assunto: Brasil-Camarões. Relações políticas, ministro dos negócios estrangeiros Paul Dontsop, racismo, estabelecimento da Embaixada do Brasil, posição do Brasil com respeito a Angola. Traz o nome de Farias Vilasboas, p. 39-42/233.

relação à questão racial, o mal-estar causado ao embaixador diante da reunião e a preocupação do mesmo com os interesses econômicos que seriam pautados naquela reunião, expos a instabilidade que a questão racial no Brasil impunha as relações diplomáticas, deixando o embaixador "numa sinuca de bico". Ele não explica como refutou aquela fala.

O fato é que diante da importância daquele jantar de negócios para os acordos comerciais entre Brasil e os países africanos qualquer ato falho poderia causar algum dano àquelas relações, em especial diante da dubiedade dos discursos do Brasil. Como refutar a crítica do ministro Dontsop sobre o Brasil não ter representantes negros na diplomacia, se a realidade se impunha e o embaixador pego de surpresa, não estava preparado para aquela abordagem e por isso não teve tempo de recorrer às orientações do MRE sobre o que dizer nessas situações? Até porque o embaixador sabia que, por força do cargo que ocupava, o ministro Dontsop tinha conhecimento de causa e por isso aquela cobrança. A despeito da fala do ministro camaronês, num ato de defesa ou indignação como é comum quando os brancos são acusados de racistas, o embaixador Vilas Boas finaliza seu telegrama ao MRE alegando ter sofrido racismo ou o que nesses casos costumam chamar de "racismo reverso"[830]. Disse o embaixador:

> Cabe notar que, dias atrás, em duas ocasiões, ambas em lugares públicos, a primeira em Douala, a segunda nesta capital, cidadãos camaroneses que passavam, sem conhecerem, portanto, a nossa nacionalidade, dirigiram a mim, a pessoas da minha família, e a empregada que nos acompanha, cabo-verdiana, preta, gracejos de sentido racista[831].

A exemplo do telegrama citado são muitos os documentos que tratam da imagem do Brasil, mostrando que havia uma ostensiva preocupação com o que era dito. Havia uma apreensão com os chamados "artigos injuriosos sobre a realidade brasileira" publicados no exterior que porventura viessem a abalar o "prestígio político" do Brasil, afinal, esta era uma característica fundamental para a política externa. Em função disso, havia uma preocupação do governo militar com as denúncias do movimento negro que eram publicadas no exterior.

---

[830]Sílvio de Almeida defende que não existe o racismo reverso. Para ele o racismo reverso seria uma espécie de "racismo ao contrário", ou seja, um racismo das minorias dirigido às maiorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação [racismo individual], mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são "suspeitas" de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele. A esse respeito ver: ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro, 2019, p. 41.

[831]Mantivemos a grafia do documento, p. 41.

Em referência a vigilância dos militares sobre as ações do MN fora do país, Márcia Guena dos Santos (2014) [832]afirma:

> La DSI del Ministerio de Relaciones Exteriores era una de las más actuantes dentro de la conexión internacional entre las policías, pues a ese ministerio estaban subordinadas las embajadas cuyos cónsules, embajadores y adidos militares sirvieron de puente entre los servicios de informaciones. Los adidos militares actuaron como miradores internacionales de los movimientos de oposición. La principal preocupación de esa DSI era con los grupos de oposición brasileños que poseían contactos en el exterior. Cuando uno de ellos era identificado, la información era inmediatamente enviada a los órganos militares del sistema de seguridad: EMFA, SNI, CENIMAR e CISA, después de informar al ministro. Esto nos remite a la idea de que eran realmente los órganos militares responsables por el manejo de las informaciones relacionadas con actividades de militantes brasileños en el exterior y de extranjeros em el Brasil (SANTOS, 2014, p. 106).

A preocupação dos militares com grupos e indivíduos brasileiros, em oposição ao governo, que tinham contatos com o exterior, era grande. O MRE monitorava toda presença de brasileiros fora do país, em especial aqueles já visados internamente como era o caso de Abdias Nascimento, cuja atuação e contatos fora do país foram registradas em inúmeros documentos do SNI[833]. Havia uma preocupação explicita dos militares, nas relações de Abdias com países africanos, posto que eram cada vez maiores os interesses comerciais do Brasil com esses países, e Abdias não se furtava às denúncias sobre o racismo em relação a população negra no Brasil. Abdias Nascimento[834] chama-nos a atenção para o fato de que a política externa brasileira estava totalmente comprometida com a imagem racial internacional do país, projetada pelo "Brasil oficial". O interesse do Brasil pelos países africanos consta no Relatório Brasil 1966, do MRE quando, após a descrição das várias missões diplomáticas ao continente africano, e as análises das possibilidades comerciais do Brasil, o relator finaliza:

> A par das observações de natureza econômica, vale ainda salientar o apreciável interesse demonstrado, quer nas regiões sob a soberania do homem branco, quer

[832]SANTOS, Márcia Guena dos. **Afro-brasileños *en* lucha*:* historias *de* la resistencia negra *a* la dictadura militar *en* Brasil*,* (1964-1985*).*** Tesis inédita de la Universidad Complutense de Madri, Faculdad de Geografia y História, Departamento de História de América I, leída el 20-12-2013.

[833]Já no início do governo militar, Abdias Nascimento fora incluído em diversos Inquéritos Policiais Militar (IPM). Em nossa pesquisa, nos deparamos com informes, pedidos de informações, dossiês completos sobre Abdias Nascimento em sua maioria sob o assunto: "Racismo negro no Brasil". Esses documentos trazem a trajetória do Abdias dentro e fora do Brasil a partir da interpretação do SNI. Para conhecer a trajetória de Abdias ver: ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento.** São Paulo: Selo Negro, 2009. / NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. (Grandes Vultos que Honraram o Senado) / SEMOG, Éle, NASCIMENTO, Abdias. **O griot e as muralhas.** Rio de Janeiro, Pallas, 2006.

[834]NASCIMENTO, op. cit., 2006.

> naquelas onde já se afirmou em definitivo o nacionalismo africano, pela intensificação das relações de amizade com o Brasil[835].

Os militares, não obstante a política colonialista de Portugal visavam um regime econômico expansionista sobre os países da África, o que fez com que o Brasil fosse um dos primeiros países a reconhecer a independência de Angola em 1975, apesar de sua proximidade com as ideias socialistas refutadas pelo governo militar. Os diplomatas enviados pelo Itamaraty, com o intuito de consolidar as relações com esses países e "reduzir as distâncias e as desconfianças dos africanos, passaram a ressaltar ainda mais o exemplo de harmonia racial e o orgulho da herança africana entre os brasileiros". Os laços culturais e históricos tornaram-se peças obrigatórias dos pronunciamentos nos contatos oficiais[836]. No que diz respeito ao estreitamento das relações comerciais do Brasil em relação aos países africanos na década de 1970, Abdias assinala:

> Num momento em que os interesses brasileiros na África de modo geral e em particular na Nigéria estão se tornando sempre mais evidentes e mais decisivos para a prosperidade das classes brancas dominantes do Brasil, seus representantes vêm a Lagos para reforçar a presença econômica brasileira e reiterar a notória imagem racial do país[837].

No tocante às relações internacionais no governo Geisel, a política tornou-se pragmática, uma vez que o que interessava naquele momento para a política externa "não era quais eram os países com que deveria o país se relacionar, mas sim quais situações eram favoráveis ao Brasil". Nesse sentido, valorizou-se "as novas relações do Brasil com países da chamada África Negra, com os países árabes, enfim, com o Terceiro Mundo ou mesmo com a República Popular da China". Na avaliação de Nkosi (2017) a política externa de Geisel "destacou-se dos anteriores por ampliar o diálogo e a participação para a criação do consenso. A ampliação do diálogo, a busca do consenso alcançou tanto a política interna quanto a externa". Para o autor, este general deu nova roupagem a política econômica e se mostrou mais preocupado com a política externa, dando a este maior destaque em seu governo. Para o cientista social, o reconhecimento da independência de Angola, fora uma das decisões mais complexas tomadas pelo governo brasileiro. Neste sentido

---

[835]Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Administração. Relatório Brasil 1966. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201966.pdf. Acesso em: 11 de março de 2021, p. 71.

[836]A esse respeito ver o artigo de Juvenal de Carvalho. A África na política externa da ditadura militar Juvenal de Carvalho. Disponível em: <http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/JUVENAL-DE-CARVALHO.pdf> e <https://aclessa.files.wordpress.com/2008/11/045.pdf. Acesso em: 15 de março de 2021.

[837]NASCIMENTO, op. cit., 2016, p. 109.

> Devido a solidariedade existente entre os países do Terceiro Mundo, O Itamaraty percebeu, perante a questão da independência angolana, a importância de manter boas relações com os países do chamado Terceiro Mundo. Estava claro tanto para Brasil como para os países do chamado Terceiro Mundo que a posição brasileira em Angola seria determinante para o estado futuro de suas relações. Países estes que eram potenciais e poderiam tornar-se logo destinatários das exportações brasileiras. No caso de petróleo, alguns desses países eram fontes preciosas das importações brasileiras. Entre esses países estava também Angola, cujos acordos sobre petróleo foram estabelecidos desde os primeiros momentos de sua existência como um Estado independente[838] (NKOSI, 2017, p. 158).

A demonstração do interesse dos militares em relação ao que se passava no continente africano está registrada em documentos do SNI, como no caso de uma informação de caráter secreto, onde o Ministério da Marinha enviou um telex ao SNI, avisando sobre a presença soviética nos países do oceano indico. O dossiê expõe a descrição da posição geográfica dos países africanos e asiáticos, bem como a penetração soviética e a movimentação da marinha soviética nesses continentes, e delineia as disputas navais entre a URSS e os EUA[839], o que preocupa os interesses estratégicos dos militares, no que dizia respeito às relações comerciais e a segurança do Brasil. Como já posto, no plano interno havia também uma preocupação dos militares com relação à mobilização do MN brasileiro no que dizia respeito às lutas revolucionarias na África. Como exemplo podemos citar o dossiê que apresenta documentos sobre a Federação Mundial da Juventude Democrática, onde o Ministério das Relações Exteriores pede informações sobre ativistas e ações do movimento negro em diversos países, entre eles: Angola, Nigéria, Portugal, Nicarágua, Inglaterra[840].

A complexidade da decisão de Geisel em reconhecer de pronto a independência de Angola estava posta tanto em âmbito externo, quanto internamente, como afirmaram Nkosi[841] e Carvalho[842]. Quando, junto ao Itamaraty, Geisel impôs a prática do "pragmatismo responsável" na política externa e reconhece a independência de Angola, naquele momento um país de governo com caráter socialista, criou polemica junto a alguns setores militares. Isto porque Geisel, apesar da grande importância dos militares nas decisões do governo, acabou por impor "orientações que nem sempre correspondiam aos desejos dos órgãos de

[838]NKOSI, op. cit., 2017, p. 158.
[839]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011152 -- Dossiê EMA (Ministério da Marinha Estado-Maior da Armada); TELEX nº 1891 DE 11/09/80 AC/SNI.
[840]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002959 - Dossiê 1975.
[841]NKOSI, op. cit., 2017.
[842]CARVALHO, de Juvenal. **A África na política externa da ditadura militar.** Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História. ANPUH-BA, 2013.

segurança vigente". Em relação aos conflitos enfrentados por Geisel, diante dessa decisão, Carvalho explica que:

> O ministro do Exército, general Sílvio Frota, ao ser demitido pelo presidente Geisel, em 1977, citou o reconhecimento de Angola como um sinal da presença comunista no governo. No parlamento, o ministro das relações exteriores foi censurado. A imprensa também tomou partido criticando o Itamaraty. O governo dos EUA também criticou publicamente, através do Departamento de Estado, a decisão brasileira[843].

Como já afirmamos no capítulo anterior, os jornais negros também não se furtaram a entrar nessa discussão, pautada entre a publicação de poemas de poetas africanos como Agostinho Neto, Emanoel Corgo, Samora Machel, Gasmin Rodrigues, as discussões e análises em torno das relações diplomáticas Brasil-África. A imprensa negra trouxe narrativas em torno das lutas de libertação na África, sempre com olhar crítico sobre as ações e interesses do Itamaraty, na perspectiva da política externa dos militares, em razão dos acordos firmados e nem sempre confirmados. Em março de 1980, o jornal *Sinba* publica um pequeno artigo sob o título: "África-Brasil. Uma relação diplomática - étnica", assinado por Thierno-Gueyer[844] que trouxe uma análise das relações diplomáticas entre o Brasil e África, marcadas pelo eurocentrismo e imperialismo.

> (...). Na política de relação África-Brasil é de vital importância a consideração do elemento negro afro-brasileiro e de sua comunidade. Sem levar isso em conta a diplomacia africana será uma diplomacia de "brancos" europeus realizada por negros africanos. A diplomacia africana deve ter em mente a necessidade de uma comunicação direta com a comunidade negra afro-brasileira que antes de tudo representa o que podemos chamar hoje de embaixador genético da relação África-Brasil[845].

Entendemos que a "comunicação direta com a comunidade negra afro-brasileira" e os embaixadores africanos, era exatamente o que não interessava ao Itamaraty e aos militares, visto a cautela na troca de correspondência entre o corpo diplomático das embaixadas com a DSI-MRE e deste com os demais órgãos de vigilância e repressão do SNI. O fato é que em todo pronunciamento do Brasil nas Nações Unidas, fica posto os interesses do governo militar nos países africanos e a necessidade do discurso uníssono de seus representantes. Em nosso entendimento, garantir o equilíbrio entre o discurso e a prática, impedia qualquer manifestação de força sobre as ações do movimento negro, por parte dos militares e suas

---

[843]Id., 2013.
[844]No jornal o autor do artigo assina como pesquisador Senegalês do Instituto Joaquim Nabuco. Recife-Pernambuco.
[845]*Sinba*, ano III, nº 4, p. 7, 1980.

agências de repressão. Entre os dias 14 e 26 de agosto de 1978, ocorreu a I Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial, realizada em Genebra. O encontro contou com a participação de representantes de cento e vinte e três Estados e observadores de órgãos e agências especializadas da ONU, entre os Estados, o Brasil.

Nesta conferência, evento de grande importância mundial, o MRE fez um esforço para alinhar o discurso diplomático e para tanto, encaminhou um telegrama "urgentíssimo", com anotação manuscrita: "Para expedição imediata", datado de 14 de agosto de 1978, destinado a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais Organismos Internacionais em Genebra (Delbrasgen), endereçada ao Embaixador Lindenberg Sette[846]. O telegrama de caráter Secreto, continha o rascunho do texto do discurso que o embaixador deveria pronunciar no Debate Geral da Conferência. O texto é uma crítica severa ao apartheid e ao racismo na África meridional, além de enaltecer aspectos da democracia racial no Brasil:

> (...). O racismo é a própria antítese da nossa nacionalidade, baseada na integração de diferentes raças, que vieram ao Brasil para viver juntas em uma única nação, sem distinção de origem religião ou cor. Este processo enraizado da integração harmoniosa e pacífica moldou a nossa história, as nossas tradições e a nossa índole e a sua consequência é a sociedade internacional que o Brasil é hoje. É também nesse processo de miscigenação natural e espontânea que a nacionalidade brasileira encontra um dos seus elementos definidores básicos e uma das fontes de sua vitalidade e renovação constante.

O discurso posto no documento ratifica a posição do Brasil como signatário de todos os esforços das *Organizações das Nações Unidas (ONU)* para dar um fim às práticas do racismo e da discriminação racial. O governo brasileiro afirmava que vinha tomando medidas "concretas para traduzir em fatos a sua posição de princípio". A narrativa do governo brasileiro na ONU fazia com que a responsabilidade dos militares em torno da imagem do país como a maior democracia racial do mundo só aumentasse, em especial com relação aos interesses político-econômicos projetados pelo governo. O que vai de acordo com a afirmativa do jornalista David Vidal, que escreveu em um de seus artigos que em relação à política internacional dos militares, "um dos artigos que melhor se vende é a história racial do Brasil"[847]. Para garantir aos militares a manutenção da vitrine de um país vivendo em plena democracia racial, os órgãos de repressão tinham muito trabalho. Podemos observar que o

[846]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) p. 141-144.
[847]Extraído do artigo intitulado "A questão racial no Brasil", transcrito do jornal New York Times, escrito pelo jornalista David Vidal. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) p. 174/267.

Ministério da Aeronáutica, através do CISA, fazia relatórios mensais contendo informações sobre o tema racismo.

Tivemos acesso a pasta de relatórios nº 8/78/CISA de agosto de 1978, contendo um dossiê de 267 páginas, com documentos e cópias de jornais anexadas, que tratavam sobre a "Imagem do Brasil no Exterior". Todas as páginas sob o tema "racismo". Prevalentemente os agentes se limitam a descrever documentos, a maior parte de caráter confidencial, mas encontramos também outros de caráter secreto. Nesses documentos, os militares rastreavam indivíduos e organizações estrangeiras que segundo eles, contribuíam para o "incremento da campanha de antagonismo racial, ora em ascensão no Brasil"[848].

A negação da realidade nacional era uma constante entre a diplomacia brasileira. Mas como já discorremos, não era só o governo brasileiro que buscava conhecer o que se passava mundo a fora sobre as relações raciais, também "as lideranças do movimento negro da década de 1970 trataram de conhecer, muitos de forma ávida, tudo o que se produzia sobre as lutas dos negros em outras partes do mundo"[849]. O interesse do movimento negro se dava, em especial, em torno das lutas revolucionarias das ex-colônias na África, além das ideias e ideais das esquerdas marxistas, socialistas, comunistas. Assim, as lideranças revolucionarias que eram acompanhadas pelos órgãos de vigilância desde a criação do SNI, também eram vistas pelo movimento negro brasileiro. Os militares, mantendo a preocupação, estavam atentos ao que entrava no país sobre as "ideias racistas", enquanto a militância negra brasileira via Frantz Fanon, Agostinho Neto, Martin Luther King, Ângela Davis, os Panteras Negras, o movimento Black Power, com admiração e suas lutas revolucionárias como modelo para as lutas de enfrentamento interno ao estado racista brasileiro.

Como já mencionado, as lutas e reivindicações do MN brasileiro foram internacionalizadas por militantes negros que, fora do Brasil, ou em articulação com ativistas no exterior, denunciavam o racismo brasileiro e a falsa democracia racial. Dentre esses militantes, Abdias Nascimento foi sem dúvida o mais provocador, pois expunha as contradições do discurso dos militares no que dizia respeito as questões raciais no Brasil e a política externa levada a cabo pelo Itamaraty. Não por acaso, o nome de Abdias Nascimento e informações sobre ele aparecem na mais superficial pesquisa que se faça sobre o MN nos arquivos dos órgãos de repressão. Taxado como comunista, Abdias tinha suas ações

[848]Relatório Mensal de Informações nº 8/78/CISA de agosto de 1978. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações.
[849]ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f, p. 5.

constantemente vigiadas, mesmo no período em que ele não vivia no Brasil, pois com a promulgação do AI-5, exilou-se nos EUA em 1968, só retornando ao Brasil em 1978.

A preocupação dos militares com a imagem do Brasil no exterior aumentava na mesma medida em que aumentava a repercussão de denúncias de casos de racismo que eram divulgadas no exterior principalmente por meio de matérias jornalísticas. Em vista disso, a Embaixada do Brasil em Lisboa encaminhou para o MRE um artigo publicado em 5 de julho de 1978, no jornal português "O Diário de Notícias", transcrito do artigo publicado no *New York Times,* sob o título "A Questão Racial no Brasil". O artigo, cuja cópia veio anexo, discorre sobre as relações raciais no Brasil daquele período, descrevendo criticamente a sutileza do racismo à brasileira, da questão da identidade racial baseada na cor do indivíduo em comparação com a forma como ocorria nos EUA, relata ainda casos de racismo no país apontando o Brasil como a maior nação negra fora da África e assinalando a necessidade do governo brasileiro em afirmar constantemente o Brasil como a maior democracia racial do mundo. A caricatura que ilustra o artigo, foi destacada pelo embaixador como ofensiva, pois mostra um Presidente Geisel, munido de pincel e uma aquarela colorindo a República das Bananas[850].

A DSI-MRE recebeu diversos informes, cujo tema fora o racismo, encaminhados das suas embaixadas[851], por vezes havia até trocas de reportagens entre elas. Esse *boom* de matérias jornalísticas sobre o Brasil, falando sobre o racismo, veio num crescente de meados dos anos de 1970 aos anos 1980. Porém, nota-se um crescimento vertiginoso no ano de 1978, ano da criação do MNUCDR/ MNU. Neste sentido, percebe-se o quanto o ato de criação do MNUCDR em 1978, e toda articulação do movimento negro a partir de então, demandaram ainda maior tempo e vigilância das agências do SNI. Nos deparamos com centenas de documentos, informes, informações, telegramas, trocados pelas agências de forma a possibilitar ao governo militar uma visão geral do movimento negro que avançava sob o olhar negacionista dos agentes da repressão. O MRE tanto recebe esses informes, quanto encaminha para as suas embaixadas e representações notícias sobre as ações das organizações do movimento negro ocorridas por todo Brasil, mantendo-as informadas sobre todos os acontecimentos em torno dessa questão.

O MRE por meio da sua DSI, também solicita de suas embaixadas informações sobre empresas, universidades, grupos culturais, lideranças, qualquer indivíduo que venha do

[850]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) p. 175/267.
[851]Algumas não citadas: Trípoli/Líbia, Bolívia, os departamentos da Ásia, África e Oceania.

exterior para o Brasil participar de eventos do movimento negro, ou a pretexto dele. Como por exemplo o memorando encaminhado pelo MRE ao Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, sobre o assunto: Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

> Para conhecimento de Vossa Senhoria encaminho anexa cópia de documento recebido de órgão do Sistema Nacional de Informações sobre o "Movimento Negro" no Brasil. Muito agradeceria a posterior devolução do citado documento a esta Divisão[852].

Nas décadas de 1970/80, houve certa repercussão internacional a respeito das relações raciais no Brasil. As ações do MN nesse período estavam ganhando mundo e contestando o tão caro mito da democracia racial do governo militar. Os temas de ordem estrutural: o racismo à brasileira, o preconceito racial na educação, no trabalho, no acesso a bens e serviços, eram pauta constante da imprensa no exterior. As notícias que eram divulgadas, em grande parte, também tratavam dessas questões, o que trazia constrangimento e preocupação ao MRE e ao governo, como mostram os documentos. Sobre as ações do movimento negro em 1978, vale destacar o Encaminhamento com origem na DSI/MRE[853], tendo como assunto: "França. Imagem do Brasil no Exterior", que trata de um artigo publicado no jornal *"International Herald Tribune*", de 19 de outubro de 1978, sobre Racismo no Brasil, com difusão para os órgãos: SNI/, CIE, CENIMAR e CISA.

O artigo, assinado pelo jornalista Larry Rohter, aborda as relações inter-raciais no Brasil, sendo o jornalista responsável pela matéria possivelmente um correspondente deste jornal em São Paulo. O documento vem com um telegrama de quatro páginas, encaminhado pela Embaixada do Brasil em Paris - *BRASEMB Paris. O teor do artigo é a discriminação racial sofrida pelos jovens em um Clube em São Paulo que culminou com o ato de criação do MNUCDR.* O encaminhamento traz também em anexo um recorte do jornal Folha de São Paulo, de setembro deste mesmo ano, sob o título: "Um debate sobre o negro em Joinville". Em outro telegrama, o assunto seguiu apontando que no Brasil existia diversos termos para descrever os diferentes tons de pele negra, alegando que apesar das denúncias dos problemas raciais ocorridos internamente, a discussão pública sobre o problema era inexistente. O

---

[852]O memorando DSI/2097 está assinado por Adolpho Corrêa de Sá Benevides, diretor da Divisão de Segurança e Informações, datado de 30 de novembro de 1978, de caráter confidencial. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001, p. 131/233.

[853]Encaminhamento nº 4262/78. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) Brasília, 30 de outubro de 1978.

encaminhamento vem com um carimbo com pedido de "Busca e Informação", assinado pelo ministro da pasta.

Em 12 de outubro de 1978, o MRE recebeu da Embaixada do Brasil em Washington um telegrama, que informava sobre outro artigo assinado por Larry Rohter, este publicado no Washington Post, na mesma data, sob o título *"Brazil's Race Relations, In Theory And Practice"*. A cópia do jornal anexada, está pouco legível, mas trata-se do mesmo artigo publicado no jornal *"International Herald Tribune"*, sendo que este traz entrevista e análises de Abdias Nascimento sobre o racismo no Brasil. Abdias como já dissemos, era muito visado pelos militares e por isso mesmo, há muitos documentos de troca de informações do MRE com as embaixadas no exterior, apontando sua atuação, que "manchava a imagem do Brasil no Exterior"[854]. É desse lugar que os militares veem Abdias e por isso mesmo suas falas são monitoradas e sempre que possível criminalizadas pelos militares e seus representantes.

Outro encaminhamento da DSI/MRE, remetido pela Embaixada de Lisboa em vinte e dois de setembro de 1978[855], traz notícias sobre a questão racial no Brasil publicadas na imprensa de Portugal, no jornal português "Diário de Notícias" de 10 de agosto de daquele ano. O encaminhamento vem sob o assunto: "Questão racial brasileira: Notícia na imprensa de Portugal" e em anexo, um artigo do jornalista António de Figueiredo, intitulado: "A Democracia Racial Brasileira - contestando o mito com a realidade", a matéria do referido jornalista faz uma comparação entre os negros norte-americanos e os negros brasileiros, como descreve o documento:

> (...). 2. O articulista, depois de enfatizar a rapidez com que os negros norte-americanos alcançaram maior participação na vida pública dos ESTADOS UNIDOS, declara que o referido país está "em vias de disputar com o BRASIL a reputação de ser a maior democracia racial do mundo".
> 3. Segundo o Senhor FIGUEIREDO, muito pouco tem sido feito no BRASIL pela dignificação de sua minoria negra, assinalando que enquanto os negros brasileiros "tem avançado meses, os norte-americanos têm avançado décadas".
> 4. No entender do autor o BRASIL, ainda influenciado pelas teses do luso-tropicalismo de GILBERTO FREYRE, e em vista dos altos índices de mestiços existentes em sua população, continua ignorando a existência da "questão racial", o

[854]Memorando encaminhado pelo MRE para o chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, em 29 de setembro de 1978 de caráter confidencial. DSI/1541. Assunto: Abdias do Nascimento. Racismo negro no Brasil. O telegrama dá conhecimento de documento recebido do órgão do Sistema Nacional de Informações sobre Abdias do Nascimento. Outro documento que pode ser analisado é o Pedido de Busca nº 3122/78 - DSI/MRE de 18 de agosto de 1978. Assunto: Racismo negro no Brasil. Abdias do Nascimento. Referência: BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações Infão/ nº 0647/CISA-RJ, de 08/ago/78. Difusão: SNI/AC- CIE- CENIMAR- CISA-CI/DPF.

[855]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1). Encaminhamento nº 3636/ 78 _DSI/MRE, com carimbo de "RESERVADO" e difusão para os órgãos: SNI/AC - CIE - CISA - CENIMAR - DSI/MEC. p. 61 e 131-135.

> que não deixará, em futuro próximo, de repercutir de forma negativa sobre suas relações com a ÁFRICA[856].

O documento, assinado pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura[857], chama a atenção para o fato de que este seria o segundo artigo em um mês que o jornalista publicou matéria com a mesma análise, sempre reforçando a superioridade dos negros norte-americanos. No jornal anexado, é possível ler boa parte do artigo, onde o jornalista fala também de Abdias Nascimento "intelectual negro de difícil identificação ideológica ou partidária", fazendo uma análise das denúncias do Abdias sobre o genocídio do negro brasileiro. Na matéria, o jornalista se colocava como observador e estudioso das relações raciais, questionando a democracia racial brasileira:

> A razão principal é que o «Brasil» - entendido como sociedade e como política nacional ainda não acordou para as realidades políticas, sociais, históricas e económicas dum dos seus problemas mais básicos: a questão racial. Vivendo agarrado a ilusórias noções de tolerância», que implicitamente ainda confirmam uma insidiosa crença na superioridade racial do elemento branco e equivocado pelo expediente aquiescência e colaboração duma elevada Percentagem de mistos, o Brasil, em matéria de esclarecimento da questão racial, e dignificação dos Negros, tem avançado meses onde americanos tem avançado décadas. Não admira, portanto, que já esteja a ser ultrapassado, com as mais graves consequências para o seu futuro como potência de primeira grandeza do Séc. XXI. (...). Por outro lado, por mais que *se* procure os jornais, revistas e livros brasileiros, pouco ou nada se lê sobre a «questão racial. Este ominoso silêncio confirma a quem quer que tenha experiência de observação do problema que, na sua maioria. Os brasileiros continuam, duma forma ou doutra, a ignorar a existência do problema[858].

Ainda em agosto de 1978, a embaixada do Brasil em Washington, encaminhou para o MRE a transcrição de um artigo publicado no dia 21 do referido mês, no jornal "The Washington Post", sobre a realização no Rio de Janeiro do "Primeiro Festival do Novo Mundo sobre a Diáspora Africana". A matéria tem como título: "*Cultural Exchange and Controversy in Rio*", são duas páginas discorrendo sobre o evento e discutindo as relações raciais no Brasil. Um evento que também não passou despercebido no exterior foi o Festival de Arte Negra no Brasil[859]. O telegrama de caráter secreto enviado pelo MRE para

---

[856]Os grifos são do próprio documento.

[857]Carlos Alberto da Fontoura foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) de 1969 a 1974. Foi também embaixador do Brasil em Portugal de 1974 a 1978. Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964.** 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 187.

[858]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001. Embaixada do Brasil em Lisboa, nº 727. Secretaria de Estado. DSI p. 133/267. Jornal Diário de Notícias, 10/08/1978. "A crônica de Antônio Figueiredo - A democracia racial brasileira – contestando o mito com a realidade".

[859]As informações constam em matéria do Jornal do Brasil, datado de 16 de julho de 1978. Recorte do jornal consta do anexo do Encaminhamento nº DSI/2709 de 24 de julho de 1978. Entre outros grupos, em Salvador

BRASEMB Washington, é na realidade uma orientação para que o Festival não recebesse apoio oficial pois, segundo o documento, "por haver assumido conotações racistas". Telegramas com o mesmo teor foram encaminhados para o Consulado-Geral do Brasil em *Nova York*[860]*, para as* Embaixadas do Brasil no México, no Canadá na cidade de Ottawa e para o Consulado-Geral do Brasil em Atlanta[861]. Outros telegramas sobre o mesmo assunto, mas tratando de "Cultura e turismo Brasil-EUA. Festival de Arte Negra no Brasil", cuja explicação é a seguinte: "Para a orientação de Vossa Excelência, informo que, em decorrência de decisão tomada em alto nível, o Festival de Arte Negra não contará com qualquer tipo de apoio de órgão oficial brasileiro". Os telegramas trazem o seguinte complemento do texto acima riscado: "Tendo em vista o risco de que seja transformado em instrumento de pregação de teses racistas atentatórias aos preceitos constitucionais do país".

O I Festival de Arte Negra no Brasil ocorreria entre 7 a 17 de agosto de 1978 em Salvador e no Rio de Janeiro. Os telegramas, todos de caráter secreto e urgentíssimos foram enviados entre 10 e 14 de agosto, o que nos leva a crer que o levantamento de informações e análises por parte das agências de informações, levou o governo federal a impor o cancelamento com urgência de qualquer subsídio público ao Festival, e os telegramas podem ter sido uma tentativa de evitar a divulgação do evento no exterior e a presença de estrangeiros no Brasil para participar do evento, conforme consta do Informe[862]. Percebe-se por toda essa mobilização de correspondências do MRE, que, diante da impossibilidade de uma repressão contundente às ações das lideranças que organizavam o evento, os militares optam pela asfixia por falta de financiamento de qualquer agência dos governos Estaduais ou municipais. Outra questão são os diferentes entendimentos acerca deste festival, que não fora organizado por nenhuma instituição brasileira e sim pelo Departamento de Estudo Afro-Americano da Universidade de Atlanta em parceria com a Empresa de Turismo "Henderson Tours", cujos objetivos para sua realização no Brasil geraram muitas discussões e controvérsias[863]. Porém, o cancelamento de subsídios para sua realização se deu

---

haveria apresentação do conhecido e politizado bloco Ilê Aiyê e no Rio constava a coordenação de Carlos Medeiros, diretor do grupo folclórico Olorum Babá Mim.

[860]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) p. 145,146. A minuta do telegrama é de caráter secreto, com distribuição para DFT/DDC/DCS Índice: Festival de Arte Negra no Brasil, p. 145-146/ 149-150/ 151-152.

[861]Nos telegramas constam as embaixadas designadas respectivamente: *CONSBRAS- Nova York,* - BRASEMB - México, BRASEMB OTTAWA-Canadá e CONSBRAS-Atlanta.

[862]SNI / DSI-MRE Informe nº 2911/ 73 - DSI/MRE. Brasília, 02 de agosto de 1978. Assunto: FESTIVAL DE ARTE NEGRA NO BRASIL. DIFUSÃO: SNI/AC - CIE- CENIMAR – CISA - Cl/DPF- DSIMJ- DSIMEC – DSI.

[863]O jornal O Estado de São Paulo" em 1/08/78, traz uma matéria intitulada: "*Governo, antropólogos, ninguém, quer o Festival de Arte Negra". A matéria vem anexada ao Informe*: nº 2911/ 73 __DSI/MRE. Arquivo Nacional

exclusivamente pelo entendimento que os militares tiveram sobre os objetivos do evento, que contrariava a orientação de que era "proibidos debates sobre a situação do negro"[864].

Mediante os pedidos de busca e informações do MRE, houve uma análise deste órgão de que "havia a possibilidade de ser o evento aproveitado por grupos interessados em estimular divergências raciais no BRASIL". Logo, os militares associaram esse evento as atividades de Abdias Nascimento, devido as informações enviadas pela Embaixada do Brasil em Lagos/Nigéria, de que grupos negros norte-americanos estariam orquestrando uma campanha contrária ao Governo brasileiro no campo racial. Nesse sentido, os militares, através do MRE, justificavam por meio de telegrama - urgente e de caráter secreto - endereçado a embaixada em Nova York, à Universidade de Atlanta e consequentemente ao governo norte americano suas razões em não apoiar o evento. Diz o documento:

> Para sua orientação, esclareço que o Festival de Arte Negra no Brasil não pode merecer apoio oficial por haver assumido conotações racistas. De início, foi apresentado por seus promotores como evento destinado a atrair membros da comunidade negra norte-americana que, em busca de identificação com as culturas de origem africana no Caribe, poderiam também viajar ao Brasil para conhecer a influência que recebemos da África em nossas tradições e, dessa forma, alimentar nova corrente de turismo para cá. Posteriormente, todavia, a promoção passou a denotar traços racistas tendo adotado, inclusive, a denominação de "The First New World Festival of the African Diàspora". Como Vossa Excelência bem sabe, o conceito de diáspora está precisamente incutido em minorias que se julgam dispersas por motivos políticos, culturais ou religiosos, em virtude de perseguição de grupos dominadores intolerantes. Ora, como resultado de sua formação, a sociedade brasileira, ostensivamente aberta a miscigenação étnica, é totalmente avessa à filosofia que parece inspirar o evento em causa e que, de resto, atenta contra os preceitos da Constituição, que proíbem as manifestações de caráter racista[865].

Em que pese as controvérsias em torno dos entendimentos acerca dos reais interesses do evento se turístico-comercial ou se político, a matéria do jornal O Estado de São Paulo, datado de 1 de agosto de 1978, anexado ao mesmo documento[866], se refere ao "velado boicote oficial ao festival" e o governo militar, através do MRE protege o mito da democracia racial de um possível ataque a sua veracidade, acionando preceitos constitucionais e sem dúvida embasados na LSN. A preocupação com a preservação do mito segue, e em documento da

---

do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) p. 165/267.

[864]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001 p. 225. Informação nº 1401/S-102-A3-CIE DSI-MRE. Data: 18/0 8 / 7 8 - 01/11/ 1978.

[865]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001, p. 145.

[866]p. 167/267.

Embaixada do Brasil em *Port-of-Spain*[867] para o MRE, um telegrama[868] de caráter secreto e urgente datado de 22 de novembro de 1979, sobre o assunto: Brasil, manifestação no Rio, mais um alarido. O telegrama relata que teria havido no Rio de Janeiro, naquela data, um ato contra a discriminação racial. Este evento que demarcaria a morte de Zumbi, reuniu "CENTENAS DE PRETOS E MULATOS[869]", acompanhados por brancos contra a violência policial, contra pretos e contra a discriminação nos setores da educação, trabalho e moradia.

O remetente - sem assinatura, mas provavelmente o embaixador - avisa que o assunto terá repercussão em Trinidad e que por isso, pede maiores informações, para que possa dar resposta em caso de eventuais "comentários desabonadores". A preocupação do embaixador foi expressa em sua fala: "o tema é claramente delicado e tentarei atuar com cautela e sob instruções". De acordo com essa descrição, é possível reafirmarmos que o corpo diplomático nas embaixadas procurava ajustar seus discursos com o do MRE e no que dizia respeito às questões raciais, sempre buscava ter prudência em suas narrativas em função de que qualquer equívoco poderia gerar uma possível depreciação da imagem do Brasil no exterior.

Em especial a partir de 1978, muito em função das articulações das lideranças do MN brasileiro com outros países, as questões em torno das relações raciais no Brasil reacenderam o interesse internacional. Diversos países buscavam notícias sobre o racismo no Brasil, fato registrado nos documentos da DSI-MRE e do SNI. Nesse sentido, cabe-nos reportar algumas notícias em destaque naquele momento e que por isso seguiram merecendo atenção do MRE e sua DSI. O jornal *El Mundo*, sob a matéria: "*Denuncie discriminaciún racial en Brasil*"[870], publicada em 20 de novembro de 1979, traz a informação sobre as discussões levantadas pelo MN no Rio de Janeiro, em torno da não inclusão do item cor no censo de 1980 no Brasil. O texto informativo, vem carregado de uma certa ironia em relação as colocações do governo sobre a suposta harmonia racial tão decantada pelo mundo e denunciada pela imprensa negra, que também não deixou de se manifestar sobre o tema[871].

Em outro documento, numa pasta sobre o racismo, o Consulado Geral do Brasil em Milão, envia um telegrama sobre o assunto: "Notícias sobre o Brasil. Preconceitos raciais" "A consulesa informa que dois grandes jornais de Milão, lidos por toda Itália: "Il Giornale" e Il Giorno", publicaram em 14 de agosto daquele ano, matérias com os títulos: "*Allarme in*

[867]Representação do Brasil em Trinidad e Tobago.
[868]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001 p. 86/233.
[869]Grifo do documento.
[870]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001 p. 87/233.
[871]O Sinba (Nº 3, ano II, 1979, p. 3-4) traz a discussão sob os temas: Não basta apenas a inclusão do item cor / item cor, quem será contra?

Brasile: i negri sono troppi" e "*I neri aumentano: Sterilizziamoli"*, sobre a proposta do economista Benedito Pio da Silva de esterilização dos "brasileiros de cor" a pretexto de que o índice de natalidade entre esses cidadãos" ameaça a hegemonia da raça branca"[872]. A consulesa brasileira, Marina De Barros e Vasconcellos, demonstrando autonomia e o pensamento alinhado com a ideologia da democracia racial encaminha os recortes dos jornais citados e faz o seguinte comentário:

> É lamentável que a liberdade de pensamento e de informação, garantida por lei, permita a agências telegráficas nacionais ou estrangeiras transmitir do Brasil para divulgar no exterior notícias desse tipo, embora, também por lei, constitua crime punível com detenção a utilização dos meios de informação e divulgação na propaganda de preconceitos de raça. As notícias não esclarecem qual a reação à referida sugestão, por parte do Governo de São Paulo, cuja iniciativa gerou esse triste fruto[873].

Seguindo a demanda, o dossiê "Racismo – aberto em 1-11-78"[874], cita documentos de vários órgãos do SNI inclusive da DSI-MRE, de caráter reservado, sobre o assunto: 100 anos da Lei Aurea. O informe traz um telegrama[875] da Embaixada do Brasil em *Bonn* (Alemanha), com artigo da revista "*Der Spiegel*". O texto diz que a revista publicou artigo de duas páginas e meia alusivo à comemoração dos 100 anos da Lei Áurea sob o título "A Hora dos Negros". O artigo da "Der Spiegel" dizia que "no país da suposta harmonia racial"[876], ser negro ainda significa não ter valor, relata a situação do negro no Brasil, com dados estatísticos desfavoráveis a estes. Para o semanário alemão, "a harmonia racial no Brasil seria um mito e o racismo estaria camuflado sob as mais diversas formas". A revista alemã, com informações dadas pelo SOS Racismo do Rio de Janeiro, cita casos de racismo no Brasil, entre eles o já citado caso das policiais no aeroporto do Rio de Janeiro. O artigo fala que no Brasil, naquele momento havia seiscentos grupos que lutavam pela igualdade dos negros.

Percebemos que apesar da ditadura cair em 1985, os órgãos de repressão seguiram vigiando o MN no decorrer dos anos de 1980 conforme mostra o documento acima[877]. Além das ações do MN propriamente dito, a vigilância em torno do que era publicado ou de ações e

---

[872]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001. Origem: Consulado de Milão. Data: 18/08/1982. Secretaria de Estado, datado em: 18/08/82. Assunto: Notícias sobre o Brasil. Preconceitos raciais. p. 42/233. Grifos do documento.

[873]id.

[874]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001, com 233 páginas. O dossiê traz esse título na capa.

[875]O telegrama vem com carimbo de "pedido de busca e informações" DSI-MRE Informe nº 8341/88, 25/05/88. Difusão: SNI/AC p. 2-3/233.

[876]No texto do Informe, a adjetivação dada ao Brasil, vem entre aspas.

[877]Encontramos nos arquivos informações sobre o movimento negro até início dos anos de 1990, porém, em documentos avulsos, sem carimbos nem rubricas.

atividades envolvendo as questões raciais, abrangeram também as igrejas e religiosos que discutiam o tema[878]. Cabe-nos destacar a presença de documentos de caráter confidencial ou secreto sobre "consultas" de igrejas evangélicas com sede em outros países sobre o "racismo no Brasil". O Conselho Mundial de Igrejas (CMI)[879], teve suas atividades bastante vigiadas. A se pensar na quantidade de documentos produzidos pelas agências da repressão, havia por parte dos militares uma grande preocupação com o que a instituição fazia internamente no país, quanto sobre o que ela divulgava no exterior. Inclusive um dossiê com registro do organograma completo do CMI com descrição de financiamentos para organizações e para atividades do MN no Brasil[880]. Em referência a visão e as ações do CMI sobre o racismo, o SNI-RJ, traz na Informação nº 059 / 370 /ARJ/ 81: "0 Racismo na América - Uma Visão do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) ".

> O tema "racismo" entrou oficialmente no rol das preocupações do CMI no ano de 1968, em UPSALA/SUECIA, quando da realização da IV ASSEMBLÉIA daquela organização internacional. Então, foi enfatizada a necessidade urgente de as Igrejas assumirem um papel de destaque na campanha anti-racista. De 16 18 de nov 80 foi realizada no PANAMÁ, uma CONSULTA DE IGREJAS LATINO-AMERICANAS sobre o tema "COMO ENFRENTAR O RACISMO NA DECADA DE 80". Tal consulta foi convocada pelo PROGRAMA DE LUTA CONTRA O RACISMO (PLCR), órgão UNIDADE DE TRABALHO II - JUSTIÇA E SERVIÇO (UT II/JS), do CMI. Tal UNIDADE, das mais atuantes na propagação das teses marxistas que conformam a chamada "Teologia da Libertação", está sob a direção do pastor protestante JOSÉ B. CHIPENDA (JBC), elemento este de notaria atividade no apoio

---

[878]Trabalho interessante sobre a vigilância em torno da Igreja Católica, ver: BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980).** (Dissertação de Mestrado) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2010.

[879]O Conselho Mundial de Igrejas (CMI; em inglês, *World Council of Churches, WCC*) é a principal organização ecumênica em nível internacional, foi formado em Amsterdã, Holanda, em 1948, tendo sua sede em Genebra, Suíça. O CMI congrega mais de 340 igrejas e denominações cristãs, compõe-se presentemente de 286 das maiores organizações eclesiásticas. Dentre as igrejas que integram o CMI, destacam-se a maioria das igrejas ortodoxas do mundo, muitas igrejas anglicanas, batistas, luteranas, metodistas e reformadas (Calvinistas), e outras. Estes representam calculadamente de 400 a 500 milhões de pessoas em mais de 120 países. A Igreja Católica não faz parte da organização, mas mantém laços estreitos com o CMI. Em fins de 1975, o Conselho realizou sua quinta assembleia geral. O local, pela primeira vez, foi a África — Nairóbi, Quênia. As igrejas-membros foram representadas por 747 delegados votantes. Outras religiões, inclusive judeus, hindus, budistas, muçulmanos e católicos romanos, enviaram observadores. A Igreja Católica não faz parte da organização, mas mantém laços estreitos com o CMI, o que ficou demonstrado por ocasião do encontro do Papa Francisco com líderes do CMI em 2018. Desde 1965, o Grupo de Trabalho Conjunto da Igreja Católica Romana e do Conselho Mundial de Igrejas se reúne anualmente. Os católicos romanos participam com direitos a voto da Comissão de Missão Mundial e Evangelização do CMI. Disponível em: Conselho Mundial de Igrejas - uma casa dividida - BIBLIOTECA ON-LINE da Torre de Vigia (jw.org). Conselho Mundial de Igrejas - Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

880Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80003719 - organização e funcionamento do Conselho Mundial de Igrejas CMI. – Dossiê.

> aos grupos marxistas que ora combatem na NAMÍBIA sob a capa da "libertação nacional"[881].

O documento cita a relação de todos os participantes da Consulta de Igrejas Latino-Americanas, convocada pelo Programa de Luta Contra o Racismo (PLCR), órgão Unidade de Trabalho (UT) - Justiça e Serviço (UT II/JS), do CMI. A consulta, discutia sobre como enfrentar o racismo na década de 1980. Os agentes listam onze países latino-americanos, trinta e quatro representantes desses países, o quantitativo de igrejas e de denominações, além do número de organizações representadas no evento. No que concerne ao Brasil, uma observação assinala que, dos três representantes brasileiros, dois eram católicos, sendo um bispo e um padre. Apesar de não constar na observação, o documento aponta que o outro representante era um antropólogo e ambientalista fundador do Centro de Documentação e Informação Ecumênica (CEDI), organização que o próprio representava no evento.

A Unidade de Trabalho II (UT II/JS), do CMI, que segundo os avaliadores, era a "mais atuantes na propagação das teses marxistas que conformam a chamada "Teologia da Libertação". Esta unidade de trabalho era dirigida pelo pastor protestante José B. Chipenda (JBC)[882]. O referido pastor, já havia estado no Brasil em Porto Alegre, São Paulo e outras capitais onde mantivera contato com lideranças das Igrejas Luteranas, Católicas e Episcopal para debater o problema dos negros e índios. Em alguns desses encontros, o pastor Chipenda dera a entender que as possíveis relações entre Brasil/África poderiam ser prejudicadas caso fosse constatado através do órgão a que pertencia que houvesse preconceito ou discriminação racial no país. Afirmando que apesar dos interesses comerciais entre o continente africano e o Brasil, a África classificava os países em racistas ou não racistas.

No caso de tal constatação, poderia afetar as relações comerciais e os interesses do Brasil no continente[883]. A princípio, o que nos interessa nesse documento é, primeiro que os militares estavam preocupados com o que se falou sobre o Brasil nesse encontro, a saber: o

---

[881]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81004764_d0001de0001 (1) CMI. Datado de 5 de junho de 1981. p. 2-67.

[882]O Reverendo José Belo Chipenda nascido a 9 de outubro de 1929 no Bailundo, Huambo, Angola. Entre os anos de 1973 - 1980, foi secretário programa de combate ao racismo, Conselho Mundial de Igrejas Genebra, Illinois, Estados Unidos. Nos anos de 1980 - 1985, foi diretor, Centro de Estudos de Teologia e Cultura Lobito, Benguela, Angola. Entre 1985 - 1987, foi secretário geral, Conselho de Igrejas Evangélicas de Angola Luanda, Angola e em 1987 foi secretário geral, Conselho de Igrejas Evangélicas de Angola Nairobi, área de Nairobi, Quênia. Atuou no movimento pela libertação de Angola. Disponível em: https://prabook.com/web/jose_belo.chipenda/305454. Acesso em: 6 de março de 2021. Este bispo, consta de muitos informes e informações sobre ele, sua vida, sua atuação. Há inclusive uma grande preocupação dos militares com a presença dele no Brasil.

[883]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80002026 - Atividades de pastor angolano no RGS Jose Chipenda. Dossiê/ Data de Produção: 29/1/1979.

problema do racismo na área indígena e o preconceito racial contra o negro no Brasil; segundo, que o próprio documento diz que o CMI realizou em diferentes países reuniões para discutir o tema, culminando com uma Consulta Mundial realizada na Holanda, entre 16 e 21 de junho de 1980. Esse fato mostra que tanto a América Latina quanto a Europa estavam envolvidos nas discussões em torno do racismo, levando-nos a entender que a luta do movimento negro no Brasil encontrava eco nas discussões postas no contexto mundial desde o pós-Segunda Guerra. Como bem demarcaram o jornal *Versus* e a cessão *ALA*.

Nessa informação, o analista descreve os trabalhos de alguns participantes, além de anexar textos, entrevistas que comprovam as falas dos citados e podem corroborar com suas apreciações. Um dos trabalhos descritos e anexados é o do padre brasileiro Mário Teixeira Gurgel cujo tema era "O preconceito racial contra o negro no Brasil". Nesse documento vários fatores se agregam à preocupação do analista: o CMI segundo ele, de orientação marxista e sua influência no Brasil, as discussões em torno do racismo no Brasil levada ao exterior por religiosos ligados a Teologia da Libertação e incentivados por esta organização. No segundo semestre de 1980, o Programa Internacional de Luta Contra o Racismo (PLCR) do CMI, convocou a "Consulta sobre Classe e Racismo nos Textos Escolares Latino-Americanos", o evento ocorreu em São José, capital da Costa Rica, cujos objetivos se sustentavam em geral nos seguintes eixos: 1) Denunciar e reconhecer o racismo na sociedade dependente da América Latina, 2) Contribuir para que as vítimas do racismo sejam senhores do seu próprio destino, 3) Sensibilizar os responsáveis pela informação, formação e escolarização. O ponto central das discussões em torno desse assunto, era a luta de classes. Essa questão, consta da Informação nº 060/320/AM.

De acordo com o relato do analista, a esta informação foi anexada nove documentos comprobatórios do tema exposto. Ele chama a atenção para o trabalho (Anexo H) de um dos participantes ligado ao (Hoje extinto) Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI/SP) cujas teses defendidas também pelo CIMI e por sociólogos "esquerdistas" brasileiros afirmavam serem "os índios e negros explorados e marginalizados, de forma contumaz, pelo branco". Dentro dos objetivos gerais propostos pelo CIMI, destacamos dois outros apontados no evento: Identificar casos de genocídio e de etnocídio e criar, em cada país latino-americano, uma plataforma de luta tendente ao surgimento não só de uma ação nacional como também da solidariedade internacional. Mediante a leitura e análise dos documentos apresentados, percebe-se que os militares, através do MRE e sua DSI, atuando junto ao SNI e suas agências, trabalharam intensamente para convencer ao mundo de que o Brasil era de fato uma democracia racial. Percebe-se que as embaixadas brasileiras faziam uma varredura nos

jornais dos países onde estavam representadas, em busca de matérias publicadas sobre o Brasil, como forma de averiguar como estava sendo divulgada a imagem do país no exterior por sujeitos nacionais e estrangeiros[884].

A necessidade de os militares reafirmarem constantemente o Brasil como uma democracia racial, tinha além dos princípios ideológicos, muito a ver com sua imagem e a necessidade de garantir sua posição política e econômica junto aos países, num momento em que o racismo vinha sendo combatido através de estudos e ações políticas por todo o globo. Para os militares, era importante o Brasil ocupar o lugar de "maior democracia racial do mundo", pois dava ao país um olhar diferenciado junto as nações, em especial junto aos recém-emancipados países africanos de língua portuguesa e a África do Sul que despertava os interesses comerciais do Estado brasileiro. Principalmente no governo Geisel com sua política externa voltada ao pragmatismo responsável.

No entanto, por disputas comerciais ou interesses humanitários, os países passaram a olhar as relações raciais no Brasil de forma crítica, fosse através de jornalistas, estudiosos, políticos ou de trocas com lideranças do movimento negro ou intelectuais estudiosos do tema. O fato é que os países estrangeiros não se furtaram em publicar, ironizar, ou criticar o Brasil, por suas posturas em relação à população negra. O mito da democracia racial com seus pés de barro enfrentou muitas dificuldades e resistências para se sustentar no exterior, mediante a realidade imposta e denunciada pelo movimento negro brasileiro e demais atores sensíveis à questão. A reflexão que se impõe é que os militares reconhecem em documentos, a ascensão do movimento negro no Brasil. Então, como agir em relação a essa situação frente aos acordos assinados pelo Brasil junto à ONU e aos interesses do país no campo internacional, principalmente no que dizia respeito à África? Isso sem contar com as próprias convicções dos militares e de seu corpo diplomático no que dizia respeito as relações raciais no Brasil.

[884]Encaminhamento nº DSI/ 138 de 12 de janeiro de 1978. Assunto: Posição do Negro na Sociedade Brasileira. Futuro do Indígena Sul-Americano.
Difusão: SNI/AC - CIE - CENIMAR - CISA - Cl/DPF DSI/MINTER – DSI/MJ - FA-2/EMFA - 2g Sec. EMAER-2ª *Sec.* Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1), p. 180/267.

6.3 **O racismo posto: a ação dos militares quanto às denúncias de casos de racismo no Brasil**

> O embaixador africano
> Há tempos atrás, perto do Jardim de Alah, um carro que trafegava normalmente foi fechado por um "camburão", e seus ocupantes, sob a mira das metralhadoras dos policiais, obrigados a levantar os braços, e submetidos a tradicional "revista", e apresentação de documentos. Até aí tudo certo, porque todos os ocupantes do carro eram negros e nada mais normal do que a polícia suspeitar e interceptar negros na rua, principalmente pelo fato de serem negros. Dessa vez, porém caíram do cavalo! Um dos ocupantes do carro era, nada mais, nada menos, que o Embaixador de GHANA no Brasil. Tiveram que engolir a indignação do Embaixador, se desculparem e sair de fininho... depois vieram desculpas formais do Itamarati, e a turma do "deixa disso" para evitar que o caso se tornasse do conhecimento público. Mas se esconder esse fato, serve apenas para encobrir uma coisa que é pública e notória para todos, e especialmente para os negros: que no Brasil TODO NEGRO É CONSIDERADO MARGINAL, ATÉ PROVA EM CONTRÁRIO[885].

Como mencionado, havia uma grande preocupação da ditadura militar com a imagem do Brasil no exterior. Essa preocupação dos militares em apresentar um bom cartão de visitas tendo a ideia da diversidade étnica e cultural e da harmonia racial, possibilitou ao país ganhar prestígio internacional. Pressuposto havia por parte do governo um esforço em atentar ao que se falava do Brasil no exterior e ao que acontecia no país, nesse caso, qualquer manifestação em torno das relações raciais, já impedida na LSN. Além dos militares, a elite e sua grande mídia também se preocupavam com a imagem do Brasil, reafirmando sempre que necessário, a ideia de um país com democracia racial. Criar mecanismos de reafirmação da ideia de um país harmônico e com democracia racial, em especial para o exterior, era fundamental para esconder-lhe os pés de barro. Foi por aí que o movimento negro seguiu com a desconstrução do mito. De certo que nesse processo foi fundamental a imprensa negra, as articulações das lideranças do movimento negro com o exterior e a movimentação dos negros no sentido de cobrar dos governos e da própria sociedade brasileira a democracia racial de fato e de direito, inclusive utilizando-se da grande mídia.

Como na matéria acima, em epígrafe, o Jornal *Sinba* em cada número trazia uma página chamada Notas & Notícias, dedicada as denúncias de casos de racismo. Neste número foram publicados cinco. A seção *ALA*, em 13 de maio de 1978, em seu 10º número publicou entrevistas com vários jovens onde esses relatavam como vinham sofrendo racismo e os mecanismos que eram obrigados a criar para sobreviver num país racista como o Brasil. No exterior, por toda década de 1970, seguiu-se a preocupação com as denúncias de racismo no

[885] *Sinba*, Ano II, nº 3, agosto de 1979, p. 6. Grifos do documento.

Brasil. Ao MRE não paravam de chegar telegramas das embaixadas, se reportando ao noticiário que denunciava ao mundo os problemas das relações raciais no Brasil e todas combatendo a ideia de democracia racial. A partir de 1978, nos 90 anos da abolição, como vimos nos documentos, no Brasil e também no exterior, aconteceu o *boom* dessas denúncias. Cabe lembrar que Abdias Nascimento, vivendo no exterior por toda década de 1970, foi incansável em denunciar o racismo operante no Brasil. Internamente, os militares se empenhavam em conter a realidade que cada vez mais se impunha. Como exemplo, tomemos as matérias publicadas pela revista Manchete de 1964, com o tema: "A elite negra no Brasil". A revista traz a atriz Léa Garcia como capa, e a matéria de nove páginas, apresentando alguns negros e negras das mais diversas áreas[886], como sucessores de uma elite negra do século XIX, dentre eles Raymundo de Souza Dantas, o primeiro embaixador negro[887]. Em 1966, a Manchete publica a matéria: "Brasil, a escalada do negro", outra vez apresentando uma elite negra nas mais diferentes áreas. O texto que explica a matéria diz:

> A barreira da cor não existe por aqui, desde que as dificuldades profissionais e de realização pessoal são rompidas por um modo bem brasileiro de agir: para cada oportunidade, basta ser hábil, ter talento e a consciência de que o trabalho, mesmo mal pago, ainda é o único caminho para o êxito. Isso vale tanto para brancos quanto para negros. E para os negros, alguns limites sociais que ainda resistia vão cedendo, à medida que Pele faz um gol, Antenor Nascentes faz uma gramática e Jair Rodrigues canta em disparada (...) [888].

A barreira da cor seguia atingindo aos negros, mesmo aqueles que alcançaram a classe média. Em vista disso, a mesma revista publica em 1977, uma reportagem com a atriz Zezé Motta, sob o título: "Às vezes a solução é cantar". E subtítulo "Para ela, as joias e os diamantes de Chica da Silva não esconderam as dificuldades da sua condição de atriz negra". Na entrevista, Zezé Motta denuncia o racismo estruturado no meio artístico, na TV, no cinema

[886]Revista Manchete,1964, edição 0617, p. 47-55. São apresentados, pela revista, como "A elite negra no Brasil", vinte e duas personalidades sendo desses, doze artistas, dois esportistas dentre estes, Pelé como jogador de futebol. Mulheres são cinco e todas as atrizes na sessão "Cartas do leitor", das 15 cartas publicadas, seis eram de leitores parabenizando a revista pela "excelente matéria". Só não sabemos a origem racial dos mesmos. Na segunda matéria, em 1966, a revista apresenta jovens atores negros de sucesso, encontros da elite negra ligada a clubes negros com dois diplomatas de países africanos e negros que ascenderam como empresários, como militares, nas letras, na moda e nos esportes (Onde mais uma vez aparece Pelé). Até Abdias Nascimento aparece como "diretor de teatro com 20 anos de profissão". São ao todo vinte e três negros representando diversas carreiras. Entre estes, seis da área artística (Atores) e dois do esporte, consta apenas três mulheres negras: uma modelo, uma estudante universitária e uma presidente de clube, as outras filhas ou esposas dos negros citados na reportagem. Disponível em: Manchete (RJ) - 1952 a 2007 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 14 de outubro de 2021.

[887]Sobre Raymundo Souza Dantas ver: KOIFMAN, Fábio. **Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro.** Saga Editora, 2021. SCHLICKMANN, Mariana. (2019). **África difícil: A primeira missão diplomática brasileira ao sul do continente africano através do diário de Raymundo de Souza Dantas.** Revista África e Africanidades – Ano XII – nº 32, nov. 2019.

[888]Revista Manchete, Ano 1966, edição 0763, p. 63.

e no teatro e o jornalista enfatiza: "Denunciando com doçura e firmeza a situação do negro na arte da representação do Brasil". Na entrevista, falando sobre racismo sofrido na carreira e na vida, a atriz assegura: "Diariamente a Lei Afonso Arinos é violada, e tudo bem"[889]. Naqueles anos, a renomada Lei fora acionada tanto por esta atriz quanto por tantos outros negros, em especial os de classe média, com o intuito de barrar o racismo no Brasil. Com a retomada das organizações do movimento negro, a desmistificação da ideia de democracia racial ganha força, dando respaldo as denúncias de racismo e preconceito racial Brasil afora. Denúncias de todos os tipos, vindo de homens e mulheres negros, grande parte em ascensão social, que eram barrados neste processo por causa da cor. Pessoas que vivenciavam o cotidiano onde o preconceito e a discriminação racial se impunham sob os olhos daqueles que não viam ou não queriam ver. Sobre o preconceito racial no Brasil, Hasenbalg afirmou:

> A existência de preconceito racial é negada a priori no plano do discurso formal; sua ocorrência está prevista na lei e suas manifestações concretas são toleradas com certa condescendência. No entanto, a expressão "discriminação racial" encerra anátema e, como tal, não figura no texto legal nem na linguagem cotidiana[890] (HASENBALG, 1979, p. 261).

Essas denúncias acabavam por chegar a grande mídia, obrigando os militares a buscar mecanismos de silenciamento às manifestações racistas, como já dito, tomando como regra a LSN. Já a Lei Afonso Arinos[891], nos parece, diante dos documentos, que se tornou um para-raios que supostamente protegia aos negros e aos militares do racismo à brasileira: Aos negros e negras, um dispositivo legal para denunciar o racismo que estava posto na estrutura social do país; aos militares, com o intuito de silenciar aqui dentro qualquer possibilidade de exposição negativa da ideia democracia racial no exterior. Os militares seguiam com seu olhar bifronte mirando as possibilidades de grandeza econômica e de ascensão do Brasil entre as

[889]Revista Manchete, Ano 1977, edição 1336, p. 56-58.
[890]HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, p. 261.
[891]Afonso Arinos autor da lei nº 1 390, de 3 de julho de 1951, contra a discriminação racial. Foi um "intelectual orgânico das elites aristocráticas, ligado a partidos políticos conservadores e elitistas como a UDN, o PFL. Eleito deputado federal por 3 mandatos em MG (1947-58), foi senador entre 1958-1966. Um dos responsáveis pela queda de Getúlio Vargas. Foi oposição ao governo de Juscelino Kubitschek. Ministro das Relações Exteriores, no Governo Jânio Quadros e João Goulart. Implementou a *Política Externa Independente (PEI).* Foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África, estando no Senegal do então Presidente Léopold Sédar Senghor (1961). Chefiou a delegação do Brasil nas Nações Unidas, durante as Assembleias Gerais de 1961 e 1962. Defendeu o golpe militar de 1964, contra João Goulart. Foi um dos fundadores da ARENA, partido político que apoiou à ditadura militar. Afastou-se relativamente do governo militar quando da promulgação do AI-5 e endurecimento do regime, porém não se furtando a colaborar com a gestão do presidente Ernesto Geisel. Foi eleito senador pelo PFL (Partido da Frente Liberal) em 1986, 1987. Integrou a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Disponível em: Afonso Arinos (estadao.com.br). / Biografia de Afonso Arinos - eBiografia. Acesso em: 14 de novembro de 2022. Ver também: SANTOS, Alessandra Soares. **Afonso Arinos Historiador uma identidade para as elites brasileiras. Dissertação de mestrado.** Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – 2006.

nações ricas, ao mesmo tempo em que buscava controlar a sociedade brasileira, evitando denúncias e manifestações contrárias a política interna, mesmo quando essa se propunha a abertura. A Lei Afonso Arinos, que nasceu da "tensão entre o mito e a realidade", considerada por Andrews[892] (1998, p. 288) como "o principal esforço para amenizar esse antagonismo racial durante a Segunda República", nos obriga a reportar rapidamente ao contexto em que foi criada a referida lei, na década de 1950. Naquele momento, o Brasil ainda visto como um país sem racismo, de relações raciais harmônicas, modelo para o mundo, precisou de um incidente com uma mulher norte-americana para criar sua primeira lei contra a discriminação racial. Cabe ressaltar que a aludida lei, promulgada em 1951, nasceu no contexto dos estudos da UNESCO sobre as relações raciais no Brasil. A respeito de sua gênese, Bastide (1955), estudando as tensões raciais em São Paulo, relatou:

> (...) a propósito de negros estrangeiros, e não nacionais. Ora, aconteceu que a bailarina afro-americana Katherine Dunham não conseguiu alojar-se no Hotel Esplanada apesar de ter reservado um apartamento com dois meses de antecedência. Já havia acontecido o mesmo a Carol Brice. A cantora Marian Anderson, sabendo do ocorrido, cancelara antecipadamente o quarto que havia reservado. Mas nem Carol Brice nem Marian Anderson criaram um caso. Katherine Dunham, ao contrário, queixou-se amargamente da discriminação de que era objeto. Chegou mesmo a processar o hotel, provocando o protesto dos jornalistas contra o preconceito de que era vítima. O caso foi levado à Assembleia e deu origem à lei Afonso Arinos, que pune severamente todos os estabelecimentos que recusarem a entrada a uma pessoa de cor sob o pretexto de raça. Mas, a lei Afonso Arinos, longe de fazer desaparecer os estados de tensão manifestos, revela-os mais claramente à luz do dia[893].

De acordo com Maio (2015), Guerreiro Ramos, participou das discussões em torno do projeto UNESCO, porém entendia que o problema racial no Brasil, para além de medidas pontuais propostas, só poderia de fato ser tratado a partir de mudanças estruturais. Nesse sentido, a respeito da Lei Afonso Arinos, naquele momento recém aprovada, Ramos ironizou:

> A chamada Lei Afonso Arinos me parece útil como uma espécie de escarmento, embora o problema do negro [...] esteja reclamando medidas políticas e sociais, de caráter mais prático e menos abstrato. [...]. Assim, acho útil a lei. É uma providenciazinha mais eficaz do que uma monografia folclórica[894].

Maio afirma que Ramos, crítico do projeto UNESCO, se referia ao fato de que até aquele momento o negro era objeto de estudos das Ciências Sociais e não havia por parte da

---

[892]ANDREWS, op. cit., 1998, p. 288.
[893]BASTIDE. Roger. FERNANDES, Florestan: **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo.** Editora Anhembi LTDA. São Paulo, 1955, p. 175.
[894]MAIO, Marcos Chor. **Guerreiro Ramos Interpela a UNESCO: Ciências Sociais, militância e antirracismo.** Caderno C R H, Salvador, vol. 28, nº 73, p. 77-89, jan/abr. 2015, p. 87.

elite nacional ou acadêmica propostas efetivas de políticas públicas que de fato enfrentassem o racismo no país. O racismo que aniquilava a população negra ia sendo cada vez mais exposto, enquanto o renomado projeto via as relações raciais no Brasil como um laboratório que mostraria para o mundo como os diferentes grupos humanos poderiam viver harmoniosamente. Como mostramos no capítulo 1, o suposto modelo brasileiro apontava para o mundo a possibilidade de relações raciais opostas em relação ao que ocorria nos EUA e África do Sul, o que era motivo de discussões e tratados na ONU. Assim, a possibilidade de construção de possíveis democracias raciais motivou as pesquisas da UNESCO no Brasil até então visto como um país sem tensões raciais. Apesar da motivação prática para a criação da lei Afonso Arinos, cabe relembrar que a partir de meados dos anos de 1940/50, já havia uma mobilização política por parte de alguns negros que buscavam se reorganizar em função do novo contexto político do fim da ditadura de Getúlio Vargas e a ascensão da Segunda República.

O TEN e o jornal O Quilombo, tendo como fundadores Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, a criação de clubes e associações negras, além da organização de encontros e congressos por parte de uma intelectualidade negra para discutir as relações raciais no Brasil, pautaram aquele momento político. Andrews[895] aponta que a denúncia escrita da bailarina afro-americana Katherine Dunham, contestando o mito da democracia racial, causou constrangimento entre as elites, pois mesmo não tendo grande notoriedade no Brasil, gerou repercussão no exterior, principalmente nos EUA, culminando com a criação da Lei. Para a elite política envolvida nas discussões em torno da lei, o lamentável fato concorria para expor tensões raciais que "todos queriam evitar". Nesse sentido, o que menos se pensava era nos direitos do negro aqui, em solo nacional, o que de acordo com Andrews, fez desta uma "lei singularmente ineficiente na redução dos atos de discriminação no Brasil. Visto que até então, como bem lembrou Gomes (2018)[896], "o emaranhado jurídico constituiu um forte recurso difuso para negação de direitos específicos para os negros". Hanchard[897] afirmou que "a lei transformou a discriminação racial num delito passível de multa, mas não de prisão, equivalente a uma infração de trânsito".

De fato, na prática, a lei não previa condenação visto que a punição somente para casos ocorridos em lugares públicos, como hotéis e restaurantes, só ocorreria em caso de

[895]ANDREWS, op. cit., 1998.
[896]GOMES, Luiz Carlos Amaral. **Os negros no percurso da educação brasileira: uma análise comparada dos projetos Camélia da Liberdade e A Cor da Cultura na aplicação da Lei 10.639/03 (LDB) no período de 2004-2014.** (Dissertação de Mestrado), UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Políticas Públicas e Cultura de Direitos, 2018.
[897]HANCHARD, op. cit., 2001, p. 131.

flagrante ou após ser confirmada tanto pelo acusado, quanto por testemunhas do fato. Como atos racistas geralmente eram negados e raramente alguém se prestava a testemunhar em ações criminais, a lei acabava por proteger a vítima de discriminação racial somente na teoria, e acabando "por conter as massas pelo aparato artificial do Estado". Quanto ao acesso, o historiador Carlos Hasenbalg[898] que pesquisou o tema, assegurou que só uma pequena classe média negra acessou a lei. Por conhecer as prerrogativas legais, pelo nível educacional elevado, por contar com algum recurso financeiro e pela consciência de seus direitos. Naquele momento, a população negra em geral na base da pirâmide socioeconômica, também vítimas do preconceito racial, por falta dessas condições acabaram excluídos como usuários da lei. A despeito das críticas, segundo o historiador Walter de Oliveira Campos, naquele momento, a Lei repercutiu positivamente na grande mídia, e na maioria prevalecia:

> A visão de que o Brasil era um país exemplar em termos de convivência inter-racial e de que as manifestações discriminatórias eram eventos isolados e constituíam sinais de um racismo de influência estrangeira que deveria ser combatido antes de fincar raízes no país definitivamente[899].

E na lei recém-aprovada caberia esse dispositivo, pois "seria uma resposta à altura de um fato que poderia manchar a reputação do Brasil como país da democracia racial" Para Campos, boa parte dos comentários a respeito da lei exaltava "à suposta tradição de convivência inter-racial harmoniosa no Brasil". E ainda de acordo com o historiador[900], a lei foi isenta de críticas porque "tinha importância simbólica e política na preservação na imagem do Brasil como país avesso a preconceitos raciais" e estava em conformidade "com a estratégia ideológica de manutenção da unidade nacional em torno da questão racial". Campos afirma que o próprio deputado Afonso Arinos acreditava que a lei, além de proteger a igualdade racial assegurada na constituição, seria também um instrumento de efetivação das normas dos acordos internacionais de que o Brasil era signatário. A legalidade viria a conter os impulsos racistas de alguns desavisados protegendo os interesses da elite nacional representada pelos militares.

A partir desta pequena amostra, percebe-se que a criação da Lei Afonso Arinos, esteve o tempo todo relacionada ao contexto das relações raciais no Brasil e como o próprio autor

---

[898]HASENBALG, op. cit., 1979, p. 266.
[899]CAMPOS, Walter de Oliveira. **A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950-1952): entre a democracia racial e o racismo velado.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. 2016, p. 109.
CAMPOS, Walter de Oliveira. **Expectativas em torno da Lei Afonso Arinos (1951): a "nova Abolição" ou "lei para americano ver"?** Revista Latino-Americana de História vol. 4, nº 13 – julho de 2015.
[900]CAMPOS, op. cit., 2016, p. 126.

percebia essa questão. A lei gerou polêmicas e discussões desde a sua criação, apontando opiniões divergentes, que foram retomadas pelo movimento negro nas décadas de 1970/80. O fato é que até aquele momento, ela fora a primeira norma legal contra o racismo no Brasil. Aprovada pelo Congresso Nacional em 3 de julho de 1951, assinada pelo presidente Getúlio Vargas, e "incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor"[901]. Revogada só em 1989[902], a referida lei demarcou de forma legal o caráter peculiar do racismo na sociedade brasileira, uma vez que em relação ao seu autor, a historiadora Alessandra Soares Santos afirma: "como bacharel, Afonso Arinos sabia lidar muito bem com as artimanhas e as ambiguidades do discurso jurídico", logo, não por acaso foi o autor dessa lei. Afinal, de origem conservadora - "da velha tradição aristocrática de políticos brasileiros" - Afonso Arinos passou de "intelectual autoritário e racista dos anos 1930" para um político com roupagem moderna, republicano e democrata, ajustado aos novos tempos e conjuntura política. De acordo com Santos:

> A repulsa à mestiçagem foi ocultada pelo reconhecimento da importância que negros e índios tiveram para a construção da civilização brasileira. Afonso Arinos se apresentava mais otimista em relação ao nosso futuro. O seu programa político para o Brasil abandonou a tendência fascista e se alinhou ao projeto moderno iluminista e liberal. Embora fosse avesso a mudanças mais sérias, ele se empenhou na modernização das elites tradicionais para impedir que houvesse rupturas mais radicais[903].

Assim como a ideologia da democracia racial foi um dos pilares ideológicos do governo militar, a Lei Afonso Arinos, cujo autor apoiou o golpe militar, foi utilizada pelos militares como meio de conter atos de preconceito racial derivado do racismo institucionalizado, mas que visto tanto pelos militares quanto pela elite, como algo individualizado, sendo dessa forma tratado. No olhar voltado para as questões de segurança interna, os militares se empenharam em conter a realidade que se impunha e seguiu exibindo a

---

[901]LEI nº 1.390, de 3 de julho de 1951**.** Disponível em: L1390 (planalto.gov.br). Acesso em: 27 de outubro de 2021.

[902]A Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, "Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos". A referida lei ficou conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira. Deputado federal foi militante do movimento negro e jornalista, tendo participado, da Assembleia Constituinte que redigiu a Constituição Federal de 1988, na qual regulamentou o trecho que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo. A Lei Caó, assinada pelo presidente da República José Sarney em 20 de dezembro de 1985 define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Disponível em: Lei Caó - Lei 7437/85 | Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, Presidência da República (jusbrasil.com.br)
https://www.migalhas.com.br/quentes/293730/lei-cao--que-definiu-crimes-de-preconceito-de-raça-ou-cor--faz-30-anos. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

[903]SANTOS, op. cit., 2006, p. 111.

farsa da democracia racial e a ambiguidade presente nas relações raciais no Brasil. As denúncias de racismo que surgiram com a promulgação da lei, nos anos de 1950/60, retomaram com força nos anos 70/80 não obstante a LSN, e repercutiram tanto na imprensa negra quanto na grande imprensa, como veremos a partir dos documentos do SNI. O paraíso racial tão exposto no exterior pelo regime militar através do MRE, no Brasil não era tão aprazível como demonstrado nas campanhas da EMBRATUR[904] e muito menos lugar de grande felicidade e harmonia racial. A dissimulação foi a marca da imagem do Brasil que os militares e as elites nacionais apresentaram para o exterior. Fosse nas suas intenções comerciais, fosse na imagem que vendiam do país. No interior do paraíso racial, as tentativas de acesso ao *éden*, de participação nos recursos, eram contidas pela muralha do racismo que cercava o jardim e só garantia acesso aos bens produzidos pelos herdeiros dos colonizadores do paraíso.

> O PST NO "MOVIMENTO NEGRO"
> Existe no Brasil, há algum tempo, propósitos velados de determinadas organizações em explorar o que chamam de "discriminação racial", contando com o apoio, por ser notícia, dos órgãos de comunicação social. **Vez por outra, verificam-se casos específicos e esparsos de discriminação racial**, que, entretanto, **não ocasionam maior repercussão no meio social,** mas **são rapidamente utilizadas pelas organizações de esquerda visando criar, ficticiamente, ou agravar, tensões sociais, objetivando a formação de um clima propício às suas atividade**s[905].

O documento de caráter secreto de 31 de agosto de 1978, que contém informações do Partido Socialista dos Trabalhadores-PST, apresenta um o relatório de todas as ações do PST e o envolvimento do MN na organização. Fica posto a preocupação do agente com a exploração do tema e ao afirmar que atos de discriminação só aparecem "vez por outra" e são "específicos e esparsos" corroboram com o resultado das pesquisas de Hasenbalg publicado em 1979[906] e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE[907]-, em 1989.

---

[904]EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo, criada em 18 de novembro de 1966, com o objetivo de fomentar a atividade turística, reforçando a imagem positiva do Brasil no exterior. Esta empresa desempenhou papel importante para blindar a imagem negativa feita por aqueles que lutavam contra o regime militar. A empresa assumiu a função de mostrar para o mundo a imagem de um país rico por natureza, sintetizada na ideologia do verde-amarelismo, e multirracial, onde índio, negro e branco se miscigenaram harmoniosamente. Disponível em: A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais (redalyc.org). Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

[905]BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. BR_ANBSB_Z4_SNA_DEP.22. Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA, p. 43. No documento consta página 15. Grifos nossos.

[906]HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 271,281.

Ambas apontam para o fato de que as denúncias de discriminação racial partiam em sua maioria dos centros urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Na análise, a respeito de denúncias de discriminação racial no Brasil, o agente diz que "não ocasionam maior repercussão no meio social" é porque havia entre eles a compreensão de que o ato era algo pontual e não correspondia a índole não racista do povo brasileiro. No entanto, a teoria contrariava a prática, como mostrava a carta denuncia de criação do MNUCDR/MNU, que ganhou o mundo nas matérias de jornais estrangeiros enviadas por correspondentes aqui no Brasil. Estes, como já vimos, não se furtaram em publicá-las.

O fato de o governo militar não admitir a existência de racismo no Brasil, não impediu que as denúncias virassem manchetes de jornais no exterior, como atestam os telegramas enviados das mais diversas embaixadas do Brasil informando ao MRE. Tomemos como exemplo o telegrama da embaixada de Paris/França, enviado em 13 de outubro de 1978, onde artigo publicado em primeira página no *International Herald Tribune* - matéria do jornalista Larry Rohter-correspondente em São Paulo, escreveu: "*Prejudice free, race situation in Brazil is laced with tension officially society is blended realities are more complicate"*. O artigo foi publicado na íntegra, via telegrama de quatro páginas[908], com difusão para SNIAC- CIE-CENIMAR- CISA. De fato, não era possível ignorar tais denúncias. Ainda que em amostra de pesquisa aparentassem poucas, eram suficientes para que o movimento negro, a partir de suas articulações no Brasil e no exterior, fizesse um grande barulho, a ponto de mobilizar e incomodar os órgãos de repressão. A negação oficial por parte do governo era constante. Nesse sentido, chamou-nos a atenção um documento anterior ao citado acima. Um telegrama de caráter confidencial, que versa sobre o relatório do Brasil ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial, de 25 de julho de 1977. Diz o telegrama:

> Quanto às indagações de Vossa Excelência constantes do parágrafo quarto do ofício de referência, esclareço que: a). Os três primeiros relatórios periódicos encaminhados pelo Governo brasileiro **ao Secretariado do Comitê analisavam em detalhe o sistema jurídico nacional de prevenção da discriminação racial**. **Não existindo desenvolvimento recente da situação que exija informação mais substancial**, o quarto relatório periódico consistirá na remessa ao Secretariado dos subsídios constantes do meu ofício 26 e de seus anexos, encaminhados à Secretaria de Estado pelo Ministro da Justiça. b). **Os anexos do ofício 26 deverão ser**

---

[907]HERINGER, R.; SANT'ANNA, W.; MARTINS, S. & OLIVEIRA, S. **Negros no Brasil: Dados da Realidade.** Petrópolis: Editora Vozes/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE, 1989, p. 32.

[908]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.Dossiê. Encaminhamento nº 4262/78-DSI/MRE. ASSUNTO: FRANÇA. Imagem do Brasil no Exterior. Artigo sobre Racismo no BRASIL. p. 1, 3-6.

> **remetidos ao Secretariado, em sua versão original, com a explicação de que se trata de legislação nacional não disponível em outras línguas** (Grifo nosso)[909].

O documento não traz maiores informações, mas está direcionado pra DELBRASONU[910]. É resposta a um ofício. Nos pareceu que a legislação de que o remetente fala no oficio é a Lei Afonso Arinos. Isto porque o Brasil, por ser signatário de acordos contra o racismo e a discriminação racial, deveria enviar relatórios sobre o problema no país. Para o remetente, não havia situação substancial digna de ser relatada. No entanto, em anexo[911] vem um recorte do jornal Folha de São Paulo, matéria publicada em 9 de julho de 1977, dando conta do Simpósio Brasil Negro realizado dentro da 29º Reunião Anual da SBPC – em que se discutia democracia racial no Brasil. Neste simpósio, dentro de um grande evento da SBPC, os intelectuais convidados como palestrantes, Eduardo Oliveira, Clóvis Moura, Otavio Ianni, Marlyse Meyer e Carlos Brandão, dentre outros, discorreram sobre o racismo e o preconceito racial no Brasil, dando exemplos baseados em seus estudos e pesquisas. Segundo o jornal, "plenário e mesa se alternaram apresentando contundentes denúncias de preconceito racial, entre as quais a discriminação implícita na publicidade oficial (...)". Percebemos que, apesar de pôr telegrama, as notícias sobre as relações raciais e o que girava em torno do tema no Brasil chegavam rápido as embaixadas, dando subsídios aos diplomatas para eventuais necessidades de explicações ao exterior.

Achamos interessante retomar a matéria que foi publicada no *New York Times* e transcrita pelo Diário de Notícias, em 5 de julho de 1978, a respeito da questão racial no Brasil, aquela que publicou a caricatura do presidente Geisel pintando-se com uma paleta de cores, encaminhada e assinada pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura, da embaixada do Brasil em Lisboa[912]. Era um pedido de busca de informação, sobre talvez, um dos temas mais espinhosos para a diplomacia brasileira: o racismo no Brasil. O Segundo Caderno/Internacional do Diário de Notícias, em matéria de duas páginas publicava, num trecho da matéria, o relato de uma mulher altamente capacitada: bilíngue, morou nos EUA,

---

[909] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.Telegrama nº 105214. 25/07/77 p. 196/2667. Grifo nosso.

[910] Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nova York - DELBRASONU. Congrega as seguintes áreas de atividades: a) Desarmamento; b) Direito internacional; c) Temas econômicos e financeiros; d) Desenvolvimento sustentável; e) Direitos humanos e temas sociais; f) Paz e segurança internacional ou outra que se fizer necessário. Disponível em: O Brasil e a ONU - Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br). Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

[911] Mesmo documento, p. 197/2667. Documento citado.

[912] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. SECRETARIA DE ESTADO Remessa de artigo sobre O Brasil. Questão racial. Caráter confidencial. p. 174-176/267. As citações estão contidas nas respectivas páginas.

trabalhou numa embaixada africana, que se candidatou para um cargo de secretária bilíngue em uma empresa no Rio de Janeiro. A profissional teve sua candidatura negada sob a alegação de que a empresa não contratava negros. Sobre o ocorrido, afirma o jornalista:

> Isto vai contra uma lei antidiscriminação que data de 1951 e cujo autor, o juiz Afonso Arinos de Melo Franco, considera actualmente "inócua". Na Imprensa, tem-se dado grande relevo a denúncia de infrações, mas, na esmagadora maioria dos casos, as acusações são recusadas pelas autoridades com base na Insuficiência de provas. (...) A discriminação racial é tão completa no Brasil que as vítimas de alegada discriminação e não os que a praticam - acabam muitas vezes por ter fama de racistas[913].

Ainda na mesma matéria, quando fala sobre a posição do governo em relação às denúncias de racismo e preconceito racial no Brasil:

> Até mesmo referências leves a problemas raciais são rotineiramente banidas da televisão pelos censores da Policia Federal. O Governo também se mostra muito sensível a críticas feitas no estrangeiro a propósito das relações raciais no Brasil que pão coincidam com a opinião — expressa em tempos pelo presidente Ernesto Geisel — de que o Brasil é "a maior experiência que o mundo conhece. No que respeita a integração racial". (...) O ponto de vista oficial segundo o qual não existe racismo no Brasil, contribui para a imprecisão de dados quanto ao modo como os negros sei inscrevem; porque o governo não recolhe, propositadamente, dados, que incluam o factor raça[914].

O embaixador do Brasil em Portugal, não se furtava em comunicar ao MRE as notícias sobre as relações raciais no Brasil, publicadas no exterior. Carlos Alberto da Fontoura, enviando novo comunicado, em 22 de agosto de 1977, com reportagem em anexo, reclama: "Cabe assinalar que este é o segundo artigo, com menos de um mês de intervalo, que o 'Diário de Notícias' publica sobre a situação dos negros brasileiros, com ênfase na posição de inferioridade em que se encontram face aos negros norte-americanos[915]. Toda essa gana de denúncias em matérias dos jornais da grande imprensa nacional e da imprensa internacional tinha eco nas ações das organizações do MN e na imprensa negra. Retomando os primeiros anos da década de 1970, em que o assunto já constava na pauta do SNI e de suas agências, a

[913]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Telegrama nº 611. Data: 05/07/78. Embaixada do Brasil em Lisboa. Secretaria de Estado. Remessa de artigo sobre o Brasil. Questão racial. Grau de sigilo: Confidencial. Anexo: recorte do Jornal Diário de Notícias: Segundo Caderno/Internacional. Data: 8 de julho de 1978. Documento com carimbo de Pedido de Busca – Informação – Encaminhamento - Informe DSI/MRE nº 2709, 24/07/78. Difusão: SNI/AC. p. 74,175/267.

[914]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Telegrama nº 611. Data: 05/07/78, p. 174,175/267.

[915]Mesmo documento Remessa de recorte de jornal sobre "questão racial brasileira", p. 131/267.

Informação nº 437/74/DSI/MJ, de 25 de setembro de 1974, com origem na DSI/MJ[916] e difusão para o Ministro da Justiça e para o SNI/AC RECISA - CENIMAR - CIE traz um grande relato sobre o assunto: Discriminação racial no Brasil. Tomemos um trecho do documento:

> Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio de órgãos de comunicação social. Vez por outra, há notícias esparsas de casos de preconceitos raciais, mas que não trazem repercussões profundas no meio social, diluindo-se no tempo. A Nação brasileira destaca-se pela sua integração e assimilação de raças e costumes. Contudo, o perigo situa-se na transposição do preconceito para o conflito racial. Pela análise realizada pelos Órgãos de informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com incidentes ocorridos no meio artístico (Na época, o caso de TONY TORNADO, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome. Em 1972, os Órgãos de Informações alertavam sobre a sequência de assuntos publicados pela revista "MANCHETE", enfocando o problema da discriminação racial nos EUA. A conclusão foi de que grupos subversivos estavam procurando, uma vez mais, suscitar esse tema no BRASIL, utilizando formas diversas, através dos órgãos de comunicação social, com comentários sugestivos sobre o mesmo problema, em outros países. Nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra[917].

Naquele momento, os militares acusavam o Comunismo Internacional de "criar e agravar tensões sociais". No Brasil, o documento cita as influencias dos Panteras Negras, do movimento Black Power, afirmando que estes "tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países". No entanto, os pretextos que o organismo internacional usava eram "justos e aceitáveis". Certamente que a referência feita era sobre os bailes Black, além da criação em São Paulo de um jornal chamado "O Quadro", do jornalista Odair Pimentel.[918] Segundo o documento, o jornal era "dedicado exclusivamente aos

---

[916]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001. Informação nº 437/74/DSI/MJ. Data: 25 de setembro de 1974. Assunto: Discriminação racial no BRASIL. Origem: DSI/MJ. Difusão: Exmo. Sr. Ministro da Justiça - SNI/AC RECISA - CENIMAR – CIE.

[917]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001. Informação nº 437/74/DSI/MJ. p. 2-3. Grifos do documento.

[918]Não encontramos na internet referências a esse jornal, apenas um site falando sobre Odair Pimentel. Jornalista negro, renomado cronista esportivo dos anos 60 e 70. Faleceu em 1991, à época era presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo - ACEESP. Trabalhou no Diário da Noite, na Folha da Tarde, no Jornal dos Sports e Notícias Populares, no jornal O Globo, onde foi editor-chefe de esportes da sucursal de São Paulo. Disponível em: Odair Pimentel - Que fim levou? - Terceiro Tempo (uol.com.br). Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

problemas do "negro" no Brasil. “Forçando uma comparação, nota-se a analogia do nome QUADRO com quadro-negro, em inglês, BLACK BOARD, lembrando a expressão "BLACK POWER". O jornal foi lançado em 10 de setembro de 1974, segundo o informe, o jornalista, seu idealizador, pretendia apresentar as diversas situações de preconceito racial que o negro vivia tanto no Brasil quanto no exterior. O documento da DSI/MJ finaliza com a seguinte questão sobre a discriminação racial no Brasil: “O assunto se presta a ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível a nossa população e contrário a formação da sociedade brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional”.

Dada a preocupação com o jornal, “O Quadro”, visto que seu idealizador era um renomado jornalista e negro, este seria mais um instrumento da imprensa negra a expor o mito da democracia racial. A narrativa da agência que descreveu a informação nega o preconceito racial ao mesmo tempo em que suas afirmações acabam por confirmá-las. Na década de 1960, o mito seguia expondo a fratura. Como mostrado acima, “a grande imprensa, a exemplo da Revista Manchete, não se furtou em apresentar uma imagem do Brasil que vai pra frente” com negros e negras (Estas ainda que em menor número e representatividade) indo junto, a passos curtos, construindo uma classe média negra que não deixou de narrar dificuldades e barreiras de cor durante ascensão profissional[919]. A mesma classe média negra que vai conhecer e reconhecer a Lei Afonso Arinos. Outro expoente da grande imprensa, a revista “Realidade”, também apresentou matérias sobre o racismo. Em outubro de 1967, inovando no modelo de reportagem, a revista trouxe o tema de capa: “Racismo: EUA/ Brasil”[920]. Em 13 páginas, mostrando jornalistas em trabalho de campo, entrevistando líderes negros e visitando guetos nos EUA, e um jornalista branco e outro negro também percorrendo várias cidades brasileiras, afirmaram existir o racismo, sendo que no Brasil, segundo os editores, em âmbito menor que nos EUA. A constatação do preconceito racial no Brasil levou os editores a alertar a nação:

> Entendemo-nos, porém, no dever público de influir para que a narcotizante frase feita: "não existe preconceito racial no Brasil, os americanos ficam admirados" - seja substituída, na consciência nacional, pela realidade que tantos conhecem e calam: o preconceito existe, cuidado com ele, para que não degenere em ódio, discriminação,

[919]Haroldo Costa entrevistou 48 negros de classe média onde, se não toda a maioria, falou sobre a discriminação racial. Narrando fatos, analisando o país da democracia racial e seus processos de ascensão social. Ver COSTA, Haroldo (Org.). Fala crioulo. Record, 2009, 3ª edição.

[920]Revista Realidade, edição 1967.Disponível em: Hemeroteca (bn.br)per213659_1967_00019.pdf (bn.br). Acesso em: 7 de janeiro de 2022.

> segregação, conflito, violência. (...) Façamos do Brasil aqui dentro a democracia racial de que nos envaidecemos lá fora[921].

Na mesma matéria, espaço para a fala e louvação de Afonso Arinos: "mas coube a Afonso Arinos de Mello Franco, que tem, como Joaquim Nabuco, a 'compaixão concreta pela sorte do povo', a autoria da lei que tem o seu nome, e que o Congresso aprovou sem uma só emenda". Cabe ressaltar, que o jornalista negro da matéria que ficou para a história das publicações, era Odacir de Mattos, que mostrou ao Brasil e a seu colega de profissão e de reportagem Narciso Kalilli, a face nada oculta do racismo à brasileira e posteriormente, foi um dos fundadores do jornal *JORNEGRO*. A matéria da revista Realidade nos foi apresentada por uma informação do SNI, da agência de Porto Alegre- APA[922], sob o assunto: "Movimento religioso", com referência inicial a data de 9 de abril de 1969. O documento citado tratava do uso dos livros "CRESCEI" e "VIVER", que foram adotadas no ensino religioso dos jovens nas escolas confessionais[923]. Eram cadernos organizados sobre a forma de folhas soltas, publicados sob o patrocínio da Comunidade Latino-Americana da Fé - CLAF. Segundo a informação, a CLAF estava sob observação dos órgãos do governo e como os cadernos foram considerados pela agência de cunho subversivo, de inspiração marxista e infiltrado no tema catequético, seu uso foi proibido pela Inspetoria Seccional de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura-DSV/MEC, tendo seus exemplares apreendidos e foram proibidas novas edições.

A despeito da reação da Igreja diante da repressão, nos interessa aqui o fato de as publicações proibidas e que deveriam ser encaminhadas à Delegacia Regional do Departamento do Polícia Federal/APA, continha partes do conteúdo que foram selecionados como trechos marcantes na apreciação da DSI/MEC. Sobre o conteúdo da "CRESCEI", indicada para as e os jovens de 11 a 14 anos, a publicação pede que os jovens façam uma reportagem sobre Martin Luther King e a DSI analisa:

> No "desenvolvimento da "catequese" (Fichas) são inseridos ideias e comentários destoantes e tendenciosos, trazendo e incitando ao protesto. VEJAMOS: Traz uma reportagem sobre MARTIN LUTHER KING" (p. 15) (...) MARTIN LUTHER KING (Fls. 40, verso), aparece fotografado e comentado, ocupando o espaço de uma folha[924].

---

[921]Revista Realidade, p. 23.Disponível em: http://memoria.bn.br/per213659_1967_00019.pdf . Acesso: 27 de 7 de janeiro de 2022.

[922]Fundo: Serviço Nacional de Informações. BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70024427_d0002de0002, p. 13,14.
Informação 263/SCI/APA/1970.

[923]Segundo o documento, esse material também estava em uso em centenas de colégios particulares e públicos de nível médio do Brasil.

[924]Doc citado acima. p. 13-14.

Na apreciação da "VIVER", classificada como para uso dos coordenadores de comunidades de jovens de 12 a 14 anos, apresentando o método do trabalho que os profissionais deveriam seguir para o uso do material, ou seja, as fichas soltas que os alunos iriam montando ao longo do ano. Na ficha "Busco Harmonia" (Fls. 41) sob o Assunto: Equilíbrio entre o corpo e o espírito, a apreciação da DSI, entre outros assuntos, destaca o conteúdo desse outro material:

> O racismo é uma forma de pôr em evidencia o corpo, desprezando aqueles que têm coloração de pele diferente. (Fls. 42) "A cor da pele diferente provocou a escravidão (No BRASIL, primeiro os Indígenas e depois os negros até 1888) ". O racismo extremado termina em genocídio. Hoje existe racismo? Existe genocídio? Em geral, estamos tranquilos achando que racismo é coisa dos ESTADOS UNIDOS; genocídio? Isso foi durante a guerra; escravidão? Há um século atrás... E odiamos que está tudo bem. É preciso abrir os olhos, enxergar o erro para poder corrigi-lo e os jovens de hoje terão que fazer do mundo de amanhã um mundo mais humano. RACISMO no BRASIL - Consultar revista "REALIDADE", outubro 1967[925].

A apreciação segue com trecho da matéria da revista citada descrevendo ato de preconceito racial e noutro item, fala sobre o genocídio dos povos indígenas. Sobre o racismo o material da "VIVER" sentencia: "Sempre que manifestamos qualquer forma de racismo é como se estivéssemos dizendo que o corpo é mais importante que espírito e o coração. Ora isso não é verdade?"[926]. Todo o conteúdo da CRESCEI e da VIVER estão anexados a informação do SNI como prova do desvio da catequese da Igreja. Nesse período, casos de discriminação racial veem a público através da grande imprensa, traduzindo a dinâmica das relações raciais no Brasil a partir das relações cotidianas em especial em âmbito profissional.

Os fatos confirmam a perspectiva de Hasenbalg quando assegura que "a divulgação pela imprensa diária de incidentes isolados de discriminação incorre num procedimento peculiar, pelo qual o mito da inexistência de discriminação racial é reafirmado". Retomemos aos documentos do SNI, uma vez que ao tomarmos as datas de publicação dessas matérias falando sobre discriminação racial na grande imprensa, cabe-nos novamente chamar a atenção para a orientação do CISA, contida na Informação 482/CISA-RJ, de caráter reservado, datada

[925]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70024427_d0002de0002. Documento citado, p. 21/31. Grifos do documento.

[926]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70024427_d0002de0002 p. 21-22. Os grifos são do documento e estão feitos à mão.

de 1 de setembro de 1970, com difusão para os órgãos: SNI/AC - CENIMAR - CIE - DSI/MJ; - CISA.BR[927].

> Este Centro julga oportuno proibir à imprensa de veicular quaisquer notícias, pesquisas, debates, etc., que tenham a ver com "RACISMO", "PRECONCEITO RACIAL", "DISCRIMINAÇÃO RACIAL", etc. Medida paralela também deveria ser tomada quanto a pronunciamento desse assunto por parte de autoridades, professores e religiosos, ou a inclusão de temas raciais nos enredos de novelas radiofônicas ou audiovisuais, literatura para jovens, novelas em quadrinhos, etc[928].

O incomodo da CISA era exatamente o "destaque" que a mídia vinha dando ao tema, conforme a descrição da matéria do Jornal do Brasil, na edição de 30 e 31 de agosto de 1970. Outra questão citada na informação foi o programa do apresentador Flávio Cavalcante, "transmitido via EMBRATEL, para todo o Brasil", que apresentou um cantor com música alusiva ao problema racial. Segundo o relato dos jurados presente, só um negou a existência de discriminação racial no Brasil, que por ironia seria o maestro negro Erlon Chaves[929]. Na análise do CISA,

> A publicação pela imprensa de artigos, pesquisas, análises, debates e pronunciamentos de quem quer que seja sobre preconceito e discriminação racial, só servirá para criar um clima propício a efervescências e agitações sociais que poderão culminar com a implantação no BRASIL, de distúrbios raciais, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos da América do Norte. Não será surpresa, continuando a matéria a ser tratada pela imprensa, o surgimento no BRASIL, de um "BLACK POWER verde e amarelo. Depois da campanha das "TORTURAS", a discriminação racial ajudaria a compor a imagem/ de um Governo Brasileiro fascista. E o Movimento Comunista Internacional colheria mais um fruto[930].

Neste documento, mais uma vez, a preocupação com a possibilidade de a imagem do país da democracia racial sair abalada, visto que uma dependia da outra. Falar de preconceito racial no Brasil poderia causar agitações e distúrbios sociais, o que culminaria com uma possível mobilização das forças, haja vista a necessidade de garantir a segurança nacional. A

---

[927]Fundo: Serviço Nacional de Informações. BRASIL. MGI. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. BR_DFANBSB_VAZ_0_0_31748_d0001de0001. Informação 482/CISA-RJ, Assunto: Preconceito racial, 1 de setembro de 1970, p. 2-3.

[928]Id.

[929]Erlon Chaves, o famoso e requisitado maestro negro, um mês após o programa, em outubro de 1970, depois de uma apresentação no Maracanãzinho, foi escoltado até a Polícia Federal e ficou detido por quatro horas para depor. Além da violência e da humilhação a que foi exposto, Erlon Chaves por ordem da censura, foi silenciado, proibido de exercer suas atividades profissionais em todo o território brasileiro por 30 dias. O motivo da repressão: o maestro durante sua apresentação foi beijado por um grupo de mulheres loiras. "O espetáculo de um negro sendo beijado por loiras no encerramento do V Festival Internacional da Canção foi demais para os padrões conservadores da época". O fato desagradou ao presidente Garrastazu Médici e as esposas dos militares. O racismo falou mais alto que o mito da democracia racial. Dentre tantos personagens que surgiram durante a pesquisa, o maestro negro é mais um que merece estudos e pesquisas. Disponível em: A Independência e o mocotó – Sler Érlon Chaves – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). ERLON CHAVES, VENENO OU MOCOTÓ? | Monlôver - o Blog do Wir (wordpress.com) Acesso: 14 de dezembro de 2022.

[930]Informação 482/CISA-RJ, Documento citado BR_DFANBSB_VAZ_0_0_31748_d0001de0001, p. 1.

preocupação com os bailes Black, já não eram à toa, visto que despontavam nas cidades do Rio e de São Paulo, e "suas referências raciais ao estilo norte-americano, foi um tônico para o mal-estar racial no Brasil[931]", insuflando perigosamente uma juventude negra ciosa por uma identidade positiva. Como vimos, não tardou para que em meados dos anos de 1970, os bailes Black fossem vigiados e investigados pelo Departamento Geral de Investigações Especiais – DGIE, fato que se intensificou com a exposição desse movimento na grande mídia.

Como dito anteriormente, a proibição já estava dada, o presidente general Médici já se posicionara sobre o tema. Falar sobre esse tema era proibido inclusive nos meios religiosos, como relatados acima. No entanto, apesar da proibição, ao avançar da década de 1970, negros e negras, tomando o artigo 150, inciso 1º da Constituição Federal de 1967, somada a Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51), seguiram denunciando atos de preconceito racial pelo país afora, em especial nas grandes capitais. Nesse processo, acabavam por recorrer ao discurso da democracia racial afirmada pelo governo, e tomada para si como forma de fazer valer seus direitos. Com base nos documentos a que tivemos acesso, apresentaremos a seguir dois casos de discriminação ocupacional destinados ao conhecimento do presidente da República, demonstrando como a necessidade de reafirmar o mito obrigava os militares a responder por ele. O primeiro caso constou da estatística da pesquisa de Hasenblag[932], do qual trazemos alguns detalhes e a referida documentação. Em 08 de dezembro de 1976, uma carta dirigida ao então presidente da República Ernesto Geisel, pelo médico negro Otelino de Souza, do Rio de Janeiro, solicitava providencias do mesmo, contra o Sanatório de Botafogo. No relato, o médico informava fora preterido pelo diretor da instituição, "por ser de cor". Segundo o solicitante, a justificativa do diretor era que a clínica era de alto nível e que pegava mal ter um médico negro trabalhando ali.

O referido médico pleiteava uma vaga no pronto socorro daquele hospital. Segundo o relato, o médico solicitante gravou a conversa e abriu na 10º Delegacia Distrital do Rio de Janeiro, uma petição requerendo o enquadramento do sanatório Botafogo na Lei Afonso Arinos, tendo a gravação como prova. Como, segundo o estudante quintanista, o delegado não agiu diante da situação, que seria a abertura inquérito, o médico tentou divulgar na grande mídia: jornal TV Globo, jornal Opinião e Movimento. No entanto, a Censura Federal vetou a publicação da matéria. Percebendo, o que entendera como manobras racistas para encobrir o

[931]ALBERTO, Paulina L. **Quando o Rio era black: Soul Music no Brasil dos anos 70.** História: Questões & Debates, Curitiba, vol. 63, nº 2, p. 41-89, jul/dez. 2015. Editora UFP.
Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46702/28020. Acesso em: 03 de outubro de 2022.
[932]HASENBLAG, op. cit., 1979, p. 278. Apêndice: Incidentes de Discriminação racial e racismo registrados pela imprensa entre 12/09/68 e 06/09/1977. 278, nº 39. Cabe salientar que quando o episódio foi citado pelo pesquisador, o processo estava em curso.

fato, o estudante encaminhou a carta ao presidente. Na carta, divulgada na imprensa, o apelo do estudante é sua convicção:

> Estas autoridades, acobertando e, assim, encampando o racismo do Sanatório Botafogo, comprometem o governo de V. Excia. Apesar das medidas enérgicas adotadas por V. Excia. Em outros casos recentes de racismo. A teoria dos racistas, e nociva aos interesses nacionais porque considera a maioria do povo brasileiro um bando de negros e mestiços semi-selvagens, preguiçosos e sensuais. Incapazes, portanto, de progredir moral, cultural ou cientificamente. Meu único desejo, Sr. Presidente, é que se cumpra a Constituição quando diz; "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, de raça, de trabalho, de credo religioso e de convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça"[933].

O caso tomou repercussão na grande mídia. O inquérito seguiu arrolando testemunhas, o médico e seu advogado, também negro, tiveram por parte do MJ o pedido de levantamento de suas fichas, bem como a do médico, diretor do hospital que fora acusado. Eis que a ficha do Otelino como membro do DCE da faculdade de medicina da UFRJ, trouxe extensa participação nas ações políticas da organização estudantil. A de seu advogado, ainda mais extensa, mostrava que foi monitorado desde 1946 por estar filiado ao PCB com intensa participação do mesmo no partido político e em ações relacionadas a defesa de ativistas políticos no decorrer de sua vida profissional. Ao diretor do hospital a ficha levantada "sem dados de qualificação", se resumiu a três linhas. Foi feito mandado de citação e todos os envolvidos e acusados pelo estudante estavam sujeitos a serem enquadrados na Lei Afonso Arinos. Todos tiveram o "Relatório sobre a -'VIDA PREGRESSA" (Na forma do disposto no Art. 6.º inciso IX do Código penal) levantada. Chamou-nos a atenção o fato de que Otelino é identificado como da cor preta. Perguntado no inquérito se o sanatório tinha empregado de cor preta, Otelino responde:

> Empregado de cor preta o sanatório tem, inclusive o Doutor.... Disse que se eu fosse um auxiliar de enfermagem, não haveria problema, que é uma prova, segundo ele, de que não tem nada contra a pessoa do negro em si, mas que médico é diferente, o Sanatório, como eu entendi acha negro muito bom desde que reconheça o seu lugar. "(...) Para esclarecer mais ainda, segundo o Doutor Pedro".... Não teria importância se eu trabalhasse numa função inferior, tal como auxiliar de enfermagem e é conhecido de todos, que o negro é aceito pelo racista desde que continue exercendo uma função parecida àquelas reservadas aos escravos antes da abolição. Portanto afirmo que houve racismo em relação a minha pessoa quando postulei uma função considerada nobre[934].

---

[933]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0134_d0001de0001. Os documentos vão de sigilosos a confidencial.

[934]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0134_d0001de0001 Secretaria de Estado e Segurança Pública-Departamento Geral de Polícia Civil. 10º Delegacia Policial. Data: 27/12/1976. Termo de Declarações. Otelino de Souza, p. 91,92.

O processo de 166 páginas mostra que Otelino deu trabalho para o Sanatório Botafogo e para a diretoria do hospital, todos brancos e alguns renomados professores do curso de medicina da UFRJ. No entanto, tento puxada sua ficha e a de seu advogado que foram anexadas ao processo, a DOPS-DPF/RJ, Otelino foi acusado de "estar sendo usado na fomentação de ação subversiva, aproveitando-se do pretexto da questão racial" e seu advogado um vasto "dossiê" que mostrava sua ação política ideológica. Logo, as fichas de ambos "não deixavam dúvidas sobre a participação destes elementos em assuntos políticos". Nada ficou provado sobre a participação de Otelino em grupos subversivos além de sua atuação política no DCE como estudante universitário. Ao advogado foi constado que apesar de sua extensa ficha política/ideológica, naquele caso, ele atuara profissionalmente.

Não tivemos acesso ao final do processo, se os administradores do Sanatório Botafogo foram ou não condenados pela Lei Afonso Arinos, nem se o estagiário negro fora admitido numa vaga como médico remunerado. No processo, as declarações dos diretores do sanatório não saem do lugar comum de quando um racista precisa se explicar[935] e nada mais foi feito. O fato é que o discurso tão difundido pelos militares de vivermos numa democracia racial, de um país sem preconceito racial, e que os atos individuais seriam punidos nos rigores da lei, motivou aquele processo movido contra o hospital e o pedido de providencias direto ao presidente da república. No mais, todo o percurso que o médico residente teve que percorrer dificilmente seria possível para um trabalhador comum que "não pode faltar ao serviço". E fica posto como o fato de dois negros estarem juntos acusando brancos de racismo, logo sugere uma espécie de "motim".

Outro caso a que nos reportamos é a carta relatório denúncia de Yolanda da Silva, auxiliar de enfermagem, então chefe do centro cirúrgico de uma clínica médica em Osasco - São Paulo. "Na carta, encaminhada ao Ministério da Justiça em 1º de fevereiro de 1975, a enfermeira já declara que ela e a irmã, filhas de mãe branca e pai preto, que se assumem como de cútis preta, assim se assume", em solidariedade ao sabê-la tão sofrida e injustiçada no correr dos tempos". Na carta a denúncia de discriminação racial, visto que entre ouras ameaças e xingamentos por parte do administrador da clínica médica, ele afixara um bilhete em seu armário funcional onde a chamava de "negra, macaca fedorenta" e que diante das ameaças foi impedida de retornar ao trabalho, perdendo assim sua estabilidade funcional. O documento de 196 páginas traz relato minucioso com cópia autenticada de todos os documentos comprobatórios da denúncia do caso de racismo vivido por ela na clínica que

[935]O diretor da clínica afirma que não havia racismo no hospital, que outros negros trabalhavam lá, que inclusive trabalhava naquele hospital um médico mulato.

trabalhava na referida cidade, além de diversas irregularidades. Diante de tamanho relato ao ministro da Justiça, ela questiona:

> Diante do exposto, com o maior respeito e admiração aos corajosos pronunciamentos de Vossa Excelência, à frente do Ministério da Justiça, nos permitimos indagar:
> A- Á luz dos direitos que nossa Constituição atribui a pessoa humana, fomos, nós, os negros, incluídos entre aqueles que merecem consideração e respeito?
> B- Em caso positivo, representaria crime, passível de punição, agredi-los, aos pretos, em manifesta vocação racista, - com palavras e atos, forçando-os a renúncia ao direito da estabilidade? (...) Em Vossa Excelência, reside nossa penúltima esperança. Aguardaremos, ansiosas, um pronunciamento com o valor jurídico daqueles que caracterizam os pareceres do Senhor Ministro da Justiça, firmando, definitivamente, nossa condição de brasileiros, sujeitos às obrigações e às prerrogativas das Leis de nosso País; respeitosamente[936].

Se antecipando a possível questionamento quanto à filiação política ideológica ou a participação em movimentos contestatórios ela afirma que:

> Percorreremos todos os escalões hierárquicos, até chegarmos ao Exmo. Senhor Presidente, da República. Nossa memória não nos acusa de, em qualquer época, havermos participado de manifestações coletivas, quer em presença, quer com assinaturas, onde se pretendesse a elevação, o endeusamento, o agradecimento, a superiores. (...). Gritamos, isoladas, nesta multidão dos sofredores, mas temos a hombridade e o prazer egoístico do, também, sozinha, assiná-la. (...) Nas páginas em branco do futuro que nos resta, desejamos ver inscrito o valor desta colaboração que emprestamos às autoridades, na tentativa de se punir infratores contumazes[937].

A profissional faz graves denúncias sobre a clínica médica e narra o recurso da discriminação racial usado contra ela, em função da perseguição, racismo, e tentativa de negar o direito a estabilidade, bem como todo o percurso legal que fizeram em busca de enquadrar o médico na Lei Afonso Arinos. Segundo a denunciante "na qual se manifesta a índole do um povo avesso à discriminação racial" e por isso solicitava das autoridades o respeito e a justiça das leis de nosso país. Na denúncia pede a devassa, a apuração dos fatos e a justiça. O documento é encaminhado a todos os órgãos legais de todas as autarquias, ao legislativo e judiciário e ainda a imprensa e a televisão, na busca por apoio ao que considerava "inimigo comum". Na denúncia ao presidente da república, expressa a certeza que a profissional tinha de ver a justiça ser feita.

Em contraposição ao estudante de medicina do caso anterior, as falas e posturas descritas na narrativa desta profissional afastam completamente a possibilidade de que fossem

---

[936]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0133_d0001de0001, p. 9/194.
[937]Documento citado p. 20.

ligadas ideologicamente a organizações de esquerda, muito pelo contrário, visto que seguiam afirmando os valores do Exército: “acostumadas que somos ao respeito devido àqueles que zelaram pela segurança da Pátria e pelo bem estar do povo brasileiro (...) nos permitimos buscar na autoridade de oficial de nosso Exército, responsável pela Unidade guardiã de nossa estabilidade político-social”. A denúncia foi encaminhada pelo Ministério da Justiça para o governador com pedido de providencias, a clínica em função da denúncia, passou por vistoria e o processo foi arquivado. O documento não traz o resultado sobre o acionamento a lei Afonso Arinos. A profissional recebeu em outubro de 1975, um oficio do gabinete do ministro da justiça, informando o ocorrido com protestos de estima e apreço.

Cabe-nos observar que apesar de em todos os documentos em sua narrativa a enfermeira negra fazer questão de demonstrar apreço pela lei e pela ordem, pelas Forças Armadas, e talvez a certeza disso ter feito os militares não virem nenhuma relação dela com os movimentos subversivos - que segundo eles se aproveitavam de questões raciais para atentar contra a segurança nacional -, apesar disso, exatamente como no caso anterior, não só prevaleceu a autoridade branca da clínica médica quanto ninguém fora enquadrado na lei como ela esperava. Quanto à representação na justiça do crime de preconceito racial, com base na lei Afonso Arinos, nenhuma resposta. O caso não esteve nas estatísticas da pesquisa de Hasenbalg, visto que ocorreu um ano antes, no entanto, a inoperância da lei estava posta, visto que os acusados sempre negavam o ato discriminatório pelo qual eram acusados, ainda que com provas.

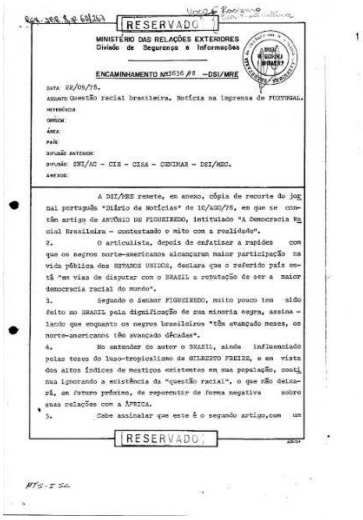
Além destes, outros incidentes de discriminação racial e racismo chegaram ao conhecimento ou foram encaminhados pelas vítimas para a presidência da república diretamente ou através de seus ministérios, o que os obrigava a exigirem resposta dos governadores e demais órgãos competentes. As agências de repressão acompanhavam os casos que lhe escapavam da censura. No entanto, como fora afirmado por Andrews (1998, p. 289), nem mesmo o autor da lei, o senador Afonso Arinos, ainda que inúmeras queixas tenham sido feitas amparas na referida lei, o próprio autor não conhecia nenhum caso em que o acusado de discriminar negros tenham sido condenados. Não podemos deixar de frisar que apesar da flagrante inoperância da lei Afonso Arinos em relação aos casos de discriminação racial contra negros e negras, houve por parte da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional - SG - CSN, a preocupação com a utilização desta lei para o “problema indígena”.

A questão foi descrita na Informação nº 017/3ª SC/78[938], de acordo com o documento, após a discussão o Conselho avaliou que "apesar de determinados objetivos" políticos comuns, os movimentos raciais e o problema indígena seguem caminhos distintos e utilizam métodos e processos diferenciados "e em função do que chamaram de campanhas racistas, foi orientado pedidos de busca nos demais órgãos de repressão sobre a questão". Não encontramos no fundo SNI, nenhum documento em que indígenas tenham acionado a lei. Os militares seguiam agindo como o embaixador brasileiro em Camarões: tinham conhecimento de inúmeros casos de preconceito racial, sabiam que, resguardas as diferenças com países como os EUA e a África do Sul, o Brasil não era o paraíso da democracia racial que tanto enalteciam no exterior, porém, internamente, apesar dos ímpetos de legalidade eram tolerantes com o racismo e continuavam propagando interna e externamente as maravilhas da grande nação.

A aprovação da lei fez o Estado brasileiro admitir a existência da discriminação racial, apesar de imputá-la para o campo das condutas individuais em episódios esporádicos, longe de reconhecer a estrutura racista em que se assentaram as relações sociais no Brasil. De certo que existia naquele momento, certo consenso na sociedade brasileira quanto a não existência de racismo no Brasil. Ser racista no Brasil era visto como algo nefasto, contrário à índole do povo brasileiro. No entanto, a outra face dessa afirmação está na negação do acesso à igualdade de direitos exposta na realidade da maioria da população negra e indígena do país. O Deus romano Janus com seu olhar bifronte, ao mesmo tempo em que exaltava para o mundo a miscigenação como avanço desta sociedade multirracial e por isso sem racismo, buscava desmobilizar a população negra, em especial os militantes políticos de qualquer possibilidade de atuação nesse campo. Por outro lado, os órgãos de repressão emitiam ordens de busca, trocavam telegramas e outras informações do mesmo modo que os jornais da época denunciavam tais feitos. Exemplos dessa natureza estão expressos nas figuras seguintes.

[938]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80005548/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80005548_d0001de0002. Informação nº 017/3ª SC/78. Assunto: Discriminação Racial e o Problema Indígena, p. 39-44.

Figura 33 - Encaminhamento – Notícia na imprensa de Portugal



RESERVADO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Segurança e Informações

ENCAMINHAMENTO Nº3636/81 –DSI/MRE

DATA: 22/05/76.
ASSUNTO: Questão racial brasileira. Notícia na imprensa de PORTUGAL.
REFERÊNCIA:
ORIGEM:
ÁREA:
PAÍS:
SITUAÇÃO ANTERIOR:
DESTINO: SNI/AC – CIE – CISA – CENIMAR – DSI/MEC.
ANEXOS:

A DSI/MRE remete, em anexo, cópia de recorte do jornal português "Diário de Notícias" de 16/ABR/76, em que se contém artigo de ANTÔNIO DE FIGUEIREDO, intitulado "A Democracia Racial Brasileira – contestando o mito com a realidade".

2. O articulista, depois de enfatizar a rapidez com que os negros norte-americanos alcançaram maior participação na vida pública dos ESTADOS UNIDOS, declara que o referido país está "em vias de disputar com o BRASIL a reputação de ser a maior democracia racial do mundo".

3. Segundo o Senhor FIGUEIREDO, muito pouco tem sido feito no BRASIL pela dignificação de sua minoria negra, assinalando que enquanto os negros brasileiros "têm avançado menos, os norte-americanos têm avançado décadas".

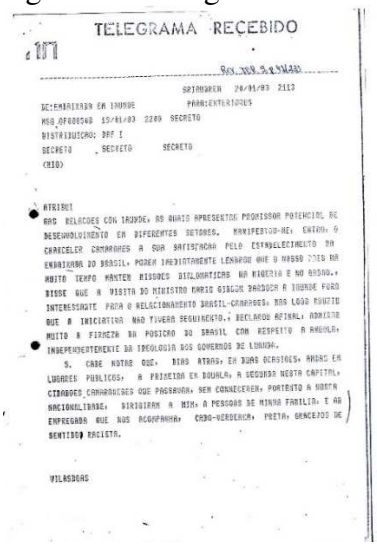
4. No entender do autor o BRASIL, ainda influenciado pelas teses do luso-tropicalismo de GILBERTO FREIRE, e em vista dos altos índices de mestiços existentes em sua população, continua ignorando a existência da "questão racial", o que não deixará, em futuro próximo, de repercutir de forma negativa sobre suas relações com a ÁFRICA.

5. Cabe assinalar que este é o segundo artigo,com um

RESERVADO

Fonte: MRE/BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.pdf. p.60/267.

Figura 34 - Telegrama – Embaixada de Launde/Camarões



TELEGRAMA RECEBIDO

SETEMBREN 20/01/83 2113
DECEMBAIXADA EM LOUNDE PRAREXTERIORES
MSG_0F000548 19/01/83 2289 SECRETO
DISTRIBUICAO: DEF I
SECRETO SECRETO SECRETO
(MIO)

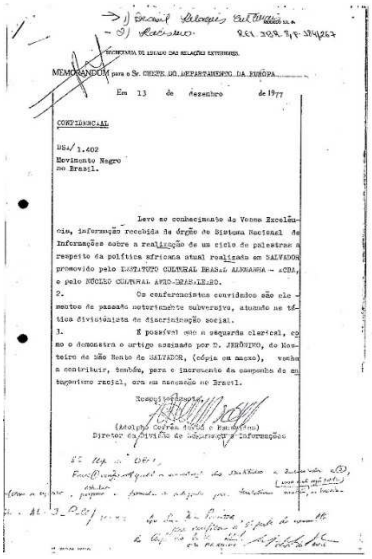
ATRIBUI
AMG RELACOES COM LOUNDE, AO QUAIS APRESENTOU PROMISSOR POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO EM DIFERENTES SETORES. MANIFESTOU-ME, ENTAO, O CARECELER CAMARADES A SUA SATISFACAO PELO ESTABELECIMENTO DA EMBAIXADA DO BRASIL. PODER INDIDTAMENTE LEMBROU QUE O NOSSO CIES HA MUITO TEMPO MANTEM MISSOES DIPLOMATICAS NA NIGERIA E NO GABAO. DISSE QUE A VISITA DO MINISTRO MARIO GIBSON BARBOZA A LOUNDE FORA INTERESSANTE PARA O RELACIONAMENTO BRASIL-CAMAROES, NOS LOGO SOUTO QUE A INICIATIVA NAO TIVERA SEGUIMENTO.). DECLAROU AINDA, ADMIRAR MUITO A FIRMEZA DA POSICAO DO BRASIL COM RESPEITO A AMOLA, INDEPENDENTEMENTE DA IDEOLOGIA DOS GOVERNOS DE LOUNDA.

5. CABE NOTAR QUE, DIAS ATRAS, EM DUAS OCASIOES, ANDEI EM LUGARES PUBLICOS, A PRIMEIRA EM DOUALA, A SEGUNDA NESTA CAPITAL, CIDADAOS CAMARADISES QUE PASSARAM SEM CONHECEREM, PORTANTO A NOSSA NACIONALIDADE, DIRIGIRAM A MIM, A PESSOAS DE MINHA FAMILIA, E AS EMPREGADA QUE NOS ACOMPANHAM, CABO-VERDEANA, PRETAS, GRACEJOS DE SENTIDO RACISTA.

VILASBOAS

Fonte: MRE/BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.pdf. p.136/267.

Figura 35 - Memorandun DSI-MRE para o Chefe do Departamento da Europa



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

MEMORANDUM para o Sr. CHEFE DO DEPARTAMENTO DA EUROPA

Em 13 de dezembro de 1977

CONFIDENCIAL

DSI/ I.402
Movimento Negro
no Brasil.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, informação recebida da órgão de Sistema Nacional de Informações sobre a realização de um ciclo de palestras a respeito da política africana atual realizado em SALVADOR promovido pelo INSTITUTO CULTURAL BRASIL ALEMANHA - ICBA, e pelo NÚCLEO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO.

2. Os conferencistas convidados são elementos de passado notoriamente subversivo, atuando em táticas divisionistas de discriminação social.

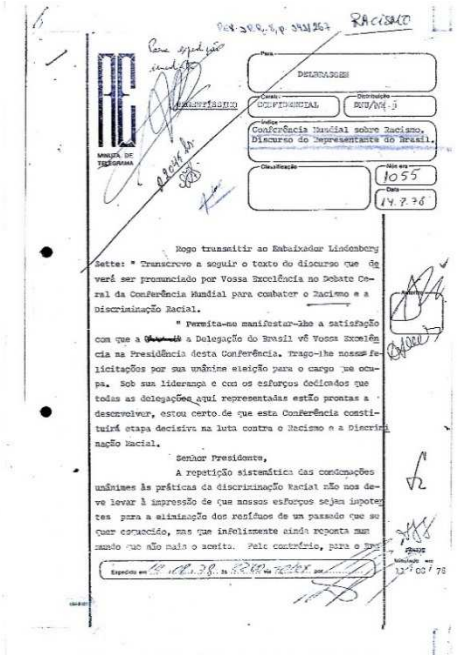
3. É possível que a sequência clerical, como o demonstra o artigo assinado por D. JERÔNIMO, do Mosteiro de São Bento de SALVADOR, (cópia em anexo), venha a contribuir, também, para o incremento da campanha de antagonismo racial, ora em ascensão no Brasil.

Respeitosamente,

(Adolpho Corrêa Viana e Ramalho)
Diretor da Divisão de Segurança e Informações

Fonte: MRE/BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.pdf. p. 138/267.

Figura 36 - Telegrama MRE para Delbrasgen/Consulado em Genebra



RACISMO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
TELEGRAMA

Para: DELBRASGEN
Confid.: CONFIDENCIAL
Ostensivo: RUB/DSI-3
Assunto: Conferência Mundial sobre Racismo. Discurso do Representante do Brasil.
Classificação:
Nos em: 1055
Data: 14.7.78

Rogo transmitir ao Embaixador Lindenbury Sette: " Transcrevo a seguir o texto do discurso que deverá ser pronunciado por Vossa Excelência no Debate Geral da Conferência Mundial para combater o Racismo e a Discriminação Racial.

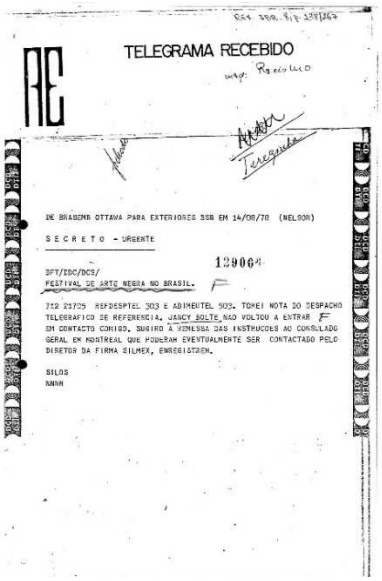
" Permita-me manifestar-lhe a satisfação com que a Delegação do Brasil vê Vossa Excelência na Presidência desta Conferência. Trago-lhe nossas felicitações por sua unânime eleição para o cargo que ocupa. Sob sua liderança e com os esforços dedicados que todas as delegações aqui representadas estão prontas a desenvolver, estou certo de que esta Conferência constituirá etapa decisiva na luta contra o Racismo e a Discriminação Racial.

Senhor Presidente,

A repetição sistemática das condenações unânimes às práticas da discriminação racial não nos deve levar à impressão de que nossos esforços sejam inoperantes para a eliminação dos resíduos de um passado que se quer condenado, mas que infelizmente ainda reponta em grande número ao redor do mundo. Pelo contrário, para o Brasil

Fonte: MRE/BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.pdf. p. 141/267.

Figura 37 - Telegrama para MRE da Brasemb/Embaixada do Brasil em Doha



TELEGRAMA RECEBIDO

RE

DE BRASEMB OTTAWA PARA EXTERIORES SSB EM 14/08/78 (NELSON)

S E C R E T O - URGENTE

12906

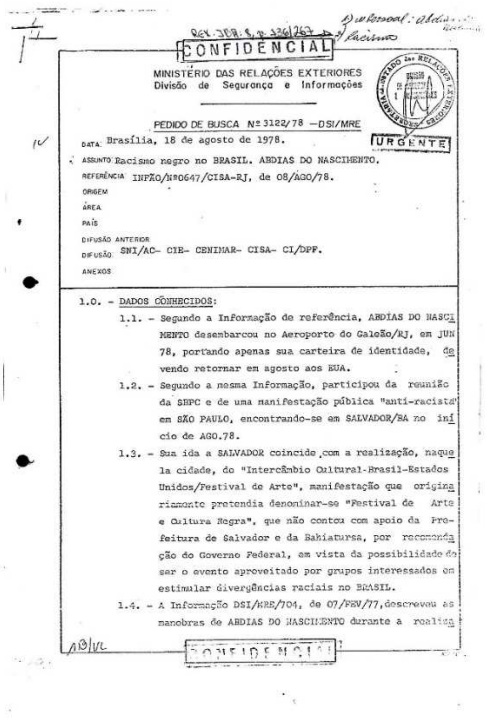
DPT/DDC/DCS/
FESTIVAL DE ARTE NEGRA NO BRASIL.

752 21725 REFDESPTEL 303 E ADIMBUTEL 502. TOMEI NOTA DO DESPACHO TELEGRAFICO DE REFERENCIA, JANCY BOLTE NAO VOLTOU A ENTRAR EM CONTACTO COMIGO. SUGIRO A REMESSA DAS INSTRUCOES AO CONSULADO GERAL EM MONTREAL QUE PODERAH EVENTUALMENTE SER CONTACTADO PELO DIRETOR DA FIRMA SILMEX, EMBEGISTAEN.

SILOS
NNNN

Fonte: MRE/BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001.pdf. p. 184/267.

Figura 38 - Pedido de busca DSI-MRE sobre Abdias Nascimento



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Segurança e Informações

PEDIDO DE BUSCA Nº 3122/78 — DSI/MRE

URGENTE

DATA Brasília, 18 de agosto de 1978.
ASSUNTO Racismo negro no BRASIL. ABDIAS DO NASCIMENTO.
REFERÊNCIA INFTÉL/Nº0647/CISA-RJ, de 08/AGO/78.
ORIGEM
ÁREA
PAÍS
DIFUSÃO ANTERIOR
DIFUSÃO SNI/AC- CIE- CENIMAR- CISA- CI/DPF.
ANEXOS

1.0. - DADOS CONHECIDOS:

1.1. - Segundo a Informação de referência, ABDIAS DO NASCIMENTO desembarcou no Aeroporto do Galeão/RJ, em JUN 78, portando apenas sua carteira de identidade, devendo retornar em agosto aos EUA.

1.2. - Segundo a mesma Informação, participou da reunião da SBPC e de uma manifestação pública "anti-racista" em SÃO PAULO, encontrando-se em SALVADOR/BA no início de AGO.78.

1.3. - Sua ida a SALVADOR coincide com a realização, naquela cidade, do "Intercâmbio Cultural-Brasil-Estados Unidos/Festival de Arte", manifestação que originariamente pretendia denominar-se "Festival de Arte e Cultura Negra", que não contou com apoio da Prefeitura de Salvador e da Bahiatursa, por recomendação do Governo Federal, em vista da possibilidade de ser o evento aproveitado por grupos interessados em estimular divergências raciais no BRASIL.

1.4. - A Informação DSI/MRE/704, de 07/FEV/77, descreveu as manobras de ABDIAS DO NASCIMENTO durante a realiza

CONFIDENCIAL

Fonte: MRE/BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001.pdf. p. 41/233.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, procuramos mostrar, com base nos documentos produzidos pelos órgãos de vigilância e informações, como o movimento negro contemporâneo e suas lideranças, nas décadas de 1970 e 1980, foram vigiados pelas agências que compunham o Serviço Nacional de Informações. Analisando as narrativas dos agentes, evidenciamos como estes entendiam o movimento negro e as relações que faziam deste movimento e de suas lideranças com o comunismo internacional. Para os militares era fundamental assegurar a unidade e a harmonia social com objetivo de atingir os fins do Estado Nacional determinados pela elite que o governava. Dos elementos que poderiam desestabilizar a unidade nacional, a questão racial estava posta e monitorada desde a criação do SNI. A preocupação com o avanço das lutas raciais nos Estados Unidos e com as lutas pela libertação dos países africanos deixava em sobressalto os militares. Com o SNI acompanhando e observando, procuraram usar de estratégias políticas diferenciadas, para se contrapor e impedir o avanço das discussões em torno do racismo no Brasil. A harmonia e a integração nacional teriam como suporte ideológico a ideologia da democracia racial, tópico do otimismo e valorização da nação brasileira. O enaltecimento da identidade multirracial do brasileiro, com forte influência da cultura africana, tomaria conta do discurso do governo tanto no convencimento interno quanto em afirmar aos diversos países os valores da nação brasileira como modelo de democracia racial.

Signatário de acordos internacionais que visavam combater o racismo em todos os Estados, os discursos do Brasil nas Nações Unidas remetiam ao bastião da igualdade racial, tornando ilegítima qualquer denúncia de conflito ou discriminação racial no país, exaltando os vínculos históricos e culturais com a África, cuja configuração das colônias recém libertas abria espaço para as demandas desenvolvimentistas do governo militar. Entre os valores nacionais que compunham ideologicamente a nação, a ideia de harmonia racial, com base na miscigenação era, certamente, a que denotava maior orgulho, presente inclusive nas propagandas do governo militar[939]. Os documentos produzidos pelo SNI, somados aos relatos

[939]Nesse sentido, cabe um adendo: esse é um fator que atravessa a visão nacional e justifica o ufanismo dos governos republicanos. O orgulho da miscigenação e da tal harmonia racial ainda está entranhada mesmo nos governos mais progressistas que atuaram e atuam junto a uma agenda antirracista do movimento negro, como no caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex e atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ainda destacam (Em ato falho) a ideia da democracia racial como fator de orgulho. Lula em 14 de março deste ano (2023), em discurso na 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, na terra indígena Raposa Serra do Sol, afirmou a miscigenação como fator positivo diante do processo de escravização de negros e indígenas.

e demais fontes analisadas, nos levam a concluir que o fator de oposição do movimento negro à ditadura militar, para além da luta contra a repressão e pela redemocratização do país, era de fato a denúncia do racismo na sociedade brasileira. Esse era o calcanhar de Aquiles para os militares.

A luta política travada pela esquerda, aonde parte dos negros se inseriam, era combatida pelos militares abertamente, no que chamaram de "luta revolucionária contra o comunismo internacional" no Brasil. Aliás, essa fora em grande parte a razão do golpe militar de 1964. No entanto, o movimento negro dizia o indizível, o interdito e isso fez com que os militares usassem como estratégia política a negação contra as denúncias do movimento negro, tendo certa cautela em não reprimir diretamente as organizações negras. Conforme os relatos, os militares, mesmo ora creditando que não havia na sociedade brasileira solo fértil para um conflito racial, não deixaram de perceber que a ação política do movimento negro, aliada às lutas internacionais contra o racismo, poderiam potencialmente inflamar essa demanda social. Daí a preocupação histórica dos militares e da elite nacional com qualquer possibilidade de negros se organizarem politicamente. O medo branco da onda negra - quase uma memória de temores da revolução haitiana 1791-1804 – expressou-se ainda de forma mais substancial com a intensificação da vigilância, a partir de 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial/Movimento Negro Unificado (MNUCDR/MNU).

O MNU conseguiu, como era a proposta inicial da sua criação, unificar as bandeiras de luta do movimento negro. Contudo, este feito não foi possível com as organizações negras. Entretanto, sua concepção preocupou as agências e expôs ainda mais a pluralidade de ideias e propostas do movimento negro, o que foi prontamente identificado pelo SNI. O MNU, ao contrário das outras organizações negras monitoradas pelos órgãos de repressão, logo se

---

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/fala-de-lula-sobre-miscigenacao-como-resultado-positivo-da-escravidao-gera-controversia.shtml. Lula diz que escravidão causou uma coisa boa: a miscigenação - Politica - Estado de Minas. Fala de Lula sobre miscigenação no país gera controvérsia - 18/03/2023 - Cotidiano - Folha (uol.com.br). Fernando Henrique Cardoso, o primeiro presidente do Brasil a reconhecer publicamente a existência do racismo afirma ter um pé na cozinha. Disponível em: Banco de Dados Folha - Acervo de Jornais (uol.com.br). Acesso em: 7 de abril de 2023. A ambivalência do discurso de FHC sobre a adoção das políticas de ações afirmativas no Brasil. CARDOSO, F.H. Pronunciamento do presidente da República na abertura do seminário "Multiculturalismo e Racismo". In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos.** Brasília: Paralelo 15.1997. Disponível em: SciELO - Brasil - AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL? AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL? Acesso em: 7 de abril de 2023. Em que pese a cultura arraigada da ideia de democracia racial no Brasil, os governos de FHC, Lula e Dilma Rousseff sem dúvida vieram galgando algum avanço em políticas antirracistas. No atual governo do presidente Lula da Silva estamos assistindo um aumento qualitativo de negros, negras e indígenas nos ministérios. Esses ministros chegam com um discurso altamente crítico em relação à ideia construída de democracia racial. Ainda longe de ter a representatividade devida e o retorno em necessárias políticas públicas, há que se reconhecer que esse fato é fruto e resultado das lutas históricas do movimento negro brasileiro.

constituiu como uma organização de caráter nacional, com uma proposta política-ideológica definida, incisivo em mobilizar a massa negra por todo país, denunciando a democracia racial como mito para a arena política nacional e buscando desmistificá-la internacionalmente. Esse avanço do protesto negro politizado em âmbito nacional não só aumentou a vigilância, como também a estratégia dos militares em relação ao não enfrentamento direto e violento, mas sem prescindir das retaliações ao movimento negro. Dentre outras, como ocorreu em 1978, durante a III Assembleia Nacional do MNUCDR/MNU em Salvador-BA e posteriormente em 1988, com o episódio do Centenário da Abolição, no Rio de Janeiro, que gerou preocupação e acompanhamento em relação às ações em torno dessas comemorações em todo o país. Questão que, dada ao nosso marco temporal, não foi possível abordar aqui.

O movimento negro, com sua denúncia e exposição do racismo brasileiro, manchava a imagem do país, que se apresentava externamente como uma democracia racial, cuja imagem auxiliava em acordos comerciais. Não à toa, orientações dos agentes do SNI sobre a urgência em reprimir o movimento não foi efetuada. Os militares, ao reafirmarem a ideologia da democracia racial, não poderiam usar da força contra um movimento que negava essa perspectiva, e que só existia em função da realidade imposta pelo racismo. Combater diretamente o movimento negro seria admitir a existência do que era negado. No entanto, não havia qualquer negligência dos militares em relação ao movimento negro, muito pelo contrário. Foram monitoradas todas as organizações, lideranças e ações deste movimento social, bem como toda a rede de ligações nacionais ou internacionais deste com outros movimentos sociais- organizações, universidades, empresas e partidos políticos e ainda, as negociações para possíveis financiamentos internacionais. Como analisamos, suas lideranças e militantes foram vigiados/as e estiveram suscetíveis às retaliações do regime.

No que diz respeito às mulheres negras, os documentos mostram o efetivo monitoramento de suas ações por todo país, inclusive no exterior, a exemplo do ocorrido com Teresa Santos, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. O movimento negro possibilitou a construção de uma consciência racial junto às mulheres negras, inclusive das que participaram de organizações da esquerda revolucionária, inclusive às ligadas ao Partido Comunista, permitindo outra perspectiva organizacional para a ampliação da luta antirracista. Organizadas e articuladas, as mulheres negras engajaram-se ativamente na luta antirracista junto ao movimento negro e com forte presença na imprensa negra. Se articularam na organização e reorganização de diversos movimentos sociais, na luta pelo fim da ditadura militar e pela abertura política, fatores que demandou acirrada vigilância dos órgãos de repressão sobre a atuação dessas mulheres em âmbito nacional. As questões impostas pelo movimento de

mulheres negras ao movimento feminista, propiciou as bases para a construção do feminismo negro no Brasil e demarcou, junto àquele, tanto a emergência do debate sobre gênero e raça, quanto à necessidade de ampliação do olhar sobre a diversidade e especificidades das mulheres brasileiras.

A imprensa negra como veículo de comunicação do movimento negro foi poderoso instrumento de denúncia do Brasil, como um país racista, das dificuldades pelas quais passava o povo brasileiro naqueles tempos, em especial o povo negro, e da opressão sofrida por diversos setores da sociedade. Dado a importância que os militares davam ao que era veiculado nos meios de comunicação, a imprensa negra, assim como a imprensa alternativa, também foi alvo da vigilância e repressão das agências do SNI e por vezes da censura à imprensa. Os jornais negros não se furtaram a tratar de temas proibidos pela ordem estabelecida, como o racismo, os direitos dos negros, o esquadrão da morte e as questões indígenas. Trouxeram para a pauta o debate sobre as relações raciais, se opondo a ideologia oficial, denunciaram a farsa da democracia racial no Brasil, tanto em âmbito nacional como internacionalmente, apontando o preconceito racial arraigado nas relações sociais no país e ainda incentivaram a valorização da identidade racial entre homens e mulheres negros e negras. Acusada de propagar mensagens de caráter incitador ao ódio e ao conflito racial, a imprensa negra, seus redatores e colaboradores figuraram nos documentos da ditadura, e os jornais foram vistos como uma ameaça à ordem política e, portanto, à segurança nacional. Não raro, havia a recomendação dos agentes para que esses jornais fossem enquadrados na LSN ou para que fossem impedidos de obter o registro legal. Para tanto, exemplares dos jornais foram anexados aos documentos como prova da subversão, o que nos possibilitou conhecê-los e trazê-los para a tese.

Dentre os jornais encontrados nos documentos do SNI, o *Sinba* e o suplemento *Afro latino América*, acompanhados sistematicamente pelas agências de vigilância, foram identificados como órgãos ligados as organizações da esquerda política, identificados com as ideias socialistas e subgrupos do movimento negro. O *Sinba*, no Rio de Janeiro, órgão de divulgação da Sociedade Intercâmbio Brasil-África, crítico, ácido, expunha em suas páginas as lutas pela libertação dos países africanos e a força das ideias de suas lideranças revolucionárias. Apresentaram a África real a comunidade negra, reivindicando que a cultura negra, base da cultura nacional, deveria ser também fator de referenciais positivos para a libertação e construção de cidadania do povo negro no Brasil e no mundo. Em São Paulo, o jornal Versus publicava o suplemento *Afro Latino-América*, cujas páginas demarcavam a luta dos povos negros em África, nos EUA, na América Latina e no Brasil, assim como o Sinba, e

demais jornais da imprensa negra, denunciava a ideia de democracia racial como um mito e convocava o povo negro à luta por sua verdadeira libertação, com formação política diretamente ligada a Convergência Socialista e ao MNCDR/MNU.

O *ALA* pontuava as discussões em torno do binômio raça e classe. Assim como o *Sinba*, foi considerado de ideias radicais pelos agentes do SNI e reuniu na sua produção jovens negros, boa parte deles universitários, que comporiam o quadro de importantes lideranças do movimento negro brasileiro. Esses jovens com formação universitária e política, alguns deles dentro das organizações de esquerda e das organizações negras, preocupavam os agentes do SNI, que orientavam ao governo a necessidade de contê-los de forma hábil e enérgica, deixando explicito a necessidade de agir de maneira apropriada com o movimento negro, a fim de não chamar atenção da sociedade brasileira e do mundo para as denúncias e bandeiras de luta deste movimento social emergente. Afinal, estava em jogo a ideologia do estado nacional, a democracia racial, denunciada como mito na imprensa negra e por todo movimento negro contemporâneo. A imprensa negra e seus redatores foram acusados de influência comunista e da tentativa de manipulação de caráter ideológico da população negra e principalmente de tentativa de macular àquilo que os militares e as agências de vigilância e repressão entendiam como vocação natural da sociedade brasileira: a harmonia racial. A ação contundente do movimento negro e da imprensa negra em denunciar o Brasil como um país racista, e a democracia racial como um mito, acabou por mobilizar o Ministério das Relações Exteriores por meio da sua Divisão de Segurança e Informações, órgão ligado diretamente ao SNI.

O MRE que defendia a mestiçagem e a ideia de harmonia racial no Brasil como um cartão de visitas do país, se viu obrigado a construir um discurso uníssono de defesa da ideologia da democracia racial para o mundo, em contraponto às denúncias de casos de racismo ocorridos em todo território nacional, feito pela imprensa negra e pelo movimento negro, que articulados com lideranças e organizações internacionais, faziam o mundo conhecer a realidade das relações raciais no Brasil, por vezes através da cobertura da grande imprensa nacional e da imprensa internacional. O governo militar teve que, constantemente, construir discursos reafirmando o país como uma autêntica democracia racial, tentando mostrar a inexistência do racismo, tanto para a garantia de seus interesses diplomáticos junto a ONU, seus interesses comerciais e desenvolvimentistas junto aos nascentes países africanos, quanto para tentar neutralizar as denúncias do movimento negro que se fazia ouvir tanto na sociedade brasileira quanto no exterior. Aos militares e suas agências de repressão coube a criminalização do tema racismo através da LSN, ao SNI e às suas agências de informações

coube vigilância constante e a produção de inúmeros documentos, registros, telegramas de toda atuação do movimento negro e de suas lideranças por todo Brasil e no exterior. Ao movimento negro contemporâneo e a sua imprensa negra, coube confrontar o Brasil oficial e o Brasil real, expondo a ferida nacional causada pelo racismo. A luta histórica do movimento negro brasileiro, que foi retomada pelo denominado movimento negro contemporâneo em meados dos anos 1970, ainda sob a ditadura militar, e que se estendeu e se fortaleceu durante a abertura política, expôs a democracia racial como uma farsa, apresentou ao Brasil e ao mundo a estrutura racista sobre a qual se estabeleceu as relações raciais no país. Desde 1974 - há quase meio século-, possibilitou a construção da identidade e consciência racial junto à sociedade brasileira, incentivando-a a lutar contra o racismo enquanto for necessário.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. **"Narrativas pregnantes" como "jogos de linguagem": possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein".** (2011). História Oral, vol. 11, nº 1-2, p. 127-148, jan/dez. 2008. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper Acesso: 01 de julho de 2021.

ALBERT, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa.** Anos 90, Porto Alegre, vol. 15, nº 28, p. 73-98, dez. 2008. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28797/possibilidadesAlberti.pdf Acesso: 14 de fevereiro de 2021.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007.

ALBERTO, P. L. **Quando o Rio era black: Soul Music no Brasil dos anos 70.** História: Questões & Debates. Curitiba, vol. 63, nº 2, p. 41-89, jul/dez. 2015. Editora UFPR. Fonte: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46702/28020 . Acesso: 03 de outubro de 2022.

ALBERTO, P. L. A Mãe Preta entre sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: DOMINGUES, Petrônio. GOMES, Flávio (Org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

ALMEIDA JUNIOR, Armando Ferreira de. **A contracultura e a política que o Ylê Aiyê inaugura: relações de poder na contemporaneidade.** (Tese Doutorado). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

ALMEIDA, Silvio. ***Racismo estrutural***. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro, 2019.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2003.

AMORIM, Bianca. **As presenças de mulheres negras na Imprensa Negra Paulistana (1907-1929).** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação, Cultura e História da Educação. Faculdade de Educação-USP, 2022.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes secretos na Escola Nacional de Informações.** Revista Em Tempos de Histórias. PPGHIS/UnB, nº 24, Brasília, jan-jul 2014. p. 120-138. Fonte: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14829/13150. Acesso: 25 de fevereiro de 2023.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988.** Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Uma história do tempo presente: política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; BRUNO, Regina; Moreira, Roberto José (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

AREND, Silvia & HAGEMEYER, Rafael & Lohn, Reinaldo. **Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico**. Revista Tempo e Argumento, 2013. https://www.researchgate.net/publication/269748591_Ditadura_Militar_mais_do_que_algozes_e_vitimas._A_perspectiva_de_Carlos_Fico/link/569dfa5308aed27a7030d566/download. Acesso: 14 de outubro de 2022.

Arquidiocese de São Paulo. **Brasil nunca mais: um relato para a história** (13ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

BARAVIERA, Verônica de Carvalho Maia. **A questão racial na legislação brasileira. Especialização em Direito Legislativo.** Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Brasília, 2005.

BARBOSA, M. S.; COSTA, T. G. dos S. DA. **Negritude e Pan-Africanismo no Pensamento Social Brasileiro: a trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987).** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 34, nº Rev. bras. Ci. Soc., 2019.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo.** Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia, São Paulo, vol. CXXI, nº 2, p. 50-78, 1951.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo.** Editora Anhembi LTDA. São Paulo, 1955.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ René E. Arquivos de Regimes Repressivos, Fontes sensíveis da História recente p. 192-185/. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2022, p. 173-193.

BAUER, Caroline Silveira e GERTZ René E. Arquivos de Regimes Repressivos, Fontes sensíveis da História recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022. p. 173-193.

BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. **Ditadura Militar, Atos Institucionais e Poder Judiciário.** Revista Justiça do Direito, vol. 29, nº 3, p. 587-605, 10 out. 2015. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/3826 . Acesso: 15 de dezembro de 2022.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980).** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ/ PPGHIS. Rio de Janeiro, 2010.

BORGES, Nilson de. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares". In: FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. N (Orgs.). **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: Atos Institucionais-Portal da Legislação (planalto.gov.br). Acesso: 19 de novembro de 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; vol. 2, 1_6_introducao_projeto_novo_v4.indd (Memoriasreveladas.gov.br). Acesso: março de 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **"Catálogo: direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar"**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **CAMINHOS CRUZADOS: Versus (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco Centro de Artes e Comunicação Departamento de Comunicação Social Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Recife, 2018.

BUCCHIONI, Xenya de Aguiar; OGASSAWARA, Juliana Sayuri. **Versus: A busca por uma identidade cultural latino-americana – Versus: um jornal de aventuras, ideias, reportagens e cultura.** Revista Académica De La Federación Latinoamericana De Facultades De Comunicación Social. Diálogos De La Comunicación, n° 79, enero-julio de 2009. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3718996. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência.** Coleção de leste a oeste. Seara Nova, Lisboa, 1974.

CARVALHO, de Juvenal. **A África na política externa da ditadura militar.** Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História. ANPUH-BA, 2013.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUC-RS. Porto Alegre, 2006.

CAMPOS, Walter de Oliveira. **Expectativas em torno da Lei Afonso Arinos (1951): a "nova Abolição" ou "lei para americano ver? "** Revista Latino-Americana de História vol. 4, nº 13, julho de 2015.

CAMPOS, Walter de Oliveira. **A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950-1952): entre a democracia racial e o racismo velado.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2016.

CARDÃO, Marcos e CASTELO, Cláudia (Orgs.). **Gilberto Freyre: Novas Leituras do Outro Lado do Atlântico.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CARDOSO, F.H. Pronunciamento do presidente da República na abertura do seminário "Multiculturalismo e Racismo". In: SOUZA, J (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos.** Brasília: Paralelo 15. SciELO - Brasil - AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL? AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL? , 1997.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, São Paulo, vol. 17, nº 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 17ª ed.

CASTRO, Lucia Maria Xavier de. **A mulher negra: sua situação na sociedade.** Cadernos do CEAP, 1999.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. p. 215-218. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. "Patriarcalismo e patronagem: mitos sobre a mulher no século XIX". In: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república.** São Paulo: Editora da Unesp (2007): 493-523.

COSTA, Haroldo (Org.). ***Fala crioulo*.** Record, 2009, 3ª edição.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

D'ADESKY, Jaques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.** Pallas, Rio de Janeiro, 2001.

DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. **História do tempo presente e ensino de História.** Revista História Hoje, *[S. l.]*, vol. 2, nº 4, p. 19–34, 2014. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90. Acesso: 20 de junho de 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, vol. 12, nº 23, Tempo, 2007 12(23), p. 100-122, 2007. Disponível em: Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos (redalyc.org). Acesso: 2009.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil.** Cadernos Pagu, nº 28, jan. 2007, p. 345-374.

_____. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, vol. 12, nº 23, julho, 2007, pp. 100-122 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013398007. Acesso: janeiro de 2013.

DREIFUSS, René. **1964 A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afro descendência no Brasil: antologia crítica.** vol. 3. (Contemporaneidade), Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. (Grandes Vultos que Honraram o Senado).

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (O legado da "raça branca")**, 5ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963).** São Paulo: FFLCH/USP, 1986. (Dissertação de Mestrado), apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). – São Paulo: 1982 (Mimiografada).

FERREIRA, Yedo. **Yedo Ferreira (depoimento, 2003).** Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em:
http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf. Acesso: 18 de janeiro de 2021.

FICO, Carlos. **"Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar".** Revista Brasileira de História, vol. 24, n° 47, São Paulo, julho de 2004.

_____. **A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro.** Acervo, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 2, p. 67-78, jul/dez 2008. Fonte:
https://pt.scribd.com/document/208331861/Carlos-Fico-Ditadura-Documentada# Acesso: 10 de julho de 2020.

_____. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 2 ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, vol. 9, nº 20, p. 05-74, jan/abr. 2017. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005/6755. Acesso: 27 de maio de 2020.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro.** Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun 2012. Disponível em: STONE Lawrence O Ressurgimento Da Narrativa | PDF | Marxismo | Economia (scribd.com). Acesso: 14 de março de 2014.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos.** Rio de Janeiro; Editora FGV, 2014.

_____. **Como eles agiam; os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo / Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005. JACOB, Gorender. Combate nas trevas. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014, 5ª ed.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Notas sobre a política externa brasileira nos anos de 1950-70. In: **Cadernos Estudos Afro-Asiáticos.** - nº 10, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984, p. 5-29.

FREITAS, Jorge Roberto. **Imprensa negra: a trajetória visível.** Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

GILLIAM, Ângela. GILLLIAM, Onik'A. **Negociando a subjetividade de mulata no Brasil.** Estudos feministas, ano 3, 1995, p. 525-543.

GOES, Fernanda Lira. SILVA e Tatiana Dias (Org.). **Texto para discussão: O Regime Internacional de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial /** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2007/1/TD_1882.pdf. E https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201966.pdf. Acesso: 10 de março de 2021.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Luiz Carlos Amaral. **Os negros no percurso da educação brasileira: uma análise comparada dos projetos Camélia da Liberdade e A Cor da Cultura na aplicação da Lei 10.639/03 (LDB) no período de 2004-2014.** (Dissertação de Mestrado), UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Políticas Públicas e Cultura de Direitos, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação.** Revista Brasileira de Educação. 2000, nº 15, p. 134-158.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.). **O pensamento negro em educação no Brasil.** São Carlos: Editora da UFSCar, 1997.

GONZALES, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos, 1982. *Op cit.* TREECE, D. Candeia. **O projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, *[S. l.]*, nº 70, p. 166-188, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i70p166-188. Disponível em:
https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/149938. Acesso: 12 março de 2023.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 29-47.
GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 5ª ed., 2014.

GREENHALGH, Raphael Diego. **REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985).** Revista Observatório, Palmas, vol. 6, nº 4, p. 1-24, jul-set, 2020. Revista Observatório, Palmas, vol. 6, nº 4, p. 1-24, jul-set, 2020 DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n4a9pt. (PDF) REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985) (researchgate.net). Acesso: janeiro de 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito.** Novos Estudos Cebrap, vol. 20, nº 61, 2001. pp. 147-162. Disponível em:
https://pt.scribd.com/document/329814952/Democracia-Racial-o-Ideal-o-Pacto-e-o-Mito . Acesso: 15 de junho de 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **"A Democracia Racial Revisitada".** Afro-Ásia, 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/43553067/A_DEMOCRACIA_RACIAL_REVISITADA_1?auto=download&email_work_card=download-paper. Acesso: 03 de junho de 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil.** 3ª ed. (2ª Reimpressão – 2019). São Paulo: Editora 34, 2009.

HANCHARD, Michel Georg. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. [Entrevista]. Revista Brasileira de História. 35 (70) jul/dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005. Acesso: 28 de junho de 2023.
HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. "Raça, classe e mobilidade". In: GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

_____. Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 20, 1991.

HERINGER, R.; SANT'ANNA, W.; MARTINS, S. & OLIVEIRA, S. **Negros no Brasil: Dados da Realidade.** Petrópolis: Editora Vozes/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE, 1989. p. 32.

HEYMANN, Luciana Quillet; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade. (Orgs.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações.** 1ª ed. São Paulo: Letra & Voz, 2018, vol. 1, p. 11-29.

JARDIM, Luís Eduardo Fração. **A ditadura militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros: um estudo de depoimentos.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais. (**Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Rio de Janeiro, 2015.

JESUS, Marize Conceição de. **Os estreitos laços entre a Igreja Católica e o movimento negro em tempo de repressão e autoritarismo.** 31º Simpósio Nacional de História, ANPUH-Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: 1628787913_ARQUIVO_b3f8d0a00492b5d0f8f12c14e59ab4ac.pdf (anpuh.org). Acesso: 15 de novembro de 2021.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983).** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa;http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/; http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/i/imprensa-alternativa. Acesso: 14 de janeiro de 2021.

LAGÔA, Ana. **SNI*: como nasceu, como funciona.*** Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, José Correia e CUTI (Luiz Silva) ... **E disse o velho militante José Correia Leite:** depoimentos e artigos**.** Organização e textos: CUTI (Luiz Silva). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEMOS Rosália de Oliveira. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, Carlos Eduardo. **Sou Negro e Tenho Orgulho! - Política, Identidade e Música Negra No Black Rio.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.

LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 9ª ed. 1990.

MAIO, Marcos Chor. **Guerreiro Ramos interpela a UNESCO: Ciências Sociais, militância e antirracismo.** Caderno C R H, Salvador, vol. 28, nº 73, p. 77-89, jan/abr, 2015. https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Kpf6qHxJpP8sGhQSMgZtgbq/?format=pdf&lang=pt Acesso: 15 de novembro 2022.

_____. **O Projeto Unesco: Ciências Sociais e o "credo racial brasileiro".** Revista USP, São Paulo, nº 46, p. 115-128, junho/agosto, 2000. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/64014. Acesso: 7 de dezembro de 2022.

MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar. In: **Revista Patrimônio e Memória**. – São Paulo, Unesp, vol. 14, nº 1, p. 340-364, janeiro-junho, 2018.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. **O elogio da dominação (Relendo Casa Grande & Senzala).** Achiamé, Rio de Janeiro, 1984.

MELLO, Wallace da Silva. **Gilberto Freyre e o pensamento militar contemporâneo: em busca de uma Sociologia Política de um Projeto Nacional Culturalista Conservador.** XI Encontro Nacional (ENABED). Anais eletrônico, 2021. Disponível em: *1626478341_ARQUIVO_8b61304c72e8f7565abaf1865640037b.pdf (abedef.org). Acesso: janeiro de 2022.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura "civil-militar"? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural • Ano XIII • nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/511050541/Ditadura-Civil-Militar-Demian. Acesso: novembro de 2022.

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro. Consequência, 2014. p. 157-188.

MENDES, Clarisse. **Páginas do JORNEGRO: escritos de luta e de valorização da cultura afro-brasileira (1978 a 1981).** XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-MG, 27-29 de julho de 2022. Fonte: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mg-eeh2022/1659968708_ARQUIVO_b7eb37fd2dbf07de05dce445ab28d282.pdf. Acesso: 17 de abril de 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995.** Fundação Alexandre de Gusmão- Brasília: FUNAG, 1995.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995.** Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão e Ministério das Relações Exteriores, 1995, pp. 212-213. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/86-A_Palavra_do_Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-1995.pdf . Acesso: 10 de fevereiro de 2021.

MONIZ, Edmundo. **A Lei de Segurança Nacional e a Justiça Militar.** Editora Codecri, Rio de Janeiro, 1984.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011, 3ª ed.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. 2ª ed.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária.** Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o "perigo vermelho**": O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira.** Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro.** 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

MUNANGA. Kabengele. ***Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.*** **Identidade nacional versus Identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo, Perspectivas, 2016.

_____. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: **Estudos Avançados.** vol. 18. nº 50. São Paulo: 2004, p. 209-224.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Summus, 2003.

NKOSI, José Kalunsiewo. **Angola independente: Guerra Fria e a Nova Diplomacia Brasileira.** Belo Horizonte: Malako Dikaia Publicações, 2017.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flávia. **Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999).** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, vol. 4, nº 2, jul-dez, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. **Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente.** Anos 90, Porto Alegre, vol. 11, nº 19/20, p. 199-223, jan/dez. 2004. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6356/3807. Acesso: 14 de dezembro de 2022.

PAULA, Marilene de, HERINGER, Rosana (Orgs.). **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil.** Fundação Heinrich Böll e ActionAid, Rio de Janeiro, 2009.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

_____. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História, 2018.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina. (Orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no "Atlântico negro".** Ciênc. let. Porto Alegre, nº 44, p. 215-236, jul/dez 2008. Disponível em: http://www.fapa.com.br/cienciaseletras . Acesso: agosto de 2022.

PEREIRA, Amílcar. **"O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Neusa Maria. **O Afro Latino América que vive em mim.** Depoimento de 2015. Fonte: MARCOS FAERMAN Disponível em:
< http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira_TX.pdf>. Acesso: 17 de janeiro de 2021.

PEREIRA, Neusa Maria. **O afro Latino/América que vive em mim** (2015). Fonte: http://marcosfaerman.s3-website-useast-1.amazonaws.com/8 NeusaPereira.html.
Acesso: 21 de janeiro de 2021.

PINTO, Luiz. A. C. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, coleção Brasiliana, 1952. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/47/1/276%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf.
Acesso: 18 de janeiro de 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele Escura e Tinta Preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, 2006. Fonte: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf . Acesso: 24 de novembro de 2020.

_____. **Fortes laços em linhas rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX.** (Tese) Doutorado em História Social. Universidade Estadual De Campinas. Instituto De Filosofia e Ciências Humanas. Programa De Pós-Graduação Em História. Campinas, 2014.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro.** RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos.** Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros /** - Brasília: Brado Negro, 2016.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro / Untouchable Structures: Racism and Dictatorship in Rio de Janeiro.** Revista Direito e Práxis, [S.l.], vol. 9, nº 2, p. 1054-1079, maio 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/DWf3hXwfgJdxQY3CJ8gCgvj/. Acesso: 14 de março de 2021.

PRUDENTE, Wilson. **A verdadeira história do direito constitucional no Brasil: desconstruindo o direito do opressor, construindo um direito do oprimido.** Vol.1. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

QUADRAT, S. V. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).** Varia História, vol. 28, nº 47, p. 19–41, jan. 2012. p. 25-26. SciELO - Brasil - A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Acesso: 13 de março de 2021.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântida: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo / Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIOS, F. **A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar.** Plural, *[S. l.]*, vol. 21, nº 1, p. 73-96, 2014. Fonte: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83619/86550. Acesso: 29 de dezembro de 2022.

RIOS, Flávia Mateus. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado.** 2014. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD): São Paulo. Comissão Nacional da Verdade – relatório – volume i – dezembro de 2014.

RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Doi: 10.11606/D.8.2009.tde-29102009-170307. Acesso: 04 de abril de 2019.

RIOS, Flávia Mateus. **Black and Red: o debate sobre raça e classe nas páginas do jornal socialista Versus (1975-1979). •** Lutas Sociais, São Paulo, vol. 19 nº 34, p. 114-125, jan/jun. 2015. https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25761. Acesso: 04 de agosto de 2021.

ROCHA, Bruno Bezerra da. **Versus: Páginas para ler em dias de sol.** (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27112019-185711/publico/2019_BrunoEvertonBezerraDaRocha_VOrig.pdf. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

ROCHA, José Geraldo da. **Teologia & negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros.** Santa Maria- RS: Gráfica Editora Pallotti, 1998.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-257.

ROMÃO, Jeruse. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Alessandra Soares. **Afonso Arinos Historiador uma identidade para as elites brasileiras.** (Dissertação de mestrado), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SANTOS, Fernanda Barros dos; BORGES, Caroline Amanda Lopes. **Neninho de Obaluaê – O Intelectual Insurgente do Subterrâneo Tropical e os Movimentos Sociais Negros.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.L], vol. 10, nº 25, p. 294-316, jun 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/617>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

Neninho de Obaluaê — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br). Acesso: 10 de janeiro de 2023.

SANTOS, Jacielle da Silva; SANTOS, Janete da Silva dos; ASSIS, Lúcia Maria de. **Militância Da Mulher Negra No Brasil E A Ideologia de Gênero: Há Machismo No Movimento Negro.** Revista Philologus, Ano 27, nº 81 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, set/dez 2021, p. 1674-1688. Fonte: www.revistaphilologus.org.br. Acesso: 02 de julho de 2022.

SANTOS, Joel Rufino dos. "O movimento negro e a crise brasileira". In: **Política e Administração.** Vol. 2. Julho-setembro, 1985.

SANTOS, Márcia Guena dos. **Afro-brasileños en lucha: historias de la resistencia negra a la dictadura militar en Brasil, (1964-1985).** (Tese de Doutorado). Universidad Complutense de Madrid Facultad de Geografía e Historia, Departamento de História de América I. Madrid, 2014.

SANTOS, Márcio André de O. dos. Política Negra e Democracia no Brasil Contemporâneo: Reflexões Sobre os Movimentos Negros. In: **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil.** PAULA, Marilene de, HERINGER, Rosana (Orgs.). Fundação Heinrich Böll e ActionAid, Rio de Janeiro, 2009. p. 227-258.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporaneo.** Santos Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

_____. "O negro no poder" no legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento brasileiro. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs.). **Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 127-163.

SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira.** EdUFISCar, São Carlos, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: Uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Tradução de Rosa Freire d´Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHLICKMANN, Mariana. **África difícil: A primeira missão diplomática brasileira ao sul do continente africano através do diário de Raymundo de Souza Dantas.** Revista África e Africanidades – Ano XII – nº 32, nov. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELCHER, Wayne A. Dilemas políticos nas relações Brasil-África: comentário sobre alguns obstáculos nas relações Sul-Sul. In: **Cadernos Estudos Afro-Asiáticos. –** nº 10. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984, p. 55-72.

SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. **O griot e as muralhas.** Rio de Janeiro, Pallas, 2006.

SEMOG, Éle. **A galinha garnisé e outros Eusébios de Queirós: racismo na sociabilidade brasileira.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

SEYFERTH, Giralda. "As ciências sociais no Brasil e a questão racial". In: **Cativeiro e Liberdade.** Rio de Janeiro, UERJ, 1989.

SILVA Jr, Hédio. **Anti-racismo: coletâneas de leis brasileiras: federais, Estaduais e Municipais.** São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, Daniel Pinha. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. Dossiê: **Historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática.** Revista Transversos. Rio de Janeiro, nº 18, abr. 2020, p. 37-63. Disponível em: ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50330.

SILVA, Denise Ferreira da. Revisitando a "democracia racial": raça e identidade nacional no pensamento brasileiro. In: **Cadernos Estudos Afro-Asiáticos***,* nº 16, Rio de Janeiro, 1989, p. 157-170.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar a redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990. 9ª ed. p. 351-384.

SILVA, Joselina da. **União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo.** Rio de Janeiro, (Tese de Doutorado), UERJ, 2005.

SILVA, Joselina da. **"A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50".** Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, nº 2, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, nº 2, 2003, p. 215-235. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200002. Acesso: 23 de maio de 2022 e https://www.scielo.br/j/eaa/a/QSsCvKP5t6Q7gtTqrczkbjr/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 23 de maio de 2022.

SILVA, Joselina da. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis,2017, p. 3. Fonte: *1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf (dype.com.br). Acesso: 14 de agosto de 2022.

SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes (Org.). **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça.** Belo Horizonte, Nandyala, 2014, p. 13-39.

SILVA, Joselina da. **O pensamento das mulheres negras expresso nos jornais do movimento negro dos anos oitenta.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Fonte: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf. Acesso: 15 de novembro de 2022.

SILVA, Joselina da. Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos de 1970. IN: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina. (Orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 184-205.

SILVA, Sandra Martins da. **O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995).** Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Silvio José Albuquerque e. **Combate ao racismo.** Silvio José Albuquerque e Silva. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985).** (Tese de Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SILVA. Carlos A. e Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais e Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A censura durante o regime autoritário.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4, nº 10, p. 21-43, 1989.

SODRÉ, Muniz. **Sobre Imprensa Negra.** Lumina - Facom/UFJF - vol. 1, nº 1, p. 23-32, jul/dez 1998. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/351515972/ARTIGO-SODRE-MUNIZ-IMPRENSA-NEGRA-pdf#. Acesso: 24 de outubro de 2022.

SOUZA, J. (Org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15.1997. Disponível em: SciELO - Brasil - AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL? AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL? Acesso: 7 de abril de 2023.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História.** Past and Present, nº 85, nov. 1979.

THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008, p. 45-64.

TRAPP, R. **A Sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977).** Revista de História, [S. l.], nº 180, p. 1-32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.169268.
Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/169268. Acesso: 19 de março de 2023.

TREECE, D. **Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, *[S. l.]*, nº 70, p. 166-188, 2018.
DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i70p166-188.
Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/149938. Acesso: 12 de março de 2023.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura.** Editora Companhia das Letras, 2017.

VANNUCHI, Maria Beatriz Costa Carvalho. A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva; 2017, p. 59-70.

VASCONCELOS, José Antônio. Edward P. Thompson: Ativismo político e produção historiográfica. In: LOKOI, Zilda Marcia Grícoli. **A escrita do historiador: cosmovisões em conflitos.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.

VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 247-265.

WINANT, Howard. **Repensar a raça no Brasil.** Revista Sociedade e Estado. vol. IX, nº 1-2, jan/dez. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília: Brasília,1994.

Sites:

Abdias Nascimento (museuafrobrasil.org.br).
Perfil - Abdias Nascimento (ipea.gov.br)
Abdias do Nascimento: conheça um dos maiores ativistas negros do Brasil - Revista Galileu | História (globo.com)
Abdias Nascimento | Enciclopédia Itaú Cultural (itaucultural.org.br). Acesso: março de 2014.

Afonso Arinos (estadao.com.br). / Biografia de Afonso Arinos – e Biografia. Acesso: 14 de novembro 2022.

A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais (redalyc.org). Acesso em: 13 de dezembro 2022.

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo :: Acervo :: Acervos mais Consultados :: DEOPS :: (arquivoestado.sp.gov.br). Acesso: 24 de março de 2021.
Antônio Cecchin, irmão marista e profeta da ecologia, faleceu - Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Acesso: 27 de outubro de 2022.

A Independência e o mocotó – Sler . Abdias do Nascimento: conheça um dos maiores ativistas negros do Brasil - Revista Galileu | História (globo.com) Abdias Nascimento (museuafrobrasil.org.br) Abdias Nascimento | Enciclopédia Itaú Cultural (itaucultural.org.br). Acesso: 14 de dezembro de 2022.

Afonso Arinos (estadao.com.br). / Biografia de Afonso Arinos – e Biografia. Acesso novembro de 2022.

Amílcar Cabral: ideólogo e pedagogo da revolução (geledes.org.br). Antônio Cecchin, irmão marista e profeta da ecologia, faleceu - Instituto Humanitas Unisinos - IHU.
Atos Institucionais - Portal da Legislação (planalto.gov.br) Bolsonaro diz que tensões entre raças no Brasil são importadas e alheias à nossa história | Jornal Nacional | G1 (globo.com) 21/11/2020. Acesso: novembro de 2020.

Banco de Dados Folha - Acervo de Jornais (uol.com.br). Acesso: 7 de abril de 2023.

Bolsonaro diz que tensões entre raças no Brasil são importadas e alheias à nossa história | Jornal Nacional | G1 (globo.com) 21/11/2020. Acesso: 17 de novembro de 2020.

Calendário internacional da cultura negra – Fundação Cultural Palmares. http://www.fapa.com.br/cienciaseletras. Acesso: agosto de 2022.

Calendário internacional da cultura negra – Fundação Cultural Palmares. Acesso: 19 de maio de 2023.

Clóvis Moura - Marxismo 21.
www.marxist,org/portuguesmoura/1986/mes/prefacio_imprensanegra_paulista-pdf. Acesso: novembro de 2020.

Como Gerson King Combo e seus bailes black tentaram implodir a democracia racial (geledes.org.br). Conheça a história do 'Árvore das Palavras': um jornal negro contra a ditadura (cpers.com.br) Acesso: novembro de 2019.

Como Gerson King Combo e seus bailes black tentaram implodir a democracia racial (geledes.org.br). Mandamentos Black - Gerson King Combo - VAGALUME Acesso: 13 de janeiro de 2023.

Conheça a história do '*Árvore das Palavras*': um jornal negro contra a ditadura (cpers.com.br) . Acesso em: 4 de novembro de 2019.

Conselho de Segurança Nacional (Brasil) - Dibrarq (arquivonacional.gov.br) Conselho de Segurança Nacional (Brasil) - Dibrarq (arquivonacional.gov.br). Acesso: 17 de março de 2022.

Conselho Mundial de Igrejas — uma casa dividida — BIBLIOTECA ON-LINE da Torre de Vigia (jw.org) Conselho Mundial de Igrejas – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso: 27 de fevereiro de 2020.

Érlon Chaves – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). ERLON CHAVES, VENENO OU MOCOTÓ? | Monlôver - o Blog do Wir (wordpress.com). Acesso: dezembro de 2022.

Fala de Lula sobre miscigenação no país gera controvérsia - 18/03/2023 - Cotidiano - Folha (uol.com.br) Florestan Fernandes - Memórias da ditadura (memoriasdaditadura.org.br) Folha de S.Paulo - FHC se diz mulato com 'um pé na cozinha' - 31/5/1994 (uol.com.br). Acesso: 7 de abril de 2023.

Folha de S.Paulo - FHC se diz mulato com 'um pé na cozinha' - 31/5/1994 (uol.com.br) . Acesso: 15 de fevereiro de 2022

Florestan Fernandes - Memórias da ditadura (memoriasdaditadura.org.br). Acesso: 18 de novembro de 2022.

GESTO DO CANTOR ERASMO CARLOS FOI CONSIDERADO AFRONTA PELA DITADURA - Documentos Revelados Há 52 anos, o governo Médici proibia notícias sobre discriminação racial no país (almapreta.com) Há 52 anos, o governo Médici proibia notícias sobre discriminação racial no país (almapreta.com). Histórico da LAI — Acesso à Informação (www.gov.br). http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4779901A1. Acesso: 15 de janeiro de 2021.

GESTO DO CANTOR ERASMO CARLOS FOI CONSIDERADO AFRONTA PELA DITADURA - Documentos Revelados
Sócrates: inteligência dentro e fora dos gramados – Esquerda Marxista (marxismo.org.br)
Panteras Negras: A história em 27 fatos importantes (geledes.org.br). Acesso: 21 de janeiro de 2023.

Há 52 anos, o governo Médici proibia notícias sobre discriminação racial no país (almapreta.com). Acesso: 15 de janeiro de 2022.

Hemeroteca (bn.br)per213659_1967_00019.pdf (bn.br). Acesso: 7 de janeiro de 2022.

Histórico da LAI — Acesso à Informação (www.gov.br). Acesso: 28 de dezembro de 2020.

Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC /Orgs. Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. - Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007, p. 91-93. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/405655901/Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC (scribd.com). Acesso: 10 de março de 2021.

Jano – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) e Jano, quem é? Origem e história do deus romano das transições (r7.com). Acesso: 14 de outubro de 2022.

João Augusto de Araújo Castro – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso: 27 de novembro de 2022.

João Augusto de Araújo Castro – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).
L4341 (planalto.gov.br). Levante de Soweto: no dia 16 de junho de 1976, dez mil estudantes tomam as ruas (geledes.org.br). Acesso em 2019.

Jornal Maioria Falante-Togo Yoruba https://www.youtube.com/watch?v=nGPcZ7wqFf8. Acesso: 15 de janeiro de 2021.

Levante de Soweto: no dia 16 de junho de 1976, dez mil estudantes tomam as ruas (geledes.org.br). Acesso: maio de 2019.

Manchete (RJ) - 1952 a 2007 - DocReader Web (bn.br) . 1954, p. 66. Acesso: 15 de junho de 2023.

Mandamentos Black - Gerson King Combo - VAGALUME Acesso: janeiro de 2023.

MARCOS FAERMAN marcosfaerman.jor.br/versus.htm. Acesso: 2 de janeiro de 2022.

Movimento de mulheres negras - Google Acadêmico. Neusa Maria Pereira - WikiAfro (uneafrobrasil.org). Acesso: dezembro de 2022.

Neusa Maria Pereira - WikiAfro (uneafrobrasil.org). Acesso: 29 de dezembro de 2022.

Negociando a subjetividade de mulata no Brasil (wordpress.com). Acesso: 27 de janeiro de 2023.

O Brasil e a ONU — Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br). O que é o CGC da empresa? (fluxodeinformacao.com). Acesso: 20 de dezembro de 2022.

Odair Pimentel - Que fim levou? - Terceiro Tempo (uol.com.br). Odair Pimentel - Que fim levou? - Terceiro Tempo (uol.com.br). Odair Pimentel (jornalistaodairpimentel.blogspot.com) ONU: conheça a estrutura e o funcionamento desta instituição paladina da paz - Jus.com.br | Jus Navigandi. Acesso: 17 de dezembro de 2021.

O que é o CGC da empresa? (fluxodeinformacao.com). Acesso: 14 de abril de 2021.

CNV e Negros - Memórias da ditadura (memoriasdaditadura.org.br). Acesso: março de 2014.

Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br) Panteras Negras: A história em 27 fatos importantes (geledes.org.br). Acesso: janeiro de 2023.

Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br). Volume 1, p. 102. Acesso: março de 2015.

Perfil - Abdias Nascimento (ipea.gov.br). Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso: fevereiro de 2023.

Reclusão x Detenção x Prisão Simples-Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br). Acesso: 25 de janeiro de 2023.

Revista Observatório, Palmas, vol. 6, nº 4, p. 1-24, jul-set. 2020 DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n4a9pt . Acesso: janeiro de 2021.

Revista Philologus, Ano27, n. 81 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, set/dez.2021. p. 1674- 1688. Disponível em: www.revistaphilologus.org.br. Acesso: 2 de julho de 2022.

Sobre a UNESCO no Brasil. Sócrates: inteligência dentro e fora dos gramados – Esquerda Marxista (marxismo.org.br). www.letras.ufmg.br/literafro/ Acesso: 21 de dezembro de 2022.

Tição – imprensa negra e consciência em Porto Alegre nos anos de chumbo (geledes.org.br). Acesso: janeiro de 2022.

#10 de dezembro: o uso de documentos para ensinar ditadura militar, com Verena Alberti – YouTube 12 de setembro de 2022. (457) Oficinas de História - YouTube *1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf (dype.com.br). Acesso: 02 de julho de 2023.

https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf. APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo :: Acervo :: Acervos mais Consultados :: DEOPS :: (arquivoestado.sp.gov.br). 1946 – Preconceito de Cor — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais (redalyc.org). Acesso: dezembro de 2022.

http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=Arq_Cultura&pagfis=11956&url=http://docvirt.com/docreader.net#. http://marcosfaerman.com.br/8_NeusaPereira_TX.pdf. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/biografia.html. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira_TX.pdf>. Acesso: janeiro de 2021.

http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcos-faerman/ Acesso: 21 de janeiro de 2021.

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=movimento+negro&TipoUD=1&MacroTipoUD=3&nItens=30.
http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista.
Acesso: 30 de janeiro de 2021.

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=movimento+negro&TipoUD=1&MacroTipoUD=3&nItens=30. Acesso: 10 de março de 2021.

https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2563/80004. Acesso: 13 de julho de 2023.

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa;
http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/;
http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/i/imprensa-alternativa Acesso: 14 de janeiro de 2021.

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/yedo-ferreira. Acesso: 17 de março de 2014. FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV).
http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf. Acesso: 17 de março de 2014.

http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf.
http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/360-oswaldo-de-camargo. Acesso: 02 de fevereiro de 2021.

https://www.portalafro.com.br/dados_seguranca/literatura/oswaldo/oswaldo.htm
http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/360-oswaldo-de-camargo**.** Acesso: 2 de fevereiro de 2021.

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-historia-deixada-por-versus/ Acesso: 21 de janeiro de 2021.

http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/hamilton-cardoso-e-seu-tempo. Acesso: 08 de agosto de 2020.

https://www.geledes.org.br/hamiltoncardoso/?gclid=Cj0KCQiAjKqABhDLARIsABbJrGlJibsznf_ZvklVh4torfP7BtOqDUgHLQ6HI2Z_bntW1waNIWsDawgaAqy1EALw_wcB: Acesso em: 14 de junho de 2020.

https://brasilescola.uol.com.br/geografia/unesco.htm

https://casperlibero.edu.br/noticias/saiba-quem-foi-marcos-faerman/. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

https://documentosrevelados.com.br/versus-a-imprensa-alternativa-inovadora-e-militante-um-jornal-instrumento-de-luta-politica/ Acesso: 21 de janeiro de 2021.

https://nossaciencia.com.br/colunas/tributo-ao-jornalista-e-intelectual-hamilton-cardoso/ Acesso: 21 de janeiro de 2021.

https://operamundi.uol.com.br/memoria/48394/arvore-das-palavras-um-jornal-negro-contra-a-ditadura . Acesso: 04 de novembro de 2019.

https://operamundi.uol.com.br/memoria/49355/jornal-abertura-uniao-da-luta-do-movimento-negro-com-o-combate-a-ditadura. Acesso: 04 de fevereiro de 2021.

https://prabook.com/web/jose_belo.chipenda/305454. Acesso: 06 de março de 2021.

https://pt.scribd.com/read/405655901/Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC (scribd.com) https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Alberto_da_Fontoura. Acesso: 07 de março de 2021.

https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Discursos_Presidente_Lula_2009_10.pdf. Acesso: 15 de fevereiro de 2022.

https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf
https://www.marxists.org/portugues/moura/1986/mes/prefacio_imprensa_negra_paulista.pdf. Acesso: 26 de novembro de 2020.

https://www.marxists.org/portugues/moura/1986/mes/prefacio_imprensa_negra_paulista.pdf. Acesso: 26 de novembro de 2020.

https://www.migalhas.com.br/quentes/293730/lei-cao--que-definiu-crimes-de-preconceito-de-raca-ou-cor--faz-30-anos
https://www.portalafro.com.br/dados_seguranca/literatura/oswaldo/oswaldo.htm. Acesso: 26 de novembro de220.

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27112019-185711/publico/2019_BrunoEvertonBezerraDaRocha_VOrig.pdf. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

https://www.themilitant.com/PM/pm_archivo.html. Acesso: 08 de fevereiro de 2021.

https://www.youtube.com/watch?v=lq0soh6y0Cs. Acesso: 21 de janeiro de 2021.

https://www.youtube.com/watch?v=nGPcZ7wqFf8. Acesso: 15 de janeiro de 2021.

http://negritos.com.br/2020/10/28/jornal-maioria-falante-edicao-06/.
http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=Arq_Cultura&pagfis=11956&url=http://docvirt.com/docreader.net#. Acesso: 15 de janeiro de 2021.

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/fala-de-lula-sobre-miscigenacao-como-resultado-positivo-da-escravidao-gera-controversia.shtml Lula diz que escravidão causou uma coisa boa: a miscigenação - Politica - Estado de Minas Jano – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) e Jano, quem é? Origem e história do deus romano das transições (r7.com). Acesso: outubro de 2022.

http://funag.gov.br/biblioteca/download/86-A_Palavra_do_Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-1995.pdf. Acesso: 10 de fevereiro de 2021.

https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201966.pdf. Acesso: 11 de março de 2021

:<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/JUVENAL-DE-CARVALHO.pdf> e <https://aclessa.files.wordpress.com/2008/11/045.pdf. Acesso: 15 de março de 2021.

1946 – Preconceito de Cor - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso: 14 de janeiro de 2022.

https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/JyDVmNgVPKF9g9f5yBRbwty/abstract/?lang=pt#ModalHowcite. Acesso: 25 de maio de 2022.

https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf. Acesso: 10 de março de 2021.

http://www.fapa.com.br/cienciaseletras. Acesso: 30 de agosto de 2022.

www.letras.ufmg.br/literafro/ Acesso: 19 de maio de 2019.

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4779901A1. Acesso: 15 de janeiro de 2021.

https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46702/28020. Acesso: 03 de outubro de 2022.

31º Simpósio Nacional de História, ANPUH-Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: 1628787913_ARQUIVO_b3f8d0a00492b5d0f8f12c14e59ab4ac.pdf (anpuh.org). Acesso: 24 de maio de 2022.

XI Encontro Nacional (ENABED). Anais eletrônico, 2021, p. 8. Disponível em: *1626478341_ARQUIVO_8b61304c72e8f7565abaf1865640037b.pdf (abedef.org). Acesso: 14 de janeiro de 2022.

Fontes Primárias:

1) Acervo digital jornal Quilombo

Jornal Quilombo (Volume 1) por IPEAFRO - Issuu. Acesso: 14 de outubro de 2021.

2) Acervo digital Revista Manchete

Manchete (RJ) - 1952 a 2007 - DocReader Web (bn.br). 1954.

Manchete (RJ) - 1952 a 2007 - DocReader Web (bn.br).
Revista Manchete, 1964, edição 0617, p. 47-55
Revista Manchete, Ano 1966, edição 0763, p. 63-70.
Revista Manchete, Ano 1977, edição 1336, p. 56-58.

3) Acervo digital Revista Realidade

Revista Realidade, edição 1967. Fonte: Hemeroteca (bn.br)per213659_1967_00019.pdf (bn.br)
Revista Realidade, p. 23. Fonte: http://memoria.bn.br/per213659_1967_00019.pdf . Acesso: 27 de janeiro de 2022.

4) Acervo digital jornal O Pasquim

O Pasquim, Ano XI, nº 533, 1979, p. 4-7.
Fonte: O Pasquim (RJ) - 1969 a 1991 - DocReader Web (bn.br). Acesso: 27 de janeiro de 2023.
O Pasquim, ano XI, nº 588, p. 20-22.

5) Acervo jornal Sinba

Ano I, nº 1, RJ, julho, 1977.
Ano II, nº 2, RJ, abril, 1979.
Ano II, nº 3, RJ, agosto, 1979.
Ano III, nº 4, RJ, março, 1980.
Ano IV, nº 5, RJ, set, 1980.

6) Acervo digital jornal Versus/ Afro-Latino América

Afro-Latino-América. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Edição fac-similar 2014.

1ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 30 a 33, Versus nº 12, Julho-Agosto 1977.
2ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 31 a 34, Versus nº 13, Agosto-Setembro 1977.
3ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 25 a 28, Versus nº14, Setembro 1977.
4ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 34 e 35, Versus nº 15, Outubro 1977.
5ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 25, 38 a 41, Versus nº 16, Novembro 1977.
6ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 38 a 41, Versus nº 17, Dezembro/1977 e Janeiro/1978.
7ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 37 a 41, Versus nº 18, Fevereiro 1978.
8ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 39 a 42, Versus nº 19, Março-Abril 1978.
9ª. Seção Afro-Latino-América: pág.39 a 42, Versus nº 20, Abril-Maio 1978.
10ª. Seção Afro-Latino-América: pág.39 a 42, Versus nº 21, Maio-Junho 1978.
11ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 38 a 42, Versus nº 22, Junho-Julho 1978.
12ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 32 a 35, Versus nº 23, Julho-Agosto 1978.
13ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 38 a 42, Versus nº 24, Setembro 1978.
14ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 40 a 44, Versus nº 25, Outubro 1978.
15ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 39 a 43, Versus nº 26, Novembro 1978.
16ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 40 a 44, Versus nº 27, Dezembro de 1978.
17ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 42 a 48, Versus nº 28, Janeiro 1979.
18ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 38 a 43 Versus nº 29, Fevereiro 1979.
19ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 37 a 43, Versus nº 30, Março 1979.
20ª. Seção Afro-Latino-América: pág. 38 a 42, Versus nº 31, Abril de 1979.

7) Entrevistas (reuso)

Amauri Mendes Pereira. Entrevista ao CPDOC-FGV. p. 39,40, 89.

Astrogildo Esteves: Entrevista dada a autora para este trabalho e enviada por e-mail em 24 de outubro de 2022.
Carlos Alberto Medeiros na entrevista concedida aos historiadores Verena Alberti e Amílcar Pereira, no CPDOC-FGV. Ver: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Palias; CPDOC-FGV, 2007. p. 70.

"Entrevista desaconselhável a racistas. Este negro é perigoso ele pensa". Jornal O Pasquim, ano XI, nº 588, p. 20-22.
Disponível em: O Pasquim (RJ) - 1969 a 1991 - DocReader Web (bn.br). Acesso: 25 de janeiro de 2023.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva. Entrevista ao CPDOC-FGV. p. 283.

Lúcia Xavier e Sueli Carneiro. Entrevista ao CPDOC-FGV. p. 354, 362.

ROLAND, Edna. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA. Amílcar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
Yedo Ferreira. Entrevista ao CPDOC-FGV.

8) Leis e Decretos

A instalação da Comissão Nacional da Verdade - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br) . L12528 (planalto.gov.br). Acesso: março de 2015.

Lei 4.341/64. Disponível em: L4341 (planalto.gov.br). Acesso: 15 de abril de 2021.

L1802 (planalto.gov.br); L6620 (planalto.gov.br); L7170 (planalto.gov.br); L6620 (planalto.gov.br); Del0314 (planalto.gov.br) Lei Caó - Lei 7437/85 | Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, Presidência da República (jusbrasil.com.br) Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. LEI Nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Fonte: L1390 (planalto.gov.br). Acesso: outubro de 2021.

L1802 (planalto.gov.br); L6620 (planalto.gov.br); Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br); L7170 (planalto.gov.br); L6620 (planalto.gov.br); Del0314 (planalto.gov.br). Acesso: 15 de junho de 2022.

Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br); L1390 (planalto.gov.br). Acesso: 27 de outubro de 2021.
Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso: 16 de fevereiro de 2023.

Lei Caó - Lei 7437/85 | Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, Presidência da Republica (jusbrasil.com.br)
https://www.migalhas.com.br/quentes/293730/lei-cao--que-definiu-crimes-de-preconceito-de-raca-ou-cor--faz-30-anos. Acesso: 30 de outubro de 2021.

Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm Acesso: 12 de junho de 2014.

9) Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil, via:
https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre
Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_64095939_d0001de0001.pdf

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70010452_d0002de0002.pBR_DFANBSB_V8_MIC GNC_AAA_73064103_d0001de0001.pdf. AC/SNI. Memorando nº 2098. Assunto: Linhas de Atuação do Movimento Comunista Internacional. Protocolado em 3/12/73.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010247_d0001de0001.pdf. Informação nº 575 SICI/DSI/MT/79. Data: 3/09/79. Caráter Confidencial. Difusão: SNI. Protocolado sob o nº 016786 em 17 de setembro de 1979.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009038_d0001de0001. ACE 9038/81- ASP/SNI. Assunto: Ficha de informações Florestan Fernandes.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011122_d0001de0001. Informação nº 369/SNI / ARJ/67. Data: 13 de abril 1967. Assunto: Sociólogo Florestan Fernandes. Difusão: APA/SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001pdf. Informação nº 113/AESI/USP/74, de 4 de abril de 1974. Assunto: Florestan Fernandes. Difusão: DSI/MEC-SNI/ASP- DSI-MEC, DPF/ASP-DEOPS/SP, EX, CISA.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001.Encaminhamento nº 5266/19/ASP/SNI/1975. Data: 05 de novembro de 1975. Assunto: Curso de Extensão Cultural sobre o negro brasileiro – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, com referência a Informação nº5066/19/ASP/SNI/75. Difusão: AC/SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_71062834_d0001de0001. Encaminhamento nº 2922/71/ARJ/SNI. Assunto: Dados sobre cidadãos. Data: 17 de setembro de 1971. Difusão: AC/SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70010452_d0001de0002. Data: 5/ 1/70. nº 0010. Origem: Agente. Disseminação: M-20 – SNI/ARJ-CENIMAR. Avaliação: Confiança A Veracidade 2. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82003130_d0001de0001 discriminação racial atuação subversiv.pdf. Informação nº 420. Data: 24/05/68. /SNI/ ACT / 68. Assunto: Discriminação Racial - atuação Subversiva. Referência: Info no 69/ SC-3/ACT/68. Difusão: SNI/AC.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8915. Dossiê. Produção1968/ 1970.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.6320. Dossiê. Produção: 1969/ 1970.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.5196. Dossiê. Produção: 1970/ 1970.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8917. Dossiê. Produção: 1964/ 1972.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8911. Dossiê. Produção:1964/ 1971.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.5552. Dossiê. Produção: 1968/ 1971.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8913. Dossiê. Produção: 1970/ 1970.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8912. Dossiê. Produção: 1969/ 1971.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69068250_d0005de0008. Informação nº 056/SNI/ARJ/969.Data: 4 de fevereiro de 1969. Assunto: Quadro geral da evolução da Guerra Revolucionaria no país. Difusão SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_68011435_d0001de0001 PCB.pdf. Informação nº 0186. Data: 22 de março de 1968. Assunto: Plano de Trabalho a ser cumprido pelo Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara no período de março de 1968 a março de 1969. p. 14- 23.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70024427_d0001de0002.pdf. Informação nº 264/SCI/APA/1970. Assunto: Movimento religioso. Origem APA. Difusão AC/SNI. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001.pdf. Informação 437/74 DSI/ MJ. Data: 25 de setembro de 1974. Assunto: Discriminação racial no Brasil. Origem: DSI/MJ. Difusão: SNI/AC – RECISA – CENIMAR – CIE. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004510_d0001de0001.pdf. Informação nº 314/D6/CISA-BR/77. Assunto: Movimento Nacional dos Blacks – Black Rio e Black São Paulo. Origem: Ministério da Aeronáutica A2/III COMAR. Difusão: AC/SNI-CENIMAR-CIE. Anexo Jornal Última Hora, RJ, edição 13 de setembro de 1977. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:

SNI. BR_AN_BSB_VAZ_124ª_0153. pdf. Informação: nº 1103/CISA-RJ. Assunto: Carlos Alberto Medeiros-Atividades. Origem: DINFO. Difusão: Arquivo. Data: 8 de novembro de 1978. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001%20(1). pdf. Informe nº 22-036/78/SI/SR/DOF/RS. Data: 22 de agosto de 1978. Assunto: Movimento Nacional dos Blacks. Origem: CI/DPF. Avaliação A-1, Difusão: APA/SNI-IIIº EX-Vº COMAR.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001. Informação nº 437/74/DSI/MJ. Data: 25 de setembro de 1974. Assunto: Discriminação racial no Brasil. Origem: DSI/MJ. Difusão: Ministro da Justiça- SNI/AC- RECISA- CENIMAR-CIE. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004. Dossiê. pdf. - Informação nº 580/19/ACE/78 Agência Central p.1. Assunto: JORNAL "SINBA", Avaliação A-1, Difusão: SE-70, Para Fins de Registro. Grau de sigilo: Confidencial.
Informação nº 0204/CISA-RJ. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: CISA-RJ. Classificação: B-1/ Difusão: AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI/DPF-DSI/MRE. Classificação anterior: CISA-BR (P/reconhecimento). Grau de sigilo: Confidencial.

Informação nº 0008 /19/AC/77. Origem: AC/ SNI. Difusão: SG/CSN - CIE - CISA – CENIMAR.–Grau de sigilo: Confidencial. p. 41, 54,55,56.

Informação nº 0244/CISA-RJ Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: CISA-RJ Classificação: B-1. Difusão: AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI-DPF-DSI/MRE-CISA/BR (P/conhecimento). Referência: Informe 204/CISA-RJ, de 20 de outubro de 1976, p. 34.

Informação nº 580/19/AC/78. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: AC/SNI. Referência: MEMO, nº 908/02/CH/GAB/SNI/78, p. 14,15, 23.

Informação nº 5808 /19/AC/77, com início em 4 de dezembro de 1976, com difusão do SNI para o SG/CSN - CIE - CISA – CENIMAR, aqui já citada, sob o assunto Racismo Negro no Brasil. Pedido de Busca nº 146/19/AC/78, de caráter confidencial.
Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0002de0004. Dossiê. pdf. Informação nº 0399/19/AC/77. Data: 15 de junho de 1977. Assunto: Racismo negro no Brasil. Origem: PRG 13083/77. Referência: INFÃO 361/19/AC/77 INFE nº 61/CISA/RJ/77 (Para o CIE-CENIMAR e CI/DPF). Difusão: CH/CSN-CIE-CISA-CENIMAR-CI/DPF. Grau de sigilo: Confidencial, p. 98.

Informação nº 0361/ 19/AC/77. Data: 1 de julho de 1977. Assunto: Racismo Negro no Brasil. Origem: CI/DPF (PRG 11506/77). Referência: INFÃO nº 251/19/AC/77. Difusão: CH/SNI - CIE - CISA – CENIMAR. Grau de sigilo: Confidencial, p. 93, 96,97.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004.

Informação nº 444/19/AC/77. Data: 5 de julho de 1977.Assunto: Racismo Negro no Brasil-Black -Bahia. Origem: CENIMAR (PRG 14775/77). Referência: INFÃO N2 0410/19/AC/77. Difusão Ant.: CIE-CISA-Cl/DPF Difusão: CH/SNI - SG/CSN, p. 6-7.

Informação nº 02633. Data: 3/06/1977. Assunto: Movimento negro no Brasil – 29º Reunião da SBPC. Disseminação: 1º DN – 2º DN – 3º DN – 4º DN – 5º DN - 6º DN - CNBR-SNI/AC-CIE - CISA - DSI/MJ - Cl/DPF – CENIMAR, p. 29,30.

Informação nº 0416/19/AC/78. Origem: PRG 8368/78. Difusão: SG/CSN-DSI/MJ. p. 87-99.

Informação nº 2 0845 /19/AC/77. Data: 03 nov. 77. Origem: PRG 249 6 5/77. Referência: INFÃ0. 822/19/AC/77º (menos para o CIE e CISA). Difusão: CH/SNI-SG/CSN-Cl/DPF-ARJ-CIE-CISA. Anexo: Cópia xerox do jornal "SIMBA". - Ano I, nº 2 I, edição de julho de 1977. p. 68-76.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0004de0004. Informação nº 610/16/AC/77. Data: 13 de setembro de 1977. Assunto: Pregação de racismo – entidades legais e ilegais – meios de comunicação. Origem: AC/SNI. Difusão: CH/SNI. Anexo: Cópia da página de "Independência Operária". p. 52,53, 56,57.

Informação nº 400/16/AC/78. Data: 28 Jun 1978. Assunto: Pregação de Racismo - Convergência Socialista - Grupo Afro-Latino-América. Origem: PRG 12633/78 Referência: INFÃO nº 610/16/AC/77. Difusão: CH/SNI. Anexo: A-Panfleto do Núcleo Negro da Convergência Socialista.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/80003538/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003538_d0001de0001.pdf. Informação nº 069/320/ARJ/80. Data: 9 de setembro de 1980. Assunto: Jose Maria Nunes Pereira Conceição - Centro de Estudos Afro Asiáticos. Difusão: AC/SNI. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75084907_d0001de0001. ACE nº 84907-75 MF1. 23 de junho de 1975. Organizações que mantém relação com os m0vimentos africanos.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88067406/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88067406_d0001de0001.pdf. ACE nº 06740688. Agência: B1C. Data: 2 de setembro de 1988.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001. Encaminhamento nº 5266/19/ASP/SNI/1975. Data: 5 de novembro de 1975. Assunto: Curso de Extensão Cultural sobre o Negro Brasileiro- Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Referência: Informação nº 5066/19/AP/SNI/75. Difusão: AC/SNI. Grua de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/76092980/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76092980_d0001de0001.pdf. Informação nº: 325/76/DSI/MJ. Data: 29 de março de 1976. Assunto: Atuação dos grupos no campo político, contrários ao regime constituído. Origem: DSI/MJ. Referência: Plano Nacional de Informações- 1.5. Difusão: AC/SNI. Anexo: cópia da documentação. Grau de sigilo: Secreto.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0003de0004-.pdf.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75084907_d0001de0001. ACE nº 84907-75 MF1. 23 de junho de 1975. Organizações que mantém relação com os movimentos africanos.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82006192_d0001de0001.pdf. Informação nº 0721 DI/DGIE- RJ. Data: 06/05/1982. Assunto: Ciclo de conferencias sobre questão racial e conflitos do Terceiro Mundo. Origem: Departamento Geral de Investigações Especiais-DGIE. Difusão: ARJ/SNI. Referências: TELEX 267/119/ARJ/SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88067406_d0001de0001.pdf. ACE nº 06740688. Agência: B1C. Data: 2 de setembro de 1988.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006180_d0001de0001. Encaminhamento nº 5266/19/ASP/SNI/1975. Data: 5 de novembro de 1975. Assunto: Curso de Extensão Cultural sobre o Negro Brasileiro- Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Referência: Informação nº 5066/19/AP/SNI/75. Difusão: AC/SNI. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/76092980/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76092980_d0001de0001.pdf. Informação nº 325/76/DSI/MJ. Data: 29 de março de 1976. Assunto: Atuação dos grupos no campo político, contrários ao regime constituído. Origem: DSI/MJ. Referência: Plano Nacional de Informações - 1.5. Difusão: AC/SNI. Anexo: cópia da documentação. Grau de sigilo: Secreto.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81015483_d0001de0001.pdf. Informação nº 400/16/AC/75. Data: 15 de dezembro 75. Assunto: Alberto Guerreiro Ramos. Referência: Memo 1931/SI-GAB. Set 75. Difusão: CH/SNI. Anexo: Cópia xerox do extrato de Prontuário do nominado. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_ANBSB_Z4_SNA_DEP.22. Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001-Dossiê.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001%20(1).pdf. Dossiê: 267/p.
30. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. *Memorandum* do Departamento da Ásia, África, Oceania. Telegrama/ *Memorandum*: Movimento negro no Brasil. Data: 10 de outubro de 1978. Grau de sigilo: Secreto.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_AN_BSB_Z4_SNA.DEP. Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA. Partido Socialista dos Trabalhadores-PST. grau de sigilo: Secreto.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003026_d0001de0001. INFORMAÇÃO nº 078 / I I. /ARJ/ 80 Data: 24 de junho de 1980. Assunto: 1º Congresso da Mulher Fluminense. Referência: Tlx nº 439/119/ARJ/80, de 14 de maio de 1988. Difusão: AC/SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012997_d0001de0001%20(1).pdf. Informação nº 606/80/DSI/MC. Data: 30 de outubro de 1980. Assunto: Infiltração Comunista nos diversos setores de atividade 3.3. Referência: a) PNI (Período até 30/10/80) b) Inf. nº 237/80/DSI/MC – SEC., de 30/04/80 (Período anterior). Difusão atual: AC/SNI. Grau de sigilo: Secreto.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR DFANBSBV8.MIC, GNC.AAA.80008969 – Dossiê. Informação nº. 0389/CISA. Origem: CISA-RJ/ SNI-Grau de sigilo: Confidencial. Assunto: A história da independência do Brasil contada pelos negros. Data: 9 de julho de 1980.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.pdf. ACE nº 0602234. Grau de sigilo: Confidencial. Data: 6 de janeiro de 1987.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.pdf. ACE nº 060234-87. Data: 6 de janeiro de 1978. Grau de sigilo Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_86013532_d0001de0001. ACE nº 13532/86. Assunto: Movimento Negro Brasileiro. Grau de sigilo: Confidencial.
Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_86013532_d0001de0001.pdf. ACE nº 13532/86. Dara: 21 de agosto de 1986. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.31748. Informação nº 482/CISA. Ministério da Aeronáutica RRN- Gabinete Do Ministro- CISA. Data: 01 de setembro de 1973. Difusão: SNI/AC - CENIMAR - CIE - DSl/MJ; - ClSA-BR- Ministério da Aeronáutica Gabinete do Ministro.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000177_d0001de0002.pdf. Informação 1031/119/ARE/78. I Encontro da Cultura Negra Brasileira - Natal/RN.

MNCDR/BR_DFANBSB_VAZ_0_0_30135_d0001de0001.pdf. Informação nº 245/A-2/IV COMAR. Assunto: Movimento custo de vida. Data: 11 de setembro de 1978. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114085_d0001de000. p. 47,48/50,51. Informação nº 1072/S-102-A11-CIE. Assunto: Assunto: Movimento de Anistia - MFPA e CBA. Data: 29 de agosto de 1978. Grau de sigilo: Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001. ACE nº 06023487. Data: 6 de janeiro de 1987. Grau de sigilo Confidencial. Assunto: Movimento negro no Brasil.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001151_d0001de0001. Informação nº 0131/19/AC/79. Data 28 de março de 1979. Origem: PRG 4794/79 (ARJ/SNI). Difusão: CH/SNI. p. 1-9.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79000274/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_7900 0274_d0001de0001. Informação nº 026 /119 /ARJ/79, de 13 de março de 1979, p. 2-9.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87061420_d0001de0001. Informe nº 078/87-DSI/MRE, de 3 de abril de 1987, sob o assunto: Festival Panafricano das Artes e Culturas. Seminário Preparatório. Participação de brasileiros. Origem Embaixada do Brasil em DACAR. Difusão: SNI/AC, p. 1-9.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_80000864_d0001de0002. Informação nº 0408/01/79/ CI/DPF. Assunto: Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Origem: AC/SNI. Difusão Anterior: CIE 7CISA – CENIMAR, p. 63

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_82006409_d0001de0001. Informe, 012/ST/300/76, datado de 5 de janeiro no assunto: Fritz Teixeira Sales, com referência na PRG/5790/75, p. 16.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_79000242_d0001de0002, p. 27 e 32. Informe: 991/SS 300/79, de 4 de maio de 1979. Documento de caráter reservado, sob o assunto: Comitês e organizações da base do PCB.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_85012429_d0002de0002. Informação nº 98 h/85., com Origem no III COMAR, e Difusão: CIE - ARJ/SNI – 1º DN, p. 4.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_88013977_d0001de0001. ACE 13977/88. Assunto: I Encontro Estadual da Mulher Negra. Grau de sigilo: Confidencial, p. 5.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007039 - inquéritos policiais militares, IPMS. – Dossiê.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74067262_d0001de0001. Informação nº 058/ABH/SNI/74- ss-19. Data: 26 de março de 1974. Assunto: Atividades Subversivas na Área Estudantil.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_88020675_d0001de0001. ACE nº 020675/88. Data: 20 de julho de 1988. Órgão: RR1/01764/120/B8P/88. Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.87019558 d0006de0006.pdf - I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação a Mulher. – Dossiê, p. 49.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_89022328_d0001de0001. Informe nº PM2-942/2.3.3/89, de 19 de julho de 1989. ACE nº 02232S/89. Data: 24 de agosto de 1989.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019558_d0005de0006, p. 37.
Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_88020675_d0001de0001. ACE nº 020675/88. Data: 20 de julho de 1988. Órgão: RR1/01764/120/B8P/88. Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019558_d0005de0006. ACE nº 19558/87. ASP, p. 37.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.87019558 d0006de0006.pdf - I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação a Mulher. – Dossiê, p. 49.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_89022328_d0001de0001. Informe nº PM2-942/2.3.3/89, de 19 de julho de 1989. ACE nº 02232S/89. Data: 24 de agosto de 1989.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_VAZ_0_0_31248_d0001de0001. Informe nº 51/EMAER, de 3 de fevereiro de 1966. Assunto: Atividades de SÔNIA BRANDÃO DE BRANDÃO. Origem: Agente. Avaliação C-3. Difusão: ZONAER 3. Difusão Anterior: CSN-EME- CENIMAR.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PTN_0364_d0001de0001. Busca nº DSI/610, de 17/02/1978. Assunto: CONCESSÃO/PRORROGAÇÃO DE PASSAPORTES. Referência: INFÃO/l79/l6/AC/75. Difusão: SNI/AC. Para conhecimento: CIE, CISA, CENIMAR, CI/DPF.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PFI_0001_d0001de0001. Telegrama Confidencial. DSI/DAF-11. Anita Leocádia Prestes ABAD. Brasileiros em Luanda, p. 25.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PTN_0437_d0001de0001. Ministério da Aeronáutica-CISA em 3 de março de 1978. Assunto: CONCESSÃO/PRORROGAÇÃO DE PASSAPORTES. Origem: CISA-RJ. Difusão: DSI/MRE - AC/SNI (P/conhecimento). Referência: PB Nº 610/DSI-MRE de 17 de fevereiro de 1978, p. 172.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113057_d0001de0001. Encaminhamento nº 00619/01/78/CI/DPF. Data: 03 de agosto de 1978. Assunto: JACI DOS SANTOS. Origem: SR/DPF/RJ. Difusão: AC/SNI. Anexos: TERMO DE DECLARAÇOES DA NOMINADA. (02 FLS.).

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_81001898_d0011de0013.pdf . 33ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC. - Dossiê . Conferência Órgão de busca responsável: DPF/BA, p. 25-26.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_81001898_d0010de0013. Plano de Busca nº 001/02/ASV/81. Origem: SNI/ Agência Salvador. Data: 8 de julho de 1981, p. 89.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_81001898_d0011de0013. p. 1-4.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_88020068_d0001de0001.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83035649_d0001de0001. Informação nº 1395S/102-A4-CIE. Origem: CMA. Difusão: AC/SNI e Cl/DPF, p. 4.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003977_d0001de0001. Informe nº 602/83-SI/SR/DPF/PA. Origem: SI/SR/DPF/PA. Difusão: CI/ DPF - ABE/SNI 8º RM - I COMAR IV DN.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87005994_d0001de0001. ACE nº 5994/87. NRS35/87. Confidencial. MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NO PARÁ.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002671_d0001de0001, p. 12.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114367_d0001de000. Encaminhamento nº 0690, datado de 29/09/78. Sob o assunto: "Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência - SBPC" 30ª Reunião Anual. Disseminação: SNI/A CIE - CISA - Cl/DPF - DSI/MJ, p. 9.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IPS_0019_d0001de0001. Encaminhamento nº 0490. Data: 6 de setembro de 1979. Pedido de Busca DSI/MRE nº 143219/SI-MRE, p. 44-47. Telegrama nº 7625/ EDB/CI. Data 4 de setembro de 1979.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/RRR/88012486/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0001de0002. ACE nº 012486/88. Data: 13 de dezembro de 1988 NRS 1650/88. BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/RRR/88012486/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0002de0002, p. 3.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: R_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001841_d0001de0001. Informe nº 102/119/APA/80. Data: 4 de novembro de 1980. Assunto: Atividades dos Movimentos Negros e Feministas no Estado do /RS. Origem: APA/SNI. Difusão: AC/SNI. Avaliação: A-20. Grau de sigilo: R_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001841_d0001de0001. Informe nº 102/119/APA/80, datado de 4 de novembro de 1980, sob o Assunto: Atividades dos Movimentos Negros e Feministas no Estado do /RS, com Origem APA/SNI e difusão AC/SNI, Avaliação A-20 com carimbo Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_80000864_d0001de0002. Assunto: Movimentos negros e feministas. 25 de novembro de 1980. Referência: PB nº 035/19/AC/79 - TX nº 316/19/AC/80. Difusão: AC/SNI.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_80000864_d0001. Núcleo de Agência de Goiânia. Pedido de Busca nº 076/116/NAGO/SNI/80. Urgentíssimo. Data: 03 de novembro de 1980. Assunto: Atividades Contestatórias Promovidas pelos "Movimentos Negros e Feministas". Difusão: 42º BIMTZ (S.2) - DPF/GO (SI) - SSP/GO (DCI) PMEGO (PM.2), p. 51-52.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019415_d0001de0001, I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação à Mulher, 1987, p. 3.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0045a_0043_d0003. Jornal O Mulherio, p. 3.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0003a_0031_d0001. Informe nº 01552/05/82-CI/DPF. 18 de agosto de 1982. 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes - Ruth Escobar e Fátima Ali - São Paulo/SP. Origem: CI/DPF. Difusão: AC/SNI - CIE - CISA - CENIMAR - DSI/MJ - SI/SRS.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0001de0002. ACE nº 012486/88. Data: 13 de dezembro de 1988. NRS 1650/88. I ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS (Goiânia). Confidencial, p. 9.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83032581_d0001de0001. ACE nº 032581/83. SNI/AC. Informe nº 714 s/102- A 11-CIE, de 13 de abril de 1983. I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ. Origem EX. Avaliação: A-1. Difusão: AC/SNI, Cl/DPF, CIM, CISA.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83007676_d0001de0003. Informe nº 07676/16/ARJ/83. Data: 25 de março. Avaliação A-1. DIFUSÃO AC/SNI - I EX/2º SEC - CISA/RJ - SR/DPF/RJ – SR/DPF/ES. Assunto: Grupos Feministas no Rio de Janeiro/RJ e Espírito Santo/ES -, Ligações no Processo Subversivo. (3.4) (Grifos do documento).

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_87015414_d0001de0001.ACE nº 015414/87. 23 de novembro de 1987. Confidencial. I Encontro Estadual da Mulher Negra.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.68010446 - Dia Internacional da Mulher, preparativos e comemorações. 3.2 e 3.3. – Dossiê.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88064705_d0001de0001. ACE nº 064705/88. 06 de janeiro de 1988. O corpo do documento vem com carimbo Confidencial, datado de 1 dez 87.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88012486_d0001de0002. ACE nº 012486/88. Data: 13 de dezembro de 1988.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PP.P_88010290_d0001de0001.ACE nº 010290/88 de 8 de novembro de 1988. Confidencial

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89069077_d0001de0001. ACE nº 069077/89. Confidencial.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_88013977_d0001de0001. ACE nº 13977/88. Data: 23 de maio de 1988.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88017028_d0001de0001. ACE nº 017028/88. Data: 20 de dezembro de 1988. I ENCONTRO DA MULHER NEGRA. Confidencial, p. 5.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_88016871_d0001de0001. Informe nº 742/31/88, de 10 de novembro de 1988. Assunto: 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras-Rio de Janeiro. Origem: PM2. Avaliação: 1. Difusão: APA/SNI-E2/CMS.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88016535_d0001de0001. ACE 16535/88. Deu entrada na DI (Divisão de Informações) em 19/09/88. Grifos no documento.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: Informação nº 074 /119 /ARJ/ 79. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001859_d0001de0001, p. 7.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76109622_d0001de0004. Dossiê. pdf. Informe nº 0204/CISA-RJ. Assunto: Racismo negro no Brasil. Classificação: B1. Difusão: AC/SNI-CIE-CENIMAR-CI/DPF – DSI/MRE – Classificação anterior: CISA-BR (P/reconhecimento), p. 34.
INFORMAÇÃO n°0008 /19/AC/77, p. 49-51.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001859_d0001de0001. Informação nº 074 /119 /ARJ/ 79. Data: 29 de maio de 1979. Assunto: I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão. Referência: PB ne 035/!9/AC/79/ de 13 de março de 1979. Difusão: AC/SNI. Classificação de sigilo: Confidencial. Comissão Permanente de Luta Pela Liberdade de Expressão. Relatório Final I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão (Rio de Janeiro 2l de maio de 1979), p. 7.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_80000393_d0001de0001.pdf, p. 14 Informação nº 0013/116/ASV/80. Data: 08 de fevereiro de 1980. Assunto: Acompanhamento da Atuação da Imprensa – Origem: PRG Nº 00230/ASV/80 - Pedido de Busca nº 010/19/AC/80, de 29 de janeiro. Documento do SNI-Agência Salvador.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: Informação nº 780/ S-103.1 Origens: C I E.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: Informe nº 38B /75 de 28 de setembro de 1975, originado no DEOPS Campinas com difusão para o SNI. Assunto: Movimento racista
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81009779_d0001de0001.pdf. Informe nº 38B/75 de 26 e 28 de setembro de 1975. Origem: DEOPS/ Campinas. Difusão: SNI. Assunto: Movimento racista.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77103270_d0001de0001 p. 5- 9,10.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: Informe nº 4894 / 119 /ASP 1978. Data: Assunto: Publicação – Jornal "ABERTURA" – São Paulo, SP. Referência: Telex ASP/SNI. Avaliação A, p. 2-3. (VER DOC REFERÊNCIA).

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006613_d0001de0001.pdf p. 2.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf, p. 3.

Fundo Serviço Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_79000052_d0001de0001.pdf. Informação nº J432 / 310 /ASI2 /78 - 06 de dezembro de 1978, p. 5.
- INFORME 6148/ 119 FASP/ 78, p. 1,6,7 e 8.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001. Informe nº 318/01/78/CI/DPF, Data: 14 de agosto de 1978. Encaminhamento: AC.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001859_d0001de0001. Informação nº 074 /119 /ARJ/ 79 de 29 de maio de 1979, produzido pela agência central do SNI, p. 15.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_86006569_d0001de0001.pdf. p. 6, 8 (8-28).

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBS_V8_MIC_GNC_EEE_86018393_d0001de0001.pdf. AC_ACE_35899_83, p. 3-11.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: AC_ACE_35899_83, p. 3-11.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87060234_d0001de0001.pdf. ACE nº 060234/87. Data da entrada: 6 de janeiro de 1987. Assunto: Movimento negro no Brasil. Grau de sigilo: Confidencial.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_80002780_d0001de0001.pdf. Informação nº 675/80/E2-E/4º DE. Assunto: Organizações de fachada no Brasil – 3.2.6.2 Data: 6 de novembro de 1980. Origem: CIE. Difusão: 4ª Bda Inf – AD/4 – DOI/4ª DE – SNI/ABH/ PM2-PEMG – COSEG/MG – DPF/MG – Arg. Grau de Sigilo: Confidencial.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78109887_d0001de0001.pdf. Informação nº 0252/19/AC/78, sem data. Assunto: Lançamento Nacional da "Convergência Socialista". Origem: AC/SNI. Difusão: CIE, CISA, CENIMAR, CI/DPF, ABH, ABE, ACG, ACT, AFZ, AMA, APA, ARE, ARJ, ASV/SNI.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73061420_d0001de0001.pdf. Informação nº 17/E2. Ministério do Exército IV EX. – 6º RM 2º Secção. Data: Salvador- BA, 13 de março de 1973. Assunto: Asilados brasileiros – "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES" e outros. Referência: Info nº 143-B-E/2, de 15 de fevereiro de 1973, do IV EX. Difusão: 2º DN - CONCOS – ASV/SNI- SSP/BA – PM/BA.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_87019415_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010846_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83007934_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_DNF_0181_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77104179_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89072487_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82003737_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80011211_d0001de0001.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88065309_d0001de0002.pdf.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75087874_d0001de0002.pdf.
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001615_d0001de0001.pdf. Informação nº 0477 /116/ACT/78. Data: 22 de maio de 1978. Assunto: Movimento Convergência Socialista. Origem: SNI Agência Curitiba. Difusão: AC/SNI-ARJ/SNI. Em anexo vem cópia de recortes do jornal Versus, p. 2/52.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113911_d0001de0001. Informação nº 566/16/AC/78, de 30 de agosto de 1978.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: Informe nº 4105/31/ AC/ 78.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114132_d0001de0001. Informe nº 4262/31/AC/78, de 8 de setembro de 1978, p. 3.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114132_d0001de0001, p. 53.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001%20(1).pdf, p. 16.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001 (1) Informação nº 5603/119 /ASP/ 78 de 6 de novembro de 1978, p. 2-3.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099324_d0001de0001.pdf. Informação nº 984/s-103.1/ Brasília, 7 de julho de 1976. Assunto: MESA REDONDA DA "IMPRENSA INDEPENDENTE"/ Origem: C I E. Difusão: AC/SNI – CI/PDF – I EX – III EX – 4ª. DE. Grau de sigilo: Confidencial ANEXO: Recorte do "Jornal de Brasília", de 20 de junho de 1976, p. 46.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003595_d0001de0001. Informação de nº 0761/CISA-RJ.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114132_d0001de0001.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008562_d0001de0001. pdf. Informe: nº 22-036/78/SI/SRT/DPF/RS. Assunto: Movimento Nacional dos Blacks. Origem: CEI/DPF / Avaliação: A-I / Difusão: APA/SNI/ IIIº EX. Vº COMAR Superintendência Regional no Rio Grande Do Sul. Data: Porto Alegre, 22 de agosto de 1978.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001847_d0001de0001.
Origem: CISA-RJ Tipo: INFÃO nº: 500. DATA; 04.06.79. Classificação: Confidencial Assunto: "JORNAL SINBA".

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_81006650_d0001de0001 0 (p. 26). Informe nº 318/01/78/CI/DPF, DE 14 DE AGOSTO DE 1978.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80004112_d0001de0001.
Informe nº:206/119/ARJ/ 80. Data: 11 de dezembro de 1980.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113352_d0001de0001. Pedido de Busca nº 146/19/AC/78, de caráter confidencial.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.3892 Ano**:** 1970.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002959 - documentos da federação mundial da juventude democrática. - Dossiê.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002959 - documentos da federação mundial da juventude democrática. - Dossiê.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.TXT.8915. - Dossiê. AC/SNI.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IPS_0019_d0001de0001. Telegrama nº 7625/ EDB/CI. Data: 20 de agosto de 1979. De: BSA/DF - DSI/MRE (exclusivo).

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IPS_0019_d0001de0001.
Encaminhamento nº 0490. Data: 06/09/1979. Origem: CENIMAR. Assunto: Registro de Antecedentes. Referência: Pedido de Busca nº 1432 de 10/08/79, da DSI/MRE. Disseminação: DSI/MRE-Arquivo. Anexo: Cópia xerox de Resumo de Prontuário, p. 37-269.
Resumo de Prontuário. Origem: CENIMAR. Grau de sigilo: Confidencial. p. 38-269. - Telegrama nº 7625/ EDB/CI. Data: 20 de agosto de 1979. De: BSA/DF - DSI/MRE (exclusivo) p. 42-269. Pedido de Busca nº 143219-DSI/MRE. Data: 10 de agosto de 1979. Assunto: Viagem a Angola a convite do governo angolano. Maria Beatriz do Nascimento. Origem: DCINT/MRE. Área: África. País: Angola. Difusão: CIE – CENIMAR – CI/DPF. Anexos: 01 apenso com 01 folha, p. 44/209. SE/RE Memorandum para chefe SNI. Data: 8 de agosto de 1979. Assunto: Socióloga Maria Beatriz do Nascimento. Viagem a Angola a convite do Governo angolano, p. 45,46/209. Ficha individual Maria Beatriz Nascimento, p. 47/269.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001, p. 39-41. Telegrama. Assunto: Brasil-Camarões. Relações políticas, ministro dos negócios estrangeiros Paul Donstop, racismo, estabelecimento da Embaixada do Brasil, posição do Brasil com respeito a Angola. Traz o nome de Farias Vilas-Boas, p. 39-42/233.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011152-Dossiê. Origem: EMA (Ministério da Marinha Estado-Maior da Armada). Tipo: Informação nº 0589. Data: 22/09/1980. Referência: Telex nº 1891 de 11/09/80 da AC/SNI. Assunto: Presença soviética nos países do Oceano Índico. Origem: EMA. Grau de sigilo: Secreto. Área: África e Ásia (Oceano Índico). Difusão: AC/SNI. TELEX nº 1891 DE 11/09/80 AC/SNI.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80002959 – Dossiê. Encaminhamento nº 218/320/ARJ/80. Data: 16 de junho de 1980. Assunto: Documentos da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Origem: ARJ/SNI. Difusão: AC/SNI. Anexo: exemplar da publicação "NOTICIAS DE LA FMJD".

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1). Telegrama nº 1055. Com carimbo URGENTÍSSIMO. Data: 14/08/78. Para: DELBRASGEN. Assunto/índice: Conferência Mundial sobre racismo. Discurso do Representante do Brasil. Grau de sigilo/Caráter: Confidencial. Distribuição DNU/DAF II, p. 141-144.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1). Telegrama nº 611. Origem: BRASEMB Lisboa p/Exterior. Embaixada do Brasil em Lisboa. Data: 5/07/78. Assunto: Remessa de artigo sobre a questão racial no Brasil. Grau de sigilo: Confidencial, p. 174-267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 Relatório Mensal de Informações nº 8/78/. Origem: CISA, p. 68,125-267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) Brasília, 30 de outubro de 1978. Encaminhamento nº 4262/78 - DSI/MRE. Data: Brasília, 30 de outubro de 1978. Assunto: FRANÇA. Imagem do Brasil no Exterior. Artigo sobre Racismo no BRASIL. Difusão: SNI/AC – CIE – CENIMER-CISA.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001. Dossiê. Memorandum para o Sr. Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania. Origem: Secretaria de Estado das Relações Exteriores. DSI/2097. Data: 30 de novembro de 1978. Grau de sigilo: Confidencial, p. 131-233.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1) Brasília, 30 de outubro de 1978. Encaminhamento nº 4262/78 - DSI/MRE. Data: Brasília, 30 de outubro de 1978. Assunto: FRANÇA. Imagem do Brasil no Exterior. Artigo sobre Racismo no BRASIL. Difusão: SNI/AC – CIE – CENIMER-CISA.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Dossiê. Telegrama. Data: 12/10/78. Origem: Embaixada do Brasil em Washington. SEI/DCS/ Assunto: Imprensa EUA Artigo publicado no "Washington Post", p. 12-267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Dossiê, p. 37-267.

Memorando: encaminhado pelo MRE para o chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, em 29 de setembro de 1978 de caráter confidencial. DSI/1541. Assunto: Abdias do Nascimento. Racismo negro no Brasil. O telegrama dá conhecimento de documento recebido do órgão do Sistema Nacional de Informações sobre Abdias do Nascimento.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Dossiê, p. 37-267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Dossiê, p. 136-267. Pedido de Busca nº 3122/78 —DSI/MRE. Brasília. Data: 18 de agosto de 1978. Assunto: Racismo negro no Brasil. Abdias do Nascimento. Referência: Infão: nº 0647/CISA-RJ, de 08 de agosto de 1978. Difusão: SNI/AC- CIE- CENIMAR- CISA-CI/DPF.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1). Encaminhamento nº 3636/ 78 _DSI/MRE. Data: 22 de agosto de 1978. Assunto: "Questão racial brasileira: Notícia na imprensa de Portugal". Grau de sigilo: "RESERVADO". Difusão: SNI/AC - CIE - CISA - CENIMAR - DSI/MEC, p. 60 e 131-135/267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_ d0001de0001.Dossiê. Embaixada do Brasil em Lisboa. nº 727. Secretaria de Estado. DSI, p. 133/267. Jornal Diário de Notícias, 10/08/1978. "A crônica de Antônio Figueiredo -A democracia racial brasileira – contestando o mito com a realidade".

Encaminhamento nº DSI/2709. Data: 24 de julho de 1978. Grau de sigilo: Reservado. DSI/MRE. Assunto: Racismo no BRASIL. Artigo publicado na imprensa de PORTUGAL. Difusão: SNI/AC - CIE – CISA - DSI/LIJ - DSI/MINTER p. 170/267.
Telegrama nº 934. Data: 14/08/78. Grau de sigilo: Secreto/Urgente. Distribuição: DFT/DDC/DCS. Para: CONSBRÁS NOVA YORK. Assunto/ Índice: Festival de Arte Negra no Brasil, p. 145,146/ 149,150/ 151,152.

Informe. SNI/DSI-MRE nº 2911/73 - DSI/MRE. Brasília, 02 de agosto de 1978. Assunto: FESTIVAL DE ARTE NEGRA NO BRASIL. Grau de sigilo: Confidencial. Difusão: SNI/AC-CIE- CENIMAR- CISA-Cl/DPF- DSIMJ- DSIMEC-DSI/MINTER. p. 165/267.

Encaminhamento nº 4262/78-DSI/MRE. ASSUNTO: FRANÇA. Imagem do Brasil no Exterior. Artigo sobre Racismo no BRASIL. p. 1, 3-6.
Telegrama nº 105214. 25/07/77, p. 196/266.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0009_d0001de0001. Informação nº 1401/S-102-A3-CIE. Data: 01/11/1978. Origem: CIE. Assunto: Racismo negro no Brasil. Abdias Nascimento. Difusão: DSI-MRE. Referência: PB nº 3122/78-DSI/MRE, 18/08/78. Anexo: Relação sobre RACISMO, p. 224, 225/233.
Telegrama de BRASEMB PORT OF SPAIN para Exteriores. Data: 22/11/79. Grau de sigilo: Secreto/Urgente. Assunto: Brasil. Manifestação no Rio, p. 86/233.

Telegrama. Origem: Consulado de Milão. Data: 18/08/1982. Secretaria de Estado., datado em: 18/08/82. Assunto: Notícias sobre o Brasil. Preconceitos raciais, p. 42/233.

Informe nº 8341/88-DSI/MRE. Data:25/05/88. Origem: Embaixada do Brasil em BONN. Avaliação: 1. Difusão: SNI/AC. Assunto: RFA. 100 anos da Lei Áurea. Artigo da revista DER SPIEGEL", p. 1,2,3/233.

SECRETARIA DE ESTADO Remessa de artigo sobre O Brasil. Questão racial. Caráter confidencial, p. 174-176/267. As citações estão contidas nas respectivas páginas.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.80003719 - organização e funcionamento do conselho mundial de igrejas cmi. - Dossiê.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81004764_d0001de0001 (1) CMI. Datado de 5 de junho de 1981, p. 2-67.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80002026 - Atividades de pastor angolano no RGS José Chipenda. Dossiê. Data de Produção: 29/1/1979.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80002026 - Atividades de pastor angolano no RGS José Chipenda. Dossiê. Data de Produção: 29/1/1979.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81004764_d0001de0001 (1) CMI. Informação n] 059/320/ARJ/81. Data: 5 de junho de 1981. Assunto: O racismo na América – Uma visão do Conselho Mundial das Igrejas (CIMI). Difusão: AC/SNI – SE- 70 (P/ Registro), p. 2-67.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81004764_d0001de0001.pdf, p. 51/67.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001 (1), p. 180/267. Encaminhamento nº DSI/138 de 12 de janeiro de 1978. Assunto: Posição do Negro na Sociedade Brasileira. Futuro do Indígena Sul-Americano. Difusão: SNI/AC - CIE - CENIMAR - CISA - Cl/DPF DSI/MINTER – DSI/MJ - FA-2/EMFA - 2g Sec. EMAER – 2ª Sec.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_ANBSB_Z4_SNA_DEP.22. Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA, p. 43.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. Telegrama nº 611. Data: 05/07/78. Embaixada do Brasil em Lisboa. Secretaria de Estado. Remessa de artigo sobre o Brasil. Questão racial. Grau de sigilo: Confidencial. Anexo: recorte do Jornal Diário de Notícias: Segundo Caderno/Internacional. Data: 8 de julho de 1978. Documento com carimbo de Pedido de Busca – Informação – Encaminhamento -Informe DSI/MRE nº 2709, 24/07/78. Difusão: SNI/AC, p. 174, 175/267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0008_d0001de0001. nº 727. Telegrama nº 727. Data: 22/08/78. Remessa de recorte de jornal sobre "questão racial brasileira". Documento com carimbo de Encaminhamento. DSI/MRE nº 3636/ 22/09/78., 24/07/78. Difusão: SNI/AC, p. 131,132, /267.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74078482_d0001de0001. Informação nº 437/74/DSI/MJ.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70024427_d0002de0002, p. 13,14.
Informação 263/SCI/APA/1970.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_VAZ_0_0_31748_d0001de0001. Informação 482/CISA-RJ, Assunto: Preconceito racial, 1 de setembro de 1970, p. 2,3.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0134_d0001de0001. Os documentos vão de sigilosos a confidencial.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0133_d0001de0001. 194 págs. Ministério da Justiça/Gabinete do Ministro. Brasília, 11 de março de 1975. Memorando nº 070.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80005548_d0001de0002. Informação nº 017/3ª SC/78. Assunto: Discriminação Racial e o Problema Indígena, p. 39-44.